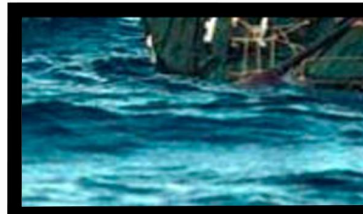


Temporalidades

Revista de História

Edição nº 21



Dossiê Temático - Vol. 8, N. 2, maio/ago. 2016

"Para além das fronteiras"

histórias transnacionais,
conectadas,
cruzadas,
e comparadas

ISSN: 1984-6150



Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 21, v. 8, n. 2 (jun./set. 2016) – Belo Horizonte: Departamento de
História, FAFICH/UFMG, 2015.

Quadrimestral a partir de 2013
Títulos e resumos em português e inglês
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org

Periódicos Capes

Latindex

Diadorim

OJS

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG

e-mail: temporalidades@gmail.com
temporalidades@fafich.ufmg.br

homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – maio/2016



Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

Departamento de História

Chefe: José Newton Coelho Meneses

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Douglas Áttila Marcelino

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Áttila Augusto Guerra de Freitas

Isabela de Oliveira Dornelas

Marcus Vinícius Reis

Marina Helena Meira Carvalho

Natália Ribeiro Martins

Pedro Henrique Resende

Thiago Henrique Oliveira Prates

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université PaulValéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Áttila Augusto Guerra de Freitas

Isabela de Oliveira Dornelas

Marcus Vinícius Reis

Marina Helena Meira Carvalho

Natália Ribeiro Martins

Pedro Henrique Resende

Thiago Henrique Oliveira Prates

Diagramação

Pedro Henrique Resende

Isabela de Oliveira Dornelas

Capa

Natália Ribeiro Martins

Site/Banco de Dados

Marcus Vinícius Reis

Natália Ribeiro Martins

Thiago Henrique Oliveira Prates



Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e do Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adrea Carla Dore (UFPR)
Ailton Viera da Cunha (SOPECE)
Alexandre Bellini Tasca (UFMG)
Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior (UNIFAP)
Alexandro Neundorf (UFPR)
Alfredo dos Santos Oliva (UEL)
Ana Lúcia Vieira (UEAM)
Ana Luiza de Castro Pereira (UMINHO)
Ana Maria Ribas (CPII)
André Szczawlinska Muceniecks (UFOP)
Andréa Silveira de Souza (UFJF)
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Anna Carletti (UF do Pampa)
Anny Jackeline Torres Silveira (UFMG)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)
Beatriz Helena Domingues (UFJF)
Camila Mendonça Pereira (PMRO)
Carlos Mauro Oliveira Junior (UERJ)
Carmen Alveal (UFRGN)
Claudio Umpierre Carlan (UFAL)
Denise Matos Monteiro (UFRN)
Elisgardênia de Oliveira Chaves (UFMG)
Eliza Teixeira de Toledo (Fiocruz)
Ester Maria Dreher Heuser (UNIOESTE)
Federico José Alvez Cavanna (UNESPAR)
Félix Ayoh'Omidire (Obafemi Awolowo University)
Flávia Preto de Godoy (IFMG)
Flávio Thales Ribeiro Francisco (USP)
Francismary Alves (UFSB)
Gabriel Amato Bruno de Lima (UFMG)
Giordano Barbin Bertelli (IFET-SP)
Helenice Aparecida Bastos Rocha (UFRJ)
Helton Ricardo Ouriques (UFSC)
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-RJ)
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)
Ivaldo Marciano de França Lima (UNEB)
João Paulo Carmargo (UNICAMP)
Jonatas Carlos de Carvalho (UFRJ)
Jorge Emanuel Luz de Souza (IFBA)
José Antônio Martins (UEM)
Katia Maria Paim Pozzer (UFRGS)
Leandro Henrique Magalhães (UNIFIL)
Lolita Guimarães Guerra (UERJ)
Lorena Michelle Silva dos Santo (UNEB)
Luciano Jorge de Jesus (UFMG)
Luiz Antônio Silva Araújo (UFSB)
Luiz Jorge Pessoa de Medonça (UFES)
Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN)
Manuel Marques Lobato (Universidade de Lisboa)
Marcela Carvalho Martins Amaral (UFG)
Márcia Maria de Oliveira (UNIR)
Marcos Guimarães Sanches (UFRJ)
Marcus Vinícius Reis (UFMG)
Maria Beatriz Nader (UFES)
Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)
Maria de Fátima Gomes Costa (UFMT)
Maria de Lourdes da Silva (UERJ)
Maria Letícia Silva Ticle (UFMG)
Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira (USP/Asa de Brumadinho)
Marília de Azambuja Ribeiro (UFPE)
Maristela Nascimento Duarte (UFSJ)
Mauro Cezar Coelho (UFPA)
Mauro Condé (UFMG)
Mirian Adriana Branco (PM-Palhoça)
Nashla Dahás (UFSC)
Nathalia Monseff Junqueira (UFMS)
Pablo Antonio Iglesias Magalhães (UFOB)
Paulo de Assunção (UEM)
Paulo Eduardo Teixeira (UNESP - Marília)
Polyana Aparecida Valente Vareto (UFMG)
Raphael Lana Seabra (UniCEUB)
Raul Amaro de Oliveira Lanari (UFMG/UNI-BH)
Renake Bertholdo das Neves (UFF)
Ricardo Rodrigues Alves de Lima (IFF-GO)
Ricardo Schmachtenberg (UNISINOS)
Roberta Guimarães Franco Faria de Assis (UFLA)
Rogéria Olimpio dos Santos (UVA)
Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (UFPE)
Roney de Seixas Andrade (FASF)
Rosilda Alves da Silva Isla Chamilco (UFRJ)
Samira Adel Osman (Unifesp)
Shu Changsheng (USP)
Sullivan Charles Barros (UFG)
Suzana Maria de Sousa Santos Severs (UNEB)
Tania Maria de Almeida Silva (UERJ)
Tiago Kramer (UFSC)
Vanderlei Vazelesk Ribeiro (UERJ)
Vanessa Spinosa – UFRN
Vera Irene Jurkevics (UFPR)
Victor Garcia Miranda (UFMS)
Yllan de Mattos (UNESP-Franca)
Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP)



SUMÁRIO

Editorial:

Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas4
Marina Helena Meira Carvalho; Thiago Henrique Oliveira Prates

DOSSIÊ

Apresentação do Dossiê22
Profa. Dra. Kátia Gerab Baggio

Novos encontros, antigos conceitos: hierarquização e (des) qualificação social na Índia portuguesa (Séculos XVI-XVII) / New meetings, old concepts: social hierarchy and (un) qualification in Portuguese India (Centuries XVI-XVII)24
Ana Paula Sena Gomide

Histórias cruzadas e fronteiras deslocadas: dos encontros e desencontros culturais / Crossed histories and displaced borders: cultural matches and mismatches42
Fellip Agner Trindade Andrade

Laicidade e sociedade de normalização no contexto multicultural / Secularism and society of normalization in the multicultural context62
Fernanda Müller Corrêa

O estabelecimento das plantas montadoras de veículos no Brasil e na China: o GEIA e os Planos Quinquenais / The establishment of automaker plants in Brazil and China: the GEIA and the Five-Year Plans82
Fernando Marcus Nascimento Vianini

A experiência Coolie na América Latina (Cuba, Peru e México) e as possibilidades de uma história transnacional / Transnational history and the possible approaches of the coolie experience in Latin America (Cuba, Peru and Mexico)105
João Ítalo de Oliveira e Silva

A instituição divina dos bispos no Concílio de Trento: a luta dos prelados ibéricos pelo ius divinum (1562-1563) / The divine institution of bishops in the Council of Trent: the iberian prelates' fight for the ius divinum (1562-1563)120
Juliana Torres Rodrigues Pereira

Os governos Jango e Allende em perspectiva comparada / The Jango and Allende governments in comparative perspective139
Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Porto do Pireu: Lugar Antropológico, contatos estabelecidos e fluidez de fronteiras / Port of Piraeus: Anthropological Place, established contacts and border fluidity162
Marina Rockenback de Almeida

Construção da cidadania no Brasil e nos Estados Unidos nos oitocentos através do racionalismo e do racismo / Citizenship's building in Brazil and the United States in eighteenth century by the racialism and racism173
Matheus Carletti Xavier



ENTREVISTAS

- Entrevista com o historiador José Luis Bendicho Beired**191
Marina Helena Meira Carvalho; Thiago Henrique Oliveira Prates

ARTIGOS LIVRES

- O governo dos povos no Brasil Holandês / Popular government in dutch Brazil**199
Amanda Peruchi

- O perfil socioeconômico das mulheres forras da vila de Pitanguí (1750-1820) / The socio-economic profile of the manumitted women in the Pitanguí village (1750-1820)**223
Ana Caroline Carvalho Miranda

- Estratégias de controle social das drogas na década de 1920 / Social control strategies of drugs in the 1920s**244
Carlos Rodrigo Soares

- As técnicas cartográficas da carta dos diamantes dos padres matemáticos: diálogos entre o Iluminismo e a arte de fazer mapas no século XVIII em Portugal e no Brasil / Cartographic techniques in the map of diamonds of mathematical priests: dialogues between the Enlightenment and the art of making maps in the eighteenth century in Portugal and Brazil**268
Carmem Marques Rodrigues

- Notas sobre o consumo de haxixe pelos literatos parisienses do Clube dos Haxixins / Notes on the eating of hashish by parisian literati of the Club des Hashischins**285
Gabriel Ferreira Gurian

- Alexandre Koyré e o Círculo de Viena: o pensamento em debate / Alexandre Koyré and the Vienna Circle: the thought in debate**306
Hallhane Machado

- O estômago de um periódico: edição e circulação da Revista de Antropofagia / The stomach of a magazine: edition and circulation of the Revista de Antropofagia**318
Helaine Nolasco Queiroz

- The Fundamentals e a religião como ciência nos Estados Unidos (1910-1915) / The Fundamentals and religion as Science in the United States (1910-1915)**346
Henrique Rodrigues Caldeira

- O pragmatismo da santidade medieval: A relação entre as questões de Assis e o projeto de canonização de Francisco de Assis no século XIII / The pragmatism of medieval sanctity: the relationship between the Questions of Assisi and Francis of Assisi Canonization Project in the Thirteenth century**363
Leonardo de Souza Câmara

- “... Assim na Terra como no céu”: a secularização do divino – “... em nome do Pai,” a sacralização da razão – “do Filho...”, e (d)o espírito (Santo) do capitalismo – “Amém”. “... / On earth as in heaven”: the secularization of the divine - “... in the name of the Father,” the sacredness of reason - “Son of ...”, and the (Holy) spirit of capitalism - “Amen”**373
Lina Raquel de Oliveira Marinho



Com os ramos nas mãos, para o lucro dos homens e da Coroa: os autos de arrematação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1673-1723)/With the branches in hands, to the income of men and Crown: the bidding files from the Rio Grande Captaincy Royal Tax Ombudsman (1673-1723)392

Lívia Brenda da Silva Barbosa

Educação para além da escola: Reflexões sobre os ambientes não escolares, o Ensino de História e a consciência histórica / Education beyond school: Reflections on no-schools environments, history teaching and historical consciousness409

Neles Maia da Silva

Sociologia histórica: releituras e perspectivas/Historical Sociology: readings and perspectives424

Patrícia Bosenbecker

A Igreja Católica, a possessão demoníaca e o exorcismo: velhos e novos desafios/The Catholic Church, the demonic possession and the exorcism: old and new challenges447

Philippe Delfino Sartin

As relações familiares como estratégia patrimonial da elite colonial no Siará Grande: o caso dos Sertões de Mombaça na segunda metade do século XVIII/Family relationships as a patrimonial strategy of the colonial elite in Siará Grande: the case of Sertões de Mombaça in the second half of the 18th century469

Rafael Ricarte da Silva

Quando os deuses copulavam: a sexualidade da deusa Inanna no Antigo Oriente Próximo/When the gods copulated: sexuality of the goddess Inanna in the Ancient Near East483

Simone Aparecida Dupla

Ciência e cultura colonial: considerações sobre as viagens científicas francesas na primeira metade do século XIX/Science and colonial culture: comments on the French scientific expeditions in the first half of the nineteenth century497

Daniel Dutra Coelho Braga

RESENHAS

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de. Republicanismo Inglês: Uma Teoria da Liberdade. São Paulo: Discurso Editorial, 2015, 592 p.519

Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo

TRANSCRIÇÕES DOCUMENTAIS COMENTADAS

Domingos, um feiticeiro atlântico no Recife522

Clara Abrahão Leonardo Pereira



EDITORIAL

Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas.

É com imenso prazer que publicamos o segundo número do volume oito da Revista *Temporalidades*, cujo principal objetivo é contribuir com os debates acadêmicos e historiográficos. Uma vez que o conselho editorial da *Temporalidades* é composto, em sua totalidade, por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, procuramos atentar-nos para as questões que afligem nossos colegas. A maioria dos debates suscitados nessa instituição não tratam de temáticas e abordagens de interesse exclusivo de nossa universidade, mas que estão na ordem do dia nas discussões historiográficas de uma maneira mais geral.

Desta maneira surgiu a ideia deste dossiê. Percebemos que a maioria dos projetos de pesquisa dos alunos ingressos no Doutorado em 2016 apontavam, direta ou indiretamente, para abordagens que ultrapassavam as fronteiras nacionais: os estudos da *Global History*, *World History*, *Connected Histories*, *Shared History*, Histórias Comparadas, *Big History*, *Histoire Croisées*, *Atlantic History*, Histórias Transnacionais, Estudos Subalternos, Pós-Coloniais, dentre outros. As ausentes ou preliminares discussões metodológicas e a incerteza quanto à utilização das mesmas também foi uma constante durante os seminários de pesquisa.¹

Ultrapassando nosso microcosmo e analisando trabalhos de historiadores que se colocam como exploradores dessas abordagens, percebemos o mesmo vácuo. As definições e discussões metodológicas ainda carecem de maior atenção, pois as diversas abordagens, ao nosso ver, ainda possuem balizas pouco demarcadas, o que dificulta ou banaliza seu emprego.

¹ Agradecemos ao professor José Newton Coelho Meneses e aos alunos da disciplina Seminários de Tese 2016/1 do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, cujos debates suscitaram a ideia deste dossiê. Agradecemos também à professora Eliana Regina de Freitas Dutra, pelas valiosas reflexões que propôs sobre o tema nessa mesma disciplina e ao professor Fernando V. Aguiar Ribeiro, pelo minicurso ministrado no XII Encontro Internacional da ANPHLAC, intitulado *Global History e História das Américas: debates e perspectivas*.



Diante das inúmeras questões suscitadas e visando contribuir com o crescente interesse de pesquisadores brasileiros em utilizar as mais diversas abordagens que ultrapassam as fronteiras nacionais, a revista *Temporalidades* lança o dossiê *Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas*.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de desenvolvimento capitalista conheceu uma nova fase, profundamente marcada pela grande circulação do capital, expansão das empresas multinacionais e progressiva integração dos mercados de trabalho, mas, também, pelo trânsito de pessoas, informações e bens. Estas experiências foram potencializadas pelos avanços da tecnologia, das telecomunicações e meios de transporte, cuja fluidez se intensificou já em fins do século XX.

A globalização suscitou o levantamento de novas questões nas Ciências Sociais e na Historiografia, as quais passaram a se preocupar com metodologias que dessem conta de uma história-mundo, assumindo uma abordagem que se distanciasse de um viés totalizante. Para isso, os pesquisadores deveriam partir da variação de escalas e focos de análise. Os historiadores, por exemplo, se debruçaram sobre a temática das relações, interações e circulação de pessoas, objetos e ideias para além de fronteiras nacionais/regionais, não somente para analisar a história contemporânea como, também, para os processos históricos referentes ao mundo moderno.

Os pesquisadores elencaram como objetos de pesquisa as migrações, exílios, diásporas, deslocamentos de pessoas, criações de redes de sociabilidades, relações internacionais, intercâmbios comerciais, impérios ultramarinos, políticas imperialistas, processos de globalização e resistências aos mesmos, transformações da cultura material, processos de construções identitárias supranacionais, ocorrência de fenômenos análogos em sociedades distintas, circulações de livros, periódicos, artes, crenças, poder, mitos, ideologias, práticas sociais, transferências culturais, dentre outros.

Essas perspectivas surgiram na década de 1980 com o *Culturalism turn* e suas críticas ao eurocentrismo, que atingia, inclusive, a historiografia.² Adotar a perspectiva nacional para

² WERNER, Michel e ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*, Brasília: UNB, vol. 11, n. 1/2, p. 116, 2003. p. 89. Esse texto também possui versão em inglês: Cf. _____. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. *History and Theory*, v. 45 Fev 2006, 30-50.



falar do mundial não daria conta das complexas dinâmicas culturais, políticas, econômicas e sociais que se estabeleciam não apenas entre Estados-nacionais, mas também entre indivíduos, instituições etc. As fronteiras rígidas dos Estados-nação, adotadas anteriormente como marcos espaciais da maioria das pesquisas historiográficas, passaram a ser questionadas.

Em seu lugar, foram propostos os conceitos de fronteiras como convenções políticas e historiográficas, fluidas, porosas, permeáveis, móveis e chegou-se mesmo a ignorá-las. O historiador indiano Sanjay Subrahmanyam apontou para a existência de diversas esferas de circulação de poder, mitos e ideologias que transcendem as fronteiras dos Estados-nações.³ Para dar conta dessas circulações, foram criadas vertentes historiográficas como a História Comparada, História Conectada, História Cruzada, História Transnacional, dentre outros.

Denominamos Histórias Comparadas àquelas que seguem o método comparativo descrito, entre outros, por Marc Bloch.⁴ Nele, o historiador escolhe dois ou mais fenômenos que contenham certas analogias entre si e, em seguida, constata as semelhanças e diferenças para explicá-los pela aproximação de uns e outros.

Os comparados devem ser, preferencialmente, sociedades vizinhas e contemporâneas, dando, portanto, maior foco a uma análise sincrônica. Buscam, dessa forma, “causas gerais” de fenômenos históricos, construindo modelos que não ignorem as singularidades.⁵ Esta abordagem, entretanto, recebeu diversas críticas e, em resposta a elas, muitas outras foram criadas.

As Histórias conectadas, expressão proposta por Sanjay Subrahmanyam, é uma delas. Segundo a perspectiva de Sanjay Subrahmanyam, a conexão entre as partes do mundo não deveria estabelecer polos, uns determinantes e outros subordinados, nem a comparação paralela, termo a termo, entre dois universos postos em contato de maneira contingente.

³ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. (Jul., 1997), p. 735-762.

⁴ Para comentários e críticas sobre tal abordagem: PRADO, Maria Lígia Coelho. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional. *Anuário - Universidad Nacional* de Rosário, v. 24, p. 9-22, 2013; SUBRAHMANYAM. Connected Histories; WERNER; ZIMMERMANN. Pensar a história cruzada.

⁵ PRADO. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional.



Segundo Sanjay, essa postura na historiografia acabaria por enfatizar a diferença e a posição de superioridade, separando as espécies humanas em diferentes níveis de civilização, ou seja, degradando o outro.⁶ Michel Espagne ressalta que a comparação sempre operaria dentro de um ponto de vista nacional, relatando a dificuldade de escapar da visão eurocêntrica e dos modelos dicotômicos.⁷

Nessa outra abordagem, as histórias — ao invés de falar de uma história única e unificada — seriam múltiplas, plurais, estariam conectadas entre si e poderiam comunicar-se umas com as outras.⁸ A História Conectada tem como pressuposto metodológico a variação focal, jogando com diferentes escalas espaciais, fazendo interface entre o local e o regional (micro-nível) e o supra-regional e até o global (macro-nível).⁹

Além disso, ela não deveria fixar coordenadas físicas, sociais e culturais, algo criticado por Sanjay na História Comparada.¹⁰ As próprias teorias, conceitos e modos de vida são pensados no interior de suas sociedades. Fixá-las como parâmetros para comparação em relação a outras sociedades, reforçaria a utopia da universalização e esconderia as singularidades.

A abordagem da História Conectada se limita, principalmente, aos trabalhos que versam sobre os séculos XVI ao XVIII. Não tem muito efeito sobre os séculos XIX e XX, devido ao forte nacionalismo do período, sendo, então, mais adequado, segundo Sanjay, o emprego da História Transnacional, que exploraremos mais adiante.¹¹

Outra abordagem surgida como resposta às histórias comparadas foi a *Histoire croisée* (História Cruzada).¹² Seus formuladores apontam para a perspectiva binária entre diferenças e similaridades da História Comparada para objetos que são historicamente situados e possuem múltiplas e interpenetrantes dimensões. Tal metodologia ignoraria que a própria

⁶ SUBRAHMANYAM. Connected Histories.

⁷ PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de Historia (USP)*, v. 153, p. 11-33, 2005.

⁸ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados das monarquias católicas e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar.2001, pp.175-195, p.176

⁹ SUBRAHMANYAM. Connected Histories, p.745.

¹⁰ _____. Connected Histories, p.762.

¹¹ ETTER, Anne-Julie; GRILLOT, Thomas. “O gosto pelo arquivo é poliglota. Entrevista com Sanjay Subrahmanyam.” In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (orgs). *Por uma história-mundo*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.52-53.

¹² WERNER; ZIMMERMANN. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade.



escala (nação, região, local...) é historicamente construída. Assim como Subrahmanyam, Werner e Zimmermann acusam as histórias comparadas de cristalizar na linguagem e em categorias específicas de análise problemas nacionais a serem analisados, pondo em risco os resultados, uma vez que o ponto de vista de apenas um lado é adotado nessas categorias fixas.¹³

A História Cruzada, por sua vez, focaria no cruzamento entre os objetos de estudo e também entre as escalas, categorias e pontos de vista, promovidas pelo próprio pesquisador. O cruzamento é visto como uma ação voluntária intelectual, o qual define os contornos do estudo, ainda que exista prévia interseção entre os objetos. Essa abordagem contaria, assim, com um triplo procedimento de historicização: do objeto, das categorias de análise e das relações entre o pesquisador e o objeto.¹⁴

Enfatizaria, ainda, naquilo que pode ser gerador de sentido. Diferente dos estudos transculturais, a História Cruzada, estudaria o movimento que partiria de vários pontos e várias direções, não tendo um único ponto de partida e um único ponto de chegada, ou seja, não ocorrendo em linha reta e unidirecional. Além disso, geraria múltiplos efeitos. A palavra chave desta abordagem é interseção.

A História Cruzada seria, portanto, uma abordagem multidimensional da relação de um com o outro e também através do outro, suas interações, circulações, consequências do cruzamento, efeitos e repercussões. Ela leva em conta que, após o contato, cada uma das partes não permaneceria intacta, mas, ainda que alterável, identificável. A circulação de argumentos e a reinterpretação, por exemplo, é realizada de acordo com o contexto nacional. A História Cruzada levaria em conta, dessa forma, de um ponto de vista interno, a mudança de seus componentes e, de um ponto de vista externo, sua especificidade em relação a outras formas possíveis de história.

A História Cruzada se coloca como pertencente à família de abordagens relacionais, juntamente com a História Comparativa, a História Conectada e a *Shared History*. A História

¹³ WERNER; ZIMMERMANN. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade.

¹⁴ _____. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade.p90.



Cruzada foi pensada, então, como uma abordagem capaz de articular a comparação, como ferramenta de análise sincrônica, com as transferências, para a diacronia¹⁵.

Ela poderia ser aplicada, ainda, aos problemas de História Transnacional. O transnacional, na abordagem das Histórias Cruzadas, é visto como um nível de intercessão com os outros – local, regional e nacional – produzindo suas lógicas próprias.

Isso nos leva a indagar a última categoria proposta no título deste dossiê: A História Transnacional. Surgida entre os estudos migratórios, ela visaria não comparar sociedades, mas dar conta dos intercâmbios realizados entre elas. Enfatizaria as redes, as crenças, as instituições que transcendem o espaço nacional.¹⁶ Poderia ser identificada como transferência ou movimento de capital ou bens, mas, principalmente, de pessoas, ideias e práticas. É importante ressaltar que, embora os laços transnacionais possam dissolver algumas barreiras nacionais, eles, simultaneamente, fortalecem ou criam outras.¹⁷ Os estudos transnacionais não devem, portanto, relativizar ou suprimir os conflitos.

Não necessariamente a História Transnacional se opõe à perspectiva dos Estados-nações. As práticas do internacionalismo, transnacionalismo, multinacionalismo, além das políticas internacionais, nacionais e regionais, coexistem.¹⁸

Segundo Clavin, uma relação transnacional se configura pelas trocas, contatos e colisões entre pelo menos um dos membros, sendo uma organização não-governamental e um encontro que se estende por países diferentes. Essa definição não exclui que pelo menos um dos atores possa ser uma agência governamental, mas tira desse o direto e exclusivo controle sobre a interação.¹⁹ Nessa perspectiva, os estudos transnacionais não analisam apenas como as relações das comunidades transnacionais foram criadas, mas também como

¹⁵ As transferências privilegiariam, segundo os autores, a perspectiva diacrônica, pois são o estudo do processo de transformação, fixando um ponto de referência que inclui ponto de partida e de chegada. As categorias de análise, por sua vez, são invariáveis, partindo de diferentes perspectivas nacionais e criando modelos estáticos. O principal objetivo dos estudos transculturais seria mostrar que as fronteiras são permeáveis e indeterminar o mito da homogeneidade das unidades nacionais. Cf WERNER; ZIMMERMANN. *Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade*, p.93-95.

¹⁶ PRADO. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional, p.19.

¹⁷ CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. *Contemporary European History*, vol 14, n 04, pp.421-439, 2005, p.431.

¹⁸ _____. Defining Transnationalism, p.425;432.

¹⁹ _____. Defining Transnationalism, p.425.



elas são sustentadas e mudam.²⁰ Ainda segundo essa autora, a História Transnacional oferece mais uma nova perspectiva de pesquisa do que uma metodologia revolucionária.

Após apresentar, ainda que minimamente, as abordagens que orientaram a publicação deste dossiê, consideramos importante reafirmar nossa percepção que, por mais que elas possuam diferenças, se aproximam muito. Segundo Maria Lígia Prado, a escolha da História Comparada não excluiria a abordagem da História Conectada, podendo ser utilizadas de forma complementar.²¹ A História Cruzada, por sua vez, se coloca como herdeira da História Comparada e da Conectada, e como uma abordagem plausível de ser empregada nas análises Transnacionais. A História Transnacional não visa eliminar as perspectivas nacionais, regionais ou locais.

Longe de pretendermos esgotar tais questões ou trazermos respostas prontas aos debates, visamos, com este dossiê, suscitar discussões metodológicas sobre essas abordagens, que muitas vezes estão ainda preliminares ou mesmo ausentes em pesquisas que pretendem valer-se das mesmas. Procuramos contribuir com e problematizar tais abordagens historiográficas.

Embora não possa ser considerado recente — vide, por exemplo, a obra de Maria Helena Capelato de comparação entre o Estado Novo brasileiro e o regime peronista, resultado de sua tese de livre-docência defendida em 1997²²; e a tese de José Luis Bendicho Beired, defendida em 1996, uma abordagem também comparativa entre Brasil e Argentina acerca do autoritarismo e do nacionalismo no campo intelectual na primeira metade do século XX²³, o interesse no Brasil por essas abordagens que ultrapassam as fronteiras nacionais aumentou consideravelmente.

Em um exercício de historicização de nossa profissão, consideramos que, muito mais que modismo, talvez os critérios de internacionalização das pesquisas e a facilitação de acesso à informação, tanto por meio da valorização de uma etapa estudantil no exterior, por meio

²⁰ _____. Defining Transnationalism, p.438.

²¹ PRADO, Maria Lígia. Repensando a História Comparada da América Latina, p.30.

²² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 2009

²³ BEIRED, J. L. B.. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. 1. ed. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999. 295p.



de intercâmbios e mobilidades, mas também com a democratização ao acesso a diversos arquivos, por meio do processo de digitalização dos mesmos, tenham contribuído para tais mudanças de abordagens.

A existência de um mundo mais integrado e globalizado certamente também contribui para tal mudança. Segundo Gruzinski, “o processo de globalização está mudando inelutavelmente os quadros do nosso pensamento e, por conseguinte, as nossas maneiras de revisitar o passado.”²⁴

É importante destacarmos que, se por um lado o mundo encontra-se mais integrado, por outro, não podemos considerá-lo menos excludente. Os estudos pós-coloniais e subalternos possuem relevante importância, nesse âmbito, para denunciar as dominações e subjugações naturalizadas, inclusive na historiografia, sob a égide de universalismo, por exemplo. Os últimos debates acerca da aceitação dos refugiados, das intolerâncias religiosas e as críticas às ajudas financeiras por parte de governos Estadais a outros países demonstram o quanto as fronteiras nacionais ainda são vistas acima da humanidade. No mundo globalizado, falta respeito à alteridade.

Segundo Pierre Boucheron, a própria mundialização é, concomitantemente, um processo histórico e um discurso que a acompanha e a justifica. Caso o historiador subtraia em suas análises o conflito subjacente a esse processo, estará, segundo ele, dando continuidade ao sonho de uma história universal.²⁵ Dessa forma, não podemos pensar só na abertura do mundo e nas trocas e conexões, mas também nas assimetrias e dominações²⁶, pois o mundo é, a um só tempo, conectado e desigual.²⁷ Portanto, concordamos com a afirmação de Burbank e Cooper, de que “mais que um mundo do encontro, é o encontro entre mundos o objeto do estudo”.²⁸

²⁴ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados das monarquias católicas e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar.2001, pp175-195, p.178

²⁵ BOUCHERON, Patrick. “O entreter do mundo”. In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (orgs). *Por uma história-mundo*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

²⁶ GRUZINSKI. Os mundos misturados das monarquias católicas e outras connected histories.

²⁷ BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. “Um mundo de impérios”. IN: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (orgs). *Por uma história-mundo*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

²⁸ _____. “Um mundo de impérios”, p.57



Não podemos deixar de agradecer ao professor Dr. José Luis Bendicho Beired, que prontamente se dispôs a contribuir com nossa Revista. Temos a honra de contar, neste dossiê, com uma entrevista concedida pelo mesmo, que acreditamos ser de extrema relevância para quem pesquisa a História para além das fronteiras nacionais. Além de propormos reflexões teóricas e metodológicas ao professor Beired, o indagamos sobre a historicização do tema, o fazer-se História no Brasil contemporâneo e as possíveis relações entre o pensamento autoritário no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX e o momento atual pelo qual as Américas passam.

Agradecemos ainda a professora Dra. Kátia Gerab Baggio, pertencente ao Programa de Pós-Graduação da UFMG e ao Conselho Consultivo da UFMG, que generosamente se dispôs a redigir o texto de apresentação deste dossiê. Kátia Baggio é graduada (1986), mestre (1992) e doutora (1999) em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Em seu Mestrado, estudou o Partido Nacionalista de Porto Rico, entre 1922 e 1954, e em seu Doutorado debruçou-se sobre as interpretações acerca da América Latina e do pan-americanismo entre intelectuais brasileiros na Primeira República. Atualmente, a professora investiga as viagens de intelectuais brasileiros a outros territórios latino-americanos, assim como os intercâmbios intelectuais entre hispano-americanos e brasileiros.

O dossiê temático apresentado nesta edição da Revista *Temporalidades* é composto por nove artigos e uma transcrição comentada que, de alguma maneira, não apenas tratam de experiências históricas que ultrapassam as fronteiras estabelecidas, mas também incorporam em sua análise os trânsitos, trocas, conexões e rupturas entre distintos espaços e em contextos diversos. Quatro destes artigos utilizaram a metodologia da comparação, um usou os instrumentos possibilitados pelo transnacionalismo, um trabalha com as histórias conectadas, um analisa os cruzamentos entre realidades distintas e os outros dois trataram de objetos e temas que envolveram um recorte supranacional de análise. A transcrição comentada, por sua vez, se vale da História Transatlântica.

João Ítalo de Oliveira e Silva (UFMG) realizou um balanço historiográfico sobre a imigração chinesa na América Latina, especificamente para Cuba, México e Peru. O autor percebeu que a historiografia brasileira focou na experiência nacional e apresentou uma defasagem em estudar as ligações entre a comunidade chinesa no Brasil e em outras regiões,



ao passo que mostrou como o debate sobre a imigração asiática ganhava mais espaço ao longo do século XIX, atingia escala supranacional e era um importante tema em diversos países.

Buscando superar este vazio na historiografia nacional, João Ítalo se valeu das possibilidades abertas pela história transnacional, teoricamente debatida pelo autor e bem incorporada ao seu objeto de estudo, para refletir sobre possíveis caminhos para as pesquisas sobre este assunto. Desta maneira, o autor propõe a observação das interconexões existentes entre as comunidades diaspóricas chinesas, adotando um marco supranacional e sugerindo o foco analítico nos vínculos e diálogos tão caros para a perspectiva transnacional.

Por sua vez, Luan Aiuá Vasconcelos Fernandades (UFMG) utilizou-se da metodologia da história comparada para analisar o governo de João Goulart no Brasil e de Salvador Allende no Chile. Partindo de aspectos gerais de ambas as experiências, Luan compara a natureza das reformas pretendidas e levadas a cabo pelos dois governos, seus embates políticos, a ação dos militares em sua derrubada e a participação estadunidense na formulação dos golpes. Para efetuar sua pesquisa, o autor parte de um consistente debate sobre o comparativismo que remonta à Marc Bloch, aponta para os cuidados necessários para esta atividade, como a crítica ao etnocentrismo presente em modelos genéricos e *apriorísticos* de análise que apagam as especificidades nacionais, para, por fim, ressaltar a importância do método comparativo no teste de hipóteses explicativas e na descoberta de singularidades em processos históricos distintos.

O artigo de Matheus Carletti Xavier (UFOP) investigou comparativamente a construção da cidadania nos Estados Unidos e Brasil atreladas à instituição da escravidão, às ideias de raça no período de sua construção e permeada por uma ideologia racista amplamente disseminada no século XIX, com o objetivo de mostrar como a reformulação da cidadania esteve fortemente vinculada à discriminação racial. Carletti mostra que estes dois países, com processos históricos distintos em vários aspectos, apresentaram características semelhantes que constituíram fortes obstáculos para a construção de uma cidadania plena e convergiam em relação à discriminação racial advinda da escravatura e das teorias raciais utilizadas para sustentá-la.



Seguindo a perspectiva comparada, o texto de Fernando Vianini (UFJF) abordou a trajetória da indústria automotiva no Brasil e na China nas décadas de 1950 e 1960. O autor comparou as políticas estatais praticadas pelo governo de Juscelino Kubitschek e pelo Partido Comunista Chinês, cujo objetivo era desenvolver um setor automotivo doméstico, aspecto importante para o desenvolvimentismo levado a cabo em ambos os países. Fernando conclui que, apesar das semelhanças em alguns pontos deste processo, as especificidades na implantação dos setores automotivos nestes países produziram legados distintos: o privilégio concedido pelo Estado brasileiro ao capital internacional, que inicialmente alavancou o processo de industrialização, mas foi logo seguido pelo aprofundamento da concentração de renda e transferência de recursos para o exterior, ao passo que os chineses utilizaram o auxílio estrangeiro para construir um setor automotivo de propriedade estatal, embora sua produção fosse muito limitada em seus primórdios.

Encerrando a perspectiva comparativa, Marina Rockenback de Almeida (UERJ/UFF) retornou à antiguidade clássica grega para investigar a introdução do culto da deusa Ísis em Atenas por meio das intensas relações comerciais entre helenos e egípcios. A autora percebeu o método comparativo não apenas como uma forma de extrapolar os estudos locais e regionais ou como instrumento para analisar similitudes, diferenças e proximidades, mas também uma abordagem que estimula os contatos interdisciplinares, por romper com o paradigma da comparação apenas entre elementos comparáveis, aproximando, por exemplo, historiadores e antropólogos. Desta maneira, ao compreender o espaço como um *lugar antropológico* e reafirmar a fluidez das fronteiras físicas e imaginárias, Marina defende que o Pireu, região portuária ateniense e importante local da comunidade, se configurou como uma área de mediação cultural, um espaço multicultural onde os intercâmbios eram possíveis entre cidadãos atenienses, estrangeiros e metecos, estrangeiros que viviam em Atenas, o que possibilitou a consolidação do culto a Ísis na *polis*.

O artigo de Ana Paula Sena Gomide (UFMG) acompanhou a linha das histórias conectadas proposta por Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, tratando dos modos de classificar e hierarquizar indivíduos provindos da Índia portuguesa nos séculos XVI e XVII, cujos critérios de estratificação social moldaram os encontros entre portugueses e nativos. A autora discute termos como "casados", "mestiços" e "castiços" e seus usos por agentes da Coroa e por membros da Companhia de Jesus. Ao mostrar as tentativas de hierarquização de



agentes imperiais portugueses e ressaltar as dinâmicas de mestiçagem, sem perder de vista as resistências da elite local em se enquadrar nestas classificações, Ana Paula defende que as categorizações dentro da sociedade portuguesa foram sendo transformadas pelas realidades coloniais.

Fellip Agner (UFSJ) trabalhou em outra perspectiva ao discutir conceitos culturais como americanidade, americanização, mestiçagem e entre-lugar, surgidos a partir do encontro entre colonizadores e nativos na América Latina e, em menor escala, na África do Sul. A partir do deslocamento das fronteiras e dos cruzamentos entre culturas distintas, potencializados pela experiência histórica moderna, o autor aponta para fatores constitutivos de uma identidade pós-colonial em nações que se localizam nestes espaços, bem como a presença de uma cultura híbrida e heterogênea nascida após estes encontros.

Fernanda Müller Corrêa (Unisinos) estudou os conflitos surgidos a partir da intolerância à imigração. A autora parte do tema da imigração muçulmana e o aumento da pluralidade cultural na sociedade francesa contemporânea, especialmente a partir de 1975, para discutir como o conceito de laicidade na França é utilizado para legitimar práticas excludentes e para fortalecer um ideal de homogeneização social. Após uma análise do processo de desenvolvimento da laicidade francesa, Fernanda coloca em foco o debate reacendido por uma migração de sujeitos que têm nas práticas religiosas um importante elemento para sua vida pública, e se vale do conceito foucaultiano de biopoder para evidenciar a presença de um racismo levado a cabo pelo Estado francês e suas políticas que visam disciplinar e normatizar a sociedade.

Já Juliana Torres Rodrigues Pereira (USP) tem como tema a disputa dos prelados ibéricos pela afirmação dos bispos como protagonistas da Reforma da Igreja Católica no século XVI. Ao longo de sua análise, a Igreja Católica aparece como uma instituição que, apesar de fortemente entrelaçada ao Estado, transcendia as fronteiras geográficas. Desta maneira, o embate entre o Papado e o episcopado era também um conflito político pelo poder sobre os territórios e dioceses dentro do espaço da cristandade.

Clara Abrahão (UFMG) publica uma transcrição comentada de um processo movido no Tribunal do Santo Ofício contra os escravos Domingos e Gonçalo, realizado em grande parte no Recife, Pernambuco, entre os anos de 1779 e 1883. Comenta, então, sobre um



senhor que acusa seu escravo de enfeitá-lo, munindo-se metodologicamente da *Black Atlantic* e da Micro História.

Além de trazer este importante dossiê temático, nesta vigésima primeira edição a Revista *Temporalidades* temos o prazer de informar aos nossos leitores a transição para o *Open Journal Systems*, traduzido e customizado sob o nome Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER. Com esta modificação esperamos melhorar as atividades de editoração da *Temporalidades* e implementar a qualidade de nosso periódico de acordo com as recomendações da CAPES, além de adotar padrões editoriais internacionais para publicações totalmente eletrônicas. Agradecemos aos funcionários da Incubadora de Periódicos da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais e aos técnicos desta mesma instituição que nos ofereceram apoio e hospedagem gratuita, fundamentais para esta iniciativa discente.

O crescente sucesso da Revista *Temporalidades* não é fruto apenas do trabalho árduo de seus integrantes, renovados anualmente, e do talento de seus colaboradores, mas também do suporte oferecido pelo funcionalismo público relacionado ao ensino e pesquisa. A empreitada iniciada em 2009 por esta revista estaria fadada ao fracasso caso não houvesse colaboração por parte da Universidade Federal de Minas Gerais e de seu Programa de Pós-Graduação em História, assim como outras entidades vinculadas ao ensino e à pesquisa.

A revista recebe apoio instrumental e técnico da universidade à qual está ligada, se vale de seus equipamentos e espaços comuns, conta com apresentações e pareceres concedidos por professoras e professores de diversas instituições e todos os membros de seu atual Conselho Editorial recebem bolsas de instituições de fomento à pesquisa, notadamente CAPES/PROEX e CNPq. Da mesma maneira, os colaboradores da revista são estudantes de diversas instituições públicas e privadas, muitos dos quais contam com bolsas de fomento à pesquisa, além de professoras e professores das mais variadas instituições de ensino. Como na maioria dos periódicos científicos no Brasil, o financiamento público e os investimentos em educação e pesquisa são cruciais, direta e indiretamente, para as atividades da *Temporalidades*.

Neste sentido, seus conselheiros e conselheiras sentem-se impulsionados a comentar sobre a crítica situação em que vive o país nos últimos meses, confirmam seu compromisso



com o ensino básico e superior público, gratuito e de qualidade, ao passo que rechaçam a desestruturação da educação, da universidade, da pesquisa e da ciência recentemente promovidos por setores conservadores da sociedade brasileira e pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Em seu segundo mandato, iniciado em 2015, a administração liderada pela presidenta reeleita Dilma Rousseff iniciou uma série de cortes nas verbas destinadas à universidade e à pesquisa. Após sua destituição, o governo de Temer intensificou este ataque. Em maio de 2016, anunciaram a fusão da pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação com a de Comunicações, conformando então o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com Gilberto Kassab à sua frente, ação bastante criticada por instituições dedicadas ao progresso da ciência e expansão das pesquisas, elementos fundamentais para o desenvolvimento nacional.²⁹

Neste mesmo mês, o Ministério da Educação, dirigido por Mendonça Filho (DEM/PE), tornou pública, por meio do Diário Oficial da União, a suspensão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para nove instituições, além de impedir a concessão de novas bolsas para programas de incentivo à educação e à profissionalização, como o Fies, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).³⁰

Em agosto do mesmo ano, o governo de Michel Temer comunicou um corte de 18% no custeio e de 45% dos investimentos no ensino superior federal, prejudicando a capacidade das universidades para comprar equipamentos, executar obras, pagar seu pessoal terceirizado, trazer professores para bancas de qualificação e defesa de Mestrado/Doutorado, efetuar trabalhos de campo, financiar eventos e manter o funcionamento adequado, além de comprometer os programas de expansão e permanência no ensino superior que promoviam acesso às camadas desfavorecidas da população brasileira e maior diversidade à academia.³¹

²⁹ Disponível em:

<http://www.sbpnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=5077>. Acesso em: 19/09/2016.

³⁰ Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/05/2016&jornal=1&pagina=10&totalArquivos=104>. Acesso em : 19/09/2016

³¹ Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/mec-anuncia-corte-de-20-no-orcamento-2017-das-universidades-federais/> e



O Projeto de Emenda à Constituição 241, apresentado no dia 15/06/2016, propôs o congelamento de gastos públicos por 20 anos, com o intuito de controlar a dívida pública.³² Seu argumento se fundamenta na problematização de políticas econômicas procíclicas:

O atual quadro constitucional e legal também faz com que a despesa pública seja procíclica, ou seja, a despesa tende a crescer quando a economia cresce e vice-versa. O governo, em vez de atuar como estabilizador das altas e baixas do ciclo econômico, contribui para acentuar a volatilidade da economia: estimula a economia quando ela já está crescendo e é obrigado a fazer ajuste fiscal quando ela está em recessão.³³

Entretanto, ao não reajustar anualmente os investimentos destinados às áreas fundamentais, o governo deliberadamente sucateia o serviço público necessário a uma população cuja tendência é crescer nos próximos anos. No âmbito da educação básica, isto implica uma entrada maior de estudantes e um gasto necessariamente mais elevado, ao passo que o dinheiro aplicado seguirá o mesmo.

Associada ao desmonte da universidade pública e diminuição do acesso ao ensino superior, está a precarização do ensino básico: no dia 23/09/2016, o governo federal estabeleceu a Medida Provisória 746, que trata reforma do ensino médio, buscando enxugar os gastos com o ensino e conceder maior flexibilidade aos currículos. Além de aumentar a carga horária, as escolas ofertariam menos disciplinas ao longo do ensino médio e os estudantes teriam a possibilidade de aprofundamento em áreas específicas, além de criar a oportunidade de um diploma duplo, de ensino médio e técnico.³⁴

Dentro deste modelo, o estudo de artes e a prática da educação física seriam obrigatórias apenas no ensino infantil e fundamental. Desta maneira, o governo não apenas privaria as classes mais humildes de uma formação completa, mas também subordinaria a escola aos interesses do mercado, organizando o ensino a partir de uma divisão social-econômica do trabalho.³⁵ O uso de uma medida provisória, previsto pela constituição federal

http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2016/08/12/internas_educacao,793358/novo-corte-de-verbas-deixa-universidades-federais-alarçadas.shtml. Acesso em: 19/09/2016.

³² Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 25/09/2016.

³³ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 25/09/2016.

³⁴ Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=23/09/2016>. Acesso em: 25/09/2016.

³⁵ Disponível em:



como uma ação urgente, relevante e excepcional, reforça o caráter excludente e autoritário de uma reforma que não foi discutida entre professores, educadores e estudantes, tampouco fruto de estudos e pesquisas sobre seus impactos e possibilidades. Acreditamos que o governo federal parte um princípio legítimo, a necessidade do debate sobre melhoras no sistema de ensino e do enfrentamento a dificuldades históricas encontradas pelas escolas brasileiras, mas propõe uma solução que sucateará a educação e dificultará a formação de cidadãos.

Não bastasse o desmantelamento da educação nacional, observamos ainda o crescimento de setores conservadores que desejam controlar o ensino e submetê-lo aos seus interesses. Há pouco tempo, estes grupos, com especial ênfase na chamada Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, se opunham ferrenhamente às políticas de ensino que visavam promover o debate sobre a diversidade em seus mais variados aspectos.

Recentemente, o Projeto de Lei do Senado 193/2016³⁶, de autoria do senador Magno Malta (PR/ES), que visa acrescentar nas diretrizes e bases da educação o programa "Escola Sem Partido", tem conseguido agrupar estes conservadores sob a bandeira do combate a uma pretensa doutrinação ideológica, denominada "ideologia de gênero", e suposta esquerdização do ensino público, reavivando a paranoia anticomunista que marca a sociedade brasileira desde a instauração do Estado Novo.

Pautados na falácia de um ensino apolítico, não ideológico e fundamentado em conteúdos morais, aqueles que advogam a "Escola Sem Partido" buscam instrumentalizar a educação segundo seus princípios e afastar das salas de aula discursos que combatem a intolerância religiosa, o sexismo, o racismo e os preconceitos de gênero e classe. Seus defensores proclamam o fim de uma escola politizada, imoral e abusiva para estudantes considerados seres incapazes de exercer a crítica, mas ocultam o que representa a "Escola Sem Partido": a censura, o controle ideológico, a estigmatização da figura de professores e professoras, o enraizamento do senso comum, a reprodução de discursos violentos e a supressão de vozes críticas aos problemas cotidianos.

<http://www.anped.org.br/news/com-iminencia-de-implementacao-de-reforma-curricular-no-ensino-medio-pesquisadores-apontam>. Acesso em: 19/09/2016.

³⁶ Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em: 19/09/2016.



No campo do ensino de História, o programa do movimento "Escola Sem Partido" reafirma a construção de uma história narrada pelos vencedores, a repetição das narrativas oficiais, o apagamento das alternativas e, no limite, a tentativa de controle da memória e de outros discursos sobre o passado. Faz-se da escola, assim, um instrumento de modelação dos estudantes segundo uma hegemonia dominante, ao passo que sua concepção como lugar de desenvolvimento do pensamento crítico é totalmente afastada.

Como historiadoras, historiadores, estudantes, professores e professoras comprometidos com a construção de uma educação voltada para formação de cidadãos críticos e autônomos, os membros do atual Conselho Editorial da Revista *Temporalidades* rechaçam ferrenhamente a precarização do ensino público e as tentativas de censura e controle advindas de grupos antagonistas ao progressismo: NÃO ao ajuste, NÃO ao desmonte da escola e universidade públicas e NÃO ao absurdo projeto "Escola Sem Partido".

Nosso compromisso com a edificação de uma sociedade mais igualitária, livre e justa nos leva também a condenar a ruptura democrática e o golpe jurídico e parlamentar amplamente apoiado pela grande mídia contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita com mais de cinquenta e quatro milhões de votos em 2014. Produto da distorção da Constituição de 1988 e de conspirações espúrias entre os principais meios de comunicação, membros do judiciário e indivíduos que representam a velha política brasileira, o governo encabeçado por Michel Temer pratica sistematicamente o ajuste fiscal sobre os setores mais vulneráveis da população brasileira, privilegia aqueles que historicamente sempre ocuparam as mais altas hierarquias e ataca os direitos sociais conquistados após anos de luta, ao passo que prepara uma ofensiva contra os direitos trabalhistas, antigo sonho de nossas elites após o Estado Novo. Contra o retrocesso representado pelas ações do Estado brasileiro após o golpe consumado em 31 de agosto de 2016, os membros de *Temporalidades* dizem NÃO ao governo de Michel Temer.

O Conselho Editorial deseja a todos uma excelente e prazerosa leitura e reafirma:
Fora Temer!



Belo Horizonte, 30 de Setembro de 2016.

Marina Helena Meira Carvalho – Doutoranda em História pela UFMG

Thiago Henrique Oliveira Prates – Doutorando em História pela UFMG



APRESENTAÇÃO

Kátia Gerab Baggio

Profa. de História das Américas - UFMG

O presente dossiê de *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, confirma a qualidade desta que já se firmou como uma das mais importantes revistas discentes na área de História publicadas no Brasil, cujo número inaugural foi lançado no primeiro semestre de 2009, estando em seu oitavo ano de existência. Inicialmente semestral, a revista passou a ser, a partir de 2013, quadrimestral. O Conselho Editorial é constituído integralmente por doutorandos e mestrandos do PPGH-UFMG, que têm demonstrado uma dedicação e empenho indiscutíveis e louváveis para manter a periodicidade e a qualidade da revista, que publica artigos recebidos de pesquisadores de instituições de todo o Brasil e, inclusive, de outros países.

O processo de globalização do capitalismo, acentuado após a Segunda Guerra Mundial, praticamente impôs à produção historiográfica, em todos os continentes, ir além da perspectiva nacional, dominante desde o século XIX, e intensificar as perspectivas transnacionais.

A partir das metodologias das histórias comparadas, conectadas, cruzadas, transculturais ou transnacionais, os historiadores, movidos pelo presente cada vez mais interconectado, viram-se impelidos, em suas pesquisas, a ultrapassar as fronteiras nacionais e abordar temas que possibilitem a compreensão da formação do capitalismo em suas múltiplas dimensões: econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, científicas e tecnológicas.

No Editorial em que apresentam este dossiê, Marina Helena Meira Carvalho e Thiago Henrique Oliveira Prates, doutorandos no PPGH-UFMG, sintetizam, com clareza e solidez, os debates acerca das metodologias das produções historiográficas que ultrapassam as fronteiras nacionais, abordando, particularmente, as histórias comparadas, conectadas, cruzadas e transnacionais, razão pela qual poupo o leitor de repetições.

Este dossiê traz nove artigos e uma transcrição documental comentada, de autoria de pesquisadores vinculados a instituições do sudeste e sul do Brasil, que se utilizam das abordagens



da história transnacional, comparada, conectada e cruzada — devidamente sumariados no Editorial desta edição.

O presente número de *Temporalidades* oferece a seus leitores, também, uma importante e esclarecedora entrevista com José Luis Bendicho Beired, professor e pesquisador de História das Américas na UNESP, campus de Assis, acerca da temática do dossiê, a partir de pertinentes e instigantes questões propostas pelos editores.

Parabenizo os editores e autores do presente dossiê, que certamente significa uma contribuição relevante para os estudos que transcendem as fronteiras nacionais e locais, em suas várias dimensões e a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Finalmente, mas não menos relevante, saliento a importância do posicionamento de Marina Helena Meira Carvalho e Thiago Henrique Oliveira Prates, que, no Editorial da presente edição de *Temporalidades*, não se furtaram a, corajosamente, se manifestar sobre o grave momento político vivido pelo Brasil, em que as liberdades democráticas e os direitos individuais, políticos, trabalhistas e sociais — particularmente o direito à saúde e à educação pública, gratuita e de qualidade — estão sob evidentes ameaças.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2016.



Novos encontros, antigos conceitos: hierarquização e (des) qualificação social na Índia portuguesa (Séculos XVI-XVII)

New meetings, old concepts: social hierarchy and (un) qualification
in Portuguese India (Centuries XVI-XVII)

Ana Paula Sena Gomide

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

ape.gomide@gmail.com

Recebido em: 18/07/2016

Aprovado em: 10/08/2016

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as formas de classificação e hierarquização dos indivíduos pertencentes à Índia portuguesa entre os séculos XVI e XVII. Na África, na Ásia e na América critérios de estratificação social moldavam o encontro entre portugueses e nativos que, nos processos de mestiçagens biológicas e culturais, modificaram e ampliaram noções de estratificações e identidades locais pelas quatro partes do mundo. Dessa forma, objetivamos entender como tais dinâmicas sociais foram empreendidas no além-mar português, tendo como ponto de referência a Índia portuguesa e a inserção de novas categorias sociais – *casados*, *mestiços* e *castiços* - que compuseram a sociedade indo-portuguesa, além de destacar a formação de um clero nativo e mestiço no interior das ordens religiosas no interesse maior de traçar similitudes e particularidades em relação aos demais espaços coloniais portugueses no Oriente.

PALAVRAS-CHAVE: Hierarquização; mestiçagens; clero nativo; Índia portuguesa.

ABSTRACT: This article is mainly aimed to analyze the forms of classification and ranking of individuals belonging to the Portuguese India between the XVI e XVII centuries In Africa , Asia and America social stratification criteria shaping the encounter between the Portuguese and natives, in the processes of biological and cultural miscegenation, modified and extended stratification notions and local identities by the four parts of the world . Thus, we aimed to understand how such social dynamics have been undertaken in the Portuguese overseas, with the benchmark Portuguese India and the inclusion of new social categories - *casados*, *mestiços* and *castiços* - who formed the Indo-Portuguese society, and highlights the formation of a native and mestizo clergy within the religious orders in the best interest of tracing similarities and particularities in relation to other Portuguese colonial spaces in the East.

KEYWORDS: Hierarchy; miscegenation; native clergy; Portuguese India.

Introdução



No percurso da chamada *connected histories*, termo proposto pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam¹, o estudo da presença ibérica no mundo atlântico e no índico deve ser compreendido através de um olhar analítico que leva em consideração as mais variadas manifestações políticas, econômicas e culturais empregadas pelos portugueses e espanhóis nos seus variados espaços coloniais. A leitura da expansão ibérica nessa perspectiva historiográfica conduz ao pesquisador pensar sobre as múltiplas histórias vivenciadas nas mais distantes sociedades integradas pela presença de portugueses e espanhóis desde o início do século XVI na África, Ásia e América e construir pontes de ligações entre essas sociedades estabelecendo suas semelhanças e descontinuidades.

A perspectiva da *connected histories*, pretende explorar as conexões entre distantes territórios, seus alcances, fronteiras e suas possibilidades de estudo, percebendo em último interesse, as especificidades de cada sociedade. Serge Gruzinski, grande expoente dessa linha de pesquisa, ressaltou a urgência em se produzir um conhecimento histórico para além de suas fronteiras geográficas e culturais, resultando na ampliação do próprio horizonte histórico. Tomando por campo de estudo a análise das denominadas Monarquias Católicas², o autor destacou como o historiador deve trabalhar com as mais diversas redes de relações e intercâmbio entres diversos continentes, no qual conectam, aproximam ou afrontam formas de governo, explorações e organizações sociais.³

Assim, e tendo em vista as noções da *connected histories* e suas múltiplas inferências analíticas, buscaremos entender a formação dos modos de hierarquizar e (des) qualificar os indivíduos que compuseram o quadro político e social da Índia portuguesa no século XVI, no objetivo de analisar a formação de uma sociedade mestiça que se moldava no interior do império português no Oriente. Pretendemos discutir os termos *casados*, *mestiços* e *castiços* presentes na Índia portuguesa e como estes foram utilizados pelos agentes da coroa e por religiosos da Companhia de Jesus, a fim de estabelecer relações com as formas de hierarquização existentes em outros espaços orientais pelos quais Portugal se fixou, além de analisar a formação de um clero nativo e mestiço no interior das ordens missionárias espelhadas por todo Oriente.

A sociedade indo-portuguesa: *casados*, *mestiços* e *castiços*

¹ SUBRAHMANY, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. In: *Modern Asian Studies*, Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. Cambridge University Press, 1997.

² Refere-se à Monarquia Católica o conjunto de reinos que estiveram ao comando do rei da Espanha Felipe II a partir de 1580 quando uniu a coroa de Castela e de Portugal e o seu império às possessões de Carlos V.

³ GRUSZINKI, Serge. *As quatro partes do mundo: História de uma mundialização*. Editora UFMG/USP, 2014.



A presença portuguesa no Oriente foi sedimentada pelo encontro com diversas sociedades. Hindus, muçulmanos, árabes, judeus, japoneses, chineses, entre outros, compuseram o grande *puzle* que era o cenário étnico-cultural existente desde o cabo da Boa Esperança até o Japão. Foi nessa grande diversidade, tanto de culturas, hábitos, línguas, religiões e cores, que a coroa portuguesa buscou se estabelecer enquanto cultura dominante. Sem largos sucessos, os portugueses no Oriente, e especificamente na Índia portuguesa, tiveram de lidar com múltiplos obstáculos e dificuldades, levando a formação de uma presença política e cultural sitiada pelas populações locais:

o império asiático português teria se caracterizado por uma dominação cercada, tanto em tempos de guerra como de paz, acossado por populações hostis e das quais dependia para a satisfação das necessidades cotidianas mais triviais, da alimentação dos soldados ao abastecimento das embarcações.⁴

Contudo, a singularidade do Estado da Índia, que surgiu em 1505 como entidade política a partir das ações de D. Francisco de Almeida, que tinha como objetivos estabelecer fortificações pelo litoral indiano encontra-se na sua característica de não ser entendida em termos geográficos bem definidos, mas conforme alertou Luís Filipe Thomaz como:

conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos, do cabo da Boa Esperança ao Japão.⁵

Dessa forma, ao se estudar a presença portuguesa no Estado da Índia, é necessária entendê-la por duas vias de análise que se complementam: a dificuldade em se aplicar a ideia de fronteiras, tanto geográficas quanto culturais, e a diversidade dos estabelecimentos de fixação portuguesa e seus diferentes estatutos políticos-administrativos nas áreas do território asiático. A região de Goa, principal ponto de fixação portuguesa na Índia, possuiu o estatuto de “conquista” ou “possessão”, pois foi incorporada pela coroa por meio de guerra em 1510, que na época encontrava-se sob o domínio do sultanato de Bijapur.⁶

Região de intensa presença muçulmana, mas também hindu, uma vez que pertenceu ao poderoso reino hindu de Vijayanagar, e de comunidades judaicas, Goa destacava-se pela sua posição estratégica voltada para o Índico e pelo vigoroso comércio intercontinental. Por ali circulavam mercadorias e culturas vindas das mais distantes regiões: ouro e marfins de Moçambique, sedas de Ormuz, cavalos do golfo Pérsico, pimentas de varias localidades, entre

⁴DORÉ, Andréa. *Sitiados: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)*. São Paulo: Alameda, p.10

⁵ THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p.206.

⁶ _____. *De Ceuta a Timor*, p.224.



outros.⁷ Tal como destacou Catarina Madeira dos Santos, logo após ser conquistada por Afonso de Albuquerque, foi remetido à Goa o caráter de capitalidade, chegando a ser denominada de “*alter ego* do centro metropolitano – Lisboa- no mundo índico”.⁸ Ali foram instaladas diversas estruturas de ordem político-administrativas e religiosas tais como aquelas que se encontravam em Lisboa: um vice-rei, um Tribunal da Relação, um Conselho da Fazenda, uma Mesa da Consciência, um Conselho de Estado, um Tribunal do Santo Ofício, instalações de ordens religiosas, criação de diocese, entre outros.

A cidade de Ormuz, localizada na entrada do golfo Pérsico, apesar de ter sido dominada por Afonso de Albuquerque em 1507 e de destronar o rei de Ormuz, este não deixou de administrar e de exercer influências sobre os territórios vizinhos, levando na prática, a uma partilha de soberania com o rei de Portugal.⁹ Já para as regiões vizinhas à cidade de Goa, como Baçaim e Salcete, o estado português conseguiu exercer seu poder através de tratados e acordos com reis locais¹⁰ mas que não eliminou as tensões existentes entre muçulmanos e hindus, que até 1579, fizeram várias tentativas para recuperar o território perdido.¹¹ Tratavam-se assim, de regiões de fronteiras, nas quais a coroa portuguesa deve que lidar constantemente com várias ameaças de ataques de muçulmanos e hindus.

Outro tipo de conjunto de estabelecimento portugueses na Índia foi àquela baseada por criações de feitorias e fortalezas através de uma série de concessões dos reis locais aos portugueses, em que não exerciam um controle total sobre a região. As áreas do Malabar, como Cochim, Cranganor, entre outras, foram adquiridas através de contratos. Eram áreas em que o poder português precisou compartilhar sua esfera de influência política com as autoridades locais.¹²

António Manuel Hespanha e Catarina Madeira dos Santos enfatizaram as discontinuidades espaciais e os diferentes modelos institucionais que marcaram o império asiático português. Tal império foi delineado não por estruturas políticas como os impérios de tradição cristã, como o espanhol que se caracterizou por formas tradicionais de organizar e dominar politicamente o espaço. Por se tratar de um império que se estendeu por vastas áreas, não podia dominar nem controlar estes se empregasse antigos modelos. A formação de um

⁷AVELAR, Pedro. *História de Goa: de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*. Lisboa: Texto, 2012, p.32.

⁸SANTOS, Catarina Madeira Santos. «*Goa é a chave de toda a Índia*». Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999. p. 34.

⁹THOMAZ. *De Ceuta a Timor*, p.224.

¹⁰_____. *De Ceuta a timor*, p.224.

¹¹SOUZA, Teotónio R. de. *Goa Medieval: A cidade e o Interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa,1994, p.34.

¹²THOMAZ. *De Ceuta a timor*, p.228-229.



império não terrestre, mas, sobretudo oceânico, encontrou no mar o seu maior ponto de anexo entre os pontos de ligações entre os domínios lusitanos orientais.¹³

No entanto, é no pluralismo administrativo que se encontra a principal característica da organização política- administrativo do império no Oriente. Os vários modelos administrativos encontrados pela coroa portuguesa refletem às diversas condições geográficas e socioculturais com as quais os portugueses se deparavam em diferentes pontos deste império (América, África e Ásia Oriental). A capacidade de se ajustar as instituições já existentes e de criar novos modelos de organização administrativa traduzem a natureza da presença portuguesa por todo ultramar:

desde o mais tradicional e formal (municípios ou capitânias-donatarias), passando a modalidades menos completamente institucionalizadas de organização do Poder (fortalezas/feitorias, protetorados, tratados de paz e vassalagem), até às manifestações de um poder indireto e informal, com a influência exercida por meio de mercadores e de eclesiásticos. No extremo, a modalidade formalmente mais ténue de presença- os “lançados” e aventureiros.¹⁴

Assim, apesar de não efetivar uma concreta dominação, principalmente em termos territoriais, e de ter sua presença sustentada pela coexistência de formas distintas de instituições administrativas, Portugal gerenciou a formação de uma sociedade que se misturava conforme o passar dos anos. Do encontro e da mistura entre portugueses e povos asiáticos, novas formas de classificação foram surgindo no horizonte jurídico e social que moldaram a presença portuguesa no além mar. Conforme salientou António Manuel Hespanha, por se tratar de uma sociedade do Antigo Regime o ato de nomear, classificar e estabelecer categorias era algo expressamente concreto e vivido entre aquela sociedade. A prática de classificar alguém era fruto do interesse em demarcar sua posição jurídica e política, e que a mobilidade de estatuto deve ser compreendida para além de uma mobilidade social; era sobretudo uma mobilidade onomástica ou taxinômica.¹⁵

Nomear, classificar, hierarquizar e categorizar formaram as bases das relações sociais estabelecidas entre o Velho e o Novo mundo a partir do século XVI. Na Ibero-América, portugueses e espanhóis utilizaram de uma gama de categorias e vocábulos para identificar o universo cultural que ali se vivia e se reinventava a cada instante, assim como em várias partes do Oriente, em que foram surgindo ao longo dos séculos novas formas de qualidades e classificações sociais que modificaram e determinavam os modos de compreender a sociedade asiática, que em

¹³HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Catarina Madeira dos. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa 1998, p.351.

¹⁴_____. Os poderes num império oceânico, p.353.

¹⁵ HESPANHA, António Manuel. *Imbecilistas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010, p.18.



parte, também influenciava e impunha suas impressões sobre o processo de mistura biológica e cultural que se fomentava naquelas partes.

De acordo com Russel-Wood, a sociedade portuguesa no ultramar teve dois critérios de distinção social: o casamento e o local de nascimento. Na Índia portuguesa, o casamento entre um soldado português com uma mulher local, conferia ao *casado* à possibilidade de integrar cargos públicos que não eram admitidos aos solteiros.¹⁶

A categoria *casado* surge na documentação no contexto da conquista da cidade de Goa por Afonso de Albuquerque em 1510. Com a intenção de proporcionar a efetiva fixação de portugueses na Índia, Albuquerque incentivou o casamento entre soldados portugueses com mulheres locais, que ao contraírem o matrimônio, muitos destes soldados deixavam o serviço real e eram recompensados com uma série de privilégios. A presença territorial portuguesa em Goa, e posteriormente em outras regiões, teve no processo de mestiçagem biológica e cultural o seu principal reforço:

Aqui se tomaram algumas mouras, mulheres alvas e de bom parecer, e alguns homens limpos que e de bem quiseram casar com elas e ficar aqui nesta terra, e me pediram fazenda, e eu os casei com elas e dei o casamento ordenado de vossa alteza, e cada um seu cavalo e casas e terras e gado, aquilo que razoavelmente me parece bem: haverá aqui quatrocentas e cinquenta almas, estas cativas e mulheres que se casão, tornam a suas casas e desenterram suas joias e suas fazendas e suas arrecadas de ouro e aljôfar e Rubis, e colares e manilhas, contas, e tudo lhe deixo a elas e a seus maridos (...)¹⁷

Levando em consideração que a grande maioria da população portuguesa que se destinava à Índia no início do século XVI era em sua maioria masculina, uma vez que era preciso de soldados para conquistar e defender os territórios asiáticos alcançados pela coroa lusa, a política de Albuquerque em promover uniões mistas de portugueses com mulheres nativas foi de ampla importância para a afirmação da fixação lusitana no Oriente, tal como explica Charles Boxer ao ressaltar que por o Estado da Índia se tratar de um “ambiente fronteiriço, de guerras contínuas, que permanecem até ao fim do século XVIII, muito poucas mulheres foram para a Índia, em comparação com os homens”.¹⁸

Era no comércio interasiático ou na Rota do Cabo que os casados atuavam. De acordo com Andréa Doré os casados de Goa mantinham negócios costeiros com a região do Guzerate e/ou com às califas para o comércio com o Kanara, que segundo a autora, era a fonte principal

¹⁶ WOOD, Russel. A sociedade portuguesa no ultramar. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, v. 1, 1998-99, p.269.

¹⁷ Carta de Afonso de Albuquerque. In: REGO, Antonio da Silva. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. Índia. Agência Geral das Colônias: Lisboa, 1947, v.1, p.27.

¹⁸ BOXER, Charles. *Relações raciais no império colonial português*. 1415-1825. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1967, p.93.



de fornecimento de pimenta para a Carreira da Índia e o Malabar.¹⁹ Por sua vez, os casados de Cochim, um dos principais pontos da presença portuguesa no Estado da Índia, atuavam como intermediários comerciais entre a Costa do Coromandel, Malaca e Macau, além de possuírem contatos com os portos de Bengala, que se alargavam desde Pegu ao sudeste da Ásia.²⁰

Nos finais do século XVI, os casados ainda se envolveram no comércio de longa distância, mantendo relações comerciais com o Japão, por exemplo. Alguns casados ainda estabeleceram contatos comerciais particulares que escapavam dos enquadramentos da coroa portuguesa, o que revela o quão frágil era a imposição da presença e do poder lusitano nos espaços asiáticos.²¹

Na leitura de Sanjay Subrahmanyam a categoria dos casados para o Estado da Índia era equivalente a de um burguês, de homem mercantil, moldada semelhante aos homens-bons da Península Ibérica, conhecidos também como cidadãos honrados. Contudo, ao contrário dos homens-bons, constituídos por indivíduos que possuíam estatutos de nobrezas, de fidalguia ou membros de forças armadas, tal com a Ordem de Cristo, na Índia portuguesa os casados eram oriundos de classes mais baixas.²² O autor também ampliou as noções sociais referentes aos casados, ao explorar e identificar a existência de “casados brancos” e de “casados negros”, a partir das anotações do cronista e geográfico português António Bocarro de meados do século XVI, alertando para as diferenças entre os casados nascidos em Goa e em tecido urbano e aqueles que tinham origem nos espaços mais afastados do Estado da Índia.²³

Mas foi na atuação nas câmeras municipais que os casados exerceram sua maior autoridade política, sendo dos próprios casados a reivindicação para o estabelecimento da instituição em 1516.²⁴ Neste sentido, Doré afirma que, ao portarem uma série de privilégios, tal como a isenção de impostos, era do grupo dos casados que saíam as nomeações para ocupar os cargos das câmeras municipais.²⁵

De acordo com Maria Fernanda Bicalho, em 1542, uma ordem régia colocava que os representantes dos mesteres no Senado de Goa deveriam pertencer a categoria dos casados, ou

¹⁹ DORÉ, Andréa. Os casados na Índia portuguesa: a mobilidade social de homens úteis. In: FLORES, Jorge; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Raízes do Privilégio: Mobilidade social no mundo Ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.521.

²⁰ _____ . Os casados na Índia portuguesa, p.521.

²¹ _____ . Os casados na Índia portuguesa, p.522.

²²SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia. 1500-1700: A Political and Economic History*. 2ª ed. Wiley-Blackwell, 2012, p. 326.

²³ _____ . *The Portuguese Empire in Asia*, p. 232.

²⁴BOXER, Charles. *Portuguese society in the Tropics*.The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia e Luanda (1510-1800). Cambridge: Hakluyt Society at University Press, 1964, p.13.

²⁵ DORÉ. Os casados na Índia portuguesa, p.525.



seja, portugueses por nascimento e origem – e que não fossem aceitas pessoas de outra nação ou qualidade. Ainda segundo a autora, apesar da legislação pombalina ter abolido as diferenças legais entre brancos, euroasiáticos e indianos cristãos na segunda metade do século XVIII, o Senado de Goa, notificou, em 1782, que brancos, ou seja, portugueses, tinham preferências na ocupação dos cargos da governança da terra.²⁶

É importante destacar que a política de casamentos mistos defendida por Albuquerque no início do século XVI gerou críticas e ressalvas entusiastas de alguns de seus contemporâneos e até mesmo do próprio governador. A questão da cor foi um fato de suma importância para a conformação desses casamentos, uma vez que Albuquerque chegou a sugerir que essas não deveriam ser feitas com “mulheres malabares, porque são negras e mulheres corruptas em seu viver e por seus costumes”²⁷, aconselhando por sua vez o casamento entre as mulheres de cores alvas:

mulheres mouras, são alvas e castas e retraídas em suas casas e no seu modo de viver, como uns mouros desta terra tem por costume, e as mulheres de brâmanes e filhas deles também são castas mulheres e de bom viver, e são alvas e de boa aparência; assim, senhor, em qualquer parte onde se tomava mulher branca, não se vendia, nem se resgatava todas se davam a homens de bem que queriam casar com elas.²⁸

Segundo Ângela Barreto Xavier com o intuito de reduzir a perspectiva negativa que rondavam a política dos casamentos mistos, tais como preocupações na educação e formação dos filhos na educação e cultura cristã pelas mães indianas recentemente convertidas ao cristianismo, que a partir da década de 1540, a coroa portuguesa passou a enviar para o Estado da Índia órfãs portuguesas, que recebiam um dote do rei, sendo denominadas de *orfãs d'el-rei* as quais deviam casar com os portugueses solteiros.²⁹ Se não fosse possível casar com as *orfãs d'el-rei*, os portugueses deviam escolher as mulheres mais brancas possíveis, “alvas e de bom parecer” conforme foi mencionado por Albuquerque em 1510.

Vale destacar que a política portuguesa de casamentos mistos entre portugueses e mulheres não europeias em outras regiões que estiveram sobre o domínio lusitano foi diferente do experimentado no Estado da Índia. De acordo com Russel Wood, na África continental, em São Tomé e Príncipe e no arquipélago de Cabo Verde, a união mista não era encorajada pela

²⁶BICALHO, Maria Fernanda Batista. Mediação, Pureza de sangue e ofícios mecânicos. As câmaras, as festas e a representação do império português. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *O trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver*, séculos XVI a XIX Belo Horizonte, ANNABLUME, 2002, p.309.

²⁷ Carta de Afonso de Albuquerque. : REGO, Antonio da Silva. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. Índia. Agência Geral das Colônias: Lisboa, 1947, v.1, p.220-221

²⁸ Carta de Afonso de Albuquerque, p.220-221.

²⁹ XAVIER, Ângela Barreto. Dissolver as diferenças: Mestiçagem e conversão no Império português. Vilaverde, Manuel, Wall, Karin, Aboim, Sofia e Silva, Filipe Carreira da (Eds). *Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 719.



coroa portuguesa, visto que se entendia que os descendentes dessas uniões não poderiam integrar plenamente a sociedade portuguesa que queria ser firmar nessas áreas.³⁰ Tal postura também pode ser verificada para caso do Brasil, na qual havia uma política clara de desencorajamento de casamentos entre portugueses e mulheres africanas, fossem elas escravas ou livres, algo contrário à união com mulheres ameríndias, aspecto este que se foi mais experimentado entre a zona central ao sul do Brasil conforme salientou Wood.³¹

Se o casamento oferecia aos homens portugueses um lugar de destaque no quadro político e econômico do império, uma vez que “os dirigentes desta classe eram a riqueza, a independência, técnicas de negociação sofisticada e o acesso a uma rede de poderosos contatos portugueses e indígenas”³² o local de nascimento assumia uma significativa importância na vida de um indivíduo, pois ter nascido em Portugal garantia vantagens sobre aqueles que nasceram na Ásia ou na América, ainda que esses tivessem pais portugueses. Na Índia portuguesa, os chamados *castiços* e/ou *mestiços*, descendentes da união entre portugueses e mulheres locais, foram alvos de diversas exclusões no cenário político e social.

No vocabulário elaborado por Raphael Bluteau em 1712 a expressão *castiço* diz respeito aquele que “se diz ao filho de pay, e mãy, Portuguezes”³³ e ao *mestiço* “filho de Europeu com India, de branco com mulata”.³⁴ Por sua vez, no *Glossário Luso-Asiático* elaborado pelo orientalista goês Sebastião Rodolfo Dalgado no início do século XX é possível identificar diferentes variações entre *castiços* e *mestiços*. O termo *castiço* podia significar o ser “puro de sangue, sem mistura heterogénea”³⁵ quanto o que “tem avo da India, e outro da Europa”.³⁶ Já o *mestiço* era definido por aqueles que possuíam “progenitores, próximos ou remotos, um europeu e uma índia ou vice-versa”.³⁷

Contudo, como foi analisado por Xavier, o sentido mais empregado para o século XVII, e até mesmo em meados do século XVI, para a categoria *mestiço* era que este era filho de pai

³⁰ WOOD, Russel. Políticas de fixação e integração. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, v. 2, 1998-99, p.139.

³¹ _____. Políticas de fixação e integração, p.139.

³² WOOD. A sociedade portuguesa, p.270.

³³ BLUTEAU, Rapahel. *Vocabulario Portuguez e Latino*, Coimbra: Colégio de Artes da Companhia de Jesus, V. I, 1712, p. 244.

³⁴ _____. *Vocabulario Portuguez e Latino*, p.51.

³⁵ DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919. v. 1, p.229.

³⁶ _____. *Glossário luso-asiático*, p.229.

³⁷ Também encontramos em Dalgado a expressão *Topaz*, empregada na Índia e na Malásia entre os séculos XVII e XVIII, para designar aqueles que “pretendiam ser descentes de portugueses, que falavam português, trajavam à portuguesa, professam a religião católica e serviam de ordinário como soldados. Designava também ao cristão indígena, que sabia o português, bem como o língua ou interprete, que falava, além do português, um ou mais idiomas vernáculos.”



português com mãe de origem asiática, já os castiços seriam filhos de pais portugueses com mães euroasiáticas, conferindo a esses últimos um lugar acima dos mestiços na hierarquia social do império português.³⁸

Assim, frutos das uniões mestiças dos primeiros anos da presença portuguesa no Estado da Índia, mestiços e castiços foram incorporados a uma sociedade tipicamente portuguesa que se deseja formar no Oriente. Segundo Russel Wood os descendentes dessas uniões mistas eram considerados intermediários culturais de grande valia para as relações políticas entre portugueses e não portugueses por todo Oriente, pois ao pertencerem a dois ou mais universos culturais, exerciam importantes contatos diplomáticos entre diversas sociedades, tal como foi o caso da mestiça Juliana Dias da Costa (1658-1734), que viveu por muitos anos na região de Deli.³⁹ Filha de um médico português com uma mulher escrava de Agra, à Juliana da Costa foi confiada a função de educar muitos príncipes asiáticos, além de ser peça chave para o processo de conversão entre mongóis e portugueses ao manifestar sua posição favorável aos portugueses. Para o autor, o caso da mestiça Juliana da Costa é singular, uma vez que esta nunca saiu do Oriente, e por viver em um espaço de intensa influência muçulmana, não deixou de exercer sua fé cristã e “nem a lealdade para com os Portugueses e as suas causas”.⁴⁰

Contudo, o que se nota, e levando em consideração de que os mestiços estariam na base da pirâmide social do Estado da Índia, é que esses viveram em situações de exclusões sociais e políticas. Neste sentido, podemos destacar que a carreira militar, um importante aspecto para a continuidade da presença portuguesa no Oriente, dado que se tratava de uma presença bastante frágil em termos políticos e territoriais, estava vedada aos mestiços, pois esses não eram confiáveis como soldados, considerados “demasiados brandos e efeminados”, chegando até mesmo de serem proibidos de se alistarem por determinação da coroa em 1545 e em 1561.⁴¹

A formação de cleros nativos asiáticos

As mais variadas formas de desqualificação de mestiços e castiços presentes na Índia portuguesa estão relacionadas ao contexto de formação de clero nativo goês pela Companhia de Jesus. Fundamental para a organização e melhor divulgação do evangelho entre os locais, o acesso de indianos convertidos e de mestiços as ordens religiosas foi uma realidade na Índia portuguesa, mas que não eliminou as tensões ali existentes. De acordo com Célia Cristina da Silva Tavares, apesar de não haver restrições à formação de clérigos de origem tanto indiana quanto

³⁸XAVIER, Ângela Barreto. “Nobres per geração”. A consciência de si dos descendentes de portugueses na Goa seicentista. In: *Cultura*, n 24, 2007, p. 93.

³⁹WOOD. *Políticas de fixação e integração*. p.144.

⁴⁰_____. *Políticas de fixação e integração*, p.144.

⁴¹DORÉ. *Os casados na Índia portuguesa*, p.528.



mestiça, dificilmente esses alcançariam altos cargos eclesiásticos. Seria, pois, somente na segunda metade do século XVIII que as ordens religiosas no Oriente tiveram uma postura mais flexível no que tange à admissão de indianos. O que se verifica na prática, portanto, era a inviabilidade de clérigos locais desenvolverem uma carreira regular, no qual os altos postos estavam fora de cogitação.⁴²

Podemos notar tal atitude mais restrita em relação à formação do clero nativo em uma carta do visitador da ordem jesuítica Alessandro Valignano, que no ano de 1588 resumiu no documento intitulado “Sumario das regras para o provincial da Índia” uma orientação geral do governo da Índia na qual não se recomendava o recrutamento de nativos e mestiços no interior da Companhia de Jesus.

Os cristãos naturais da terra de qualquer nação que sejam, exceto os japoneses, não se admitam na Companhia [...] não somente os naturais da terra, mas também os mestiços e castiços parece que será mais seguro não receber nenhum ordinário [...] e quando aos castiços portugueses nascidos na Índia não se devem receber senão muito raramente.⁴³

Classificar e hierarquizar os indivíduos eram assim, um ato concreto do jesuíta, no qual buscava desqualificar os filhos de portugueses e de portuguesas nascidos na Índia, considerados por ele, frutos de uma má qualidade da terra asiática.

Segundo Charles Boxer Valignano dividiu a população da Índia portuguesa da seguinte forma: Em primeiro lugar estariam os portugueses nascidos no Velho Mundo. Em segundo lugar, os filhos de progenitores europeus, mas que nasceram na Índia. A terceira categoria seria dos *castiços*. Por fim, estariam os mestiços e chamados os indígenas "puros" ou aqueles que tinham uma gota de sangue europeu em suas veias.⁴⁴

Neste sentido, Serge Gruzinski, para os contextos dos séculos XVII e XVIII, indica que a ideia de mistura, ou mesmo de mestiçagem, pressupõe a existência de grupos humanos puros, formados por elementos homogêneos. A circulação e o intercâmbio entre diferentes povos, a passagem do homogêneo para o heterogêneo levaria a um processo de contaminação, de perda da pureza original e, portanto, de degeneração⁴⁵.

É importante ressaltar que entendemos a mestiçagem – seja ela realizada na América, África ou Ásia - como um processo que engloba tanto o contato físico como o político,

⁴²TAVARES, Célia Cristina da Silva. O clero goês e as estratégias de inserção na hierarquia eclesiástica (século XVII): os casos de Mateus de Castro e José Vaz. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM, p.4.

⁴³ WICKI, José. Documenta Indica. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1948- 1988, v.14, p. 834.

⁴⁴ BOXER. *Relações raciais no império colonial português*. p.96-97.

⁴⁵ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 78.



econômico e cultural, tal como sugeriu Gruzinski ao afirmar que “desde os primeiros tempos, a mestiçagem biológica, isto é, a mistura de corpos – quase sempre veio acompanhada pela mestiçagem de práticas e crenças”⁴⁶.

De acordo com Patrícia Souza de Faria nas colônias os reinóis possuíam maior prestígio do que os nascidos na Ásia, mesmo que ambos tivessem pais portugueses, em virtude de o nascimento no ultramar ter sido associado a conotações negativas, por supostamente favorecer a debilidade física e moral de povos indígenas.⁴⁷ De toda forma, o que se nota é que os critérios de “pureza de sangue” já estavam inseridos em toda lógica da sociedade portuguesa, e que refletia nos espaços coloniais. O que se via na prática, portanto, era que os favorecidos eram os portugueses “limpos de sangue”, nascidos na metrópole, condição esta que muitos os mestiços já não compartilhavam.

Alessandro Valignano também descreveu e comparou as qualidades e costumes dos povos orientais, indicando que os japoneses e chineses eram superiores aos demais asiáticos:

Toda a gente dessas partes (exceto a China e o Japão, que tais quais trataremos em seu lugar, porque delas não falo agora) simbolizam as seguintes coisas, convém, a saber, a que todos são de cor baça, embora uma é mais negra que a outra conforme o calor dos lugares em que vivem, e conforme a qualidade de seus progenitores e dos exercícios que fazem. E conforme a isto, embora uns sejam de mais ou menos primor e capacidade que outros, todavia universalmente falando é comum a toda gente ser de pouco primor e de pouca capacidade: e parece como disse Aristóteles, de sua natureza nascida para servir, embora muitos entre eles sabem mais e tem sutil entendimento, especialmente das coisas que tocam seu interesse.⁴⁸

No que concerne ao recrutamento de japoneses à Companhia de Jesus essa está relacionada diretamente com o diminuto número de religiosos europeus frente à sociedade nipônica e a grande necessidade de um maior contingente de padres para realizar a conversão da população local. Segundo Maria de Deus Beites Manso e Lúcio de Souza em 1580 o padre Geral Everardo Mercuriano indicou a boa qualidade dos japoneses e a permissão para a admissão dos mesmos para auxiliarem na tarefa da conversão. Assim, de modo geral, a entrada de japoneses na Companhia de Jesus foi bem requisitada, uma vez que a formação de um clero local facilitaria a comunicação direta com os japoneses, já que o domínio da lingual local possibilita o ensinamento

⁴⁶ GRUZINSKI. *O Pensamento mestiço*, p.110.

⁴⁷ FARIA, Patrícia Souza de. Percepções sobre os nascidos no Oriente Português: classificação e hierarquias nas controvérsias em torno do clero nativo (Goa, séc. XVI-XVIII) In: LEVI, Joseph; MANSO, Maria de Deus Beites; ASSIS, Ângelo Faria de (orgs). *A expansão: quando o mundo foi português*. Viçosa, 2014, p.96.

⁴⁸ WICKI, José. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1948- 1988, v.13, p.144.



do cristianismo em japonês, além do fato de os japoneses serem “brancos” e de “engenho capaz para as letras”.⁴⁹

Apesar da indispensabilidade da formação de um clero japonês no Extremo-Oriente, as diferenças culturais colocavam por vezes os japoneses em posição inferior aos europeus. De acordo com os autores, os jesuítas consideravam a alimentação japonesa insuficiente para o exercício da evangelização, que consistia em um árduo trabalho, difícil de ser feito por pessoas que viviam de remédios. Fracos fisicamente, o caráter dos japoneses era descritos através de grandes alterações de humor, da falta de perseverança e na forma superficial com que a doutrinação à religião católica era realizada, além de outros costumes, como o suicídio e a sodomia que eram contraditórios aos preceitos cristãos.⁵⁰

A formação do clero chinês apresentou bastantes controvérsias. Os padres favoráveis a ordenação de chineses argumentavam que esses deveriam apresentar um bom latim e/ou comprovar boas virtudes. O jesuíta belga François de Rougemont (1601-1676) foi um dos grandes defensores da formação do clero chinês, especialmente por desqualificar as críticas de muitos missionários europeus sobre os chineses de que estes eram cheio de vícios e corruptos, conforme analisou Boxer.⁵¹ Para agravar a situação do clero chinês havia a questão dos ritos chineses e a veneração a Confúcio, que gerava grandes dúvidas e hesitações entre os papas. A realidade da presença religiosa católica na China foi marcada por muita lentidão e pouco número de missionários que pudessem atender os cristãos da China, que no começo do século XVIII girava em torno de 200 mil a 300 mil conforme descreveu Boxer.⁵²

Por sua vez, na África oriental a presença de um clero local praticamente não se fez presente, que durante mais de três séculos, nenhum sacerdote foi ordenado, apesar de que poucos tenham recebido a ordem em Goa ou em Portugal e nunca tenham voltado para suas terras natais, como foi o caso do frei dominicano Miguel de Apresentação convertido a religião católica em 1629, mas que segundo Boxer não ficou imune de receber críticas por sua cor e condição.⁵³ O que se nota é que, por mais que se tenham exemplos de ordenação da população oriental, a marca da origem de nascimento e da mestiçagem os colocava sempre em segundo patamar em relação aos padres europeus tal como indicou Boxer:

⁴⁹ MANSO, Maria de Deus BEITES; SOUZA, Lúcio de. *Matizes jesuítas: O perfil do clero nativo japonês*. In: Perspectivas – *Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, N.º 10, June 2013, p.120-121.

⁵⁰ _____. *Matizes jesuítas*, p. 121-125.

⁵¹ BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.37.

⁵² _____. *A Igreja Militante*, p.40.

⁵³ BOXER. *A Igreja Militante*, p.22.



os portugueses na Índia estavam preparados para educar candidatos indianos e mestiços ao sacerdócio secular, mas mantiveram-nos em posições estritamente subordinadas como sistema de política eclesiástica e colonial, e recusaram sem apelo deixá-los tornarem-se jesuítas, dominicanos, franciscanos ou agostinhos inteiramente responsáveis.⁵⁴

Entretanto se encontramos no interior das ordens missionárias formas nítidas de hierarquização e desqualificação social dos asiáticos e indo-portugueses torna-se possível perceber uma dinâmica inversa ao analisar a forma com que brâmanes e chárdos, principais castas indianas, lidaram com a união de suas filhas com os mestiços. De acordo com Ângela Barreto Xavier “as mulheres brâmanes e chárdos se recusavam a casar com filhos de ‘casados’, aceitando, em vez disso, desposar fidalgos provenientes do reino, a quem reconheciam uma dignidade semelhante à sua”.⁵⁵ Para a autora, o que se verifica na Índia é a presença é a formação de agentes internos da colonização, na qual a própria elite indiana convertida procurou se aproximar dos reinóis – portugueses nascidos na Europa – na intenção de indicar uma pureza de sangue e de afastar da mácula da mestiçagem, reivindicando para si privilégios e ascensão social.⁵⁶ Aspecto esse particular da Ásia portuguesa, uma vez que na América espanhola, a questão da mestiçagem por vezes foi exaltada pela gente mestiçada, tal como foi o caso do Inca Garcilaso de La Vega, portador de um espírito e escrita que mesclava tradições e ideias da sociedade ameríndia e europeia, que conforme analisado por Eliane Garcindo de Sá, considerava o mestiço como resultado positivo da presença espanhola na América.⁵⁷

Assim ao analisar o processo de mestiçagem biológica e cultural em dada sociedade é de suma importância compreender o mestiço como uma categoria sócia histórica, uma vez que indica a pluralidade e a particularidade de cada contexto histórico e social no qual a mestiçagem se moldou e se fez presente. Zonas de intenso trânsito cultural e biológico como Goa na Ásia, Vice-Reino do Peru e Cidade da Bahia na ibero-americana constituíram ao longo dos séculos XVI e XVII *locus* privilegiados de análise sobre as diversas condições mestiças e suas interferências no panorama político e social dessas sociedades coloniais. As mestiçagens, portanto, não devem ser deslocadas dos contextos em que se processaram, sendo que esses são múltiplos e variáveis.

Vale aqui abrir uma ressalva para destacar a figura do Frei Miguel da Purificação, nascido na Índia em 1598 e autor da *Relação defensiva dos filhos da Índia Oriental*, datada em 1640, que tinha

⁵⁴ BOXER. *Relações raciais*, p.67.

⁵⁵ XAVIER. *Dissolver as diferenças*, p. 723.

⁵⁶É importante ressaltar que Portugal não ficou a mercê dessa elite indiana, ao passo que buscou incluir normas que restringisse a inclusão desses indivíduos no quadro político e econômico do império, tal como o impedimento de ascenderem a altos cargos das ordens militares.

⁵⁷SÁ, Eliane Garcindo de. *Mestiço: entre o mito, a utopia e a história*. Reflexões sobre a mestiçagem. Rio de Janeiro: Quartet: Paperj, 2013, p.121-150.



como objetivo enaltecer a imagem dos frades nascidos na Índia, denominado de “filhos da Índia”, que não carregavam os males da mistura e assim, poderiam ser admitidos na ordem dos franciscanos, que tal como a Companhia de Jesus, possuía restrições aos indivíduos de “má qualidade”. Assim de acordo com Patrícia Souza de Faria:

O discurso de frei Miguel da Purificação refletiu um esforço de afirmação das qualidades dos franciscanos nascidos na Índia, que se sentiram aliados das posições de preeminência na Província franciscana da Índia, por serem favorecidos os frades nascidos em Portugal.⁵⁸

Ainda segundo a autora, Frei Miguel da Purificação foi enfático em seus escritos em ressaltar que a Ordem dos Franciscanos era extremamente rigorosa em relação a seleção dos egressos, evitando a entrada de indivíduos com sangue impuro, como os de origem judaica, muçulmana ou que tivesse alguma ascendência negra.⁵⁹

A escrita de Frei Miguel da Purificação e sua defesa dos *filhos da Índia* diante das demais comunidades locais endossaram as prerrogativas negativas em torno das populações asiáticas registradas nos discursos de letrados europeus, tal como do jesuíta Alessandro Valignano. Ao descrever que os *filhos da Índia* eram brancos quanto os portugueses, gerados através de casamentos mistos entre os portugueses e mulheres brâmanes, Miguel da Purificação ao mesmo tempo em que reforçava a nobreza dos *filhos da Índia* se resguardava de acusações de que estes eram negros, e, por conseguinte, incapazes de exercerem cargos eclesiásticos.⁶⁰

Ângela Xavier destacou que a linha argumentativa do frade foi de ressaltar a “pureza” de sangue dos *filhos da Índia*, que apesarem de terem nascidos na Índia, caracterizada por vezes como “lugar inferior”, possuíam virtudes e qualidades que os habitantes locais não apresentavam. Para reforçar suas considerações a respeito da supremacia social e cultural dos *filhos da Índia* Miguel da Purificação hierarquizou a sociedade luso-asiática da seguinte forma, conforme salientou Xavier: “Diferenciando primeiro o bem nascido do mal nascido, situa os indiatícos entre os primeiros (filhos de mãe e pai portugueses, nobres e fidalgos de geração), elencando, depois, os mal nascidos (castiços, mestiços, indianos)”⁶¹.

Assim, a tarefa do frei Miguel da Purificação, foi, de modo geral, defender as qualidades dos portugueses nascidos na Índia frente aos portugueses vindos do reino e sua superioridade intelectual face aos lusos-asiáticos sem esquecer-se dos preceitos hierárquicos que marcavam a ordem imperial portuguesa no Oriente.

⁵⁸FARIA. *Percepções sobre os nascidos no Oriente Português*, p.98.

⁵⁹_____. *Percepções sobre os nascidos no Oriente Português*, p.99.

⁶⁰FARIA, Patrícia Souza de. *A conquista das almas do Oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial português em Goa (1540-1740)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013, p.227.

⁶¹XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Florença, 2003, p.552.



Outro caso emblemático no que tange as aspirações na promoção social foi o do brâmane Mateus de Castro (1594-1677) que postulou junto à Roma a nomeação de bispo na primeira metade do século XVII. Inserido nos conflitos judiciais entre o Padroado português⁶² e a Propaganda Fide⁶³, Mateus de Castro buscou explorar e criticar a política portuguesa de discriminação sobre o clero goês.

Nascido na ilha de Dívar, em Tiswadi, em Goa, aproximadamente por volta do ano de 1594, Mateus de Castro foi estudante de humanidades no colégio franciscano dos Reis Magos, na região do Bardez. Impedido de progredir com seus estudos religiosos na Índia, uma vez que a Igreja considerada os bramanes inferiores intelectualmente, Castro viajou até Roma na segunda metade de 1625. No coração do cristianismo ocidental, Castro ficou sob a proteção do secretário da Propaganda Fide, o italiano Francesco Ingoli, e do cardeal Barberini, irmão do Papa, continuando seus estudos na Congregação do Oratório de S. Filipe de Neri. Obteve em 1631, o grau de doutor em Filosofia e Teologia, sendo também ordenado no padre *ad titulum missionis*.⁶⁴

Com autorização em voltar à Índia, com o objetivo e poder de supervisionar as missões portuguesas e a conversão dos indianos, conforme indicaram Ângela Barreto Xavier e Inês Županov. Contudo, apesar de ter sido autorizado pelo papa em pregar na Índia, Mateus de Castro não foi bem recebido, retornando a Roma em 1636, sendo nomeado bispo de Crisópolis e vigário apostólico da região do Bijapur.⁶⁵ Ainda segundo Tavares, Mateus de Castro chegou a incitar um ataque a cidade de Goa em 1653 “ao incitar o sultão muçulmano de Bijapur e os holandeses, além de informar sobre as fragilidades da cidade a esses dois inimigos dos portugueses”. Chegou a escrever uma carta endereçada aos brâmanes de Goa intitulada *O Espelho dos Brâmanes*, com o objetivo de levantar uma revolta dessa casta contra o domínio português. Com seus objetivos não foram atingidos, já que os ataques a Goa não aconteceram, voltou mais uma vez a Roma em 1658, onde faleceu em 1677.⁶⁶

De todo modo, sua obra *Espelho de Brâmanes*, pode ser interpretado como resultado de suas experiências extra Goa, que permitiram alargar seu horizonte intelectual. Conforme analisaram Xavier e Županov, as idas de Castro a Roma e seus estudos em colégios ocidentais

⁶²De modo geral, o Padroado português pode ser entendido como uma série de direitos, privilégios e deveres concedidos a Portugal pelo papa como patrocinadora das missões católicas e dos estabelecimentos eclesiásticos missionários na África, Ásia e Brasil.

⁶³A Propaganda Fide surgiu a partir de 1622 como resposta de Roma aos privilégios missionários concedidos a coroa de Portugal, autorizando a nomeação e envio de evangelizadores por diversas regiões do Oriente.

⁶⁴Županov, Inês; Xavier, Ângela Barreto. Ser Brâmane na Goa da Época Moderna. *Revista História*, n 174, p. 15-41, jan-jun, 2015, p.20-21.

⁶⁵Županov. *Ser Brâmane*, p.21.

⁶⁶TAVARES, Célia Cristina da Silva. *O clero goês e as estratégias de inserção na hierarquia eclesiástica (século XVII)*, p.3-4.



impulsionaram a contextualização e a conexão dos brâmanes com os europeus e a importância desse grupo indiano no centro da presença portuguesa no espaço asiático:

No seu *Espeelho*, os brâmanes são apresentados como o vértice da hierarquia social indiana, enquanto partilhavam, simultaneamente, a mais antiga linhagem cristã. Em vez de “diferentes”, na escrita de Castro os brâmanes tornavam-se “familiares”, muito próximos dos europeus. Ao estabelecer esta afinidade congénita entre brâmanes e cristãos, entre as cronologias europeia e indiana, Castro estava a contribuir para a construção do brâmane – do brâmane cristão – como o principal interlocutor dos poderes europeus.⁶⁷

Apesar de ter sido escrito no contexto das disputas jurídicas entre o Padroado Português e a Propaganda Fide, em meados do século XVII, o texto de Mateus de Castro é um forte exemplo para se analisar a nobreza dos brâmanes e seus padrões de hierarquização bem como entender que não devemos minimizar as relações de poder e influências dos sistemas das sociedades locais que integravam os grandes projetos de ocidentalização nos quatro cantos do mundo, seja elas indianas, africanas ou indígenas.

Considerações Finais

No Estado da Índia as resistências sociais por parte da elite local em não se enquadrarem nas categorias de estratificações sociais impostas pela ordem imperial no Oriente português esbarravam com a necessidade que havia de classificar e hierarquizar as populações resultantes do encontro entre portugueses e asiáticos, reflexo de uma política que buscou transferir os modos operantes de hierarquização social vividos em Portugal para suas colônias.

Trata-se, assim, de uma sociedade que se moldava mestiça, resultante do encontro entre portugueses e das diversas populações asiáticas, no qual gerou uma hierarquização e categorização dos indivíduos, semelhantes como àquela vivida no reino e em seus outros espaços coloniais. Hierarquização esta, que conforme salientou Doré, não foi criada com a expansão marítima, mas que aguçou as diferenças já existentes e incorporou outras, como a categoria dos *casados* e dos *castiços*.⁶⁸ A estratificação social da população nativa resultada do encontro com europeus foi uma realidade vivida no cotidiano das relações culturais na América portuguesa, tal como fora apresentado por Eduardo França Paiva sobre as dinâmicas de mestiçagem na sociedade ibero-americana, ao observar que todas as diversas trocas sociais e culturais produziram novas demandas e entre elas, novas formas de distinção e de hierarquização entre grupos sociais, “qualidades” e “condições”.⁶⁹

⁶⁷ Županov. *Ser Brâmane*, p.27.

⁶⁸ DORÉ. *Os casados na Índia portuguesa*, p.528-529.

⁶⁹ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015, p.23-30.



Os ideais tradicionais de hierarquização, classificação e categorização presentes na sociedade portuguesa foram pouco a pouco sendo modificados pelas realidades coloniais. Apesar das distinções entre nobreza, bens e pureza de sangue permanecerem importantes, as questões de nascimento, casamento e conversão religiosa foram fatores decisivos nos marcadores das diferenças sociais na Índia portuguesa. Ser pertencente ao grupo de brancos, europeus e cristãos velhos colocava imediatamente indivíduos a um patamar social mais elevado no qual a grande maioria da população asiática e indo- portuguesa não possuía, mas procuravam encontrar, até mesmo no interior das categorias de distinções já estabelecidas no reino, maneiras de se enquadrar e estabelecer socialmente na engrenagem da hierarquia social do império português.



Histórias cruzadas e fronteiras deslocadas: dos encontros e desencontros culturais

Crossed histories and displaced borders: cultural matches and mismatches

Fellip Agner Trindade Andrade

Mestrando em Letras – Teoria Literária e Crítica da Cultura

Universidade Federal de São João Del-Rei

fellipagner@hotmail.com

Recebido em: 15/07/2016

Aprovado em: 05/09/2016

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir conceitos culturais que surgiram do encontro entre diferentes culturas; sobretudo os encontros entre colonizador e nativo na América Latina, além de um breve, porém, significativo, exemplo da África do Sul. Abarcando os conceitos de Americanidade e Americanização, Entre-lugar, Mestiçagem e os desdobramentos dos diferentes encontros culturais e históricos, este artigo pretende apresentar os fatores e as características que constituem a identidade pós-colonial das nações, bem como a cultura híbrida que surge de tais encontros, reforçando suas características heterogênicas.

PALAVRAS-CHAVE: América-Latina, heterogeneidade, multiculturalismo

ABSTRACT: This paper aims to discuss cultural concepts that have emerged from the encounter between different cultures; especially encounters between colonizer and native in Latin America, and a brief but significant example of South Africa. Embracing the concepts of Americanness and Americanization, The Space In Between, Mestizaje and the consequences of the different cultural and historical encounters, this article aims to present the factors and characteristics that constitute the postcolonial identity of nations, and the hybrid culture that arises from these meetings, reinforcing their heterogeneous features.

KEYWORDS: Latin America, heterogeneity, multiculturalism

Introdução

Desde as primeiras movimentações por terra dos primeiros grupos de Homo sapiens até as grandes jornadas civilizatórias, das grandes navegações até o atual fluxo de imigrantes no mundo, os encontros entre diferentes grupos e sociedades vêm causando significativas modificações na vida social e cultural de seus agentes. Seja por suas diferenças ou indiferenças, para o bem ou para o mal, os encontros de diferentes culturas e sociedades não passam despercebidos pelos rastros da História. Ainda que tais encontros possam ser debatidos e, até mesmo, contestados, eles sempre trazem resultados de grande repercussão geopolítica, histórica, social e cultural.



Este artigo atenta justamente aos conceitos que surgiram através desses encontros interculturais, sobretudo no contexto latino-americano, o qual sofreu e ainda sofre grande impacto das colonizações europeias. O encontro entre nativo e colonizador, as tensões culturais e sociais, a mistura de etnias e o poder opressor das culturas hegemônicas europeias são alguns dos fatores que engrossaram o caldo cultural, histórico e sociopolítico que serviu e ainda serve de sustento à identidade latino-americana.

Assim como o Novo Mundo, o continente berço da humanidade também sofreu fundamentais consequências do encontro entre o mundo europeu ocidental e as culturas nativas, as quais, por diversas vezes, ainda que divergentes e conflituosas entre si, foram forçadas a conviverem em um mesmo espaço delimitado por fronteiras impostas por povos estrangeiros, os quais impuseram à força seus intentos políticos e econômicos, e que ainda hoje repercutem de diversas formas no continente africano. Neste artigo, tomaremos como exemplo uma breve passagem da recente história da África do Sul, a qual evidencia, ainda hoje, o poder hegemônico de culturas detentoras do poder econômico em detrimento das culturas colonizadas.

No entanto, ainda que esses encontros, tanto na América Latina quanto no continente africano e nos diversos países colonizados tenham resultados discutíveis e ainda evidenciem a opressão perpetuada pelas nações europeias, tais resultados, em todas as suas repercussões (culturais, históricas, políticas, sociais, econômicas, linguísticas, dentre outras), fazem parte das identidades dos países colonizados, sendo que, em alguns casos, repercutem até mesmo em influências culturais nos países colonizadores.

Americanidade *versus* Americanização

As questões de identidade de um povo caracterizam-se por serem quase sempre conflituosas. Seja no sentido polarizador ou no sentido de algo formador, produtivo, os conceitos de Americanidade e Americanização estão atrelados a condições extra-texto, extra-linguísticas, e, até mesmo, para além das fronteiras geográficas. Por essas características, pode-se perceber a complexidade dos conceitos, uma vez que eles dialogam diretamente com a noção de pertencimento, de nacionalidade e símbolos nacionais – desde a língua a ser usada até o que se deve ser contado –, porém, como bem ressalta Zilá Bernd, no artigo intitulado *Americanidade e Americanização*¹, vão ainda além das noções do nacional, dos gêneros e das etnias, pois, neste caso, trata-se de um desafio de identificação continental.

¹ BERND, Zilá. Americanidade e Americanização. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.) *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.



Por se tratar de uma complexa gama de fatores que, ora delimita fronteiras, ora as transpõem, os conceitos de Americanidade e Americanização tratam ainda de fatores econômicos, desníveis sociais, diferenças linguísticas, políticas e históricas. O desafio é, pois, trabalhar com essas muitas facetas que se mesclaram ao longo da história e da vida cultural e política do vasto e plural continente americano.

Devido a essa mesma vastidão e a essa mesma pluralidade, é preciso que se evidencie ainda a diferença entre Americanidade e Americanização, uma vez que o primeiro termo se refere mais às características que conferem – ou tentam conferir – uma noção de identidade continental (ainda que mais voltada para América Latina e Caribe), ao passo que o segundo termo se tornou sinônimo de algo que tenha adquirido características Estadunidenses.

Esse conflito entre conceitos se torna possível – e facilmente visível –, uma vez que os chamados americanos, ou norte-americanos, apropriaram-se da palavra “América” e do termo americano. Essa apropriação fora tão forte que, quando se pensa em norte-americanos, esquece-se até mesmo dos mexicanos e canadenses, tamanha identificação dos termos com os Estados Unidos e seus habitantes.

Essa apropriação dos termos “América” e “americano” pelos Estados Unidos dá-se, em parte, pelo desejo daquela nação ainda em construção e de seus fundadores em estabelecerem oposição ao Velho Mundo e, sobretudo, à Inglaterra. Ao passo que os Estados Unidos buscavam uma oposição “de dois mundos”, os países latino-americanos buscam oposições em relação aos colonizadores, mas, também, oposições regionais, uns em relação aos outros. Pois ainda que os estadunidenses tenham se apropriado dos termos “América” e “americano”, esses não carregam o sentido de identidade continental, mas, sim, o de nação, a nação americana, ao passo que os termos “América Latina” e “latino-americano” correspondem a um grande bloco de nações. Mesmo que essas tenham grandes divergências culturais, sociais, históricas, políticas e, até mesmo, linguísticas, busca-se sempre (ou quase sempre, quando se pensa a respeito da América Latina e Caribe), características que as una em um grande bloco continental, como o mesmo é feito, por exemplo, em relação à África e ao Oriente.

Como bem ressalta Donaldo Schüler:

O mapa do continente americano emerge das lutas por independência manchado de nacionalidades, fragmentos de unidades impostas, herança de conflitos distantes. As unidades políticas se isolam ressentidas, mutuamente hostis. Desenvolvem-se inseguras, carentes. Nascidas de batalhas contra o autoritarismo de cabeças coroadas, não cessa a resistência à subordinação de



nossas riquezas para outros territórios.²

Enquanto os países latino-americanos e caribenhos, necessitados de se nomearem e de se definirem, saídos de conflitos de poder e de identidade com as colônias, preocupavam-se em determinar uma identidade fechada, que estivesse estritamente ligada ao conceito de nacionalidade, os estadunidenses se apropriaram dos termos que, a priori, deveriam ser partilhados com todo o continente americano e todos aqueles que se entendem pertencentes a ele. Mas essa “exclusividade” dos americanos dos Estados Unidos fez com outros conflitos pudessem entrar na discussão dos conceitos, como afirma a autora.

Zilá Bernd não deixa de fora da sua ambiciosa tarefa de refletir os conceitos – como ela mesma ressalta – a dimensão da alteridade na reflexão sobre o identitário, tomando até mesmo as populações migrantes como exemplo, uma vez que estas constituem uma espécie de não-lugar; espaço em que os conceitos de Americanidade e Americanização se tornam ainda mais conflituosos e, talvez por isso, mais produtivos e mais abertos ao debate.

Nessa perspectiva, a alteridade no estudo cultural ganha força e espaço, evidenciando a multiplicidade do texto e indo além dos países da América Latina e Caribe, atingindo, até mesmo, o Canadá, onde a relação – particularmente em Quebec – se torna ainda mais complexa, uma vez que se trata de uma dupla colonização com grandes influências culturais e históricas, e, como não poderia deixar de ser, conflituosas. O próprio tratamento diferenciado em relação ao Canadá reforça a ideia de que quando se pensa a respeito da América do Norte e do termo “América”, logo se pensa exclusivamente nos Estados Unidos e se esquece de todo o continente americano, em toda a sua extensão territorial.

Isso também reforça a ideia de que o senso de pertencimento e de identidade não está diretamente e estritamente relacionado à ideia de território, o qual, talvez, fosse o elemento menos abstrato a se buscar em relação ao senso de pertencimento, uma vez que, ao menos teoricamente, as fronteiras físicas delimitam o que é *meu* do que é *seu*, o que é *nosso* do que é *deles*. Tanto o é que, mesmo no anseio de unificar um bloco de nações em uma identidade continental, mesmo nos estudos teóricos a respeito da constituição do continente americano e ainda nas questões políticas, por vezes o Caribe é deixado de lado nas discussões ou simplesmente esquecido, como que um bloco separado dessa ideia de união.

Quando, por exemplo, se estabelece encontros comerciais “América Latina e Caribe”, reforça-se a ideia de oposição, ou, pelo menos, de diferenciação entre blocos políticos,

² SCHÜLER, Donaldo. *Na conquista do Brasil*. São Paulo: Ateliê editorial, 2001, p. 21.



econômicos e culturais. A ideia de continente americano só se dá a partir da inclusão de Estados Unidos e Canadá, como se a América nunca pudesse América sem a participação desses dois países, sobretudo os Estados Unidos. Sem eles, as únicas possibilidades que surgem são América Latina, América Latina e Caribe, América do Sul, América do Sul e Caribe, América Central, Caribe.

Quanto este último, sua ideia de americanidade é ainda mais complexa, seja no olhar que se lança em relação ao continente ou no próprio olhar do Caribe para si mesmo. Zilá Bernd, tomando as contribuições do escritor francês Patrick Chamoiseau,³ destaca o fato de o conceito de criouliização compreender e ultrapassar a ideia de americanidade, o que reforça ainda mais as implicações nacionais e regionais em relação à ideia de uma identidade continental.

Já no contexto do Caribe, o conceito de criouliização abrange e ultrapassa o de americanidade como um desafio de organizar a comunhão “das diversidades humanas que não precisam renunciar ao que elas são” (Chamoiseau, 1997, p. 203) [...] Nas Américas, “o ponto de impulso é indiscernível, e móvel, e recapitulativo, e aberto, crescente, proliferante, presidindo o nascimento sem começo das identidades crioulas” (Chamoiseau, 1997, p. 204).⁴

No Brasil, por exemplo, a literatura do século XVII ao XIX se utilizava da palavra “americano” e “América” em referência ao Brasil, o que evidencia que nem sempre fomos tomados pelo senso individualizado, fosse quanto ao termo brasileiro – que, de certa forma, nos delimitou – ou quanto ao termo americano – hoje, delimitando os estadunidenses.

Esta constatação de “usurpação” da palavra América pelos românticos, em referência ao Brasil, é prova inequívoca de que os ideogramas viajam, e que o “pecado” de usurpação cometido pelos estadunidenses já fora cometido por nossos poetas românticos. Não seria difícil construir hipóteses sobre o porquê e o quando esta prática deixa de ser costumeira. Acreditamos que “América” e “americano” foram gradativamente substituídos por “Brasil” à medida que se consolidava o projeto nacional, e que institucionalizar as letras brasileiras tornou-se uma urgência. Valeu enquanto significava oposição à Europa; quando os Estados Unidos passam a exercer influência sobre a América Latina, o interesse passa a ser o de se demarcar de um ideograma ambíguo em favor de um que representasse nossa identidade de maneira inequívoca como Brasil, brasilidade e brasileiro.⁵

A busca por uma delimitação identitária passa a ser, por consequência, a busca de uma identidade nacional, uma vez que a identidade americana seria muito ampla para o projeto de nação. Antes voltada quase que exclusivamente para a ideia de diferenciação com a Europa, a ideia de identidade passa a ser cobrada não mais apenas em relação aos colonizadores, mas,

³ CHAMOISEAU, Patrick. *Écrire en pays domine*. Paris: Gallimard, 2007.

⁴ BERND, Zilá. Americanidade e Americanização. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.) *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

⁵ BERND, Zilá. Americanidade e Americanização, Juiz de Fora: UFJF, 2005.



também, em relação às novas nações americanas.

A ideia de uma identidade mais ampla, continental, quase sempre está associada à ideia de perda da subjetividade de uma comunidade que se diz nação. O Orientalismo é um grande exemplo dessa perda da identidade nacional (ou, até mesmo, de grupos) a favor de um pensamento homogêneo em relação ao outro. Ou seja, essa ideia de um bloco cultural é quase sempre pensada de fora, a partir do olhar do outro, daquele que, por não fazer parte do processo interno, muitas vezes não tem conhecimento das subjetividades da construção identitária de uma nação, e que, por isso, acredita se tratar apenas de um conjunto de nações que se confundem umas com as outras, sem se levar em conta suas particularidades. Uns dos exemplos é, como já citado, o Orientalismo, e um outro exemplo é o tratamento dos estadunidenses em relação aos “latinos”, sem se importarem de qual contexto cultural e histórico essas pessoas partem, apenas englobando os sujeitos em uma grande massa cultural homogênea, em que todo “latino” é igual; se não igual, pelo menos partem do mesmo lugar.

No entanto, ainda que essa visão continental ou de bloco de nações possa partir do olhar do outro, como, por exemplo, a discriminação feita pelos Estados Unidos em relação à “América” e “América Latina”, os países americanos ainda assim buscam em entre si características que os unam como continente, talvez justamente por essa distinção entre “América” e “americanidade”; entre essa ideia de nação apropriada pelos Estados Unidos em detrimento da identidade continental, obrigando às nações a se explicarem pertencentes a um único continente, porém, como países Latino-americanos, e não simplesmente Americanos.

Mais que uma necessidade de se afirmar nação para si mesmo e para seus próprios princípios políticos e culturais, é preciso se afirmar nação em relação aos outros, construir sua identidade a partir daquilo que difere um *estado* do outro, ou seja, aquilo que torna um estado *nação*, que transcende a política e as leis de um país e que ganha contornos de pertencimento e de identidade.

O *entre-lugar* latino-americano

Tomando o que já foi dito a respeito da apropriação dos estadunidenses dos termos “América” e “americano”, e levando em conta a ânsia dos países latinos em se desvincularem dos colonizadores, de se afirmarem como nações dotadas de identidades próprias e nomes próprios e delimitadores, percebemos que a noção identitária desses países não parte de um senso comum, mas, sim, da ideia de singularidade. Mas o caráter cultural latino-americano é por si só fruto do choque de culturas, da mistura. Mais que um lugar delimitado, o cenário cultural latino se



caracteriza por pertencer a um *entre-lugar*.

Quando se discute o conceito de entre-lugar, “esse espaço intermediário e paradoxal”⁶, e o qual se estabelece justamente na ideia de imprecisão e instabilidade temporal e espacial, sua complexidade alcança tempos passados e tempos futuros, centro e periferia, autoria e processos de textualização, além de diversas vertentes culturais que ultrapassam fronteiras, identidades e, até mesmo, o tempo, pois lança um olhar voltado mais para um processo em movimento do que para um produto estático no tempo e no espaço cultural.

Essa ideia de entre-lugar se torna válida à medida que esse espaço do encontro, do deslocamento de fronteiras se torna possível. É justamente do choque entre diferentes culturas que esse espaço heterogêneo e rico em referências e contatos surge como o local fecundo ao novo, à negociação cultural, à interação entre o *nosso* e o *deles*, entre nativo e estrangeiro: “Uma terceira margem, um caminho do meio, consiste nesses procedimentos de deslocamento, de nomadismo, em que o projeto identitário possa nascer da tensão entre o apelo do enraizamento e a tentação da errância”.⁷

O entre-lugar se caracteriza por ser esse local discursivo aparentemente indefinido, instável, que surge do choque entre diferentes culturas, como que um espaço fronteiriço no qual o nativo e o estrangeiro se encontram, e, mais que isso, se relacionam um com o outro de forma a constituir um espaço produtivo e heterogêneo, descentralizado, desvinculado de um discurso homogêneo e eurocêntrico: “Esse espaço, aparentemente, vazio, templo e lugar de clandestinidade [...] ‘entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão’ ”.⁸

Apesar de se tratar de um conceito um tanto quanto atemporal, como já dito, pois lança olhar para o passado, para o presente e para o futuro, Nubia Jacques Hanciau⁹ acentua o caráter contemporâneo do termo definido por Silviano Santiago, nos anos 1970, afirmando sua valorização pelos “realinhamentos globais” e pelas “turbulências ideológicas” nos anos 1980, quando se revelou urgente a “desmistificação dos imperialismos”. Dessa forma, o entre-lugar nasce justamente da procura por um espaço novo, ou simplesmente pela produção e/ou surgimento natural dessa “terceira margem do rio”:

⁶ HANCIAU, Núbia Jacques. Entre-lugar. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.) *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 126.

⁷ _____ . Entre-lugar, p. 129.

⁸ HANCIAU, Núbia Jacques. Entre-lugar, p. 126.

⁹ _____ . Entre-lugar, p. 125.



Com a necessidade de afirmar sua contra-história (como no caso das narrativas indígenas), e com a necessidade de afirmar uma provável identidade (mas que ainda assim não é totalmente satisfatória, justamente por não se tratar de uma identidade orgânica, mas, sim, de uma identidade que passou e ainda passa por processos de transformação e sofre diversas influências, como a colonização, no passado, e os novos contornos culturais e sociopolíticos da atualidade e os que ainda virão), o conceito de entre-lugar aflora como um conceito sempre em construção, como o lugar da possibilidade, do processo, o lugar das diferenças e da realocação, da aproximação e do distanciamento, da interação, da identificação e da negação, pois o entre-lugar não se trata de um conceito fechado, previsível, mas que é construído à medida da necessidade.

Como “explicar” a “nossa constituição”, como refletir sobre a nossa inteligência? Nenhum discurso disciplinar o poderá fazer sozinho. Pela História universal, somos explicados e destruídos, porque vivemos uma ficção desde que fizeram da história europeia a nossa estória. Pela Antropologia somos constituídos e não somos explicados, já que o que é superstição para a História, constitui a realidade concreta do nosso passado.¹⁰

A noção de *ser* latino-americano, então, passa por um processo que se inicia em si mesmo. Da tensão entre se *explicar* e se *constituir* surge a dúvida de identidade, não apenas no contexto Latino-americano, mas em qualquer contexto de construção de identidade. Explicar-se também faz parte de constituir-se, mas não necessariamente. Explicar-se em relação ao outro, por exemplo, é algo que demanda tempo e esforço, às vezes inúteis, uma vez que o olhar do outro já está formado em relação a nós. No entanto, constituir-se efetivamente, sem se importar em explicar essas constituições ou o simples fato de ser, torna-se, se não menos trabalhoso, mais produtivo.

Durante um tempo, buscou-se, no contexto latino-americano, uma negação cega a tudo aquilo que pudesse ser, de alguma forma, associado ao colonizador e à marca de sua passagem. Essa busca pelo “puro” não levou em conta, obviamente, o fato de que o nativo já havia sido “contaminado” pelo estrangeiro, assim como o estrangeiro, ainda que houvesse uma hierarquia a ser seguida e uma supremacia exercida, também já havia se “contaminado” com o nativo.

A busca por uma identidade que rompesse completamente o elo de ligação estabelecido com o colonizador ainda assim não o deixaria de fora do processo identitário, pois o tomaria como parâmetro para tudo aquilo que não poderia ser ou conter em sua identidade. Porém, quando essa construção identitária abre espaço para a negociação cultural (ainda que haja imposições históricas por parte do colonizador), a noção de identidade se torna mais clara, ou,

¹⁰ SANTIAGO, Silvano. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 17-18.



certamente, mais condizente com o que se encontra de fato nas ruas, nas festas, nas histórias, na pele, nos rostos. Mas a busca por essa desvinculação do colonizador, ainda que sua influência esteja presente na construção dessas subjetividades, sempre esteve presente nos processos de identidade das nações colonizadas.

Justamente quando a literatura das Américas, por exemplo, tornou-se capaz de romper com o universalismo metropolitano da Europa, o desejo de releitura dos espaços tradicionais de enunciação – postos em desafio pelos discursos pós-colonialistas e pela própria posição da crítica em relação à dependência cultural da *metrópole* – fez com que novos espaços surgissem; espaços, esses, “misturados às virtualidades globais e às regionalidades enunciativas”¹¹, e que atendem ao “apelo de instâncias subjetivas dos discursos em circulação”¹², como bem afirma Nubia Jacques Hanciau. Essas últimas palavras da autora ressaltam, pois, a característica de constante processo e construção do entre-lugar, dialogando com diferentes esferas sócio-culturais e diferentes espaços no tempo, evidenciando não apenas a pluralidade, mas a mistura, ou, como o próprio texto nos apresenta, *o desafio das misturas*.

A colonização nos países latino-americanos e caribenhos misturou o que, até então, permanecia “*puro*”, elementos homogêneos que se permaneciam como tais, tanto o nativo como o estrangeiro. É justamente dessa mistura que surge a *mestiçagem* (conceito também presente no entre-lugar). Ela surge dos encontros sociais, culturais, étnicos, linguísticos, alimentando tanto fragmentos nativos quanto importados, ainda que possa haver algum tipo de mal-assimilado ou de “improvisações e ajustes nem sempre exitosos”¹³, como ressalta a autora; principalmente se levarmos em conta – e devemos levar em conta – o choque entre os dois continentes, uma vez que a aproximação entre a Europa e o Novo Mundo se deu de forma bruta e “à custa de mal-entendidos e contínuas deformações que modificaram os saberes e as crenças autóctones”¹⁴.

Uma distância instaurou-se com relação à realidade européia, introduzindo misturas entre os povos americanos. O conhecimento dos religiosos do Velho Mundo e os dados ameríndios engendraram novos saberes estabelecidos. Essas “impurezas” e “contaminações”, esses vestígios é que levaram à alteridade, à busca da verdade do outro, à ultrapassagem de fronteiras.¹⁵

O contato entre diferentes se torna, pois, o responsável pelo novo, não aquele que vem de fora, mas aquele que surge a partir da interação. É quando as fronteiras entre o nativo e o estrangeiro se encontram se cruzam. É quando essas mesmas fronteiras não são mais apenas

¹¹ HANCIAU, Núbia Jacques. Entre-lugar, p. 127.

¹² _____ . Entre-lugar, p. 127.

¹³ HANCIAU, Núbia Jacques. Entre-lugar, p. 131.

¹⁴ _____ . Entre-lugar, p. 132.

¹⁵ _____ . Entre-lugar, p. 131.



vistas como zonas de separação, mas, sim, zonas de contato, locais em que é possível ver o outro e estabelecer contatos e interações, sem uma raiz fixa no centro, mas galhos nas extremidades que se lançam adiante.

A noção de pureza latino-americana seria então jamais alcançada, uma vez que a latinidade é fruto do contato entre nativo e colonizador e as misturas que se seguiram, como a participação do negro, por exemplo. Essa ideia de pureza não poderia ser aplicada ao resultado da colonização, mas apenas aos povos autóctones antes da “contaminação” europeia. Ou seja, a ideia de pureza não está para os povos latinos, pois estes são frutos do contato entre nativo e estrangeiro; a única pureza possivelmente alcançada seria aquela pertencente aos povos autóctones antes da chegada do europeu, ou seja, os povos ameríndios, e não povos não latinos.

Para Silviano Santiago:

[...] no renascimento colonialista está a origem de uma nova sociedade, mestiça, cuja principal característica é a reviravolta, que sofre a noção de unidade e pureza, contaminada em favor de uma mistura sutil e complexa, que se dá entre o elemento europeu e o autóctone, associado à infiltração progressiva, efetuada pelo pensamento selvagem, que leva à abertura do único caminho possível para a descolonização.¹⁶

Pode-se perceber, pois, que o conceito de entre-lugar abarca diferentes fenômenos culturais, sociais e históricos, uma vez que estes estabelecem uma conexão e uma interdependência. O conceito de fronteira, por exemplo, apresenta-se como algo ambivalente, justamente por se tratar de algo flexível, permeável, transponível e de causas e efeitos sociais, culturais, históricos e políticos, e justamente nessa ideia de local fecundo à construções culturais que o entre-lugar se estabelece como conceito.

As fronteiras, ao se encontrarem, mais que delimitarem espaços, elas possibilitam o contato, pois é justamente nas extremidades que se encontram as maiores zonas de interação. As fronteiras também se caracterizam por serem zonas de conflito, tanto aqueles que geram bons resultados como aqueles que acirram ainda mais as diferenças. As fronteiras ainda acendem conflitos próprios, de identidade própria, uma vez que é nesse contato com o outro que se torna possível conhecer o diferente e, até mesmo, compreendê-lo, e desejar-lo, e apropriar-se dele.

Além de abarcar amplos domínios, as fronteiras muitas vezes são porosas, permeáveis, flexíveis. Deslocam-se ou são deslocadas. Se há dificuldade em pensá-las, em apreendê-las, é porque aparecem tanto reais como imaginárias, intransponíveis e escamoteáveis. Estudá-las, se não resolve essa problemática, leva pelo menos a entender o sentimento de inacabado, ilusão nascida da incapacidade de conceber o “entre-dois-mundos”, a complexidade deste

¹⁶ _____ . Entre-lugar, p. 127.



estado/espço e desta temporalidade.¹⁷

A fronteira, ao mesmo tempo que marca, que delimita, ela se caracteriza como o elo de contato, o espço de encontro com o novo, o diferente, o de fora, o desconhecido. Cada vez mais vivemos em um mundo em que as fronteiras se encontram, são realocadas e rediscutidas. Vivemos hoje em um tempo fecundo para o entre-lugar, ainda que acirramentos nacionalista e discursos xenófobos ganhem voz. Com essa ideia de contato e interação entre diferentes:

[...] coloca-se o debate a respeito das categorias presentes na nova temporalidade, a do mundo globalizado. Nele as fronteiras se apagam, dissolvem os localismos e/ou acirram as questões identitárias. Figurando um “ir-e-vir” não apenas de lugar, mas, também, de situação ou época, a dimensão de fronteira postulada por Pesavento possibilita – pelo contato e permeabilidade –, o surgimento de algo novo, híbrido, diferente, mestiço, um “terceiro”, que se insinua na situação de passagem.¹⁸

O entre-lugar é, pois, esse tempo/espço em que debatemos e colocamos em cheque as fronteiras culturais e históricas que por séculos e séculos oprimiram, excluíram, ou simplesmente mantiveram fora do contato, como se não houvesse uma união entre as fronteiras, as quais, ao mesmo tempo em que delimitam, abrem espço para além de suas marcas e ainda mantêm o contato. “O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o ‘novo’, como ato insurgente, e não parte do *continuum* do passado e do presente”.¹⁹ Pode-se dizer, pois, que a fronteira se caracteriza como um local produtivo, um entre-lugar que abre espço para ir, buscar e se criar além. Além do pressuposto, além do convencional, além da noção fechada de lugar e espço.

Mestiçagem: a cor do encontro?

Quando se discute o conceito de mestiçagem, o qual surge justamente nesse espço propício à mistura, ao heterogêneo, é preciso que se ressalte a necessidade de uma abordagem histórica que seja condizente com a discursividade a seu respeito; ou seja, a respeito dos sujeitos que a anunciam e dos modos em que os sentidos vão sendo desenhados e preenchidos.

Essa exigência se torna presente por se tratar de um conceito que emerge do choque e do encontro de diferentes, e que parte do senso biológico, puramente científico, e encaminha para o senso político, histórico e social, uma vez que, segundo as palavras de Zilá Bernd²⁰: “As mestiçagens seriam as figuras da americanidade, assim como no contexto latino-americano, o

¹⁷ HANCIAU, Núbia Jacques. Entre-lugar, p. 133.

¹⁸ _____. Entre-lugar, p. 134.

¹⁹ HANCIAU, Núbia Jacques. Entre-lugar, p. 134.

²⁰ BERND, Zilá. Americanidade e Americanização. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.) *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.



crioulo, em um primeiro tempo, e depois o mestiço se tornaram figuras autênticas da americanidade”.²¹

Trata-se de um conceito que emerge do choque com o diferente e se estabelece a partir da biologia, alargando-se na sociedade através de artimanhas discursivas e práticas políticas e, por sua vez, atinge seu clímax ao ser proclamado como categoria identitária de uma nação e/ou de um continente. Do espaço biológico ao da sociedade a ao da nação, múltiplas estratégias se encravam para poder lhe oferecer tanto seu caráter depreciativo, quanto o afirmativo.²²

Segundo Silviana Carrizo²³, um grande passo para o pensamento do conceito de mestiçagem fora dado pelos intelectuais do século XX, já distanciados do positivismo oitocentista, quando puderam ligar a conceituação de mestiçagem aos conceitos de *processo* ou de *hibridização cultural*.

[...] o conceito de mestiçagem foi ganhando em sistematicidade e em apropriação político-ideológica, deixando ainda de lado os verdadeiros problemas sociais, sendo proposto, enquanto forma identitária, como um modelo de convivência humanista, que salvaria as deficiências das relações sociais dentro do mundo capitalista.²⁴

Na realidade, apesar da mistura de “raças”, essa convivência humanista não passa de um discurso. Sabe-se bem que o mestiço, seja no discurso científico da época ou mesmo ainda no discurso social, esteve em posicionamento intermediário e indefinido, nem branco nem negro, nem branco nem índio. Durante muito tempo, o mestiço fora tratado de forma discriminatória pelas duas partes responsáveis por sua constituição. Um sujeito mestiço, fruto da união do branco e do índio, por exemplo, ocupava um lugar quase que inexistente, uma vez que não era uma coisa nem outra: jamais seria um branco e jamais seria um índio.

Por muito tempo, essa ideia de não pertencimento do mestiço se perpetuou, e ainda hoje repercute de formas econômicas e sociais, como no Brasil, por exemplo; e ainda serve hoje como acirramento da discriminação racial, uma vez que o branqueamento da pele negra é mais aceitável que o contrário, o que possibilita a ocorrência do “sujeito pardo”, que seria esse intermediário entre o branco e o negro. Mas esse embraquecimento da negritude, essa ideia de uma nação parda, serve como agravante das diferenças sociais baseadas na cor da pele. É isso, por exemplo, que possibilita um negro de pele mais clara não ser considerado negro, o que se configura não a mestiçagem, mas o aprofundamento das discriminações raciais, as quais repercutem em números de negros e “pardos” nos presídios, nas primeiras posições das listas de assassinatos, dentre

²¹ CARRIZO, Silviana. Mestiçagem. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.) *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 21.

²² _____. Mestiçagem, p. 261.

²³ _____. Mestiçagem. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

²⁴ _____. Mestiçagem, p. 261.



outros exemplos consequentes da discriminação.

Mas, a partir do momento em que o conceito de mestiçagem passou a se distanciar do senso biológico e se aproximou do sendo social e da ideia de cultura mestiça, ele se tornou um conceito mais permeável e menos estático como no pensamento científico. Dessa forma, o conceito passou a ganhar um caráter menos excludente ou puramente biológico; com essa renovação do pensamento acerca do conceito de mestiçagem, este passa a ocupar de forma mais efetiva a esfera da transculturação e de cultura híbrida, tornando-se, de fato, um conceito mais cultural, sofrendo as diversas influências históricas e sociais às quais fora e ainda está, de certa forma, submetido, do que puramente um conceito voltado para o físico, o biológico. Como afirma Sílvio Romero²⁵ a respeito da mestiçagem no Brasil, o mestiço surge de um processo fisiológico, étnico e histórico do país.

Passagem do velho ao novo, do homogêneo ao heterogêneo, do singular ao plural, da ordem à desordem, a ideia de mistura/hibridação/mestiçagem compreende, desde então, conotações complexas e apriorismos ambíguos, que pressupõem a existência de grupos humanos puros, fisicamente distintos e separados por fronteiras, as quais a mistura dos corpos viria pulverizar. O fenômeno da mistura tornou-se realidade quotidiana, visível nas ruas e nas telas.²⁶

A partir do momento que se pensa no conceito biológico de mestiçagem, pressupõe-se então a existência de “raça pura”, o que, como dito anteriormente, apenas acirra ainda mais as violências sociais e culturais, bem como a discriminação racial. Mas, mesmo quando pensado de forma cultural, o conceito de mestiçagem ainda pode ser usado de forma pejorativa, ou no intuito de afirmar culturas puras.

O conceito de mestiçagem possui, no Brasil, um caráter histórico particular, pois sua utilização se dá já no período pós-independência e durante o Segundo Reinado, operando-se a sua refuncionalização na República, assim como nas três primeiras décadas do século XX. A sua peculiaridade está cimentada na articulação da mestiçagem com o discurso sobre o nacional, praticado pelas elites e, muitas vezes, absorvido pelo Estado-nação.²⁷

A mestiçagem como o discurso nacional também passa a fazer parte da literatura, a qual atenta ao fruto da mistura de raças como sendo o sujeito fruto dessa nação que surge através do contato das “três raças”. Mas o conceito de mestiçagem ainda deve lançar seu olhar para o negro, e não apenas para o branco e o índio como formadores do Brasil, como fora feito, por exemplo,

²⁵ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

²⁶ HANCIAU, Núbia Jacques. *Entre-lugar*, p. 131.

²⁷ CARRIZO, Silvina. *Mestiçagem*, p. 262.



no mito fundador de Alencar, em *Iracema*,²⁸ publicado em 1865, em que a mestiçagem passa por um “branqueamento”, uma vez que o mito não inclui o negro e que Moacir parece carregar da mãe apenas a dor e nada mais que pudesse explicitar sua origem também indígena.

É importante frisar que o conceito de mestiçagem tem as suas próprias características no Brasil, mas que são justamente as modalidades diferentes de pensá-lo, a partir do século XX, que começam a dialogar com as propostas de intelectuais da América Latina, e estas modalidades atuam como substrato de conceitos mais complexos como os de **transculturização** de Fernando Ortiz²⁹, **transculturização narrativa** de Angel Rama³⁰ e, inclusive, ecoariam no conceito de **culturas híbridas** tal como proposto por Canclini^{31,32}.

A mestiçagem e a formação de um povo através dela, bem como as características culturais ao seu respeito, tratam-se mais de um processo histórico-social do que simplesmente uma questão “racial”:

Um mundo moderno, homogêneo e coerente vai ceder lugar a um universo pós-moderno, fragmentado, heterogêneo e imprevisível. Misturar, entrecruzar, cruzar, telescoper, superpor, justapor, interpor, imbricar, colar, fundir, são algumas palavras entre tantas outras aplicadas à mestiçagem, que abafam – numa profusão de vocábulos – a imprecisão das descrições e o fluxo do pensamento. Em princípio, a expansão colonial misturou o que não estava misturado: corpos puros, cores fundamentais, elementos homogêneos, isentos de qualquer “contaminação”.³³

Tomando as ideias de Gilberto Freyre, Arthur Ramos³⁴ afirma, por exemplo, não se tratar apenas do processo de escravidão como sendo um fator contrário à cultura negra no Brasil e no Novo Mundo. Trata-se também de caminhos e imposições psicossociais que separaram os indivíduos de seus grupos culturais, os encontros de “raça” e de cultura, bem como os processos e aculturação pelos quais as comunidades negras passaram no Brasil e no resto do Novo Mundo.

A mestiçagem possibilita a ocorrência da diversidade e a flexibilidade cultural e de costumes. No entanto, essa flexibilidade muitas vezes é entendida como uma instabilidade cultural, o que, por muito tempo e ainda hoje, confere à ideia de mestiçagem um caráter depreciativo, mesmo que no campo cultural e social, e não mais no biológico.

Gilberto Freyre, por exemplo, em *Casa-grande e Senzala*, discute o conceito de mestiçagem de forma histórica e cultural do que puramente racial, desconstruindo o mito das três raças,

²⁸ ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Penguin, 2016.

²⁹ ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y azúcar*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

³⁰ RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa em América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1987.

³¹ CANLINI, Néstor. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 1992.

³² CARRIZO, Silvina. Mestiçagem, p. 262.

³³ HANCIAU, Núbia Jacques. Entre-lugar, p. 131.

³⁴ RAMOS, Arthur. *Introdução à antropologia brasileira: os contatos raciais e culturais*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1962.



reforçado, por exemplo, pelas ideias de José Vasconcelos³⁵ e Menotti del Picchia³⁶, os quais acreditavam “na concórdia universal dada pela fusão e refusão total de todas as raças no Brasil”.³⁷ O Freyre faz é mostrar os desdobramentos históricos e sociais que os encontros entre “raças” provocaram para a sociedade brasileira, desdobramentos, esses, ainda hoje presentes e, mais que isso, fortes.

Acreditava-se que a mestiçagem apresentaria uma integração social, em que através da mestiçagem haveria uma integração das raças, sem os acirramentos do branco e negro (ou do índio), uma vez que haveria, teoricamente, uma mescla. Mas o que houve foram os acirramentos de pertencimento a uma raça ou outra, além de uma vertente catalizadora, ou um espaço intermediário em que se pudesse realocar os deslocados: o “sujeito pardo” (que nada mais é que uma ideia de branqueamento do negro, o que reforça ainda mais sua discriminação).

Percebe-se, então, que o conceito de mestiçagem não se encontra ligado apenas às características fisiológicas de um povo ou de uma comunidade e sua cultura, mas se encontra fortemente ligado aos processos sociais, históricos e culturais que tornaram a mestiçagem possível, como algo além do encontro de raças, mas, também, o encontro de culturas e de realidades sociais diferentes, as quais propiciaram o surgimento de novos processos culturais.

Nação Arco-íris (ou quase)

Não só no contexto latino-americano e caribenho, mas também no contexto africano, os encontros culturais e as transposições de fronteiras, das físicas às ideológicas e culturais, propiciaram um cenário conflituoso de discursos culturais e históricos que se viram compartilhando de um mesmo espaço físico. Essa convivência forçada de partes divergentes entre si foi o que causou o enriquecimento cultural, a pluralidade de tais comunidades, e que, ainda hoje, carrega grandes feridas de um choque conflituoso de culturas, como podemos perceber na seguinte passagem histórica da África do Sul.

Tomando a libertação de Nelson Mandela após quase três décadas de cárcere e sua figura política de reconciliador das “duas partes” como presidente da África do Sul (a Nação Arco-íris, na qual todas as cores supostamente viveriam de forma harmônica), Jacques Derrida escreve a respeito do perdão e das questões que orbitam ao seu redor, como a noção de verdade e de reconciliação; e, mais que isso, as questões históricas e culturais que estão presentes em tão

³⁵ VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. Buenos Aires: Editorial Oveja Negra, 1960.

³⁶ MENOTTI DEL PICCHIA et alii. Manifesto Nhegaçu Verde Amarelo. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e Modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Edit. Vozes, 1972.

³⁷ CARRIZO, Silvina. Mestiçagem, p. 277.



delicado e conflituoso processo político e histórico do último milênio. Evidenciando as diferenças culturais, sociais e linguísticas dos povos sul-africanos, Derrida, em seu texto intitulado *O perdão, a verdade e a reconciliação: qual gênero?*³⁸, nos aponta para o perigo de se estabelecer um discurso hegemônico em detrimento de uma convivência cultural heterogênea, o que se caracterizaria, no caso específico da África do Sul, um falso multiculturalismo.

Já em suas primeiras palavras, o autor dá ênfase ao gesto de confissão, de arrependimento e de reconciliação, como o é feito no preâmbulo da constituição da Nova África do Sul. No entanto, Jacques Derrida não se detém apenas nesses três pontos, ou apenas de forma superficial. Muito pelo contrário: o autor aprofunda essas questões (sobretudo o perdão) de forma a alcançar seus desdobramentos linguísticos, sociais, jurídicos, políticos e, sobretudo, culturais, evidenciando, dessa maneira, seus diferentes conceitos e suas diferentes formas de tratamento.

As diferenças de significado do perdão e suas desigualdades (políticas, judiciais, culturais, etc.) nos possibilitam estabelecer aqui um diálogo com o livro de Néstor García Canclini, *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*³⁹, no qual o autor estabelece um diálogo com as noções do *diferente* e do *desigual*, os quais não carregam o mesmo significado (muito pelo contrário), além de tratar da desconexão acarretada por fatores socioculturais que estabelecem a desigualdade entre os diferentes e sua consequente exclusão ou desconexão.

Derrida nos apresenta, por exemplo, o fato de a comissão da verdade e reconciliação da África do Sul (TRC)⁴⁰ utilizar-se do perdão a partir de uma visão cristã, fato muito influenciado pela presidência da comissão, na pessoa do cardeal anglicano Desmond Tutu. Ainda assim, Derrida ressalta a importância da oficialização de onze línguas em um Estado-nação, mas também não deixa de evidenciar a *desigualdade dos diferentes*.

“Ao dizer ‘perdoar-se’, privilegia-se um idioma, e a imposição deste continua sendo um drama inevitável”.⁴¹ As palavras de Derrida evidenciam o fato de a comissão da verdade e reconciliação na África do Sul privilegiar um idioma em detrimento de tantos outros, uma vez que a ideia de perdão se difere entre os diversos idiomas. Mais que uma questão linguística, trata-se de uma imposição cultural em que as fronteiras e os contatos não são levados em conta por aqueles que, de uma forma ou de outra, impuseram e ainda impõem, na figura de Tutu, uma

³⁸ DERRIDA, Jacques. O perdão, a verdade e a reconciliação: qual gênero? In: *Pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

³⁹ GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

⁴⁰ Abreviatura: *The Truth and Reconciliation Commission*.

⁴¹ DERRIDA, Jacques. O perdão, a verdade e a reconciliação, p. 74.



hegemonia cultural.

Essas diferentes culturas do perdão (mas será que se pode nomeá-las “cultura do perdão”, sem logo confirmar uma certa autoridade semântica de uma sobre a outra?), essas diferentes “éticas”, essas diferentes formas de *ethos*, antes mesmo e com vistas a resolver ou a discutir seus diferendos, teriam que se reconciliar, até mesmo perdoar-se umas às outras, por tentarem, inevitavelmente, impor seu próprio idioma.⁴²

Ainda que as línguas estivessem oficialmente presentes no Governo, a noção de perdão, por exemplo, como trata Derrida, não levou em conta as diferenças semânticas presentes nas línguas e nas culturas que se viram subjugadas pelo inglês e sua visão ocidental, cristã e colonizadora. Derrida cita ainda exemplos de palavras que carregariam significados parecidos (ou até mesmo mais cristãos), mas que, ainda assim, foram renegados. Essa renegação evidencia justamente o que Canclini trata em seu livro: diferentes, desiguais e desconectados. Não há um tratamento igualitário, ou que pelo menos leve em consideração as diferentes interpretações e noções de perdão nos idiomas sul-africanos. Canclini aponta justamente para o tratamento desigual dos diferentes e o fato de estarem desconectados uns dos outros, o que facilmente pode ser aplicado no episódio tratado por Derrida.

Outro exemplo levantado pelo autor francês é a apropriação do significado de *abantu* pela mesma comissão:

A palavra *abantu* (*fellowship*: confraria, comunidade, co-cidadania) é a que foi utilizada pelo discurso oficial, no final do *apartheid*, para traduzir a missão da Comissão Verdade e Reconciliação, para traduzir a “reconciliação” mesma. Ora, dentre todas as reprovações feitas a essa Comissão, presidida pelo bispo anglicano Desmond Tutu, o qual não fez pouco para cristianizar sua linguagem, até mesmo seu espírito e sua axiomática, houve esta: considerar como evidente a tradução dos idiomas africanos. Essas não são apenas questões de linguagem. É caso de todas as genealogias culturais e simbólicas que trabalham as palavras.⁴³

Como bem ressalta Derrida, não se trata apenas de questões de linguagens, mas, sim, de um apagamento cultural e cognitivo daqueles que de fato sofreram com o *apartheid* e que, justamente por isso, deveriam ser os principais personagens dessa comissão da verdade, levando em consideração suas posições e noções em relação à história e aos próprios desdobramentos da comissão.

Ainda quanto à noção de perdão que é estabelecida (ou imposta) pela comissão da verdade, em seu texto, Jacques Derrida volta a questionar o posicionamento do cardinal Desmond Tutu, o qual, mais uma vez, se apropria do significado de uma palavra zulu (e, mais que isso, de

⁴² _____ . O perdão, a verdade e a reconciliação, p. 74.

⁴³ DERRIDA, Jacques. O perdão, a verdade e a reconciliação, p. 50.



uma filosofia), e a traduz de forma a privilegiar sua visão cristã ocidental. Esse é apenas mais um capítulo da história de encontros e desencontros entre diferentes e desiguais, e mais um capítulo em que um se sobressaiu em relação ao outro, como nos diz Derrida:

Como Tutu traduz *ubuntu*? Essa noção aparece muitas vezes, de algum modo, em todos os protocolos da TRC e em seu regimento. Implicaria ela “simpatia”, “compaixão”, “reconhecimento da humanidade em outrem”? Quando Tutu diz, no lugar de *ubuntu*, “justiça restauradora”, e quando, ao menos conotativamente, ele inscreve essa expressão no fundamento cristão necessário à determinação da justiça redentora, quando dá o exemplo de Cristo, isso pode parecer uma violência, provavelmente a mais bem-intencionada do mundo, mas uma violência aculturadora, para não dizer colonial, que não se limita a uma questão superficial de retórica, de linguagem ou de semântica.⁴⁴

Em um Estado-nação em que onze línguas são oficializadas é de se esperar que haja diferenças semânticas e sintáticas (e muitas delas, diga-se de passagem), mas em um Estado-nação em que se busque o perdão e a reconciliação, não poderíamos esperar que essas diferenças fossem tratadas de formas desiguais. Mas é justamente isso que ocorre.

As palavras ou as noções de perdão e de reconciliação presentes nas culturas sul-africanas e em suas onze línguas oficiais são rapidamente apropriadas pelos responsáveis pela comissão da verdade, os quais fazem com que seus significados se encaixem ou se aproximem da visão cristã do perdão, apagando seu léxico e sua semântica ao traduzir essas palavras e noções para o “*perdão*” em inglês, o que acarreta em grandes perdas semânticas e culturais.

Levando em consideração a particularidade do continente africano, e tomando a África do Sul como exemplo utilizado por Derrida, podemos destacar o fato de se tratar de um vasto território onde diferentes culturas compartilham as mesmas fronteiras, ainda que de forma impositiva e politicamente obrigatória. A colonização do continente africano fez com que diferentes culturas fossem obrigadas a dividir o mesmo Estado-nação, o que ocasionou (e ainda hoje ocasiona) guerras civis e conflitos entre tribos e grupos políticos, sociais e até mesmo religiosos.

A constituição do continente africano como o conhecemos hoje é dada através dos deslocamentos e imposições de fronteiras, das físicas às ideológicas. Diferentemente do episódio latino-americano, a busca por uma identidade das nações africanas, sobretudo aquelas que sofreram grandes e violentas colonizações, é a busca de uma identidade que seja capaz de se impor em relação ao colonizador, às demais nações africanas e às próprias peculiaridades regionais, o que ainda hoje produz intensos conflitos internos. Conflitos esses agravados, por

⁴⁴ _____, O perdão, a verdade e a reconciliação, p. 73-74.



exemplo, pela atitude da comissão da verdade da África do Sul em valorizar determinado discurso em detrimento de outros, e justamente o discurso hegemônico do colonizador, ainda que o país estivesse, teoricamente, ao início de novos dias, os quais deixavam para trás as políticas do *apartheid*. Mas, o que se viu nessa comissão, pelo menos no que diz respeito à noção de comunidade (*abantu*) e à noção de perdão (*ubuntu*), foi a continuidade do tratamento diferenciado da cultura hegemônica do colonizador branco em relação à cultura dos povos nativos, o que se configuraria como um falso multiculturalismo.

Canclini⁴⁵, em seu livro, ressalta justamente o perigo à multiculturalidade quando sistemas políticos e econômicos obrigam trocas e encontros despreparados entre culturas, o que resulta, na maioria dos casos, em uma supremacia por parte do mais forte, como evidenciado no texto de Derrida em relação à comissão da verdade na África do Sul. A noção do perdão carregada na língua inglesa e na cultura ocidental-cristã apaga as peculiaridades das diferentes noções de perdão e de reconciliação presentes entre os povos sul-africanos.

Por questões políticas, certas características culturais são deixadas de lado, até mesmo por reformistas, como no caso de Mandela, que cita o Deus judaico-cristão em seu discurso de posse e se nega às suas origens por questões políticas. Seria esse, talvez, um dos preços a se pagar pela política, ressaltando o fato de que Mandela retornaria às origens apenas após a sua morte, em seu funeral em 2013, em uma cerimônia tribal em sua terra natal.

Conclusão

As identidades pós-coloniais dos países colonizados, ou, pelo menos, as ideias de identidade dessas nações são amplamente calcadas em fronteiras deslocadas de ambas as partes, tanto por parte das culturas autóctones quanto por parte das culturas hegemônicas europeias. A expansão de tais fronteiras e seu conseqüente encontro fizeram com que novos (re)arranjos culturais, sociais, políticos e econômicos eclodissem do confronto entre culturas.

Do choque de fronteiras, como que uma erupção vulcânica resultada do choque entre placas tectônicas, as culturas híbridas, heterogêneas, surgem da opressão e da imposição colonizadora em relação à resistência das culturas nativas, à luta por sua sobrevivência (além do encontro com o negro nos países latino americanos e caribenhos), o que resulta em um novo discurso cultural e social que não mais carrega apenas as características do colonizador ou apenas as características dos povos nativos, mas, sim, uma hibridização.

⁴⁵ GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.



Ainda que tais encontros e suas consequências possam ser discutidos, o que fica claro, e conclui-se neste artigo, é a influência dos choques culturais e o encontro de fronteiras na ideia de identidade de um povo, para o bem o mal, dependendo do ponto de vista e do que se leva em conta desse resultado. Seja pela forte fé e cultura católica nos países latino-americanos, por exemplo, herdadas do colonizador, até o misticismo e o culto de religiões de matrizes africanas, herança dos escravos trazidos para o Novo Mundo, todas essas peculiaridades evidenciam o fruto desse encontro, a diversidade que surge na fronteira, local de encontro, de contato, de troca, mas, também, de conflito.

Ainda que se possa – e deva – questionar os resultados dos diversos encontros culturais que ocorreram na América Latina e Caribe e também nos países africanos, o que não se pode negar são as influências históricas e sociais que ainda hoje repercutem nos desdobramentos internos e externos dos países colonizados, seja no multiculturalismo das nações ou simplesmente nos fatores econômicos e políticos que colocaram tais países em situação precária frente às grandes potências colonizadoras, tanto no período das grandes navegações quanto no atual e gigantesco deslocamento de imigrantes e refugiados; ou seja, frutos de encontros entre diferentes culturas e diferentes discursos históricos e políticos, dos quais sempre surge algo novo, pra o bem ou para o mal.



Laicidade e sociedade de normalização no contexto multicultural*

Secularism and society of normalization in the multicultural context

Fernanda Müller Corrêa

Mestranda em Filosofia
Universidade do Vale do Rio do Sinos
fmcorrea23@gmail.com

Recebido: 11/07/2016

Aprovado: 22/08/2016

RESUMO: A ideia de um Estado laico nasceu da necessidade de separação entre Igreja e Estado para que se garantisse a liberdade de culto na França. Contudo, no século XX, o processo de laicidade sofre uma mutação profunda com o aumento da pluralidade cultural que caracteriza a sociedade contemporânea ocidental, resultado do grande fluxo migratório. O conceito de laicidade é desvirtuado para legitimar políticas de exclusão, que acabam revelando um ideal de homogeneização social. Atualmente, na França, tem-se uma intensa discussão que coloca de um lado os defensores da laicidade e dos valores republicanos e de outro as comunidades religiosas que exigem a liberdade de manifestar publicamente a sua pertença religiosa. A partir deste contexto, pretende-se identificar a normalização e o racismo de Estado que servem à biopolítica, forma de poder que administra a vida, elementos estes denunciados por Michel Foucault.

PALAVRAS-CHAVE: Laicidade, Normalização, Michel Foucault.

ABSTRACT: The idea of a secular State was born from the need of separation between Church and State to ensure the freedom of worship in France. However, on the XX century, the process of secularization undergoes a profound change with the increase of cultural pluralism that characterizes contemporary western society, as a result of the great migration flow. The concept of secularism is distorted to legitimate exclusion policies, which reveal an

* Este trabalho foi apresentado no Congresso 2015 da Internacional del Conocimiento em Santiago do Chile, cujo resumo foi publicado nos Anais do Congresso.

Disponível em: <http://www.internacionaldelconocimiento.org/index.php/resumenes-aprobados/item/908-simposio-n-13-migraciones-ciudadania-y-comunicacion-en-la-era-global-perspectivas-conceptuales-historicas-y-problematicas-actuales-en-torno-a-las-migraciones-la-ciudadania-y-la-comunicacion-en-europa-y-america>.

Acesso em: 06 jun. 2016. Da mesma forma, a relação entre laicidade e sociedade de normalização foi tema de comunicação apresentada no V Colóquio Latino-Americano de Biopolítica, evento realizado na Unisinos, em São Leopoldo, de 21 a 23 de set. 2015, sob o título: “A biopolítica e a controvérsia sobre a proibição legal do uso do véu islâmico na França”, cujo texto foi publicado nos Anais do evento: *Anais [recurso eletrônico] do 5º Colóquio Latino-Americano de Biopolítica, 3º Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação e 17º Simpósio Internacional IHU/ Organização de Inácio Neutzling, Maura Corsini Lopes, Alfredo José da Veiga-Neto, Instituto Humanitas Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Educação Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Educação UFRGS – São Leopoldo: Casa Leira, 2016. Captado em: <http://repositorio.unisinos.br/ihu/xvii-simposio-ihu/XVII-Simposio-IHU.html#1559/z>. Acesso em: 08. Agost. 2016, p. 1558-1567.*



ideal of social homogenization. Currently, in France, there is an intense debate that lays on one side the defenders of secularism and of republican values, and, on the other side, the religious communities, which demand the freedom to express publicly their religious affiliation. Starting from that context, this paper intends to identify the normalization and State's racism, which serve biopolitics, a form of power that manages life, elements denounced by Michel Foucault.

KEYWORDS: Secularism, Normalization, Michel Foucault.

Introdução

Diante dos intensos fluxos migratórios que caracterizam o pós-colonialismo, as sociedades contemporâneas, democráticas e ocidentais, enfrentam conflitos que colocam de um lado os valores liberais e de outro os valores que correspondem ao reconhecimento da diversidade cultural. No caso da França, tem-se um conflito entre a manifestação de pertencimento religioso das comunidades muçulmanas e o princípio da laicidade.

A laicidade francesa se caracteriza por se tratar de um processo derivado também da crescente secularização da sociedade. Contudo, laicidade diz respeito à neutralidade do Estado, no sentido de que este deve oferecer uma estrutura de direitos que não privilegie nenhuma concepção moral ou religiosa, não se confundindo com secularização. Fruto dos ideais iluministas, a laicidade surgiu para garantir a liberdade de culto. Dividida em três fases, a história da laicidade tem início com a Revolução Francesa de 1789 e segue até os dias atuais, revelando um passado de colonialismo mal resolvido e uma realidade de exclusão.

Neste contexto de exclusão, identifica-se a prática do biopoder, termo utilizado por Michel Foucault para caracterizar a biopolítica, a partir da diferenciação entre o normal e o anormal. Assim, num primeiro momento, pretende-se esclarecer os conceitos de secularização e de sociedade normalizadora, os quais se vinculam com o avanço do capitalismo. Após, analisa-se a história da laicidade francesa em suas três fases, marcada pelo advento do “contrato social” de Rousseau e pela implementação da religião civil, caracterizada pelo cultivo do nacionalismo.

Para melhor compreender os acontecimentos atuais, que acarretaram numa profunda mutação no processo de laicidade francesa, necessário se faz o estudo do conceito de racismo de Estado trabalhado por Foucault na última aula de *Em defesa da sociedade*, para então se passar à análise do “caso do véu”, que acabou resultando na promulgação de duas leis que limitaram a liberdade religiosa nas escolas e nos espaços públicos. Por fim, pretende-se argumentar, com autoras como Stéphanie Henneville-Vauchez e Véronique Champeil-Desplats, que a questão do



conflito entre comunidades muçulmanas e defensores do Estado laico e dos princípios republicanos está além da discussão sobre a laicidade. Dessa forma, a partir da análise destes casos será possível identificar a biopolítica conceituada por Foucault.

Sociedade secular: O avanço do capitalismo e o dever da sociedade disciplinar-normalizadora

Durante a Idade Antiga, principalmente em Roma e na Grécia Clássica, a espiritualidade estava intimamente conectada à política, numa cosmovisão do mundo, onde o Direito era justificado a partir de uma ideia de natureza comandada pelos deuses. No Ocidente, durante a Idade Média, tem-se a figura do soberano, escolhido por Deus, para governar os outros, e o Direito fundamentado na Teologia. Já na modernidade, tem-se o humanismo e o historicismo, como ponto de chegada do longo percurso de secularização, com um Direito antropocêntrico, fundamentado na natureza humana, e não mais nos deuses ou num Deus único.¹

Segundo Charles Taylor, filósofo político canadense, a secularidade é entendida em três sentidos: em termos de espaços públicos, no abandono de convicções das práticas religiosas e na passagem de uma sociedade em que a fé em Deus é inquestionável e, de fato, não problemática, para uma na qual a fé é entendida como uma opção entre outras e, em geral, não a mais fácil a ser abraçada.² Estes três sentidos de secularidade fazem referência à religião. Mas o que seria a religião? Pode-se fazer uma leitura da religião em termos da distinção entre transcendente e imanente, sendo que esta distinção tornou-se fundadora da cultura ocidental moderna, onde a ordem imanente tornou-se mais que uma teoria, constituindo a base de todo o nosso pensamento, especialmente com a ciência pós-galileana.³

O entendimento do fenômeno religioso como uma manifestação histórica propulsou a secularização. Com efeito, a transformação dos fenômenos religiosos em objeto de conhecimento acabou relativizando-os. Da mesma forma, a deificação da humanidade e os avanços da ciência contribuíram para justificar não só a substancialidade da natureza e da

¹ CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: Secularização, laicidade e religião civil*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2010, p. 32-33

² TAYLOR, Charles. *Uma Era Secular*. Trad. Nélcio Schneider e Luzia Araújo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, p. 14-15.

³ _____. *Uma Era Secular*, p. 29-30



história, mas também a prometer o definitivo controle do futuro, anelo impossível de realizar enquanto o homem fosse um ser tutelado e ontologicamente diminuído.⁴

Há a tese de que a secularização do Ocidente teve início com o próprio cristianismo, que separava a religião (plano espiritual, de transcendência) da vida cívica (plano temporal, político e cívico), sendo que esta separação não tinha sentido na Grécia e na Roma Antiga, bem como para o judaísmo.⁵ Contudo, foi com a ascensão capitalista que a secularização expandiu-se. De acordo com Catroga,

O enlace entre secularização e industrialização resultou de fato de esta necessitar de saberes-fazeres científicos e técnicos, isto é, de um elevado grau de racionalização, não somente no campo das infraestruturas, mas também ao nível das consciências. E o novo espírito racional, inerente à nova ordem econômico-social, alastrou a outras instituições e, particularmente, ao Estado. Obrigado a preocupar-se, cada vez mais, com as implicações políticas e jurídicas da produção econômica, este teve de adaptar a sua própria estrutura àquela finalidade, o que conduziu ao estabelecimento de burocracias altamente racionalizadas e, em termos ideológicos, ditou a entrada em ação de novas formas de legitimação extra-religiosas.⁶

Está-se numa época caracterizada pelo processo de industrialização que levou ao desenvolvimento da racionalização e do capitalismo, o que foi garantido pelo poder disciplinar. Segundo Michel Foucault, o poder disciplinar se caracteriza por ser uma técnica que toma os indivíduos como objetos e como instrumentos de seu exercício através de dispositivos que permitem uma vigilância, uma sanção e um exame. As prisões, os acampamentos militares, os hospitais e as escolas são caracterizados como locais onde se é possível manter uma vigilância sobre o indivíduo, permitindo a sua observação. A partir deste observatório, estabelecem-se padrões, possibilitando à disciplina captar as mínimas parcelas da vida cotidiana para estabelecer infrapenidades aos comportamentos considerados como maus, por estarem fora deste padrão de normalidade. Assim, o poder se revela na norma, obrigando a uma homogeneidade que individualiza e descreve, tornando úteis as diferenças. O resultado deste processo de objetivação é a sujeição, ficando o indivíduo submetido ao controle e à dominação. A disciplina e a normalização, portanto, individualizam o sujeito, homogeneizando as suas diferenças.⁷

Tem-se, portanto, com a inserção do poder na norma, um processo de normalização

⁴ CATROGA. *Entre Deuses e Césares*, p. 34.

⁵ _____. *Entre Deuses e Césares*, p. 6-8.

⁶ _____. *Entre Deuses e Césares*, p. 36.

⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 25. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 143-160.



da sociedade. Foucault fala da transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade normalizadora, a partir do século XVIII, em que os fatores biológicos que constituem o ser humano como espécie passam a ser levados em conta.⁸ Dessa forma, o poder que era investido sobre os corpos individuais passa a ser investido sobre a espécie humana, a fim não somente de administrar os corpos, mas também de ser aplicado para o controle das populações. Esta é a chamada “Era do Biopoder”, cuja forma de exercício do poder foi indispensável ao capitalismo, por proporcionar a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção, com o ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos e com o reforço, utilizabilidade e docilidade dos corpos.⁹

Assim, o poder que estava dentro das instituições disciplinares se expande para exercer o controle sobre a vida, esta “entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível”.¹⁰ A disciplina decompõe, analisa, classifica, estabelece as coordenações ótimas e os procedimentos de adestramento e controle permanente, e a partir daí estabelece a demarcação entre o normal (capaz) e o anormal (incapaz), ou seja, ela normaliza. É a partir da norma estabelecida que se determina e identifica o normal e o anormal. Assim, poder-se-ia dizer, segundo Foucault, que as técnicas disciplinares se tratariam mais de uma normalização. Por outro lado, tem-se também como técnica de normalização os mecanismos de segurança. Para tanto, primeiro identifica-se o normal e o anormal, aí ter-se-á uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e do que é normal se deduz a norma, resultando deste processo uma normalização em sentido estrito.¹¹

Este contexto de industrialização e de racionalização, no qual surge a sociedade disciplinar-normalizadora, impulsiona a secularização. Como consequência deste momento, tem-se a queda do poder soberano e o advento do Estado-Nação. Assim, desenvolve-se um novo conceito, o de laicização, remetendo-nos à história francesa. O Iluminismo e a Revolução Francesa de 1789 foram decisivos para o desenvolvimento do liberalismo, que se pautava pelo ideal de liberdade. Portanto, a separação entre Igreja e Estado se tornou inevitável.

⁸ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b, p. 3.

⁹ _____. *A Vontade de Saber*. In: *História da Sexualidade*. 13.ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999, V.1, p. 131-132.

¹⁰ _____. *A Vontade de Saber*, p. 136.

¹¹ _____. *Segurança, território e população*, p. 75.



O advento do Estado-Nação e a consequente laicidade

Secularização e laicização são dois termos que não se confundem. A secularização se trata de um processo no qual está inclusa a laicização. Assim, pode-se dizer que toda laicização é secularização, mas nem toda secularização é laicização.¹² O processo de secularização da sociedade tem a ver com o distanciamento da dinâmica social e cultural do universo religioso da cultura comum e, portanto, diz respeito à sociedade. Já a laicização se refere ao laço e ao rol social da religião no campo institucional, à diversificação e às mutações sociais deste campo em relação com o Estado e com a política, bem como com a sociedade civil.¹³

Assim, ambos os termos não podem ser confundidos. O secularismo se trata de um processo mais complexo, englobando, portanto, a laicidade. Esta última nasceu na França, com os objetivos de liberdade de consciência, livre exercício de cultos e igualdade de direitos, sem considerações ao pertencimento religioso, supondo um processo que dura até o presente. O historiador da laicidade, o francês Jean Baubérot, divide a história da laicização francesa em três fases, tendo como ponto de partida a Revolução Francesa, o que se passa a analisar.¹⁴

A 1ª fase da laicidade francesa: da Revolução Francesa ao Código Napoleônico

A primeira fase da laicização vai da Revolução Francesa até o Império de Napoleão. Em 1789 a situação é de uma França católica, caracterizada por um clero afortunado economicamente, pela perseguição aos protestantes e pela discriminação aos judeus, perseguidos quase como estrangeiros. Em meio a um contexto de intolerância católica surgem, então, os ideais iluministas, entre os quais, destaca Baubérot, está a ideia de utilidade social da religião, que serviria somente como fonte da moral pública.¹⁵

Contra a intolerância atribuída ao catolicismo, que é o único culto autorizado e que influencia quase a totalidade da população, publica-se a obra “O Contrato Social”, onde Rousseau defende a ideia de uma religião civil.¹⁶ A religião civil de Rousseau surgiu com a emergência do Estado-Nação, para o alicerçamento do contrato social e promoção das

¹² CATROGA. *Entre Deuses e Césares*, p. 32.

¹³ BAUBÉROT, Jean. *Sécularisation et Laïcisation: Mode d'emploi “a la française”*. Disponível em: http://jeanbauberotlaicite.blogspot.com/archive/2005/02/19/secularisation_et_laicisation.html Acesso em: 29 abril 2015

¹⁴ BAUBÉROT, Jean.. *Histoire de la laïcité em France*. 5 ed. Refoundue. Paris: Presses Universitaires de France, 2010, p.4.

¹⁵ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 5-7.

¹⁶ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 7.



virtudes republicanas. O homem não era visto como um ser social por natureza, assim a religião civil garantiria a sacralização do estatuto dos indivíduos como cidadãos e o unanimismo, o grande regulador do funcionamento político.¹⁷ Portanto, a finalidade da religião civil foi sacralizar o social (e o político), a fim de se reforçar a legitimação do contrato social de Rousseau, ou, de uma maneira mais abrangente, de sacralizar o poder, ou enfatizar o carisma de seus líderes.¹⁸ A religião civil tendeu, portanto, a ser um projeto de santificação de uma entidade secular – o contrato social, a Nação e a Pátria.¹⁹

A noção de contrato social, declarado e fundado numa vontade geral, que não poderia aceitar oposição nenhuma em nome da liberdade, acabou se mostrando uma das fontes do totalitarismo moderno, começando pelo jacobismo, segundo Taylor.²⁰ Nesta lógica totalitária, o ser humano disciplinado e normalizado serviria aos propósitos capitalistas, impulsionando os avanços científicos. Contudo, apesar da necessária racionalização da sociedade, a religião ainda possuía uma utilidade para a manutenção do poder.

Assim, apesar da laicização da soberania pela “Declaração do Homem e do Cidadão”, passando o poder a provir da Nação, o catolicismo permaneceu como religião oficial.²¹ Contudo, a ideia de moralidade independente da religião passa a crescer e, como consequência, o casamento é laicizado. Da mesma forma, com a fase do terror, a Revolução é sacralizada por ela mesma. A deusa da razão é cultuada na Notre-Dame de Paris e a violência passa a ser a solução aplicada pelos revolucionários.²² Neste período, apesar dos fundamentos da solução laica serem encontrados, a laicidade não pode ser concretizada devido à política religiosa, que mais se tratava de implantar uma religião civil, provando o caráter conflituoso de se constituir o fundamento do laço político e social.²³

Em definitivo, de 1789 a 1808, constrói-se uma nova lógica, a primeira fase da laicização. Mas a partir do início do século XIX, na França, a laicização impulsiona a secularização.²⁴ Ocorre que, como já visto, a secularização desenvolveu um papel importante para a ascensão do capitalismo, com a racionalização da consciência.²⁵ Assim, a França pós-revolução já não possui mais uma religião oficial, e com o *Concordat* de 1801, acordo entre

¹⁷ CATROGA. *Entre Deuses e Césares*, p. 121-124.

¹⁸ _____. *Entre Deuses e Césares*, p. 136.

¹⁹ _____. *Entre Deuses e Césares*, p. 138.

²⁰ TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. Trad. Talyta Carvalho. São Paulo: Realizações editora, 2011, p. 38.

²¹ BAUBÉROT. *Histoire de la laïcité em France*, p. 7-10.

²² _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 12-14.

²³ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 16-19.

²⁴ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 20.

²⁵ CATROGA. *Entre Deuses e Césares*, p. 36



Napoleão Bonaparte, então 1º Cônsul do Império, e o Papa Pio VII, o culto passa a ser livre e público.²⁶

No período entre 1800 e 1804, tem-se a elaboração do Código Civil (Código Napoleônico) que, devido à laicização do Estado, não se pronuncia sobre religião. Contudo, apesar dos ideais de igualdade formal e de laicidade, advindos da Revolução Francesa, o Código institui regras jurídicas de dominação masculina, congelando uma separação sexual de esferas: ao homem a esfera pública e política e à mulher a esfera privada e doméstica, devendo ser submissa e piedosa.²⁷

Assim, sob o quadro do Estado-Nação, a religião não é mais detentora de um significado que diz respeito a todos os aspectos da vida. A medicina e a escola se estruturam e se autonomizam com Napoleão. Portanto, são estas instituições que gerarão um novo clero, apto a enquadrar a população e a dar significado às condutas sociais.²⁸

A 2ª fase da laicidade francesa: a laicização do ensino

Num contexto de conflito entre duas França, uma clerical e outra anticlerical, as leis Jules Ferry, de laicização do ensino público, conforme Baubérot, inauguram a segunda fase do processo de laicização francês. A interdição de ter catequese na escola, dentro do horário escolar, significa uma rejeição em reconhecer o valor social deste ensino. A moral laica põe de novo em questão a utilidade moral da religião, que com a Lei Gobet de 1886, torna-se facultativa.²⁹

Finalmente, durante a IIIª República e num contexto de intensos conflitos entre as duas França, em 9 de outubro de 1905, é promulgada a Lei de Separação entre a Igreja e o Estado. Esta lei abole o *Concordat* de 1801 e põe fim ao “sistema de cultos reconhecidos”, estabelecendo a liberdade de consciência e de culto, passando a Igreja a ser de direito privado, incluída na sociedade civil. Conforme o artigo 1º prevê, “a República assegura a liberdade de consciência” e “garante o livre exercício de cultos”.³⁰

Assim, o pacto laico funcionou sobre uma base de duplo reconhecimento, de que ele não suprimiu totalmente o conflito, mas reduziu o porte.³¹ Contudo, em 1946, a Constituição

²⁶ BAUBÉROT. *Histoire de la laïcité em France*, p. 20-22.

²⁷ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 22-23.

²⁸ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 25.

²⁹ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 55-57.

³⁰ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 78.

³¹ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 88.



adota finalmente o fim do conflito das duas Franças e a laicidade é inscrita na Constituição: “A França é uma República indivisível, laica, democrática e social” (art. 1º); “A organização do ensino público, gratuito e laico em todos os graus, é um dever do Estado” (preâmbulo).³² Apesar da separação entre Igreja e Estado ter-se operado, uma terceira fase da laicização francesa, portanto, é ainda afirmada por Baubérot.

A 3ª fase da laicidade francesa: a imigração muçulmana

A emergência de uma modernidade tardia estrutura uma terceira fase do processo de laicização, onde o desencanto da secularização desestabiliza as instituições seculares e a socialização moral, bem como induz uma nova pluralização.³³ Está-se numa época caracterizada pela desconfiança com relação à política e às instituições seculares e a um processo global linear e acumulativo denominado “progresso”.³⁴

A secularização estabelecida é desencantada. As grandes histórias políticas utópicas são substituídas por outras onde se conjugam diferentes medos, tais como, catástrofes ecológicas, mundialização e terrorismo reivindicado do Islã. A terceira fase da laicização induz uma nova lógica, em um contexto onde o Estado-Nação resta importante, mas parece enfraquecido pelo local, ligado à individualização, e pelo global, ligado à massificação cultural.³⁵

Contudo, o desenvolvimento do Islã marca de forma particularmente visível os efeitos dessa mudança. Isto resulta numa mutação profunda da laicidade na França, confrontada aos novos desafios de uma sociedade caracterizada pela diversidade cultural.³⁶ Com o crescimento do fluxo migratório, a partir de 1975, um Islã de um homem só, socialmente invisível, transforma-se em um Islã de famílias, atingidas pelo aumento do desemprego e da rejeição social. Diante das reivindicações dos lugares de reza e de certos muçulmanos ortodoxos que não se misturam em alguns lugares, desenvolve-se uma imagem degradante do Islã para o Ocidente. Entretanto, apesar de um contexto tormentoso, a presença tranquila do Islã nos espaços públicos se desenvolve de forma progressiva com a construção de mesquitas, a criação de uma capelania muçulmana e etc.³⁷ Assim, a referência social à laicidade tende a se focalizar sobre o Islã.

³² BAUBÉROT. *Histoire de la laïcité em France*, p. 100-102.

³³ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 105.

³⁴ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 111-112.

³⁵ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 112.

³⁶ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 105.

³⁷ _____. *Histoire de la laïcité em France*, p. 114-115.



Nacionalismo e racismo de Estado³⁸

Após passadas as 1ª e 2ª fases da laicidade francesa, tem-se já uma sociedade secularizada e o Estado neutro liberal e laico está instituído na França e em diversos outros países na Europa, como consequência da expansão do Código Napoleônico.³⁹ Neste processo de laicização, o papel que era desenvolvido pela religião, de vínculo social, foi substituído pelo culto à Nação. Contudo, uma terceira fase da laicidade francesa ainda é apontada pelo historiador Baubérot, fruto de uma nova realidade que se apresenta.

Esta nova realidade está relacionada ao passado colonial da França, cuja independência foi caramente conquistada pelos países colonizados, mas também à situação social e econômica daqueles chegados na França, essencialmente muçulmanos, que compõem hoje uma importante parcela dos habitantes e cidadãos franceses.⁴⁰ Assim, a explosão migratória que caracteriza o pós-colonialismo e a herança nacionalista, herdada do processo de secularização e laicização francês, acabam por revelar outra questão: o racismo.

Este racismo não significa ódio entre raças, mas um racismo estatal, que visa à homogeneização por meio da eliminação do diferente. Este racismo estatal advém da necessidade de se ter uma exceção na biopolítica. Na teoria clássica da soberania, o soberano possuía o poder de fazer morrer e deixar viver o seu súdito. Contudo, no contexto da biopolítica, a partir do século XIX, tem-se a inversão deste direito de soberania. O soberano, agora o Estado, passa a ter o direito de fazer viver e deixar morrer, o que ocorre no campo das tecnologias de poder.⁴¹

Com este novo poder instaurado, de fazer viver e deixar morrer, tem-se o poder atuando como uma biopolítica da espécie humana, segundo Foucault, pois ele passa a incidir sobre o homem-espécie, e não mais sobre o homem-corpo. As populações passam a ser alvo da biopolítica, como vimos acima, assegurando-se sobre este elemento não somente uma disciplina, mas uma regulamentação. Esta regulamentação pretende, então, garantir o poder

³⁸ Desenvolvo o conceito de racismo de Estado de Michel Foucault na 2ª parte do texto: CORRÊA, Fernanda Müller. A biopolítica e a controvérsia sobre a proibição legal do uso do véu islâmico na França. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE BIOPOLÍTICA, 5º, 2015, São Leopoldo. *Anais ...* São Leopoldo: Casa Leira, 2016, p. 1558-1567. Disponível em: <http://repositorio.unisinos.br/ihu/xvii-simposio-ihu/XVII-Simposio-IHU.html#1559/z>. Acesso em: 08 ago. 2016, p. 1560-1562.

³⁹ BAUBÉROT. *Histoire de la laïcité en France*, p. 22.

⁴⁰ HENNETTE-VAUCHEZ, Stéphanie. La burqa, la femme et l'État: réflexions inquiètes sur un débat actuel. *Raison Publique*. Captado em: <<http://raison-publique.fr/article317.html>>. Acesso em: 07 maio 2015

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-288.



soberano de fazer viver e deixar morrer.⁴²

Estamos, portanto, diante da sociedade de normalização que, como já vimos, é constituída pelo elemento norma, o qual se aplicará tanto ao corpo quanto à população. Dizer que o poder tomou a vida no século XIX é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do corpo à população. Contudo, com o desenvolvimento da tecnologia do poder atômico no século XX, um paradoxo surge: como um poder que promove a vida (fazer viver) pode matar (fazer morrer)? O próprio exercício do biopoder acaba caracterizando a entrada em cena de um poder de soberania que mata. Assim, conforme Foucault, o racismo, inserido nos mecanismos do Estado, permitirá a exceção na biopolítica.⁴³ “O racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer o seu poder soberano”.⁴⁴

A partir de uma censura biológica, que fragmenta a população em raças, o racismo de Estado estipulará o que deve viver e o que deve morrer, identificando a inferioridade e a anormalidade que devem ser eliminadas a fim de se garantir a vida. Assim, para Foucault, quando se tem uma sociedade de normalização, em que o poder funciona como um biopoder, o racismo é necessário para que o Estado possa exercer o direito de matar, de fazer morrer, o que pode se dar de forma direta, como assassinato, e também de forma indireta, que corresponde ao “fato de expor à morte, de multiplicar alguns riscos de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc”.⁴⁵

Dessa forma, este racismo moderno e estatal, que permite que o biopoder e o poder soberano de vida e morte coexistam, coincide com a terceira fase do processo de laicização francês, quando se tem uma população descendente de imigrantes, advindos dos países descolonizados, que, embora possua a cidadania francesa, tem suas diferenças consideradas inadequadas aos olhos republicanos. É neste contexto de conflito que o racismo de Estado garantirá a exceção na biopolítica. Assim, passa-se, então, à análise do “caso do véu”.

Laicidade à francesa: O “caso do véu”⁴⁶

A nova laicidade francesa já não diz respeito aos conflitos político-religiosos originados das guerras de religião e da Revolução Francesa, nem aos conflitos entre as duas

⁴² FOUCAULT. *Em Defesa da Sociedade*, p. 289-294.

⁴³ _____. *Em Defesa da Sociedade*, p. 302-304.

⁴⁴ _____. *Em Defesa da Sociedade*, p. 309.

⁴⁵ _____. *Em Defesa da Sociedade*, p. 304-306.

⁴⁶ Desenvolvo o tema do “caso do véu” na 3ª parte do texto: CORRÊA. *A biopolítica e a controvérsia sobre a proibição legal do uso do véu islâmico na França*, p.1562-1565.



França e aos embates políticos sobre projetos de lei. A nova laicidade francesa está enraizada na colonização, onde a República foi também um Império colonial que não funcionou conforme as mesmas regras. Segundo Baubérot, os “franceses muçulmanos” foram por muito tempo considerados “súditos” que tinham um “status pessoal” que os diferenciava dos europeus e dos judeus da Argélia.⁴⁷

Da mesma forma, esta laicidade está ligada a uma situação internacional difícil e ao medo que ela gera: o medo de uma mundialização “anglo-saxônica”, da influência e do poder da mídia, dos fluxos migratórios e de um islamismo político transnacional.⁴⁸ O aumento da imigração da população muçulmana, proveniente dos países africanos da região do *magreb*, ex-colônias francesas, acabou se refletindo nas escolas públicas francesas, com o aumento do ingresso de alunas que se utilizavam do lenço ou véu islâmico. Conhecido como “o caso do véu”, o conflito se deu, primeiramente, a partir da percepção de que o uso dessa vestimenta violaria a laicidade do ensino. Sob este argumento, muitas meninas foram excluídas dos cursos primários e secundários. Portanto, esta situação acabou desencadeando uma mudança jurídica e, para solucionar a questão, então, aprovou-se uma lei.

A Lei de 15 de março de 2004 (*Loi 2004-228 du 15 mars 2004*) introduziu no Código de Educação um artigo (*article L141-5-1*) proibindo nas escolas públicas o porte de sinais ou trajes pelos quais os alunos manifestem ostensivamente uma pertença religiosa.⁴⁹ A promulgação desta lei resultou num amplo debate sobre a laicidade do ensino, tido como um princípio republicano.⁵⁰ O filósofo francês e ex-ministro da educação, cargo exercido entre os anos de 2002 e 2004, também autor do projeto da referida lei, Luc Ferry, em seu discurso na ocasião do exame do projeto da lei de 2004, afirmou que esta possui o papel de reafirmar o ideal republicano, o qual anima há tempos a escola laica francesa, ameaçado, no atual contexto, pelo aumento do comunitarismo. Para Ferry, a lei de 2004 não se trataria de uma lei de exclusão, pelo contrário, se trataria de uma lei que visa combater os particularismos que separam e, portanto, que ameaçam o espírito da República.⁵¹

⁴⁷ BAUBÉROT. *Histoire de la laïcité en France*, p. 116.

⁴⁸ _____. *Histoire de la laïcité en France*, p. 116-117.

⁴⁹ FRANCE. *Code de L'Éducation*. Article L141-5-1. Disponível em:

http://www.legifrance.gouv.fr/affichCodeArticle.do;jsessionid=3901FD838F80DB5179F3111E5C108C8E.tpdila07v_3?cidTexte=LEGITEXT000006071191&idArticle=LEGIARTI000006524456&dateTexte=20150514&categorieLien=id#LEGIARTI000006524456. Acesso em: 14/05/2015.

⁵⁰ CHAMPEIL-DESPLATS, Véronique. Laïcité et Liberté Religieuse em France: aux sources de la loi interdisant la dissimulation intégrale du visage dans l'espace public. *Revista Derecho del Estado*, nº 29, p. 51-72, julho-diciembre 2012. Captado em: <http://ssrn.com/abstract=2190415>. Acesso em: 04 maio 2015.

⁵¹ FERRY, Luc. Discours de Luc Ferry à l'occasion de l'examen du projet de loi relatif à la application du principe



Ocorre que, para melhor se compreender a questão, o contexto social da época deve ser levado em conta. De acordo com Champeil-Desplats, o contexto da lei de 2004 é de fragilidade, caracterizado pela exclusão, econômica e social, de imigrantes africanos e descendentes, aos quais somente restam o desemprego e os subúrbios (*banlieues*). Portanto, diante desta realidade de exclusão e desilusão ideológica, a religião acaba ganhando um simbolismo identitário.⁵² Constata-se, assim, que a questão sobre o “uso do véu” nas escolas públicas é apenas um reflexo de um problema que possui raízes na estrutura social, e, por isso, não fica adstrito somente ao ambiente escolar, atingindo também todos os espaços públicos. Dessa forma, esta extensão do conflito à esfera pública acaba por causar uma polarização, que coloca os defensores da República laica e as comunidades religiosas em lados opostos.⁵³

Diante de tal contexto, em 2010, é aprovada uma lei que proíbe a dissimulação do rosto nos espaços públicos (*Loi 2010-1192 du 11 octobre 2010*), punindo com a aplicação de multa para quem for flagrado em tal prática.⁵⁴ Esta lei passa a ser conhecida como a “lei do véu”, pois, de fato, a proibição atinge majoritariamente às mulheres da religião islâmica que usam o véu integral (*burqa*⁵⁵ e *niqab*⁵⁶). De fato, a República tem a necessidade de um ser humano moral e livre, capaz de interiorizar as regras para viver o desenraizamento das suas alianças tradicionais e do olhar dos outros. O que se conclui é a passagem de uma sociedade de monitoramento para uma sociedade de controle. Dessa forma, evidencia-se que os maiores aspectos da moral laica ultrapassam suas relações com a religião, pois não se está diante de uma sociedade que pretende a promoção das liberdades, mas de uma sociedade de controle.⁵⁷

Resta claro, diante das circunstâncias e de tamanha restrição e punibilidade, que o caso não se trata, portanto, somente de garantir a laicidade do ensino e do Estado francês. Como já vimos, laicidade não significa neutralidade religiosa, mas pelo contrário, ela nasceu no intuito de garantir a liberdade de exercício da religião, qualquer que seja.

de laïcité dans les écoles, collèges et lycées publics. *Ministère de l'Éducation Nationale*. Disponível em: <http://www.education.gouv.fr/cid495/discours-de-luc-ferry-a-l-occasion-de-l-examen-du-projet-de-loi-du-principe-de-laicite-dans-les-ecoles.html>. Acesso em: 12 agos. 2016.

⁵² CHAMPEIL-DESPLATS. *Laïcité et Liberté Religieuse em France*, p. 55-56.

⁵³ _____. *Laïcité et Liberté Religieuse em France*, p. 62.

⁵⁴ FRANCE. *Loi 2010-1192 du 11 octobre 2010*. Disponível em: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000022911670&categorieLien=id>. Acesso em: 14 maio 2015.

⁵⁵ *Burqa* ou burca é um véu utilizado por algumas mulheres afegãs e paquistanesas de religião muçulmana, que funciona como uma vestimenta que cobre todo o corpo, deixando apenas um pequeno espaço com uma tela para os olhos.

⁵⁶ *Niqab* ou nicabe é um véu utilizado por algumas mulheres da Península Arábica, principalmente sauditas, de religião muçulmana, geralmente na cor preta, que funciona como uma vestimenta que cobre todo o corpo, deixando apenas os olhos expostos.

⁵⁷ BAUBÉROT. *Histoire de la laïcité em France*, p. 49-52.



Para além da laicidade⁵⁸

Embora a laicidade definida pela lei de 1905 tenha previsto a liberdade religiosa, a “nova laicidade” está inserida em uma lógica de controle. Segundo Hennette-Vouchez, esta nova laicidade visa a neutralizar tudo que na religião diferencia e singulariza. “Mobiliza-se a laicidade para higienizar o religioso, perseguido como um micróbio que corrompe a vida em conjunto”. De acordo com esta lógica, os cidadãos deveriam renunciar à sua parte que não é comum para entrar no espaço público.⁵⁹

Com o desenvolvimento do ideal de liberdade, a sociedade moderna ganhou muito em termos de direitos. O indivíduo que se via preso a uma ordem hierárquica universal, que ditava o seu lugar na sociedade, passou a ter a liberdade de determinar o seu próprio modo de vida. Locke, Rousseau e Kant desenvolveram a noção de dignidade centrada num ideal de neutralidade. Contudo, esta neutralidade que deveria ser somente imposta ao Estado, passa, então, a ser imposta também aos indivíduos.

Assim, da análise do “caso do véu” e da “lei do véu” na França, percebe-se um retorno à doutrina da religião civil, que serviu para o alicerçamento do contrato social e para a promoção das virtudes republicanas, substituindo-se uma religião por outra.⁶⁰ Tem-se, portanto, a laicidade concretizando-se como um laicismo, quando na sua aplicação, o conceito ultrapassa as conotações de neutralidade e de indiferença.⁶¹ Com a aprovação da lei 2010, que proíbe a dissimulação do rosto nos espaços públicos, observa-se um endurecimento legislativo, já que o controle não se dá somente nos estabelecimentos escolares, mas também no espaço público, ampliando-se o rol de sujeitos submetidos.⁶²

Com efeito, na contemporaneidade, tem-se o predomínio do que Foucault chama de dispositivos de segurança, como consequência do desenvolvimento da sociedade de normalização, os quais se organizarão em torno do cálculo do custo das penalidades. No entanto, para que os mecanismos de segurança funcionem é necessária uma inflação do código

⁵⁸ Desenvolvo a questão acerca da laicidade e o “caso do véu” como uma consequência da prática do biopoder na 3ª parte do texto: CORRÊA. *A biopolítica e a controvérsia sobre a proibição legal do uso do véu islâmico na França*, p.1562-1565.

⁵⁹ HENNETTE-VAUCHEZ, Stéphanie; VALENTIN, Vincent. La présence de la religion est désormais jugée insupportable, *Liberation*, Paris, 28 de nov. 2014. Entrevista concedida a Sonia Foure. Captado em: http://www.liberation.fr/societe/2014/11/28/la-presence-de-la-religion-est-desormais-jugee-insupportable_1152826. Acesso em: 29 abril 2015.

⁶⁰ CATROGA. *Entre Deuses e Césares*, p. 124.

⁶¹ _____. *Entre Deuses e Césares*, p. 302.

⁶² CHAMPEIL-DESPLATS. *Laïcité et Liberté Religieuse em France*, p. 51-72.



jurídico-legal e a ativação dos dispositivos disciplinares.⁶³ Assim, pode-se dizer que tanto a lei de 2004 quanto a lei de 2010 comprova que se está diante da sociedade de normalização, que se utiliza destes dispositivos para exercer o controle sobre a vida, no caso, de uma população específica, qual seja, a população muçulmana feminina que faz uso do véu integral, como forma de expressão religiosa apenas, ou mesmo identitária.

Evidente que uma lei que proíbe a toda uma população de vestir um traje específico nos espaços públicos e uma lei que proíbe alunos de manifestarem sua pertença religiosa de forma ostensiva no ambiente das escolas públicas não possuem uma mesma lógica. Segundo Hennette-Vauchez, o Ministério do Interior francês divulgou que são 1.900 mulheres que usam o véu integral na França, sendo estas as pessoas que são e serão afetadas diretamente pela lei de 2010, cuja aplicação se dá de forma abstrata, não considerando o caso particular.⁶⁴

Uma questão de gênero pode ser apontada, mas não em favor dos defensores da laicidade, que argumentam que o uso do véu islâmico denigre a dignidade das mulheres ao colocá-las numa posição de desigualdade com os homens. Apesar das conquistas históricas, não somente na França, mas em todos os países ditos “ocidentais”, que se caracterizam como democracias liberais, a mulher continua exposta a toda sorte de violência, bem como diversas práticas alienantes não são proibidas às mulheres, gerando contradição. Ocorre que a mulher muçulmana não é considerada em sua particularidade, como portadora de uma crença religiosa que a faz desejar usar um véu que cobre o seu corpo e rosto.⁶⁵

A proibição do uso do véu integral levou multidões de mulheres vestidas com o véu islâmico a saírem às ruas na França, para protestarem por seu direito à liberdade de vestirem seus trajes, levantando, ao mesmo tempo, um debate sobre a ascensão da “islamofobia”, que se traduz em aversão ao Islã. É necessário destacar que, por razões históricas, na França, por referência ao catolicismo dominante, construiu-se a laicidade em benefício das religiões protestantes e da religião judaica, o que contrasta hoje com o tratamento dado à religião islâmica.⁶⁶

Dentre os argumentos utilizados na defesa da proibição do uso do véu islâmico, além dos alegados direitos humanos das mulheres, está o que se refere à segurança pública.

⁶³ FOUCAULT. *Segurança, território e população*, p. 8-11.

⁶⁴ HENNETTE-VAUCHEZ. *La burqa, la femme et l'État*:

⁶⁵ _____. *La burqa, la femme et l'État*:

⁶⁶ CLEUZIOU, Yann Raison. Le pouvoir religieux et l'Etat en France . In: Antonin Cohen, Bertrand Lacroix, Philippe Riutort, *Nouveau Manuel de Science Politique*. La Découverte, 2009, p. 272, not. p. 276-277 apud HENNETTE-VAUCHEZ. *La burqa, la femme et l'État*:



Contudo, mesmo com a ameaça do terrorismo, tal medida se mostra desproporcional, já que restringe liberdades fundamentais.⁶⁷ Embora se esteja falando de um Estado liberal, que se constitui pela primazia dos direitos individuais, verifica-se a promoção do controle. Segundo Foucault, o liberalismo necessita produzir certo número de liberdades para funcionar, como, por exemplo, a liberdade de mercado e a liberdade de expressão. Mas não só isso, ele precisa organizá-las, pois esta produção de liberdades pode vir a destruí-lo ou limitá-lo. Portanto, o liberalismo implica uma relação de produção e destruição com a liberdade. É necessário produzi-la, mas isto acarreta no estabelecimento de limitações, controles e coerções. Para tanto, necessita-se de legislação para intervenções governamentais, o que será a garantia da produção da liberdade de que se necessita para governar.⁶⁸

Conforme já afirmado, a sociedade contemporânea se caracteriza pela predominância dos mecanismos de segurança. A fabricação de liberdades possui um custo, que será calculado a partir da segurança (princípio de custo). Assim, o liberalismo determinará até que ponto os interesses individuais não constituirão um perigo ao interesse de todos, num jogo de liberdade e segurança. Dessa forma, a liberdade e a segurança dos indivíduos serão arbitradas em torno da noção de perigo. Como consequência dessa arte de governar, portanto, ter-se-á uma cultura do perigo, a extensão dos procedimentos de controle como contrapeso das liberdades, bem como se produzirá um a mais de liberdade por meio de um a mais de controle e de intervenção.⁶⁹

Outro argumento levantado pelos defensores da proibição do uso do véu islâmico é o da indivisibilidade da nação (“tradição republicana francesa”). Entretanto, tal argumento não se sustenta quando se revela que estas mulheres que usam o véu integral na França são francesas. A questão é que a prática do véu integral é apresentada como importada das sociedades do Oriente Médio e como uma expressão do fundamentalismo religioso, como algo estrangeiro e ao mesmo tempo agressivo. O problema é que não se trata apenas de garantir a afirmação dos princípios republicanos. Portanto, a questão do uso do véu integral na França não pode estar separada das suas condições históricas.⁷⁰

Por trás deste caso se revela um problema muito mais profundo, vinculado à forma com que a França lida com o seu passado colonial e com a presença de uma enorme

⁶⁷ HENNETTE-VAUCHEZ. *La burqa, la femme et l'État*.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, p. 86-88.

⁶⁹ _____. *O nascimento da biopolítica*, p. 88-93.

⁷⁰ HENNETTE-VAUCHEZ. *La burqa, la femme et l'État*.



população de imigrantes que, não se pode ignorar, possuem a cidadania francesa.⁷¹ Quando da segunda fase da laicização, a lógica laica não se aplicou às colônias. O darwinismo social insistiu numa divergência entre raças, em uma perspectiva onde há biologicamente uma raça superior e uma inferior. A noção de que os europeus têm o direito de colonizar os outros continentes e o dever de lhes aportar a civilização predominou entre os agentes da laicização. Isto revela uma concepção etnocêntrica de civilização e um patriotismo onde o amor à pátria tende a suplantar o amor à humanidade.⁷²

Assim, de acordo com Hennette-Vauchez, tem-se a emergência de uma “nova visão da laicidade”, que seria moralizadora e liberticida. Em 2008, uma funcionária de uma creche foi despedida por ter se recusado em tirar o véu islâmico. Em 2010, a Alta Autoridade de Luta contra a Discriminação e pela Igualdade (*HALDE*) estimou que a despedida foi discriminatória. Entretanto, neste mesmo ano, o Conselho dos Homens Íntegros (*Conseil de Prud’Hommes*), tribunal de primeira instância que julga pendências profissionais, validou a demissão da funcionária, pois entendeu que a creche teria uma missão de serviço público e, portanto, uma obrigação de neutralidade. Assim começou o caso chamado de “Baby-Loup” (nome da creche), que terminou em 2014 com o julgamento da Corte de Cassação, a mais alta jurisdição francesa, que decidiu por validar a demissão.⁷³

Este caso expressa uma mudança profunda da laicidade, cristalizando o debate acerca do direito das pessoas em exprimir publicamente suas crenças religiosas. Durante todo o século XX, o princípio da laicidade não tinha gerado qualquer obrigação com relação às instituições públicas, pois era o Estado que deveria permanecer neutro para garantir a liberdade de consciência dos cidadãos. Porém, depois de décadas, outra visão da laicidade se revelou, inclusive no campo jurídico, impondo a obrigação de neutralidade às pessoas privadas. Isto demonstra, segundo Hennette-Vauchez e Valentin, que a presença da religião é atualmente julgada insuportável, independente de qualquer problema à ordem pública ou atentado à liberdade de outrem.⁷⁴

Diversos exemplos, de como o princípio da laicidade pode ser usados para legitimar a exclusão, podem ser observados. Em 2015, uma aluna do ensino público, muçulmana, foi proibida de entrar na escola, com fundamento na lei de 2004, por vestir uma saia longa e

⁷¹ HENNETTE-VAUCHEZ. *La burqa, la femme et l’État*.

⁷² BAUBÉROT. *Histoire de la laïcité en France*, p. 53-54.

⁷³ HENNETTE-VAUCHEZ; VALENTIN. *La présence de la religion est désormais jugée insupportable*.

⁷⁴ _____. *La présence de la religion est désormais jugée insupportable*.



preta, o que foi interpretado como um sinal ostensivo que se conecta com a sua religião.⁷⁵ Na realidade, o que se conclui com exemplos como este, segundo Hennette-Vauchez, é a vontade dos defensores da laicidade em romper com a lei de 1905, subvertendo-a. No discurso político, posto pelas mídias, expande-se a ideia, como uma evidência, de que a laicidade seria ameaçada, como se ela fosse um estado da sociedade, e não um dever do Estado.⁷⁶

Com a Lei de 2004, são os alunos que são submetidos a uma obrigação de neutralidade⁷⁷, bem como com a Lei de 2010 define-se juridicamente, pela primeira vez, que a rua é um espaço público. O entendimento de que a religião é um espaço puramente privado não condiz com o espírito da Lei de Separação de 1905 que, na sua origem, visava à liberdade religiosa. O projeto político republicano da “nova laicidade” procura criar um espaço comum, uma sociedade pacificada. Mas, para tanto, é preciso criar uma sociedade laica, mais que um Estado laico. E aí está a confusão entre laicidade e secularização.⁷⁸

Atualmente, os partidários da nova laicidade querem impor restrições. Eles não defendem um direito, mas sim uma cultura, certa maneira de ser. Já se fala a respeito da maneira de se vestir, não havendo limites para, por exemplo, restringir também a maneira de comer, ou qualquer outra coisa.⁷⁹ Está-se diante da sociedade de normalização denunciada por Foucault, onde todos os aspectos particulares da vida humana passam a ser objeto de controle e normalização. Com efeito, nas sociedades modernas que funcionam ao modo do biopoder, o racismo vai operar sobre os pontos que requerem o direito à morte. Com a colonização, o racismo se desenvolve, e, através do tema do evolucionismo, mediante um racismo, portanto, poderá se legitimar a matança (direta ou indireta) de populações.⁸⁰

Veja-se que isto está bem exemplificado com a Lei de 2010 (“lei do véu”), também chamada de “lei anti-*burqa*”. O governo retardou em 6 meses a entrada em vigor desta lei para

⁷⁵ GRAVELEAU, Séverin; CÉCILE, Chambraud. Crispation à l'école sur la jupe long. *Le Monde*, Paris, 29 de abril 2015. Disponível em: http://www.lemonde.fr/societe/article/2015/04/29/crispation-a-l-ecole-sur-les-jupe-longues_4624882_3224.html. Acesso em: 30 abril 2015.

⁷⁶ HENNETTE-VAUCHEZ; VALENTIN. *La présence de la religion est désormais jugée insupportable*.

⁷⁷ Contra este argumento, a professora de filosofia da Universidade Charles de Gaulle Lille III, na França, e defensora da Lei de 2004, Catherine Kintzler, afirma que a proibição não pretende uma uniformidade entre os alunos, o que, por outro lado, seria daria pela adoção de um fundamentalismo religioso, ressaltando o valor educativo da lei, já que os alunos sabem que terão que se despir de qualquer sinal ostensivamente religioso ao entrar na escola pública e que poderão vesti-lo de volta ao sair, bem como afirma que a principal missão da escola é ensinar em um espaço crítico comum. (L'laïcité et École: interview de Catherine Kintzler. In: *Enseignant d'Unsa*. 08/02/2015. Captado em: <http://www.se-uns.org/spip.php?article7536>. Acesso em: 08 agos. 2016.) Catherine Kintzler trata do tema da escola republicana no livro *Condorcet: L'instruction publique et la naissance du citoyen*. 3 ed. Minerve: Paris, 2015.

⁷⁸ HENNETTE-VAUCHEZ; VALENTIN. *La présence de la religion est désormais jugée insupportable*.

⁷⁹ _____. *La présence de la religion est désormais jugée insupportable*.

⁸⁰ FOUCAULT. *Em defesa da sociedade*, p. 307.



preparar os cidadãos através da campanha: “A República se vive com a face descoberta” (*La République se vit à visage découvert*). Pode-se afirmar que isto evidencia um catequismo republicano. Atrás de uma defesa da laicidade, há um moralismo nacional, republicano e político que se designa. Após esta lei, 700 mulheres foram condenadas a cursos de cidadania. Isto significa, por hipótese, que as mulheres que portam uma *burqa* são más cidadãs, ou pior, não-cidadãs. Resta claro que se trata de uma exclusão. Pode-se afirmar, portanto, que, na França, assiste-se uma intervenção inédita na esfera pública. A religião se tornou de fato um caso público.⁸¹

Conclusão

Secularização e laicidade são conceitos frequentemente confundidos. Ambos supõem um processo de neutralidade religiosa, entretanto, secularização diz respeito à sociedade e laicidade ao Estado e às instituições. Enquanto a secularização foi útil à racionalização da sociedade, contribuindo para o avanço do capitalismo, a laicidade foi útil à consolidação do Estado-Nação. Passados os séculos XVIII e XIX, tendo a laicidade sido inserida expressamente na Constituição da República Francesa, uma nova realidade apresentou-se. Atualmente, na França, a questão da laicidade é discutida diante da intensa imigração da população muçulmana, proveniente principalmente dos países africanos da região do *magreb*, ex-colônias francesas.

Através de uma prévia análise do conceito de racismo de Estado em Foucault, percebe-se que o “caso do véu” nas escolas francesas e a proibição de dissimulação do rosto nos espaços públicos na França possuem elementos que estão além de uma discussão sobre a laicidade. Diante dos argumentos utilizados a fim de legitimar a restrição à liberdade religiosa, resta nítida qual é realmente a verdadeira motivação por trás de uma suposta defesa dos princípios republicanos. Nas sociedades modernas que funcionam por meio do biopoder, o racismo é o mecanismo que legitimará a função assassina do Estado.

Não há dúvidas de que a população muçulmana é o alvo de tal medida. Com a Lei de 2004 e com a Lei de 2010 tem-se uma reprimenda que incide somente sobre as vestimentas típicas das mulheres de religião islâmica, como algo atentatório à própria república francesa. Vislumbra-se, assim, uma legislação que pretende a exclusão de uma população específica da vida pública, por ameaçar a identidade europeia. Tal objetivo, portanto, na sociedade disciplinar-normalizadora, é alcançado pelo uso de dispositivos de segurança, os quais

⁸¹ HENNETTE-VAUCHEZ; VALENTIN. *La présence de la religion est désormais jugée insupportable*.



requerem o Direito, que se apresenta como elemento que é ao mesmo tempo objeto e ferramenta deste poder, cuja prática revela a biopolítica. Trata-se, segundo Fonseca, de um direito normalizado-normalizador, identificado na obra de Foucault, num plano prático, como vetor dos mecanismos de normalização.⁸²

A captura da vida pelo Direito, entendida, segundo Foucault, como a essência concreta do homem, faz com que a própria vida se torne objeto das lutas políticas.⁸³ Portanto, quando uma mulher muçulmana, mesmo sendo multada, ocupa o espaço público francês com sua *burqa* ou *niqab*, ou quando uma aluna muçulmana insiste em ir à escola vestindo o seu *hijab*⁸⁴, tem-se um comportamento que se manifesta como forma de resistência aos dispositivos de controle, e este ato se torna um ato não somente cultural ou cultural, mas político.⁸⁵

⁸² FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o Direito*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 151.

⁸³ FOUCAULT. *A Vontade de Saber*, p. 136.

⁸⁴ *Hijab* ou *hijabe* é um véu utilizado pela maioria das mulheres muçulmanas que vivem nos países ocidentais, como na França, e que cobre todo o cabelo deixando o rosto descoberto.

⁸⁵ CHAMPEIL-DESPLATS. *Laïcité et Liberté Religieuse em France*, p. 51-72. Esta ideia é desenvolvida no texto: CORRÊA. *A biopolítica e a controvérsia sobre a proibição legal do uso do véu islâmico na França*, p. 1566.



O estabelecimento das plantas montadoras de veículos no Brasil e na China: o GEIA e os Planos Quinquenais

The establishment of automaker plants in Brazil and China: the GEIA and the Five-Year Plans

Fernando Marcus Nascimento Vianini

Mestre em História

Doutorando pela Universidade Federal de Juiz de Fora

fernandomvianini@gmail.com

Recebido em: 13/07/2016

Aprovado em: 12/09/2016

RESUMO: Este artigo pretende abordar a trajetória da indústria automotiva do Brasil e da China entre a década de 1950 e início da década de 1960, comparando as políticas desenvolvidas pelos Estados que visaram à instalação das montadoras nestes países. Para o Brasil, o Grupo Executivo da Indústria Automotiva (GEIA) se revelou central para a realização dos planos do governo de Juscelino Kubistchek em fechar o mercado automotivo brasileiro para as importações de forma a obrigar as multinacionais a instalarem plantas no país. Para a China, os dois primeiros Planos Quinquenais orientaram a ação do Partido Comunista na execução de centenas de projetos, muitos deles com auxílio soviético, entre os quais a criação de sua primeira planta automotiva. Apesar dos objetivos em comum destes países na criação de um setor automotivo doméstico, a forma como cada Estado conduziu este processo levou a diversas diferenças que resultaram em configurações distintas entre os setores automotivos brasileiro e chinês.

PALAVRAS-CHAVE: GEIA, Indústria Automotiva Brasileira, Indústria Automotiva Chinesa

ABSTRACT: This article aims to address the history of the automotive industry in Brazil and China between the 1950s and early 1960s, comparing the policies developed by the states which aimed to install assembly plants in these countries. For Brazil, the Executive Group of the Automotive Industry (Grupo Executivo da Indústria Automotiva – GEIA) has proved central to the achievement of the Juscelino Kubitschek’s government plans to close the Brazilian auto market to imports in order to force the multinationals to install plants in the country. For China, the first two Five-Year Plans guided the action of the Communist Party in the execution of hundreds of projects, many with Sovietic aid, including the creation of the first automotive plant. Despite Brazil’s and China’s common goals in the creation of the domestic automotive industry, how each state led this process created several differences that resulted in distinct settings between the Brazilian and Chinese automotive sectors.

KEYWORDS: GEIA, Brazilian Automotive Industry, Chinese Automotive Industry

Introdução

Este trabalho visa fazer uma análise comparativa da trajetória da indústria automotiva do Brasil e da China durante sua fase inicial de instalação. O estudo comparativo entre estes dois



países suscita inúmeros questionamentos a respeito de sua pertinência. O Brasil se constituiu como um país capitalista periférico, enquanto a China se voltou para o modelo socialista após 1949. Como países com trajetórias políticas, econômicas, sociais e culturais tão diversas podem possuir algum elemento comum para comparação? Apesar das inúmeras diferenças, cremos que podemos aprender muito através da análise comparativa de suas políticas e seus resultados alcançados, pois, em comum, ambos os países possuem dimensões continentais, grande população, diversidade regional e cultural, e enfrentam dilemas parecidos a respeito de sua inserção na economia mundial, principalmente de inovação tecnológica, elemento central para o desenvolvimento econômico contemporâneo.

Por entendermos que as políticas do Estado foram essenciais para o crescimento econômico em países de desenvolvimento tardio, nos voltamos para o período e instalação do setor automotivo no Brasil e na China. É de importância fulcral o reconhecimento das configurações da instalação destas empresas que dispararam efeitos de dependência da trajetória distintos em ambos os países. Para o Brasil, é inegável a centralidade do Plano de Metas e do Grupo Executivo da Indústria Automotiva (GEIA) para a instalação das montadoras no país, tendo por objetivo interesses estratégicos como os efeitos de derramamento sobre toda a economia e o fortalecimento do setor fornecedor nacional, ainda que este segmento, por diversas vezes, tenha sido desfavorecido nas políticas de Estado frente às concessões ao capital estrangeiro e a posterior oligopolização da economia brasileira. Já na China, os dois primeiros Planos Quinquenais exerceram um papel primordial na instalação das empresas e na definição das prioridades do direcionamento estatal.

Pelo motivo exposto acima, limitamos o recorte temporal de forma distinta, tendo em vista as especificidades das trajetórias de cada país. Para o Brasil, o recorte temporal foi realizado de modo a abranger o período de vigência do GEIA de 1956, data da criação da instituição, a 1964, quando o regime militar criou o Grupo Executivo da Indústria Mecânica (GEIMEC), que absorveu o primeiro. Para a China, foi estabelecido um recorte que abrangeu os anos de 1953 a 1962, período de vigência do Primeiro (1953-1957) e do Segundo Planos Quinquenais (1958-1962). Apesar de central o acordo de auxílio estabelecido com a União Soviética (URSS), de 1951, o Primeiro Plano Quinquenal consolidou este acordo na forma de centenas de projetos a serem desenvolvidos, incluindo a criação de uma planta automotiva. O ano de 1962, por seu turno, marcou uma inflexão no desenvolvimento do setor automotivo, voltado agora para a instalação de plantas nas cidades e províncias do interior e baseado na tecnologia endógena.



No que concerne o setor automotivo, tanto o Brasil quanto a China saíram de posições de atraso em meados do século XX, instalaram suas primeiras plantas montadoras de veículos na década de 1950, aplicaram políticas distintas e obtiveram com isso resultados desiguais. Os dados da Organização Internacional de Veículos Automotores (OICA) atestaram que a produção de automóveis na China atingiu um novo recorde em 2015, com 24,5 milhões de unidades produzidas, uma alta de 3,3% em relação ao ano anterior, enquanto o Brasil amargou uma retração em sua produção de 22,8% no mesmo período, produzindo 2,4 milhões em 2015, contra 3,1 milhões de veículos em 2014.¹ Estes resultados nos permitiram indagar quais foram as políticas bem sucedidas na China que a tornaram na maior produtora de veículos do mundo, inclusive instalando montadoras e exportando peças e componentes para nosso país. Cumpre assinalar que consideramos que somente a produção não se constitui como elemento indicador do sucesso de desenvolvimento de um determinado setor econômico em um país, pois há uma gama de outras questões relativas ao desenvolvimento, que abrange desde os direitos de propriedade intelectual, os sistemas de inovação nacionais, as marcas e diversos outros elementos. Concebemos, entretanto, que as diferentes escolhas dos Estados em períodos ulteriores possuem importantes desdobramentos sobre o desenvolvimento dos setores automotivos nestes países.

Este texto está dividido em três partes. A primeira tratou o setor automotivo no Brasil e na China durante a primeira metade do século XX, quando estes países importavam seus primeiros veículos e as lojas de reparos se convertiam nas primeiras fabricantes de peças e componentes para reposição. No Brasil eram desenhadas as primeiras medidas governamentais que visavam à proteção da indústria local, enquanto a China atravessava um conturbado período de conflitos internos e externos que, apesar de terem um resultado avassalador sobre a sociedade, legou uma infraestrutura preparada no nordeste do país para a instalação da primeira planta automotiva. A segunda parte abordou o período da instalação das montadoras no Brasil e na China. No primeiro, a implantação do setor automotivo pretendia resolver os problemas da balança de pagamentos, desenvolver o setor industrial, promover os diversos efeitos de encadeamento sobre os demais setores da economia, incluindo sobre alguns pontos do Plano de Metas, como o 4 e o 5 relativos à produção e refinamento do petróleo, respectivamente, superar os gargalos no transporte e angariar o apoio da classe média ao governo com a produção de carros de passeio. Na China, apesar do foco do governo na indústria de base, o desenvolvimento do setor automotivo pretendia aproveitar o legado japonês e o auxílio soviético, ao mesmo tempo

¹ OICA. *World motor vehicle production by country and type 2014-2015*. Captado em: <<http://www.oica.net/wp-content/uploads//Total-2015-Q4-March-16.pdf>>. Acesso em: 07/04/2016.



em que se reativava a economia nacional através de um setor com capacidade para gerar efeitos de encadeamento em toda a economia. Por fim, a terceira parte destacou os principais pontos de contato e de diferença entre os setores automotivos brasileiro e chinês decorrentes das distintas trajetórias destes países, e procurou apontar as possibilidades de estudos futuros.

Os primeiros veículos no Brasil e na China

Os primeiros veículos que chegaram ao Brasil foram importados entre o final do século XIX e início do século XX. Utilizados para demonstrar prestígio social e econômico, os carros eram caros e luxuosos, sendo importados de países como França, Itália e EUA por uma pequena parcela da elite local.² Na China, os primeiros veículos foram trazidos por comerciantes estrangeiros e os próprios proprietários tinham que organizar seus meios de abastecimento, manutenção e reparo, tendo em vista a infraestrutura despreparada do país.³

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil e na China surgiram iniciativas isoladas para a fabricação de peças, componentes e motores. Por exemplo, em 1927, foi construído o primeiro motor a combustão interna no Brasil pela empresa Souza Noschese. Paralelamente, ocorreram transformações em algumas garagens de revenda de peças e equipamentos que, aos poucos, passaram a produzir seus próprios componentes e se tornaram as primeiras fabricantes de autopeças.⁴ Na China, as primeiras empresas voltadas para o setor automotivo surgiram entre as décadas de 1910 e 1920. No ano de 1910, em Xangai, foi fundada a Fábrica de Reparos de Máquinas, que era uma das duas maiores plantas de reparos automotivos da cidade. Posteriormente foram surgindo outras iniciativas que se consistiam de indivíduos ou empresas que procuraram, via engenharia reversa, entender o processo de fabricação dos veículos importados.⁵

Tanto no Brasil, quanto na China, as montadoras internacionais instalaram plantas de montagem de veículos para driblar o sistema tributário. Estas plantas importavam veículos em kits completamente desmontados (*complete knocked-down* ou CKD) ou parcialmente desmontados (*semiknocked-down* ou SKD). A Ford estabeleceu sua primeira unidade de montagem no bairro do Ipiranga, em São Paulo em 1919, sendo acompanhada pela General Motors (GM) em 1923. Posteriormente, a International Harvester e a Vemag também implantaram plantas no país,

² WOLFE, Joel. *Autos and progress: the Brazilian search for modernity*. New York: Oxford University Press, 2010, p. 17.

³ BAKER, Kevin. *Economic tsunami: China's car industry will sweep away western car makers*. Australia: Rosenberg Publishing, 2007, p. 164.

⁴ WOLFE, Joel. *Autos and progress*, p. 28.

⁵ LI, Gang. *The Chinese automobile industry: an overview*. 2004, p. 26. Captado em: <http://dspace.lib.niigata-u.ac.jp/dspace/bitstream/10191/1104/1/18_0153.pdf>. Acesso em: 07/04/2016.



respectivamente em 1926 e 1946, para a montagem dos kits importados. A frota nacional aumentou consideravelmente, atingindo 30 mil unidades em 1920, e oito vezes este número na década seguinte.⁶ Na China, em 1913 foram importados os primeiros tratores, caminhões e carros de passeio da Ford. Anos depois, em 1925, a GM iniciou suas operações no país através dos kits de montagem, sendo seguida pela Mercedes-Benz ao final da década de 1930.⁷ Neste período, a China possuía cerca de 25 mil veículos em circulação. As instabilidades sociais, econômicas e políticas atravessadas pelo país impediram a expansão ou mesmo o estabelecimento de uma indústria automotiva na China durante a primeira metade do século XX.⁸

A expansão da frota de veículos permitiu o surgimento de uma indústria de peças e componentes de reposição no Brasil. Durante as décadas de 1940 e 1950, predominou um modelo de desenvolvimento, baseado no fomento da indústria nacional, capitaneado pelo Estado.⁹ Para atingir este objetivo, foram criadas diversas instituições que, entre outras conquistas, serviram para o desenvolvimento do setor automotivo, como o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) a Carteira de Exportação e Importação (Cexim) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Em 1951, o governo criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), subordinada ao Ministério da Fazenda, cujo objetivo era a elaboração de estudos e estratégias para a industrialização do país.¹⁰ A CDI era composta por representantes e ministros de várias áreas do governo e ainda contava com a presença de industriais.¹¹ A instituição possuía várias subcomissões, sendo a Subcomissão para a Manufatura de Jipes, Tratores, Caminhões e Carros designada para formular a estratégia de industrialização do setor automotivo.¹² Esta Subcomissão, após um longo período de levantamento de dados, concluiu que a instalação do setor automotivo ajudaria tanto na questão dos transportes quanto no desenvolvimento da economia e da

⁶ NEGRO, Antonio Luigi. Servos do tempo. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) *De JK a FHC: a Reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 90.

⁷ BAKER, Kevin. *Economic tsunami*, p. 164.

⁸ TAN, Zhaotao. *The development of the Chinese automobile industry since 1949: the role of the government*. 305 f. Tese - Coventry University, Coventry, 2013, p. 146.

⁹ LIMONCIC, Flávio. *A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista 1956-1961*. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 1997, p. 12.

¹⁰ TORRES, Ricardo Lobato. *A indústria automobilística brasileira: uma análise da cadeia de valor*. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2011, p.84.

¹¹ LIMONCIC, Flávio. *A civilização do automóvel*, p. 83.

¹² SHAPIRO, Helen. *Engines of growth: the state and transnational auto companies in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 28.



sociedade, muito embora, o Brasil não tivesse os pré-requisitos para a implantação de uma indústria deste porte, ou mão de obra especializada ou as matérias-primas necessárias. Desta forma, foi elaborado o “Plano Nacional de Estímulo à produção de Automóveis e à Implantação Gradativa da Indústria Automobilística”, que levou a criação da Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (CEIMA). Todavia, o contexto político conturbado após 1954, com o suicídio de Vargas, impediu que os trabalhos da CEIMA fossem adiante.¹³

O BNDE, criado em 1952, financiava os projetos de industrialização de forma proporcional ao valor da participação nacional. A instituição esteve envolvida nos projetos da Kombi, da Volkswagen (VW), e da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em 1954, da Vemag em 1958 e da Willys-Overland do Brasil no ano seguinte. Dos financiamentos realizados pelo banco entre 1956 e 1960, 3,7% foram para o setor automotivo, incluindo as montadoras e as fornecedoras de autopeças.¹⁴

Em 1952, a Cexim lançou a Resolução 288, que proibia a importação de uma lista de cento e quatro grupos de autopeças que já eram produzidas nacionalmente, protegendo as empresas de autopeças nacionais. Esta lista era atualizada periodicamente e bastava a empresa declarar o interesse na produção de determinada peça que sua importação era proibida. Esta medida permitia a importação de peças que não eram produzidas no Brasil, mas tornava impossível a importação de uma lista de peças já produzidas nacionalmente.¹⁵ No ano seguinte, as restrições foram ampliadas pela Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), o órgão sucessor da Cexim, que lançou a Resolução 311, proibindo a importação de veículos montados. Em 1954, o controle foi aprofundado, de modo à somente permitir a entrada no país de kits CKD que não possuíssem peças que fossem produzidas nacionalmente. Tais estratégias do governo tiveram como consequência um aumento da participação do conteúdo local na produção automotiva.¹⁶

A Sumoc, entre 1953 e 1957, determinou um sistema de leilão do câmbio, chamado de Instrução 113, que garantia a isenção sobre a importação de equipamento que entrasse no país

¹³ LATINI, Sydney. *A implantação da indústria automobilística no Brasil: da substituição de importações ativa à globalização passiva*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007, p. 102.

¹⁴ BARROS, Daniel Chiari; PEDRO, Luciana Silvestre. *O papel do BNDES no desenvolvimento do setor automotivo brasileiro*. 2012, p. 104. Captado em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/938/4/O%20papel%20do%20BNDES%20no%20desenvolvimento%20do%20setor%20automotivo-final_P.pdf>. Acesso em: 07/07/2016.

¹⁵ ADDIS, Caren. *Cooperação e desenvolvimento no setor de autopeças*. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) *De JK a FHC: a Reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 135.

¹⁶ SHAPIRO, Helen. *A primeira migração das montadoras: 1956-1968*. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) *De JK a FHC: a Reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 24.



como investimento direto estrangeiro (IDE). O setor automotivo foi responsável por quase metade dos investimentos que entraram no Brasil sob a Instrução. Foram ao todo 200,7 milhões de dólares de 419 milhões.¹⁷

Na China, a situação política e econômica era mais adversa. A primeira metade do século XX marcou um período de profundas conturbações naquele país. De acordo com Fairbank e Goldman, o regime imperial havia sido desmoralizado pelas invasões estrangeiras, apenas se sustentando até 1912 pelo fato de não haver perspectiva de qual regime poderia substituí-lo.¹⁸ Entre 1912 e 1949, a República substituiu o antigo sistema, mas falhou em alcançar a estabilidade política, econômica e social, o que resultou em uma Guerra Civil entre os líderes militares locais, também chamados de senhores da guerra, o Partido Kuomintang, igualmente conhecido como Partido Nacionalista, baseado na cidade de Nanquim, e o Partido Comunista da China (PCC). Este conflito somente foi interrompido com o avanço das tropas do Japão sobre o nordeste do país. Em 1931, o Japão havia conquistado a região da Manchúria e, a partir de 1937, tomou a decisão pela invasão plena do país. Neste contexto, os chineses colocaram em segundo plano seus conflitos internos para organizar uma resistência ao Japão. Em 1942, a invasão japonesa havia atingido sua máxima extensão territorial sobre a China, incluindo as regiões nordeste e o litoral leste, assim como as cidades de Changchun, Pequim, Nanquim, Xangai e Cantão.¹⁹

Terminada a Segunda Guerra, com a vitória dos Aliados e derrota do Japão e dos demais países do Eixo, a China retomou seu processo de conflito interno entre o Partido Kuomintang e o Partido Comunista. Os primeiros possuíam o dobro de tropas do PCC, controlavam as regiões urbanas e costeiras da China, além de contar com o apoio e equipamento norte-americano. Os comunistas, por seu turno, adotaram estratégias de guerrilha e conseguiram reverter a situação. Enquanto as tropas nacionalistas fracassavam no campo de batalha, o governo do Kuomintang foi incapaz de controlar a inflação e superar a crise econômica que se seguiu após a Segunda Guerra Mundial. Liderado por Mao Tsé-Tung, as tropas do PCC saíram vitoriosas do conflito. Em 1949, é estabelecida a República Popular da China, cujo comando ficou sob responsabilidade de Mao. A partir de então, a China irá emular o modelo de desenvolvimento da União Soviética,

¹⁷SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 51.

¹⁸ FAIRBANK, John King e GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. 2ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007, p. 240.

¹⁹ MIDDLESWORTH, Huston. *Engines of change: China's rise and the Chinese auto industry*. CMC Senior Theses. Paper 766, 2013, p. 14. Captado em: <http://scholarship.daremont.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1772&context=cmc_theses>. Acesso em: 07/04/2016.



baseado no planejamento central e nas grandes empresas estatais, que influenciará o desenvolvimento do setor automotivo chinês.

A implantação das montadoras

O setor automotivo teve suas bases lançadas no governo Vargas e foi efetivamente instalado no Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek. De acordo com Helen Shapiro, a implantação deste setor foi pensada inicialmente para a resolução do problema da balança de pagamentos do país. Os automóveis estavam entre os itens mais importantes das importações brasileiras no período e sua produção local seria capaz de aliviar a enorme pressão monetária, resolver o gargalo no setor de transportes e de atrair capital e tecnologia estrangeiros.²⁰ O setor automotivo seria ainda um meio para a rápida industrialização e também foi escolhido devido aos efeitos de derramamento sobre os demais setores da economia.

Na China, o setor automotivo se instalou sobre a base industrial legada pelo período de ocupação japonesa. Após o estabelecimento da República Popular da China em 1949, a economia do país foi completamente reorientada para a formação de um complexo industrial através do controle direto do governo. O governo adotou a chamada “*big push strategy*”, em que os recursos foram mobilizados para a construção de novas fábricas, via investimento do PIB na industrialização.²¹ Todavia, este tipo de desenvolvimento, baseado no planejamento governamental, limitou o desenvolvimento do mercado. Foi neste contexto que novos setores emergiram, como o de equipamentos elétricos, fertilizantes químicos e o automotivo. Tal qual no Brasil, a escolha do setor automotivo se deu devido a razões estratégicas. Os dirigentes chineses acreditavam que o setor ajudaria na reativação da economia, através da geração de empregos e dos efeitos de encadeamento sobre outros setores, levando à mecanização da agricultura e ampliando a sua produtividade para que o país fosse capaz de sustentar sua crescente população.²²

No Brasil, apesar das iniciativas estatais em alguns setores econômicos, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, no governo JK a propriedade estatal foi logo descartada como alternativa, pois o modelo de desenvolvimento de Juscelino implicava na entrada de capital e tecnologia externos como motores da industrialização e superação da dependência brasileira em relação à exportação de bens primários. Helen Shapiro destacou também que a capacidade fiscal do país era limitada, uma vez que o Estado possuía

²⁰ SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 17

²¹ NAUGHTON, Barry. *The Chinese economy: transitions and growth*. Cambridge: The MIT Press, 2006, p. 56.

²² TAN, Zhaotao. *The development of the Chinese automobile industry since 1949*, p. 147.



poucos instrumentos pelos quais poderia acumular recursos e que o campo político era desfavorável a novos empreendimentos estatais.²³ O setor privado nacional, de acordo com os estudos da Subcomissão para a Manufatura de Jipes, Tratores, Caminhões e Carros, do governo Vargas e, posteriormente, segundo os trabalhos do Grupo Automotivo da Indústria Automobilística, era muito fraco para satisfazer os requerimentos tecnológicos e de capital para o segmento de montadoras.²⁴ Desta forma, o programa do governo para o setor automotivo previa a entrada das empresas multinacionais na produção.

Na China, ao contrário, o governo era proprietário de todas as empresas do setor automotivo. Todavia, esta propriedade poderia ser do governo central, do governo local ou do governo municipal que, posteriormente, resultou em dilemas distintos de governança e de coordenação. Por exemplo, a *First Auto Works* (FAW) era de propriedade do governo central, enquanto a *Shanghai Automotive Industry Corporation* (SAIC), de propriedade da municipalidade de Xangai. Assim como o Brasil contou com a tecnologia e capital estrangeiros no desenvolvimento de seu setor automotivo, a China contou com a ajuda de técnicos, especialistas e designs da União Soviética e do Leste Europeu.²⁵ A seguir, nos voltaremos para as políticas que moldaram o desenvolvimento do setor automotivo no Brasil, entre 1956 e 1964, e na China, entre 1953 e 1962.

O caso brasileiro

No Brasil, o Plano de Metas foi um importante programa de modernização e industrialização, cujo objetivo era o de transformar a economia baseada na exportação de matérias-primas para uma base industrial. Cabe ressaltar que este processo de construção de uma economia capitalista de base urbano-industrial, já havia sido iniciado por Vargas. JK optou por dar continuidade e aprofundar este processo utilizando capital e tecnologia estrangeiros. O Plano era formado por trinta metas de expansão para o desenvolvimento econômico e social do país. Destas, somente uma era destinada a um bem de consumo, a meta 27, que objetivava a fabricação de cento e setenta mil veículos no país em 1960, além de estabelecer uma taxa de conteúdo local de 90 a 95% do peso dos veículos, transferir a responsabilidade da produção para o setor privado, reservar ao Estado a função de promotor e coordenador da implantação da indústria²⁶ e permitir a constituição de empresas com capitais nacionais, estrangeiros e mistos. De acordo com

²³ SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 18.

²⁴ LATINI, Sydney. *A implantação da indústria automobilística no Brasil*, p. 86.

²⁵ THUN, Eric. *Changing lines in China: foreign direct investment, local governments, and auto sector development*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 83.

²⁶ Esta medida causou importantes implicações para o posterior desenvolvimento da Fábrica Nacional de Motores.



Limonicic, a implantação do setor automotivo criaria importantes efeitos-cascata sobre diversos outros pontos do Plano de Metas.²⁷

Em junho de 1956, foi promulgado o decreto 39.412, que estabelecia as diretrizes relativas ao setor automotivo e os órgãos que se encarregariam de aplicá-las. Ficaram definidos os limites da atuação da Instrução 113 da Sumoc sobre o setor automotivo e a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), cujas funções seriam a execução e supervisão das diretrizes básicas do decreto, a formulação das recomendações de incentivo à indústria, o julgamento dos projetos apresentados pelas fabricantes de veículos, o incentivo a entrada no país de técnicos e operários especializados, o estabelecimento dos Planos Nacionais Automobilísticos para as várias linhas de veículos e a responsabilidade sobre qualquer outro aspecto de interesse para a indústria automotiva.²⁸ Ao GEIA também foi garantido canal direto com o poder executivo e sua localização na cadeia burocrática o isolou, ao menos em teoria, das disputas no congresso. Cabe ressaltar que no GEIA não ocorreu a participação direta dos setores empresariais ou dos trabalhadores.²⁹

O Brasil havia fracassado nas tentativas anteriores de trazer as montadoras para produzirem no país. Representantes da Ford, por exemplo, afirmaram ser utópica a produção de motores nos trópicos. Desde modo, o meio que o governo encontrou de forçar as empresas a investirem recursos no país foi o fechamento do mercado nacional às importações combinado com uma série de incentivos, tais como linhas de crédito, facilitação da importação de máquinas e equipamentos, isenções fiscais e tarifas protecionistas, e com a exigência de contrapartidas, como o aumento gradativo do conteúdo local utilizado na produção.³⁰ As firmas, que antes se apresentaram hesitantes em investirem uma grande quantia no Brasil, foram compelidas através de uma estrutura de incentivos, moldada de maneira a garantir altos investimentos e comprometimento das empresas desde o início do programa. O governo ainda limitou o período de incentivos, fazendo com que as empresas que não entrassem no programa desde o início,

²⁷ LIMONCIC, Flávio. *A civilização do automóvel*, p. 104

²⁸ BRASIL. *Decreto nº 39.412, de 16 de Junho de 1956*. Estabelece normas diretoras para a criação da Indústria Automobilística Brasileira e institui o Grupo Executivo para aplicação dessas normas. Captado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39412-16-junho-1956-332154-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20/11/2014.

²⁹ SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 185.

³⁰ Este tipo de medida de reserva de mercado já havia sido utilizada pela Inglaterra entre 1945 e 1954, para a proteção de sua indústria nacional no período de reconstrução do pós-Segunda Guerra. Ver: BRANDÃO, Ramon de Lima. *O automóvel no Brasil entre 1955 e 1961: A invenção de novos imaginários na era JK*. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2011.



ficassem em desvantagem frente às pioneiras. Por fim, as autoridades teriam, ainda, o poder de reter o capital das empresas que falhassem em cumprir o cronograma de metas.³¹

A partir da criação do GEIA, foram instituídos decretos que guiariam a implantação do segmento de caminhões (decreto 39.568, julho de 1956), de jipes (decreto 39.569, julho de 1956), de camionetas, furgões e caminhões leves (decreto 39.676-A, julho de 1956), de carros de passeio (decreto 41.018, fevereiro de 1957) e de tratores e máquinas agrícolas (decreto 47.473, dezembro de 1959). Os decretos efetivamente fecharam o mercado brasileiro para as importações e forçavam as firmas a aumentarem o nível de conteúdo local para, em contrapartida, receberem uma série de incentivos. A forma que o GEIA encontrou de regular o conteúdo local foi pelo peso total das peças, pois a estimativa do valor de cada peça iria requerer mais procedimentos de contagem, conversão, pesquisa e estudos, atrasando todo o processo de implementação do plano que deveria ser urgente.

Cada decreto estabeleceu o peso máximo e mínimo dos veículos que poderiam obter o auxílio do programa, assim como definiu que qualquer componente ou parte do veículo produzido nacionalmente, escolhido de acordo com o critério da montadora, seria computado no percentual de conteúdo local. Aos projetos aprovados estava garantida a importação de equipamentos e partes complementares de acordo com o decreto 39.412. Todavia, a continuidade da concessão dos benefícios era condicionada ao cumprimento dos índices de nacionalização. Para os caminhões pesados foram definidas as taxas de conteúdo local de 35% para dezembro de 1956, 40% para julho de 1957, 65% para julho de 1958, de 75% para julho de 1959 e de 90% para 1960.³² Para jipes, as taxas eram de 50% para dezembro de 1956, e 60, 75, 85 e 95%, respectivamente para os meses de julho de 1957, 1958, 1959 e 1960.³³ Para camionetas, caminhões leves e furgões, ficou estabelecida uma taxa de conteúdo local de 40% para dezembro de 1956, gradativamente crescendo, até atingir 90% em 1960.³⁴ Para os carros de passeio, o GEIA exigiu uma taxa de conteúdo local de 50% para 1957, subindo para 95% em 1960.³⁵ Por fim, para

³¹SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 48.

³² BRASIL. *Lei nº 39.568 de 12 de julho de 1956*. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a caminhões. Captado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39568-12-julho-1956-333904-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

³³BRASIL. *Lei nº 39.569 de 12 de julho de 1956*. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a Jipes. Captado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39569-12-julho-1956-333912-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

³⁴ BRASIL. *Lei nº 39.676-A de 30 de julho de 1956*. Institui o Plano Nacional da Indústria automobilística relativo a camionetas, caminhões leves e furgões. Captado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39676-a-30-julho-1956-333960-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

³⁵BRASIL. *Lei nº 41.018 de 26 de fevereiro de 1957*. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a automóveis de passageiros. Captado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41018-26-fevereiro-1957-380050-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.



tratores e máquinas agrícolas, a taxa de conteúdo local exigida era de 70% em 1960, aumentando para 95% em janeiro de 1962.³⁶

Dos dezoito projetos enviados ao GEIA, sete foram cancelados pelas empresas, restando onze com o objetivo de produzir 170.000 veículos em 1960. Neste ano, contudo, a produção foi inferior, atingindo o valor de 133.041 veículos produzidos.³⁷ Em parte, isto ocorreu devido à limitação de importação de peças estrangeiras.³⁸ Por volta de 1961, seis anos após a implantação do programa, onze firmas produziam quase 150 mil veículos, com cerca de 87% de conteúdo local em valor, o que significou que as taxas de conteúdo local em peso foram atingidas. Limonic observou os resultados de forma positiva no que concerne o impacto do setor na balança de pagamentos:

De qualquer modo, a instalação da indústria representou, no período 1957-1960, uma poupança bruta, no balanço de pagamentos, da ordem de US\$ 1, 2 bilhão. Com o mesmo dispêndio cambial que teve através da concessão de estímulos à nacionalização dos veículos, o Brasil incorporou 122.528 unidades à sua frota no período 1957-1960, ao passo que teria incorporado, com o mesmo dispêndio, apenas 36.793 veículos se estes tivessem sido importados.³⁹

Das firmas que iniciaram a produção no Brasil dentro do programa do GEIA, três eram controladas pelo capital nacional (Willys-Overland, Vemag e FNM), duas eram *joint ventures* entre o capital nacional e o estrangeiro (Mercedes-Benz e Simca) e seis eram controladas ou subsidiárias totalmente controladas pelo capital externo (Ford, GM, Volkswagen, International Harvester, Scania Vobis e Toyota). Para os caminhões pesados, os projetos implementados eram da Scania Vabis, Mercedes-Benz, FNM e International Harvester. No setor de caminhões médios estavam a Mercedes-Benz, além da Ford e da GM. A Mercedes-Benz ainda ficou com os ônibus. VW, Willys e Vemag nos utilitários, e Toyota, Vemag e Willys nos jipes. Por fim, o setor de carros de passeio foi representado pela VW, Willys, Vemag, FNM e Simca. A ameaça de fechamento de mercado não foi capaz de fazer com que as Três Grandes, Ford, GM e Chrysler investissem no setor de veículos de passeio, no qual elas dominavam o mercado e eram mais reconhecidas pelos consumidores brasileiros. Cabe ressaltar que, nesta primeira etapa, as empresas estavam concentradas na região sudeste, principalmente em São Paulo.

³⁶BRASIL. *Lei nº 47.473 de 22 de dezembro de 1959*. Institui o Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas. Captado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47473-22-dezembro-1959-379054-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08/09/2015.

³⁷ANFAVEA. *Anuário da Indústria Automobilística Brasileira*. São Paulo, 2015. Captado em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2015/Anuario2015.zip>>. Acesso em: 11/03/2015.

³⁸SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 49.

³⁹LIMONCIC, Flávio. *A civilização do automóvel*, p. 154.



Por motivos estratégicos, o GEIA priorizou os veículos comerciais, responsáveis pela maior parte do transporte de cargas no Brasil, enquanto a demanda interna por carros de passeio era acumulada e reservada para as montadoras que se instalassem no país. Posteriormente, quando o decreto para automóveis foi promulgado em 1957, esperava-se uma alta taxa de nacionalização e que a demanda fosse alta o suficiente. Todavia, poucas empresas entregaram projetos de produção. As principais companhias europeias, como a Volkswagen e a Mercedes, quando apresentaram seus projetos, buscaram negociar melhores condições. JK atuou pessoalmente na entrega do projeto do Fusca pela VW, na instalação da Simca no Brasil e na realização de um empréstimo para a Alfa Romeo, objetivando a associação desta empresa com a FNM.⁴⁰ As norte-americanas não esboçaram o menor interesse na produção de veículos de passeio. As recusas da Ford e da GM em enviarem um plano para a fabricação de carros de passeio possibilitaram a entrada de concorrentes menores no mercado brasileiro, que, em um curto espaço de tempo, passaram a dominar as vendas do setor. Na ausência da Ford, este segmento do mercado brasileiro foi redefinido e capturado pela VW. Outra beneficiada foi a Willys-Overland que, em 1959, foi responsável pela produção de 24% dos veículos no Brasil e 52% dos carros de passeio.⁴¹

O GEIA, por seu turno, passou por importantes transformações após o governo JK. Embora Jânio Quadros tenha deixado a instituição inalterada, João Goulart transferiu a jurisdição da instituição da Presidência para o Ministério da Indústria e do Comércio.⁴² De acordo com Latini, a partir desta etapa, o GEIA perdeu parte de sua influência e passou a sofrer com a lentidão burocrática.⁴³ Posteriormente, em 1964, os militares criaram o Grupo Executivo da Indústria Mecânica (GEIMEC), que absorveu o GEIA, o GEIMAPE (Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada) e o GEIMAR (Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias). Segundo Roehé, o golpe militar extinguiu a única legislação específica para a indústria automotiva com poderes de coordenar ou coibir a atuação das empresas do setor, o GEIA. Sem possuir uma legislação específica, a indústria passou a se autorregular com base no mercado.⁴⁴

⁴⁰SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 63.

⁴¹WOLFE, Joel. *Autos and progress*, p. 121.

⁴²ROEHE, Nara Simone. *A indústria automobilística e a política econômica do governo Geisel: tensões em uma parceria histórica (1974-1978)*. Tese (Doutorado em História Econômica) - Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Porto Alegre, 2011, p. 64.

⁴³LATINI, Sydney. *A implantação da indústria automobilística no Brasil*, p. 274.

⁴⁴ROEHE, Nara Simone. *A indústria automobilística e a política econômica do governo Geisel*, p. 67.



Durante a vigência do GEIA, entre 1957 e 1964, a produção de veículos cresceu até 1962, quando a produção se reduz nos dois anos seguintes, mas nunca inferior aos níveis de 1961. Em 1957 foram produzidos 30.542 veículos, atingindo o ápice em 1962, com 191.194 veículos, como podemos observar na Tabela 1. Todavia, ainda que a produção total tenha se retraído entre 1963 e 1964, a produção de carros de passeio foi crescente em todo o intervalo analisado. A produção de caminhões no Brasil somente foi superior à de automóveis nos dois primeiros anos, entre 1957 e 1958, em acordo com o planejado pelo GEIA. De 1959 em diante, a produção de carros de passeio se tornou dominante. A produção de ônibus, por seu turno, inferior à de caminhões e carros, foi maior que a produção de veículos comerciais leves em 1957, mas logo ano seguinte foi ultrapassada.

Tabela 1- Produção total de veículos por tipo no Brasil entre 1957 e 1964					
Ano	Carros	Comerciais leves	Caminhões	Ônibus	Total
1957	10.449	1.588	17.259	2.246	30.542
1958	20.808	9.503	26.998	3.674	60.983
1959	40.171	16.283	36.657	3.003	96.114
1960	70.479	20.875	37.810	3.877	133.041
1961	86.437	28.654	26.891	3.602	145.584
1962	118.026	33.498	36.174	3.496	191.194
1963	121.666	28.495	21.556	2.474	174.191
1964	132.157	27.056	21.790	2.704	183.707

Fonte: ANFAVEA. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira. São Paulo, 2015. Captado em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario2015/Anuario2015.zip>>. Acesso em: 11/03/2015.

Na década de 1960, quando a demanda interna havia sido sanada e o governo militar implementou um programa de austeridade para o combate da inflação, as empresas nacionais não tiveram a quem recorrer, enquanto as multinacionais possuíam uma posição mais confortável em seus mercados originais. Em 1968, das onze empresas que iniciaram no programa do GEIA, apenas oito restaram, todas de capital transnacional. A Simca do Brasil, que possuía 50% de



capital brasileiro, teve 92% das ações compradas pela Chrysler em 1966, que também comprou a planta da International Harvester. No mesmo ano, a VW comprou a Vemag, enquanto a Ford, em 1967, adquiriu a Willys-Overland. Por fim, a Alfa Romeo obteve o controle da FNM. Com a liquidação da Vemag e da Willys, a Ford e a GM finalmente entraram no mercado de carros de passeio.

O caso chinês

A partir de 1949 a China atravessou por importantes transformações. Inicialmente, era preciso reconstruir o país após as décadas de conflitos internos e externos. Entre as medidas do governo estavam a reconstrução da infraestrutura, o combate à inflação, o estabelecimento da administração central e a realização da reforma agrária. Nas cidades, o governo tomou para si diversas fábricas herdadas do período de domínio nipônico, do Kuomintang e dos capitalistas que fugiram do país. Nesta conjuntura, o foco do governo esteve voltado para a região nordeste, onde estavam as maiores e mais importantes indústrias pesadas. Estas indústrias foram criadas pelo programa estatal de industrialização o Japão, tomadas pelos soviéticos na Segunda Guerra Mundial e transferidas para o controle chinês após o fim do conflito.⁴⁵

Sob este contexto de profundas transformações estruturais nos meios urbano e rural que os Planos Quinquenais foram implementados. Segundo Middlesworth, os Planos Quinquenais são o mecanismo básico de planejamento do governo, baseado no estabelecimento de metas e objetivos para os setores econômicos e para o desenvolvimento de setores estratégicos, regendo a relação entre o Estado e a empresa.⁴⁶ Os Planos foram herdados do modelo soviético, que lançou seu primeiro Plano Quinquenal em 1928. Todavia, Naughton ressaltou que o modelo institucional soviético de tecnologia industrial e design organizacional foi implantado, mas desde o princípio teve que ser adaptado às condições próprias da China.⁴⁷

O Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) foi escrito por Zhou Enlai e Chen Yun e lançado em 1953, com os objetivos de combater a inflação e reconstruir o país. As principais metas do plano estavam na concentração de esforços para o desenvolvimento das cooperativas produtoras no setor rural, a transformação socialista na agricultura e o direcionamento da indústria e do comércio de propriedade dos capitalistas para o novo sistema, o capitalismo de

⁴⁵ NAUGHTON, Barry. *The Chinese economy*, p. 64.

⁴⁶ MIDDLESWORTH, Huston. *Engines of change*, p. 20.

⁴⁷ NAUGHTON, Barry. *The Chinese economy*, p. 59.



Estado, com o objetivo de facilitar a transformação destes setores em socialistas.⁴⁸ Ademais, estavam presentes a construção de 649 projetos industriais de grande e médio porte, sendo 156 com investimento e design da União Soviética, como o caminhão Libertação (*Jiefang*), o primeiro veículo fabricado pela indústria automotiva chinesa.⁴⁹ Dos 649 projetos iniciais, cerca de 600 foram concluídos e colocados em operação.

Diversos obstáculos precisavam ser superados para a implantação de uma indústria automotiva no país. A China carecia de mão de obra especializada, possuía barreiras infraestruturais e não tinha capital suficiente para esta iniciativa. Por estas razões, o setor não seria implantado sem o auxílio da URSS e de seus técnicos.⁵⁰ A FAW, por exemplo, foi construída com o auxílio de especialistas soviéticos, além de depender de seus designs de caminhões e de jipes. Em 1951, o governo escolheu a cidade de Changchun, na província de Jilin, na região da Manchúria para a edificação da planta. A localização era estratégica devido ao fácil acesso ao exterior, à infraestrutura desenvolvida durante a ocupação japonesa, à proximidade com a URSS e à presença de minério de ferro para a produção de aço, que seria essencial para a indústria. Em 13 de julho de 1956, a China concluiu a construção sua primeira indústria automotiva.⁵¹ A produção se iniciou em 1956, com 1.600 unidades do modelo de caminhão Libertação, voltado para o trabalho nas minas, nas indústrias e no transporte de carga.⁵² A FAW era responsável pela produção de todos os componentes, dos mais rudimentares à montagem final. Todas as operações estavam verticalizadas na planta, o que evitou problemas de coordenação relacionados ao desenvolvimento de uma base fornecedora, principalmente neste contexto de fraca industrialização da China.⁵³

Ainda durante o Primeiro Plano Quinquenal, governos locais e municipais iniciaram suas próprias operações para a manufatura de componentes, quando não era possível a montagem de veículos completos. Logo foram estabelecidas plantas em outras cidades, como em Pequim e

⁴⁸ CHINA. *The 1st Five Year Plan (1953-1957)*. Captado em: <<http://www.china.org.cn/english/MATERIAL/157602.htm>>. Acesso em: 10/06/2015.

⁴⁹ MIDDLESWORTH, Huston. *Engines of change*, p. 21.

⁵⁰ LI, Gang. *The Chinese automobile industry*, p. 27.

⁵¹ THUN, Eric. *Changing lines in China*, p. 84.

⁵² HOLWEG, Matthias, LUO, Jian Xi e OLIVER, Nick. *The past, present and future of China's automotive industry: a value chain perspective*. UNIDO. The Cambridge-MIT Institute, 2005. Captado em: <<http://www.research.ed.ac.uk/portal/files/7765689/Oliver.pdf>>. Acesso em: 07/04/2016.

⁵³ THUN, Eric. *Changing lines in China*, p. 84.



Nanquim, com a abertura da *Beijing Automobile Works* (BAW) e da *Nanjing Automobile Corporation* (NAC) em 1958.⁵⁴

Devido ao sistema econômico adotado pela China e ao pouco interesse de Mao em desenvolver uma indústria voltada para o consumo, os carros de passeio foram colocados em segundo plano, sendo o foco a produção de caminhões médios e pesados.⁵⁵ Contudo, a partir de meados da década de 1950, o governo reconheceu a necessidade de produzir carros de passeio, ainda que para uso restrito. Em 1958, dois anos depois do lançamento do Libertação, a FAW iniciou a produção de seu carro Bandeira Vermelha (*Hongqi*), de uso exclusivo para os oficiais do governo e do partido. No ano seguinte, em 1958, a planta automotiva de Xangai também iniciou a produção de seus carros de passeio, o Fênix (*Fenghuang*), mas, tanto na FAW quanto na empresa de Xangai, as condições de demanda e a base fornecedora não permitiram a produção em massa. Em nenhuma planta a produção de carros de passeio atingiu uma escala desejável, uma vez que estes veículos eram exclusivos para o uso de líderes do Estado e para as frotas de taxi das grandes cidades.⁵⁶

Em 1956, o governo atestou o sucesso do Primeiro Plano Quinquenal, embora tenha admitido que não foi capaz de promover a agricultura, tal como promoveu a indústria e levantando preocupações com os recursos advindos da URSS.⁵⁷ Dois anos depois foi lançado o Segundo Plano Quinquenal (1958-1962), com os objetivos voltados para o desenvolvimento industrial baseado na indústria pesada e a consolidação e alargamento da transformação socialista, da agricultura e da pesquisa científica para atender as necessidades econômicas, culturais e sociais do povo chinês.⁵⁸ Todavia, Mao desejava acelerar o processo de desenvolvimento da China, considerando os Planos demasiadamente lentos. Era então lançado o Grande Salto para Frente (GSF) que implementava um programa de transferência de recursos da agricultura para a indústria, através do aumento do recolhimento de grãos pelo Estado e da jornada de trabalho, sem diminuir o ritmo da industrialização. A gigantesca mão de obra chinesa, nunca totalmente empregada, foi compelida a aumentar as áreas de irrigação e de plantio, a construir estradas, pontes, diques, fábricas e cidades, e a expandir a capacidade das fábricas locais de produção de

⁵⁴ CHINA. *China Business Guide: Auto Volume*. Economic Information Department – Council for the promotion of international trade, 2007. Captado em: <http://www.ccpit-france.org/Chinese_Business_Guide_Auto_Volume.pdf>. Acesso em: 23/03/2016.

⁵⁵ MIDDLESWORTH, Huston. *Engines of change*, p. 15.

⁵⁶ THUN, Eric. *Changing lines in China*, p. 85.

⁵⁷ CHINA. *The 1st Five Year Plan (1953-1957)*.

⁵⁸ CHINA. *The 2nd Five Year Plan (1958-1962)*. Captado em: <<http://www.china.org.cn/english/MATERIAL/157606.htm>>. Acesso em: 10/06/2015.



equipamentos voltados para a agricultura e alguns bens de consumo.⁵⁹ Os governos locais inflavam os dados de produção, levando ao governo central a aumentar a quantidade de grãos requisitados pelo Estado. Como consequência, a China foi levada a um período de fome em 1959, mais severo nas províncias do interior e no setor rural que nas cidades costeiras, que matou cerca de 11% da população da província de Sichuan e 6% das províncias de Guizhou e de Anhui respectivamente. Segundo Naughton, de 25 a 30 milhões de chineses morreram em decorrência do GSF.⁶⁰

No período do Grande Salto para Frente, a FAW atravessou dificuldades devido ao direcionamento do investimento governamental para outros setores. É emblemática a referência da FAW sobre este episódio que assumiu que o programa do governo era bem intencionado, mas imprevistos causaram a drenagem financeira que a fábrica necessitava.⁶¹

O contexto externo também havia sido alterado. Devido à morte de Stálin, em 1953, às denúncias de Khrushchov e à repercussão internacional causada pela da fome do GSF, a relação entre a China e a URSS se deteriorou, resultando em um afastamento a partir de 1959, aprofundado em 1962. Como consequência, a União Soviética chamou de volta seus 1.390 especialistas e técnicos, encerrou 3.343 contratos e eliminou os projetos de assistência econômica.⁶² Internamente, o fracasso do GSF, assumido em parte por Mao, levou à sua substituição por Liu Shaoqi, ainda que a influência de Mao não tenha se reduzido na política chinesa.

O fim do GSF marcou um ponto de inflexão no setor automotivo chinês, uma vez que os dirigentes se voltaram para a produção doméstica de tecnologia, equipamentos e estilos de trabalho, marcando uma ruptura com o desenvolvimento baseado no auxílio da URSS.⁶³ Deste modo, consideramos que, após o GSF, a indústria automotiva chinesa irá se desenvolver através de uma nova orientação, marcada pela proliferação de plantas automotivas nas províncias e cidades do interior, ao contrário do período entre 1956 e 1960, quando o foco esteve voltado para as cidades costeiras e para o nordeste do país, devido à base industrial deixada pela ocupação

⁵⁹ SAICH, Tony. *Governance and politics of China*. New York: Plagrave Macmillan, 2001, p. 47.

⁶⁰ NAUGHTON, Barry. *The Chinese economy*, p. 69.

⁶¹ FAW (First Auto Works). *About FAW: history*. Captado em: <<http://www.faw.com/aboutFaw/aboutFaw.jsp?pros=forward.jsp&phight=580&about=forward>>. Acesso em: 23/03/2016.

⁶² NAUGHTON, Barry. *The Chinese economy*, p. 72.

⁶³ KABUTH, Oliver. *Pioneering versus following in emerging markets: the case of the automotive industry in China and Brazil*. 340f. Tese (Doutorado em Economia) – University of Saint Gallen, Departamento de Economia, Direito e Ciências Sociais, Saint Gallen, 2003, p. 95. Captado em: <[http://www1.unisg.ch/www/edis.nsf/SysLkpByIdentifier/2716/\\$FILE/dis2716.pdf](http://www1.unisg.ch/www/edis.nsf/SysLkpByIdentifier/2716/$FILE/dis2716.pdf)>. Acesso em: 22/04/2015.



japonesa. Gradativamente, a indústria chinesa se tornará mais fragmentada regionalmente, com as capacidades produtivas e tecnológicas atrasadas.

A Tabela 2 mostra os dados relativos à produção de veículos na China entre 1955 e 1962, período de vigência do Primeiro e do Segundo Planos Quinquenais. O contexto turbulento do país, tanto internamente, quanto externamente, aliado ao atraso tecnológico impediu a ampliação da produção, voltada ainda para caminhões para as iniciativas estatais e carros de luxo para os oficiais. A produção total foi crescente até 1960, quando os efeitos perversos do GSF passaram a ser sentidos.

Tabela 2: Produção total de veículos na China entre 1955 e 1962				
Ano	Total	Descrição		Relação carro/total
		Caminhões	Sedans	
1955	61	61	--	0.00
1956	1.654	261	--	0.00
1957	7.904	6.228	--	0.00
1958	16.000	12.865	57	0.36
1959	19.601	13.613	101	0.52
1960	22.574	17.148	98	0.43
1961	3.589	2.746	5	0.14
1962	9.740	7.797	11	0.11

Fonte: CHINA. China Business Guide: Auto Volume. Economic Information Department – Council for the promotion of international trade, 2007. Captado em: <http://www.ccpit-france.org/Chinese_Business_Guide_Auto_Volume.pdf>. Acesso em: 23/03/2016.

Conclusão

As diferenças entre as variáveis brasileiras e chinesas resultaram na construção de distintos setores automotivos nestes países, fornecendo legados díspares para a posteridade. Nesta seção, destacaremos algumas das principais semelhanças e divergências entre o desenvolvimento do Brasil e da China. Todavia, devido aos limites deste trabalho, ficaram excluídos diversos elementos necessários para a realização de uma análise mais completa, tais



como a relação entre Estado e empresas e as relações entre as empresas do setor, para ficarmos em apenas dois exemplos. Deste modo, focamos aqui nas semelhanças e diferenças entre os objetivos dos governos em instalarem o setor automotivo, na propriedade dominante no setor de montadoras e no tipo e quantidade de veículos produzidos.

Em contraste com os países asiáticos, que em todas as etapas do processo de industrialização privilegiaram a empresa de capital nacional, no Brasil prevaleceu a opção pela atração de multinacionais para instalação das indústrias de bens de consumo duráveis, notadamente a de automóveis. Alcançando uma parcela exígua do mercado doméstico, tal aceleração do processo de industrialização viria acompanhada, segundo autores da teoria de dependência, do aprofundamento da concentração da renda e da acentuação das transferências de recursos para o exterior, via *royalties* e remessa de lucros. Na sua versão subconsumista, os teóricos da dependência sinalizaram para uma incapacidade estrutural de absorção da produção no âmbito doméstico, renunciando o colapso e/ou a adoção de estratégias sub-imperialistas entre os países latino-americanos.⁶⁴ Na versão de Cardoso e Fernandes, que se referem ao capitalismo dependente e associado, a concentração de renda não conduzia ao colapso, mas tenderia a vincular-se a formas políticas autoritárias.⁶⁵ Autores como João Manuel Cardoso de Melo, conquanto buscando romper com a teoria da dependência, assinalam, todavia, o impacto no balanço de pagamentos na opção de passagem da “industrialização restritiva” à “industrialização pesada” com concurso das multinacionais no balanço de pagamentos.⁶⁶

De uma forma geral, todas as interpretações relativas a esse período apontam sua importância na constituição de uma estrutura tripartite na economia brasileira – o tripé definido pela presença do capital nacional, estatal e multinacional. Outros autores destacaram o impacto desta opção na redução da disposição de inovar das empresas domésticas, que se valeram de pacotes tecnológicos fechados no mercado internacional e de *joint ventures* com as multinacionais, para atender suas demandas tecnológicas, num processo de aprendizado tecnológico passivo que não engendraria a constituição de capacidade para passar da imitação à inovação, tal como os asiáticos, via prática de engenharia reversa.⁶⁷ Assim, embora a atração “precoce” das

⁶⁴ Ver: FRANK, A. G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1967. e MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora*, Buenos Aires: Editorial Anteo, 1972.

⁶⁵ Um dos clássicos da teoria da dependência é a obra de CARDOSO, F. H. e FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Ver também: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

⁶⁶ MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁶⁷ Para uma comparação entre os países em desenvolvimento e a construção de capacidades tecnológicas, ver: AMSDEN, A. *The rise of “the rest”*: challenges to the west from late-industrializing economies. New York: Oxford University Press, 2001. Para uma introdução sobre o Brasil na literatura das variedades de capitalismo ver:



multinacionais conduza à aceleração do processo de industrialização, cobra, à frente, um preço alto, quando, em meio ao processo de globalização, a capacidade de inovar aparece como principal vantagem competitiva das economias nacionais.

As políticas industriais acima analisadas, claramente possuem pontos de distanciamento, devido a fatores diversos, como a inserção destes países no mercado internacional, as alianças externas, o legado anterior e a situação econômica, social e política específica. Todavia, em ambos os casos, as políticas prezaram pela implantação do setor automotivo orientado para o mercado interno e por razões estratégicas. No Brasil, entre as principais razões para a instalação do setor automotivo estavam os problemas da balança de pagamentos e a possibilidade de ampliação da infraestrutura e da indústria nacional. O balanço de pagamentos sempre foi o calcanhar de Aquiles das economias situadas fora do centro capitalista, pela dependência financeira, de importação de produtos industrializados (diferenciada conforme a etapa do processo de desenvolvimento) e da remessa de recursos derivados de investimentos externos no mercado doméstico.

Problemas cambiais são, pois, recorrentes. Na década de 1950 foram agravados pelo desempenho dos preços do café, o principal produto brasileiro de exportação. No segundo governo Vargas diversos expedientes foram utilizados para contornar tais dificuldades, além das licenças de importação existentes desde 1948, como o mercado livre de câmbio e a utilização de taxas múltiplas para aquisição de divisas. Tais medidas vinham acompanhadas das tentativas de acentuar o controle sobre a remessa de lucros e da imposição de condicionalidades na atração de capitais externos, em meio a um projeto de desenvolvimento que dava prioridade ao investimento nacional, privado e público, este principalmente dirigido à infraestrutura e indústria básica, ainda que não fosse refratário à presença de multinacionais. Com a queda de Vargas e a instituição da Instrução 113 da SUMOC, no governo Café Filho, criou-se um ambiente institucional que tornou mais flexível a atração de capitais externos, pela retirada de cobertura cambial em suas relações com seus países de origem. Juscelino Kubitschek valeu-se largamente da Instrução 113 e, embora revele elementos de continuidade com Vargas, pelo peso conferido ao

SCHNEIDER, B. R. *Varieties of semi-articulated capitalism in Latin America*. Chicago: Northwestern University, 2004. Captado em: <<http://goo.gl/BtYWTA>>. Acesso em: 10/06/2015. Para um estudo comparativo envolvendo o Brasil e a questão dos sistemas nacionais de inovação, ver: VIOTTI, E. B. (2002), *National Learning Systems: a new approach on technological change in late industrializing economies and evidences from the cases of Brazil and South Korea*. *Technological Forecasting and Social Change*, 69, pp. 653-680, 2002. Por fim, para um estudo aprofundado acerca destes temas, ver: DELGADO, Ignacio. *Política Industrial na China, na Índia e no Brasil: Legados, Dilemas de Coordenação e Perspectivas*. Texto para discussão n° 2059. IPEA, 2015. Captado em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2059_.pdf>. Acesso em: 10/06/2015.



investimento estatal, especialmente na infraestrutura e indústria básica, favoreceu a intensificação do processo de internacionalização do mercado doméstico, com os impactos já apontados acima.⁶⁸ Havia ainda um interesse estratégico a respeito dos efeitos de encadeamento do setor automotivo na economia em geral, que foi o principal motivo para a instalação do setor na China. Neste país, o setor ainda foi utilizado como meio de reativação da economia, abalada pelos anos seguidos de guerras e conflitos.

Em comum, ambos os países contaram com ajuda externa. O Brasil necessitava de capital e tecnologia externos para a instalação de seu setor automotivo, assim como a China, que dependeu do auxílio soviético, tanto em capital, quanto em design e tecnologia. No caso brasileiro, por um período limitado, o GEIA possibilitou a instalação de um setor de montadoras em que competiam empresas de capital nacional e estrangeiro sendo o capital privado nacional, como a Vemag⁶⁹, o capital estatal, representado pela FNM e o capital estrangeiro, representado pela Ford, VW, entre outras. Na Ditadura Militar, quando o GEIA é reestruturado e um programa de austeridade é aplicado pelo governo, as empresas de capital nacional passaram a sofrer ainda mais com a competição das multinacionais, ocasionando uma reestruturação do setor. Já no final da década de 1960, nenhuma das montadoras com capital nacional e que participaram do programa do GEIA havia sobrevivido. A China, por seu turno, se aproveitando do legado japonês na Manchúria, iniciou as operações para a fabricação de veículos na década de 1950, com a instalação de plantas de propriedade estatal, com o auxílio soviético e veículos produzidos com tecnologia e design da URSS ou do Leste Europeu. Todavia, enquanto no Brasil a propriedade privada estrangeira logo foi capaz de eliminar a concorrência das firmas de propriedade nacional, na China, apenas eram permitidas empresas estatais.

Outra diferença entre o Brasil e a China é que embora, a produção de veículos no Brasil tenha se iniciado pelos caminhões, devido aos menores requerimentos de tecnologia e para resolver os gargalos no setor de transporte, logo a produção de carros de passeio se tornou principal, voltada para a demanda das classes médias urbanas. Na China, a produção se

⁶⁸ Sobre a política econômica de Dutra a JK ver os textos de Sérgio B. Vianna, Demosthenes Pinho Neto, Luiz Orenstein e Antônio Cláudio Sochaczewski, presentes no livro: ABREU, Marcelo de Paiva. (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 123-212. Uma boa síntese do conjunto da política de desenvolvimento de Kubitschek encontra-se em LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960). In: GOMES, Ângela de C. (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 107-142. Sobre as diferentes concepções desenvolvimentistas, ver: BIELSCHOWSKY, R., *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

⁶⁹ Mesmo as montadoras de capital nacional privado ou estatal possuíam suas limitações. A Vemag, por exemplo, produzia carros de passeio licenciados da marca DKW da Alemanha. A FNM, por seu turno, produzia caminhões licenciados da Isotta Fraschini e, posteriormente, da Alfa Romeo. Cf. SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 62-63.



concentrou nos caminhões, relegando um papel inferior aos carros de passeio. Enquanto os primeiros eram alocados para indústrias, minas e setor agrário, os carros de passeio eram luxuosos e voltados para o uso por oficiais do governo e do partido e pelas frotas municipais de taxi. Segundo os dados das Tabelas 1 e 2, enquanto no Brasil, o predomínio foi de carros de passeio, na China, os caminhões representaram nunca menos de 99% da produção total no período analisado. Outro fator importante que pode ser extraído a partir destes dados é que a produção total de veículos no Brasil, entre 1957 e 1964, sempre foi superior a chinesa, entre 1955 e 1962. No intervalo investigado, mesmo em seu melhor ano de produção, em 1960, quando foram produzidos mais de 22 mil veículos, a China não conseguiu superar o ano de menor produção de veículos no Brasil, em 1957, com cerca de 30 mil veículos produzidos.

Em suma, a análise das políticas governamentais para a instalação de montadoras de veículos no Brasil e na China, nos permitiu observar que, enquanto no primeiro foi construído um setor internacionalizado, mais dinâmico e voltado para a produção de carros de passeio, na segunda procurou-se estabelecer, ainda que com auxílio estrangeiro, um setor automotivo de propriedade estatal, mas cuja produção era muito limitada. Resta examinar quais efeitos estes legados tiveram na constituição de um sistema de inovação endógeno nestes países, que, atualmente, se configura como um elemento central para o desenvolvimento.

Esta comparação, embora adequada para o entendimento deste período e avaliação dos resultados das políticas do governo e estudo dos seus desdobramentos, apresenta alguns limites. Por exemplo, seria bastante pertinente comparar a forma de entrada das montadoras multinacionais no Brasil, a partir da década de 1950, e na China, a partir da década de 1980 e as principais consequências destas distinções. Ambos os países exigiram das montadoras contrapartidas para a entrada nos mercados domésticos. O Brasil exigia taxas de conteúdo local crescentes, que foram sempre contestadas pelas montadoras, enquanto a China, por seu turno, exigia a formação de *joint ventures* entre as montadoras multinacionais e empresas estrangeiras e a transferência de tecnologia. Certamente, estas e outras questões serão abordadas em trabalhos futuros.



A experiência Coolie na América Latina (Cuba, Peru e México) e as possibilidades de uma história transnacional¹

Transnational history and the possible approaches of the coolie experience in Latin America (Cuba, Peru and Mexico)

João Ítalo de Oliveira e Silva
Doutorando em História
UFMG
joao_italo@hotmail.com

Recebido em: 18/07/2016

Aprovado em: 10/08/2016

RESUMO: A diáspora chinesa tem despertado grande interesse na historiografia internacional nos últimos anos. Trabalhos para além das fronteiras nacionais têm sido realizados por pesquisadores que buscam mostrar as conexões dessas comunidades chinesas em diversos países. A historiografia brasileira, contudo, não vem demonstrando o mesmo interesse em estudar as ligações desses imigrantes com os outros países da região. Realizados normalmente por meio de uma historiografia com ênfase na história nacional, a academia brasileira vem deixando de abrir novas frentes de análise possibilitadas pela história transnacional. Pretende-se, portanto, nesse texto, realizar um balanço historiográfico sobre o tema na historiografia internacional – principalmente os casos cubano, mexicano e peruano –, e nacional com o intuito de apresentar e discutir caminhos possíveis a serem percorridos por novos estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração chinesa, balanço historiográfico, história transnacional

ABSTRACT: The sudden increase in the international interest over the chinese diaspora in the past few years has been able to produce many good papers. The research has been aimed on a cross-national knowledge by acknowledging Chinese communities connections across many countries around the World. Despite of this international attention, Brazilian historiography has stayed apart of this growing interest. Many of the new studies over the topic have considered this immigration in a national point of view. Brazilian historiography could benefit from a transnational approach. This paper intends to trace a historical overview over international – focusing on the studies over Cuba, México and Peru –, and Brazilian academic production in order to discuss and even present some possible ways.

KEYWORDS: Chinese immigration, historical overview, transnational history

Em 18 de Maio de 1874: desembarca em Cuba uma delegação composta por um representante francês, um americano que sob a supervisão e autoridade de um alto funcionário chinês, Ch'em Lan Pin (Chin Lanpin), deveriam averiguar as condições dos trabalhadores

¹ Esse trabalho foi realizado sob a orientação da professora Regina Duarte Horta e graças às discussões realizadas na disciplina Seminário de Tese ministrado pelo professor José Newton Coelho Meneses. Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação em História, UFMG.



chineses na ilha caribenha.² Essa comissão surgiu após grande pressão internacional de jornais e diplomatas de várias nacionalidades que acusavam os governos coloniais de Portugal e da Espanha³ de acobertarem a prática de trabalho rigorosa imposta por grandes fazendeiros aos imigrantes asiáticos que muito se assemelhava à escravidão. O governo chinês aceitou a mediação das embaixadas russa, britânica, francesa, alemã e norte-americana para resolver o problema. O episódio acima descrito relata o envolvimento de atores vindos de diversos pontos do mundo, localizados em três continentes, em torno de uma vasta polêmica que permeou todo o século XIX: a escravidão e o trabalho livre.

Um historiador determinado a realizar uma história nacional utilizaria o documento para entender a diminuição da entrada de trabalhadores asiáticos em Cuba e/ou para refletir sobre as condições de trabalho no país. Os relatos dos imigrantes chineses compilados no relatório *The Cuba Commission Report* contribuíram para o aumento da pressão internacional para o término da imigração de trabalhadores por meio de contratos.⁴ Entre os vários usos que essa fonte nos permite, a compreensão desses imigrantes em escala global seria mais um caminho possível. Esse relatório redigido por uma comissão multinacional faz parte de uma discussão mais ampla que inclui um debate transnacional em torno do conceito de contrato (e de consentimento) e da forma como esses acordos deveriam ser compreendidos e implementados.⁵ Vale pensar que a questão laboral estava no centro da discussão em diversas sociedades.⁶ Debatia-se simultaneamente os *Servant Acts* na Inglaterra, a escravidão na América e os contratos de trabalho de imigrantes chineses e indianos. Colocava-se em questão a aplicabilidade de uma agenda liberal e a operacionalidade da noção de direitos e de liberdade em uma sociedade em transição.

² A investigação ocorreu no ano de 1874 e a sua publicação revelou a crueldade do tratamento desses imigrantes bem como o seu recrutamento forçado nos portos de origem. Lan Pin reuniu informações após conversar com trabalhadores chineses em fazendas e nas cidades. A publicação desse relatório, em 1877, levou a Espanha a assinar um tratado que terminava com o tráfico “coolie”. Para saber mais *The Cuba Commission Report: a hidden history of Chinese in Cuba*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1993.

³ As potências ibéricas estavam nas duas pontas do comércio, isto é, Macau – possessão portuguesa na Ásia – era o porto de origem e Cuba – colônia espanhola – o lugar de destino dessas populações.

⁴ O governo britânico condenava os contratos assinados em Macau e executados em Cuba como um contraponto ao seu sistema de trabalho com mão de obra chinesa e indiana no Caribe. Somente a experiência britânica, segundo os diplomatas ingleses, seria bem regulada e garantiria a liberdade desses imigrantes. YOUNG, Elliot. Chinese Coolies, Universal Rights and the Limits of Liberalism in the Age of Empire. *Past and Present*, Oxford, n 227, p 121-149, maio 2015, p 124.

⁵ YUN, Lisa. *The Coolie Speaks: Chinese indentured laborers and African slaves of Cuba*. Philadelphia, EUA: Temple University Press, 2008, p.105.

⁶ Na Inglaterra, por exemplo, ocorria um intenso debate sobre as punições possíveis aos operários que rompiam os contratos. Algumas cláusulas desses acordos aprisionavam o trabalhador enquanto os patrões tinham mais autonomia para descumprir alguns dos termos acordados. Cf. STEINFELD, Robert J. *Coercion, contract, and free labor in the nineteenth century*. New York: Cambridge University Press, 2001. p. 4



A construção da história pela perspectiva transnacional apresenta outras possibilidades que muitas vezes permaneceriam encobertas quando a pesquisa se propõe a estudar a história nacional. O debate em torno do uso da mão de obra chinesa, chamados desdenhosamente de *coolie*⁷, assumira escala global entre as décadas de 1840 e 1880 ao impactar países em todos os continentes. Potências coloniais europeias, como a Grã-Bretanha e Portugal, desafiavam a resistência do governo chinês⁸ à saída dos seus nacionais ao permitirem o uso dos seus portos, respectivamente Hong Kong e Macau, para a contratação desses trabalhadores. Os responsáveis por esse transporte comerciavam sob a bandeira de mais de 20 países⁹ e foram frequentemente comparados aos traficantes de escravos africanos. A polêmica em torno dessa passagem do oceano Pacífico mobilizou a imprensa internacional que denunciava os maus tratos, os castigos físicos e o recrutamento forçado. A questão ganhou proporção global por envolver países de destino na América, Oceania, África e Ásia.¹⁰

Vocalizaram as suas opiniões, interlocutores nos mais variados pontos do Mundo que problematizavam não só a precariedade do transporte bem como as condições às quais essas populações estavam sujeitas no local de destino. Discutir o uso dos trabalhadores *chins* significava pensar as relações de trabalho, contemporizar sobre os caminhos do liberalismo e, em alguns casos, refletir sobre a composição racial de algumas nações. Esse debate envolvia, portanto, organizações internacionais favoráveis ao abolicionismo, grupos econômicos ligados ao comércio e governos em busca de soluções para a falta de braços.

⁷ A palavra *coolie* provavelmente teve origem na palavra Hindi *koli* referente a uma população na Índia ou a agricultores pagos pelo dia de trabalho. Os ocidentais utilizaram a palavra com um sentido depreciativo ao referir-se a mão de obra asiática, normalmente chineses e indianos, ligados por contratos de trabalho rigorosos. NARVAEZ, Benjamin. *Chinese Coolies in Cuba and Peru: Race, Labor, and Immigration, 1839-1886*. 538f. Tese (Doutorado em Filosofia) - The University of Texas at Austin, Escola de Pós-Graduação, Austin, 2010, p. 12.

⁸ Proibida na China por questões de políticas de segurança, a emigração permaneceu ilegal no país até 13 de setembro de 1893. A revogação dessa lei permitiu a emissão de passaportes e a diminuição do constrangimento dos expatriados que retornavam ao país. BASTID-BRUGUIERE, Marianne. Currents of social change. In: FAIRBANK, John K. e LIU, Kwang-Ching, *The Cambridge History of China*. New York: Cambridge University Press, 1980, p. 575.

⁹ O historiador Arnold Meagher registrou 742 navios tendo como destino a América Latina. França, Peru e Grã-Bretanha estão entre as nações com mais de 100 embarcações. Espanha, Estados Unidos, Itália, Portugal, El Salvador, Holanda, Rússia, Alemanha, Chile, Áustria, Noruega, Bélgica, Dinamarca, México, Colômbia, Equador e Suíça compõem o conjunto de nações que mais transportaram chineses. MEAGHER, Arnold. *The Coolie Trade: the Traffic in Chinese Laborers to Latin America, 1847-1874*. Bloomington, IN: Xlibris Corporation, 2008. (e-book) posição 4570.

¹⁰ A dispersão da mão de obra chinesa no século XIX envolveu um grande número de destinos como a Austrália, Nova Zelândia, Ilhas do Pacífico (Havai, Taiti, Nova Guiné, Samoa), Ilhas Maurício, Ilhas Reunião, Seychelles, Madagascar, África do Sul, Estados Unidos, Canadá, Cuba, Peru, México, Brasil, Panamá, Costa Rica, Suriname, Chile, Equador, Guiana Inglesa, além do Caribe Francês e Inglês. LAI, Walton Look. *The Chinese in the West Indies: a documentary history, 1806-1995*. Kingston, Jamaica: The Press University of the West Indies, 1998, p. 5-7. Para um panorama geral da história desses imigrantes em boa parte dos países na América, Cf.: HUI, Juan Hung. *Chinos em America*. Barcelona: Editorial Mapfre, 1992.



Abordar as grandes migrações populacionais ocorridas no século XIX e XX por meio da História Transnacional pode parecer natural e até certo ponto previsível. Entendemos a História Transnacional como uma perspectiva de estudo ao invés de um método específico. Ela seria um “guarda-chuva” que abriga ferramentas consagradas como comparação histórica, transferências culturais, vínculos, circulações ou história compartilhada.¹¹ Essa perspectiva foca nas conexões supranacionais que se manifestam através dos indivíduos, de identidades não nacionais, de atores não estatais, de objetivos compartilhados por pessoas e comunidades independente da nacionalidade.¹² Dentre os temas que naturalmente se beneficiariam por meio da análise da transnacionalidade estariam a pesquisa sobre as organizações internacionais, as ONGs, os movimentos sociais, o meio-ambiente, a história imperial e, seguramente, as migrações e as diásporas.

O tráfico de coolies, contudo, nem sempre foi estudado pelo prisma da História Transnacional. Grande parte dos estudos priorizou a narrativa de cada Estado refletindo sobre os impactos da chegada dos chineses na realidade cultural de cada sociedade, nem sempre percebendo esse processo como diáspora¹³ e, portanto, desconsiderando a transnacionalidade implícita ao tema. Esses trabalhadores asiáticos atraíram maior atenção nos lugares que receberam maior quantidade de *coolies*, principalmente Cuba, Peru e Estados Unidos. Os historiadores de outros países dedicaram menor importância ao assunto, pois partiam do pressuposto que a presença de alguns milhares de imigrante – que não chegaram a formar comunidades numerosas –, não justificaria a realização de estudos de maior fôlego.

A percepção desse objeto pela ótica transnacional propicia outra compreensão, especialmente no estudo dessas comunidades em países que não receberam grandes quantidades de trabalhadores asiáticos. Busca-se entender como uma intelectualidade específica se inseria em um debate de escala global. Legisladores brasileiros referendavam as suas opiniões por meio de exemplos das realidades cubana, peruana e californiana. Diplomatas foram mobilizados em

¹¹ STRUCK, Bernhard, FERRIS, Kate e REVEL, Jacques. Introduction: Space and Scale in Transnational History. *The International History Review*, vol. 33, No. 4, December 2011, 573.

¹² IRIYE, Akira. *Global and Transnational History; the Past, Present and Future*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013, p.15.

¹³ O termo diáspora utilizado aqui se refere à ideia de uma coletividade que compartilha uma história comum de dispersão da terra natal (real ou imaginária) e de assentamento em algum outro lugar. Essa coletividade mantém um senso de conexão simultânea com o lugar de origem e de destino, bem como com aqueles membros da comunidade dispersos em outros países. Surgido para entender o caso judeu, utilizamos o conceito de diáspora para pensar em uma comunidade cujos laços envolvem a China e os chineses que habitam em outras regiões do Mundo. Serve para pensar, por exemplo, nas redes de financiamento que envolviam chineses na Califórnia, em Sonora (México), Nova York, Havana, Havaí, Hong Kong e Xangai. Essas redes, além de tudo transnacionais, ajudam-nos a pensar os inúmeros trânsitos e influências ocorridos nessas comunidades. Para aprofundar no conceito, ver SIU, Lok C. D. *Memories of a Future Home: diasporic citizenship of Chinese in Panama*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2005, p.10-11.



diversos países e convidados a escreverem pequenos textos que deveriam esclarecer as dúvidas quanto à adaptação e à viabilidade dessas populações. Ao encarar a imigração como diáspora, o pesquisador encontra outras possibilidades de estudo uma vez que não foi preciso necessariamente receber grandes quantidades de migrantes para que as intelectualidades de diversos países abordassem o assunto.

O olhar transnacional convida o historiador a pensar no problema para além das fronteiras nacionais com o intuito de explorar as interconexões existentes entre nacionais de diferentes países. A formação de uma rede internacional que envolveu chineses na Califórnia, no Havaí, em Cuba e no Peru pode ser um caminho a ser explorado por pesquisas que abandonam a história nacional como foco principal. Essa proposta é apenas uma entre os vários caminhos de uma pesquisa que encare a história pela ótica transnacional pode seguir. Buscar-se-á nesse texto realizar um balanço historiográfico em torno dos trabalhos desenvolvidos sobre o assunto realizados por pesquisadores brasileiros, bem como internacionais. O principal objetivo desse artigo consiste em refazer algumas trajetórias metodológicas percorridas com o objetivo de repensar os caminhos abertos pela perspectiva transnacional.

A historiografia internacional sobre a diáspora chinesa no século XIX

Historiadores negligenciaram por um longo tempo o papel dos chineses na América Latina. Bem como salientou Benjamim Narvaez¹⁴, esses trabalhadores asiáticos eram citados em sua grande maioria como nota de rodapé em estudos que abordavam outros tópicos. Evelyn Hu-Dehart¹⁵ destacou a pequena importância da região entre os pesquisadores dos chineses no exterior. Essas investigações teriam destacado a história desses imigrantes no Sudoeste Asiático, na Oceania e nos Estados Unidos. A experiência dos *coolies* na América Latina teria sido reduzida às agruras do transporte até o destino e às tribulações que os esperavam nessas novas sociedades.

Textos clássicos da historiografia cubana como *O engenho* de Manuel Moreno Fraginals¹⁶ e *A Emancipação escrava em Cuba* de Rebecca Scott¹⁷ mencionaram os trabalhadores asiáticos como coadjuvantes dentro do debate mais amplo da escravidão. Discutiu-se a transição do trabalho livre e os mitos elaborados em torno da inteligência asiática em relação ao atraso dos

¹⁴ NARVAEZ. *Chinese Coolies in Cuba and Peru*, p.12.

¹⁵ HU-DEHART, Evelyn. On Coolies and Shopkeepers: The Chinese as *Husngong* (Laborers) and *Huashang* (Merchants) in Latin America/ Caribbean. In: ANDERSON, Wann W. e LEE, Robert G. (org). *Displacements and Diasporas: Asians in the Americas*. New Brunswick, EUA: Rutgers University Press, 2005, p.80.

¹⁶ MORENO FRAGINALS, Manuel. *O engenho: complexo socioeconômico açucareiro cubano*. São Paulo: Ed. UNESP: HUCITEC, 1988.

¹⁷ SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba*. Rio de Janeiro: Paz e Terra e Unicamp: ED Unicamp, 1991.



descendentes de africanos em Cuba, porém sem creditar a esse grupo um papel central na narrativa histórica. Ada Ferrer, em outro texto clássico, *Insurgent Cuba*¹⁸, citou, de forma ainda mais sucinta, a participação de asiáticos nas lutas pela independência cubana. Mencionados mais uma vez quase como um detalhe, os chineses acabaram sendo negligenciados sem nem mesmo merecer um parágrafo que problematizasse a sua importância no movimento. Relevância esta que seria posteriormente destacada no discurso que buscava ressaltar o papel das guerras de independência na união de uma sociedade cubana multiétnica.¹⁹

Os trabalhos pioneiros na abordagem do trabalhador chinês na América Latina destacaram as péssimas condições de trabalho à qual eles estavam sujeitos.²⁰ Entre os autores cubanos pode-se destacar Juan Jimenez Pastrana²¹ e Juan Pérez de La Riva²² que, na década de 1960, contaram parte da saga dessas populações na história do país.²³ Esse último incluiu os asiáticos em estudos da composição racial de Cuba, o que diferenciou a sua análise daquela feita pelos seus pares.

As obras de referência na historiografia peruana surgiram principalmente após os anos 1980. Gonzallo Villafuerte ressaltou os trabalhos de Humberto Rodríguez Pastor e Fernando de Trazegnies Granda como referência sobre o assunto. O primeiro autor tem uma obra extensa sendo que as primeiras publicações sobre o tema datam da década de 1970. Rodríguez Pastor considerou a participação dos chineses na Guerra do Pacífico, além de buscar entender as sociabilidades estabelecidas por essas populações na sociedade peruana. Trazegnies Granda, por outro lado, publicou um texto – *En el país de las colinas de Arena* –, na década de 1990, em que analisa a questão sob a perspectiva do direito.²⁴ Esses trabalhos afastam-se da tradição de vitimizar essa comunidade ao perceber as estratégias adotadas pelos imigrantes para questionar os

¹⁸ FERRER, Ada. *Insurgent Cuba. Race, Nation, and Revolution, 1868-1898*. Chapel Hill, NC, EUA: The University of North Carolina Press, 1999.

¹⁹ Em um monumento construído, em 1931, em homenagem aos chineses que lutaram na independência do país eternizou-se a seguinte frase: “No hubo un chino cubano desertor. No hubo un chino cubano traidor.”

²⁰ O historiador norte-americano Benjamin Narvaez menciona o pioneirismo das obras de Watt Stewart. *Chinese Bondage in Peru: A History of the Chinese Coolie in Peru, 1849-1874*. Durham: Duke University Press, 1951; Duvon Clough Corbitt. *A Study of Chinese in Cuba, 1847-1947*. Wilmore: Kentucky: Asbury College, 1971; e

²¹ Juan Jiménez Pastrana. *Los Chinos en las luchas por la liberación cubana (1847-1930)*. Havana: Instituto de História, 1963.

²² Juan Pérez de La Riva. *Demografía de los culies chinos en Cuba, 1853-74*. Havana: Biblioteca Nacional “José Martí”, 1967.

²³ Yaíma Alemán destacou a importância da pesquisa de Juan Perez de La Riva que junto a outros historiadores produziu uma obra que transcendeu o binômio nacionalismo-marxismo comum aos textos produzidos pelos historiadores da ilha na década de 1960. MARTÍNEZ ALEMÁN, Yaíma. *La función ideológica de la historiografía cubana en la década de sesenta del siglo XX*. Captado em: http://lasa-4.univ.pitt.edu/LARR/prot/fulltext/Vol48no3/48-3_168-180_Aleman.pdf Acesso em: 01 de Julho de 2016.

²⁴ VILLAFUERTE, Gonzalo. Aspecto Generales de la inmigración y la demografía china em el Perú (1849-1903). In: *Historia 2.0; Conocimiento Histórico em Clave Digital*, Bucaramanga, Año II, Número 4, diciembre 2012, p.126.



seus superiores e conquistar uma integração com a sociedade. Essas análises, contudo, priorizaram o universo dos estados nacionais e realizaram poucas comparações com outras realidades.

Os estudos realizados pela professora da Universidade de Brown, Evelyn Hu-Dehart, na década de 1980 contribuíram para expandir o escopo das pesquisas que a sucederam. A historiadora explorou temas como os mercadores, os trabalhadores, as organizações sociais e culturais dos chineses e a sinofobia em países como México, Cuba e Peru.²⁵ Esses textos ajudaram a posicionar a América Latina como uma região relevante no estudo da diáspora asiática. Anteriormente, o interesse dos pesquisadores norte-americanos quando estudavam os chineses no exterior limitava-se à interação desses imigrantes em sociedades do sudoeste asiático, do oeste dos Estados Unidos e do Havaí ou da Austrália. K. Scott Wong²⁶ destacou a importância do trabalho de Hu-Dehart para reestruturar a percepção desse campo de estudo – *Asian-Studies* –, para qualquer população de origem chinesa e seus descendentes em qualquer país da América. Essa reformulação trouxe uma contribuição significativa para a compreensão da diáspora chinesa.²⁷

Uma nova onda de trabalhos dentro da historiografia dos Estados Unidos buscou alargar o campo de análise ultrapassando os limites das fronteiras nacionais. A academia norte-americana passou a considerar os estudos asiáticos – *Asian American Studies* –, por meio da perspectiva transnacional a partir do princípio da década de 1990. Os estudos chineses, de acordo com Christopher Lee, tiveram uma grande participação nessa nova interpretação, pois passaram a compreender uma comunidade chinesa independente de fronteiras e de Estado.²⁸ A apreciação da temática por meio do conceito de diáspora subentende um caráter transnacional que considera formações socioculturais espalhadas no espaço e no tempo e não se restringe a um país específico.

²⁵ Entre as obras da autora destaca-se: *Chinese Coolie Labour in Cuba in the Nineteenth Century: Free Labour or New Slavery?*. *Slavery and Abolition*, 14 (1993). *Racism and Anti-Chinese Persecutions in Mexico*. *Amerasia Journal*, 9:2 (1982): 1-28 e *Coolies, Shopkeepers, Pioneers: The Chinese of Mexico and Peru (1849-1930)*. *Amerasia Journal*, 15:2 (1989):91-116.

²⁶ WONG, K.Scott. *Diasporas, Displacements, and the Construction of Transnational Identities*. ANDERSON, Wannu W. e LEE, Robert G. (org). *Displacements and Diasporas: Asians in the Americas*, p.44.

²⁷ Algumas coletâneas como a organizada por Walton Look Lai e Tan Chee-Beng exploram os chineses na América Latina. LAI, Walton Look e CHEE-BENG, Tan. *The Chinese in Latin America and the Caribbean*. Leiden, Holanda: Brill, 2010. A compilação de Wannu Anderson e Robert Lee reúnem experiências de grupos com menor representatividade numérica como os vietnamitas no Canadá ou dos laocianos nos Estados Unidos e de chineses e japoneses na América Latina.

²⁸ LEE, Christopher. *Diaspora, Transnationalism, and Asian American Studies: Positions and Debates*. ANDERSON, Wannu W. e LEE, Robert G. (org). *Displacements and Diasporas: Asians in the Americas*, p.23.



Seguindo os caminhos propostos por Hu-Dehart, outras pesquisas passaram a abordar a temática por um prisma transnacional e consolidaram a América Latina como uma região importante no campo de estudos da diáspora chinesa. Três trabalhos – *The Coolie Speaks* de Lisa Yun, *Chinese Coolies in Cuba and Peru* de Benjamin Narvaez e *Chinese Cubans* de Kathleen López –, exemplificam o aumento de produção historiográfica sobre o tema e os novos caminhos teórico-metodológicos encarados por esses historiadores.

Lisa Yun²⁹ deu voz aos imigrantes chineses de meados do século XIX ao realizar um minucioso trabalho que considerou relatos, romances, atas de julgamentos de mais de 2841 *coolies* em Cuba. Ao escutar esses personagens que por tanto tempo permaneceram à margem da história, a pesquisadora investiga a vida desses trabalhadores por uma perspectiva transnacional. O enfoque na realidade da ilha caribenha não impediu a autora de perceber o seu objeto como o nascimento de um conceito de contrato e de consentimento laboral que extrapola a realidade cubana.

O trabalho de Benjamin Narvaez³⁰ avançou na comparação entre as realidades chinesas no Peru e em Cuba ao se libertar de uma história comparativa tradicional que se limita a apontar semelhanças e diferenças entre as duas realidades. Ao analisar os dois países que mais receberam chineses no século XIX na América Latina, o pesquisador optou por tratar as duas realidades de forma contígua e lançou mão de exemplos nas duas sociedades para sustentar seus argumentos. Amparado por uma larga bibliografia e por uma documentação relevante, o historiador analisa as realidades de trabalho, a resistência dos trabalhadores e as políticas governamentais das duas sociedades.

A pesquisa de Kathleen Lopez³¹, diferentemente dos seus antecessores, partiu da sociedade cubana pós-emancipação para traçar redes de sociabilidade que auxiliam na construção de identidades múltiplas dos chineses: chineses-cubanos e afro-chineses. Ao analisar a realidade republicana, o seu estudo não se fia na discussão das condições de trabalho e refaz a construção de uma comunidade chinesa livre dentro de uma sociedade em transformação. A perspectiva transnacional serviu à autora para a percepção das redes que envolviam comunidades sino-americanas em São Francisco, Nova Iorque e Havana. Kathleen Lopez debruça-se sobre as conexões entre a diáspora africana e chinesa. O trabalho da pesquisadora demonstra que a

²⁹ YUN, Lisa. *The Coolie Speaks: Chinese indentured laborers and African slaves of Cuba*. Philadelphia, EUA: Temple University Press, 2008.

³⁰ NARVAEZ. *Chinese Coolies in Cuba and Peru*.

³¹ LÓPEZ, Kathleen. *Chinese Cubans; a transnational history*. Chapel Hill, EUA: The University of North Carolina Press, 2013.



história transnacional é antes de tudo um prisma, um ângulo ou uma chave de análise sob a qual o historiador lança mão para entender uma mesma realidade sob uma ótica mais ampla, ou, em alguns casos, global. A partir de Cuba ela percebe trânsitos, conexões e reinterpretções que possibilitam a compreensão de uma realidade nacional sob um aspecto que excede as fronteiras da ilha caribenha.³²

Outros trabalhos na perspectiva de Katheleen Lopez começam a revelar inúmeras possibilidades para a pesquisa da imigração chinesa. Benjamin Narvaéz³³ destacou as obras de Adam Mckeow *The Chinese Migrant Networks and Cultural Change: Peru, Chicago and Hawaii, 1900-1936*, Lok Siu *Memories of a Future Home: Diasporic Citizenship of Chinese in Panama*, Walton Lai *Indentured Labor, Caribbean Sugar: Chinese and Indian Migrants to the British West Indies, 1838-1918*, Moon- Ho Jung *Coolies and Cane: Race, Labor, and Sugar in the Age of Emancipation* e o livro organizado por Andrew Wilson *The Chinese in the Caribbean* como bons exemplos de uma história transnacional. O texto de Moon-Ho Jung³⁴, por exemplo, estuda a trajetória dos chineses da Louisiana dentro de uma lógica mais ampla do que as fronteiras norte-americanas ao considerar questões globais da produção açucareira. A historiadora não deixa de perceber as realidades das colônias britânicas no Caribe e de Cuba para perceber uma realidade extremamente conectada.

A perspectiva transnacional na historiografia da imigração chinesa surgiu em alguns casos da necessidade dos historiadores em contarem a sua própria história. Walton Look Lai³⁵, por exemplo, nasceu em Trinidad de pais de origem chinesa que haviam migrado para a ilha no século XIX e XX. A história de seu pai, em especial, nascido no Panamá e tendo transitado na Jamaica antes de se estabelecer em Trinidad constituiu em um motivador para a pesquisa do autor. Look Siu³⁶ também compartilha de uma história familiar semelhante com a dispersão da sua família na segunda metade do século XIX para lugares distantes como Austrália, Nicarágua, Cingapura, Grã-Bretanha, Espanha e Estados Unidos. A sua pesquisa sobre a imigração no Panamá surgiu das conexões do seu pai com familiares que moravam na Nicarágua. Poderíamos pensar na história transnacional quase como uma demanda de uma parcela da sociedade que nem sempre se identifica com as identidades nacionais disponíveis e/ou são frutos dessas migrações

³² O trabalho de Kathleen López mostra como o sentimento anti-chinês reverberou dos Estados Unidos a Cuba bem como do sentido oposto. Chineses expulsos pela sinofobia na Califórnia e no México estabeleceram-se em Cuba, da mesma forma que essa comunidade no Caribe utilizou das suas conexões para se estabelecer em Nova Iorque.

³³ NARVAEZ. *Chinese Coolies in Cuba and Peru*, p. 14.

³⁴ JUNG, Moon-Ho. *Coolies and Cane: Race, Labor, and Sugar in the Age of Emancipation*. Maryland, EUA: The John Hopkins University Press, 2006.

³⁵ LAI, Walton Look. *The Chinese in the West Indies: a documentary history, 1806-1995*. Kingston, Jamaica: The Press University of the West Indies, 1998.

³⁶ SIU, Lok C. D. *Memories of a Future Home: diasporic citizenship of Chinese in Panama*. p.13



em massa. A historiografia demorou para acompanhar uma tendência mundial de pessoas e instituições que não mais respeitavam a lógica de uma sociedade baseada e focada no Estado. Como salientou Akira Iriye³⁷, a globalização já atuava com clareza a mais de vinte anos, quando os historiadores na década de 1990 perceberam a necessidade de realizar trabalhos para além das fronteiras nacionais.

A historiografia brasileira

A pequena quantidade de chineses que entraram no Brasil no século XIX, aproximadamente 3 mil³⁸, pode levar um leitor mais apressado a subestimar a importância desse fluxo migratório para a história do país. O ingresso desses trabalhadores, embora pouco significativo em números, despertou um grande interesse da intelectualidade brasileira, principalmente na segunda metade do século XIX. Preocupava-se com a escassez de mão de obra que a lei do Ventre Livre (1871) traria, e o imigrante chinês poderia ser a solução. Tratado comumente como um assunto de pé de página na historiografia brasileira³⁹, o tema possui extrema relevância, pois mobilizou figuras importantes da elite intelectual brasileira em uma disputa de posicionamentos acalorada. Positivistas, abolicionistas, republicanos e liberais movimentaram o debate sobre o assunto. Pode-se, a partir do estudo sobre a diáspora chinesa, discutir temas como a questão racial, a mão de obra, a colonização, as relações de trabalho, as discussões parlamentares, as relações internacionais, a agricultura, o tráfico negreiro, a rivalidade norte-sul (Nordeste/Sudeste), o abolicionismo e a identidade nacional.

Os primeiros trabalhos sobre o assunto datam da década de 1970 e abordam a discussão sobre a mão de obra no país no século XIX e a proposição do trabalho dos chineses como solução. Maria José Elias⁴⁰ desenvolveu alguns dos argumentos arrolados pelos debatedores da

³⁷ IRIYE. *Global and Transnational History*, p.27.

³⁸ Alguns autores levantaram esse número PERES, Victor Hugo Luna. *Os "chins" nas sociedades tropicais de plantação: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814-1878)*. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2013, p 70; CONRAD, Robert. The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893. In: *International Migration Review*, New York, vol. 9, No 1, 1975, p.42.

³⁹ Vários estudos citaram o debate, mas não desenvolveram como tema. Alguns exemplos são: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas; o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826- 1889)*. Brasília: Ed. UNB, 1981, 178-187. COSTA, Emília Viotti da. *The Brazilian Empire; Myths and Histories*. Belmont, CA: Wadsworth, 1988, p.97.; DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema de grande lavoura*. São Paulo: Paz e Terra, 1977; EAKIN, Marshall C. *British enterprise in Brazil; the St. John's Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830-1960*. Durham and London: Duke University Press, 1989. FREYRE, Gilberto. *A China Tropical e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. São Paulo: Editora Global, 2011. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Huátec, 2004, p. 251-253.

⁴⁰ ELIAS, Maria José. OS debates sobre o trabalho dos Chins e o problema da mão de obra no Brasil durante o século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6º, 1971, Goiânia. *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*.



questão chinesa em jornais, opúsculos e livros. A autora destacou algumas polêmicas que o assunto levantou nos Congressos Agrícolas de 1878, salientou a participação de intelectuais importantes na discussão e refletiu sobre algumas propostas de imigração. Em outro artigo do mesmo período, Robert Conrad⁴¹ apontou algumas propostas de imigração que datam da primeira década do século XIX mantendo a análise dentro do campo da discussão em torno da mão de obra. O autor desdobrou alguns dos argumentos de abolicionistas importantes como Joaquim Nabuco e André Rebouças. Os posicionamentos dos fazendeiros, ao contrário do que o título nos leva a supor, quase não estão presentes no texto.

Nos anos 1990, a tese de José Roberto Teixeira Leite⁴² – *A China no Brasil* –, retomaria o tema ao realizar um ambicioso trabalho que buscava traçar a influência chinesa no Brasil. O autor destaca essa presença cultural nas artes decorativas, na pintura, na escultura, na agricultura e no comércio. Dentre as maiores contribuições do estudo de José Leite está o projeto encabeçado por D. João VI de transformar o país em um grande exportador de chá. Produzido, a princípio, no Jardim Botânico, o autor utiliza relatos de viajantes para discutir o cultivo do chá e a integração cultural desse povo. O debate sobre a imigração na década de 1870 e 1880 também foi discutida pelo historiador.

Após dez anos, um relativo silêncio sobre o assunto seria rompido com o trabalho do brasileiro Jeffrey Lesser que aprofundou na análise desse discurso e buscou entender o papel dessa polêmica – a viabilidade da imigração chinesa e seus impactos na composição do povo brasileiro –, na construção da identidade nacional. Trabalhando na fronteira com a antropologia, o historiador incluiu a questão chinesa dentro de uma discussão mais ampla da intelectualidade na construção de um conceito de brasilidade. Em seu livro *A negociação da identidade nacional*⁴³ o investigador considerou as questões levantadas em torno da imigração não europeia ao longo do século XIX e XX e, para isso estudou chineses, japoneses e sírio/libaneses. O texto aborda as correntes imigratórias não europeias e o seu processo de inserção nos projetos de identidade nacional, conseguindo trabalhar com as estratégias elaboradas pelos próprios imigrantes para facilitar a sua incorporação no imaginário nacional. Os chineses, portanto, ocupam apenas um dos capítulos do livro, pouco espaço para desenvolver os variados caminhos propostos pelo pesquisador. A discussão levantada pelo autor ganhou ainda mais maturidade na obra *A invenção*

⁴¹ CONRAD, Robert. The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893. In: *International Migration Review*, New York, vol. 9, No 1, 1975.

⁴² LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e na sociedade do Brasil*. 698f. Tese (Doutorado em Belas Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 1992.

⁴³ LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.



da *brasilidade*⁴⁴ de 2015 em que ele amplia a discussão da imigração incluindo os europeus no debate.

Publicado no Brasil em 2001, *A negociação da identidade nacional* serviu, e ainda serve, de referência para os demais trabalhos realizados na área. Três dissertações de Mestrado desdobram o tema, abordando-o de forma diferente. A primeira delas, defendida por Rogério Dezem⁴⁵ em 2003, *Matizes do “amarelo”*, explorou os discursos construídos em torno dos imigrantes asiáticos, chineses no século XIX e japoneses no século XX. O autor percebeu as permanências de alguns estereótipos referentes à “raça amarela”, percebidos como trabalhadores bons, dóceis e baratos. Essa visão modificou-se, contudo, na virada do século influenciado pela ascensão militar japonesa e as vitórias em conflitos contra a China e a Rússia. O país do sol nascente passou a ser visto como uma nação em ascensão que rumava ao progresso e, até certo ponto, representava uma ameaça graças ao seu afã imperialista. Os chineses, em contrapartida, eram estereotipados como preguiçosos, pouco higiênicos, supersticiosos, civilizadamente atrasados e viciados em ópio. Estes eram estigmas que corroboravam com a visão da China como um império em decadência.

A dissertação de Silvio Lima⁴⁶, *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*, analisou a temática pela perspectiva do discurso científico e das modificações que esse fluxo migratório traria para a composição racial brasileira. A atuação e o trabalho de Nicolau Moreira – renomado médico e ativo participante de movimentos sociais como o abolicionismo –, serviu para que Silvio Lima percebesse o papel do determinismo biológico na condenação do projeto de imigração chinesa. Leituras das obras Charles Darwin e Louis Agassiz serviram de fundamento para o desenvolvimento do pensamento de Nicolau Moreira. A entrada dos *coolies* criava um fórum para se discutir a miscigenação e outros assuntos de extrema relevância para o pensamento social brasileiro.

Sob uma perspectiva diferente, Victor Peres⁴⁷ buscou entender a polêmica levantada nas décadas de 1870 e 1880 dentro de uma discussão de âmbito regional. Em seu texto, *Os “chins” nas Sociedades Tropicais de Plantação*, o pesquisador traçou as percepções vigentes entre plantadores e políticos à respeito da mão de obra chinesa no século XIX. O autor explorou especialmente os Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e do Recife em 1878 e destacou a diferença entre os

⁴⁴ LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

⁴⁵ DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878 – 1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

⁴⁶ LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Rio de Janeiro: Dissertação, FIOCRUZ, 2005.

⁴⁷ PERES. *Os “chins” nas sociedades tropicais de plantações*.



fazendeiros que se reuniram na capital do Império daqueles que discutiram a questão na cidade pernambucana. Esse enfoque mostrou que as opiniões mudam consideravelmente de acordo com a região do país e da atividade econômica a qual se dedica um determinado grupo. O binômio cafeicultores/sacarcultor revela divergências, rivalidades e os diversos matizes entre a nem sempre unânime “elite” brasileira.

Os trabalhos previamente citados enfatizaram o debate do último quartel do século XIX quando o tema atraiu grande atenção de intelectuais e políticos. O historiador Carlos Moura⁴⁸, no entanto, construiu uma obra interessante analisando as tentativas de imigração chinesa na primeira metade do século XIX. O investigador pesquisou a questão a partir de fontes portuguesas em Macau e contribuiu bastante para a compreensão do projeto de D. João VI de transformar o Brasil em um grande produtor de chá para o mercado europeu. A tentativa de aclimação dessa planta arquitetada pelo então Príncipe Regente, chamou a atenção de vários viajantes⁴⁹ que não só relataram plantações de chá no Jardim Botânico, mas se depararam com chineses integrados em comunidades no interior do país.

Dentre os trabalhos produzidos sobre o tema no Brasil, *Os “chins” nas Sociedades Tropicais de Plantação* é o que mais se aproxima de uma perspectiva de história transnacional. Victor Peres estabelece um diálogo profícuo com as outras realidades latino-americanas que receberam uma maior quantidade de chineses, Cuba e Peru. A mobilização das experiências dessas sociedades, contudo, serviu ao autor para realçar a importância da temática para a formação sócio-histórica do Brasil. O pesquisador buscou romper com a perspectiva dos “excepcionalismos” que normalmente permeiam as análises que se baseiam apenas na história nacional, porém não se propôs a realizar um trabalho que definitivamente se debruçasse sobre as interações e conexões existentes entre debatedores peruanos, cubanos e brasileiros. Aparece nesse espaço uma lacuna na historiografia brasileira, isto é, a percepção do debate do século XIX sobre a imigração chinesa no Brasil como parte de uma discussão mais ampla que mobiliza grande parte dos países não só

⁴⁸ MOURA, Carlos Frederico. *Chineses e chá no Brasil no início do século XX*. Lisboa/Rio de Janeiro: Instituto Internacional de Macau/Real Gabinete Português de Leitura, 2012. _____ *O projeto de Brum da Silveira, ouvidor de Macau, de envio de carpinteiros chineses para os arsenais reais do Brasil*. In: *Revista Navigator*, v.10, n.20, 2014 – p.21-28.

⁴⁹ BIARD, François. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945; EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e os seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p.51 e p.131; ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais*. (Volume 2) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.452-453; GARDNER, George. *Viagens pelo Brasil; principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p.27-28 e p.425; GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil; e de uma estada nesse país durante os anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 60, p.179 e p.324; KIDDER, Daniel & FLETCHER, James. *Brasil e brasileiros (esboço histórico e descritivo)*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1941; SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, pp294-295; WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil nos anos 1815 a 1817*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p.179-180 e p.434.



do continente americano, mas também de nações de outras partes do Mundo. Reconhecer essas conexões já é um passo importante, cabe à historiografia nesse momento se propor estudar o tema por uma vertente transnacional e conectada.

As possibilidades das conexões e da transnacionalidade

Como um grupo de imigrantes chineses em Cuba, sujeitos a contratos rigorosos de trabalho ajudaram a moldar as concepções contemporâneas de relações de trabalho? Ao repensarmos o documento com o qual iniciamos esse texto, podemos refletir no papel de um grupo marginal na sociedade cubana na construção de argumentos dentro de uma questão muito mais ampla. Partir do local pode nos ajudar a compreender assuntos de um âmbito global. Nesse sentido, o transnacional também é manifestado no local e, portanto, compreender a história por meio dessa perspectiva pode/deve considerar as localidades e o seu papel na construção dessas redes mais abrangentes.⁵⁰ Os depoimentos de Táng Chien, Wen A-chao, Chén Chíh e outras centenas de lavradores denunciando as longas jornadas de trabalho nos canaviais repercutem em esferas maiores e contribuem para o debate em torno da jornada de trabalho apropriada ao trabalhador.⁵¹ Participavam da mesma forma de um debate mais amplo, os chineses que se recusaram a entrar na mina de São João Del Rey⁵² em Minas Gerais ou os que reclamavam a ausência de arroz nas refeições como uma quebra de contrato dos fazendeiros do interior do Rio de Janeiro.⁵³ Perceber a história desses asiáticos na América pode auxiliar a historiografia a construir uma narrativa que esteja menos pautada pela agenda e pelos interesses ocidentais.

Esses novos caminhos de entendimento da história proporcionam novas descobertas e entendimentos do passado. A imigração chinesa, em especial, propicia a discussão de uma diversidade de assuntos como a aceitação do diferente nas diversas comunidades, as adaptações desses grupos, a miscigenação cultural ocorrida, os pré-conceitos e os conceitos construídos, o debate racista edificado e a discriminação racial cultivada. A polêmica em torno da formação nacional motivado pela possibilidade de entrada de milhões de asiáticos esteve presente nas elites brasileiras, mas também entre os seus pares mexicanos.⁵⁴ O sentimento anti-chinês não foi uma

⁵⁰ LEE. *Diaspora, Transnationalism, and Asian American Studies*, p.31.

⁵¹ *The Cuba Commission Report: a hidden history of Chinese in Cuba*, p.63-64.

⁵² EAKIN. *British enterprise in Brazil*, p.48.

⁵³ BARREIROS, Daniel de Pinho. Fronteira Agrícola, Estado e Trabalho Assalariado no Pós-Abolição Entraves estruturais ao emprego de imigrantes asiáticos (década de 1890). In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

⁵⁴ CRAIB III, Raymond B. Chinese Immigrants in Porfirian Mexico: A Preliminary Study of Settlement, Economic Activity and Anti-Chinese Sentiment. *Research Paper Series* No. 28, Maio 1996.



exclusividade de nenhum país, uma vez que essas nações se defrontavam com a necessidade de encarar mais um elemento na já complexa relação entre europeus, africanos e indígenas.

Todos os temas acima elencados podem ser estudados por uma perspectiva nacional ou global. Não se trata, contudo, de propor novos cânones conceituais para balizar futuras pesquisas. Análises transnacionais não ignoram a importância da nação e o seu papel. A interrelação entre as agendas nacionais e transnacionais constituem em um ponto de extrema relevância para o estudo da história transnacional. Os estudos de escala nacional não podem mais, contudo, ignorar as conexões e a importância de outras realidades no Mundo para a compreensão da sociedade brasileira.

Buscou-se nesse artigo apresentar caminhos ainda pouco explorados pela historiografia brasileira que, certamente, contribuirão bastante para a compreensão da nossa sociedade. Consiste em um desafio penetrar por esse caminho cuja trajetória apresenta incertezas. Um escopo maior pode levar a generalizações e comparações rasteiras. O desafio, porém, pode trazer resultados surpreendentes e abrir frentes de pesquisa até então ignoradas.



A instituição divina dos bispos no Concílio de Trento: a luta dos prelados ibéricos pelo *ius divinum* (1562-1563)

The divine institution of bishops in the Council of Trent: the iberian prelates' fight for the *ius divinum* (1562-1563)

Juliana Torres Rodrigues Pereira

Doutoranda em História Social

Universidade de São Paulo

julianatrp@gmail.com

Recebido: 16/06/2016

Aprovado: 23/08/2016

RESUMO: A terceira e última fase do Concílio de Trento (1562-1563) foi marcada por duras batalhas teológicas e políticas acerca da autoridade episcopal que encontraram pouca expressão nos decretos finais do Concílio. A principal demanda do grupo que lutava por uma reforma profunda da Igreja, composto principalmente pelos padres ibéricos, dizia respeito à afirmação do *ius divinum*, apontada como solução para o problema do costumeiro comportamento negligente dos bispos. A disputa pelo *ius divinum* dividiu a assembleia e possibilitou a consolidação de um novo modelo para a atuação dos antístites em suas dioceses. Procuramos oferecer neste artigo um olhar sobre a luta dos prelados ibéricos pela afirmação do bispo como protagonista da reforma e analisar os meandros desta disputa.

PALAVRAS-CHAVE: Concílio de Trento, Episcopado, Reforma

ABSTRACT: The third and last period of the Council of Trent (1562-1563) was marked by hard theological and political battles about the episcopal authority that found very little expression on the final decrees of the Council. The main demand of the group that fought for a deep reform of the Church, formed especially by the iberian priests, regarded the affirmation of the *ius divinum*, pointed as the solution for the common negligent behavior of the bishops. The struggle for the *ius divinum* split the assembly and enabled the consolidation of a new model for the action of bishops in their lands. In this paper we tried to offer a perception about the fight of the iberian prelates for the affirmation of the bishops as protagonist of the reform and analyze the meanderings of this dispute.

KEYWORDS: Council of Trent, Episcopacy, Reform

Introdução

Através da bula *Ad ecclesiae regimen*, lida em 29 de novembro de 1560, Pio IV convocava para assembleia ecumênica todos os bispos da cristandade, a ser reunida em Trento na Páscoa seguinte.¹ Boa parte dos espanhóis se dirigiu a Trento. Apenas três prelados portugueses, no

¹ Sobre a decisão de Roma a respeito da reabertura do Concílio, cf: JEDIN, Hubert . *Storia del Concilio di Trento: La Francia e il nuovo inizio a Trento fino alla morte dei legati Gonzaga e Seripando*, 1979 (v.4/t.1). Brescia: Morcelliana, 2010, p.13-68.



entanto, atenderiam ao chamado de Roma, os Bispos de Coimbra, Frei João Soares, e Leiria, Frei Gaspar do Casal, e o Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

Até que os trabalhos fossem de fato iniciados, esperou-se por longos meses que mais antístites chegassem a Trento. Finalmente, em 18 de janeiro de 1562, depois de inúmeras congregações preparatórias, o Concílio foi oficialmente aberto,² e já nesta primeira congregação os legados encontrariam dificuldades para estabelecer o consenso entre os padres reunidos, tendência que já se anunciava durante a espera. De acordo com o Decreto de abertura, a congregação deveria votar as propostas apresentadas pelos legados. A obrigatoriedade das fórmulas votadas partirem dos legados e não dos prelados desagradou profundamente ao Arcebispo de Granada, Pedro Guerrero, que retirou a aprovação que havia dado em 15 de janeiro, afirmando que então a fórmula *proponentibus legatis* não constava no decreto quando de sua formulação pela Congregação preparatória.³ As reclamações de Guerrero foram, naquele momento, em vão, mas a questão seria ainda debatida inúmeras vezes, tanto pelo Arcebispo de Granada quanto pelos embaixadores espanhóis em Trento. O Bispo de Modena, Egidio Foscarari, comentava sobre a insistência espanhola para que a expressão fosse retirada do decreto. A justificativa utilizada era que os adversários da Igreja Católica poderiam afirmar que “este Concílio não fosse livre, mas fosse para servir à vontade de Sua Santidade.”⁴ Tal polêmica a respeito do direito dos padres presentes apresentarem propostas indicava já como a assembleia tridentina seria palco de uma disputa entre a autoridade de Roma e o poder episcopal. Enquanto os prelados procuravam afirmar-se como autoridade suprema em suas dioceses, o Papado procurava administrar e muitas vezes censurar a investida dos antístites, que dependia também da possibilidade de proporem as demandas de reforma.

A grande pauta a ser debatida, acerca da reforma, definidora da questão sobre a autoridade dos bispos, era a questão da residência episcopal. A desobediência a esta obrigação era considerada o cerne dos abusos do clero. Considerava-se que a negligência dos antístites era, em grande parte, a razão pela qual a Igreja enfrentava a cisão da cristandade. Já no século XV despontava uma literatura de crítica ao perfil majoritário daqueles que obtinham a distinção de mitrados: homens jovens, pouco instruídos, que acumulavam benefícios e não residiam nas suas dioceses e, portanto, não cumpriam com suas obrigações pastorais. À negligência com suas obrigações, acumulavam as rendas de suas igrejas e adotavam costumes mundanos. Tal quadro de

² JEDIN. *Storia del Concilio di Trento*, p. 151.

³ Concilium Tridentinum. *Diarium, Actorum, Epistolarum Nova Collectio*. Friburgi: Gorresiana, 1901-1906, III/1, p. 247. Doravante a coleção será indicada como *CT*.

⁴ “questo Concilio non fosse libero, ma fosse per servire alle voglie de Sua Santità.”. Carta do Bispo de Modena. Trento, 1561. *Archivio Segreto Vaticano, Con. Trid.*, 42, ff. 185-185v. Todas as traduções são de minha autoria.



pouca ou nenhuma dedicação ao múnus episcopal, marcado pela ausência do bispo de sua diocese, era predominante em todo o continente europeu.⁵

A partir do século XV, então, a crítica a este modelo vigente foi impulsionada pelos escritos de renomados teólogos ou clérigos. Jean Gerson, durante seu discurso no Concílio de Reims, indicou a pregação e a divulgação do Evangelho como as principais obrigações do antístite e destacou a importância das tarefas relativas à cura de almas, incluindo a realização de visitas e administração dos sacramentos. Em *De institutione et regimine praelatorum*, Lorenzo Giustiniani procurava oferecer um arcabouço espiritual aos prelados, insistindo na humildade, contemplação e pureza como qualidades essenciais aos candidatos ao episcopado.⁶

Esta tendência crítica ganhou novo impulso ainda no século XVI. Na França, o Arcebispo de Marselha, Claude de Seyssel, apontava a pregação, a celebração dos sacramentos e o cuidado na nomeação do clero como fundamentais em seu *Tractatus de triplici statu viatoris* (1518). Na Península itálica, Gasparo Contarini, em tratado de 1517 intitulado *De officio viri boni ac probi episcopi*, afirmava como tarefas cotidianas do bispo a oração, a leitura da Bíblia, a celebração da missa, a cura de almas, o exercício da justiça, a pregação e a prática da caridade. O datário do Papa e Bispo de Verona Gian Matteo Giberti consolidou-se como modelo devido a seu exemplo de dedicação; entregou-se à caridade, à assistência aos fiéis e instituiu um seminário para preparação do clero, sem nunca ter deixado sua diocese. Tal tradição de crítica e construção de um modelo positivo para o episcopado foi muito forte em Espanha, englobando renomados teólogos e religiosos como Hernando de Talavera, Arcebispo de Granada, e Ximenes de Cisneros, Arcebispo de Toledo, Francisco de Vitória, Domingo de Soto e Bartolomé Carranza – todos estes contribuíram com seus escritos para a construção do arquétipo do bispo ideal. Já em Portugal não houve produção do tipo, mas o conteúdo das constituições diocesanas mostra que o debate era conhecido no Reino.⁷ Os críticos do episcopado do século XVI apontavam como o episcopado, ao longo dos séculos, de função definida, acabou por se transformar em um benefício autônomo dotado de jurisdição política.⁸ Embora não constituíssem um grupo fechado, estes teólogos apontaram uma tendência que ganharia forma com o Concílio de Trento; afirmavam a figura do bispo como protagonista da reforma, condutor de uma renovação necessária. Como afirmou Alisson Forrestal, Trento deu forma oficial e objetiva ao que antes

⁵ PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 114-122.

⁶ _____. *Os Bispos de Portugal e do Império*, p. 111-113.

⁷ _____. *Os Bispos de Portugal e do Império*, p. 123-128.

⁸ BERGIN, Joseph. The Counter-Reformation Church and its bishops. *Past and Present*. Oxford 165(1) , p. 30-73, 1999, p. 32.



eram princípios dispersos. O arquétipo do bispo como pastor de almas passaria a ser reproduzido em tratados e biografias de bispos reformadores tomados como modelo.⁹

O exercício do *múnus episcopal*, a pregação, as visitas pastorais e o exercício da jurisdição sobre os fiéis e sobre o clero só eram possíveis com a residência e a presença do bispo em sua diocese. Da presença episcopal advinha um maior controle sobre o clero local e a população sob sua jurisdição. Esta última desmembrada em presença e proximidade do pastor a suas ovelhas, pronto para guiá-las e fornecer-lhes o alimento espiritual e o conforto, e em vigilância e policiamento sobre os comportamentos que pudessem infringir a moralidade ou a ortodoxia. A reforma de Igreja devia ser conduzida pelo bispo. Reagrupar as ovelhas e vigiá-las, conduzindo-as à salvação, era uma tarefa do pastor. Mas, para que o bispo pudesse exercer o papel que lhe cabia, era necessário reformular o *múnus episcopal* e reformar os negligentes.

A proposição do *ius divinum* como chave para a reforma da Igreja

A luta pela reforma dos bispos em Trento seguia duas vertentes complementares. Desejava-se que a definição do *múnus episcopal* e a afirmação do poder do bispo dentro da hierarquia eclesiástica fossem tratadas não apenas como questões de jurisdição, mas também sacramentais. Era necessário estabelecer a proibição do absentéismo e do acúmulo de benefícios através de decretos de caráter disciplinar e penalizar severamente os que os desobedecessem. Mas era preciso também elaborar uma doutrina que pudesse oferecer um arcabouço espiritual que criasse nos prelados uma obrigação de consciência, afirmando a cura de almas e a residência como deveres irrevogáveis e intransferíveis. No entanto, como seria possível dar fim aos abusos se as dispensas para o acúmulo de benefícios e o descumprimento da obrigação de residir eram oferecidas pelo próprio Papa? Como exigir uma reforma se boa parte dos que não residiam eram Cardeais, que deixavam suas dioceses para viver em Roma? A resposta já havia sido sugerida durante a primeira fase do Concílio. Era a afirmação do *ius divinum*, da instituição dos bispos por Deus, sem intermédio papal. A declaração de que os antístites são instituídos por Deus não apenas definiria os direitos e obrigações dos prelados, mas ofereceria a eles uma doutrina de apoio. As licenças papais para não residir e acumular benefícios seriam nulas. Estariam assim vetadas todas as exceções – solução que certamente desagradou ao Papado e à Cúria Romana, que viam seu poder e privilégios ameaçados. Mesmo que aqueles que votavam pelo *ius divinum* mostrassem respeitar a autoridade do Papa como Sumo Vigário e sua posição na hierarquia da Igreja, este poder ficava, como veremos à frente, restrito à distribuição das dioceses e à confirmação dos antístites. O Papado perderia a jurisdição direta sobre as mitras e os fiéis. Pio IV tentou inúmeras vezes calar a discussão e afirmar a autoridade de Roma.

⁹ FORRESTAL, Alison. *Fathers, pastors and kings*. Visions of episcopacy in seventeenth-century France. Manchester: Manchester University Press, 2004.



Em fins de fevereiro, Seripando adiantou-se em relação aos outros legados, requisitando a alguns bispos italianos que indicassem alguns pontos de reforma com base nos problemas de suas próprias dioceses. Dentre os escolhidos estariam seguramente o Bispo de Modena, Egidio Foscarari, os Arcebispos de Zara, Sorrento, Ragusa e o Bispo de Sutri. Do documento composto pela comissão resultaria o chamado *Libelo italiano de reforma*. Em noventa e três artigos, propunha o reforço do poder episcopal dentro da diocese e obrigava os religiosos à residência, apresentando como possível solução para a desobediência a esta ordem à afirmação do *ius divinum*. Dezoito dos noventa e três artigos foram selecionados por Seripando e doze destes apresentados para votação em assembleia geral. Estavam excluídas do libelo quaisquer possibilidades de afirmação do *ius divinum*, apesar de mantida a obrigatoriedade da residência.¹⁰ Os polêmicos doze capítulos de reforma foram apresentados em assembleia geral no dia 11 de março. O primeiro capítulo apresentava o problema dos bispos ausentes e questionava o que poderia ser feito para que aqueles que tivessem benefícios aos quais se aplicava a cura de almas residissem em suas igrejas. Os principais pontos elencados pelos italianos eram a obrigatoriedade da residência, a cura de almas e a distribuição e o acúmulo de benefícios, questões intimamente relacionadas. No entanto, o *ius divinum* não era colocado como solução. A partir de então, este tópico dominaria os debates até praticamente o final do Concílio e a figura do bispo como pastor de almas enraizava-se em Trento.¹¹

O grupo que insistia na afirmação da ordenação divina episcopal era formado majoritariamente pelos prelados ibéricos em Trento e ainda por alguns da Península Itálica. Posteriormente, associaram-se a eles os franceses, que chegaram a Trento apenas em novembro. Segundo o Arcebispo Antibarense, a maioria dos italianos defendia o *ius divinum* em segredo.¹² Seus líderes eram o Arcebispo de Granada, Pedro Guerrero, e o de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Dentre os italianos, o Bispo de Modena. Com sua tradição conciliarista, os franceses acabaram se juntando aos ibéricos em oposição aos defensores dos privilégios de Roma. Já os curialistas eram representantes das dioceses dos diversos reinos da Península Itálica, nomeados e empoderados dentro da lógica romana, aos quais juntavam-se ainda alguns espanhóis, em especial aqueles que possuíam uma ligação maior com a Coroa e o Tribunal do Santo Ofício. Assim, a classificação dos grupos por origem geográfica pode se tornar um caminho equivocado se não forem feitas as devidas distinções, visto que cada um dos partidos agregava também uma minoria de padres dos Reinos de onde provinha a maioria de seus “rivais”.

¹⁰ JEDIN. *Storia del Concilio di Trento*, p. 179-182.

¹¹ CT, VIII, p. 378-379. Carta do Bispo de Modena. Trento, 12 de março de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, ff. 238-239.

¹² Carta do Arcebispo Antibarense. Trento, 22 de junho de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, ff. 330-331.



Desta forma, esclarecemos que o uso da denominação *ibéricos* será utilizado aqui apenas como uma classificação generalizante que tem como objetivo otimizar a leitura deste texto.

Quase um mês após o início da votação, em 8 de abril Frei Bartolomeu dos Mártires posicionava-se acerca dos quatro primeiros capítulos. Em sua fala, discorreu sobre vários dos problemas que via no comportamento do clero. Em primeiro lugar, ressaltava o absenteísmo e os abusos como origem dos males que a Igreja enfrentava, além de lembrar que esta era uma das principais críticas feitas pelos luteranos; o bracarense afirmava que se a cristandade encontrava-se dividida e enfrentava dissidências e questionamentos, a culpa era do próprio clero, pouco preocupado, mal instruído, ausente, negligente, interessado nos prazeres mundanos, esquecido da obrigação de cura de almas:

Na verdade, quem duvida de que todos os perigos e calamidades das ovelhas resultem da ausência dos pastores? Se pastores forem e não lobos, o pastor reside, vela, sai ao encontro do lobo que se aproxima, porque é pastor. O mercenário não reside, pelo contrário, foge, porque é mercenário e não se preocupa com apascentar as ovelhas, mas apenas com apascentar o seu ventre. Por isso, juntamente com esses Padres, e pelas entranhas misericordiosas do nosso Deus, suplico e imploro que ocupemos o tempo que o Senhor se dignou a conceder-nos, na eliminação das enfermidades e dos abusos maiores e mais perniciosos, de tal modo que (queira Deus que não), se em algum momento nos for retirada esta oportunidade, não fiquem por tratar nem sejam postas de lado as questões mais graves, mas apenas as mais ligeiras, tendo nós diante dos nossos olhos, com o clamor de todo orbe, que foram os abusos eclesiásticos que deram ensejo aos males presentes, às heresias e aos cismas, e são ainda hoje causa de eles se manterem.¹³

Ainda no dia anterior ao voto do bracarense, quando se iniciaram os votos sobre os capítulos de reforma, o Arcebispo de Granada havia já apontado o *ius divinum* como única solução para os abusos. Frei Bartolomeu dos Mártires faria o mesmo, alegando como solução para pôr fim ao mau comportamento eclesiástico a afirmação da ordenação divina dos bispos. Afirmada nas Escrituras e pelos grandes Doutores da Igreja, a natureza divina do poder episcopal, transmitido diretamente dos apóstolos aos prelados, tornava-se a grande pauta da reforma, impulsionada pelos bispos ibéricos:

A primeira coisa que penso é que se deve discutir segundo que direito devem ser obrigados a residir todos os pastores de almas. Na verdade, visto que tantos decretos pontifícios, tantas cominações pouco adiantaram a este caso, não nos resta outra solução senão que, conhecida claramente a sua obrigação, nos termos da qual são obrigados a apascentar e a curar por força do direito natural e divino, despertem do seu sono mortal e da sua negligência.¹⁴

¹³ Esta citação se refere ao diário de D.Frei Bartolomeu dos Mártires em Trento, fonte não integralmente publicada, de coleção particular. Algumas partes foram reproduzidas na Revista Bracara Augusta. Cf. ROLO, Raul (org.). *Collecta in Concilio Tridentino. Bracara Augusta*. Braga: Correio do Minho, v. XLII, n.º. 93, p. 442-523, 1990. O documento foi cedido a mim para consulta pelo Prof. Dr. Giuseppe Marzocci.

¹⁴ *Collecta in Concilio Tridentino. Bracara Augusta*.



Em 20 de abril, dando continuidade a seu voto sobre as questões do libelo de reforma, Frei Bartolomeu dos Mártires insistiu fundamentalmente sobre dois pontos: o preparo do clero menor e a responsabilidade da Cúria Romana por boa parte dos abusos e absentéismo. O bracarense foi ainda muito mais longe, denunciando a falta de escrúpulos da Cúria para calar aqueles que a criticassem:

Quem poderá suportar que, neste sacratíssimo lugar onde todos nós devíamos estar inflamados pelo zelo divino e aqui entrar sem nenhum respeito humano, alguém diga que ninguém aqui ousa abrir a boca para dizer que na Cúria há algum abuso merecedor de correção sem que imediatamente se submeta com um arganel a boca de quem assim fala e se tolham com um freio suas maxilas?¹⁵

Este trecho da fala de D. Frei Bartolomeu dos Mártires deixa claro como a assembleia conciliar sentia-se subjugada a um controle sobre o Concílio, aos limites impostos por Roma, que temia a discussão acerca da instituição divina dos bispos. O Papa chegou a proibir por instruções enviadas aos Legados em 18 de março a discussão, voltando atrás em sua decisão poucos dias depois, em 29 do mesmo mês.¹⁶ O controle exercido pelo Papa gerava enormes insatisfações e rumores de que o Concílio não era livre e estava sujeito aos desejos de Roma, como se pode notar através da correspondência que partia de Trento.¹⁷ A reforma da Cúria foi uma das grandes demandas dos prelados ibéricos, questão que ao fim do Concílio permaneceu em aberto.¹⁸

Mesmo contra a vontade de Pio IV, o grupo defensor da reforma exerceu tamanha pressão sobre os legados para que se votasse se o dever de residência era de direito canônico ou divino que estes acabaram aceitando a demanda. O *ius divinum* era o assunto predominante nas congregações, e em 10 de abril o legado Gonzaga decidiu nomear uma comissão para tratar da reforma, da qual Frei Bartolomeu dos Mártires faria parte.¹⁹ Os clamores sobre a residência, todavia, permaneceram, e a rivalidade entre o partido da residência e o curialista chegou ao ponto em que o Arcebispo de Granada insinuou aos legados que os Bispos de Cava e Capod'Istria teriam se utilizado de proposições heréticas contra os espanhóis.²⁰ Os Legados decidiram-se pela votação simplificada da questão, ocorrida em 20 de abril. De acordo com a contagem oficial, 68 votaram a favor da afirmação do *ius divinum*, 35 contra e 36 condicionaram seu voto a uma

¹⁵ *Collecta in Concilio Tridentino. Bracara Augusta.*

¹⁶ JEDIN. *Storia del Concilio di Trento*, p. 194.

¹⁷ Carta do Bispo de Modena. Trento, 14 de maio de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, ff. 289; Carta do Bispo de Modena. Trento, 21 de maio de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, ff. 304-305.

¹⁸ Outra menção à falta de liberdade de discussão no Concílio pode ser encontrada em: Carta do Bispo de Gallarate. Trento, 30 de março de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, f. 251.

¹⁹ Sobre os votos da assembleia, ver: CI, VIII, p. 402-463. Sobre a comissão e a nomeação de Frei Bartolomeu dos Mártires, ver: JEDIN. *Storia del Concilio di Trento.*, p. 196-197; Carta do Bispo de Modena. Trento, 13 de abril de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, f. 269; Carta do Bispo de Modena. Trento, 16 de abril de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, f. 271.

²⁰ Carta do Bispo de Modena. Trento, 13 de abril de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, f. 269.



consulta ao Papa – somados, os votos negativos eram a maioria.²¹ A posição de Pio IV foi, é claro, pela manutenção de seus privilégios, e em 8 de maio o Papa ordenava mais uma vez a suspensão do debate.²² Gonzaga e Seripando rapidamente se tornaram nomes mal falados em Roma. Apontados como responsáveis pela votação ocorrida em 20 de abril, transformaram-se em alvo da fúria do Papa e de Cardeais influentes como Borromeo, Morone e Cicada. Vistos como moderados demais, por tentarem aplacar os espanhóis, Gonzaga e Seripando haviam caído em desgraça. Mesmo não sendo oficialmente o presidente, o homem de confiança, principal condutor das atividades em Trento passava a ser Simonetta, que desde o início se posicionara contra o *ius divinum*.²³

Mesmo após a votação de 20 de abril, da qual os partidários do *ius divinum* saíram derrotados, estes seguiram pressionando para que se tratasse da questão da residência.²⁴ Em carta de 21 de maio os legados mencionaram terem se reunido com Granada, Messina e Frei Bartolomeu dos Mártires, que requisitavam que o artigo sobre a residência fosse tratado na sessão seguinte.²⁵ A promessa de que o assunto seria debatido quando se discutisse o sacramento da ordem, feita em reunião privada em 23 de maio, não significou o silêncio do grupo.

Em agosto, Pedro Guerrero e Frei Bartolomeu dos Mártires entregaram aos legados papais um documento que apresentava as petições de reforma dos padres conciliares ibéricos. As demandas diziam respeito ao absentismo do clero com cura de almas. Os pedidos para que se discutisse a partir de que direito se instituiu a obrigação de residência encontram-se em diversas partes do texto.²⁶ A expressão *ius divinum* não chega a aparecer no documento, mas os pedidos para que se debatesse por qual lei os bispos são ordenados constituía já uma posição combativa. Apenas aqueles favoráveis a esta ideia insistiam para que se desse o debate. Possivelmente temerosos a respeito da reação que as petições causariam em Roma, procuraram apenas garantir uma ocasião para a discussão do problema, na qual tivessem a chance de vencer pelos votos, como poderia ter acontecido poucos meses antes, se não fosse pelas respostas condicionadas. Os legados mostravam-se até mesmo favoráveis à discussão. A resposta de Roma, no entanto, condenava-a e mostrava, ainda, as discordâncias dentro da congregação espanhola. Os Bispos de

²¹ CT, VIII, p. 463-465; Carta do Bispo de Modena. Trento, 20 de abril de 1562. ASV, Conc. Trid, 42, f. 273.

²² JEDIN. *Storia del Concilio di Trento*, p. 205.

²³ Carta do Bispo de Gallarate. Trento, 30 de março de 1562. ASV, Conc. Trid, 42, f. 251. Egidio Foscarari afirmou, todavia, na carta que escreveu a Roma para defender seu voto pelo *ius divinum*, que Simonetta havia falado a favor da origem divina do poder episcopal. Cf. Carta do Bispo de Modena. Trento, 18 de maio de 1562. ASV, Conc. Trid, 42, ff. 291-300.

²⁴ Carta do Bispo de Modena. Trento, 12 de maio de 1562. ASV, Conc. Trid, 42, ff. 285-286; Carta do Bispo de Modena. Trento, 21 de maio de 1562. ASV, Conc. Trid, 42, ff. 304-305.

²⁵ Carta dos Legados a Borromeo. Trento, 21 de maio de 1562. ASV, Conc. Trid., ff. 15v-16v; Carta dos Legados. Trento, 25 de maio de 1562. ASV, Conc. Trid., 60, ff. 284-285.

²⁶ “Sed quo facilius Pastores et ecclesiae Rectores cogi possint in ecclesiis sibi commissis residere erit necessarium a sacros. ta synodo constitui ac decerni ordinem qui hac in causa servari debeat [...]” Cf. Petitiones Hispanorum et Lusitanorum fatte in Conclio Trident. Anno 1562. ASV, Conc. Trid., 12, ff. 25-26.



Salamanca e Tortosa haviam escrito a Roma denunciando que o documento, entregue em nome de espanhóis e portugueses, havia sido feito por Guerrero e Bartolomeu dos Mártires, sem que os outros fossem consultados, um ótimo argumento para que as petições fossem ignoradas por Pio IV.²⁷

A discussão sobre a instituição episcopal chegou, finalmente, com o debate sobre o sacramento da Ordem na Sessão XXIII, em fins de setembro. Em 18 deste mês, foram apresentados aos teólogos sete artigos sobre o assunto. Como oposição à doutrina protestante, confirmavam a Ordem como sacramento e o poder dos prelados como superior ao dos outros sacerdotes. O *ius divinum* certamente não era mencionado. Em 3 de outubro reuniu-se a comissão para a elaboração do decreto, tendo como membros Muzio Calini, Arcebispo de Zara, como presidente, além dos Bispos de León e Coimbra (estes três partidários do direito divino) e o Geral jesuíta Lainez, dentre outros. O projeto de decreto ficou pronto dois dias depois e a versão entregue aos legados não apresentava a expressão *ius divinum*.²⁸

A votação geral teve início em 13 de outubro. Pedro Guerrero afirmava que o cânone proposto não era suficiente a não ser que se proclamasse que os bispos, como sucessores diretos dos apóstolos, eram instituídos pela lei divina, verdade indubitável expressa nas Escrituras e nos testemunhos dos Doutores da Igreja. O fato de ser negada pelos hereges constituía mais um motivo para que fosse definida pelo Concílio. Os prelados, mesmo que aclamados pelo povo, recebiam sua autoridade diretamente de Deus. Guerrero assegurava ainda que tal definição não cancelava a dignidade e superioridade papal.²⁹ Sobre o voto de Bartolomeu dos Mártires, ao qual subscreveram-se outros prelados, as atas pouco informam, e evidenciam apenas a exigência de afirmação do *ius divinum*.³⁰ O Arcebispo de Zara, que comentava regularmente sobre as falas do bracaraense em cartas ao Cardeal Cornaro, relatou:

dentre os outros o Arcebispo Bracaraense disse então em seu lugar que ainda que os hereges concedam que o Episcopado é de Deus não devemos nos contentar com isto uma vez que vemos que eles não se referem a nossos bispos, mas a aqueles seus falsos superintendentes e pastores. [...] entrando então na matéria disse que não via neste artigo nenhuma dúvida, porque os bispos eram sucessores dos Apóstolos, e sobre o poder da Ordem conferido a eles por Deus se vêem claríssimos testemunhos nas Escrituras que mostravam também o poder de jurisdição ser de Deus, embora seja necessário confessar e ter em conta que não poderia existir se não por mão do Sumo Pontífice e que

²⁷ Carta dos Legados a Borromeo. Trento, [agosto] de 1562. ASV, Conc. Trid., 53, ff. 189-189v; Carta dos Legados a Borromeo. Trento, 7 de setembro de 1562. ASV, Conc. Trid., 53, ff. 193-194v; Carta de Borromeo aos Legados. Trento, [setembro] de 1562. ASV, Conc. Trid., 53, f. 210-210v.

²⁸ JEDIN. *Storia del Concilio di Trento*, p. 325-332.

²⁹ CT, IX, p. 44, 48-51.

³⁰ CT, IX, p. 45, 60.



por Sua Santidade se pudesse ampliar, restringir e suspender como a Ele parecesse mais útil à Igreja da qual era o chefe supremo e moderador.³¹

Tal posição é muito interessante, uma vez que não só afirma a instituição divina episcopal, mas também apresenta uma concepção determinada acerca do poder papal – este era um poder de distribuição, e não de jurisdição sobre as mitras. O Papa era apresentado como moderador e mantinha sua posição na hierarquia católica, mas era despido de sua autoridade direta sobre os territórios e populações. Fica muito claro neste trecho sobre o voto do bracarense como a disputa a respeito da instituição divina episcopal era uma querela política, um conflito de autoridade entre Papado e episcopado pelo poder sobre os territórios e populações das dioceses.

Os votos dos líderes do grupo favorável ao *ius divinum* foram seguidos por muitas reclamações sobre a ausência da expressão na proposta. Decidiu-se em 25 de outubro que se juntariam à comissão os Arcebispo de Rossano, Lanciano, os Bispos de Modena e Chioggia e Paleotti. Apesar do árduo trabalho, nos dias seguintes não foi possível chegar a uma fórmula que agradasse a todos; todas as tentativas foram frustradas.³² De dezenas de fórmulas cogitadas para o tão debatido cânone 7º do decreto sobre o sacramento da Ordem, onde a declaração da ordenação divina dos bispos entraria, foram escolhidas duas, que não mencionavam a instituição divina dos bispos. Estas foram apresentadas aos ibéricos, em tentativa de negociação sem resultados. Já que este grupo mostrava-se irredutível, no dia 31 de outubro o Arcebispo de Rossano foi enviado para negociar com a congregação de bispos italianos com uma fórmula que afirmava o *ius divinum*. Apesar de não ter sido recusada por uma parte destes, a proposta era veementemente negada por muitos, e a situação permanecia sem solução.³³

O texto reformulado pela comissão começou a ser votado novamente em 3 de novembro com uma fórmula de compromisso que não mencionava o *ius divinum* e reforçava a autoridade papal, mas afirmava os bispos como sucessores dos apóstolos.³⁴ O Arcebispo de Granada novamente afirmava o poder episcopal como hierarquicamente inferior ao Papado, aclamando os preladados como sucessores dos apóstolos, vigários de Cristo instituídos por direito divino sob o

³¹ “fra gli altri l’Arcivescovo Bracarense disse poi al suo lougo, che sebene gli eretici concedevano che il Vescovato è da Dio non dimeno noi dobbiamo contentarsi di questo poiche noi vediamo che non intendono dei nostri Vescovi, ma quei loro falsi, soprintendenti et pastori. [...] entrando poi nella materia disse che non vedeva in questo articolo niun dubio, perche i vescovi succedevano in luogo degli Apostoli, et oltra la potesta dell’ordine data loro da Dio, si vedevano chiarissimi testimoni nelle scritture che mostravano ancho’ la potesta della giurisdictione essere da Dio benché era necessario confessare, et tenere che non si potesse havere se non per mano del somo pontefice et che dalla Sua Santità si potesse ampliare, restringere et sospendere come a lei paresse piu utile alla Chiesa della quale era supremo capo, et moderatore.” Cf. Carta do Arcebispo de Zara ao Cardeal Cornaro. Trento, 15 de outubro de 1562. ASV, Conc. Trid., 70, ff. 314-316 (ff. 315-315v).

³² As propostas podem ser encontradas em: CT, IX, ff. 108-110. É interessante notar que a maior parte delas menciona daramente a instituição divina episcopal, em especial as do Arcebispo de Rossano. Muitas são de autores desconhecidos.

³³ Carta do Bispo de Modena. Trento, 2 de novembro de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, f. 413.

³⁴ CT, IX, p. 105-107.



sumo vigário, o Romano Pontífice.³⁵ Foscarari, Bispo de Modena, rememorava ainda o voto de Guerrero, na tentativa de enfatizar o que seria uma demonstração de boa vontade e lealdade de seu grupo a Roma:

Granada havia dito em seu discurso que se fazia injúria a eles por aqueles que pensavam que esta requisição nascesse da pouca fidelidade que tinham à Santa Sé, porque em matéria de fidelidade não cediam a ninguém, se contentavam muito bem que se alguém pensasse que isto fosse em prejuízo da obediência que tinham a S. Beatitude, que pusessem no cânone que por direito divino os bispos eram sujeitos ao Papa e obrigados.³⁶

Mais uma vez, vê-se a proposição de manutenção da posição hierárquica do Papado, sem, contudo, tratar de seu poder efetivo na diocese. Já o Arcebispo de Braga, além de permanecer insistindo na instituição divina da autoridade episcopal, pedia ainda que se explicitasse que o múnus episcopal incluía também as obrigações de governar, cuidar e pregar.³⁷ Novamente, o relato de Muzio Calini, Arcebispo de Zara, oferece detalhes sobre o voto de Frei Bartolomeu dos Mártires que as atas oficiais não mencionam:³⁸

O Arcebispo Bracarense que voltou a fazer a mesma requisição disse com uma simplicidade admirável: eu não desejo com este Decreto outra coisa a não ser a afirmação de que a residência é de direito divino. Isto é o que mais desejo. E tendo encarado todos os prelados disse: eu os tomo como por bom sinal que qualquer um conhecendo esta verdade não somente não adere a ela mas se alegre e consola contra minha opinião, porque teria duvidado que a muitos fosse perdida lamentavelmente mais que digna de riso. Depois seguindo o voto sobre o Decreto disse que se maravilhava de ver a variedade de opiniões porque meses antes quando alguns pediam que se declarasse a residência de direito divino aqueles que eram contrários respondiam que não se ouvisse esta discussão mas se elaborassem penas contra os não residentes, e agora que o Decreto continha estas penas o repugnavam mas com prazer se referiam ao Decreto feito neste mesmo Concílio sob Paulo III sem dúvida porque queriam penas que não fossem verdadeiramente penas e remédios que não fossem remédios.³⁹

³⁵ CT, IX, p. 111.

³⁶ “Granata havea detto nel suo discorso che loro era fatta ingiuria da quelli che pensavano che questa domanda nascesse da poca fedeltà che haveano a Santa Sede, perchè di fedeltà non cedeano a niuno, si contentarono molto bene che s’alcuno pensasse che questo fosse in pregiudizio dell’obediencia che haveano a S. Beatitudine che ponessero nel canone che iure divino i vescovi erano soggetti al Papa, et obbligati.” Cf.: Carta do Bispo de Modena. Trento, 11 de novembro de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, ff. 399-400v (f. 399v).

³⁷ CT, IX, p. 122.

³⁸ Carta do Arcebispo de Zara ao Cardeal Cornaro. Trento, 14 de novembro de 1562. ASV, Conc. Trid., 70, ff. 376-378v.

³⁹ “L’Arivescovo Bracarense che volse fare la medesima domanda disse con una simplicità mirabile io non vorrei in questo Decreto altro se non *verba illud abbreviatum idest definitum residentiam esse iuris divini. Hoc est quod maxime cuperem.* Onde essendo mosso il viso a tutti i prelati disse: io li piglio per buon segno che ognuno conoscendo questa verità non solamente non l’adirisce ma se ne rallegra et consola contra la mia opinione, perche avrei dubitato che a molti fosse persa lacrimevole piuttosto che degna di riso. Poi seguitando il voto sopra il Decreto disse che si meravigliava di vedere stata varietà di pareri perçò che a mesi passati quando alcuni domandavano che si dichiarasse la residenza essere de iuri divino quelli che erano contrari rispondevano che non sentiasse in questa disputa ma si mettessero pene contra i non residenti, et hora che il Decreto conteneva di queste pene il ributavano ma volentieri si riferivano al Decreto fatto in questo medesimo Conclio sotto Paulo [III] altro se non perche volevano pene che non fossero veramente pene e rimedi che non fossero remedi.” Cf.: *Ibid.*, ff. 376v-377.



O voto de Bartolomeu dos Mártires é interessante para se perceber como a afirmação da instituição divina dos bispos não estava relacionada somente a uma questão de autoridade. O *ius divinum* implicava obrigações relativas ao cuidado da grei, à salvação das ovelhas, e este era o objetivo imediato daqueles que apoiavam a discussão. Certamente tal declaração elevava o estatuto do episcopado; no entanto, o objetivo de aprovar medidas que dessem fim aos abusos do clero vinha intrinsecamente relacionado ao problema do poder episcopal. Se a reforma era gestada na ampliação dos poderes dos antístites, a afirmação da autoridade episcopal tinha ocasião no projeto de reforma ibérico. O *ius divinum*, entretanto, era veementemente recusado pelo partido curialista. E não só este “remédio” era negado, como também a aplicação de penas rígidas contra os negligentes. A manutenção do Decreto feito sob Paulo III, que mantinha as exceções para o acúmulo de benefícios, era requisitada pelo partido curialista.

Para a infelicidade dos legados, em 13 de novembro chegava a Trento a delegação de prelados franceses, liderada pelo Cardeal de Lorena e Arcebispo de Reims, Charles de Guise. Foi feita uma pausa para recepção dos novos membros do Concílio e as atividades foram retomadas três dias depois. Os debates tornavam-se cada vez mais longos e os temores dos legados a respeito dos franceses e sua tradição conciliarista logo começaram a se justificar. No entanto, mais aterrador que o fantasma do conciliarismo era a afinidade entre os objetivos de espanhóis e franceses. A influência do Cardeal de Lorena logo se fez sentir junto aos legados. Em 22 de novembro, propôs a Seripando o voto por reinos, sugestão, é claro, imediatamente negada. Em 4 de dezembro Guise proferiu seu voto sobre nova proposta para o sacramento da Ordem, aproximando-se da concepção dos ibéricos sobre o ofício episcopal, mas sem mencionar o *ius divinum*.⁴⁰

Considerando o impasse sobre o sacramento da Ordem, os legados optaram por iniciar a discussão paralela sobre a reforma. A tentativa de chegar a um consenso sobre o *ius divinum* ainda prosseguia, mas o foco passava então ao debate sobre a reforma da Igreja, em uma tentativa de solucionar a questão da residência com um decreto de caráter disciplinar, e não doutrinal. Os debates sobre este decreto de reforma acabariam por ter enorme importância para a conclusão da querela sobre a ordenação dos bispos.

O *ius divinum* e os Decretos de Reforma

Os legados propuseram à congregação o decreto de reforma, nomeadamente sobre a residência episcopal, em 6 de novembro. A partir de então tiveram início as mais importantes discussões sobre a reforma no Concílio. Os Decretos de Reforma das Sessões XXIII, XXIV e XXV retomavam os pontos mais importantes elencados pelos padres durante o Concílio, além de

⁴⁰ CT IX, p. 207.



colocarem novas questões problemáticas, e constituíram o arcabouço legal sobre o qual os bispos reformadores pós-tridentinos fundamentaram suas ações de combate aos abusos do clero local. A proposta inicial de reforma da Sessão XXIII tinha como objetivo reforçar a obrigação da residência e da cura de almas, e estabelecia o prazo de seis meses para que aqueles que não residiam passassem a cumprir a obrigação. O texto apresentava, todavia, uma série de exceções, como os casos em que o prelado fosse convocado pelo Papa, Imperador, Rei ou Príncipe, participasse em sínodos, provinciais ou gerais, e ainda casos de doença grave do prelado, invasão da diocese ou surto de peste. Em contrapartida, o decreto inseria compensações aos que residissem, e ressaltava como benefícios a plena jurisdição sobre a diocese, com total poder de visita e correção dos comportamentos.⁴¹

O decreto começava a ser debatido em 10 de dezembro, com algumas modificações sugeridas pelo Cardeal de Lorena⁴² a respeito das penas aplicáveis aos não-residentes – um decreto com muitas brechas, como ressaltaram muitos dos padres espanhóis. A grande diferença entre a nova fórmula e a original era a supressão do prazo de seis meses para que os não-residentes estabelecessem-se em suas dioceses.⁴³ Mesmo com a mudança da pauta do sacramento da Ordem para a residência episcopal, os votos dos bispos espanhóis prosseguiram afirmando a instituição divina dos bispos, uma vez que *o ius divinum* era considerado a solução ideal para o problema da negligência. Como afirmou Guerrero, “nenhum remédio é mais apto e mais cômodo que se declare que são obrigados [os prelados] por direito divino [...]”⁴⁴ Já os curialistas criticavam as penas impostas como árduas demais e seguiam sugerindo que se retornasse ao decreto da sessão VI que havia tratado sobre o assunto.

Um novo texto sobre a residência que declarava a manutenção das penas do antigo Decreto, apresentado em 10 de janeiro, apontava para a concepção do bispo pastor de almas, obrigado a cuidar de suas ovelhas, em oposição aos prelados mercenários que não vigiam seu rebanho e têm seu sangue nas mãos. No entanto, tratava a residência como uma obrigação de direito divino e humano e não reforçava as penas para os que a infringissem.⁴⁵ A proposta ainda foi contestada antes da votação⁴⁶ e quando esta finalmente foi dada por encerrada, em 18 de janeiro, o resultado foi desfavorável para os 52 defensores do *ius divinum* contra os 85 votos a favor da manutenção do antigo decreto da VIª Sessão.⁴⁷ Todavia, a derrota na votação não desanimou os padres ibéricos, que prosseguiram insistindo na importância da afirmação da

⁴¹ CT, IX, p. 135-137.

⁴² Carta do Bispo de Modena. Trento, 10 de dezembro de 1562. ASV, Conc. Trid., 42, f. 421.

⁴³ CT, IX, p. 242-243.

⁴⁴ CT, IX, p. 246-247.

⁴⁵ CT, IX, p. 366-367.

⁴⁶ Carta dos Legados a Borromeo. Trento, 16 de janeiro de 1563. ASV, Conc. Trid., 61, ff. 36-36v.

⁴⁷ CT, IX, p. 361-365.



residência como uma obrigação de consciência e os legados acabaram considerando uma reformulação que constituísse um meio-termo, confiada então a Guise e ao Cardeal Madruzzo, com a ajuda de outros deputados, dentre eles Frei Bartolomeu dos Mártires, Pedro Guerrero, os Arcebispos de Rossano, Lanciano, e o Bispo de Modena, Egidio Foscarari.⁴⁸ A comissão fez diversas tentativas, com fórmulas que agradavam a um grupo ou a outro, ou ainda apresentavam uma solução de compromisso, mas nenhuma era capaz de estabelecer a concórdia. Enquanto isso, as instruções vindas de Roma, escritas em 24 e 27 de janeiro, insistiam na afirmação da supremacia papal e na ausência do *ius divinum*.

Os legados estavam perdidos em meio às disputas políticas e teológicas e o Concílio tornara-se palco dos confrontos entre Episcopado e Papado. Nas instruções enviadas de Roma, Borromeo sugere que os legados deveriam advertir os prelados ibéricos, especialmente Pedro Guerrero e Bartolomeu dos Mártires.⁴⁹ Sem opções, os legados propunham constantemente que fossem prorrogadas as datas das próximas sessões, o que deixava os padres conciliares ainda mais impacientes, em especial os das delegações ibéricas.

Toda a discussão foi interrompida devido à morte dos dois principais legados, o presidente do Concílio, Ercole Gonzaga, falecido em 3 de março, seguida pela morte de Seripando, em 17 do mesmo mês. O novo presidente nomeado pelo Papa era o Cardeal Morone, que chegou a Trento em 10 de abril, mas os trabalhos não foram retomados de imediato devido à ida do legado a Innsbruck para negociar com o Imperador algumas de suas demandas particulares.

Morone optou por investir no debate sobre a reforma para dar andamento ao Concílio. Ainda antes do falecimento de Gonzaga e Seripando, havia sido nomeada uma comissão em 13 de fevereiro para elencar abusos comuns sobre o sacramento da Ordem, uma tentativa de dar um novo impulso às discussões. A comissão interrompeu os trabalhos devido à morte dos dois legados e o primeiro documento produzido foi apresentado em 10 de abril e tinha a marca do grande número de franceses que faziam parte da comissão. Antes de ser apresentada aos legados, em 29 de abril, a fórmula já havia sido contestada por Pio IV, que mais uma vez se opunha a limitar a autoridade papal. Mesmo com a censura de Roma, os deputados da comissão não modificaram a proposta e esta começou a ser votada em 13 de maio. O projeto tocava em questões importantes sobre os requisitos para o recebimento da Ordem e as obrigações do clero, mas as novidades mais significativas – e polêmicas – diziam respeito ao capítulo sobre a

⁴⁸ Carta dos Legados a Borromeo. Trento, 19 de janeiro de 1563. ASV, Conc. Trid., 61, ff. 40-40v; Carta do Arcebispo de Zara ao Cardeal Cornaro. Trento, 21 de janeiro de 1563. ASV, Conc. Trid., 69, ff. 21-23.

⁴⁹ Carta de Borromeo aos Legados. Roma, 27 de janeiro de 1563. ASV, Conc. Trid., 53, ff. 450-452v.



nomeação dos bispos e à obrigação das igrejas metropolitanas e catedrais fundarem seminários para a preparação e educação dos que futuramente receberiam o sacramento.⁵⁰

Pedro Guerrero, que declarou sua opinião em 15 de maio, concentrou-se no problema da obrigação da residência, criticando a ausência dos Cardeais em suas dioceses e pedindo mais uma vez a declaração da instituição divina dos bispos.⁵¹ Frei Bartolomeu dos Mártires foi aparentemente mais profundo e objetivo em sua crítica. Seu voto abriu-se com uma fala sobre o quanto a Igreja encontrava-se deformada e necessitada de uma profunda reforma. Os pontos ressaltados pelo bracarense diziam respeito à disciplina e preparação do clero. O dominicano seguiu demandando maior rigor nos exames para o recebimento do sacramento. Além disso, apontava como condições para a execução da primeira tonsura a genuína vontade do ordenando, a idade mínima de 14 anos, o conhecimento do latim e pedia, ainda, o estabelecimento de uma idade mínima para o recebimento do cardinalato. Sua fala marcava mais uma vez o clamor pela definição e expansão do poder do bispo dentro da sua diocese e colocava a afirmação da autoridade do antístite junto a uma preocupação com a qualidade do atendimento espiritual que os fiéis recebiam.⁵²

Tantas críticas ao projeto, em especial sobre o capítulo referente à nomeação dos bispos, levaram à formação de uma nova comissão para reformular o decreto. Desta vez, tanto o Arcebispo de Granada quanto Frei Bartolomeu dos Mártires faziam parte dela.⁵³ A correspondência que partia de Trento oferece notícias sobre os principais questionamentos dos padres sobre a reforma. O principal pedido dos representantes do partido pró-reforma na comissão – Sens, Verdun, Braga, Granada, Lérida e Modena - era que se fizessem considerações específicas sobre a necessária reforma dos Cardeais.⁵⁴ O assunto já havia sido comentado em carta de 7 de junho, na qual os legados afirmavam que não se passava uma congregação da comissão na qual não se debatesse a necessidade de reforma dos Cardeais.⁵⁵ O colégio Cardinalício era considerado um dos centros dos abusos, visto que a maior parte de seus membros portava o título de mitrado, desrespeitando a obrigação da residência.

Enquanto o foco das discussões recaía sobre a reforma, o debate sobre o cânone 7º do texto sobre sacramento da Ordem prosseguia em paralelo, apesar de tratado com menor intensidade devido às dificuldades e ao debate sobre a reforma, e continuava a ser ponto de grande discórdia. O Bispo de Modena, como italiano defensor do *ius divinum*, foi indicado por

⁵⁰ CT, IX, p. 477-485.

⁵¹ CT, IX, p. 494.

⁵² CT, IX, p. 502.

⁵³ JEDIN. *Storia del Concilio di Trento*, p. 58 e 72; Carta de D. Fernão Martins Mascarenhas a el-Rei. Trento, 23 de julho de 1563. CDP, X, p. 106-109.

⁵⁴ Carta dos Legados a Borromeo. Trento, 14 de junho de 1563. ASV, Conc. Trid., 61, ff. 319-320.

⁵⁵ Carta dos Legados a Borromeo. Trento, 7 de junho de 1563. ASV, Conc. Trid., 61, ff. 286-286v.



Morone no início de junho como mediador entre os grupos. No entanto, as dificuldades para se chegar a uma solução que agradasse a franceses, espanhóis e curialistas continuavam. As propostas elaboradas com franceses e espanhóis eram recusadas pelos partidários da Cúria, bem como as soluções de compromisso. Em 9 de junho, uma nova fórmula mantinha a ideia de que os prelados eram instituídos por Cristo e declarava que o poder de reger as dioceses era instituído pelo Papa, vigário de Cristo na terra, reitor da Igreja universal. Apesar de representar uma boa solução que atendia a ibéricos e italianos, a proposta foi descartada pelos franceses. Estes apresentaram dia 11 de junho outra fórmula, mas Foscarari não obteve sucesso em negociá-la com os partidários da Cúria no dia seguinte.

Para alívio generalizado, em julho chegou-se repentinamente a uma conclusão. Morone compôs com o Cardeal de Lorena em 4 de julho uma forma para o Decreto do sacramento da Ordem que não discutia a relação entre papado e episcopado; o texto tratava apenas da doutrina do sacramento, e assegurava a existência da hierarquia eclesiástica. A fórmula foi apresentada a um grupo grande de prelados em congregação particular e a maioria concordou com a proposta. Mesmo Arcebispo de Granada e o Bispo de Segóvia, que antes haviam se oposto, acabaram aceitando-a. O *ius divinum* seguia sendo o principal motivo das reclamações dos ibéricos, mas naquele momento passava do 7º para outros cânones, nomeadamente o 6º, que tratava da instituição da hierarquia da Igreja, e o 8º, sobre a autoridade papal. Pediam que ao invés de *hierarchiam divina ordinatione institutam* o texto dissesse *episcopos institutos a Christo*, ou *hierarchiam institutam a Christo*, e negavam o 8º cânone, que declarava que a jurisdição episcopal era atribuída aos bispos pelo Papa.⁵⁶ A exaustão levou ao acordo. Segundo o Arcebispo de Zara, havia em torno de cinquenta padres na reunião, e muitos teriam aceitado a fórmula, que não agradava completamente a nenhum dos grupos, por estarem cansados.⁵⁷

Em 9 de julho foram apresentados em congregação geral os decretos reformados da Ordem e de Reforma. A principal mudança deste último dizia respeito ao primeiro capítulo, sobre a nomeação. Muito menor que o anterior, tinha o objetivo de enfatizar a desejada idoneidade dos candidatos ao recebimento da Ordem. Esta proposta era já mais próxima daquilo que seria publicado como Decreto de Reforma oficial. A principal mudança sobre os seminários dizia respeito ao financiamento da instituição. Era explícito no texto que todas as instituições da diocese, incluindo a Mesa Arquiepiscopal e o Cabido, deveriam contribuir com rendas para o seminário.⁵⁸ A proposta reformulada era mais objetiva e procurava vetar explicitamente abusos

⁵⁶ CT IX, p. 602.

⁵⁷ Carta do Arcebispo de Zara ao Cardeal Cornaro. Trento, 8 de julho de 1563. ASV, Conc. Trid., 69, ff.154-155.

⁵⁸ CT IX, p. 592-601.



comuns relativos à concessão de ordens e benefícios estabelecendo pontualmente regras relativas à idade e ao grau de instrução dos que os recebessem.

Alguns dos italianos ameaçavam não aprovar o texto sobre a reforma em oposição às reclamações dos espanhóis sobre o texto do sacramento da Ordem e botavam em risco o sucesso da reunião, do qual dependia a sobrevivência do Concílio. D. Frei Bartolomeu dos Mártires teve papel fundamental para a aprovação das propostas. Interpelou os legados e encorajou os demais a darem seu consentimento para os textos apresentados, afirmando que as propostas deviam ser aceitas.⁵⁹ Em seu voto, dado dia 10 de julho, sobre o Decreto de Reforma, questionou pontos menos problemáticos, como as idades mínimas para o recebimento das ordens menores.⁶⁰ Novamente, uma carta escrita pelo Arcebispo de Zara oferece um relato daquilo que foi suprimido das atas:

Quando se começou a dar os votos sobre esta matéria os Patriarcas de Jerusalém e Veneza com os Arcebispos de Otranto, Verallo e Rossano não responderam da primeira vez se não sobre Doutrina e os Cânones, dizendo que responderiam depois ao fim sobre a residência o que se acreditou que fosse feito com o conhecimento de muitos outros padres, os quais se por sorte tivessem visto que no sexto cânone se impunham dificuldades e opiniões que fossem decididos de não aceitarem o Decreto da Residência. Mas como teve de dar seu voto o Arcebispo de Braga, disse com aquele seu fervor costumeiro e sinceridade que se maravilhava que os senhores legados aceitassem que os sobreditos prelados não dissessem uma vez sobre todas as propostas feitas as suas sentenças, como faziam os outros; e que aqueles senhores ilustríssimos deviam se esforçar para isto, e se houvesse ainda necessidade que assim ordenassem sob pena de excomunhão. Disto houve tanta confusão que vendo os senhores legados ser quase requisição unanime de todo o Concílio, ordenaram que os Padres respondessem também sobre a residência, e que cada um observasse a mesma ordem de responder de forma conjunta a uma a outra proposta. Assim então sendo feito, no fim houve pouquíssimos contraditores à residência e muitos ao sexto cânone da Ordem, os quais todos disseram que deveria ser mais claro e mostrar mais expressamente que a instituição da hierarquia fosse feita por Deus porque aquele modo de dizer *Divina ordinatione instituta* poderia ser entendido muito largamente e se verificava ainda na instituição de Reis e Principados políticos, e muitos daqueles outros Prelados que aceitaram o Decreto disseram que reconheciam o quanto faltava para declarar a verdade mas por desejo de que a sessão não fosse prolongada se contentavam. O Arcebispo de Granada, embora o tivesse aprovado em congregação particular, no entanto disse que naquele momento não havia decidido bem, e que não se contentava com aquilo de modo algum.⁶¹

⁵⁹ CT, IX, p. 602.

⁶⁰ CT, IX, p. 605.

⁶¹ “Quando si cominciò a dar i voti sopra queste materie i Patriarchi di Hierusalem et Vinetia con gli Arvescovi d’Otranto, Verallo et di Rossano non risposero la prima volta se non sopra la Dottrina et i Canonì, dicendo che harebbono poi alla fine risposto della residenza il che fù creduto che fosse fatto con la intelligenza di molti altri Padri, li quali se per sorte havessero visto, che nel sesto canone si facesse difficoltà, et opinione che fossero risolti di non accettare il Decreto della residenza. Ma come hebbe a dar il voto l’Arvescovo Bracarense, disse con quel suo solito fervore, et sincerità che si meravigliava che i signori legati comportassero che i sopradetti Prelati non dicessero unitamente sopra tutte le proposte fatte, la loro sentenza, come facevano gli altri; et che le loro signori illustrissime dovevano sforzarsi a questo, et se fosse ancho bisognato comandarlo sotto pena di scomunicatione. Diche fece tanto rumore, che vedendo i signori legati quanto essere quasi commune domanda di tutto il Concilio, ordinarono a que



Segóvia e Granada foram alguns dos que se opuseram ao texto sobre o sacramento da Ordem, mas suas vozes eram então minoritárias.⁶² É curioso que Frei Bartolomeu dos Mártires tenha votado diferentemente de Pedro Guerrero, talvez uma tentativa de ver andar o trabalho conciliar e fazer com que o decreto de reforma, que instituía importantes mudanças, fosse aprovado. É intrigante também que a maior parte dos padres tenha optado por seguir o bracarense, deixando a resistência de Guerrero de lado. A exaustão e o temor do colapso do Concílio certamente pesaram para a decisão da assembleia.

Apesar do relativo sucesso, as oposições não haviam acabado. Alguns dos padres ibéricos não queriam aprovar o 6º cânone do sacramento da Ordem sobre o qual haviam discutido. Sob mediação de Conde de Luna, embaixador espanhol, reuniram-se com os legados dia 13 e finalmente concordaram em aprovar o texto. Posteriormente, em 14 de julho, quando foram lidos os decretos aprovados, pouquíssimos foram os que protestaram contra o Decreto do sacramento da Ordem.⁶³ Por fim, ambos foram aprovados. O Decreto sobre o sacramento da Ordem afirmava nos cânones 7º e 8º que os prelados são elevados pelo Papa e correspondem ao grau máximo na hierarquia, acima dos presbíteros. No mais, contrapunha-se às doutrinas luterana e calvinista.

Considerações Finais

Por fim, os decretos aprovados, apesar de não estabelecerem como cânone a instituição divina dos bispos ou afirmarem que estes são eleitos por autoridade do Papa, apontavam, ainda que de forma rudimentar, para um novo arquétipo episcopal voltado para a responsabilidade da cura de almas, ressaltando como funções pastorais o cuidado, a proximidade e conhecimento dos fiéis, e a disposição do verdadeiro pastor para se sacrificar pela salvação das ovelhas. O texto que aparece nos cânones como Decreto de Reforma, correspondia ao Decreto sobre o abuso do sacramento da Ordem, trazendo o debate sobre a residência realizado antes como Capítulo 1º. O

Padri che risposdessero anche della residenza, et che ognuno servasse il medesimo ordine di rispondere insieme all'una et all'altra proposta. Così adunque essendo fatto, si trovò alla fine, che pochissimi contraditori furono alla residenza et parecchi al sesto canone dell'ordine, li quali tutti dissero che bisognava fosse più chiaro et mostrasse più espressamente che la istituzione della Hierarchia fusse da Dio perche quel modo di dire *Divina ordinatione instituta* si poteva intendere troppo largamente, et si verificava ancho nella istituzione de Regni et Principati politici, et molti di quelli altri Prelati, che accettarono il Decreto dissero, che conoscevano, quanto gli mancasse per dichiarare la verità ma per desiderio che la sessione non fusse prolungata, se ne contentarono. L'arcivescovo di Granata, benché l'avesse approvato in congregatione particolare, nondimeno disse che all'ora non haveva bene inteso, et che non se ne contentava per alcun modo." Carta do Arcebispo de Zara ao Cardeal Cornaro. Trento, 12 de julho de 1563. ASV, Conc. Trid., 69, ff. 156-157v.

⁶² CT, IX, p. 604.

⁶³ JEDIN. *Storia del Concilio di Trento*. p. 99-102; CT IX, p. 602; Carta dos Legados a Borromeo. Trento, 15 de julho de 1563. ASV, Conc. Trid., 61, ff.407-408; Carta dos Legados a Borromeo. Trento, 15 de julho de 1563. ASV, Conc. Trid., 61, ff. 409-410; Carta do Arcebispo de Zara ao Cardeal Cornaro. Trento, 15 de julho de 1563. ASV, Conc. Trid., 69, 158-161.



texto afirmava a obrigação de residência mesmo para os Cardeais, mas não inseria novas penas ou diminuía os casos excepcionais elencados no decreto da época de Paulo III⁶⁴

Os decretos finais do Concílio, em especial os da Sessão XXIII, estavam muito aquém do teor das discussões acerca da reforma da Igreja, do papel do bispo para a reestruturação da Igreja e a erradicação do pecado e heresias. Os textos apresentam o múnus episcopal, a obrigação de residência e o cuidado necessário com a cura de almas de forma rudimentar e distante daquela que demandavam os prelados ibéricos, marcados mais nos decretos de reforma que naqueles de caráter doutrinário. A principal demanda do partido que defendia a reforma profunda não foi atendida; a discussão sobre o *ius divinum* foi censurada por Roma e encerrada pelos defensores de seus privilégios. É necessário acrescentar que as Coroas ibéricas não tinham qualquer relação com a querela sobre a instituição divina dos bispos. Felipe II insistia, inclusive, no fim da discussão, advertindo que os prelados espanhóis deveriam encerrar suas demandas a este respeito.⁶⁵ O conflito político expresso pelo *ius divinum* era entre Papado e Episcopado.

Com relação à obrigatoriedade da residência, Trento avançou muito pouco. No que diz respeito à elaboração de decretos de caráter espiritual que afirmassem a autoridade episcopal frente à papal, o episcopado foi vencido por Roma. Após diversos graus de censura ao debate sobre o *ius divinum* e com a proteção da ala curialista em Trento, o poder do Papado não sofreu abalos. A autoridade episcopal viria confirmada e acrescida em outros decretos de caráter disciplinar posteriores ao fim da discussão, como aqueles sobre as visitas pastorais e o poder de correção de pecados e heresias; normas que regulavam a relação entre o prelado e o clero local e os diocesanos. Na disputa com Roma, no entanto, não tiveram sucesso.

O modelo do bispo pastor de almas que se consolidava após o Concílio difundiu-se não através dos decretos tridentinos, mas sim através da ação de bispos que participaram do Concílio e foram tidos como exemplos a serem seguidos, como D. Frei Bartolomeu dos Mártires e Pedro Guerrero. O novo modelo para ação episcopal deve ser analisado não somente pelos textos oficiais, que pouco podem responder sobre as discussões sobre a reforma da Igreja, mas especialmente pela correspondência que partia de Trento; apenas estas fontes permitem a compreensão de uma das características mais marcantes destes prelados: seu caráter combativo.

⁶⁴ O Sacrosanto, e Ecumenico, Concílio de Trento em Latim, E Portuguez. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1781, t. 2, p. 159-215.

⁶⁵ PASTORE, Stefania. Roma, il Concilio di Trento, la nuova Inquisizione: alcune considerazioni sui rapporti tra vescovi e inquisitori nella Spagna del Cinquecento. In: *L'Inquisizione e gli storici: un cantiere aperto. Tavola rotonda nell'ambito della conferenza annuale della ricerca: Roma, 24-25 giugno 1999*. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, p. 109-148, 2000, p. 122.



Os governos Jango e Allende em perspectiva comparada

The Jango and Allende governments in comparative perspective

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

aiuavasconcelos@gmail.com

Recebido em: 26/07/2016

Aprovado em: 28/08/2016

RESUMO: O presente artigo objetiva realizar uma análise comparativa entre os governos Jango e Allende a partir de alguns pontos gerais dos dois governos. O artigo foi escrito baseado em bibliografia sobre o tema e trata de aspectos mais amplos, como reformas pretendidas e efetuadas pelos dois governos, disputas políticas, participação estadunidense na derrubada dos regimes, apoios e confrontos da sociedade civil à Allende e Jango e a ação dos militares nas duas conjunturas. Por se tratar de um trabalho comparativo, foram utilizadas reflexões de historiadores que teorizaram sobre história comparada, como Marc Bloch, Raymond Grew, Maria Ligia Prado e William Sewell. Semelhanças e diferenças entre os dois governos foram apontadas, ajudando a explicar a reação da sociedade civil, o nível de polarização alcançada e os tipos de golpes efetuados no Brasil e no Chile.

PALAVRAS CHAVE: João Goulart, Salvador Allende, América Latina.

ABSTRACT: This article consists of a comparative analysis between the Jango and Allende governments from some general points of both governments. The article was written based on literature on the subject and deals with broader aspects, as intended and made reforms by the two governments, political disputes, US involvement in the overthrow of regimes, support and confrontation of civil society to Allende and Jango and military action in both situations. Because it is a comparative work, reflections of historians who theorized about comparative history, as Marc Bloch, Raymond Grew, Maria Ligia Prado and William Sewell, were used. Similarities and differences between the two governments were pointed and they help to explain the reaction of civil society, the level of polarization reached and the types of coups made in Brazil and Chile.

KEYWORDS: João Goulart, Salvador Allende, Latin America.

Introdução

Os governos de João Goulart e Salvador Allende foram derrubados por violentos golpes militares, que contaram com o apoio de relevante parte da sociedade civil. Situados em um contexto internacional de Guerra Fria, os dois governos se viram envolvidos em intensas disputas ideológicas travadas por diferentes grupos: liberais, nacionalistas, comunistas, conservadores, socialistas, cristãos, entre outros. De maneira simplificada poderia se dividir a sociedade chilena e brasileira em dois grandes grupos: a direita, que não apoiava os governos de Jango e Allende, e a esquerda, que considerava importante as extensas mudanças que os dois governos queriam



desempenhar em seus países. No entanto, dentro desses dois grupos existiam diversas divisões e matizes políticos, revelando grande heterogeneidade de projetos para o Brasil e o Chile. Isso se evidencia na fragmentação das esquerdas nos dois países, que se mostraram desunidas nos momentos de maior ameaça das direitas. Estas, por sua vez, conseguiram superar, mesmo que momentaneamente, suas diferenças para derrubar o inimigo em comum, que de maneira geral era traduzido como “comunista”.

Goulart e Allende buscaram efetuar reformas profundas na sociedade, tiveram apoio de variados grupos de esquerda e enfrentaram a oposição dos setores conservadores, principalmente dos militares, da grande mídia, da cúpula da Igreja Católica, de empresários e de um setor considerável da classe alta e média, além de serem alvos dos interesses estadunidenses, que se preocupavam com o surgimento de uma nova Cuba. A comparação entre os dois governos, além de evidenciar suas semelhanças, revela também diferenças fundamentais, que auxiliam na compreensão dos acontecimentos que levaram ao golpe.

A ideia de se efetuar um trabalho comparativo advém do clássico pensamento de Bloch, que defendia o avanço dos estudos além das fronteiras nacionais, comparando diferentes regiões, o que ajudaria a pensar em questões e hipóteses que não teriam sido pensadas antes. Para Bloch, alguns parâmetros deveriam ser levados em consideração ao efetuar o método comparativo, como o fato de estudar sociedades vizinhas e contemporâneas, que se influenciavam e que estavam sujeitas à ação das mesmas grandes causas e que teriam, ao menos parcialmente, uma origem comum.¹

Assim como formulado por Bloch, Maria Lígia Coelho Prado defende que ao se fazer história comparada deve se evitar a fundamentação da pesquisa e de interpretações a partir de modelos elaborados *a priori*, que podem tender ao etnocentrismo e levar a resultados questionáveis, o que seria o oposto do que defendem os historiadores comparativistas. Prado defende que a história comparada deve ajudar a evitar generalizações que anulam as especificidades das histórias de países vizinhos geograficamente, colocando-os em um único bloco.²

Raymond Grew mostra como o pensamento comparativista ajuda o historiador em quatro estágios de seu trabalho: formular questões, identificar problemas históricos, projetar uma

¹ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: *Mélanges historiques*. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963, p. 19 *apud* HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. Marcella Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998, p. 205.

² PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*. São Paulo: Departamento de História-FFLCH-USP, n. 153, p. 11-33, jul. – dez. 2005, p. 23.



pesquisa apropriada e alcançar e testar conclusões significativas.³ No entanto, ele não o coloca propriamente como um método, apesar de ressaltar a importância de procedimentos metodológicos ao trabalhar comparativamente.⁴ Seguindo por essa linha, William H. Sewell demonstrou que a contribuição mais importante do “método comparativo” se sustenta na “lógica de teste de hipóteses”, que estaria presente nos três importantes usos do “método comparativo” apontados por Bloch: testar hipóteses explicativas, descobrir singularidades de diferentes sociedades e formular problemas para pesquisa histórica.⁵

Ao comparar os dois governos que foram derrubados por violentos golpes militares, me mantive atento às questões e aos argumentos trazidos pelos historiadores que trabalham com o método comparativo. Dessa maneira, não me esqueci que as unidades de comparação escolhidas deveriam ter uma lógica, como explica Sewell ao discorrer sobre o comparativismo de Bloch.⁶ A escolha das unidades de comparação depende dos problemas explicativos a serem tratados. No caso, analisei aspectos gerais dos movimentos sociais, das políticas, das forças de oposição e da economia de ambos os governos. Definidas essas unidades, algumas hipóteses e conclusões foram expostas.

Os governos Jango e Allende: tentativas de impedimento, reformas e os primeiros embates políticos

No Brasil, o governo de Goulart se iniciou em meio a uma crise política - com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, e a tentativa de impedimento da posse de Goulart articulada pelos ministros militares -, e a uma crise econômica - causada pelos “anos de ouro” do governo Juscelino Kubitschek, o JK, que fez a dívida externa e a inflação crescerem alarmantemente.⁷ Goulart, considerado herdeiro político de Getúlio Vargas e de sua política nacional-estatista, conseguiu assumir após uma campanha de resistência ao rompimento da legalidade constitucional lançada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e reforçada com um manifesto à nação do marechal constitucionalista Henrique Teixeira Lott, o mesmo que garantira a posse de JK. Brizola, a partir da Rádio Guaíba de Porto Alegre, iniciou uma campanha radiofônica em defesa da democracia e pela posse de Goulart, formando

³ GREW, Raymond. The Case for Comparing Histories. *American Historical Review*, Vol. 85, n. 4, p. 763-778, Oct. 1980, p. 769.

⁴ _____ . The Case for Comparing Histories, p. 777.

⁵ Cf. SEWELL, William H. Marc Bloch and the Logic of Comparative History. *History and Theory*, Vol. 6, n. 2, p. 208-218, 1967.

⁶ Sewell discorre de maneira clara sobre as unidades de comparação em seu artigo já citado aqui. Cf. SEWELL, William H. Bloch and the Logic of Comparative History, p. 211-214.

⁷ Cf. NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 31-33; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 47-48 e 92; AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 27-30.



juntamente com outras 150 emissoras a Rede da Legalidade. Ao mesmo tempo, conseguiu o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul. A campanha de Brizola foi acompanhada por ampla mobilização da sociedade civil. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), sindicatos e movimentos populares se mobilizaram em defesa da posse do vice-presidente legítimo. No dia 29 de agosto, o Congresso Nacional votou contra o impedimento de Jango e, buscando uma solução para a crise política, aprovou, no dia 1º de setembro, um regime parlamentarista estranhamente distorcido. Jango assumiu, sem muita euforia, no dia 7 de setembro, dia da Independência.⁸

O parlamentarismo não durou muito. Tanto a esquerda quanto a direita não acreditavam e não queriam o novo sistema, e os políticos dos principais partidos, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Jango e Brizola, o Partido Social Democrático (PSD), de JK e Tancredo Neves, e a União Democrática Nacional (UDN), de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, teceram fortes críticas ao parlamentarismo já no início de 1962.⁹ As críticas ao parlamentarismo por parte da oposição e até de políticos aliados se deram mais pela ambição de concorrerem à presidência em 1965 e, assim, exercerem o poder de fato, do que com uma preocupação com a governabilidade do governo de Goulart. Aliado a isso, a crise política e econômica permanecia insolúvel e em pouco mais de um ano o Brasil teve três primeiros ministros.¹⁰

Em meio à experiência parlamentarista, Goulart reafirmava o projeto das “reformas de base”. As Reformas de Base eram programas e projetos que pretendiam implantar reformas estruturais em setores essenciais para o desenvolvimento do país, como o agrário, o educacional, o bancário, o político, o urbano, o fiscal, entre outros. Porém, com os poderes limitados pelo parlamentarismo, as “reformas de base” dificilmente saíam do papel. Portanto, aumentou-se ainda mais a pressão pelo fim do parlamentarismo, que acabou por ser rechaçado por ampla maioria da população no plebiscito antecipado de 6 de janeiro de 1963.

⁸ NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 33-35; Para Aarão Reis, o engajamento dos movimentos populares na defesa da posse do Jango fortaleceram os próprios movimentos em relação ao governo. A pressão que passaram a exercer sobre o governo Jango duraria até o momento do golpe. Cf. AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*, 30-32.

⁹ Ludlia Delgado explica de maneira clara e sucinta os principais partidos e frentes parlamentares do período. A autora discorre sobre a composição, atuação e projetos do PTB, PSD e UDN no período de 1945 a 1964. Cf. DELGADO, Ludlia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Ludlia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁰ Cf. MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, p. 54-56; AARÃO REIS. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 35.



Com a volta do presidencialismo, as pressões para que as “reformas de base” saíssem do papel aumentaram, encabeçadas principalmente pelos movimentos sociais, sindicatos e grupos de esquerda, que se reuniram em torno da Frente de Mobilização Popular (FMP). A FMP foi idealizada por Brizola no início de 1963, e era integrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), setores das Ligas Camponesas, a parte mais à esquerda do PCB, parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB), a UNE e grupos de sargentos e marinheiros. Sua voz no Congresso Nacional era a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), apesar de grande parte da FMP não acreditar nas possibilidades de mudanças vinda de um parlamento que se mostrava cada vez mais conservador.¹¹

Os grupos de esquerda foram se radicalizando cada vez mais à medida que os projetos de Jango eram derrotados. A maior derrota política foi pela aprovação da Reforma Agrária, uma das reformas nevrálgicas das “reformas de base”. Significativa parte dos congressistas, principalmente os integrantes da Ação Democrática Parlamentar (ADP), formada por deputados da UDN, do Partido Republicano (PR) e alguns integrantes do PSD, impediram a aprovação da Reforma Agrária nos moldes que Goulart e os grupos de esquerda desejavam.¹² Sucessivos projetos foram apresentados no Congresso até outubro de 1963, sendo todos derrotados. Jango não conseguia aprovar a Reforma Agrária pela via legal, o que alimentava ainda mais a sensação, para o temor das elites, de que ela seria feita “na marra”, como dito pelo deputado do PSB Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas.¹³

Somando-se a derrota política, Goulart também sofreu uma derrota no plano econômico. O Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, pretendia ajustar as contas do governo, controlar a inflação e retomar o crescimento. Para isso as “reformas de bases” deveriam ser efetivadas, pois ajudariam no ajuste financeiro governamental e na retomada do crescimento. No entanto, o plano desagradou tanto a direita, vocalizada pelos empresários que não aceitaram o controle dos preços e parte dos ajustes estruturais, quanto a esquerda, que se expressaram, principalmente, por meio de várias confederações sindicais, posicionando-se contra o corte de salários e outras políticas de austeridade durante a crise inflacionária.¹⁴

¹¹ Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 38; DELGADO. Partidos políticos e frentes parlamentares, p. 148.

¹² DELGADO. Partidos políticos e frentes parlamentares, p. 150-151.

¹³ Segundo Napolitano, a famosa expressão “na lei ou na marra” virou palavra de ordem quando, no discurso de encerramento do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores do Campo, ocorrido em Belo Horizonte, em novembro de 1961, o deputado Francisco Julião disse: “A reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue.” Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 37.

¹⁴ NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 40



O Plano Trienal fracassou antes do fim do primeiro semestre de 1963 e a situação se agravou para Jango, que ainda tentava manter diálogos com a direita, cada vez mais articulada e propensa ao golpismo, e com a esquerda, que exigia decisões mais firmes e menos conciliatórias do presidente para levar adiante as reformas estruturais que o país necessitava. As greves sindicais se multiplicavam e a mídia tradicional criticava o governo cada vez mais agressivamente.¹⁵ O Jango “equilibrista”, conciliador e avesso a radicalismos, não se sustentava mais em um contexto em que o diálogo era superado pela conspiração.¹⁶

Praticamente seis anos e meio após o golpe no Brasil, durante a violenta presidência do General Emílio Garrástazu Médici, o governo da *Unidad Popular* (UP) chegou ao poder através da via democrática, com um plano de governo que propunha amplas reformas que visavam uma revolução geral, com o intuito de mudar as estruturas da sociedade burguesa capitalista e de instaurar um novo tipo de socialismo. A novidade era fazer isso sem confrontos violentos, pelos meios institucionais. Independente do caminho revolucionário divulgado por Allende, a UP assustava os setores mais conservadores da sociedade chilena e internacional, principalmente os Estados Unidos, que não queriam outra Cuba na América Latina. Cuba continuava a ser um influente exemplo e teria com o governo Allende uma relação de proximidade muito maior do que teve com o Brasil de Jango. O governo e a queda da UP seriam marcados por uma forte oposição e articulação golpista por parte das elites chilenas, apoiadas, de maneira ainda mais intensa e eficaz em relação ao Brasil, pelos EUA.

Até o golpe de 1973, os chilenos acreditavam na excepcionalidade da democracia inquebrantável do Chile no contexto latino americano. Era senso comum que o Chile desde a década de 30 não havia sofrido tentativas sérias de golpe. “*En el devenir de la política chilena, las fuerzas armadas se mantuvieron al margen del proceso político. Después del período 1924 – 1931 no habían intervenido directamente en la determinación de la suerte de los gobiernos*”.¹⁷ Para grande parte dos chilenos,

¹⁵ Tomando o Rio de Janeiro como exemplo, as greves na cidade passaram de 35, em 1960, para 77 em 1963. Cf. MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, p. 103.

¹⁶ Motta mostra em sua análise agradável e didática sobre o governo Jango e as caricaturas, principalmente da oposição, como o presidente era visto pela grande mídia. Entre vários perfis traçados pelos jornais, um dos mais representados mostra Jango como um político indeciso e que tenta conciliar grupos opostos, atuando como um verdadeiro equilibrista em corda bamba. Nesse aspecto, não somente os jornais de oposição, como também os aliados representaram Jango a partir dessa faceta. Cf. MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, cap. 4. Essa indecisão e dificuldade em escolher um lado também são mencionadas na análise de Napolitano. Para o historiador, quando Goulart resolveu finalmente se aproximar da pressão popular, ao perder suas batalhas institucionais, já era tarde demais. Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 42. Aarão Reis é mais duro em sua crítica ao mostrar um presidente ausente nos momentos mais delicados e que, mesmo com forte apoio popular, se rende facilmente ao preferir “sair da história” “aos soluços” e “apavorado” pela fronteira do Uruguai. AARÃO REIS. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 41-45.

¹⁷ Cf. VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013, p. 54. Como será mostrado adiante, o próprio Valenzuela mostra que essa ausência de atuação direta das



as instituições e os processos da democracia no Chile eram extremamente estáveis. A estabilidade política e o alcance da representatividade social do Estado democrático chileno, segundo Eder Sader, expressavam “a capacidade das classes dominantes chilenas de incorporarem as mais amplas forças sociais na reprodução da ordem social que assegurava o seu domínio. Para lográ-lo evidentemente tiveram que efetuar várias concessões.”¹⁸

O mito de um país com uma estabilidade institucional não era muito crível, apesar de sustentado por vários chilenos.¹⁹ Antes mesmo de assumir, Allende já sofreu com tentativas de inviabilizar sua posse. Os EUA, que já haviam dado cerca de um milhão de dólares para tentar impedir sua eleição²⁰, ao ver seus planos fracassarem decidiram apoiar o grupo de extrema direita *Patria y Libertad*²¹ e grupos golpistas das Forças Armadas no sequestro do Comandante em Chefe do Exército, General René Schneider. Schneider era um convicto constitucionalista e a ideia era culpar grupos extremistas de esquerda na ação de seu sequestro. Porém, o Comandante em Chefe acabou assassinado ao reagir à tentativa de sequestro e o tiro saiu pela culatra para os conspiradores. Houve uma comoção a favor de Allende e grande parte do comando militar permaneceu legalista. Carlos Prats, outro ferrenho constitucionalista, foi nomeado o novo Comandante em Chefe do Exército.²²

No dia 24 de outubro, o Congresso ratificou a eleição de Allende, que assumiu no dia 4 de novembro de 1970. Assim como no Brasil quando da posse de Jango, a posse do representante da UP somente foi possível com uma negociação. A *Democracia Cristiana* (DC), partido considerado de centro e que possuía maioria no Congresso, exigiu que Allende, presidente eleito com apenas 36,2% dos votos, assinasse o *Estatuto de Garantías Constitucionales*. A

Forças Armadas Chilenas não significava que os militares se anulassem como possíveis atores políticos em determinadas situações.

¹⁸ SADER, Eder. *Um rumor de botas*. Ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982, p. 75.

¹⁹A violenta repressão desencadeada pelos militares chilenos levou vários autores, desde o início da ditadura, a questionar alguns pilares da cultura política chilena. Questionando o que seriam características da “chilenidade”, cientistas políticas e historiadores buscaram derrubar alguns mitos do processo histórico chileno, principalmente o de que as forças armadas eram neutras e constitucionalistas e de que o Chile era um país politicamente estável. Um dos primeiros a questionar a neutralidade das forças armadas no processo político, já na década de 70, foi o já citado cientista político Valenzuela. Cf. VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 54 -55. O cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira também questiona a excepcionalidade chilena de estabilidade. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 35-36. O historiador Gabriel Salazar vai além em sua análise. Desconstrói não apenas o mito de estabilidade institucional, mas também o mito de que o Chile teve poucos golpes, e que estes trouxeram estabilidade política para o país, sendo chamados de “golpes militares perfectos”. Cf. SALAZAR, Gabriel. *Villa Grimaldi (Cuartel Terranova)*. Santiago: LOM, 2013, p. 31-34.

²⁰ BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 145.

²¹ *Patria y Libertad* foi um movimento nacionalista armado, composto, em sua maioria, por empresários, que se formou oficialmente em 10 de setembro de 1970 e contava com o apoio da CIA. Realizavam ações armadas e atentados à bomba com o objetivo de desestabilizar o governo de Allende. Cf. AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 1993, p. 111; BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 293-294.

²² Cf. BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 163-180.



tensão em torno do primeiro presidente marxista eleito democraticamente fez com que pela primeira vez o candidato mais votado tivesse que dar garantias de respeito à Constituição, o que já evidenciava a dificuldade que Allende teria ao governar o Chile.²³

As dificuldades enfrentadas pelo governo de Allende, no entanto, não se justificavam apenas pela direita e os grupos golpistas. Assim como no governo de Jango, a esquerda chilena era bastante dividida, porém ainda mais estruturada e articulada que no Brasil.

A esquerda chegou ao poder em 1970, com profundas divisões sobre como instaurar o socialismo e fazer a revolução, apesar do fim último ser o mesmo. Existiam duas linhas claras: a gradualista e a rupturista.²⁴ Não eram todos os partidos da UP e seus apoiadores que defendiam a via pacífica ao socialismo. Os *rupturistas* defendiam abertamente a luta armada, com apoio internacional e a destruição imediata do estado burguês. Faziam parte desse grupo parte do próprio partido de Allende, o PS, o *Movimiento de Acción Popular Unitária* (MAPU) e a *Izquierda Cristiana* (IC). Além do MIR, grupo que promovia ações armadas e que apoiava a UP, mas não fazia parte da coalizão. Por outro lado, os *gradualistas* acreditavam que era necessária inicialmente uma revolução nacional, utilizando o estado com o apoio da pequena e média burguesia. Reafirmavam a tese de que o Chile era um país singular no contexto latino americano e que suas vicissitudes permitiam seguir por esse caminho. Formavam esse grupo o restante do PS, o que incluía seu principal líder, o presidente Salvador Allende, juntamente com o PCCh, o Partido Radical (PR) e parte do MAPU.

Em que pese os vários problemas enfrentados pela UP, provocados pela esquerda e pela direita, um leque de transformações foi efetuado durante o governo de Allende. Essas transformações envolveram dos militares aos setores mais à esquerda da Igreja Católica, mobilizando intensamente parte da população e intensificando o medo e a insatisfação dos grupos mais elitizados e conservadores, que buscaram a todo custo sabotar o programa da UP.

A *Unidad Popular* buscou implementar reformas profundas no seio da sociedade chilena. No que tange a economia, o programa da UP previa três áreas: *area de propiedad social* (APS), que seria formada por um pequeno grupo de empresas estratégicas nacionalizadas, como as mineradoras de cobre, ferro, salitre, os bancos, as empresas de distribuição de serviços essenciais ao país, como eletricidade, petróleo, papel, etc.; *area de propiedad privada*, que seria a maioria das

²³ Sobre os diferentes partidos e grupos políticos que atuavam no momento da eleição de Allende, as regras da política chilena e as negociações travadas entre a DC e a UP Cf. VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 78-91. Outra interessante análise é a de AGGIO. *Democracia e socialismo*, p. 110-114.

²⁴ PINTO, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO, Julio (org.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p.15.



empresas em inúmeros setores da indústria, da agricultura, do comércio, entre outros, e que receberiam proteção contra as grandes empresas e incentivos do governo para garantirem sua produção; e, por fim, a *area de propiedad mixta*, que seria constituída por empresas que possuíssem investimentos em capital privado e estatal, com uma gestão conjunta, envolvendo governo, sociedade e empresários.²⁵

O congresso chileno estava dividido em três principais forças, a UP que possuía maioria simples com o maior número de deputados, a DC que era a segunda maior força e o *Partido Nacional* (PN), representante dos grupos mais conservadores. Em uma divisão tão clara, o governo da UP, principalmente através da figura de Allende, conhecido como hábil articulador, tentou várias negociações com o centro, a DC, para estabelecer as três áreas da economia, porém as tentativas de acordo nunca foram para frente por intransigências e condições impostas pelos dois lados. O único trunfo do governo de Salvador Allende com o apoio total do Congresso foi a nacionalização do Cobre em 11 de julho de 1971.²⁶

Na área social, a UP tentou resolver a crise do déficit de moradias, principalmente na região metropolitana de Santiago. O governo trabalhou com o movimento de *pobladores*, que demandava por terrenos e moradias para a população nas áreas periféricas e terrenos não ocupados de Santiago. Assim como em outros movimentos sociais, também houve um crescimento da autonomia dos movimentos de *pobladores*, que passaram a decidir questões internas e a tomar medidas, com ou sem o apoio do governo. A influência do MIR sobre algumas destas *poblaciones* era clara e o movimento ajudou a organizar as novas formas de poder popular, que fortaleceram a UP, mas que ao mesmo tempo serviram como mote para as acusações, por parte da direita, de que a UP era apoiada por grupos que contestavam o poder das instituições legais.²⁷

A distribuição de alimentos pelo governo foi adotada com seriedade pela população, que passou a ajudar na fiscalização e distribuição, juntamente com parte das Forças Armadas.²⁸ Nestas

²⁵ Os projetos de mudanças do programa da *Unidad Popular* na área econômica estão disponíveis online. Captado em: <http://www.abacq.net/imaginaria/frame5b.htm#05>. Acesso em: 31 out. 2015.

²⁶ A nacionalização do cobre foi amplamente debatida no Congresso chileno. Apesar de ter sido aprovada por 100% dos congressistas, a direita inicialmente se opôs ao projeto. A nacionalização foi mais um fator que irritou os EUA, pois as empresas expropriadas eram, em grande parte, estadunidenses. A lei de nacionalização previa o pagamento de indenizações às empresas depois de descontado o excesso de lucros indevidos. Uma ampla investigação demonstrou que as empresas estrangeiras tinham lucrado muito mais que o permitido sobre o cobre chileno e acabaram por dever o Estado. Cf. BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 260-262.

²⁷ Sobre a construção de moradias e as ações na periferia de Santiago, Cf. GARCÉS, Mario. Construyendo “las poblaciones”: El movimiento de pobladores durante la Unidad Popular. In: PINTO. *Cuando hicimos historia*.

²⁸ Sobre a participação popular, principalmente dos grupos de cristãos ligados a Igreja, nos programas da UP, Cf. ILLANES, María Angélica. “El cuerpo nuestro de cada día”: El pueblo como experiencia emancipatoria en tiempos de la Unidad Popular. In: PINTO. *Cuando hicimos historia*.



também existiam, principalmente entre os setores de base, que eram formados por uma população de renda mais baixa, uma forte identificação com as transformações efetuadas pela UP. O governo tentava manter uma boa relação com as Forças Armadas, não só investindo na infraestrutura das três armas militares, como as inserindo na administração de importantes projetos da UP, como ocorreu com o General Alberto Bachelet, responsável oficial pelas *Juntas de Abastecimiento y Precios* (JAP).²⁹

O ano de 1971 trouxe, inicialmente, bons resultados econômicos e políticos para o governo da UP, porém terminou de maneira não muito animadora. No plano econômico, além da nacionalização do Cobre, houve um crescimento do PIB, diminuição da inflação, maior redistribuição de renda e redução do desemprego. No plano político, a UP teve um aumento em sua votação de quase 10% em relação às eleições municipais anteriores e de praticamente 14% em relação às eleições presidenciais. Apesar do significativo ganho, o cenário político já indicava uma polarização no eleitorado chileno, tendo em vista que os partidos do centro foram os que mais perderam eleitores, o que fez a UP se fortalecer frente a DC.³⁰

A situação se tornaria delicada já em meados de 1971. O ex-ministro do interior do governo de Eduardo Frei, Edmundo Pérez Zujovic, foi assassinado em 8 de junho de 1971, por um grupo de extrema esquerda. As relações entre a DC e a UP, que se mantinham relativamente estáveis, esfriaram com trocas de acusações de ambos os lados. A DC acusava a UP de perder o controle de seus aliados, enquanto a UP dizia que o atentado era um plano da extrema direita e da CIA para desestabilizar o governo. Em meio à crise, a economia começou a dar sinais de enfraquecimento, com a redução do preço do Cobre no mercado internacional e a drástica redução da ajuda econômica dos EUA ao Chile. No início dezembro, um grande protesto de mulheres da elite e da classe média saiu às ruas na chamada *Marcha de las cacerolas vacías* (Marcha das panelas vazias) gritando palavras de ordem contra o governo da UP e protestando contra a crise de desabastecimento de produtos básicos no mercado.³¹ Em meio aos embates políticos travados no Congresso e nas ruas, chegou ao Chile, no dia 10 de novembro, Fidel Castro.³² A visita oficial que seria de 10 dias se prolongou por 24 dias. Fidel e seus discursos atingiram todo o

²⁹ Cf. VALDIVIA, Verónica. Todos juntos seremos la historia. Unidad Popular y fuerzas armadas. In: PINTO. *Cuando hicimos historia*.

³⁰ Cf. VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 96-99; AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 117-121.

³¹ Especificamente sobre a atuação das mulheres de direita na derrubada de Allende ver POWER, Margaret. *Right-Wing Women in Chile. Feminine Power and the Struggle against Allende, 1964-1973*. University Park, PA., Pennsylvania State University Press, 2002.

³² Cf. AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 121-129; BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 277-325



Chile, aterrorizando ainda mais os grupos de direita e prejudicando o governo Allende em um momento delicado.³³

A crise do governo da UP se agravou e as tentativas de negociação com a DC fracassaram. Ao mesmo tempo, a esquerda mais radical incitava ações mais firmes e duras do governo no sentido de acelerar as reformas e fazer a revolução avançar. Isso ocorria não somente nas cidades, como também no campo, à medida que a UP ampliava a reforma agrária iniciada no governo da DC.³⁴ Ela avançava por meio das expropriações da *Corporación de Reforma Agraria* (CORA), porém o MIR e parte do PS acusavam o processo de ser lento e incentivavam as invasões de terra no campo, o que agravava ainda mais a situação já delicada do governo, que sofria pressão da direita contra as expropriações.³⁵

Enquanto a UP lutava para manter a integridade de sua coalizão, os grupos golpistas de direita se articulavam para derrubar definitivamente o projeto da via pacífica ao socialismo. No Congresso Nacional, a principal oposição à Allende foi o PN, que desde um primeiro momento se aliou aos grupos de extrema direita, aos militares golpistas e à CIA para, inicialmente, impedir a posse de Allende e, posteriormente, desestabilizar e derrubar o seu governo. O PN, nascido em 1966, reunia um grupo heterogêneo de liberais, conservadores e nacionalistas autoritários, liderados por Pedro Ibáñez, Francisco Bulnes, Jorge Prat e Sergio Onofre Jarpa. Este último assumiria a presidência do PN em 1968, e levaria o partido a uma crítica e a um posicionamento intransigente, primeiro com Frei, e depois com Allende.³⁶

Os movimentos de extrema direita, como o já citado *Patria y Libertad*, sabotaram o governo Allende desde o seu primeiro momento até a queda em setembro de 1973. Porém eles não foram os únicos a serem financiados e/ou apoiados pela CIA e o governo republicano de Nixon. Importantes empresas e grupos patronais, nacionais e estadunidenses, como a *International Telephone & Telegraph Corporation* (ITT) e a *Sociedad de Fomento Fabril* (SOFOFA), tiveram um papel efetivo na derrubada de Allende, seguindo os planos da CIA de “fazer a economia gritar”.³⁷ A

³³ AGGIO, Alberto. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. In: *História* (online). São Paulo, Vol. 22, nº 2, p 151-166, 2003.

³⁴ O programa da UP estabelecia 20 pontos para a reforma agrária. Captado em: <http://www.abacq.net/imaginaria/20puntos.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

³⁵ Cf. BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 264-265 e 316-318; AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 129.

³⁶ O excelente trabalho de Verónica Valdivia analisa o destino do PN durante a ditadura pinochetista. VALDIVIA, Verónica. “Crónica de una muerte anunciada”: la disolución del Partido Nacional, 1973-1980. In: VALDIVIA, Verónica (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución: izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet* (1973-1981). Santiago: LOM, 2006.

³⁷ Com a desclassificação dos documentos ultrassecretos da CIA da década de 1970, pela administração Clinton, os detalhes do apoio dos EUA ao golpe no Chile foram revelados. Em setembro de 1970, uma reunião entre o presidente Richard Nixon, o secretário de Estado Henry Kissinger, o procurador-geral John Mitchell e o diretor da CIA, Richard Helms, definiu os planos a serem deflagrados contra o Chile caso Allende conseguisse assumir. Um



SOFOFA foi o principal grêmio patronal chileno na articulação do Golpe e também seria uma das lideranças chilenas na principal crise da UP: o *paro patronal* de outubro de 1972.

O *paro patronal* foi uma greve articulada pelos principais grêmios e associações de empresários, com ativo apoio financeiro e logístico dos EUA, com o objetivo de paralisar e falir o Chile economicamente. Juntamente com outras pequenas confederações, que reuniam médicos, engenheiros, estudantes, bancários, a greve reuniu cerca de 100% do transporte, 97% do comércio, 80% dos profissionais e 85% das cooperativas camponesas. No plano institucional o PN e a DC apoiaram a greve. Nas ruas, grupos de direita e esquerda entraram em choque. A ideia era levar o Chile ao caos, como planejado pela administração Nixon, que financiava a direita chilena.

O Chile não parou, no entanto, pois os partidos e grupos de esquerda se organizaram, com significativo apoio de parte da população, para fazer a economia e os serviços funcionarem. Nesse momento, as JAP foram essenciais para manter o mínimo de abastecimento para a população. A atuação de grande parte da classe operária, principalmente da base, em resposta ao *paro* serviu para mostrar o apoio *obrero* (operário) ao governo socialista de Allende. A CUT e os setores de base se uniram para controlar as fábricas e não permitir a paralisação total das atividades.³⁸

Se por um lado o apoio dos trabalhadores refletia a confiança nas ideias socialistas do governo da UP, por outro mostrava dúvidas sobre a capacidade do governo de colocá-las em prática a partir dos meios institucionais, o que fez com que nesse período as *tomas* (ocupações) avançassem significativamente, seguindo o lema de *avanzar sin transar*, ou seja, avançar na revolução sem negociar com os setores reacionários e reformistas. Uma vez mais se apresentava o conflito entre os gradualistas e rupturistas.³⁹

Apesar dos esforços da oposição golpista, o país continuou em funcionamento e o *paro patronal* começou a perder força. Mesmo assim, os jornais *El Mercurio*, do empresário Agustín Edwards, uma das principais conexões da CIA, e o *Tribuna*, do senador do PN, Sergio Onofre Jarpa, continuaram com histéricas acusações contra o governo.⁴⁰ O PN tentou aprovar uma acusação a quatro ministros do presidente e a ilegalidade do governo no Parlamento, mas a DC

dos pontos primordiais foi definido em uma frase: *make the economy scream!* Sobre as ações dos EUA e da CIA Cf. SALAZAR. *Villa Grimaldi*, p. 44-58. Bandeira também detalha, de modo preciosista, em diferentes partes do seu livro sobre o governo da UP e a derrubada de Allende, a ação desencadeada pelos EUA e a CIA. Cf. BANDEIRA, *Fórmula para o caos*.

³⁸ GAUDICHAUD, Franck. Construyendo “Poder Popular”: El movimiento sindical, la CUT y las luchas obreras en el período de la Unidad Popular. In: PINTO. *Cuando hicimos historia*, p.95

³⁹ GAUDICHAUD. Construyendo “Poder Popular”, p. 98- 103.

⁴⁰ Cf. VALDIVIA. *Su revolución contra nuestra revolución*, p. 28; VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 135



preferiu negociar com a UP e a solução da crise resultou na formação de um gabinete cívico-militar com personalidades que agradassem a todos, principalmente a DC. Carlos Prats, comandante em chefe do Exército assumiu o Ministério do Interior e a vice-presidência da República, e foi substituído, interinamente, pelo general Augusto Pinochet, militar considerado discreto e legalista.

A greve terminou em 6 de novembro e as forças políticas passaram a apostar suas fichas nas eleições parlamentares de março de 1973. A oposição contava em conseguir a maioria no Congresso para tentar tirar Allende pela última vez pelo meio constitucional. A UP buscava o mesmo, porém com o intuito de aprofundar as reformas sem abrir mão da via pacífica.⁴¹ Apesar de resolvida a crise de outubro, ela foi um divisor para o governo Allende. Levou a sociedade aos níveis máximos de tensão, colocou os militares no centro nervoso da política institucional e serviu como uma preparação para o Golpe de setembro de 1973.⁴²

O início e o desenrolar dos acontecimentos dos governos Jango e Allende mostram uma série de disputas políticas e sociais que resultariam em crises intensas envolvendo variados setores de ambas as sociedades. Como já apontado, algumas semelhanças são evidentes, como o apoio dos EUA às forças golpistas de oposição, as disputas no seio da esquerda, a má administração econômica e a oposição criminosa dos grupos de direita. O interesse reside nas diferenças.

No Brasil, a interferência estadunidense nas tentativas de impedimento da posse de Goulart foi bem mais amena que no caso de Allende. Isso se deve, principalmente, por dois motivos: a administração republicana de Nixon era muito mais agressiva em relação à América Latina do que a administração democrata de Kennedy, que ainda se baseava nos preceitos da Política de Boa Vizinhança; o governo de Salvador Allende era abertamente marxista, e objetivava realizar a revolução socialista de maneira pacífica, o que o diferenciava do governo reformista de João Goulart.

Nos primeiros anos do governo Allende, reformas muito mais profundas foram efetuadas se comparamos aos primeiros anos do governo de Jango, que teve mais dificuldades em governar, travado por conta de um parlamentarismo distorcido e uma situação minoritária no Congresso. As reformas de base de Jango foram sendo, uma a uma, rejeitadas pelo Congresso brasileiro, enquanto as reformas de Allende chegaram a sair do papel e conseguiram amplo apoio de significativa parte da população.

⁴¹ BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 359- 367; AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 137-142

⁴² MOULIAN, Tomás. *Democracia y socialismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1983, p. 57.



O fato do governo de Allende posicionar-se abertamente como socialista, enquanto o governo de Jango apresenta um caráter reformista muito mais tímido, se relaciona à crise final e com as características dos golpes que derrubaram os dois governos. Não só o grau de violência, como também a construção do discurso das duas ditaduras que vão se seguir aos governos derrubados, demonstra como a direita de cada país enxergava com diferenças não tão sutis as ameaças trazidas por Jango e Allende.

A crise final e os golpes contra Jango e Allende

Após o fracasso do Plano Trienal e com as reformas de base sofrendo forte oposição no Congresso, a crise política do governo Goulart se agravou. A grande imprensa criticava a crise econômica e a política externa, denunciava esquemas de corrupção, criticava as relações de Jango com os comunistas e insinuava sobre tendências autoritárias do presidente.⁴³ Em outubro de 1963, o principal líder da oposição, o político e jornalista Carlos Lacerda, deu uma entrevista ao *Los Angeles Time*, jornal estadunidense, que repercutiu amplamente no Brasil. Na entrevista, Lacerda chamava Jango de caudilho golpista, que estava prestes a ser derrubado pelas Forças Armadas, e ainda pedia ajuda aos EUA para ajudar a derrubar o presidente. As declarações de Lacerda somaram-se ao já conturbado contexto político, agravado pela crise da greve organizada pelo CGT em Santos e pela revolta dos sargentos, que ocuparam Brasília - chegando a invadir o Congresso Nacional e outros prédios estratégicos da capital. Os sargentos estavam revoltados com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reiterou a proibição constitucional, de impedir que os oficiais de baixa patente eleitos em 1962 ocupassem cargos legislativos.

Tentando encontrar nova solução para a crise, Jango mandou ao Congresso um projeto que pedia a autorização para o Estado de Sítio. A partir daí aumentaram as suspeitas sob o autoritarismo do presidente, que foi criticado tanto pela direita, como pela esquerda, e Jango acabou por retirar o projeto do Congresso.⁴⁴

Se por um lado diversos movimentos populares e sindicais demonstravam apoio - e exerciam pressão - ao projeto reformista de Goulart, por outro, poderosos grupos de empresários e militares, com o apoio dos EUA, se organizavam para depor o presidente.

A ADP, principal frente de oposição ao governo no Congresso, era financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização fundada em 1959 por empresários brasileiros e estrangeiros contrários ao trabalhismo e com um discurso radicalmente

⁴³ Cf. MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Ver principalmente os capítulos 5, 6, 7, 9, 10 e 11.

⁴⁴ Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 41-45; MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, p. 144-146.



anticomunista. Nas eleições de 1962, o IBAD financiou, de maneira ilegal, a campanha de vários políticos contrários às “reformas de base” e ao governo Goulart.

Ao final de 1961, surgiu o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado por empresários e militares, entre eles Golbery do Couto e Silva. O IPES produziu até o momento do golpe uma série de documentos, discursos e ações antigovernistas, antirreformistas e anticomunistas, procurando desestabilizar o governo Jango e os movimentos populares que o apoiavam. Para isso, o IPES articulou diversos segmentos conservadores, liberais e nacionalistas, que iam de grandes proprietários de terras, ameaçados pela Reforma Agrária, passando por empresários nacionais e estrangeiros, que eram contra o nacionalismo econômico de esquerda, até amplos setores da classe média, que sofriam com um cenário econômico, social e político problemático e desanimador. Ainda visando atingir as áreas onde o governo possuía mais força, o IPES, que coordenava os planos golpistas juntamente com o IBAD, organizava ações com a Frente da Juventude Democrática (FJD), que tentou, sem sucesso, conquistar os estudantes e acabar com a preponderância da UNE, e com o Movimento Sindical Democrático (MSD), que buscou atuar junto aos sindicatos. Completando o quadro de organizações que se destacaram na luta contra o governo Goulart, houve também a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que teve papel de destaque entre os movimentos de classe média que foram às ruas contra o presidente e seu governo. Apesar de reunir diferentes propostas para o país, todos esses grupos tinham como ponto em comum um ferrenho anticomunismo, que se transferia para o governo Jango, apoiado pelo PCB.⁴⁵

O IBAD e o IPES também eram financiados pela CIA, que atuava no Brasil de maneira discreta, e passou a apoiar os grupos golpistas. O governo dos EUA já havia tido problemas com Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, por conta de interesses de empresas estadunidenses ameaçados pelo governador petebista. Com a posse de Jango, apoiado por nacionalistas de

⁴⁵ Um dos estudos mais completos sobre o envolvimento dos grandes empresários, brasileiros e estrangeiros, grupos de militares e outros setores da sociedade civil no Golpe de 1964 é o de Rene Dreifuss. O autor dissecou a atuação do IPES e o alcance dos grupos financiados por ele e pela CIA em vários setores sensíveis e relevantes da sociedade. Cf. DREIFUSS, Rene. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. O IBAD foi fechado ao final de 1963 por decreto de Goulart. Sobre a suspeita atuação do IBAD ver também MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, 149-150. Sobre o IBAD e suas relações com outros grupos, principalmente a ADP, Cf. DELGADO. *Partidos políticos e frentes parlamentares*, p. 148-151. Sobre a atuação da FJD e outros grupos estudantis de direita Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987, p. 62. Sobre a atuação do MSD Cf. GIANOTTI, Vitor. *História da luta dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007, p. 165. Especificamente sobre a luta e os movimentos das mulheres de direita no governo Jango e o destaque da CAMDE Cf. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985; Ainda sobre a CAMDE e também a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), fundada em Belo Horizonte, conferir os trabalhos de CORDEIRO, Janaína M. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. São Paulo: Editora FGV, 2009; e STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerações: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 151-192.



esquerda e pelo PCB, com uma política externa independente e com planos de reformas estruturais que, em parte, contrariavam os interesses de empresas dos EUA que possuíam negócios e filiais aqui no Brasil, o governo dos EUA acendeu o sinal vermelho e passou a dialogar e a financiar a oposição. Em 1964, já na administração de Lyndon Johnson, os EUA passaram para um patamar mais agressivo em relação a Jango e buscaram avaliar quem seria o nome mais indicado para liderar o golpe. Humberto de Alencar Castelo Branco, que possuía boas relações com os militares estadunidenses, foi o escolhido, e os planos para derrubar Jango começaram a ser traçados.⁴⁶

Em meio as evidentes conspirações e trocas de acusações entre as esquerdas e as direitas, Jango se aproximou dos movimentos populares para mostrar o apoio que tinha da população para as “reformas de base” e fazer pressão sobre um legislativo cada vez mais conservador e golpista. No dia 13 de março realizou-se o famoso comício da Central do Brasil, que inauguraria uma série de comícios que defenderiam as reformas pretendidas. Compareceram mais de 200 mil pessoas, vários líderes da esquerda discursaram e Jango chegou a assinar alguns decretos relacionados às reformas de base e às pautas nacionalistas, em uma tentativa de mostrar que o processo reformista estava vivo. Dessa maneira Jango dava uma resposta às cobranças dos grupos de esquerda, principalmente a FMP, para que ele tomasse um posicionamento firme sobre as reformas. No dia 19 do mesmo mês, a direita fez uma grande passeata, reunindo cerca de 500 mil pessoas na igualmente famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade.⁴⁷

Os lados de um eminente confronto estavam dados e o grupo liderado por Castelo Branco apenas esperava uma ação mais radical do governo Jango para que medidas fossem tomadas. Também aguardavam o deslocamento e início da Operação *Brother Sam*, que seria um apoio militar tático a partir de uma força naval enviada pelos EUA. No entanto dois acontecimentos ao final de março precipitaram o início do Golpe que tomou todos de surpresa, governo e golpistas. No dia 25 de março, por volta de dois mil marinheiros se rebelaram contra os abusos sofridos na Marinha e levantaram reivindicações específicas do movimento, mas também se pronunciaram a favor das “reformas de base”, associando a revolta a principal pauta nacional do momento. Os marinheiros conseguiram apoio dos Fuzileiros Navais e da população civil. Jango proibiu a invasão do prédio, o que fez com que o Ministro da Marinha renunciasse.

⁴⁶ NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 61. O livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira explica e coloca bastante ênfase no papel da CIA para a derrubada de Jango. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁴⁷ Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 53-57. Especificamente sobre as marchas da direita Cf. PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2004.



Vários oficiais das Forças Armadas viram a atitude de Goulart como um apoio à quebra de hierarquia militar e à “subversão” nos quartéis. Por fim, o ambíguo discurso de Jango para os sargentos e suboficiais da Polícia Militar, realizado no Automóvel Clube do Brasil no dia 30 de março, foi encarado como mais uma quebra da hierarquia militar e serviu como estopim para o início do Golpe. O general Olímpio Mourão Filho, que não fazia parte do grupo golpista de Castelo Branco em Minas Gerais, deu início, naquela madrugada, ao Golpe, movimentando suas tropas, localizadas em Juiz de Fora, em direção ao Rio de Janeiro. Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva e lideranças golpistas civis, como Carlos Lacerda, foram tomados de surpresa, mas resolveram agir conforme a música do momento, e tomaram ações de modo a derrubar o governo e seus aliados definitivamente.⁴⁸

Goulart buscou negociar, mas não obteve sucesso. O general Amaury Krueel condicionou o seu apoio ao presidente se ele afastasse do seu governo os sindicatos e movimentos sociais considerados radicais, o que não foi aceito. Seu único ponto de apoio era o Rio Grande do Sul e o III exército, porém Jango preferiu não iniciar uma guerra civil e partir para o exílio.

No dia 2 de abril, com o presidente ainda no país, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, apoiado pelos conservadores, declarou vago o cargo de presidência da República e tomou posse. O golpe, assim, era legitimado pelos civis. No mesmo dia, outra Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo centenas de milhares de pessoas no Rio de Janeiro, comemorava a deposição de Jango. Porém, Mazzili ocuparia o cargo por pouco tempo. Castelo Branco era o líder do grupo golpista mais poderoso e organizado e assumiu o cargo de presidente, legitimado por uma votação em um Congresso Nacional já com 40 deputados cassados. Coroava-se assim, com amplo apoio civil, a farsa da salvação da pátria e da democracia brasileira. Os militares chegavam ao poder. E para o desencanto de muitos que apoiaram o golpe, principalmente os políticos conservadores, eles permaneceriam durante um longo tempo.⁴⁹

A repressão seria imediata contra os setores considerados mais ativos no apoio ao governo Goulart. Sindicalistas, trabalhadores rurais, líderes de organizações de esquerda, estudantes e políticos seriam as principais vítimas do novo regime, sendo reprimidos em diferentes graus.

⁴⁸ Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 57-63; AARÃO REIS, *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 42-43. Especificamente sobre a revolta dos marinheiros em 25 de março, Cf. ALMEIDA, Anderson da Silva. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Olímpio Mourão Filho não era considerado confiável pelo grupo golpista de Minas Gerais, que tinha como liderança militar o General Luís Carlos Guedes. Mourão Filho pouco sabia dos planos e conspirações do IPES em Minas Gerais, mas articulava o golpe juntamente com o governador Magalhães Pinto, que também era visto como um problema para o grupo de Castelo Branco. Cf. STARLING, *Os senhores das gerais*, p. 71-75 e 128-140.

⁴⁹ NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p.64-67; AARÃO REIS. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 44-46.



A crise final do governo da UP se deu a partir de fevereiro de 1973, com o projeto da *Escuela Nacional Unificada* (ENU). O governo de Allende tinha como objetivo a criação de uma escola unificada controlada diretamente pelo Estado que chegaria a todos os bairros, povoados e áreas rurais chilenos, o que desafiava diretamente o longo domínio da Igreja Católica na educação básica e média. A principal expectativa do governo era melhorar a qualidade de vida da população trabalhadora e gerar uma maior conscientização de classe como já evidenciava, logo no início, a parte do programa de governo inserido na seção *Cultura y Educación* e intitulado *Un sistema educacional democrático, único y planificado*.⁵⁰ O informe da ENU foi apresentado ao Conselho Nacional de Educação, sendo publicado em fevereiro de 1973, na *Revista de Educación* e nos jornais chilenos. O ministro da Educação participou de vários debates para explicar e defender o projeto, que foi duramente atacado pelos setores mais conservadores do Congresso, pela Igreja Católica e até pelas Forças Armadas. Todos eles acreditavam que o plano do governo era doutrinar as crianças e jovens com a “ideologia marxista”.⁵¹

Enquanto o governo tentava solucionar a crise em relação à ENU, ocorreram as eleições parlamentares de março. Os resultados não animaram nenhum dos dois lados e a situação de impasse se tornou evidente. A UP teve 43,9% dos votos contra 54,2% dos votos da *Confederación Democrática*, que reunia toda a oposição. A derrota da UP nas urnas não foi tão avassaladora como a esperada pela oposição. Dentro da UP, o PS foi o partido que teve a maior votação e o maior crescimento, o que foi interpretado pela esquerda *rupturista* como um sinal de que era hora de radicalizar e fazer avançar as reformas. Para a direita golpista, os resultados mostraram a impossibilidade de derrubar Allende através do Congresso, por não conseguir os 2/3 necessários. Desse modo, a única via era o golpe com o apoio militar.⁵²

Após as eleições, os militares se retiraram do governo e Allende mais uma vez formou um novo gabinete ministerial. Em abril, com a forte oposição a ENU, que era atacada pelos grupos conservadores, Allende retirou a proposta do Congresso. O recuo de Allende foi criticado por setores da esquerda. No Congresso, a disputa em torno das APS continuou, envolvendo setores da área jurídica que também embarcavam no processo de polarização extremada do país. A Corte Suprema começou a criticar publicamente Allende, dizendo que o país sofria uma crise de legalidade. Não bastasse a economia já destruída e a crise política, os trabalhadores de uma das

⁵⁰ Captado em: <http://www.abacq.net/imaginaria/frame5b.htm#07>. Acesso em 31 out. 2014

⁵¹ Uma boa análise sobre a reforma educacional no governo Allende se encontra em QUADRAT, Samantha Viz. *A reforma educacional da Unidade Popular e o golpe no Chile*. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Captado em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300674617_ARQUIVO_AreformaeducacionaldaUnidadePopularegolpenoChile.pdf. Acesso em: 31 out. 2015.

⁵² VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 140-147.



principais minas de cobre do país, a *El Teniente*, entraram em greve na metade de abril, resultando em incalculáveis prejuízos econômicos. Grupos estudantis de direita marcharam em Santiago em apoio aos trabalhadores e entraram em conflito com integrantes do MIR. Em meio a isso tudo, atentados terroristas de grupos de extrema direita ocorriam na capital e a grande mídia incitava a população a não obedecer a um “governo ilegítimo”.⁵³

As possibilidades de negociação com a DC se tornaram quase nulas depois que a linha dura do partido, representada por Patricio Aylwin, alcançou a presidência.⁵⁴ O país convulsionava enquanto as forças golpistas planejavam suas últimas ações. Em 29 de junho, uma unidade blindada de Santiago atacou o Ministério da Defesa e o Palácio La Moneda. O *tancazo*, que foi como a tentativa de golpe ficou conhecida, foi aplacado rapidamente pelo Comandante em Chefe do Exército, o General Carlos Prats. A tentativa de golpe contou com a participação de militantes do *Patria y Libertad*, que se exilaram na embaixada equatoriana após a derrota.⁵⁵

Após o *Tancazo*, o Congresso rejeitou o pedido do governo de decretação de Estado de Sítio. Os atentados e confrontos nas ruas atingiram seu apogeu e temia-se uma guerra civil. As forças armadas passaram a efetuar buscas por armas, seguindo a Lei de Controle de Armas aprovado após a crise de outubro de 1972. E a situação se agravou com mais um assassinato político. O ajudante de ordens do presidente Allende e comandante da marinha, Arturo Araya, foi assassinado em casa, ao final de julho, por integrantes de grupos de extrema direita sob a coordenação do próprio Serviço de Inteligência Naval (SIN). A articulação golpista tinha como um dos principais centros a própria Marinha, mas também era apoiada por generais da Força Aérea e do Exército. Uma vez mais tentaram colocar a culpa do atentado na esquerda, mas os verdadeiros culpados foram descobertos. O país estava à beira de uma guerra civil, como planejado pela CIA e pela oposição golpista, mas ainda faltava um obstáculo importante a ser removido para que o golpe desse certo: o Comandante em Chefe do Exército, General Carlos Prats, que possuía efetivo comando do Exército. E isto não tardou.

Ao final de julho mais um *paro patronal*, iniciado novamente pela *Confederación de los Dueños de Camiones de Chile*, já estava em marcha. Allende em meio ao caos que o país vivia, formou mais um gabinete com militares, dessa vez com todos os comandantes em chefe das Forças Armadas e dos *Carabineros* (a polícia chilena), porém o Comandante em Chefe da Força Aérea renunciou ao cargo de militar e de ministro por discordar da continuidade e da influência de elementos da

⁵³ BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 446-452.

⁵⁴ VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 152; AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 147.

⁵⁵ AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 148.



esquerda *rupturista* no governo. O General Gustavo Leigh, um dos líderes golpistas, passou a ser o novo Comandante em Chefe da Força Aérea.

Visando desmoralizar o General Prats, ocorreu um protesto no dia 21 de agosto, realizado por mulheres, entre elas algumas casadas com generais do Exército, em frente à casa de Prats. A manifestação cresceu, reunindo mais de mil pessoas, que ofendiam e diziam que o General Prats não representava o Exército chileno. A manifestação durou toda a noite e só foi dispersa com a intervenção do comissário da Prefeitura de Santiago a pedido do próprio presidente Allende. Sob forte pressão de outros membros do Exército, e com a renúncia de outros dois importantes generais legalistas, Prats renunciou no dia 23 de agosto. A nomeação de Augusto Pinochet para comandante em chefe das Forças Armadas, um general tido como constitucionalista pela *Unidad Popular*, mas que era visto como uma incógnita entre os círculos militares até um pouco antes do golpe, selou o destino do Chile democrático.⁵⁶

As últimas negociações com a DC já haviam falhado e Allende resolveu apostar suas fichas em um plebiscito em que a população iria votar se queria ou não a continuidade do governo socialista. Em 22 de agosto, um dia antes da renúncia de Prats, o Parlamento havia declarado a ilegalidade do governo, abrindo de vez o caminho para o golpe. Os jornais de direita e grande parte da elite e da classe média chilena clamavam por uma intervenção militar, enquanto a Marinha já torturava alguns marinheiros, acusados de serem membros infiltrados do MIR. Ao mesmo tempo os confrontos do Exército, que buscavam por armas, com os operários dos *Cordones Industriales*, solapavam as principais bases de apoio da UP. Na madrugada de 11 de setembro de 1973, dia em que Allende iria anunciar o plebiscito na *Universidad Técnica del Estado* (UTE), o golpe foi posto em marcha. O Palácio de La Moneda foi bombardeado e Allende cometeu suicídio em seu interior.

Muitos grupos civis acreditavam que a intervenção seria rápida, com o objetivo apenas de sanear os “subversivos” do Chile. Outros grupos, no entanto, criam na necessidade de um longo governo militar, pois só assim seria possível reconstruir o Chile. Para os gremialistas e os Chicago Boys, guardadas suas diferenças, era necessário reformular a própria cultura política chilena, e

⁵⁶ Há muitas análises sobre o comportamento de Pinochet nas Forças Armadas chilenas e sobre sua participação no planejamento do Golpe. Os autores concordam que ele não teve nenhuma relevância nas discussões e reuniões que visavam o Golpe. Porém alguns autores dizem que ele já estava inserido no grupo de golpistas desde o governo do Eduardo Frei, no caso da tentativa golpista comandada pelo General Roberto Viaux em 1969. Outros defendem que ele ‘embarcou’ de última hora nos planos de derrubada do governo da UP. Para uma visão que defende Pinochet já inserido desde antes nas tentativas golpistas e até como agente duplo da CIA, Cf. BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 294 e 507. Para o segundo caso conferir os capítulos 1 e 2 de: MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



somente os militares tinham a força necessária para efetuar as mudanças cabíveis. Obviamente, para esses grupos, os militares precisariam de sua ajuda para tal missão.

Assim como no Brasil, sindicalistas, trabalhadores rurais, líderes de organizações de esquerda, estudantes e políticos seriam as principais vítimas do novo regime. A repressão contra as classes dirigentes derrotadas também seria extremamente dura, envolvendo todos os tipos de prisões ilegais, torturas e assassinatos. Os confrontos decorrentes do assalto ao La Moneda resultaram em 36 pessoas mortas. Ao final de 1973, com apenas quatro meses do novo governo, já seriam quase dois mil mortos contabilizados.⁵⁷

Conclusão

Tanto Allende quanto Jango assumiram seus governos com grandes dificuldades e forte oposição. Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, Allende com o apoio de cerca de 1/3 da população. Os confrontos nos dois países foram crescendo a medida que a oposição se articulava mais agressivamente, não só nos respectivos Congressos, como por meio da grande mídia e de grupos de direita que saíam às ruas em passeatas contra os dois governos. Allende e Goulart buscavam se aproximar de seus aliados, mas sem abrir mão de um discurso conciliador. Isso era visto como fraqueza pela esquerda mais radical, que desejava que as reformas fossem implantadas ou avançassem imediatamente, e como oportunismo e manipulação pela direita golpista, que não queriam que os processos reformistas fossem levados a cabo.

Em um panorama geral, muitos pontos se assemelham na crise dos dois regimes, porém mais uma vez são as diferenças que nos ajudam a compreender melhor a dinâmica de cada sociedade e, conseqüentemente, como se desenvolveu as ditaduras que vieram a seguir. Primeiramente, como já posto, é preciso analisar o caráter e a força dos dois governos e da esquerda.

A esquerda chilena possuía um alto nível de organização e força. O MIR, grupo que defendia a luta armada desde o momento anterior ao golpe – e era apoiado por setores do Partido Socialista -, possuía uma presença muito mais significativa no Chile do que os pequenos e desorganizados grupos da esquerda armada no Brasil pré-golpe. Acrescente-se que o nível de polarização alcançado no Chile e o medo da direita em relação aos “temidos comunistas” eram muito mais reais do que no Brasil. O governo da UP era de fato um governo marxista com uma

⁵⁷ Segundo Muñoz foram 1823 mortos, Cf. MUÑOZ. *A sombra do ditador*, p. 35. Os números apresentados pelo Informe Rettig e a *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación* (CNRR) revelam cerca de 1600 mortos nesse período. Vale mais uma vez destacar que apesar de ser um número bem superior ao de todo período brasileiro, no Brasil, como bem apontado pela CNV, muitos dos assassinados eram pessoas de grupos marginalizados, como operários, camponeses e índios, e não entraram nas estatísticas oficiais.



proposta de revolução. Algo bem distante do governo de Jango, apesar deste contar com o apoio de setores radicalizados da esquerda. A título de exemplo, enquanto no Brasil o PCB era um partido que atuava na ilegalidade, no Chile, o PCCh era um dos partidos de esquerda mais fortes e com maior número de eleitores, atuando totalmente na legalidade.⁵⁸ A extrema polarização política, o nível de organização e influência da esquerda, que tentou implantar um Estado socialista, e a presença de um relevante grupo que defendia a luta armada – sendo esta última a principal preocupação dos militares de ambos os países – possibilitam compreender porque o golpe e a repressão desencadeada pela direita no Chile foram tão intensos.

A crise de desabastecimento, provocada artificialmente pelos empresários de direita com apoio financeiro dos EUA e as desapropriações efetuadas pela UP também revelam como o processo de reforma no Chile foi mais intenso do que no Brasil. A direita golpista se utilizou de todos os artifícios possíveis para barrar a reestruturação realizada por Allende. Isso não significa que nenhum avanço foi efetuado no governo de Goulart. Este se esforçou em favor da causa camponesa, apesar da derrota sofrida em relação à Reforma Agrária. Foi aprovado por Jango, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, que concedia direitos trabalhistas efetivos – e básicos – aos trabalhadores rurais, entre eles o salário mínimo, férias e direitos sindicais. Já no mesmo ano diversos sindicatos rurais foram criados.⁵⁹

A relação de forças no Congresso dos dois países também mostra questões distintas. No Brasil, Jango enfrentou um Congresso ainda mais conservador que o chileno, pois até mesmo o partido que era considerado de centro, o PSD, se inclinava para pautas mais conservadoras e era apoiado por uma elite e classe média mais reacionária. No Chile, a DC, o partido de centro, apoiava muitas das reformas de Allende, que havia, inclusive, dado continuidade a algumas ações de governo de Frei. Muitas lideranças da DC discordavam apenas da maneira como as reformas eram realizadas. No entanto, o alto grau de polarização da sociedade chilena acabou erosionando o centro político, dividindo a DC e enfraquecendo sua ala mais à esquerda. Diferentemente de Jango, Allende possuía uma base razoável de negociação no Congresso, ao menos nos dois primeiros anos. A UP não possuía maioria, mas encontrava representantes da DC dispostos a negociar, o que não acontecia com Jango e o PSD. No Chile, o quadro vai se tornar irreconciliável após o *paro patronal*.

⁵⁸ Carine Dalmás compara os partidos comunistas do Brasil e do Chile, nas décadas de 40 e 50, a partir de uma perspectiva política-cultural. A análise da autora ajuda a compreender algumas características e ações de ambos os partidos no governo Jango e Allende. Cf. DALMÁS, Carine. Os comunistas, a cultura e a política das frentes populares: apontamentos sobre as concepções culturais do PCB e do Partido Comunista do Chile. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 183-205.

⁵⁹ Cf. PATTO. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, p. 119.



Outra questão que merece ser considerada é a escalada de greves, que ocorreu nos dois países a medida que a situação foi se tornando mais complexa. Movimentos populares e de esquerda fizeram greves em ambos os governos, muitas vezes buscando apoiá-los, reivindicando medidas que Jango e Allende desejavam efetuar. Nos dois casos, grupos de direita também organizaram protestos e passeatas, mas não há no Brasil acontecimento que se assemelhe ao *paro patronal*, que parou o Chile ao final de 1972. Isso revela não só uma direita extremamente organizada, como também fortemente financiada com dinheiro estadunidense. Só foi possível para o país graças a esses fatores, o que não chegou a ocorrer no Brasil.

Permeiar nas complexidades dos acontecimentos desses dois governos ajuda a compreender o processo ditatorial que se seguiu após os golpes e que tanto prejuízo causou ao Brasil e ao Chile, interrompendo anos de democracia e soterrando as tentativas de reformas profundas em sociedades tão desiguais. Comparar as duas experiências também serve como importante ferramenta para enfrentarmos os desafios singulares que existem nos dois países e que são consequências das crises e dos golpes que se abateram sobre os dois governos populares. Em vários aspectos, Brasil e Chile seguiram por caminhos distintos após os golpes e isso se relaciona com os acontecimentos desencadeados nos governos de Jango e de Allende. Perceber essas diferenças nos auxilia a resolver de maneira mais precisa os problemas específicos de cada país, ao mesmo tempo em que fortalece a região.



Porto do Pireu: Lugar Antropológico, contatos estabelecidos e fluidez de fronteiras*

Port of Piraeus: Anthropological Place, established contacts and border fluidity

Marina Rockenback de Almeida

Mestra em História Comparada UFRJ

NEA-UERJ/ PPGHC-UFRJ/ NEHMAAT –UFF

marinarockenback@gmail.com

Recebido: 24/07/2016

Aprovado: 05/09/2016

RESUMO: Consideramos que a partir dos contatos estabelecidos entre gregos e egípcios, o culto à divindade egípcia, Ísis, foi propagado através das mais diversas regiões. Com conexões marítimas intensificadas através do VII século AEC em diante, Grécia e Egito estabelecem um intercâmbio, seja de produtos, matérias-primas ou de demais elementos culturais e religiosos. Dessa forma partimos do princípio, que com base nas intensas relações comerciais estabelecidas através do Porto do Pireu, em Atenas, é possível inferir que a entrada do culto a Ísis na *polis* dos atenienses ocorreu entre o final do V séc. e início do IV séc. AEC. Além do mais, visualizamos essa região portuária como um espaço *multicultural* que nos possibilita através da aplicação de um *campo de experimentação comparada* diversas possibilidades de questionamentos, principalmente por ser, a *comparação* um gesto pertencente à essência da prática do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar Antropológico, Fronteiras, Memória.

ABSTRACT: From contacts established between Greeks and Egyptians, the cult of the Egyptian deity Isis, was spread through various regions. With enhanced maritime connections through the seventh century BCE onwards, Greece and Egypt establish an exchange, whether products, raw materials or other cultural and religious elements. Thus we assume that based on intensive trade relations established through the port of Piraeus in Athens, we can infer that the cult of the entrance to Isis in the polis of the Athenians occurred between the end of the fifth century and beginning of the fourth century BCE. Moreover, we see this port area as a multicultural space that enables us through the application of a field of experimentation compared several possibilities of questions, mainly because it is the comparison a gesture belonging to the essence of the practice of human beings.

KEYWORDS: Anthropological Place, Border, Memory.

A partir das conexões marítimas intensificadas no século VII AEC, gregos e egípcios estabelecem forte intercâmbio, seja de produtos, matérias-primas ou de demais elementos

* Toma-se relevante ressaltar que o proposto em nossa presente construção compete a um recorte da pesquisa realizada pela autora em sua dissertação de mestrado intitulada Por um comparativismo construtivo do culto à Ísis entre atenienses e egípcios no final do V século AEC. ROCKENBACK, Marina. *Por um comparativismo construtivo do culto à Ísis entre atenienses e egípcios no final do V século AEC.* 184 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2016.



culturais e religiosos. Diante dessa conjuntura a diversidade de cultos torna-se presente em Atenas¹, e mais especificamente no porto do Pireu, levando-nos a apropriar da construção mitológica como elemento de manutenção social através dos valores e normas incutidos em sua formulação e também na produção de *memória*. Desse modo, baseamo-nos nas intensas relações comerciais estabelecidas através do referido porto, o que possibilitou nossa inferência sobre a entrada do culto a Ísis- divindade egípcia- na *polis* dos atenienses entre o final do V século e início do IV século AEC.²

O culto a Ísis tornou-se objeto de pesquisa – com mais veemência – dentro do campo das construções historiográficas desde o início do século XX, devido a necessidade de construção do saber em meio ao estudo da história das religiões que se formula, tomando por base o anseio às discussões a cerca da “origem e desenvolvimento do divino”³ nas primeiras décadas do século XX. Iniciam-se reflexões sobre os sistemas “politeicos”, e, na década de 60, com influência de Georges Dumézil – tratando de relações estabelecidas, complementaridades e oposições – são intensificados os trabalhos referentes aos sistemas religiosos compostos por diversas divindades. Sobre as sociedades politeístas, Marcel Detienne ressalta que estão repletas de “coleções de divindades, em agrupamentos circunstanciais ou recorrentes, em configurações monumentais ou efêmeras”.⁴

Ressaltamos que a metodologia *comparada*⁵ aliada ao referencial teórico aplicado em nossos estudos, baseado em Marc Augé, possibilitou uma abordagem diferenciada da temática, levando em conta que nos utilizamos da memória e da geografia, unidas à construção *histórica* do *lugar antropológico* e da *identidade relativa* das mulheres atenienses inseridas no sacerdócio da deusa egípcia.

¹ Exemplo: Demeter, Artemis, Bendis, Aphrodite, etc.

² Posteriormente, nos séculos III e II AEC, o culto obtém seu auge de disseminação pelo Mediterrâneo, principalmente devido aos contatos e à expansão do Império Romano. A proposta de nossa pesquisa problematiza a historiografia que aborda a presença desse culto em Atenas em temporalidade subsequente, por volta do século III AEC.

³ DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. 2. ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.p 94.

⁴ _____. *Comparar o Incomparável*, p.97

⁵ A propósito dos estudos comparativos históricos, percebemos que há necessidade de se adequar a metodologia, na qual a pesquisa está inserida, junto à teoria, levando em conta a especificidade do programa ao qual nos encontramos vinculados, a saber, PPGHC. Inseridos nesse contexto, é possível identificar diversas vertentes a propósito da construção comparativa da história. Diante das discussões e reformulações da historiografia tradicional, o método comparativo surge à luz de ideias fundamentadas em Marc Bloch, quando trata de caracterizações de “similitudes, diferenças e proximidades”, e através das dificuldades pensadas por Jürgen Kocka, que visualiza uma vastidão de casos para estudo e de uso de leituras secundárias. O método comparativo também era visto como o que extrapolava estudos locais e regionalistas, ampliando sua abordagem, promovendo uma renovação das pesquisas históricas e, por conseguinte, Marcel Detienne, que traz uma abordagem que privilegia os contatos interdisciplinares, corrompendo o paradigma de comparação apenas de comparáveis, aproximando historiadores e antropólogos. VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983;KOCKA, Jürgen. *Comparison and Beyond*. Berlin: Friedrich Meinecke Institut, 2003; BLOCH, M. *Para uma História Comparada das Sociedades Europeias*. In: _____. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998, p. 119-150; DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. 2 ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.



Compreendemos que as construções míticas auxiliam na demarcação e observação territorial, visando à extensão da abrangência de atuação da divindade, tanto quanto as relações estabelecidas entre as pessoas integrantes dos cultos. Além de possibilitar a compreensão do ambiente, torna-se possível estabelecer um parâmetro sobre quem está inserido no *imaginário social* daquele local e em que contexto/tempo social.

Depreende-se que a característica *multicultural* da região portuária possibilitaria a interação entre as diversas culturas que ali circulavam e também a construção de *identidades relativas*.⁶ Ou seja, entendemos que a partir da presença de santuários estrangeiros no Porto do Pireu e dos contatos estabelecidos entre os que ali circulavam, tais como atenienses, egípcios, trácios, etc., as identidades eram formuladas e reformuladas à medida que as pessoas iam se relacionando.

A inserção dos novos deuses em Atenas não era algo impossível,⁷ desde que passasse pelo procedimento legal para verificação e aceitação do culto entre os atenienses. Dessa forma materializamos essa afirmação com o documento epigráfico IG II² 337,⁸ e de forma complementar reportamo-nos à estrutura das *ekklēsias*, que eram as assembleias realizadas em local público para deliberação de decisões do cotidiano da pólis, como a autorização de espaço de culto, sendo compostas por cidadãos de Atenas e presididas por magistrados pertencentes à pólis ateniense.

Deste modo, compreendemos que a autorização do culto à divindade estrangeira Ísis tenha sido levado a debate em assembleia, através de Licurgo,⁹ pois “em virtude de sua posição como tesoureiro da administração financeira, exerceu extraordinária influência sobre os assuntos internos de Atenas em 338 -326 AEC”.¹⁰ Em uma tentativa de promover a paz e aos poucos

⁶ AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997, p.63-65.

⁷ Como muitas vezes pode-se subentender ao tratar de uma *pólis*, aparentemente, rígida em suas leis e em tempos de construção e afirmação identitária.

⁸ Fonte epigráfica em forma de estela, encontrada no porto do Pireu, com solicitação de concessão de fundação de um Santuário de Afrodite por estrangeiros.

⁹ Em 338/337, Licurgo assume o poder por 12 anos; durante seu governo, segundo Dobson e Mahone: “[...] construiu um teatro e um Odeon, completou um arsenal, o aumento da frota, e melhorou o porto de Pireu. Ele também embelezou a cidade com obras de arte-estátuas dos grandes poetas erguidas nos lugares públicos, figuras douradas de Vitória e vasos de ouro dedicado nos templos. Seu respeito por poetas foi ainda demonstrado pelo seu decreto que uma cópia oficial deve ser feita das obras dos três grandes trágicos-a exemplar, que depois passaram para a posse da Biblioteca Alexandrina. [...] ele promulgou leis suntuárias; como um homem religioso por instinto e tradição, ele construiu templos e incentivou festas religiosas; um patriota ardente por convicção, ele pensou que era seu dever realizara parte ingrata de um promotor público, perseguindo todos aqueles que não cumpriram o seu dever sagrado para como seu país. Desta forma, ele conduziu muitos processos, que eram quase todos de sucesso”. DOBSON. J. F. MAHONEY, Anne. *The Greek Orators*. Editado por Perseus. Methuen and Co. Londres. 1919 p. 272.

¹⁰ SIMMS, Ronda R. *Isis in Classical Athens*. *The Classical Journal*. vol. 84, n. 3, pp. 216-221, 1989.



promover o retorno da prosperidade e credibilidade em Atenas, Licurgo também proporciona um forte incentivo religioso que permite a inserção de novos cultos e *novos deuses*.¹¹

É de extrema importância ressaltar que antes da inserção oficializada no final do V séc. AEC, o culto de Ísis, usado como referência para a inserção de outros cultos estrangeiros em momentos posteriores, foi estabelecido por algumas famílias em suas próprias residências¹², permanecendo privado¹³ nos *orgéons*, e nas *phratrias*. Gradualmente o culto adquire mais adeptos, até que se oficialize na comunidade poliade.

Sobre o *epimeletes*¹⁴ Licurgo,¹⁵ Clause Mossé¹⁶ afirma que demonstrava uma autêntica solicitude, ao autorizar a edificação de santuários para suas divindades, e essa ação comprova, também segundo o autor, serem numerosos os estrangeiros no Pireu. Informação complementada por J. D. Hulsey¹⁷, ao tratar da população da Attica, na segunda metade do V século, estimando-se ser o total de 150.000 pessoas, sendo 20.000 metecos viventes principalmente no Pireu.

Reafirmamos antropológicamente ao caráter *multicultural* da região do Porto, a qual julgamos ser o *topos* da entrada e difusão do culto a Ísis entre os atenienses. Nesse sentido, atrelamos ao nosso estudo uma breve análise das características geográficas, pois compreendemos a *paisagem*¹⁸ do Porto do Pireu como reflexo da união entre aspectos físicos e biológicos, além de contar com a intervenção do homem em seu ambiente.

¹¹ PARKER, Robert. *Athenian Religion a History*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

¹² Para mais informações sobre cultos realizados no interior do *oikos*, Cf: GARLAND, Robert. *Religion and the Greeks*. London: London Bristol Classical Press, 1994.

¹³ MIKALSON, Jon D. *Religion in Hellenistic Athens*. Berkeley: University of California Press, 1998.

¹⁴ De acordo com Cargill, “um termo genérico para pessoa encarregada, gerente, supervisor, superintendente, etc. Vários grupos de *epimeletai* operavam dentro do governo Atico, alguns com deveres religiosos, alguns se engajando em atividades ‘seculares’”. CARGILL, Jack. *Athenian Settlements of the Fourth Century B.C.* Nova York: Brill, 1995, p. 153.

¹⁵ Após perpassamos Licurgo e suas grandes construções, posicionamos-nos a refletir sobre acontecimentos e construções no Egito, também na data de 332 AEC, sobre a conquista de Alexandre da Macedônia (Alexandre o Grande), que proporcionou a conquista de uma nova capital, Alexandria, sede da grandiosa Biblioteca de Alexandria, por ele construída e detentora de um acervo extenso e valioso. Após a morte de Alexandre sucedeu-o Ptolomeu, um de seus generais, iniciando assim o Período Ptolomaico. Sobre a influência helênica na sociedade egípcia, segue a fala de Brancaglione: “A corte ptolomaica é enfaticamente grega na atmosfera e na prática e adota o deus Serapis, uma versão grega do deus Osíris-Apis, como deus nacional. A influência da arte helenística é especialmente forte na corte mas a arte egípcia tradicional não foi afetada. [...] Os Ptolomeus mostravam-se para o mundo mediterrâneo como gregos descendentes de Alexandre; e, para os egípcios, como os descendentes do faraó” - BRANCAGLIONE JR, Antonio. *Tempo, matéria e permanência: o Egito na Coleção de Eva Klabin Rapaport*. Casa da Palavra, RJ, 2001, p.48.

¹⁶ MOSSÉ, Claude, *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.188.

¹⁷ HULSEY, J. D. *The Piraeus and the Panathenaia: Changing Customs in Late-Fifth Century Athens*. Berkeley: *Berkeley Undergraduate Journal of Classics*, 2(1), 2013.p. 10 Captado em: <http://escholarship.org/uc/item/9005x4bf> Acesso em: jan.2016.

¹⁸ Para um debate sobre o conceito de paisagem, ver a obra: ROGOWSKI, Renata. *Conceito de Geografia da Paisagem*. *Revista Discente Expressões Geográficas*, n. 06, Florianópolis, 2010.



Para compreendermos o espaço como *lugar antropológico*, assimilamos a relevância da fluidez das *fronteiras*, tratando-se do *imaginário social* ao qual elas estão sendo referenciadas. Nesse sentido, ressaltamos que existe uma *flutuação de fronteiras*¹⁹, sejam elas *físicas/naturais*, como penhascos, o próprio mar, as florestas; ou as *fronteiras imaginárias*, que compreendem “alteridades, igualdades e o hibridismo”²⁰.

Dessa forma, compreende-se o *lugar antropológico* através da inserção e propagação dos cultos, através de artefatos imbuídos de valores e pela observação da topografia da região. Isto é, o espaço no qual se imprime um grau de afetividade e *pertencimento* devido às vivências que são materializadas, por exemplo, em estelas fúnebres e santuários.²¹

Nesse particular, atrelamos a dinâmica entre os contatos de gregos e egípcios à compreensão da *territorialização* e a *flutuação de fronteiras* de que estamos tratando. Propõe-se que, de acordo com o contexto de observação dessas *fronteiras*, há a possibilidade de re-significação e remodelação do *limes*, ou seja, dependendo do ponto de vista de quem a observa, seja um meteco²² ou um cidadão, pois cada membro social, a partir de sua posição e origem, irá interpretar e reinterpretar os elementos da sociedade à sua maneira.

Parece, portanto, oportuno percebermos a estrutura física do porto, pois consideramos ser o propulsor da *infiltração social* do culto a Ísis em solo ateniense, de forma privada e pública. Ligado à *polis* de Atenas por um estreito canal de aproximadamente cinco milhas²³, o Porto do Pireu apresenta em sua topografia uma composição rochosa²⁴, situado a mais ou menos 8 km a sudoeste da Asty, cercado por Munichia em uma íngreme colina a leste, e a Akte em um patamar um pouco mais abaixo para sudoeste; a sudeste encontra-se o porto de Zea, e a noroeste o grande porto de Kantharos.

A propósito das divisões na região do Pireu, que eram caracterizadas por suas especificidades, a atribuição de seus valores compreende a constituição do *lugar* em sua totalidade. De acordo com as informações fornecidas por Garland, cada parte constituinte do porto representava uma característica principal, porém é possível verificar que em alguns momentos

POZZO, Renata R; VIDAL, Leandro M. O conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX. *Revista Discente Expressões Geográficas*, nº 06, ano VI. Florianópolis, junho de 2010, p.111-131.

¹⁹ AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997, p.47.

²⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre o termo, sugerimos a leitura do livro *O local da cultura*, de Homi K. Bhabha. Cf. BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte. Editora da UFMG. 1998.

²¹ STEINHAEUER, George. *The Archaeological Museum of Piræus*. Latsis Group, Atenas, 2001, p.227.

²² Estrangeiro residente em Atenas.

²³ DICKS, T. R. B. *Piræus: The Port of Athens*. *The Town Planning Review*, Vol. 39, No. 2, 1968, p.140.

²⁴ GARLAND, Robert. *The Piræus: from the fifth to the first century B.C.* London: Duckworth, 1987, p.7.



cada repartição: Zea, Kantharos e Munichia mesclam suas funções, pois a Zona naval e Comercial, tanto quanto as embarcações de guerra e os estaleiros de reparo/arsenal, poderiam ter suas funcionalidades trocadas de acordo com a necessidade. Conforme esse ponto de vista, concordamos que possa ter ocorrido uma singela mescla de funcionalidades em cada trecho do porto, pois não é possível afirmar a existência de uma triagem que pudesse direcionar as embarcações aos seus respectivos portos. Contudo, delimitaremos e nos ateremos ao seguinte: Munichia desenvolve-se, majoritariamente, como porto de características militares, com instalações navais; Kantharos direciona-se principalmente ao aspecto comercial, pois a chegada de mercadores nesse grande porto apresentava-se de modo mais intenso, e Zea destinava-se à recepção de embarcações navais.

Segundo J. D. Hulsey²⁵, a estrutura do Pireu foi planejada ideologicamente para refletir uma descentralização, mostrando-se menos hierárquica, incorporando um caráter integralizador ao Porto e principalmente uma política de tolerância religiosa. Levando em conta sua topografia favorável e ruas que possibilitavam melhor circulação por todo o ambiente, compreendemos que não se faz pertinente tentar delimitar um local exato de concentração de templos e santuários, visto que a religiosidade presente no Porto estava diretamente relacionada às demais atividades que ali funcionavam.

Apesar da distância entre Atenas e o Pireu, havia uma forte ligação entre todas as ações e decisões entre os locais, pois o Porto tornou-se, por sua importância, o “segundo centro urbano da *polis*”.²⁶ Muitas das deliberações eram realizadas em assembleias na *Ágora* ateniense, ou então, no próprio Porto.

Segundo Sitta von Reden, “o demos do Pireu tinha de um lado uma estrutura administrativa mais complexa do que outros demos e, por outro, estava mais fortemente controlado pela assembleia ateniense”. Isso porque a administração de cada setor do porto detinha cargos escolhidos previamente em assembleia, seja na área naval, subordinada à administração de um *strategos*, seja no setor comercial supervisionado por *magistrados*.

A chegada de mercadorias advindas de outras regiões e a necessidade do trâmite marítimo desse comércio demonstram a dependência ateniense quanto a essas relações²⁷, e, segundo

²⁵ HULSEY, J. D. *The Piraeus and the Panathenaia: Changing Customs in Late-Fifth Century Athens*. Berkeley: Berkeley Undergraduate Journal of Classics, 2(1), 2013, p.10. Captado em: <http://escholarship.org/uc/item/9005x4bf> Acesso em: 05/09/2016.

²⁶ REDEN, Sitta von. O Piraeus – a world apart. *Greece and Rome*, Second Series, Vol. 42, n. 1, p. 24-37, Cambridge University Press, apr. 1995, p.27.

²⁷ CHIC GARCIA, Genaro. *El comercio y el mediterráneo en la antigüedad*. Madrid: Editora Akal S.A., 2009, p.316.



Gabriel da Silva Melo, elabora-se um *imaginário autárquico*, de maneira que conhecer, manipular e utilizar o mar, atribuíam *poder* sobre ele, pois concebemos que “autarquia era compreendida pelo cidadão grego, portanto, não como ‘produzir sozinho tudo o que é necessário’, mas poder prover ou fazer com que lhe prouvessem tudo aquilo que é necessário sem estar submetido, para tal fim, a outro homem”.²⁸

É a propósito dessas afirmações, que desenvolvemos a aplicabilidade de nosso olhar sobre o *espaço* do Pireu, como um *ponto* inicial de contato entre atenienses e os não gregos, o que proporciona a inserção dos novos deuses. Por isso, essa região relativamente distante da Ágora age como mediadora, e promove uma porta de acesso ao restante de Atenas, visto que nos séculos seguintes a presença do culto a Ísis²⁹ encontra-se mais solidificado e expande-se de forma significativa.

Diante das obrigações desses estrangeiros domiciliados para com a *polis* dos atenienses, havia também o benefício da aquisição de terra (*Ἐγκτήσις; Énktēsis*) na região do Pireu para a construção de templos/santuários a divindades estrangeiras, e tais serviam também como via de proteção nos tribunais atenienses. Os estrangeiros que desejassem permanecer em Atenas recebiam tutoria do *proxenos*, que servia como porta-voz e deveria ser um cidadão com suas obrigações com a *polis* à qual pertencia.

Esse estrangeiro domiciliado, chamado de *meteco*, receberia honrarias fornecidas pela *polis* em troca de seus serviços, como: a troca comercial de grãos, muitas vezes sob preço reduzido como podemos verificar nas fontes epigráficas do V e IV séc. AEC. Segundo John S. Kloppenborg; et al.³⁰, tais elementos da cultura material demarcam os nomes dos *proxenoi* – responsáveis pelos metecos – suas mercadorias, atividades comerciais e mercantis executadas na região do Pireu.

Considerando o traço *cosmopolita* do Pireu e o que visa ao embasamento antropológico necessário diante da compreensão dos contatos estabelecidos, observamos que não era possível fazer distinção entre cidadãos e pessoas de outras categorias que por ali percorriam, pois estavam presentes: cidadãos, mulheres, escravos, prostitutas, metecos e estrangeiros. Respaldamos nossa

²⁸ MELO, Gabriel da Silva. *Campesinato e Mercado na Atenas Clássica (séculos V e IV A.C)* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH: São Paulo, 2011, p.5.

²⁹ Para maiores informações sugerimos as seguintes obras: BURKERT, Walter. *Antigos cultos de mistérios*. São Paulo: EDUSP, 1991; BRICAULT, Laurent. Isis, des eaux du Nil à la Méditerranée. In: *La Méditerranée d'une rive à l'autre: culture classique et cultures périphériques. Actes du 17ème colloque de la Villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer les 20 & 21 octobre 2006*. Paris: Académie des Inscriptions et Belles Lettres, p. 261-269, 2007. (Cahiers de la Villa Kérylos, 18); DUNAND, F. *Isis Mère des Dieux. Actes Sud, Babel*, oct. 2008.

³⁰ Captado em: <http://www.philipharland.com/greco-roman-associations/?p=3045> Acesso em: abril 2015.



afirmativa referente a essa mescla presente entre quem pelo Pireu circulava através do relato do Velho Oligarca, quando trata da conduta do cidadão ateniense em relação à impossibilidade de agredir a qualquer um que fosse.

Como observamos no seguinte trecho: “se fosse legítimo o homem livre bater no escravo, no meteco ou no liberto, corria-se o risco permanente de surrar um Ateniense, acreditando tratar-se de um escravo; é que lá o povo não se veste melhor do que os escravos e metecos e sua aparência também em nada é melhor”.³¹

Consoante o fluxo *multicultural* do Porto do Pireu torna-se pertinente tratar novamente sobre a mediação entre estrangeiros e cidadãos através do *proxenos*, este que também estabelecia contatos diplomáticos para Atenas.³²

De acordo com Debora Kamen, no final do V séc. e início do IV séc AEC, os *proxenos* ficam ainda mais propensos a passar a maior parte de seus tempos em Atenas, devido à intensificação da população estrangeira no local, o que lhes garantia alguns direitos de proteção para si e sua respectiva família e automaticamente certa elevação de status. Levar assuntos às assembleias (*Ekklesia*), como também viabilizar o direito de *emktesis*, *isotelia*,³³ liberdade de importação e exportação, concessão e aceitação de cultos estrangeiros em solo ateniense e em alguns casos, até mesmo, a concessão de cidadania, foram algumas das possibilidades consentidas aos metecos pela *polis* ateniense, através da atuação de um *proxenoi*.

Levamos em conta que a expansão da *cidadania* era concebida conjuntamente com o fortalecimento da potência *marítima* de Atenas, pois o preceito da *isonomia* proposto por Sólon amplia horizontes, como exemplo: o estímulo da população agrária a direcionar-se à região urbana. A propósito dessas informações, ressaltamos que as relações entre metecos e cidadãos eram estreitas, o que proporcionava uma *intersecção* de costumes. Nesse ínterim, o Pireu torna-se *topos* das sacerdotisas de Ísis, pois compreendemos que o sacerdócio dessa divindade em Atenas era composto principalmente por mulheres atenienses, filhas e/ou esposas de atenienses, que se apropriam do Culto a Ísis e se configuram como devotas da deusa.

Compreendemos que a intensidade dessa inserção ocorre devido à característica da diversidade multiétnica da região. Nesse sentido, consideramos que a permanência de santuários estrangeiros nas regiões ao redor da *Khora* era frequente, visto que alguns demarcavam regiões fronteiriças. Esses *pontos* de culto demonstravam um caráter dual, pois demarcam *alteridades* e

³¹ OLIGARCA. *Const. Aten.*1:10.

³² KAMEN, Deborah. *Status in Classical Athens*. Princeton: Princeton University Press, 2013, p.58.

³³ Igualdade em impostos e tributos.



semelhanças, a partir do momento em que ali se encontravam pessoas de toda sorte, tais como cidadãos e estrangeiros.

É oportuno indicar que esse principal ponto de entrada dos cultos estrangeiros identifica-se através da possibilidade de materialização dos elementos de culto, seja através das fontes epigráficas ou a fundação de santuários.

Desse modo, conforme foi possível explicitar, a área naval e comercial do Pireu encontrava-se intrinsecamente relacionada ao caráter *sagrado*, pois há intensa presença de elementos religiosos nessa região. A partir de dados arqueológicos e epigráficos³⁴, é possível afirmar a presença de templos e santuários de diversas divindades convivendo nessa localidade. Em virtude do caráter *multicultural* do *lugar*, percebemos uma sorte de “dedicatórias, listas de membros de associações religiosas, decretos, inscrições sacrais”³⁵, que denotam e fundamentam o caráter religioso que envolvia tanto gregos quanto não-gregos.

Considerando a passagem do Velho Oligarca, já mencionada em outro momento, quando afirma sobre os contatos com povos e acesso a produtos estrangeiros, devido ao domínio marítimo, compreendemos que no *imaginário social* ateniense era atribuído ao Mar Egeu uma prerrogativa de ser um ambiente conhecido e por assim dizer dominado, visto o poder exercido por Atenas em sua amplitude, o que ocasionava forte contato entre as culturas.

Devido a isso, concordamos com D. Massey³⁶, que o *lugar* não é estático, não possui fronteiras demarcatórias e não possui identidades únicas. Desse modo, entendemos que não basta contrapor Atenas ao seu “exterior”, pois as relações estabelecidas são exemplos de *processos* fluidos, em que o próprio meio externo constitui a construção do eu, quando posto em reflexo com o outro, e também do que é o *lugar*, ou seja, ser ateniense. Compreende-se que cada local detém sua história e essa produção remanescente compõe o *sentido do lugar*, que é constituído pela relação entre o *lugar*, em primeiro plano de observação, e os demais *lugares* que se inter-relacionam, sendo composto pelo *sentido global do local*.

Segundo Massey, podemos definir *lugares* a partir dos espaços compostos de relações sociais que necessariamente não possuem demarcações no território, pois são simbólicas, ou seja, “em vez de pensar lugares como áreas com fronteiras ao redor pode-se imaginá-los como

³⁴ Poucos são os vestígios que apresentam objetividade sobre a especificidade da prática do culto, pois grande parte se apresenta como fórmulas votivas, com poucas palavras, mostrando uma intensa subjetividade, característica presente em elementos religiosos.

³⁵ GARLAND, Robert. *The Piraeus: from the fifth to the first century B.C.* London: Duckworth, 1987. p 102.

³⁶ MASSEY, Doreen. *Um sentido Global do Lugar*. In: ARANTES, Antonio A.(org) Campinas,SP: Papirus: 2000, p.185.



momentos articulados”.³⁷ Em conformidade com o que nos afirma Marcel Detienne, o lugar detém limites que se formam e se dissolvem através do *deslocamento do corpo* social com suas ações e relações.

Dessa forma, ao localizarmos a comunidade social formada pelas seguidoras do Culto a Ísis, no Pireu, percebemos que suas práticas se davam de maneira análoga à das demais divindades³⁸ que ali estavam assentadas, sem que fossem suplantadas, pois no momento de realização das práticas rituais e culto, o simbolismo atribuído pelos participantes ressignifica o *lugar*.

A conceituação proposta por Hassey sobre o lugar não ser estático dialoga imediatamente com o que Marc Augé propõe sobre a compreensão do *lugar* sendo posto em observação através da referência ao *outro*. De acordo com Augé, “num mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares, [...] não se proíbe pensar nem as relações nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum”.³⁹

Nesse sentido, os lugares com suas especificidades e cultos formam relações antropológicas que demarcam *territorialidades*⁴⁰, tornando esses espaços *lugares antropológicos*, conceito que, em conformidade com Marc Augé, se define como “uma construção concreta e simbólica do espaço”, em que ao se investir sentidos e significações caracterizam-se por serem “identitários, relacionais, históricos e geométricos”.⁴¹

A própria fundação do Porto do Pireu não ocorreu apenas a partir da concepção da necessidade de um porto mais estruturado para Atenas, mas também por representar para o imaginário ateniense a viabilização do poder marítimo e o cunho ideológico democrático, sendo representados pelo poder naval, comercial e o reconhecimento da relevância ateniense através da notoriedade em receber uma grande quantidade de estrangeiros.

Além do mais, permite que o antigo porto da cidade, “*Falerion*, se estabelecesse como terra dos ancestrais, lugar sagrado e zona de influência política da aristocracia”⁴², e o Pireu como “lugar de troca e comércio, na qual a oligarquia emergente exerceria suas atividades e atuaria

³⁷ _____ . *Um sentido Global do Lugar*, p. 184.

³⁸ Bendis, Aphrodite, Ártemis, Deméter.

³⁹ AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997. p. 53

⁴⁰ Conceito de Marcel Detienne (2004) ao tratar de diversos modos de estabelecer um território.

⁴¹ AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora, 2005. p. 58

⁴² DUARTE, Alair Figueiredo. *Uma análise sobre os cultos religiosos e a projeção do poder marítimo ateniense através do porto do Pireu no século V a.C.* Rio de Janeiro. NEARCO-2013 Captado em: www.revistanearco.uerj.br/arquivos/numero12/13-26.pdf Acesso em: nov.2015.



junto ao demos, o qual permitia trocas culturais e intercessões de cultos religiosos”.⁴³ Mediante a historiografia apresentada até o momento, é possível inferir que, com a transferência da “porta de entrada” de Atenas, de *Fálerion* para o *Pireu*, atribuiu a este local não só um caráter fluido, devido à intensa circulação de pessoas de diversos segmentos sociais, como também o tornou ponto central da relação entre gregos e não-gregos em virtude da existência de influência mútua entre as regiões, representadas por comerciantes, artesãos ou segmentos navais.

A distância da zona portuária em relação à Ágora de Atenas proporcionava ao Porto o caráter de mediador cultural entre todos que por ali passavam, unindo o exótico do estrangeiro à polidez de quem pertencia à *polis*, ou seja, a *eschatia* e a *civilidade*. Era comum que o *emporion* fosse localizado separado por muros ou *fronteiras*⁴⁴, a fim de amenizar o acesso imediato à *polis* por estrangeiros.

Essa afirmação fundamenta-se quando tomamos conhecimento sobre a criação do culto a Zeus Olímpia sob o governo de Psístrato, temática trabalhada por Lilian Laky⁴⁵, considerando que esta divindade surge com dois propósitos iniciais, a saber: 1) auto-afirmação da identidade grega e; 2) a mediação e recepção de divindades estrangeiras, podendo ser representado pelo epíteto *χευος*.

Isso nos chama a atenção para a compreensão etimológica do termo *proxenos*⁴⁶, devido à proximidade do significado quanto à mediação entre cidadãos e estrangeiros. Nesse segundo propósito, o enfoque corrobora o embasamento referente ao sentimento de reestruturação *identitária* ateniense; e de forma complementar, nota-se claramente uma postura receptiva ao estrangeiro pelo cidadão de Atenas, sentimento que também existia na construção do *imaginário* da *polis*, uma vez que os contatos estabelecidos entre gregos e egípcios existiam desde o período Minoico⁴⁷ e, como já ressaltamos, os contatos no V século AEC estavam sendo intensificados e incentivados.

⁴³ _____ . *Uma análise sobre os cultos religiosos e a projeção do poder marítimo ateniense através do porto do Pireu no século V a.C.*

⁴⁴ HULSEY. *The Piraeus and the Panathenaia: Changing Customs in Late-Fifth Century Athens*, p.10.

⁴⁵ LAKY, Lilian de Angelo. *Olímpia, Zeus Olímpio e a construção da identidade grega nos séculos VI e V a.C. Marenostrum*, ano 3, vol 3, art. 13-USP, 2012, p.2.

⁴⁶ Em uma pesquisa não aprofundada localizamos que o prefixo *pro-*, no grego, possui significado de *antes*. Possuindo raiz indo-europeia do *per-3-* que significa conduzir; primeiro, em cima de. E segundo o dicionário etimológico-científico de Vito Maria de Grandis, *xenos* significa hóspede, ou seja, que não pertence ao local, estrangeiro. Desse modo, subentende-se que, de fato, os termos *proxenos* e *xenos*, se relacionam no que condiz à mediação entre um elemento para com outro. Captado em: <http://etimologias.dedhile.net/?pro> Acesso em: 18/11/2015.

⁴⁷ TOBIN, Vicent Arie. Isis and Demeter: Symbols os Divine Motherhood. *Journal of the American Research Center in Egypt*, vol. 28, p. 187-200, 1991, p.190.



Construção da cidadania no Brasil e nos Estados Unidos nos oitocentos através do racialismo e do racismo*

Citizenship's building in Brazil and the United States in eighteenth century by the racialism and racism

Matheus Carletti Xavier

Mestre em História

Universidade Federal de Ouro Preto

matheuscarletti10@gmail.com

Recebido: 13/07/2016

Aprovado: 07/08/2016

RESUMO: Este artigo busca pensar o que era ser cidadão nos Estados Unidos e no Brasil do século XIX. Para isso, pensamos o conceito de cidadania atrelado à instituição escravista e às ideias de raça que foram desenvolvidas durante aquela centúria e a ideologia racista proveniente das especificidades políticas de ambos países. Mesmo com suas singularidades, Estados Unidos e Brasil apresentam semelhanças no que diz respeito aos elementos que estavam inseridos no processo de construção da cidadania. Pensaremos sobre os conceitos de raças (especificamente para os negros) que surgiram no século XIX visando aproximar ambas as nações no tangente a construção da identidade nacional. Entretanto, não é o objetivo deste artigo estabelecer um parâmetro de qualidade, mas levantar uma questão crucial: em ambos os casos reformulação da cidadania estava repleta de discriminação quanto à cor da pele de seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania, Brasil, Estados Unidos.

ABSTRACT: This paper aims to think what was to be a citizen in the United States and Brazil in the nineteenth century. For this we think about the citizenship concept linked to slavery and races ideas that were developed during that century and the racist ideology arising the political specificities in both countries. Even though their singularities, the United States and Brazil have similarities with regard to elements that were inserted in the construction of the citizenship process. We'll think about the concepts of races (specifically for blacks) that emerged in the nineteenth century to approach both nations in relation to the construction of national identity. However, it is not the aim of this paper establish a quality parameter, but lift one crucial question: in both cases, the citizenship rebuilding was full of discrimination as to skin color of its inhabitants.

KEYWORDS: Citizenship, Brazil, United States.

Introdução

Durante o século XIX, os Estados Unidos da América e o Brasil Imperial partilhavam de similaridades e dessemelhanças no que diz respeito ao conceito de cidadania e aplicabilidade das

* Este artigo é parte da dissertação defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, intitulada *The Freedmen's Bureau* e a ampliação da cidadania nos Estados Unidos (1865-1872) sob a orientação do Prof. Dr. Mateus Fávaro Reis.



ideias racialistas referentes aos negros. No processo de Independência das duas nações, a instituição escravista permaneceu inalterada. No primeiro caso, quando foi definida em termos práticos, a noção de cidadania¹ estava diretamente ligada com a escravidão, uma vez que os principais líderes da independência das treze colônias eram proprietários de escravos. No caso brasileiro, quando se definiu o conceito de cidadania na Constituição de 1824, o Império do Brasil possuía uma das maiores populações escravas das Américas e a maior população libertos negros do continente.²

A questão da escravidão nos Estados Unidos é algo latente desde o século XVIII, visto que a Declaração de Independência não define um estatuto a respeito do sistema escravocrata. Além do debate político, houve também produções literárias concernentes à escravidão. Contudo, o foco deste artigo não é o debate literário sobre o sistema escravista.³ No âmbito político, a questão da escravidão se intensifica a partir de 1820 com a ratificação do Compromisso do Missouri, determinando que este seria um estado escravagista, ao passo que todos os outros estados que fossem anexados ao noroeste dele fossem antiescravistas. Entre 1820 até a emancipação dos escravos, houve alguns eventos – os quais dizem respeito aos Estados Unidos – que merecem ressaltar. Em 1845, a Inglaterra valida a lei *Slave Trade Suppression Act (Bill Aberdeen)* que proibia o tráfico de escravos para as Américas. Mesmo assim, a população escrava nos Estados Unidos registrou um aumento de aproximadamente 800 mil cativos entre as décadas de 1840 e 1850.

Com o intuito de revogar o Compromisso do Missouri, foi aprovada em 1854 a lei Kansas-Nebraska que permitia que os cidadãos desses dois territórios decidissem sobre a legislação da escravidão. Com a questão da expansão da escravidão acirrada, as eleições para o Senado em 1858 foram marcadas pelo debate envolvendo os candidatos Abraham Lincoln, pelos republicanos, e Stephen Douglas, pelo lado dos democratas. O debate Lincoln-Douglas foi uma série de discursos em torno da questão da expansão da escravidão entre os dois candidatos a uma

¹ Em 1790, o Congresso dos Estados Unidos definiu através do *Naturalization Act of 1790* que para uma pessoa tornar-se cidadã daquela nação deveria ter dois anos de moradia no país e ser branco livre e de “bom caráter”. Essa lei foi sucedida por, pelo menos, três outras leis que aumentariam esse prazo de residência até que a naturalização fosse permitida aos afrodescendentes em 1870. Captado em: <<http://www.indiana.edu/~kdhist/H105-documents-web/week08/naturalization1790.html>>. Acesso em 03 ago. 2016.

² MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. IN: CARVALHO, J. M.; NEVES, Lúcia M. Bastos P. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p. 351.

³ Para mais informações sobre o debate literário sobre a escravidão nos Estados Unidos durante o século XIX, confira: BRAGA, Marcelle D. D. *Um mosaico de fatos: produção e circulação de literatura sobre a escravidão nos Estados Unidos em meados do século XIX – A Cabana do Pai Tomás e os romances anti-tom’s*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2014.



vaga no Senado pelo estado de Illinois. Todavia, a preocupação em conter a escravidão existia antes do aparecimento de Lincoln no cenário político. Podemos apontar duas lideranças nesse sentido: Charles Sumner (1811-1874) que atuou como senador pelo estado de Massachusetts entre 1851 e 1874 e Thaddeus Stevens (1792-1868), que foi deputado pelo 9º distrito da Pensilvânia entre 1859 e 1868. Ambos os políticos são considerados líderes do Partido Republicano durante os anos que estiverem em atuação. Tanto Sumner quanto Stevens defenderam não só a contenção da escravidão como apoiavam a emancipação dos escravos.

A emancipação dos escravos nos Estados Unidos ocorreu em 1863, durante a Guerra Civil. Não é leviano afirmar que a abolição da escravatura não fez com que os negros se tornassem, automaticamente, cidadãos norte-americanos. O próprio autor da Declaração de Emancipação acreditava que os negros eram inferiores aos brancos e era inadmissível o casamento entre as duas raças, como defendeu em seu discurso proferido na cidade de Charleston, Illinois, em 1858.⁴ A supremacia racial caucasiana estava respaldada por teorias racialistas desenvolvidas durante o século XIX com o intuito de provar a inferioridade das outras raças perante aos brancos, principalmente a raça negra, como veremos no último tópico deste texto. Ademais, desde a primeira década da décima nona centúria havia a política de deportação dos negros livres.

A *American Colonization Society* foi uma organização que visava deportar os libertos para seu continente natal.⁵ Decorrente disto, a Libéria – localizada na costa oeste do continente africano – se tornaria uma república destinada aos negros alforriados dos Estados Unidos. Nesta linha de raciocínio, Lincoln, em 1854, deixou clara a sua intenção em não manter os libertos no país: “se todo o poder terrestre fosse dado a mim, eu não deveria saber o que fazer quanto à instituição existente. Meu primeiro impulso seria para libertar todos os escravos e enviá-los para a Libéria, a sua terra natal”.⁶ É possível afirmar que havia uma preocupação por parte dos abolicionistas norte-americanos em fundar a escravidão. Contudo não se verifica, principalmente neste discurso do décimo sexto presidente, o interesse nem por ele nem por parte do povo norte-americano em incluir os negros na sociedade. Como ele mesmo questiona o que deveria ser feito caso após emancipar os escravos: “libertá-los e torná-los politicamente e socialmente iguais a nós? Meus

⁴ LINCOLN, Abraham. Fourth Joint Debate at Charleston: Mrs. Lincoln's Speeches (September 18, 1858). Captado em <http://www.bartleby.com/251/41.html>. Acesso em: 22 jun. 2016.

⁵ SCOTT, Emmett J. Is Liberia worth saving? *The Journal of Race Development*. Vol. 1, No. 3 (Jan., 1911), pp. 277-301. Captado em: <http://www.jstor.org/stable/29737865>. Acesso em 04 ago. 2016.

⁶ LINCOLN, Abraham. Speech at Peoria (October 16, 1854). Captado em: <http://millercenter.org/president/speeches/detail/3503>. Acesso em 04 ago. 2016.



sentimentos não admitem isso e, se admitissem, bem sabemos que os da grande massa de pessoas brancas não”.⁷

Da mesma forma como a proibição do tráfico de seres humanos em 1808 atingiu a escravidão na América do Norte, atingiu, também, a América portuguesa. As pressões concernentes ao término da escravatura se intensificaram com a chegada da família real portuguesa escoltada por frotas inglesas. Aproveitando-se da situação delicada da corte portuguesa perante o domínio napoleônico, a coroa inglesa conseguiu, através da proteção oferecida a família real em sua jornada até a América portuguesa, assinar tratados comerciais. Dentre eles, o Tratado de Aliança e Amizade (1810) que garantia a cooperação do príncipe regente, Dom João de Bragança, em adotar medidas eficazes para a abolição gradual do tráfico de escravos em todo o seu domínio.⁸ Além disso, após a Independência do Brasil, para o reconhecimento da nova nação perante os Estados nacionais europeus – principalmente a Inglaterra –, seria preciso adotar medidas a favor do enfraquecimento da instituição escravista como a abolição do tráfico de escravos em 1830, embora não tenha se efetivado na prática.⁹ Da mesma forma como o *Bill Aberdeen* (1845) não impediu o aumento da população escrava e, muito menos conteve o avanço da escravidão em território norte-americano, não impediu a diminuição do tráfico de escravos em território brasileiro.

Apesar do papel importante da coroa inglesa no processo de abolição do tráfico, há de se considerar fatores internos como tensões sociais, preocupação do governo brasileiro perante a magnitude que tomara o tráfico de escravos, além do esvaziamento do mercado da mão-de-obra sustentada unicamente pelos cativos.¹⁰ As pressões oferecidas pela Inglaterra para o fim efetivo do tráfico de cativos e para a vigilância rigorosa do governo brasileiro sobre isto tornou a escravatura cada vez mais fraca, uma vez que, ao contrário dos Estados Unidos, a reprodução entre os escravos não era considerada capaz de sustentar o sistema.¹¹

Cidadania nos Estados Unidos e no Império do Brasil

Os processos de abolição da escravatura e, conseqüentemente, a questão dos negros ocorreram em toda a América entre o final do século XVIII e século XIX, ainda que com

⁷ LINCOLN. Speech at Peoria (October 16, 1854). Captado em:

<http://millercenter.org/president/speeches/detail/3503>. Acesso em 04 ago. 2016.

⁸ SILVA, Ricardo Tadeu Caires. O fim do tráfico atlântico de escravos e a política de alforrias no Brasil. IN: *VII Seminário do Trabalho*, 2008, Marília. Trabalho, economia e educação no século XXI, 2008, p. 03.

⁹ _____. O fim do tráfico atlântico de escravos e a política de alforrias no Brasil, p. 06.

¹⁰ _____. O fim do tráfico atlântico de escravos e a política de alforrias no Brasil, p. 13.

¹¹ GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos: Dois Ensaios de Interpretação*. Tradução de Lais Falleiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.104.



significativas diferenças entre os diversos países. De um lado, o Haiti; de outro, os EUA, o Brasil e Cuba. No meio do caminho, muitos países que trataram do tema de forma não coincidente. Contudo, nos restringiremos ao conceito de cidadania apenas aos Estados Unidos e Brasil durante o século XIX.

Ao se tratar de um conceito que sofreu e sofre várias reformulações, é preciso cautela nos argumentos e uma sucinta explanação dos eventos que provocaram as mudanças no conceito de cidadania em ambas as nações aqui tratadas. O significado de cidadania no século XIX nos Estados Unidos está atrelado a uma memória nacional que destacara um grupo de peregrinos protestantes e um documento (*Mayflower Compact*) como gestos fundadores das treze colônias. Além disso, a Declaração de Independência tem como principal autor um advogado, proprietário de terras e dono de escravos. Nesta perspectiva, a cidadania era restrita aos brancos que contribuíram para a independência do país e que pertencia – ou que se julgava pertencer – ao mesmo grupo social daqueles peregrinos do *Mayflower* e dos autores da Declaração de Independência.

Os documentos fundadores possuem termos coletivos e abrangentes. A Declaração defende que “todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura pela felicidade”; a Constituição de 1787 começa com “Nós, o povo dos Estados Unidos, a fim de garantir para nós e para os nossos descendentes os benefícios da liberdade”. Embora houvesse estes termos liberais, os documentos se referiam apenas aos colonos brancos e descendentes destes. Portanto, a liberdade e a cidadania, que eram frutos da Independência e da Constituição, estavam bastante restritas. A cidadania estava sendo constituída através de um processo de exclusão: “dizer quem era cidadão – ao contrário de hoje, em que supomos se tratar da maioria – era uma maneira de eliminar a possibilidade de a maioria participar e garantir os privilégios de uma minoria”.¹²

Através desta mesma lógica de exclusão ficou definida a quem pertencia a cidadania brasileira pela Constituição Imperial de 1824. Esta reconheceu os direitos civis de todos que eram considerados cidadãos brasileiros e estipulava exigências para o direito ao voto. Poderiam votar homens acima de 25 anos e com renda acima de 100 mil réis. Mulheres não tinham o direito ao voto e nem os escravos. Entretanto, libertos poderiam votar, mesmo com suas limitações. Além disso, descendentes de escravos alforriados poderiam votar se cumprissem a exigência da renda.¹³

¹² KARNAL, Leandro. Estados Unidos, Liberdade e Cidadania. IN: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 4. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 144.

¹³ MATTOS. Racialização e cidadania no Império do Brasil, p. 358.



Neste contexto, os cidadãos contemplados pela Constituição de 1824, de acordo com José Murilo de Carvalho (2001), “eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização”.¹⁴

Não é equívoco afirmar que o conceito de cidadania se desenvolveu através de três partes: civil, social e política. De acordo com Thomas Humphrey Marshall (1967), “o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual”¹⁵, como ir e vir e direito à propriedade. Sobre o elemento social, Marshall argumenta que está relacionado ao bem-estar econômico e segurança em ter uma vida de acordo com os padrões prevaletentes na sociedade. Quanto à parte política, esta designa a participação dos indivíduos no exercício do poder político, no direito do povo de escolher os seus governantes.¹⁶

Da perspectiva dos três elementos mencionados, a cidadania norte-americana, a princípio, pertencia àqueles que eram brancos, anglo-saxões (ou descendentes destes), protestantes. Do ponto de vista civil, a liberdade individual e o bem-estar econômico eram características desta elite social, embora nem todos fossem proprietários de terras e escravos. O sistema escravocrata privava os negros de sua liberdade individual, da possibilidade de ter condições de vida equivalentes aos brancos na sociedade e ainda eram tratados como mercadoria. Segundo William Edward Burghardt Du Bois (1935), a condição de escravo, além de impor condições de vida insalubres, era uma questão psicológica:

[O significado da escravidão] foi em parte psicológico, o sentimento pessoal forçado de inferioridade, a chamada de outro mestre; em pé com o chapéu na mão. Era o abandono. Era o desamparo da vida familiar. Era a submersão abaixo da arbitrariedade de qualquer classe de indivíduo. Foi, sem dúvida, o pior nesses aspectos vitais do que aqueles que existem hoje na Europa e América.¹⁷

Da perspectiva social, atingir o bem-estar econômico e ter condições de vida de acordo com os padrões prevaletentes seria extremamente difícil, uma vez que os escravos eram considerados mercadoria. O escravo poderia ser vendido, era propriedade de um único indivíduo e poderiam ser separados de seus familiares sem o seu consentimento. Nas palavras de Du Bois:

Negros poderiam ser vendidos – na verdade vendidos como nós vendemos gado sem qualquer referência aos bezerras e touros, ou reconhecimento da família. Era um negócio desagradável. O Sul branco era devidamente envergonhado disto e continuamente menosprezou e quase negou esse fato. Mas era um fato gritante e amargo. Jornais do Sul dos estados da fronteira estavam cheios de anúncios: “Eu gostaria de comprar cinquenta negros de

¹⁴ CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1., p. 31.

¹⁵ MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 63.

¹⁶ _____. *Cidadania, Classe Social e Status*, p. 63.

¹⁷ DU BOIS. *Black Reconstruction in America (1860-1880)*. New York: The Free Press, 1992, p. 09.



ambos os sexos, de 6 a 30 anos de idade, para que eu darei os preços mais elevados em dinheiro”.¹⁸

É importante ressaltar que, embora os sistemas de governo fossem diferentes – república de um lado e monarquia do outro –, ambos os países compartilhavam de características que eram fortes obstáculos para o exercício da cidadania. Da perspectiva civil e social, José Murilo de Carvalho argumenta que, pelo fato de o país não ser uma república, não havia uma sociedade política, não havia cidadãos.¹⁹ Neste sentido, os direitos civis eram restritos a poucos, como eram, também, nos Estados Unidos. Do ponto de vista social, a situação no Brasil não era diferente da que foi apresentada nos Estados Unidos. De acordo com Hebe Mattos, apesar da Constituição de 1824 reconhecer igualdade de direitos civis entre os cidadãos, aqueles que não fossem brancos ainda tinham seu direito de ir e vir dependente do reconhecimento social e restrito. Se estas pessoas fossem “confundidas com cativos ou libertos, estariam automaticamente sob suspeita de ser escravos fugidos – sujeitos, então, a todo tipo de arbitrariedade, se não pudessem apresentar a carta de alforria”.²⁰

Pelo prisma dos direitos políticos, o Império do Brasil e os Estados Unidos divergem quanto ao exercício e restrições deste direito. Se pelo lado brasileiro, a Constituição monárquica restringia o sufrágio apenas aos homens livres e estabelecia renda para tal, pelo lado norte-americano, determinados estados permitiam o voto de escravos já no século XVIII. Faço das palavras de Du Bois as minhas:

Negros votaram na Virgínia até 1723, quando a Assembleia promulgou que nenhum negro livre, mulato ou índio "terá futuramente qualquer voto nas eleições de burgueses ou qualquer eleição que seja." Na Carolina do Norte, pelo Ato de 1734, uma antiga discriminação aos eleitores negros foi colocada de lado e não foi refeita até 1835. [...] Na Geórgia, não havia a princípio, discriminação de cor, embora só os proprietários de cinquenta acres de terra poderiam votar. Em 1761, a votação foi expressamente limitada aos homens brancos.²¹

O direito de voto para os negros existia desde antes da independência em determinados territórios. Contudo, esse poderia ser cassado quando fosse do interesse de cada colônia. Ainda assim, de acordo com Du Bois, mesmo após a independência, alguns estados mantiveram o direito de voto aos negros alforriados, como foi o caso da Carolina do Norte e, em outros, concederam este direito, como em Delaware e Maryland:

Na Carolina do Norte, onde a privação de direitos políticos em 1835, não se aplicava aos negros que já tinham o direito de votar, dizia-se que as centenas de negros que tinham votado até então, geralmente votaram de forma prudente e

¹⁸ DU BOIS. *Black Reconstruction in America* (1860-1880), p. 11.

¹⁹ CARVALHO. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 24.

²⁰ MATTOS. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*, p. 359.

²¹ DU BOIS. *Black Reconstruction in America* (1860-1880), p. 06-07.



criterosa. Em Delaware e Maryland eles votaram na última parte do século XVIII. Em Louisiana, os negros que tinham o direito de votar durante estatuto territorial não foram desprivilegiados.²²

Embora na região norte, de forma geral, houvesse abolicionistas e opositores à expansão da escravidão, alguns estados tiraram o direito de voto dos negros no século XIX. Segundo Du Bois, no estado de New Jersey, os negros foram privados de seu direito ao voto em 1807; em Connecticut foram vetados em 1814 e no estado de New York votaram até o século XVIII, sendo que a partir de 1821, para que os negros livres pudessem votar, deveriam possuir um título de propriedade no valor de 250 dólares.²³

Apesar de que em determinados estados os escravos tivessem o direito ao voto, não é possível afirmar que havia o exercício da cidadania, uma vez que os direitos civis e sociais não se verificavam de forma plena. Ademais, o direito a voto não era garantido por uma lei de âmbito nacional. Contudo, a cidadania não era vazia de significado político nesse período. Poderia não ser um direito garantido a todos, mas conferia uma capacidade a todos, visto que em determinados lugares, os escravos poderiam votar. Porém, foi apenas com a Décima Quinta Emenda que os negros tiveram seu direito de voto garantido por lei, embora em determinados estados os negros poderiam votar já no século XVIII.

Os três tipos de direito que compõem a cidadania estão inseridos em um contexto que não se limita à história das Américas. O fim da monarquia absolutista na França e o estabelecimento da primeira República Francesa culminaram na adoção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) pela Assembleia Nacional Constituinte. A Declaração proclamava que “os homens nascem e são livres e iguais em direitos” e que toda associação política tem o objetivo de resguardar os direitos naturais e imprescindíveis do homem, que são “a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”.²⁴

Neste sentido, esses direitos humanos passam a ser defendidos como pertencentes aos indivíduos independentemente de seu contexto social. Conforme Eric Hobsbawm (2000) argumenta, esses direitos são teoricamente universais iguais, pois “não pode haver nenhuma razão pela qual, enquanto indivíduos abstratos, os senhores tenham maiores prerrogativas do que os camponeses, os ricos do que os pobres, os cristãos do que os judeus (ou vice-versa)”.²⁵

²² DU BOIS. *Black Reconstruction in America* (1860-1880), p. 06-07.

²³ _____. *Black Reconstruction in America* (1860-1880), p. 08.

²⁴ DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO (1789). Captado em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em 04 jul. 2016.

²⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de



Por um lado, de fato, parte expressiva das transformações sofridas pela sociedade norte-americana ao longo do século XIX foram frutos da escravatura. Mudanças que ocorreram tanto no âmbito social quanto na organização territorial do país. Por outro lado, a independência do Brasil pode não ter provocado transformações radicais no panorama do país, mas a elaboração de uma Constituição na qual definisse quem eram os cidadãos da nação já apontava para a preocupação em, além de estabelecer quem eram os privilegiados ainda que de forma restrita, quem não faria parte da cidadania brasileira. Na primeira metade da décima nona centúria houve diversos eventos para reprimir ou maximizar a escravidão tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Ademais, a emancipação dos escravos – nos dois países – modificou a estrutura social. No caso dos Estados Unidos, houve a criação de emendas constitucionais que asseguravam os mesmos direitos dos brancos aos negros, embora elas não garantissem a efetivação destes direitos na prática.

No caso brasileiro, a transição de um sistema monárquico para um presidencial necessitou da criação de uma nova Carta Magna. Ainda que de forma restrita, a primeira Constituição republicana redefiniu o conceito de cidadania política brasileira a todos os homens alfabetizados acima dos 21 anos, excetuando os mendigos, soldados rasos, religiosos e mulheres. Em um panorama diferente do qual vivia os Estados Unidos, não havia restrições ao voto no que diz respeito à cor. Todavia, isso não significaria a participação efetiva dos negros no processo político do país. Visto que as circunstâncias sob as quais viviam os escravos eram desumanas e a educação era bastante precária e escassa, uma vez que na década de 1890 82% da população era analfabeta e 46% da população total era negra/parda²⁶, não é equívoco inferir que a discriminação pela cor impossibilitou ainda mais a educação aos libertos após a abolição. Portanto, na linha de raciocínio que induz a crer que a maior parte da população analfabeta era composta por negros, a restrição do voto aos analfabetos foi uma baliza de limitação da participação efetiva política.

Do ponto de vista prático, “embora a cidadania, mesmo no final do século XIX, pouco tivesse feito para reduzir a desigualdade social, ajudara a guiar o progresso para o caminho que conduzia diretamente às políticas igualitárias do século XX”.²⁷ Essas reformulações nos direitos civis, políticos e sociais, ainda que fossem mais teóricas do que práticas, forneceram aos grupos – neste caso aos negros – justificativas universais para reivindicarem melhores condições.

Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 224.

²⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2000. Captado em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros/populacao-negra-no-brasil.html>. Acesso em 05 jul. 2016.

²⁷ MARSHALL. *Cidadania, classe social e status*, p. 84.



No entendimento de que a noção de cidadania está atrelada à participação social e política dos sujeitos em um Estado, a sua definição é fruto das lutas políticas e sociais para a transformação da realidade de uma determinada sociedade, pela ampliação dos direitos e deveres comuns. Neste sentido, grupos historicamente reprimidos (neste caso os negros) podem ser considerados como agentes capazes de transformar o panorama político e social do país naquele contexto. O alargamento da cidadania, portanto, na conjuntura do século XIX, implicaria em reconhecer os negros como civilizados, além de garantir ao Estado o monopólio da violência.

Embora os negros fossem considerados inferiores aos brancos – tanto do ponto de vista biológico quanto religioso como veremos em outro tópico –, não é possível afirmar que estes foram os civilizadores. De acordo com Jean Starobinski (2001), o termo civilização designa um processo de

Abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, para os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados (termo preexistente), e depois o resultado cumulativo desse processo.²⁸

Desta forma, ainda de acordo com o pensamento de Starobinski, o processo civilizatório varia entre as nações. Neste sentido, é preciso levar em consideração que os negros que foram trazidos para as Américas sob a condição de escravos pertenciam às civilizações africanas. Afirmar que os brancos civilizaram os negros libertos é ignorar a humanidade dos povos africanos e julgá-los como primitivos. Na mesma lógica do processo civilizatório, a cidadania também possui variações entre as sociedades. Indivíduos que eram considerados cidadãos em suas sociedades de origem não podem ser considerados cidadãos em outra nação – como no caso desses negros africanos que vieram para as Américas sob a condição de escravos.

No que se diz respeito ao contraste entre civilização e barbárie, Starobinski problematiza quem é civilizado e quem não é. Segundo o autor, “a selvageria não é apenas habitual nas classes inferiores; permanece à espreita no coração de todos os homens, sob aparências que inspiram confiança”.²⁹ Neste raciocínio, as condições impostas pelo sistema escravista não favoreceriam as melhorias nas relações sociais e, a sua violência, pode ser considerada como uma “barbárie de nossas civilizações”, pois ao invés dessa sociedade “abolir a violência das sociedades ‘primitivas’,

²⁸ STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14.

²⁹ _____. *As máscaras da civilização: ensaios*, p. 39.



lhes perpetua a brutalidade sob aparências enganadoras. Em lugar de uma barbárie de face descoberta, as civilizações contemporâneas exercem uma violência dissimulada”.³⁰

Raça, racismo e racialismo

O desenvolvimento do conceito de cidadania, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil durante o século XIX, está inserido em um contexto pós-abolição no qual a latência da pretensa inferioridade dos negros era alta. Desta forma, é necessário evidenciar que o “termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constante mente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico”.³¹ Contudo, o uso do termo raça em nosso texto se limita ao contexto histórico no qual está inserido o nosso estudo.

A respeito da palavra “racismo”, é necessário fazer uma distinção de significados sobre este termo, uma vez que serão expostas as correntes acerca do conceito de raça. Com base nos argumentos de Tzvetan Todorov, “racismo” possui duas acepções: “trata-se, de um lado, de um *comportamento*, feito, o mais das vezes, de ódio e desprezo com respeito a pessoas com características físicas bem definidas e diferentes das nossas”, e por outro lado, “de uma *ideologia*, de uma doutrina referente às raças humanas”.³² Assim, seguindo o raciocínio de Todorov, o termo *racismo* nesta dissertação será relacionado ao comportamento, enquanto que se utilizará *racialismo* para designar as doutrinas.

A justificativa para a escravidão dos negros residia, também, sobre uma passagem da Bíblia na qual é relatada a maldição de Canaã. De acordo com a narrativa bíblica, os negros seriam descendentes de Cam, um dos três filhos de Noé. Segundo a Bíblia, Noé se embriagou com vinho e se apareceu despido em sua tenda. Enquanto Cam viu a nudez de seu pai e foi contar aos seus irmãos, Sem e Jafet se preocuparam em cobrir a nudez de Noé e não viram a nudez, pois teriam seus rostos voltados para o lado contrário onde estaria seu pai. Noé então, tendo consciência do fato, amaldiçoou Canaã, filho de Cam – este não poderia ser amaldiçoado porque já teria sido abençoado por Deus – da seguinte forma: “Maldito seja Canaã: que ele seja o

³⁰ _____ . *As máscaras da civilização: ensaios*, p. 19.

³¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 12ª reimpressão, 2014, p. 24.

³² TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 107.



último dos escravos de seus irmãos. [...] Bendito seja o Senhor Deus de Sem e Canaã seja seu escravo. Que Deus dilate a Jafet; e este habite nas tendas de Sem, e Canaã seja seu escravo”.³³

Primeiramente, é preciso reconhecer que no contexto cultural da sociedade norte-americana no século XIX, a hierarquização social era sustentada por argumentos “científicos” a favor da superioridade dos brancos. Porém, já na segunda metade do século XVIII, Thomas Jefferson, um dos autores da Declaração de Independência, defendia a inferioridade dos negros. Em suas *Notes on the State of Virginia* (1787):

Eu sugiro, portanto, apenas como conjetura, que os negros, quer originalmente uma raça distinta ou diferenciados pelo tempo e pelas circunstâncias, são inferiores aos brancos nas dotações tanto física quanto mentalmente. Não é contra a experiência supor que as diferentes espécies do mesmo gênero ou variedades de uma mesma espécie, podem possuir diferentes qualificações.³⁴

Opiniões como as de Thomas Jefferson estão inseridas no contexto nas quais diferentes teorias raciais foram produzidas ao longo do século XIX. De acordo com Todorov, cientistas importantes daquela centúria como Ernest Renan (1823-1892), Hippolyte Taine (1828-1893) e Gustave Le Bon (1841-1931), sustentavam o argumento de que “a raça inferior é constituída pelos negros da África, pelos nativos da Austrália e pelos índios da América”.³⁵ Além destes, pode-se destacar outros teóricos do racismo científico, não menos importantes, como Louis Agassiz (1807-1873) e Arthur de Gobineau (1816-1882), ambos defensores da superioridade da raça caucasiana e da inferioridade dos negros. Vale ressaltar que, embora houvesse outras raças consideradas inferiores, as doutrinas racialistas enfatizavam a raça negra como a mais inferior:

No degrau acima encontram-se “as raças inferiores”, das quais os negros são o exemplo principal. São, como já havia enunciado Renan, raças não aperfeiçoáveis. São “capazes de rudimentos de civilização, mas apenas rudimentos”; são “bárbaros cuja inferioridade cerebral os condena a jamais sair da barbárie”. Le Bon se contenta, às vezes, em reescrever as frases de Renan: “Não há exemplo na história antiga ou moderna de um povoamento negro ter se elevado a um certo nível de civilização”.³⁶

Apesar de que Gustave Le Bon defendesse que os europeus poderiam oferecer às raças inferiores apenas materiais supérfluos, como vestimentas, diplomas e ensiná-los a manusear armas, eles jamais conseguiriam mudar o caráter cultural de sua raça.³⁷ Esses teóricos racialistas do século XIX concebiam a palavra *raça* a partir da relação entre herança genética, capacidade

³³ BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução: Centro Bíblico Católico. 177ª Ed. São Paulo: Ave-Maria, 2008, Gênesis 9:25-27.

³⁴ JEFFERSON, Thomas. *Notes on State of Virginia*. 1787. Captado em: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/jeffvir.asp. Acesso em 05 jul. 2016.

³⁵ TODOROV. *Nós e os Outros*, p. 122.

³⁶ _____. *Nós e os Outros*, p. 123.

³⁷ _____. *Nós e os Outros*, p. 171.



intelectual e legado cultural. Sobre herança genética, Paul Broca (1824-1880) desenvolveu seus estudos tendo como método a medição de crânios. O objetivo da craniometria era classificar de acordo com a raça, tendências criminosas e aptidões intelectuais. Ademais, Stephen Jay Gould em sua obra *A Falsa Medida do Homem* (1991), afirma que, para Broca, a craniologia era importante para fornecer informações relativas acerca do valor das raças humanas. Neste mesmo pensamento, Gustave Le Bon defende, também, “que a influência do meio é totalmente superficial, e que a raça, ou a hereditariedade, decide tudo”.³⁸

Em contrapartida, Hippolyte Taine argumentara que o meio ambiente e o momento histórico seriam fundamentais para a definição de uma determinada raça. Fatores como “o clima e os elementos geográficos, as circunstâncias políticas e as condições sociais”,³⁹ eram determinantes para o modo de agir e pensar de uma raça. Aliás, tendo em vista que estes elementos são mutáveis, Taine sustentara que modificando as instituições e as condições de vida social, seria possível transformar a raça. Por conseguinte, através da educação seria possível modificar as faculdades da raça. Enfatizando o pensamento de que a hereditariedade não definia a raça, Ernest Renan defendera que além dos fatores mencionados acima, a religião, as leis, os costumes e a língua teriam maior influência na constituição de uma raça.⁴⁰

Com estudo da craniologia e anatomia, Josiah C. Nott defendeu suas ideias de que os negros eram a raça inferior e, portanto, a raça a ser dominada. Em seu texto *Two Lectures on the Natural History of the Caucasian and Negro Races*, publicado em forma de panfleto em 1844, desenvolve seus argumentos para demonstrar que além diferenças físicas entre negros e brancos, há também, diferenças morais e intelectuais.⁴¹ As afirmações de Nott desafiavam as doutrinas religiosas e entravam em conflito com os relatos bíblicos da criação. Longe de se apoiar em explicações religiosas, os argumentos de Nott incitaram um conflito de ideais no Sul e provocaram o descontentamento dos clérigos locais. Como resultado disso, muitos defensores da escravidão evitaram se apoiar nas ideias de Nott para não perderem o apoio religioso. À parte dessas controvérsias, Nott sustentava que, através das medições craniais, o cérebro do negro seria menor do que a do branco por um décimo completo. E esta deficiência residiria, exatamente, na porção anterior do cérebro, responsável pelas capacidades superiores.⁴² Portanto, para médico

³⁸ TODOROV. *Nós e os Outros*, p. 170.

³⁹ _____. *Nós e os Outros*, p. 168.

⁴⁰ _____. *Nós e os Outros*, p. 155.

⁴¹ NOTT, Josiah C. *Two Lectures on the Natural History of the Caucasian and Negro Races*. IN: FAUST, Drew G (ed). *The Ideology of Slavery: Proslavery Thought in the Antebellum South (1830-1860)*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1981.

⁴² _____. *Two Lectures on the Natural History of the Caucasian and Negro Races*, p. 232-233.



norte-americano, havia uma disparidade física, moral e intelectual entre os negros e os brancos e nunca houve uma civilização tão desenvolvida além da caucasiana.⁴³

As questões principais para essas teorias racialistas giravam em torno de como definir uma raça, isto é, quais os fatores seriam relevantes para a sua caracterização e através disso, classificá-las por ordem de excelência. Entretanto, todas essas teorias supracitadas tinham um ponto de convergência: a raça negra era considerada como a principal inferior. A inferioridade da raça negra consistiria no fato dela ser incivilizável, por não ser suscetível ao progresso.⁴⁴

O racialismo teve influência, também, no Brasil. Nacionalmente, elas tiveram uma boa recepção pelas instituições científicas. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, a adaptação das teorias, junto com a criação de museus etnográficos, faculdades de medicina e direito e dos institutos históricos e geográficos, foi com o intuito de compreender os destinos da nação através dos cruzamentos de raças no país.⁴⁵ Contudo, essas teorias não serviam para sustentar e justificar a escravidão em território brasileiro. Barbara Weinstein defende que isso é devido, em parte, ao fato de que “pessoas de cor também figuravam entre a minoria de brasileiros que detinha o poder econômico e político e que participavam dos níveis superiores do processo político”.⁴⁶ Portanto, Weinstein conclui que “um tipo específico de discurso racista, um que defina a raça segundo a cor da pele ou o menor grau de sangue africano, não podia ser acionado na arena política nem na esfera pública mais ampla para justificar a instituição da escravidão no Brasil”.⁴⁷

Além de Brasil e Estados Unidos, ainda durante o século XIX, um importante intelectual haitiano, entre outros, criticou as teorias racialistas, como foi no caso de Joseph-Anténor Firmin (1850-1911). A crítica de Firmin era uma resposta direta às teorias defendidas pelo conde de Gobineau em *Essai sur l'inégalité des races humaines*, de 1855. Contrariamente às ideias de Gobineau, Firmin em sua obra *Essai sur l'égalité des races humaines*, de 1885, defendia que as raças eram iguais e, assim, todos possuíam as mesmas qualidades e os mesmos defeitos.⁴⁸ Contrariamente às ideias defendidas por Gobineau, Firmin sustentava que “os acontecimentos do Haiti desmentiam a crença, mal fundamentada por Gobineau, de que os homens de pele negra são incapazes de atos

⁴³ _____. Two Lectures on the Natural History of the Caucasian and Negro Races, p. 237.

⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*, p. 82.

⁴⁵ _____. *O Espetáculo das Raças*, p. 18.

⁴⁶ WEINSTEIN, Barbara. Escravidão, cidadania e identidade nacional no Brasil e no Sul dos EUA. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 392.

⁴⁷ _____. *Escravidão, cidadania e identidade nacional no Brasil e no Sul dos EUA*, p. 395.

⁴⁸ ARPINI, Adriana. Igualdad de las razas e interpretación de la historia em um discurso del haitiano Joseph-Anténor Firmin. Erasmus. *Revista para el diálogo intercultural*, a. 12, n. 1, Río Cuarto, Ediciones del ICALA, p. 1-21, 2010.



nobres nem de resistirem à imposição dos brancos”.⁴⁹ De acordo com Adriana Arpini, a Independência do Haiti transcendeu as civilizações ocidentais modernas em diferentes formas: modificou positivamente o destino dos povos negros que habitavam fora do continente africano; mudou econômica e moralmente o regime das metrópoles europeias e afetou a economia de todas as nações escravocratas da América.⁵⁰

Da perspectiva biológica, o biólogo evolucionista Stephen Jay Gould, em *A Falsa Medida do Homem* (1991), argumenta contra o pensamento que sustenta o determinismo biológico como responsável pela hierarquização social e, assim, pela inferioridade de outras raças comparadas aos brancos. O biólogo apresenta, pelo menos, três naturalistas da décima nona centúria que enxergavam o negro como inferior. O geólogo e paleontólogo Georges Cuvier, que considerava os nativos africanos como a raça humana mais degenerada e com inteligência insuficiente para constituírem um governo regular.⁵¹ Segundo, o geólogo Charles Lyell, quando afirmou que um determinado grupo étnico do sudoeste da África, os bosquímanos, possuía o cérebro semelhante ao do macaco e isso era uma explicação para a falta de inteligência.⁵² Por último e não menos importante, Charles Darwin, quem acreditava que o “hiato entre o ser humano e o símio será ampliado pela previsível extinção de espécies intermediárias como o chimpanzé e o hotentote”^{53,54}.

De acordo com Gould, entretanto, a única possibilidade para que as nossas espécies pudessem ter mais de uma subespécie (raça), seria se tivéssemos, pelo menos, milhões de anos de existência. Além disso, a nossa espécie precisaria passar a maior parte desse tempo separada em grupos sem o intercâmbio genético para que as diferenças de genes fossem suficientemente grandes para ocorrer a seleção natural. Desta forma, as diferenças biológicas atuais não são o bastante para caracterizarem raças distintas. Segundo Gould:

Mas os biólogos afirmaram recentemente, se bem que o suspeitassem havia muito tempo, que as diferenças genéticas globais entre as raças humanas são assombrosamente pequenas. Embora a frequência dos diferentes estados de um gene varie entre as raças, não encontramos “genes raciais”, ou seja, estados estabelecidos em certas raças e ausentes em todas as demais.⁵⁵

⁴⁹ _____. Igualdad de las razas e interpretación de la historia em um discurso del haitiano Joseph-Anténor Firmin, p. 19.

⁵⁰ _____. Igualdad de las razas e interpretación de la historia em um discurso del haitiano Joseph-Anténor Firmin, p. 19.

⁵¹ GOULD, Stephen J. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.23.

⁵² _____. *A Falsa Medida do Homem*, p. 24.

⁵³ Hotentote ou bosquímano é o nome de uma família de grupos étnicos existentes na região sudeste da África, principalmente na região do deserto do Kalahari, na Namíbia.

⁵⁴ GOULD. *A Falsa Medida do Homem*, p. 24.

⁵⁵ _____. *A Falsa Medida do Homem*, p. 345.



No contexto racial do século XIX, as diferenças de cor e de características físicas já não eram suficientes para justificarem a escravidão, apesar de marcarem hierarquicamente as sociedades escravagistas. Nesta perspectiva, a partir das argumentações biológicas, “as teorias raciais permitiram novamente naturalizar algumas das desigualdades sociais, as que incidiam sobre grupos considerados racialmente inferiores, justificando a restrição dos direitos civis inerentes às novas concepções de cidadania”.⁵⁶

As várias explicações acerca das diferenças entre raças serviam para justificar e sustentar a escravidão de uma raça considerada inferior. Assim, as tentativas de elaborar as causas para as diferenças físicas e biológicas entre os grupos étnicos acabaram se tornando em preconceitos culturais, uma vez que essas explicações só invocavam características culturais. Ademais, as teorias raciais serviam para confirmar todos os preconceitos habituais do homem branco em relação às pessoas que ocupam supostas posições inferiores devido às regras da natureza. Em vista disso, a racialização da justificativa da escravidão americana:

Se tornou a contrapartida possível à generalização de uma concepção universalizante de direitos do cidadão em sociedades que não reuniam condições políticas efetivas para realizá-la, permitindo, em diversos contextos, o estabelecimento de restrições aos direitos civis de determinados grupos considerados racialmente inferiores, bem como a legitimação da própria manutenção da escravidão no Sul dos Estados Unidos, associada a um progressivo fechamento das possibilidades de alforria. A moderna noção de raça é assim uma construção social, estreitamente ligada, no continente americano, às contradições entre direitos civis e políticos inerentes à cidadania, estabelecida pelos novos estados liberais, e o longo processo de abolição do cativeiro.⁵⁷

Neste sentido, o tema racial adquire argumentos de sucesso para o estabelecimento de diferenças sociais. Se a abolição da escravatura foi um marco para a inserção ou não dos negros na sociedade (no caso desta pesquisa, da sociedade norte-americana), as teorias raciais forneciam argumentos suficientes – naquele contexto histórico – para delimitar quem estava apto para ser cidadão de acordo com as especificações científicas de sua raça. Segundo Schwarcz, “para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania”.⁵⁸

Em outra perspectiva, Reginald Horsman em sua obra *Race and manifest destiny* (1986), sustenta que o racismo anglo-saxônico em relação aos negros é decorrente do processo

⁵⁶ MATTOS. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*, p. 354.

⁵⁷ _____. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*, p. 354-355.

⁵⁸ SCHWARCZ. *O Espetáculo das Raças*, p. 24.



intelectual responsável pela ideologia do republicanismo norte-americano.⁵⁹ A interpretação de Horsman estabelece uma ligação entre o racismo e as políticas de governo norte-americana a partir de 1850. Assim, além da conexão com as teorias raciais, o racismo seria proveniente, também, das consequências da escravidão e da crise responsável pela sua abolição. Por conseguinte, a crença no destino manifesto também seria responsável pela ideologia racista, bem como políticas segregacionistas como as leis Jim Crow. A ideia de superioridade racial dos brancos teve como desdobramento a crença no destino manifesto cunhada em 1840. Esta servia para reforçar a convicção de que o povo descendente dos anglo-saxões estaria fadado pela providência divina para cobrir o continente para o livre desenvolvimento daquela raça. Neste sentido, qualquer outra raça (especificamente os negros) seria inferior e, portanto, não deveria ser desenvolvida.

Além do prisma das teorias racialistas e da ideologia racista sustentada pelo republicanismo, Eugene Genovese oferece justificativas econômicas e as relações sociais como responsáveis pelo sustento da instituição escravista.⁶⁰ Em um estudo no qual Genovese pensa a partir da perspectiva dos senhores de escravos, ele sustenta que a defesa da escravidão estava embasada nas ideias de que, quando um indivíduo necessita de auxílios terceiros para viver, há o sacrifício da liberdade individual em troca de proteção e trabalho coercitivo. Neste sentido, a escravidão beneficiava tanto o cativo quanto ao senhor. Ademais, havia o fator moral e religioso que reforçava a defesa da escravatura. Os sulistas partidários à escravidão defendiam uma religião para vincular valores morais e religiosos à defesa do cativo. Segundo ele, “o senhor abraça a moralidade cristã naturalmente porque seu papel na vida é essencial o de pai protetor”.⁶¹ Assim, a propaganda que os senhores de escravos vendiam era de que a escravidão oferecia segurança ao dependente e estabelecia uma relação harmoniosa entre capital e o trabalho.

Brasil e Estados Unidos compartilham das “contradições entre os direitos civis e políticos, inerentes à cidadania estabelecida pelos novos Estados liberais, e o longo processo de abolição do cativo”.⁶² Em ambas nações, a moderna noção de raça se apresentava como um problema e como motivo para discriminação. Além disso, tanto a Constituição imperial de 1824 quanto a Constituição norte-americana tratavam de forma discriminatória a cidadania. A Constituição imperial reconhecia explicitamente os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros

⁵⁹ HORSMAN, Reginald. *Race and manifest destiny: the origins of American racial anglo-saxonism*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

⁶⁰ GENOVESE, Eugene. *O Mundo dos Senhores de Escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁶¹ _____. *O Mundo dos Senhores de Escravos*, p. 200.

⁶² MATTOS. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*, p. 358.



– exceto os escravos – e os diferenciava apenas no ponto de vista político com a exigência de que só seria eleitor quem não tivesse nascido escravo. A Constituição norte-americana não tratava sobre a escravidão e, assim como no caso brasileiro, não reconhecia escravo como cidadão. Entre outras diferenças, Brasil e Estados Unidos passaram por processos de abolição diferentes e, por conseguinte, tratamentos diferentes dados aos libertos.

De acordo com o raciocínio de Barbara Weinstein (2008), a abolição ou não da escravatura fazia parte de um processo de construção de identidade nacional, tanto Brasil quanto nos Estados Unidos. No primeiro caso, a autora sustenta que a partir 1822, “os brasileiros de uma larga faixa de origens sociais e categorias raciais encaravam a escravidão como uma instituição fadada a desaparecer” e, quando ela era defendida, “era como um mal necessário e ao mesmo tempo temporário, cuja existência continuada e/ou ampliação eram incompatíveis com a construção de uma nação moderna”.⁶³ No caso norte-americano, a região Sul era o único lugar que poderia ser classificado como uma exceção a ascensão do Estado-nação e sua consequente desestabilização da escravatura. Segundo Weinstein, não seria equivocado afirmar que “no caso do Sul antes da Guerra de Secessão, a ideologia escravagista desempenhava um papel central na construção de solidariedades horizontais (entre brancos) que Anderson considera cruciais para a comunidade nacional imaginada”.⁶⁴

Ambos os países, todavia, convergem – mas não completamente, segundo Weinstein, por exemplo, particularmente em relação às teorias raciais até os anos de 1860 – quanto à discriminação racial proveniente da escravidão e das teorias raciais que foram inventadas para sustentá-la. Portanto, prezamos pelo estudo de um tema que, até então, é escasso em nosso país, mas que pode ser bastante fecundo, pois também possui questões que são concernentes ao mesmo período da história do Brasil. Questões como a cidadania e os direitos inerentes a ela e o preconceito racial eram corriqueiras no oitocentos tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos – sendo que a discriminação racial ainda é um problema latente.

⁶³ WEISTEIN. *Escravidão, cidadania e identidade no Brasil e no Sul dos EUA*, p. 379.

⁶⁴ _____. *Escravidão, cidadania e identidade nacional no Brasil e no Sul dos EUA*, p. 379.



Entrevista com o historiador José Luis Bendicho Beired

Entrevistadores:
Marina Helena Meira Carvalho
Doutoranda em História
UFMG
marinahmc@yahoo.com.br

Thiago Henrique de Oliveira Prates
Doutorando em História UFMG
thoprates@gmail.com

Apresentação:

José Luis Bendicho Beired cursou a graduação (1983), mestrado (1989) e doutorado (1996) em História na Universidade de São Paulo. Suas pesquisas iniciadas no doutorado nos motivaram a entrevistá-lo, como parte do dossiê temático *Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas*. Em sua tese, posteriormente publicada como livro, o professor explora a abordagem comparativa ao estudar o pensamento autoritário no Brasil e na Argentina entre 1914 e 1945. Posteriormente, ampliou o recorte de sua pesquisa, analisando as relações entre a Espanha e a América Latina por meio do movimento hispanista e dos intelectuais que tomaram parte neste debate a partir de meados do século XIX. Ao abordar a circulação de intelectuais e ideias nestas duas regiões, Beired se dedicou aos estudos transnacionais. É professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), cuja tese de livre-docência é em História das Américas.

Revista Temporalidades: Levando em conta que os historiadores lançam questões ao passado motivadas pelo seu presente, a que o senhor atribui o crescente interesse de pesquisadores brasileiros em utilizar as mais diversas abordagens que ultrapassam as fronteiras nacionais, como as histórias comparadas, conectadas, cruzadas atlânticas, transnacionais e a história global?

José Beired: A consciência da globalidade é um fenômeno das sociedades contemporâneas que tem demandado dos historiadores uma nova sensibilidade no estudo de objetos tradicionalmente analisados nos marcos do Estado nacional. Isso pode ser observado por meio do exame das temáticas dos congressos internos de História, dos títulos das publicações e mesmo da criação de centros de pesquisa e de programas de pós-graduação



dedicados à história transnacional. Um exemplo é a organização do dossiê “Une histoire à échelle globale”, publicado na revista *Annales*; outro é a discussão promovida pela *American Historical Review*, sob o título “AHR conversation: on transnational history”.¹

Logicamente o Brasil não está à margem dessa tendência que, devemos reconhecer, não é absolutamente nova para os historiadores, em vista do passado colonial do país, do papel do comércio ultramarino e do tráfico de escravos. O Brasil, como formação histórica não pode ser entendido a não ser como produto do processo de mundialização que ganhou corpo com as grandes navegações, o descobrimento da América e o comércio de longa distância.

Fica posta a questão: até que ponto as abordagens que trabalham as conexões em escala planetária são realmente inovadoras não só no Brasil como no restante da América Latina? É sabido que a história do Brasil e dos demais países latino americanos começou a ser escrita no século XIX com o objetivo político de legitimar o Estado nacional. No século XX, com a profissionalização da área parte daquele nacionalismo foi sendo deixado de lado, mas o principal quadro de referência dos ainda historiadores continua sendo a história nacional. Talvez a história comparada tenha ajudado problematizar tais histórias nacionais, mas não muito, haja vista os poucos estudos comparados nos países latino-americanos. De qualquer forma, apenas nas últimas décadas se fortaleceu na região a percepção da relevância das interações recíprocas existentes entre as sociedades situadas em diferentes partes do mundo.

O que talvez seja novo é a percepção de que a mundialização não é uma via de mão única e nem passiva, do centro para periferia como sugerido pela teoria do imperialismo e as versões simplistas da teoria da dependência. Os fluxos entre as diferentes regiões do mundo são complexos e os seus surpreendentes resultados sugerem antes a interdependência no âmbito dos diversos níveis do processo histórico: econômico, cultural, político e social. Os estudos recentes enfatizam que embora seja certo que os países dotados de maior poder incidem decisivamente na dinâmica histórica das demais sociedades, não é menos certo que as sociedades ditas periféricas também tem a capacidade de produzir efeitos sobre os primeiros. As transferências ocorridas no campo da cultura material e da história da alimentação são exemplos ricos nesse sentido. Além disso, tem-se constatado que as relações das colônias e das sociedades pós-coloniais não se limitam às respectivas metrópoles, mas ocorrem com outros países e com inúmeras regiões do

¹ Une histoire à l'échelle globale. *Annales*, vol. 56, n°1, jan-fév. 2001, p. 3-123; AHR conversation: on transnational history. *The American Historical Review*, vol. 111, n° 5, December 2006, p. 1441 – 1464.



planeta. Em suma, contatos, trocas, mestiçagens, transferências, apropriações, transculturações são fenômenos que ajudam a compreender os processos de interação que ocorreram e que continuam ocorrendo tanto em termos das grandes escalas quanto nas escalas geográficas mais reduzidas. Não posso deixar de lembrar pioneirismo do cubano Fernando Ortiz, que em seu clássico estudo sobre o açúcar e o tabaco nos mostra uma história que enfeixa povos, técnicas, interesses e costumes que vão muito além do espaço geográfico cubano.²

Revista Temporalidades: Existe uma multiplicidade de abordagens históricas que não se limitam às fronteiras nacionais, mas que, na nossa visão, se aproximam muito. O que isso indica? Quais são os marcos que separam as abordagens que o senhor utiliza (comparadas, transnacionais) das demais? Como o senhor aborda as histórias comparadas? E como conceitua as histórias transnacionais? Quais são as maiores contribuições e dificuldades ao se utilizar tais abordagens?

José Beired: Lancei mão da abordagem comparativa na pesquisa que realizei sobre os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina.³ Depois de estudar a formação do peronismo no mestrado, interessei-me por uma das suas correntes constitutivas, uma corrente nacionalista de direita, que percebi também existia em outros países da região e na Europa. Mas como pesquisador e professor de História da América queria fazer um estudo não restrito a um único país e a alternativa que encontrei foi comparar com algo similar ao Brasil. O Brasil se justificava não apenas pela importância das correntes autoritárias, mas também por ser diferente da Argentina, assim como de outros países da região em vista da colonização portuguesa, do seu passado monárquico e das questões colocadas pelas suas camadas dirigentes. Inspirado nas ideias pioneiras de Marc Bloch a respeito das condições para a comparação,⁴ encontrei na pesquisa dos intelectuais autoritários a possibilidade de estudar um fenômeno internacional à luz das experiências históricas de dois países americanos. Acredito ter encontrado uma chave de compreensão do autoritarismo no Brasil e na Argentina à luz da história intelectual e da história política, o que apenas foi possível por meio da comparação. Ou seja, a comparação deve contribuir

² ORTIZ, Fernando. *Contrapunto cubano del tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987

³ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

⁴ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Mélanges Historiques*. Vol 1, Paris: S.E.V.E.N., 1963, p. 16-40.



para explicar não só um fenômeno em sentido amplo, mas também cada uma das situações estudadas.

Em relação à história transnacional, centra-se nos fenômenos que operam em duas ou mais regiões situadas em diferentes Estados nacionais. Como a própria terminologia indica, refere-se principalmente a uma realidade que emergiu na Europa a partir do Período Moderno. Para ampliar essa perspectiva, certos autores sugerem história conectada, global, cruzada ou atlântica para períodos anteriores ou quando o referente estatal e nacional não é relevante para o estudo do objeto. Utilizei-me dessa abordagem no estudo das relações entre a Espanha e a América no âmbito do movimento hispanista ou hispanoamericanista, entre meados dos séculos XIX e XX. Tratou-se de um movimento político e intelectual voltado para a aproximação entre a ex-metrópole e as ex-colônias, que procurei compreender por meio da circulação de intelectuais, ideias e publicações.

Acredito que de forma similar à comparação, não existe um método predeterminado que sirva de modelo geral para a história transnacional. Esta consiste em uma maneira de olhar os fenômenos e, por isso, é uma perspectiva que orienta o processo de investigação. Voltada para o estudo de pessoas, bens e ideias, permite questionar as grandes narrativas e os modelos explicativos.

Quais as vantagens de tais abordagens? A abordagem transnacional permite o melhor conhecimento dos fluxos e das conexões entre diferentes sociedades, ao passo que a comparação tem a vantagem de permitir compreender com maior profundidade a morfologia de cada um dos casos estudados e as variáveis internas a eles relacionadas. Contrariamente a Michel Espagne e Serge Gruzinski que criticam veementemente a história comparada,⁵ penso que a comparação não só ofereceu importantes contribuições, mas continua tendo um enorme potencial para compreender fenômenos e calibrar variáveis explicativas. Considero que história transnacional permite ver conexões encobertas que cruzam as unidades políticas nacionais e as diferentes regiões do planeta; oferece a possibilidade de “descentrar da Europa”, ou seja, romper com as visões que outorgam a essa parte do mundo o papel de motor do processo histórico, de centro difusor de mudanças e de medida do restante dos povos; e contribui ao estudo de um leque amplo de processos e atores. Por sua vez, tanto a história comparada quanto a transnacional

⁵ ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999; GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales*, vol. 56, n°1, jan-fév. 2001, p. 175-195.



implicam dificuldades, como por exemplo, ao requerer o conhecimento aprofundado dos diferentes contextos históricos e linguísticos envolvidos.

Revista Temporalidades: Com o surgimento de novas abordagens, a história comparada recebeu muitas críticas: as comparações seriam arbitrárias e poderiam cair no risco de cometer justaposições, generalizações e adotar uma visão eurocêntrica. Além disso, ressaltou-se que a comparação baseia-se em uma oposição binária entre diferenças e similitudes, ignorando que os objetos possuem múltiplas dimensões que muitas vezes se imbricam. Como fugir de tais riscos?

José Beired: Tais riscos de fato existem e devem ser considerados pelo historiador, que necessita refletir constantemente sobre o processo de pesquisa para evitá-los ou minorá-los, pois comparar objetos sem critérios adequados pode resultar em conclusões distorcidas ou de pouca valia. Para Marc Bloch a comparação deveria envolver fenômenos similares em uma mesma época e contexto. Por outro lado, Max Weber, considerava fecunda a comparação de fenômenos situados em épocas muito distantes. Uma vez que o objeto de pesquisa é o resultado de uma construção fundamentada do historiador, ambas as perspectivas são válidas. A justaposição de duas ou mais histórias paralelas assim como estabelecer generalizações com base no estudo de poucos casos também são riscos em que os estudos comparativos por vezes recaem e que devem ser evitados. O eurocentrismo tem sido alvo de muitos questionamentos e chamar a atenção para esse vício de interpretação tem sido um dos méritos da historiografia latino-americana, na qual obviamente incluiu a brasileira. Entendo que justamente a comparação, assim como a busca de conexões internacionais, pode ajudar a superar as visões eurocêntricas.

No tocante à oposição binária nos estudos comparativos, entendo que estabelecer diferenças e semelhanças é inevitável. Mas como já afirmei, não é possível estabelecer uma receita geral. Em cada caso estudado cabe ao historiador discernir tanto os elementos extremos da diferença e da semelhança, muitas vezes tipificados como uma espécie de tipos-ideais que orientam a análise, quanto as nuances, as quais na prática são em maior número e tendem a predominar no processo histórico.

Revista Temporalidades: Professor, como uma perspectiva historiográfica que ultrapassa as fronteiras nacionais pode contribuir para a história intelectual e a história dos intelectuais? Em que medida abordagens como a história comparada e



a história transnacional lançam novos olhares para experiências como a circulação de ideias e o trânsito de intelectuais?

José Beired: Os intelectuais são uma categoria social que não apenas existe e existiu em inúmeras sociedades, como também eles se reconhecem internacionalmente como um grupo social dotado de características mais ou menos comuns. Algumas delas são o gosto pela cultura, ciências, história, arte e política, assim como a familiaridade com certo repertório de autores e conceitos, independentemente das suas posições ideológicas e eventuais divergências políticas. Por exemplo, mesmo os intelectuais mais nacionalistas conhecem e mantem uma relação complexa de afinidade e repúdio em relação às correntes de ideias externas aos seus países. Os intelectuais também possuem certos papéis nas suas respectivas sociedades e geralmente se veem como uma categoria social à parte. Além disso, a condição de intelectuais os impele a pensar as questões nacionais de modo articulado com as questões externas, o que a meu ver torna muito pertinente não apenas seu estudo comparativo, mas também em perspectiva transnacional. Eles são atores privilegiados para estudar como as ideias circulam e são apropriadas em função dos contextos nacionais.

Revista Temporalidades: O senhor pesquisou o pensamento autoritário no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX. Como o senhor analisa o momento atual pelo qual as Américas passam? Este momento, tão diverso historicamente, guardaria semelhanças com o pensamento autoritário do início do século passado?

José Beired: O período entre as duas Guerra Mundiais foi marcado pelo auge da crítica ao liberalismo que havia moldado o sistema internacional e organizado internamente os países ocidentais desde o século XIX e é por isso que se diz que tal período terminou em 1914. A Revolução Russa se colocou como uma saída, mas na maioria dos países europeus predominaram as alternativas de extrema direita que combinavam em diferentes proporções nacionalismo, estatismo e militarismo. Na América Latina, a Primeira Guerra serviu de elemento catalisador da crítica ao liberalismo oligárquico e estimulou a disseminação de propostas a favor dos regimes corporativistas e centralizadores, autoritários e governados por líderes personalistas, frequentemente oriundo das forças armadas. Fascistas, católicos, reformadores e adeptos da tecnocracia abraçaram essa causa. A ideia predominante era que apenas o Estado forte teria condições de enfrentar os desafios internos da modernização econômica e da integração social.



Na conjuntura atual vivemos uma realidade muito diferente. Desde então muitas coisas aconteceram e a América Latina transformou-se substancialmente, embora com variações regionais e nacionais. Muitos países se industrializaram, urbanizaram e se tornaram sociedades complexas que, a despeito de intervenções militares e regimes autoritários, se encaminharam na direção da construção da democracia política e da afirmação dos direitos sociais. O fim dos regimes autoritários nos anos 1980 colocou o desafio da democratização política e da afirmação dos direitos civis, políticos e sociais de forma concomitante à resolução da crise da dívida, da hiperinflação e do esgotamento das políticas de substituição de importações. Hoje vivemos uma certa desilusão em relação às elevadas expectativas daqueles anos.

As teses nacionalistas, estatistas, centralizadoras, personalistas e decisionistas são atualmente sustentadas em nome de grupos que se autoneameiam de esquerda. Mas tal como antes, o liberalismo econômico e a expansão capitalista sintetizada na globalização são denunciados por certos governos (especialmente Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua) como responsáveis pelos problemas da América Latina. A direita por sua vez mostra-se tanto mais radical quanto mais enaltece o liberalismo livre das travas do Estado e da regulação social do mercado. E no meio disso temos propostas reformistas que buscam compatibilizar capitalismo regulado e justiça social, as quais tendem a predominar apesar das suas contradições.

Nada mais polêmico que as análises sobre a situação atual. Para alguns observadores a América Latina viveu um ciclo de governos de esquerda que promoveram reformas sociais agora bloqueadas pelos interesses externos e pela oposição conservadora interna. Para outros, entre os quais me incluo, a prosperidade e a redistribuição de renda foram propiciadas basicamente pelo notável aumento dos preços das *commodities* e em especial da economia chinesa da qual somos cada vez mais dependentes. A retomada das práticas populistas é a principal marca de governos e forças políticas que pouca relação guardam com a tradição da esquerda ocidental, incluída a latino-americana, nas suas variantes comunista, socialista ou social-democrata.

Todos os países da região viveram desde os anos 1990 o desafio de ajustar das economias nacionais ao processo de globalização e de ao mesmo tempo responder às demandas do sistema político e dos agentes sociais internos. Os países muito pequenos, com economias agroexportadoras e de enclave mostraram maior dificuldade em lidar com isso, apostando em fórmulas nacionalistas, centralizadoras e defensivas ante a globalização, as quais não se mostram suficientemente viáveis no futuro, a exemplo dos países que



integram o movimento bolivariano. No caso da Venezuela, a título de libertar o país do jugo externo e promover a justiça social, o chavismo aprofundou até limites inéditos e catastróficos a dependência de um único produto e de uma única empresa, o petróleo e a PDVSA. As consequências sociais e políticas do esgotamento do modelo de exercício do poder na Venezuela são dramáticas, o futuro do país é imprevisível e os demais países da América do Sul mostram-se impotentes para auxiliar na busca de uma saída para a crise.

Em contrapartida, Cuba, tradicional ponto de referência do socialismo na América Latina, encontra-se em um processo de normalização das relações com os Estados Unidos e de aprofundamento da economia de mercado, com crescentes investimentos na área do turismo internacional. Teremos um retorno aos anos 1950? Certamente não, pois a história não se repete e muitas coisas mudaram desde queda de Fulgêncio Batista. Apesar disso, é forçoso constatar o relativo fracasso do projeto revolucionário, assim como os limites da vontade transformadora do ser humano diante da inércia das estruturas históricas.

Mais dramático é reconhecer os limites do sistema político para dar continuidade às justas aspirações das sociedades latino-americanas pela concretização de mudanças estruturais que elevem de modo permanente o patamar dos direitos civis, políticos e sociais, comprometidos tanto pelas iniciativas eleitorais de curto prazo quanto pela persistência do clientelismo e do patrimonialismo. De qualquer forma, sou otimista com relação ao futuro. A América Latina já enfrentou outros desafios no passado, assim como já demonstrou a sua capacidade para encontrar alternativas criativas, democráticas e em compasso com as exigências das transformações do mundo.



O governo dos povos no Brasil Holandês

Popular government in dutch Brazil

Amanda Peruchi

Mestranda em História

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – campus de Franca

amandaperuchi@outlook.com

RESUMO:

Durante a ocupação holandesa na Capitania de Pernambuco, entre os anos de 1630 e 1645, diversos povos se instalaram nessa região como os neerlandeses protestantes, os portugueses católicos, os judeus de diferentes lugares, que vinham fugindo da inquisição, e os índios locais. Na tentativa de melhor administrar o território e sua população tão diversificada os batavos se propuseram, primeiramente, a descrever aqueles povos que estavam em seu domínio. Nesse sentido, o presente artigo pretende mapear, a partir de alguns escritos sobre o Brasil Holandês, desde relatos de viagens até a registros políticos como o do próprio Conde João Maurício de Nassau – que governou por oito anos (1637-1644) –, como os holandeses perceberam e administraram a diversa população daquelas terras no decorrer de seu domínio.

PALAVRAS-CHAVES: Brasil Holandês – diversos povos – Nassau.

ABSTRACT:

During the dutch occupation in the province of Pernambuco, between 1630 and 1645, several people have settled in this region as the protestants dutchs, catholics portugueses, jews from different places, fleeing the inquisition, and the local indians. In an attempt to better manage the region and its diversified population, the Dutch have proposed to describe those people who were in your domain. In this sense, this article aims to describe from some writings on the Dutch Brazil, from travel accounts to the political records as himself the Count John Maurice of Nassau – that was there for nine years (1637-1645) – how the Dutch notice and managed so diferent people in the course of their domain.

KEYWORDS: Brazil Dutch – several peopel – Nassau.

Conhecer

Em fevereiro de 1630 a armada da Companhia das Índias Ocidentais – como resultado de uma decisão tomada anteriormente – começava a sua tentativa de conquistar a Capitania de Pernambuco, atacando primeiro o território de Olinda e depois o de Recife. No entanto, foram necessários quase cinco anos para que esses mesmos homens da Companhia das Índias tomassem definitivamente essa capitania.¹ Com a conquista, os batavos deram início à

¹ MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês* (1630-1645). São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 57.



administração de Pernambuco que contou, a partir de 1637 até 1645, com a presença do Conde João Maurício de Nassau. Durante o período em que administravam essa região, os batavos produziram diversos registros ou mesmo foram registrados por alguns viajantes que visitaram o domínio holandês. Assim, a proposta deste presente artigo é mapear, tendo como base esses escritos, como esses novos donos da Capitania de Pernambuco administraram esse território que tinha, conforme será apresentado, uma população tão diversa.

Desde quando a Companhia das Índias Ocidentais autorizou a invasão na Capitania de Pernambuco, alguns projetos de organização administrativa começaram a ser redigidos como, por exemplo, o Plano administrativo de 1629 que, em linhas gerais, determinava os principais caminhos que a Companhia das Índias deveria seguir a fim de governar satisfatoriamente as novas terras. O Plano, além disso, por ter sido elaborado antes mesmo da conquista pode ser um importante indício de que, muito provavelmente, os holandeses tinham certeza de que sairiam vitoriosos da luta contra os espanhóis – o Brasil estava sob domínio do Rei da Espanha no período da invasão. Entretanto, independentemente do real objetivo do escrito, o Plano administrativo de 1629, depois que os batavos saíssem vencedores da guerra, deveria ser implantado e cumprido pelo Conselho Político, órgão que figurava na Capitania de Pernambuco e “que não só regia a república, mas ainda os negócios de guerra e do comércio, segundo as leis neerlandesas”², conforme anotou o humanista Gaspar Barléu em seu livro *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, de 1647. A obra de Gaspar Barléu, vale dizer, foi escrita por encomenda do próprio Conde de Nassau que desejava divulgar na Europa os feitos de seu governo em Pernambuco e, por isso, acaba tendo um caráter saudosista na maior parte das vezes. No entanto, as informações por ele oferecidos sobre esse período são enormes e, portanto, não devem ser desconsideradas.

Mas, voltando ao Plano administrativo de 1629, observamos que dois pontos merecem ser destacados: a preocupação com a tranquilidade da vida dos habitantes e com sua liberdade religiosa, considerados marcos fundamentais para a prosperidade do governo holandês. Esses pontos, de acordo com o escrito, determinavam que os batavos deveriam ser previdentes para que se pudesse reinar a tranquilidade nas terras conquistadas, tranquilidade, principalmente, no que se referia à convivência entre os diferentes moradores do Brasil Holandês: os neerlandeses protestantes, os portugueses católicos, os judeus vindos de diferentes lugares fugidos da inquisição e os índios locais e suas variadas crenças. Logo, com essa preocupação, o 10º artigo do Plano administrativo apresentava que:

² BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974, p. 28.



A liberdade dos espanhóis, dos portugueses e dos nativos sejam eles católicos ou judeus, será respeitada. A ninguém será permitido molestá-los ou sujeitá-los a inquéritos em assuntos de consciência ou em suas residências particulares; que ninguém se atreva a inquietá-los, perturbá-los ou causar-lhes qualquer dificuldade – sob pena de castigos arbitrários, ou segundo as circunstâncias de severa e exemplar reprovação.³

Segundo o artigo, os batavos assegurariam a todos aqueles povos conquistados que eles não sofreriam nenhum tipo de perseguição em relação a religião que eles professavam e aos que descumprissem a regra prometida sofreria severos castigos. De maneira geral, apesar da elaboração desse e de outros planos que visavam uma boa administração das terras que seriam invadidas, tais planejamentos, segundo Barléu, não foram nem de longe colocados em prática após a conquista da região, gerando certa desorganização administrativa no Brasil Holandês.⁴ Esse descaso teria acontecido, principalmente, porque os batavos estavam mais preocupados com os lucros que o território recém conquistado poderia oferecer. A negligência com os assuntos administrativos foi tanta que mesmo assuntos importantes como, por exemplo, “sobre abastecimento de vitualhas, sobre armas, empréstimos contraídos e por contrair, rendas e impostos, e bem assim acerca do trato africano e do transporte de escravos para a América” foram poucos discutidos, apesar de toda a aparente preocupação anterior.⁵

Segundo contou Barléu, a precariedade que se encontrava a Capitania de Pernambuco somado ao desespero que imperava entre os habitantes, exigia rapidamente uma mudança no sistema de governo vigente. O cenário necessitava, portanto, de alguém forte e suficientemente competente para retomar as rédeas do domínio holandês. Teria sido nessa ocasião que o cargo de governador do Brasil Holandês foi oferecido a João Maurício de Nassau, a quem foi atribuído o predicado de ser um bom soldado e estadista, dentre muitos outros.⁶ Se tomarmos como base o registro de Gaspar Barléu, veremos que o Conde de Nassau parecia ser a pessoa mais indicada para assumir a administração do domínio holandês já que ele possuía todos os adjetivos que os moradores da Capitania de Pernambuco e os membros da Companhia das Índias Ocidentais desejavam. Ainda nas palavras do humanista, a nomeação era apreciada em virtude de seus grandes e recentes feitos militares e pelo fato de que Nassau gozava da aprovação da população, pois tinha “muitas virtudes e honras” e também era considerado “digno e capaz” para a função.⁷

³ Citado em: WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. Trad. Olívia Krähenbühl. 1 ed. São Paulo: Pioneira, 1966, p. 49.

⁴ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 28.

⁵ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 28.

⁶ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Trad. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. 3 ed. Recife: CEPE, 2004, p. 140.

⁷ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 30-31.



João Maurício de Nassau foi, então, nomeado Governador-Geral do Brasil Holandês e chefe das operações militares no Brasil e partiu da Holanda dia 25 de outubro de 1636 com “pleno assentimento e a mais firme esperança de todas as classes sociais”⁸. Para a reforma administrativa que viria acontecer no domínio holandês, os Estados Gerais e o Príncipe de Orange ratificaram os poderes ao Conde a partir de algumas cláusulas e entregaram uma carta de administração que, dentre outras coisas, reiterava as leis de cunho religioso. Nessa nova tentativa de fazer com que algumas leis de organização social, previamente expostas no Plano administrativo de 1629, fossem cumpridas, a liberdade de culto e a proteção para as pessoas de fé judaica e católica fixaram-se novamente como a melhor forma de gerir as diferentes gentes do Brasil Holandês.⁹

No entanto, tendo em vista à diversidade populacional existente no Brasil Holandês, observamos que a tarefa para qual João Maurício de Nassau tinha sido destinado não era fácil. Governar uma Capitania com povos de raízes tão diferentes e de religiões tão diversas pareceu ser algo que mereceu grande atenção de seu governante. Muito provavelmente querendo conhecer melhor o povo que governava que, em 1640, os conselheiros Hamel, Bas e Bullestrate¹⁰ escreveram sobre essas gentes. Segundo o relatório, a população do Brasil Holandês se dividia em livre e escrava. A população livre consistia de indígenas, holandeses, portugueses e de judeus portugueses que, de acordo com o escrito, “vieram em grande número da Holanda para o Brasil e aí se fixaram”. Já a população escrava se dividia em três categorias: os que vinham “da costa da África, do Maranhão e dos naturais desta terra”¹¹. Essa heterogenia populacional, aliás, foi sempre retratada pelos viajantes ou em relatórios enviados à Companhia das Índias Ocidentais como, por exemplo, no documento de Adriaen Jacobsz van der Dussen¹², membro da assessoria do Conde como Conselheiro do Brasil desde 1636, período de reorganização da administração da conquista.

Neste relatório, Adriaen Jacobsz van der Dussen escreveu que os moradores podiam ser divididos em “pessoas livres e escravas; as pessoas livres, em holandeses, portugueses e brasileiros; as escravas, em negros e tapuias do Maranhão”¹³. Os batavos, considerando esses

⁸ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 31.

⁹ WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*, p. 53.

¹⁰ Os três formaram com o Conde o Alto e Supremo Conselho Político durante o período nassoviano.

¹¹ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II: a administração da conquista. Organização e estudo introdutório de Leonard Dantas Silva e apresentação de Dorany Sampaio*. 2 ed. Recife: CEPE, 2004, p. 107.

¹² Segundo Evaldo Cabral de Mello, “os documentos oficiais holandeses ocupam-se detidamente com as populações da colônia. É, contudo, o relatório de Adriaen van der Dussen (...) que melhor a descreve (...)”. MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês*, p. 252.

¹³ Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: *Fontes para história do Brasil holandês I: a*



povos diversos em seu domínio, acabaram mostrando, conforme pode ser observado em diversos escritos políticos administrativos, uma grande preocupação em conhecer essa vasta população para atender os interesses de toda a gente acerca da tranquilidade na região, como desde o início haviam planejado. Além disso, tal fato, muito provavelmente, incentivou a forma minuciosa com que eles descreveram aquelas gentes, já que, de algum modo, suas exposições poderiam ser úteis para uma melhor administração.

Nessas descrições, tais homens emitiram pareceres, por exemplos, sobre os indígenas que habitavam do domínio holandês. Ao descrever as características gerais da população, Adriaen van der Dussen se atentou, principalmente, para a forma como ela vivia. Segundo o relatório, os nativos viviam em “casa feitas de palha ou pindoba (...) com suas mulheres e filhos” e tinham a bebida como grande preocupação. A esse respeito, inclusive, o assessor do Conde de Nassau afirmou que os nativos “não trabalham nem para si próprios nem para outrem a fim de ganhar dinheiro, a não ser para ter o que beber ou para adquirir um pouco de pano para fazer camisas para as mulheres”, pois o “dinheiro de nada valeria para eles, se não fosse possível adquirir com ele aguardente”. O apresso dessas gentes pela aguardente pareceu ser, na visão dos batavos, uma arma para fazer os indígenas trabalharem para eles, tanto que o relatório deixou escrito que “com aguardente consegue-se tudo deles [indígena]”¹⁴.

Outra descrição da população indígena que se fixou na tradição de escritos holandeses sobre o Brasil Holandês como um dos mais importantes foi o de Zacharias Wagener, escrivão particular¹⁵ do Conde Nassau durante o período de 1637 até 1641, quando escreveu *Zoobiblion: Livro de animais do Brasil*. Segundo o escrivão, os homens brasileiros, isto é, os índios eram de média estatura, com cabelos negros e poucos pelos pelo corpo, tinham a cor da pele amarelada e não contavam com grandes trajes e objetos domésticos. As mulheres brasileiras, por sua vez, eram de baixa estatura e andavam eretas com “seus longos cabelos negros” “habitualmente em tranças” pensos sobre os ombros. Com seus maridos, observou-se o escrivão que elas eram muito leais, os “acompanhando às guerras, carregando os filhos, cachorros e também cestos e sacos, como as mulas, sem se preocuparem com o calor e a chuva, suportando todas as fadigas”¹⁶. Complementando a descrição de Wagener, Gaspar Barléu, em sua obra *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, escreveu que os homens brasileiros andavam

economia açucareira. Organização e estudo introdutório de Leonard Dantas Silva e apresentação de Dorany Sampaio. 2 ed. Recife: CEPE, 2004, p. 177.

¹⁴ Relatório sobre o estado das Capitâneas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 182.

¹⁵ Segundo o próprio Wagener em sua autobiografia era um secretário particular.

¹⁶ WAGENER, Zacharias. *Zoobiblion: Livros de animais do Brasil*. Trad. Olivério Pinto e Alfredo de Carvalho. 1 ed. São Paulo: Brasiliensia Documenta, 1964, p. 320-321.



completamente nus, mas pintavam e enfeitavam o corpo com as mais variadas penas. Sobre as mulheres, apontou que elas usavam cabelos longos, mas eles eram cortados “durante o luto ou na ausência do marido”¹⁷.

Os tapuias pareceram merecer uma descrição somente deles nos escritos dos batavos. De acordo com Gerrit Gerbrantsz Hulck em seu texto *Uma breve descrição dos tapuias no Brasil*, escreveu que eles possuíam características singulares, sendo “extraordinariamente altos, fortes e corpulentos”, tanto que quando “acertam alguém” com um machado matam “com uma pancada só”¹⁸. Porém, quando lutam contra os inimigos, “não há nenhuma ordem, mas sim correm em confusão”, no entanto, não era nada que fosse suficiente para fazer com que eles saíssem prejudicados de alguma luta, pois, por serem muito fortes, causavam com frequência “muito dano aos inimigos”¹⁹. O próprio Conde, em uma carta transcrita por Barléu e enviada ao Príncipe de Orange, descreveu que existia “por essas regiões um gentio feroz, bárbaro, de costumes inteiramente rudes, da raça dos antropófagos, [...] de corpo robusto, de boa compleição e de porte elevado”²⁰. Wagener, assim como Barléu e o Conde de Nassau, mostrou que as mulheres tapuias eram “grossas e gordas” e de cabelos curtos, e andavam, assim como os homens, completamente nuas, “porém, mais pudicas e recatadas, porquanto, apreciando o belo avental verde”. Por não permanecerem em um mesmo lugar por muito tempo, possuíam habitações “toscas e feias”, e estavam sempre em busca de “raízes estranhas, grandes serpentes e muitos pássaros selvagens para alimento dos seus estômagos famélicos”²¹.

Sobre as crianças, Wagener escreveu que quando atingiam a idade de sete ou oito anos elas abriam grandes buracos nas orelhas, onde colocavam pedaços de madeira como prova de que estavam prontas para as batalhas. Aos tapuias, também eram permitidos que tomassem quantas mulheres quisessem e, segundo sua lei, se caso alguma dessas esposas ficasse “doente, estéril, velha de mais ou sem força, as desdenha[vam] pelas mais jovens e não as procura[vam] mais”. Contra o inimigo eram surpreendentes, podendo correr em grande velocidade, disparando dardos contra eles e, por isso, seriam de muita utilidade aos holandeses. Outro costume observado foi o modo como tratavam os mortos, afinal “não sepulta[vam] o cadáver, mas o corta[vam] e dividem em muitos pedacinhos, parte dos quais devora[vam] crua e parte assada, alegando que seu amigo ficaria bem guardado dentro do seu corpo do que no seio da terra negra”. Sobre esse ritual

¹⁷ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 23.

¹⁸ Uma breve descrição dos tapuias no Brasil por Gerrit Gerbrantsz Hulck. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. LVIII, 1993.

¹⁹ BARO, Roulox. *Relação da viagem ao país dos tapuias*. Tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues; nota introdutória de José Honório Rodrigues. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 99.

²⁰ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 45.

²¹ WAGENER, Zacharias. *Zoobiblion*, p. 323-324.



fúnebre, o que horrorosamente assustou os holandeses foi o hábito das mães comerem as crianças que nasciam mortas, pois, sendo filho, estaria bem guardado dentro de onde havia saído.²²

Além de descreverem os indígenas, observa-se que os batavos elaboraram algumas propostas que, possivelmente, foram colocadas em prática sobre a educação e o ensino religioso dos indígenas. O historiador José Antônio Gonsalves de Mello descreveu algumas das tentativas de se implantar a educação dos nativos; para tanto, analisou as cartas trocadas entre o Conselho Político e o Conselho dos XIX. A primeira tentativa, segundo o historiador, teria sido em 1635, quando o Conselho Político enviou alguns meninos índios à Holanda para serem educados, com o intuito de que, depois de retornarem ao Brasil, transmitissem o aprendido aos que ficaram na Capitania.²³ Porém, o próprio Conselho percebeu, ainda no mesmo ano, que este era um método difícil de ser aplicado, pois como os idiomas eram diferentes, os holandeses nem sempre conseguiam se comunicar de forma apropriada com os nativos da América.²⁴ Apesar da tentativa fracassada, logo no ano seguinte, em 1636, o Conselho de Pernambuco estabeleceu novas propostas para a instrução dos indígenas, abandonando a ideia de embarcar os índios para a Holanda. A preocupação dos holandeses com a educação dos meninos indígenas se deu, segundo o Conselho, por serem os indígenas estúpidos, de modo que se os pequenos continuassem a ser educados pelos seus pais, tornar-se-iam igualmente ignorantes. Desse modo, era primordial que os “miúdos” fossem separados de seus pais para não aprenderem superstições e costumes bárbaros.²⁵ Assim, a nova proposta para a educação consistia em trazer da Holanda algumas famílias para viverem no âmbito das aldeias, construindo escolas que admitissem os brasilianinhos a partir dos cinco anos de idade. Para a organização dessas escolas, algumas instruções foram enviadas da Holanda à Servaes Carpentier²⁶, as quais foram transcritas pelo historiador José Gonsalves de Mello.²⁷ Entre elas, destaca-se o item 27, que explica como o ensino e a vida diária nas escolas deviam ser promovidos:

Das escolas os meninos não sairiam antes – e só então – de saberem ler, escrever e falar o holandês e dar provas de estarem no caminho da salvação e

²² WAGENER, Zacharias. *Zoobiblion*, p. 323-324.

²³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 222.

²⁴ Sobre a questão linguística em relação aos índios ver: MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A Palavra e o Império: A arte brasílica e a conquista do Maranhão. *Revista de História*, 2011, n. 65, p. 1-35. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19218>. Acessado em 09/05/2016.

²⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 222.

²⁶ Servaes Carpentier foi Diretor da Companhia da Paraíba em 1635 e no ano seguinte, 1636, assumiu como Conselheiro Político do Conde. Escreveu também vários relatórios sobre o nordeste brasileiro durante o período que viveu em Pernambuco a serviço de Nassau (1637-1644).

²⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 222.



no da verdadeira religião. Os jovens brasileiros que nunca se alimentaram senão de farinha e frutos silvestres seriam alimentados, enquanto na escola, pelos próprios pais, os quais de preferência devem trazer por mês a farinha de que os seus filhos necessitarem, assim como panos de algodão e outras coisas necessários para o vestuário. Os meninos que ao fim se mostrarem mais ágeis de entendimento seriam escolhidos para prosseguir no estudo, ou seja, em uma escola a ser criada no Brasil ou então enviados para a Holanda, de modo que nas suas próprias nações haja alguns que lhes falem de Cristo. Finalmente por este meio uniremos firmemente a nós todos os brasileiros, não só pelo uso de uma mesma língua como pelo seguro laço da religião verdadeiramente compreendida.²⁸

Por este item, pode ser percebido que, apesar de ser uma escola regida pelas regras batavas, os meninos seriam mantidos com o auxílio de seus pais, que levariam alimentos e vestuários para eles. Vale ressaltar que a teoria de os levarem para Holanda não se erradicou completamente, mas, dessa vez, apenas os que tivessem destaque seriam enviados para continuar os estudos no outro lado do Atlântico. Igualmente destacável é a conclusão deste item, que afirma ser umas das maiores preocupações o ensino da língua holandesa, superando a instrução devida sobre a religião. Disso, podemos concluir que a preocupação não se baseava somente no ensino da religião protestante, mas sim a de instruí-los na língua holandesa para ficarem unidos aos batavos; logo, o laço pela religião seria uma consequência da união através do idioma.

Outra população que integrava os moradores do Brasil Holandês era a dos portugueses, que continuaram a viver no território após a conquista holandesa e se submeteram ao domínio dos conquistadores, sendo considerados os segundos moradores do país, pois vieram com a colonização lusitana ou no tempo do Rei da Espanha. O contingente lusitano era tão grande que, mesmo estando o território dominado, o número de portugueses era o dobro dos invasores, embora muitos tenham fugidos após a invasão.²⁹ Os que aceitaram o jugo dos batavos continuaram em suas antigas posses, adquirindo, inclusive, algumas das possessões abandonadas por seus conterrâneos fugitivos. Apesar de ficarem do lado holandês, muito desses luso-brasílicos perderam grande quantidade dos seus bens com a guerra da invasão e empobreceram. A dívida da maior parte dos senhores de engenho era tão alta que se tornaram impossíveis de serem quitadas junto aos credores; por isso, muitos preferiram “fugir para a Bahia ou esconder-se pelos matos”, como escreveu o frei Manuel Calado do Salvador em *O Valeroso Lucideno*.³⁰ Além de falidos, esses portugueses acabaram humilhados em seus próprios engenhos ou mesmo ofendidos por seus credores, até mesmo pelos flamengos, que não os poupavam dos mínimos constrangimentos.

²⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 223-224.

²⁹ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês: 1630 a 1654*. 3 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 71.

³⁰ SALVADOR, frei Manuel Calado do. *O valeroso Lucideno*. 2 ed. São Paulo: Cultura, 1945, p. 321.



Além das dívidas contraídas, os senhores de engenhos portugueses também perderam o poder político que desfrutavam na Capitania de Pernambuco para os batavos. Em vista das dívidas adquiridas e da queda nos lucros, grande parte dos moradores também contraíram dívidas e assumiram mais despesas do que podiam arcar.³¹ Em virtude dessa situação precária dos portugueses, o Conde de Nassau, quando assumiu a administração do Brasil Holandês, percebendo a importância que os portugueses poderiam ter para a manutenção da capitania, reduziu os impostos e ofereceu créditos para que tanto os engenhos destruídos como seus senhores falidos conseguissem se recuperar.³² De maneira geral, a relação entre portugueses e holandeses dificilmente foi mantida sem alguma discórdia, já que os lusos não eram gentis com os flamengos e assim que encontravam “qualquer pequena ocasião demonstram sua inclinação”³³.

Deixando então os portugueses de lado e passando para a descrição da população escrava existente no Brasil, observam-se as “três espécies” já citadas: os negros africanos, os vindos do Maranhão e os do próprio Brasil. Os escravos africanos eram naturais de algumas regiões do continente Africano, como Angola, Ardra, Guiné, Serra Leoa e Cabo Verde, sendo os de Angola os preteridos, pois eram “considerados os mais trabalhadores”, como destacou Adriaen van der Dussen em seu relatório de 1640.³⁴ Os de Ardra eram os menos procurados, por serem preguiçosos, sem iniciativas e difíceis de se adaptarem ao trabalho, além de se revoltarem com maior frequência contra os senhores. Os escravos brasileiros são os que foram cativados pelos tapuias e vendidos aos portugueses. Porém, após a conquista dos batavos esses escravos se aliaram aos holandeses e foram libertos por eles. E os do Maranhão foram trazidos de lá como prisioneiros do Rei da Espanha com permissão para serem negociados. Esses, foram mantidos em estado servil porque não forneciam qualquer benefício que criassem obrigações com os batavos, ou seja, nunca foram solícitos.³⁵

Em vários relatos de viagens é possível observar como seus autores se ocuparam em narrar a relação dos senhores de engenhos com seus respectivos escravos, como o composto pelo francês Pierre Moureau, que esteve no Brasil durante a ocupação holandesa e que também ficou conhecido entre os holandeses. Moureau ficou escandalizado com o modo pelo qual os escravos

³¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 241.

³² BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. 1 ed. São Paulo: Nacional, 1961, p. 159.

³³ Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 182.

³⁴ Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 186.

³⁵ Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 187.



eram tratados no Brasil, apontando que era “desumano e impiedoso” o tratamento “que se usa para com esses desgraçados cativos”. Ele descreveu alguns castigos utilizados, como, por exemplo, a prática de rasgar a golpes a pele dos cativos, que a seguir “era untada a vinagre e sal, sem que ousassem gritar ou se queixar, sob pena de receber o dobro”, ou ainda, o castigo empregado para aqueles que ficassem doentes, que “recebiam menos cuidados que os animais”³⁶.

Por fim, os últimos a serem descritos pelas anotações dos batavos foi a própria população holandesa que habitava a região. Conforme o relatório de Adriaen van der Dussen, eles se dividiam “em pessoas que prestam serviço exclusivo e atualmente à Companhia e recebem salários e em pessoas que não estão a ela subordinadas”. Os que não recebiam salários da Companhia eram os que tinham vindo nessa condição da Holanda ou os que “depois do término do seu contrato, deixaram o serviço da Companhia” e, portanto, não estavam a ela submissos. Os que estavam com os contratos encerrados eram importantes, pois representavam um número considerável de pessoas que foram oficiais ou soldados e, assim, caso houvesse necessidade, pegariam as armas novamente e defenderiam “a conquista sem despesa para a Companhia”, conforme a informação do relatório.³⁷ Já aos que tinha vindo da pátria por conta própria, eram denominados particulares, sendo, na maioria das vezes, mercadores com seus empregados.³⁸

Até aqui, a preocupação foi mapear as descrições que os viajantes e conselheiros do governo holandês fizeram sobre a diversidade populacional. Aventa-se a hipótese de que tais descrições foram importantes para que se estabelecesse certa ordem durante o governo de Maurício de Nassau. Isso porque as falhas administrativas do período inicial da invasão, percebidas pelos conselheiros e viajantes, geraram a necessidade de variadas advertências ou até mesmo demissões daqueles que ocupavam os cargos administrativos no Brasil Holandês. Com a chegada de Nassau, o Conselho Político foi transformado em Alto e Secreto Conselho (*Hoge em Secrete Raad*) sob a presidência do Conde e de mais três conselheiros que assumiram o governo das conquistas batavas.³⁹ Essas mudanças foram seguidas de algumas outras ações providenciadas pelo próprio Conde João Maurício de Nassau para reorganizar o Brasil. Personagem que, como caracterizou Barléu, foi aclamado, tanto pelos Estados Gerais como pelos inimigos de países estrangeiros que passaram a temer sua figura, em razão, muito provavelmente, aos êxitos obtidos

³⁶ MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre portugueses e holandeses*. Tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues; nota introdutória José Honório Rodrigues. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979, p. 34-35.

³⁷ Relatório sobre o estado das Capitâneas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 177.

³⁸ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitâneas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 102.

³⁹ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 292-293.



em suas primeiras iniciativas governamentais e expedições pelo país.⁴⁰ Tendo como ponto de partida esse momento crucial na história do Brasil Holandês, ou seja, a partir do momento em que o Conde de Nassau assumiu a administração dessas terras do norte do Brasil, o objetivo a seguir é tentar mapear e descrever algumas mudanças concernentes principalmente a vida religiosa desses povos tão diferentes e que foram fundamentais para a governabilidade dos batavos.

Governar

No eclesiástico ou em coisas da Igreja, a condescendência ou a tolerância é mais necessária no Brasil do que entre qualquer outro povo a que se tenha concedido liberdade de religião. Se por acaso o fervor e o zelo cristão pelo verdadeiro culto persuadirem outra coisa a Vossas Nobrezas, convém que nesta conjuntura não manifestem tal intuito; cada um de Vossas Nobrezas faça-se insensível neste particular, para evitar grandes inconvenientes.⁴¹

Essas palavras foram escritas pelo Conde João Maurício de Nassau em sua *Memória*, de 1644, uma espécie de instrução para os próximos administradores do Brasil Holandês. Nas palavras do Conde, seus sucessores poderiam estar “certos de que nada avancei neste papel que eu mesmo não tenha posto em prática”, ou seja, todas as instruções legadas são frutos de sua própria experiência como governante. No trecho de sua *Memória* citado no início deste tópico, observa-se como o Conde entendia que no Brasil era necessária a tolerância religiosa com os moradores e que os primeiros atos de um novo governo deveriam ser voltados para satisfazer o povo dominado. Com isso, o governante obteria “tranquilidade entre o povo, a obediência, a honra e o respeito”⁴². Nassau apontava tal necessidade, muito provavelmente, em função da diversidade populacional, ou seja, algumas concessões precisariam ser feitas para atrair moradores e fazê-los aliados dos batavos na boa condução da região conquistada. Vale destacar que, além de agradar os moradores do Brasil, o Conde precisava atrair um maior número de habitantes, a fim de povoar o território e defendê-lo contra possíveis ataques de inimigos. Assim, a preocupação no decorrer deste artigo é descrever como os holandeses, principalmente a partir da figura do Nassau, construíram determinadas práticas administrativas com o objetivo primeiro de conquistar aliados dentre os habitantes locais.

⁴⁰ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 44.

⁴¹ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 406.

⁴² Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 404.



Na primeira carta que Nassau escreveu ao Príncipe de Orange, em 03 de fevereiro de 1637, com o nome de *Breve discurso das quatro capitánias conquistadas*, portanto, logo após a sua chegada ao Brasil, foram expressadas algumas preocupações referentes à situação do povo nas terras conquistadas e, igualmente, sobre algumas providências já tomadas e outras que precisariam ser implantadas. Nessa carta, o Conde descreveu as belezas da região e como tal lugar o deixava maravilhado, mas observou, também, que tanta beleza era mal aproveitada, já que “só de habitantes carece a terra”. A impressão de uma terra desolada gerou a primeira iniciativa administrativa do Conde, pois nessa mesma carta ele pedia “colonos para povoar e cultivar seus desertos”, tendo em vista que “sem colonos nem podem as terras ser úteis à Companhia, nem aptas para impedir as irrupções dos inimigos”⁴³. Além disso, o Conde, naquela oportunidade, segundo Barléu, propôs “que se abrissem as prisões de Amsterdã e se mandasse para cá os galés” a fim de trabalharem nas terras brasileiras para corrigirem seus atos.⁴⁴ Era, assim, uma alternativa de colonizar as terras com os homens que a Holanda não queria por lá. Ainda, nessa mesma carta, ele relatou a falta de alimentos e de soldados, pedindo que “mandai-nos reforços, armamentos e vitualhas. A soldadesca diminui já por baixa, já por morte” e sem mantimentos nada pode se fazer, nem mesmo defender a terra. Alertou, ainda, ao Príncipe de Orange que “se deixardes de enviar estas coisas, a empresa ruirá, e perigará neste mundo estrangeiro, entre amigos e desafetos, o bom nome da Capitania”⁴⁵.

O Conde, como pode ser observado, revelava ao príncipe da Holanda a necessidade de enviar colonos que povoassem o Brasil, colonos que também seriam úteis na manutenção da conquista, proporcionando uma redução nos gastos da Companhia, isto é, “para a conservação e progresso deste Estado e grande diminuição dos seus encargos”. Do mesmo modo, no *Breve discurso*, ele escreveu que “quanto mais imigrantes vierem morar” na conquista mais a terra seria cultivada e, conseqüentemente, mais frutos iria produzir para o benefício da Companhia das Índias Ocidentais. Além disso, se esses imigrantes fossem holandeses, poderiam defender melhor a terra contra os “infieis moradores portugueses” ou contra qualquer revolta ou invasão que ocorresse, servindo “como bons soldados”.⁴⁶ Contudo, apesar da chegada dos colonos ser imprescindível, tanto Nassau como seu conselheiro, Adriaen van der Dussen, alegaram que não seria conveniente para a Companhia enviar colonos de mãos vazias, “pois que isto não contribui para o povoamento do país, porque, em primeiro lugar, não é possível obter terras com

⁴³ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 45.

⁴⁴ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 46.

⁴⁵ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 46-47.

⁴⁶ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitánias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 102-103.



facilidade, de vez que todas já têm dono e as terras virgens incultas estão situadas muito no interior do país”⁴⁷. Portanto, até que os colonos se estabelecessem, eles ficariam aos cuidados da Companhia, gerando despesas que nunca seriam ressarcidas, ao invés de lucros. Nassau, apesar de defender que não se enviassem colonos que não estivessem preparados, destacou, por fim, que se não houvesse outra saída, deveriam ser enviados qualquer tipo de colono, pois a falta era muito grande. Escreveu, ainda, que se não fosse possível manter os colonos de mãos vazias longe do território da conquista holandesa, que pelo menos não fossem doadas aos colonos as terras apreendidas dos portugueses, pois “não convém dar aos colonos as terras confiscadas e cultivadas, com o privilégio de ficarem isentos durante cinco anos de todos os dízimos ou outros direitos” já que essas terras poderiam facilmente ser vendidas por um bom dinheiro, proporcionando lucros a Companhia. E complementou dizendo que se fosse realmente necessária a doação das terras, que doassem, pelos menos, as incultas, ou seja, as “não trabalhadas, que até o presente não tiveram nenhum senhor particular. Mas, essas se acham situadas muito para o interior, acima de todos os lugares habitados e dos currais, e duvidoso é que os colonos ficassem assim bem servidos”⁴⁸.

Segundo o Conde, essas instruções sobre como os colonos deveriam ser instalados no Brasil eram bem relevantes, pois atrair certos homens de mãos vazias não seria um bom negócio porque não gerariam lucros. Assim, para o bem da Companhia, os que quisessem “tirar proveito da cultura do Brasil” deveriam juntar riqueza para montar os engenhos com o que fosse necessário, inclusive comprar negros.⁴⁹ Portanto, gente pobre não era interessante para a Companhia, tanto que o Conselho Político do Recife não julgava ser conveniente pessoas desprovidas de bens financeiros para a colônia recém-fundada.⁵⁰ Dessa maneira, o Conde escreveu que aqueles que poderiam obter no Brasil grandes proveitos eram “os indivíduos que vieram com algum cabedal” e, por isso, acabariam se instalando e comprando escravos com seu próprio dinheiro “até que os frutos produzidos os reembolsem”. Mesmo com esse dispendioso dinheiro investido, João Maurício de Nassau mostrou que no período de um ano já seriam reembolsados os que investissem largamente nas construções de seus engenhos. Por tudo, apesar dessa reclamação, era muito complicada a atração de um grande contingente para uma terra difícil

⁴⁷ Relatório sobre o estado das Capitâneas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 178-179.

⁴⁸ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitâneas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 103.

⁴⁹ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitâneas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 104.

⁵⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 59.



de se adaptar e de se viver; assim, algumas providências administrativas precisariam ser realizadas para que se aumentasse a atratividade do país, tanto para que os nativos ficassem junto dos holandeses, como para que colonos com dinheiro viessem ao Brasil.⁵¹

Desse modo, os holandeses, regidos por esta preocupação, implantaram e fizeram valer, na maior parte do tempo, uma política judiciosa⁵² com os habitantes que viviam em sua conquista, tanto para cativar os dominados como para diminuir a fama de ser um povo temível – característica advinda das vitórias contra os espanhóis – e, com isso, suavizar o espírito de revolta dos conquistados. Uma dessas ações judiciosas foi estabelecida para os indígenas, que eram escravizados desde a dominação lusitana. Os holandeses não queriam continuar subjugando-os e, por isso, o Conde se empenhou para que a liberdade aos nativos fosse realmente cumprida, pelo menos durante os seus oito anos de governo.⁵³ Pierre Moreau, a esse respeito, por exemplo, relatou que “para garantir as afeições e a amizade” dos nativos foram proibidas as práticas escravistas contra “brasilianos e tapuias”, e os selvagens “não se mostraram ingratos em face deste rico presente de sua liberdade restituída”, tornaram-se importantes aliados dos holandeses, principalmente os da tribo dos tapuias.⁵⁴ Os nativos, segundo o viajante Joan Nieuhof, tinham “ódio mortal aos portugueses”, pois foram escravizados desde o início da colonização, fato que diminuiu significativamente o número de indígenas na colônia portuguesa e aumentou a aversão contra os lusos.⁵⁵ O historiador Frans Leonard Schalkwijk, em seu livro *Igreja e Estado no Brasil Holandês*, escreveu que para os batavos a aliança com os tapuias foi muito positiva, pois eles eram um povo muito violento e temido por todos e, principalmente, pelos portugueses.⁵⁶ Diante disso, pode ser compreendida a importância para os holandeses da aliança com os nativos, principalmente para melhor controlar as possíveis revoltas indígenas que por ventura ocorressem na região. Schalkwijk alegou, ainda, que essa aliança e a consequente liberdade com os indígenas não foi apenas fruto de um interesse político, mas também espiritual, pois os batavos pretendiam levar os predicantes da religião protestante aos silvícolas, além de livrá-los do escravismo vigente desde a colonização portuguesa.⁵⁷

⁵¹ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 104.

⁵² O termo judicioso era utilizado pelos próprios viajantes como, por exemplo, Pierre Moreau em *História das últimas lutas no Brasil entre portugueses e holandeses*.

⁵³ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês*, p. 212-213.

⁵⁴ MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre portugueses e holandeses*, p. 25.

⁵⁵ NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Trad. Moacir N. Vasconcelos. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981, p. 347-348.

⁵⁶ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês*, p. 62.

⁵⁷ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês*, p. 62.



Outra característica fundamental foi a de deixar “salva a religião, os lares, as leis e os costumes” tanto dos que já habitavam o Brasil, como também daqueles que chegariam posteriormente; assim, os indígenas permaneceriam do lado holandês contra os portugueses. A iniciativa, como contou Barléu, foi positiva, pois “de todos foram os tapuias os mais dedicados” aos holandeses, sendo significativos para a manutenção da Capitania e na luta contra os portugueses, expressando grande lealdade advinda do bom relacionamento com os batavos, algo bem diferente da convivência com os portugueses.⁵⁸ O próprio Nassau, em uma de suas cartas enviadas à Companhia, expressou o pacto dos tapuias com os holandeses, dizendo que os nativos garantiriam a aliança com os neerlandeses se esses os ajudassem na luta contra os portugueses – inimigos dos tapuias.⁵⁹ Moreau, por sua vez, registrou que os holandeses possuíam uma política judiciosa a favor dos tapuias, proibindo qualquer tipo de escravidão, tornando pública a promulgação da proibição e propondo pena de morte para quem não a respeitasse.⁶⁰ Outras tribos, assim como a dos tapuias, sujeitaram-se aos holandeses, como os índios do Ceará que “pediram paz e ofereceram auxílio contra os portugueses” e ajuda “contra as injúrias e dominação” dos lusos. Por este motivo, eles se apresentaram no Recife pedindo que fossem libertados do jugo português, garantindo sujeição aos holandeses.⁶¹

Para o historiador Hermann Wätjen, o índio era protegido da Companhia das Índias Ocidentais e deveria viver em paz, recebendo todo o auxílio que precisasse.⁶² E, embora tivessem grandes diferenças culturais e formas díspares de perceberem o mundo, na maior parte do tempo os tapuias mereceram a atenção holandesa e foram usados para a defesa da região conquistada. Assim, a partir dessas alianças que se formavam entre brasileiros e batavos, os invasores ganhavam mais adeptos. Contudo, para que os indígenas ficassem sempre do lado batavo, Nassau procurou tomar providências de reuni-los em aldeias e sujeitá-los a fiscalização dos chefes holandeses colocados entres os tapuias.⁶³ O Conde dizia que era importante atrair e manter a amizade dos brasileiros e tapuias. Em seu relatório, de 1644, apresentado aos Estados Gerais, por exemplo, escreveu que “da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista devesse-lhes permitir conservar a sua natural liberdade”⁶⁴.

⁵⁸ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 28.

⁵⁹ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 45.

⁶⁰ MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre portugueses e holandeses*, p. 25.

⁶¹ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 68.

⁶² WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 408.

⁶³ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 212.

⁶⁴ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 210.



De qualquer modo, independente da forma como os holandeses viram os indígenas, a população nativa era de muito interesse. Nesse sentido, sempre que possível, os batavos procuravam manter uma boa relação.⁶⁵ Além disso, contemporâneos, tanto os conselheiros e quanto os viajantes atentaram para o fato de que os indígenas não eram amigos dos espanhóis, pois foram subjugados desde o início de seu domínio. Para o juízo holandês, as formas com que os espanhóis tratavam os indígenas eram degradantes e, como atentou o escrivão particular Zacharias Wagener, os espanhóis chegaram ao Brasil empregando “todas as violências contra esta gente nua e mísera, passando muitos a fio de espada, a outros prendendo, torturando, estrangulando e queimando, ou usando ainda de outras atrocidades”⁶⁶. Ainda, segundo Wagener, tal maneira hostil de tratamento fez com os indígenas fossem igualmente hostis com os espanhóis; era necessário então que os batavos fossem mais amigáveis para estabelecerem uma aliança com essas homens, pois, como lembrou escrivão, os indígenas eram “soldados resolutos, firmes e fortes”⁶⁷.

Em virtude do bom relacionamento entre os indígenas e os holandeses, os primeiros rapidamente tornaram-se aliados dos segundos, apoiando-se frente ao inimigo comum, os portugueses. Essa relação ainda era importante porque a procura pelo trabalho indígena aumentou em função da escassez de negros no país, principalmente, para o ofício de cortar lenha nos engenhos.⁶⁸ Segundo o relatório de Adriaen van der Dussen, os indígenas só trabalhavam com o pagamento adiantado – seja em aguardente ou em espécie –, caso contrário, se revoltavam contra os empregadores e não concordavam com a tarefa a que foram destinados;⁶⁹ no entanto, a despeito do problema do pagamento, os indígenas eram cada vez mais solicitados pelos holandeses para o trabalho. Além do mais, essa boa relação se estendia para os assuntos militares, pois os índios eram valiosos soldados, valentes e audaciosos para lutar e, como comentou Adriaen van der Dussen, poderia ser reunida rapidamente uma numerosa tropa abarcando diversas aldeias. Estando os nativos do lado batavo, também ajudariam quando o inimigo capturado fugisse do domínio, pois “são eles os mais valiosos e temíveis perseguidores”. Apesar dessa amizade, era difícil mantê-los em tropas e disciplinados já que estavam acostumados com

⁶⁵ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 209.

⁶⁶ WAGENER, Zacharias. *Zoobiblion*, p. 320.

⁶⁷ WAGENER, Zacharias. *Zoobiblion*, p. 321.

⁶⁸ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 409.

⁶⁹ Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 182-184.



uma vida dinâmica e sem regras.⁷⁰ Contudo, embora existissem algumas dificuldades, os brasileiros, na maior parte do tempo foram partidários e auxiliaram os batavos.

Além de Nassau, a Companhia das Índias Ocidentais também se preocupou em conservar a amizade dos índios a todo custo, enviando algumas pessoas para conviver com eles, a fim de estabelecer uma boa relação entre os dois povos. Tendo em vista essa política, holandeses e índios construíram uma relação de proximidade e até, em alguns casos, de defesa mútua; apesar disso, jamais passou pela cabeça dos primeiros que se poderiam criar laços mais fortes do que as alianças militares.⁷¹ Portanto, outros gêneros de alianças, como os casamentos, por exemplo, eram repudiados pelos holandeses. Quando um holandês tomava uma índia como esposa, este poderia sofrer censuras ou até mesmo ser deportado, pois, segundo o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, o Conselho dos XIX era uma das instituições que defendia que o povo brasileiro não era conveniente para se unir aos holandeses.⁷²

Além dessa importante e indispensável aliança com os indígenas, relatada até o momento, também pode ser observado que os batavos tiveram um significativo relacionamento com os escravos, apresentando até mesmo uma preocupação sobre o transporte dos negros de um continente para o outro dada a importância da logística do trajeto. A esse respeito, o Conde escreveu ao Conselho dos XIX que a água existente nos navios não era suficiente para os negros transportados, que também ficavam em péssimas instalações, o que gerava uma alta mortalidade durante a travessia dos navios negreiros.⁷³ Todavia, os batavos também afirmavam que os escravos precisavam ficar afastados, tendo como único contato o estritamente necessário, ou seja, por meio do trabalho dos negros nos engenhos. O propósito era manter as populações brancas e de cor profilaticamente afastadas, eles não aprovavam qualquer tipo de relação entre brancos e negros que não fosse a do trabalho e não desejavam de modo algum o contato sexual.⁷⁴

Sabe-, entretanto, que era vetado o casamento e não o contato sexual. Aliás, nota-se que, contrariando esse desejo do Conselho dos XIX, alguns flamengos demonstraram e mantiveram verdadeira afeição por seus respectivos escravos. Como exemplo, podemos analisar a carta de Joahn Ghijsselin, conselheiro supremo, enviada ao Conselho dos XIX, em que ele escreveu sobre

⁷⁰ Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 184.

⁷¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 220. Para maiores informações sobre essa relação ambígua que os batavos tiveram com os indígenas, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.

⁷² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 221.

⁷³ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 189-190.

⁷⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 195.



seu “negrinho” que se acidentou a bordo e precisou ter suas pernas amputadas; diz-nos ele: “faço saber Vs. Exas a minha extraordinária tristeza em consequência de ter meu negrinho Jacques Guillardt perdido as suas perninhas”⁷⁵. A mencionada ocasião, é verdade, talvez tenha ocasionado uma grande tristeza pelo fato de que o “negrinho” ainda era muito jovem e, por isso, muito poderia trabalhar para os domínios holandeses. De qualquer maneira, apesar de não ser possível afirmar o verdadeiro propósito da carta, é importante destacar que o bom trato com os escravos sempre esteve presente nas anotações dos batavos, independentemente de seu objetivo final.

Igualmente aos escravos, os portugueses foram outros que por não terem muita opção acabaram aceitando e se sujeitando aos holandeses. Os lusos aceitaram a dominação batava pois, segundo Gaspar Barléu, o Conde João Maurício de Nassau “reclamava o bem e a justiça da República e acordemente com a dignidade das Províncias – Unidas”, indicando ainda que “teriam o culto e a religião intacta” e “gozariam de liberdade de consciência”. No entanto, “não poderiam viver, entre um povo inimigo dos espanhóis, segundo as leis e o direito de Portugal, e sim segundo as leis imperiais alemãs, as do Império Romano e as vigentes na Holanda, Zelândia e Frísia”. O Conde também afirmava que “portugueses e holandeses estariam em condição idêntica quanto ao pagamento dos direitos alfandegários, tributos e contribuições em geral”⁷⁶. Nassau sempre defendeu essa política com os portugueses, tanto que em sua *Memória* afirmou ser conveniente “angariar e manter alguns portugueses dispostos e dedicados em particular para com Vossas Nobrezas, dos quais possam vir a saber em segredo os preparativos do inimigo, seus novos desígnios e empresas”⁷⁷. Barléu, do mesmo modo, acrescentou que, segundo o Conde, com esses privilégios aos portugueses, os batavos poderiam esperar que “nada seria tão agradável aos diretores da Companhia quanto o florescerem e crescerem, dali por diante e sob a dominação holandesa, a fortuna, a riqueza, o comércio dos portugueses que deram provas de sua fidelidade e obediência”. Esta postura dos holandeses, principalmente do Conde de Nassau, fez com que alguns dos vencidos se aliassem a eles, que passaram a ser vistos “com mais acatamento”, com os portugueses “obedecendo-lhes de melhor grado”⁷⁸. De qualquer maneira, esse acordo com determinados portugueses, conforme as indicações do próprio Conde, não podia ser público, pela necessidade de não “caírem em suspeição” por aqueles que não aceitavam a dominação batava.

⁷⁵ CARTA DE JOHAN Ghijsselin ao Cons. dos XIX, datada do Recife, 20 de março de 1637. Citado em: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, p. 196.

⁷⁶ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 52.

⁷⁷ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 398.

⁷⁸ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 52-54.



Assim, os mais apropriados para esse pacto firmado eram os padres, “pois são eles que de tudo tem melhor conhecimento” e geram menos suspeitas por desenvolverem o papel eclesiástico.⁷⁹

Um desses religiosos, na verdade o principal deles, foi frei Manuel Calado do Salvador que sobre o período dos holandeses no Brasil escreveu *O Valeroso Lucideno*. No livro, pode ser observado o empenho de Nassau em manter uma boa relação com os eclesiásticos, a ponto de convidar o frei Calado para morar em sua própria casa, convite este que, vale ser dito, foi recusado pelo sacerdote. Contudo, Nassau tentou novamente convencer o frei, mas, dessa vez, com uma oferta bem mais tentadora, a de uma casa nos arredores da sua residência, na cidade de Maurícia, que foi aceita pelo frei.⁸⁰ Em sua obra, o frei Manuel Calado do Salvador descreveu que não era o único português que tinha se aliado a Nassau e, incluiu, por exemplo, Gaspar Dias Ferreira e João Fernandes Vieira nessa lista. Como ele mesmo afirmou, “Gaspar Dias Ferreira foi o primeiro português que, com sua mulher e filhos, se veio a meter dentro das fortificações dos holandeses e os encaminhou para granjearem muitas riquezas”⁸¹. A grande prioridade desse português não era ser amigo dos holandeses, mas se sustentar nos batavos para obter grandes lucros em seus bolsos. Por isso, não era popular entre os holandeses e, nem entre os portugueses, mas gozava de regalias em decorrência de suas relações com o governo holandês.⁸²

O outro português, João Fernandes Vieira, foi amigo do holandês e senhor de engenho Jacob Stachouwer, “a quem havia cabido grande parte das fazendas na repartição que os primeiros governadores holandeses fizeram entre si dos bens dos moradores retirados logo depois de tomada a terra”⁸³. Por conta dessa amizade, quando Jacob voltou para a Holanda após “o tempo de seu governo, pela grande confiança que tinha em João Fernandes Vieira e pela grande fidelidade e verdade que nele tinha achado, lhe deixou todos os seus bens em sua mão”. E foi através dessas doações que se tornou um senhor de engenho na Capitania de Pernambuco e com muito dinheiro; se relacionava bem com os holandeses e, como relatou frei Calado, “os flamengos lhe eram muito afeiçoados e o estimavam”. Fernandes Vieira retribuía toda a atenção neerlandesa recebida com, por exemplo, a reforma das igrejas holandesas, “servindo nelas com muita devoção e dispêndio de sua fazenda”⁸⁴. De qualquer modo, segundo o Conde, esses

⁷⁹ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 398.

⁸⁰ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 38.

⁸¹ SALVADOR, frei Manuel Calado do. *O valeroso Lucideno*, p. 117.

⁸² SALVADOR, frei Manuel Calado do. *O valeroso Lucideno*, p. 118-119.

⁸³ SALVADOR, frei Manuel Calado do. *O valeroso Lucideno*, p. 123.

⁸⁴ SALVADOR, frei Manuel Calado do. *O valeroso Lucideno*, p. 128.



portugueses não seriam os mais confiáveis, mas continuavam sendo úteis e importantes para a administração dos batavos.⁸⁵

E, assim como Calado observou essa relação de holandeses com os portugueses, os relatórios de Adriaen van der Dussen também estão repletos de informações a esse respeito. Ele apontou a importância dos lusos nas ocupações de “ofícios para cujo desempenho não se apresentou até agora nenhum holandês” como, por exemplo, o ofício de “temperar e purgar o açúcar”. No entanto, acabou concluindo que, em sua maioria, os portugueses foram poucos proveitosos “aos holandeses e à nossa nação e só devido ao temor são mantidos em obediência”⁸⁶. Por isso, mais do que tudo, segundo o Conde, era necessário que os holandeses fossem cuidadosos com os portugueses, não sendo “exacerbados ou irritados”, procurando “refrear bem os militares e ter continuamente os olhos sobre eles, pois se suceder uma revolta ou sedição” seria muito difícil para a Companhia restabelecer a tranquilidade⁸⁷.

Muito mais do que tentar manter uma amizade com os diversos povos do Brasil Holandês, como apresentado anteriormente, a administração batava e, principalmente, a nassoviana propunha reunir aqueles povos em Assembleias, onde cada um deles tinha direito a um representante que levava as demandas. Em *Os holandeses no Brasil*, Charles Boxer escreveu que os representantes eleitos eram das capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba e que por meio da Assembleia eram elaboradas proposições que deveriam ser discutidas entre todos. Essa ocasião mostrava, mais uma vez, que a tranquilidade entre os habitantes da região era essencial para que assuntos pendentes fossem resolvidos e as revoltas erradicadas.⁸⁸ O viajante Nieuhof expôs que a criação da Assembleia foi importante para proteger os engenhos e para observar os movimentos portugueses, por isso as “providências mais eficazes adotadas” fundavam-se em guarnecer “bem os fortes das fronteiras e disseminar magotes de soldados pelas cercanias dos engenhos e dos canaviais, a fim de os guardar”, ou ainda para “observar atentamente os menores movimentos dos portugueses”⁸⁹. O historiador José Hygino Duarte destacou, ainda, que as Assembleias foram exemplos de democracia no governo holandês.⁹⁰ Outros historiadores, como Luiz Delgado e Mário Neme, com suas respectivas obras *A Restauração Pernambucana* e *Fórmulas políticas do Brasil holandês*, explicaram que apesar da novidade dos holandeses, quase nunca os

⁸⁵ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 398.

⁸⁶ Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês I*, p. 181-182.

⁸⁷ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 400.

⁸⁸ BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil*, p. 166.

⁸⁹ NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, p. 106.

⁹⁰ Documento 6. Introdução. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 302.



empecilhos foram resolvidos, ou seja, não importavam as reclamações, pois elas não eram solucionadas, apenas escutadas e relatadas. Eles apresentaram esta tese com base no relatório apresentado em 1646 ao Conselho dos XIX, o qual discorria sobre a convocação da Assembleia apenas como uma forma de se manter as rendas à Holanda e os lucros aos habitantes do Brasil Holandês, concluindo que “sem a colaboração dos portugueses, os assaltos no interior do país não podem ser reprimidos”⁹¹. Independentemente de seu real valor, a primeira Assembleia foi realizada na casa do próprio Conde e teve grande peso para que os portugueses ficassem satisfeitos, mesmo porque eles se reuniam para decretarem estatutos e leis com a intenção de manter a paz e a tranquilidade.

A primeira Assembleia Geral aconteceu em 27 de agosto de 1640, quando foram convocadas todas as Câmaras do Estado, escabinos e membros da comunidade escolhidos em cada uma das jurisdições.⁹² Nela foram discutidas cinco proposições, com destaque para a proposta número quatro, em que os holandeses esperavam que os vencidos entendessem que os prejuízos do Estado se davam também pela pouca afeição dos portugueses para com eles. Na ata argumentou-se que os batavos estavam convencidos que sofriam “prejuízos por causa da pouca afeição de muitos moradores” com eles e, por isso, manifestavam que queriam “remover todos os embaraços e obstáculos”, reiterando que não iriam castigar nenhum dos portugueses que nutriam aversão por eles. Diziam que sempre expressavam boa vontade com os lusos para que desaparecessem todas as possibilidades de danos entre eles, afirmando que “a nossa bondade para com a nação portuguesa é tal, que desejamos fazer desaparecer todas as possibilidades de dano e fazer-lhe todo o bem a fim de que se una conosco e esqueçamos mutuamente as queixas, de tal modo que nós possamos reconhecer como um só povo”⁹³. Aos olhos dos holandeses, se todas as desavenças fossem esquecidas, o relacionamento entre batavos e lusos traria bons frutos ao domínio holandês.

Além dessas cinco proposições principais, dentre as quais uma foi anteriormente destacada, outras menos importantes e, por isso, chamadas de coadjuvantes, foram expressas, como a que trata da religião católica. Os portugueses reclamavam que a liberdade de religião não deveria ser “apenas de palavras, sem efeitos e para ser assim não devem impedir indiretamente os meios do exercício da religião de cada um”⁹⁴. Pediam também permissão para mandarem cartas ao Papa em Roma, invocando que fosse enviado “alguém para o governo espiritual das

⁹¹ Documento 6. Introdução. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 303.

⁹² WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 202.

⁹³ Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640). In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 334.

⁹⁴ Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640). In: *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 345.



consciências dos Católicos Romanos” e que outros padres pudessem vir da Europa a fim de tomar o lugar dos que estavam falecendo. Outro pedido dos portugueses era que a Companhia pagasse o salário dos vigários que não recebiam desde o dízimo pago pelo Rei espanhol. Finalmente, reiteravam todo o direito da liberdade prometida no momento da conquista holandesa. Em resposta a essas reclamações os holandeses disseram que “aos Portugueses se concede livre e completo exercício de sua religião dentro de suas igrejas e melhor é que se contentem com isto para não ficarem sujeitos a outros inconvenientes, contra os quais não há remédio”; dessa forma, a prática católica permitida permanecia restrita apenas aos próprios ambientes religiosos.⁹⁵

O Brasil Holandês, de maneira geral, era um lugar singular, pois era majoritariamente católico, dominado por protestantes, mas também habitado por judeus e politeístas (indígenas);⁹⁶ por isso, era necessário um governo que atendesse a fé de todos, a fim de manter a tranquilidade e evitar as revoltas, como foi exposto por vários escritos administrativos a respeito dessa situação. Desde o começo da dominação holandesa, os planos de administração garantiam autonomia de consciência e certo grau de liberdade ao culto, porém essa política não vigorou nos períodos iniciais da conquista. De acordo com as anotações batavas, o Conde João Maurício de Nassau pareceu ser quem mais tentou intervir para que essa política fosse estabelecida, principalmente se levarmos em consideração que ele afirmou, em sua *Memória*, que não convinha que a religião dos holandeses fosse “introduzida entre os portugueses, com abolição dos seus ritos e cerimônias”, pois nada mais os enfureceria. Para isso:

Uma permissão tácita ou tolerância é nestes tempos melhor que averiguações ou repressões, pois que, se Vossas Nobrezas empreenderem alguma coisa, terão de, necessariamente, para limpar o terreno, assegurar-se de alguns ou de todos os seus padres, o que será o começo de uma ruína universal.⁹⁷

Caso contrário, se não fossem estabelecidas certas permissões, como garantiu o Conde João Maurício de Nassau, o governo holandês poderia cair, tendo poucas possibilidades de se recuperar. Desse modo, para que essa liberdade religiosa ocorresse em seu governo, Nassau utilizou-se de argumentos anteriormente defendidos pelos próprios holandeses, tanto no Plano de administração da Capitania, de 1629, como também no documento de Jan Andries Moerbeek. Na carta de Moerbeek, por exemplo, o autor discorreu sobre vários motivos que

⁹⁵ Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640). In: MELLO, José Antonio Gonçalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 346 e 348.

⁹⁶ WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*, p. 54.

⁹⁷ Memória e instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antonio Gonçalves de. *Fontes para história do Brasil holandês II*, p. 407.



deveriam encorajar os holandeses a uma aventura no Ocidente, expondo que a tolerância religiosa deveria ser rapidamente implantada para que reinasse a paz. A Companhia, demonstrando-se “amigável e cortês” com a nação dominada, “fazendo aí boas leis e bom policiamento, administrando a cada um direito de justiça”, teria condições de submeter facilmente o povo derrotado.⁹⁸

O historiador Hermann Wätjen analisou essa política de tolerância, em que os holandeses “procuraram tratar amigavelmente aos habitantes do território subjogado, especialmente ao clero, e evitar tudo que porventura pudesse ser interpretado como intolerância religiosa”. Escreveu, também, que a Companhia das Índias Ocidentais estabeleceu a tolerância religiosa pois não desejava impor sua religião, uma vez que “a fé era um dom de Deus”. Além do mais, acreditavam que os dominados se adaptariam mais rapidamente às mudanças que ocorriam e proporcionariam para os holandeses uma tranquilidade no começo de sua administração.⁹⁹ Os Altos Poderes ordenavam que não se fizesse nenhuma diferença entre as diversas crenças do Brasil Holandês: protestantes, católicos e judeus.¹⁰⁰ Os ministros do Supremo Conselho de Olinda, segundo contou Barléu, também defenderam que “a causa da religião não podia ser tratada com indiferença, mormente entre bárbaros e ignorantes de uma disciplina mais rígida, e também entre povos rivais no zelo religioso, isto é, papistas e judeus”¹⁰¹; por isso, a organização entre as religiões era imprescindível. Para tanto, algumas regras de conduta foram impostas aos habitantes do Brasil Holandês que seguiam uma fé não protestante; entre elas, observamos que as procissões dos papistas estavam proibidas, as construções de templos religiosos só poderiam ser efetivadas se o Conselho autorizasse, o casamento realizado por sacerdotes católicos estavam proibidos e considerados inválidos e que os cultos da religião judaica estariam permitidos somente em âmbito privado, proibindo inteiramente as manifestações públicas.¹⁰²

Apropriando-se desses argumentos, o Conde pareceu ter desejado usar desses meios para que a tranquilidade religiosa predominasse em seu governo. Ele não condizia com as medidas coercitivas em relação a nenhuma fé, apontando que atos de força eram adversos aos seus princípios religiosos; isso porque temia que qualquer tipo de insatisfação, por parte dos dominados, gerasse conflitos entre eles ou contra os holandeses. A justificativa de sua vinda ao Brasil era organizar uma administração falha; logo, seria imprescindível que houvesse paz entre os

⁹⁸ MOERBEECK, Jan Andries. Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam, 1624. In: *Documentos históricos*, p. 29-30.

⁹⁹ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 344.

¹⁰⁰ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 375.

¹⁰¹ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.*, p. 70.

¹⁰² BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.*, p. 70.



habitantes.¹⁰³ Assim, observa-se que Nassau pareceu querer fazer uma administração com o propósito de evitar as disputas religiosas. Segundo Barléu, sempre que possível, ele protegeu os perseguidos, independentemente de sua nacionalidade ou religião, procurando apaziguar as desavenças entre diferentes indivíduos ou grupos religiosos. Como relatou o humanista: “Importava à tranquilidade pública que tantos povos de religião diversa se unissem senão nas opiniões, ao menos nos propósitos”¹⁰⁴. Ainda segundo Barléu, “o primeiro cuidado de Nassau, que vivia no meio de tantos homens maus, foi o de Deus” afirmando que aquele que causasse qualquer discórdia quanto à religião seria devidamente castigado com penas rigorosas, instituindo, assim, o “freio do silêncio”.¹⁰⁵ Para ele, essa prática se dava para se estabelecer uma tranquilidade pública:

Para firmarmos o poder, sem dúvida valem-nos também das opiniões religiosas. Cada qual toma a que escolheu como instrumento idôneo para procurar a segurança em benefício não só da salvação dos homens, mas também da dominação.¹⁰⁶

De maneira geral, tomando por base as intenções administrativas do Conde João Maurício de Nassau, podemos observar que independentemente da fé dos moradores, a religião seria um dos pilares da administração batava na Capitania de Pernambuco, uma vez que os batavos tinham como propósito sustentar a dominação da região com a concessão de certas liberdades àqueles povos conquistados como, por exemplo, guardadas as ressalvas apontadas, uma possível liberdade de crença e de culto. Não coube aqui, ao longo deste artigo, todavia, afirmar se as práticas administrativas dos batavos e, particularmente, do Conde de Nassau foram realmente realizadas, ou melhor, colocadas em prática naquele domínio holandês. O objetivo foi apenas mostrar uma das ações dos batavos tendo em vista a administração da Capitania de Pernambuco como, por exemplo, a prática de escrever sobre os diferentes povos a fim de melhor conhece-lo; pois a ideia era que, muito provavelmente, ao conhecer o dominado melhor ele seria governado. Os batavos, em suma, ao se proporem a conhecer os diferentes povos que moravam em seu domínio apreenderam, possivelmente, que em primeiro lugar precisavam atender as necessidades daquelas gentes para depois administra-las.

¹⁰³ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 351.

¹⁰⁴ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 320.

¹⁰⁵ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 321.

¹⁰⁶ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 71.



O perfil socioeconômico das mulheres forras da vila de Pitangui (1750-1820)

The socio-economic profile of the manumitted women in the Pitangui village (1750-1820)

Ana Caroline Carvalho Miranda

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

anacarolinec625@gmail.com

Recebido: 17/06/2016

Aprovado: 17/08/2016

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo apresentar uma breve análise acerca do perfil social e econômico das mulheres forras da vila de Pitangui e de alguns arraiais de seu termo, pertencente à comarca do rio das Velhas, capitania de Minas Gerais, no período de 1750 a 1820. Para tanto, utilizamos como fontes primárias testamentos, testamentárias, inventários *post mortem* e ações cíveis, com o intuito de investigar o cotidiano, o universo material e as redes de sociabilidade em que estavam inseridas. Essas libertas se envolveram nos ofícios da mineração, pequeno comércio, costura e demais ocupações que o ambiente urbano propiciava. Através do trabalho, algumas conseguiram acumular bens de valor como casas de morada, cativos, ouro lavrado, jóias e vestuário de luxo, e desta forma, maior visibilidade social em relação às demais pessoas de cor.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres forras, Vila de Pitangui, Sociabilidade.

ABSTRACT:

This article aims to present a brief analysis about the social and economic profile of manumitted women in the Pitangui village, and some tents of his term, belonging to the region of the Velhas River, in the captaincy of Minas Gerais, in the period of 1750-1820. Thus, we use as primary sources wills, testamentary, *post mortem* inventories, in order to investigate the daily life, the material universe and the social networks in which they were inserted. Those freed-women were involved in the trades of mining, small businesses, sewing and other occupations that urban environment rendered. Through work, some have managed to accumulate valuable property as dwelling houses, slaves, tilled gold, jewels and luxury clothing, and thus greater social visibility in relation to other people of color.

KEYWORDS: Manumitted women, Pitangui village, Sociability.



Introdução

Natural da Costa da Mina, Ana de Abreu, preta forra, viveu na vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui no século XVIII, casada com Antonio Barbosa Fiúza, também forro da mesma procedência. Tiveram um filho por nome Antonio Barbosa Fiúza, e antes de se casar, Ana teve outro filho chamado Apolinário de Abreu. O casal morou junto na rua Paciência, uma das três principais da vila e local de intensa mineração, em uma morada de casa coberta de telhas, com seu quintal e bananal. Acumularam vários bens, incluindo eles: ferramentas voltadas para a mineração, móveis de madeira, instrumentos de produção de gêneros alimentícios, quatorze escravos e três casas: a que moravam, a segunda era alugada, e a terceira morava Antonio Fiúza filho do casal.¹

Assim como Ana de Abreu, Jacinta da Rocha, crioula forra, também residia na vila, mas na rua da Lavagem, outro local povoado e movimentado no período de auge da mineração e pelo comércio. Tal rua findava no Largo da Lavagem que dava acesso ao Córrego da Máquina, que “tinha um rêgo cuja água ia mover os monjolos de minerar, pertencentes ao Capitão Alexandre Dias Maciel”². Jacinta teve seis filhos e antes da sua morte o mais velho não havia completado quinze anos. Era solteira e possivelmente se enveredou para o ofício de minerar devido à quantidade de almocafres, marretas e alavancas listados em seu inventário *post mortem*. Dentre suas posses, continham cinco cativos, uma morada de casas no valor de 170\$000 réis, e jóias de valor como laços de pedras engemadas com brincos e fios de conta de ouro de pescoço.³

Já Bárbara da Costa, crioula forra filha de Luzia Lopes de Oliveira, preta forra da Costa da Mina, era moradora no Arraial do Onça, termo da vila de Pitangui. Bárbara foi casada com Francisco Rodrigues Passo, pardo forro, mas em seu testamento de 1790, disse ter sido abandonada por ele há trinta e cinco anos e que desde este tempo não o via. Não tiveram filhos do matrimônio. Ela possuiu cinco escravos, utensílios para produção e comércio de alimentos,

¹ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça, Inventário de Ana de Abreu - preta forra. 1779. Cx 017/Dc 003.

² DINIZ, Silvio Gabriel. *Pesquisando a História de Pitangui*. Edição comemorativa do 250º aniversário de Pitangui. Belo Horizonte. 1965, p. 189.

³ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça, Inventário de Jacinta da Rocha - crioula forra. 1768. Cx 012/Dc 004.



joias de ouro, e ressaltou “que todos os bens que possuiu foram fruto de seu trabalho e suor de seu rosto, sem ajuda de nenhuma pessoa”⁴.

Ana, Jacinta e Bárbara tinham em comum a reconstrução de suas vidas no pós-cativo. Trabalharam, constituíram empreendimentos rentáveis à luz daquela sociedade e economia, criaram suas famílias e estabeleceram um mundo singular dos libertos na sociedade escravista. Não era uma sociedade inclusiva, mas as alforriadas e seus filhos libertos se constituíram como uma camada social e economicamente ativa, inserida no mundo dos livres e brancos. Possuíram casas, escravos, ferramentas relacionadas aos ofícios que exerceram, joias e um vestuário pomposo. Em alguns casos, de forma explícita, as forras ressaltaram que os bens e o pecúlio adquiridos não foram resultado do trabalho de outra pessoa, apenas delas. Várias questões podem ser levantadas por meio da história das três mulheres citadas acima e que podem esclarecer sobre a presença notável das alforriadas na sociedade da vila de Pitangui e no seu termo.

A ênfase dada às mulheres manumitidas se justifica pela inegável importância deste grupo social na economia e sociedade no período escravista. Elas estavam presentes nas regiões mineradoras, minerando ou vendendo gêneros alimentícios para aqueles ali estavam; nas áreas urbanas, como comerciantes, quitandeiras, fiandeiras, sapateiras e prostitutas; e nas áreas rurais, na agricultora e pecuária. Foram fundamentais para o abastecimento alimentício de parcela da população no período colonial e imperial do Brasil, e algumas, como vimos nos exemplos acima, construíram notável patrimônio material.

Tais mulheres mantiveram contato com pessoas de outros estratos sociais através dos ofícios por elas desempenhados, e por meio destas relações, desenvolveram-se redes de sociabilidade. No caso da vila de Pitangui, que ora apresentamos, ocuparam o espaço urbano e outros arraiais do termo, morando em ruas movimentadas pelo comércio e nos locais onde a mineração iniciara, como as já citadas Rua da Paciência e da Lavagem, e também no morro do Batatal e na rua de Baixo. Tiveram como vizinhos alferes, capitães, padres e também outras mulheres forras. Além disso, algumas foram chefes de família, responsáveis pelo lar e pela conservação dos bens.

Diante disso, tem-se como objetivo neste artigo, tecer breves considerações sobre o perfil socioeconômico das libertas na localidade escolhida, no período que compreende 1750 a 1820. O recorte temporal é balizado pelo número de fontes encontradas no Arquivo Histórico de Pitangui e o recorte espacial se justifica pela localidade ter sido grande produtora de gêneros alimentícios

⁴ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça, Testamento de Bárbara da Costa – crioula forra. 1790. Cx 094/Dc 057.



básicos, importante para o abastecimento da Capitania de Minas Gerais no período colonial.⁵ Trava-se de uma região de intensa mobilidade, tanto pela atividade mineradora, que inicialmente foi o foco da economia, quanto pela agropecuária. E é neste ambiente de intenso trânsito social, econômico e cultural que situamos as mulheres alforriadas, mantendo relações com pessoas de distintos segmentos sociais e construindo seus espaços de atuação.

A vila de Pitangui

Localizada a noroeste da vila de Sabará, sede da comarca do Rio das Velhas, a região da vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui começou a ser ocupada pelos paulistas no alvorecer dos setecentos. Segundo Silvio Gabriel Diniz, foram estes, junto a Domingos Rodrigues do Prado, que “desceram o rio Paraopeba e derivando para o Rio de São João, vieram descobrir e apossar-se das minas de Pitangui”⁶. Em 1715, o arraial foi elevado à vila pelo governador Dom Brás Baltazar da Silveira.

O descobrimento de ouro na região despertou interesses e várias disputas pela exploração das novas lavras. A paragem da Ponte Alta e logo depois o morro do Batatal foram os primeiros lugares que as atividades extrativas foram executadas. Segundo Diniz,

O ouro apresentou-se no Pitangui em faisqueiras tabuleiros e grupiarias. O primeiro ouro descoberto pensou-se era de beta e a mina ser a de maior grandeza que jamais se vira. Fora achado na superfície da terra à semelhança de “reboleiras de batatas” e, por isso, chamaram de o morro do descoberto – BATATAL.⁷

Os resultados não foram grandiosos, não houve repartição de datas e este ouro foi aproveitado por poucos, como informou Bartolomeu Bueno da Silva, em carta enviada ao governador D. Brás Baltasar.⁸ Posteriormente, surgiram novos espaços que foram minerados como o córrego do Pilar – depois chamado Córrego da Lavagem -, a Rua da Paciência, o ribeiro do Onça – distrito da Vila de Pitangui -, o Ribeirão do Brumado – também distrito -, o Alto do Morro, o rio Caxingó e a Cacunda. Entretanto, até o final da primeira metade do século XVIII as atividades mineradoras já eram escassas.

Apesar de a mineração ter sido pouco satisfatória comparada às grandes regiões como Vila Rica e Distrito Diamantino, a economia da vila de Pitangui não se manteve apenas com esta

⁵ DINIZ, Sílvio Gabriel. Aspectos da economia colonial da Vila de Pitangui. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Vol. 09, 1962, p. 25.

⁶ DINIZ. *Pesquisando a História de Pitangui*, p. 10.

⁷ _____. *Pesquisando a História de Pitangui*, p. 10-11.

⁸ Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial, Códice 9:3.



atividade. Foi através da agropecuária, realizada concomitante à mineração, que a região se destacou. José Joaquim Rocha, autor de várias memórias sobre a capitania de Minas Gerais, retratou a vila de Pitangui segundo as características geográficas e econômicas da região: “terreno bastante fértil de peixe, caça, gados e tudo o mais que se necessita para o sustento da vila”⁹. Segundo ele, existiam muitas fazendas de gado vacum que forneciam carne à mesma vila, como também as demais da capitania e suas povoações. O Barão de Eschwege, ao percorrer a região de Pitangui no início do século XIX, relatou “que ali existiram dias de opulência com a exploração aurífera, mas que havia cedido lugar à indústria pastoril e à fiação e tecelagem de algodão”¹⁰.

Flávio Marcus da Silva ressaltou a importância da vila de Pitangui como tendo sido a sétima vila do Ouro das Gerais e grande produtora de gêneros alimentícios da comarca do Rio das Velhas, possibilitando a inserção de mercadores, negociantes e produtores no mercado local.¹¹ André João Antonil, autor de uma das principais obras que retratam o cenário colonial brasileiro, já apontava que o investimento na produção alimentícia era algo lucrativo nas Minas setecentistas.¹² Ele ressaltou que nem mesmo os mais ricos mineiros deixaram de empregar alguns escravos na produção de alimentos de primeira necessidade. No entanto, grande parte dessa atividade foi exercida por mulheres forras e não cativas, segundo o que as pesquisas atuais apontam.¹³

As libertas da vila de Pitangui e seus ofícios

A venda, principalmente de secos e molhados, esteve concentrada nas mãos das negras, ora menos, ora mais intensamente, em ambientes urbanos, até o final do período escravista.

⁹ ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. *Memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais Fundação João Pinheiro, 1995.

¹⁰ ESCHWEGE, Barão Wilhelm Ludwig Von. *Contribuições para a Geonóstica do Brasil*. Publicação do centenário em Minas Gerais. Belo Horizonte. 1932. Volume II.

¹¹ DA SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e poder: A política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p. 232-237.

¹² ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. (Org.) SILVA, André Mansuy Diniz. EDUSP. 2008, p. 243.

¹³ FURTADO, Junia Ferreira. Pérolas negras: Mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: FURTADO, Junia Ferreira (org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais as abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2001. FARIA, Sheila de Castro. A riqueza dos libertos: os alforriados no Brasil escravista. In CHAVES, Cláudia Maria das Graças & SILVEIRA, Marco Antônio (orgs). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte, MG: Argumentvm: Brasília, DF: CAPES, 2007. GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798- c- 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. CAMILO, Débora Cristina de Gonzaga. *As donas da rua: comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)*. Dissertação de Mestrado - UFOP. 2009. PRIMO, Bárbara Deslandes. *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey: séculos XVIII e XIX*. Dissertação de Mestrado apresentado a Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. DIÓRIO, Renata Romualdo. *Os libertos e a construção da cidadania em Mariana, 1780-1840*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Universidade de São Paulo. 2013.



Cláudia Cristina Mól, em seu trabalho sobre Vila Rica, ressalta o papel da mulher e principalmente da mulher forra que se efetivou em diversas áreas, dentre as quais, destaca-se o comércio.¹⁴ As negras vendeiras desafiaram as autoridades coloniais permanecendo nas ruas, nos arredores das minas e vendendo em seus tabuleiros. A autora destaca, igualmente, que tais mulheres deixaram verdadeiras fortunas documentadas nos inventários *post mortem* e testamentos.¹⁵

Débora Cristina de Gonzaga Camilo também pesquisou o papel das mulheres de ascendência africana no mercado de alimentos.¹⁶ A autora afirma que as mulheres de origem africana, destacadamente da parte ocidental daquele continente, foram inseridas na América portuguesa e, quando alforriadas, se envolveram principalmente com a produção e comércio de alimentos e objetos de baixo valor, definidos genericamente de “miudezas”.

Sheila de Castro Faria e Carlos Eugênio Líbano Soares ressaltam a participação das mulheres de procedência *mina* no pequeno comércio, provindo da tradição cultural que havia no continente de origem destas.¹⁷ Segundo Faria, tais mulheres conseguiram gerar riqueza através das relações comerciais com pessoas de diversos níveis econômicos, produziram lucro e amealharam recursos para o sustento da família.

De acordo com a historiografia utilizada sobre o continente africano¹⁸, nota-se que a região da África Central Ocidental foi marcada pelo domínio feminino nestes ofícios e que, por meio das relações comerciais transatlânticas, foram trazidas para as cidades brasileiras. Segundo Selma Alves Pantoja¹⁹, o comércio de gêneros alimentícios nas cidades da borda do Atlântico durante os séculos XVII ao XIX foi uma atividade que existiu à margem do tráfico de escravos. As quitadeiras eram responsáveis pelos alimentos de primeira necessidade; povoavam o centro de grandes cidades como Luanda, segundo os relatos dos europeus que lá estiveram.

¹⁴ MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura – Material em Vila Rica (1750-1800)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFMG. 2002.

¹⁵ Em sua pesquisa, Cláudia Cristina Mól observou que as fortunas das mulheres forras de Vila Rica foram compostas por casas de morada, cativos, ouro, prata, instrumentos de trabalho, artigos religiosos, vestuário luxuoso, jóias, adornos, móveis e animais.

¹⁶ CAMILO. *As donas da rua*, p.14.

¹⁷ FARIA, Sheila de Castro. Damas Mercadoras: as 'pretas minas' no Rio de Janeiro, século XVIII-1850”. In: Mariza de Carvalho Soares. (Org.). *Rotas Atlânticas da diáspora africana: da baía do Benin ao Rio de Janeiro*. 1a ed. Niterói: EDUFF, 2007, v., pg. 97-138. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Comércio, nação e gênero: as negras minas quitadeiras no Rio de Janeiro”. 1835-1900. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.

¹⁸ PANTOJA, Selma. As Relações Brasil e África no contexto da Formação do Atlântico Sul - Séculos XVI-XVIII. In: Simpósio Internacional: Os Estados Americanos. 2000. Brasília. **Relações Internacionais: 500 anos de História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. v. 1, p. 15-23.

¹⁹ PANTOJA, Selma Alves. A dimensão atlântica das quitadeiras. In *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Marítimo Português*. Org. FURTADO, Junia Ferreira. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2001, p. 47.



Não diferente das demais regiões que já foram realizadas pesquisas sobre o cotidiano da população feminina manumitida, a vila de Pitangui também possuiu um número relativo de libertas. Com base na documentação encontrada: 21 inventários *post mortem*, 10 testamentos e 2 testamentárias, inferimos que algumas delas ocuparam ofícios vinculados a produção e venda de alimentos na região, as atividades agrícolas, a mineração e a costura/indústria têxtil. Chegamos a esta conclusão por meio do arrolamento de bens nos inventários no qual é citado grande número de instrumentos de venda e ferramentas, e em alguns casos elas mesmas declararam suas ocupações nos testamentos.

Dentre os instrumentos de trabalho relacionados à feitura de alimentos, encontramos tachos de cobre, bacias, balanças de pesar ouro, caixas, frascos de vidro, garrafas, escumadeiras, arcos de barril, caldeiras de cobre, frigideiras, gamelas de pau, pás de forno, pau de bater chocolate e pão de ló, pilão de socar canjica, ralos de cobre, sopites e tabuleiros. Ligados à mineração, foram balanças, alavancas de ferro, almocafres, cavadeiras, marretas e barras de ferro. Relacionados à agricultura foram enxadas, cangalhas, foices, machados e pás. Relativos à costura e à produção de vestuário, encontramos rodas de fiar e côvados de tecidos bem avaliados. Houve também o caso de uma mulher, Germana Maria dos Santos, crioula forra, que provavelmente vivia da produção de sapatos, e em seu inventário de 1779 relatou possuir:

Uma tenda de sapateiro que consta das peças seguintes: uma *troquesa* de ferro, dois martelos, uma tesoura, três cravadoras, um cutelo, uma faca do ofício muito usada, uma grossa, uma dúzia de formas, uma banquinha, uma craveira, um compassinho, uma alegre e todas as mais miudezas o que tudo sendo visto e avaliado pelos ditos avaliadores assentarão uniformemente esse total preço na quantia de cinco mil réis.²⁰

A maior parte delas citou algum item relacionado a determinado ofício, apenas em 07 dos 33 documentos não foi mencionado. Os valores dos instrumentos de trabalho encontrados em geral não eram muito altos e nem todos diziam a respeito de seu estado de conservação. Os mais bem avaliados foram: tachos de cobre, caixões de guardar mantimentos e balanças de gancho de ferro com peças.

Ana Abreu, preta forra, em seu inventário de 1779, relatou possuir 04 almocafres: 01 quase novo avaliado em \$600 réis, 01 em bom uso avaliado em \$500 réis, e 02 velhos avaliados em \$600 réis.²¹ Das mulheres pesquisadas, foi a que demonstrou possuir o maior plantel de

²⁰ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça, Inventário de Germana Maria dos Santos- Crioula forra. 1799. Cx 034 Dc 011. (Em itálico, grifos meus).

²¹ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça, Inventário de Ana de Abreu - preta forra. 1779. Cx 017/Dc 003.



escravos contabilizando 14 no total, além de outros bens de valor. Pensando no número de cativos e nos instrumentos de trabalho que possuía, podemos supor que Ana empregava parte deles na mineração/faiscação.

Também natural de Costa da Mina, a forra Mariana Gomes de Araújo, moradora no Arraial do Onça, além de utensílios relacionados à feitura de alimentos, também disse possuir em seu inventário rodas de fiar, descaroçadores de algodão e outras ferramentas como alavancas e machados.²² Além destes instrumentos, a africana descreveu 02 côvados de tecido fino lemiste, 02 vasos de fita carmesim, além de um vestuário pomposo composto por 01 sapato, jóias, fivelas, saias ricas em detalhes e camisas, todos no estilo europeu.

A presença dos instrumentos de venda e ferramentas nos inventários nos auxilia a perceber a participação das libertas em diversificada gama de atividades produtivas, assim como a função dos mesmos objetos no processo de elaboração dos bens comercializados. A maioria destes objetos também as auxiliava nos afazeres cotidianos, na realização pequenos cultivos e na produção de gêneros alimentícios.

Naturalidade e estrutura familiar das mulheres forras da vila de Pitangui

Através da documentação analisada, buscamos visualizar a naturalidade das mulheres alforriadas da vila de Pitangui. Em números absolutos, das 29 mulheres encontradas nos inventários *post mortem*, testamentos e testamentárias, a maioria foi citada como crioula seguida de preta, Costa da Mina, Angola e Benguela.²³ O predomínio das crioulas em relação às demais naturalidades representou cerca 45% do total, como indica o quadro abaixo.

TABELA 01: Naturalidade das mulheres alforriadas da vila de Pitangui (1750-1820)*

Origem	Quantidade	Valor relativo
Crioulas	13	49%
Pretas	7	24%
Costa da Mina	7	24%
Angola	1	3%
Benguela	1	3%
Total	29	100%

*Fonte: Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça – Série inventários e testamentos.

²² Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça, Inventário de Mariana Gomes de Araujo – preta forra. 1775. Cx 015/Dc 004.

²³ As fontes utilizadas em nossa pesquisa são apenas de origem cartorária devido à inexistência de fontes eclesiásticas: documentos de batismo, matrimônio e óbito, em razão do incêndio ocorrido na igreja de Nossa Senhora do Pilar de Pitangui em 1914, aonde se encontrava toda a documentação.



Para Vila Rica e Mariana, diferentemente da vila Pitangui, Débora Gonzaga Camilo visualizou a maioria das mulheres manumitidas natural de Costa da Mina, assim como Bárbara Deslandes Primo em sua pesquisa sobre a vila de São João Del Rei, e Junia Ferreira Furtado para o Distrito Diamantino.²⁴

Em relação ao estado civil, verificamos 29 mulheres que o declararam, havendo a predominância das casadas em relação às solteiras, viúvas e abandonadas pelo marido, ocupando 66% do total, como demonstra o quadro abaixo.

TABELA 02: Estado civil das mulheres forras da vila de Pitangui (1750- 1820)*

Estado civil	Freqüência	Valor relativo
Casada	19	66%
Solteira	08	28%
Viúva	01	3%
Abandonada pelo marido	01	3%
Total	29	100%

*Fonte: Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça – Série inventários e testamentos.

Achamos importante também observar a naturalidade de seus cônjuges. Constatamos que a maioria se envolveu com forros, sendo estes da Costa da Mina, crioulos, pretos, pardos e Benguela. 04 não tinham a origem. Casar e constituir família possivelmente eram formas utilizadas pelas libertas para se manterem estáveis, inseridas na sociedade e na religiosidade.

Junia Furtado verificou padrão diferente de estado civil para as libertas do Distrito Diamantino. O número de forras solteiras se sobrepôs ao das casadas e dentre as últimas, o número de mulheres que se declararam viúvas ou abandonadas chegou a 70%. Situação que, para a autora, “era tão instável e precária quanto à do grupo de solteiras”²⁵. Em Vila Rica e Mariana, Débora Camilo notou certo equilíbrio entre o número de casadas e não-casadas, sendo que a soma das casadas e viúvas tiveram o total de 20 pessoas, enquanto as que se declararam solteiras somaram 22 pessoas.²⁶ Já em São João Del Rey, Bárbara Primo verificou que a porcentagem de mulheres forras solteiras foi de 43.47%, superando as casadas que representaram 26.08% e viúvas

²⁴ CAMILO. *As donas da rua*, p. 55; FURTADO. *Pérolas negras*, p. 99; PRIMO. *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey*, p. 102.

²⁵ FURTADO. *Pérolas negras*, p. 96.

²⁶ _____. *As donas da rua*, p. 57.



22.82%.²⁷ Pode-se observar, através destes dados, que o número de casamentos entre forros na vila de Pitangui foi elevado, em relação às demais localidades elencadas acima.

Sobre o número de filhos, as mulheres de Pitangui tiveram de 02 a 03 em sua maioria. Apenas 06 declararam não tê-los e 04 não declararam nada a respeito. Para São João Del Rei, Bárbara Primo encontrou a maioria das alforriadas sem filhos, o mesmo descrito por Débora Camilo em relação à Vila Rica e Mariana, e Junia Furtado para o Distrito Diamantino.²⁸

Composição dos bens das mulheres forras da vila de Pitangui

Segundo Junia Furtado, parcela significativa das negras forras teve acesso a “símbolos exteriores de dignificação”, e uma vez libertas, tentavam adentrar no meio social e usufruir das mínimas vantagens que conseguiam.²⁹ Assim como Chica da Silva, houve também outras mulheres de cor que através de seu *trabalho e indústria*, e das relações sociais que o meio comercial propiciou, conseguiram se manter economicamente e acumular bens de valor.

De acordo com Márcio de Sousa Soares, era expressiva a presença de mulheres adultas donas de pequenas escravarias no Campo dos Goitacases, e ainda ressalta que “a combinação entre a posse de uma casa - o que para os forros, em particular, significava o abandono de uma senzala ou da moradia de seu senhor - escravos e joias, certamente, traduziam uma trajetória de ascensão econômica, além de contribuir para afirmar sua condição de pessoas livres”³⁰. Desta forma, com a luta para afastar o passado escravo e todo estigma que este emanava, os forros buscavam distanciar-se do cativo por meio da aquisição de posses e também das relações sociais e econômicas com indivíduos de estratos sociais mais elevados.

Para pensarmos na possibilidade de acúmulo de pecúlio por parte das mulheres forras da vila de Pitangui, partimos do montante de bens que cada uma delas acumulou durante a vida. O monte-mor, ou monte maior, era o total de riqueza deixado pelo inventariado nos inventários *post mortem*. Em 21 inventários, apenas uma forra não declarou nenhum bem. Os valores não foram altos se comparados aos dados encontrados por Débora Camilo para as localidades de Vila Rica e Mariana³¹, pois os baixos oscilaram entre 60\$000 réis e os medianos entre 435\$000 réis. 03

²⁶ PRIMO. *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey*, p. 97.

²⁸ PRIMO. *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey*, p. 93.

²⁹ FURTADO. *Pérolas negras*, p. 84.

³⁰ SOARES, Márcio de Souza. *A remissão do cativo: alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830*. Tese de Doutorado, UFF, 2006, p. 241.

³¹ CAMILO. *As donas da rua*, p. 102.



inventariadas se destacaram: Ana de Abreu e Maurícia Gonçalves com o monte acima de 01 conto de réis, e Jacinta da Rocha com quase 1 conto de réis.³²

O alto valor deixado pelas três primeiras inventariadas em relação às demais se justifica por serem detentoras dos maiores plantéis de escravos; pelos bens de raiz, como o caso de Jacinta da Rocha com uma morada no valor de 170\$000; ouro lavrado e instrumentos de produção de alimentos em cobre. Nos menores montes aonde o valor chegou a ser abaixo do preço de um cativo, foram descritos apenas roupas, trastes de casa e instrumentos de trabalho.

Para melhor entendimento da composição do patrimônio das libertas de Pitangui segue abaixo os principais itens elencados em seus inventários e testamentos.

Cativos em posse

A estrutura de posse de cativos das libertas de Pitangui se tornou um aspecto significativo em nossa pesquisa, uma vez que o escravo era um dos bens mais preciosos na América portuguesa. Das 28 mulheres, 20 declararam possuir escravos e juntas possuíram o total de 83 cativos. A média por mulher foi de 4,1, padrão também encontrado para outras localidades da Capitania de Minas Gerais no mesmo período.³³ Entretanto, a posse para a vila de Pitangui não foi equilibrada, visto que Maurícia Gonçalves possuiu 13 escravos, e Ana Abreu 14, totalizando 32% do total. Abaixo a quantificação dos escravos por mulher.

TABELA 03: Tamanho dos plantéis de escravos em posse das mulheres forras em Pitangui (1750-1820)*

Mulher	Número de escravos	Valor relativo
Ana de Abreu	14	17%
Maurícia Gonçalves	13	16%
Maria Machado	6	7%
Jacinta da Rocha	5	6%
Lourença Veloso	5	6%
Rosa F. da Silva	4	5%
Rosa F. da Costa	4	5%
Madalena de Oliveira	4	5%
Luzia Ferreira Campos	4	5%
Germana M. dos Santos	4	5%
Quitéria Martins	4	5%

³² Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça, Inventário de Ana de Abreu - preta forra. 1779. Cx 017/Dc 003. Inventário de Maurícia Gonçalves - preta forra. 1798. Cx 032/ Dc 007. Inventário de Jacinta da Rocha - crioula forra. 1768. Cx 012/Dc 004.

³³ CAMILO. *As donas da rua*, p. 112; PRIMO. *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey*, p. 96; FURTADO. *Pérolas negras*, p. 95.



Bárbara da Costa	4	5%
Maria Felipa	2	2%
Maria Madalena	2	2%
Ana Cabral	2	2%
Ana Ferreira	2	2%
Cipriana M. Conceição	1	1%
Leonor Machado	1	1%
Rita Maria de Sousa	1	1%
Mariana Gomes Araújo	1	1%
Total	83	100%

*Fonte: Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça – Série inventários e testamentos.

A origem dos cativos foi variada: crioula, Angola, Costa da Mina, Benguela, Nagô, cabra, Songo, Ganguela, mulato, Sabaru, negro e Rebolo. A maioria demonstrou ser crioula, representando 34% do total, seguida por Angola 20%, Mina 17%, e as demais restantes. No período colonial brasileiro foi utilizada a categoria *qualidade* para identificar e qualificar os indivíduos. Eduardo França Paiva ressalta que era comum que este termo viesse subtendido como, no lugar de negro ou preto, o local de origem ou de embarque: Yolofo, Falupo, ou nação Mina, Angola.³⁴ Nesse sentido, Sílvia Hunold Lara destaca que os significados atribuídos às cores dos indivíduos tendiam a substituir a designação da condição social.³⁵

Em relação ao gênero dos escravos, 49% eram homens, 48% mulheres e em 2% não havia descrição do cativo. Houve desta forma, equilíbrio entre os sexos. Tais dados nos levam a refletir sobre o emprego destes escravos na atividade comercial, além de poderem sido utilizados de outras formas como os jornais, mineração, fiação, indústria têxtil, cultivo de pequenas lavouras e em outros ofícios. Também é importante ressaltar a idade dos escravos, a maioria era de faixa etária de 20 a 35 anos, ou seja, no auge da produtividade.

Possuir cativos significava ter variadas formas de se sustentar e gerar riqueza, além de não precisar mais realizar atividades pesadas e que exigiam demasiado esforço físico.

Bens de raiz

A posse de imóveis também foi descrita pelas forras em Pitangui. Possuíram casas térreas, casas com quintais e habitações rurais. Maria Felipe de Andrade, crioula forra, disse possuir em seu inventário 04 casas cobertas de telhas no Arraial da Ponte de São João, termo da vila de

³⁴ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII*. (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 301.

³⁵ LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007. p. 127.



Pitangui. As demais mulheres que declararam possuir algum imóvel, em sua maioria detiveram apenas uma, como podemos observar no quadro abaixo.

TABELA 04 – Posse de casas pelas mulheres forras da vila de Pitangui (1750-1820)*

Número de imóveis	Número de mulheres	Total de imóveis
Nenhum imóvel	10	40%
1 imóvel	9	36%
2 imóveis	3	12%
3 imóveis	2	8%
4 imóveis	1	4%
Total	25	100%

*Fonte: Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça – Série inventários e testamentos.

Além de algumas possuírem mais de uma morada ainda alugava uma delas, como descrito no inventário da preta forra Anna de Abreu, em 1779:

01 morada de casas na Rua da Paciência com seu quintal e bananal em que o inventariante esta morando os quais são terras e telhas que partem da parte de cima com José Antônio de Souza no valor de 76\$800 réis.

01 morada de casas na mesma rua em que deixa morando o Capitão Domingos de Moraes nos quais são terras cobertas de telhas com seu quintal e bananal por ter pela parte de cima com casas de Bepardino crioulo pela debaixo com o córrego da Paciência vista e avaliada pela quantia de 90\$000.

01 morada de casas na rua de baixo e terras cobertas de telha em que está morando o herdeiro Antonio Barbosa Fiuza os quais foram de Ventura de Abreu está vendido a ele inventariante pela quantia de 33 oitavas de ouro como parte de resto vender todas (deteriorado) que se ele derem as mesmas 33 oitavas que o dinheiro importam 39\$600.³⁶

Como exemplo acima, o valor das casas de morada variavam dentre as que possuíam mais de 01, e as que possuíram apenas 01 o valor foi mais alto, como o caso de Jacinta da Rocha crioula forra, que disse possuir “01 morada de casas terras cobertas de telhas na rua da Lavage nesta vila que partem de um parte com Manoel Ferreira da Silva e outra com casas de Quitéria Lopes no valor de 170\$000”.

Ademais, é relevante também destacar a boa localização das moradias, o uso das telhas nas propriedades como um dos indícios de maior elaboração destes imóveis, a descrição de quintais e cultivos de bananeiras e outros. A Rua da Paciência e o Morro do Batatal foram locais de intensa mineração na vila de Pitangui no século XVIII, e lugar de morada de muitas forras. Outro lugar citado por elas foi a Rua de Baixo da vila e a Rua da Lavagem, locais de intenso trânsito de pessoas.

³⁶ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Inventário de Anna de Abreu – preta forra. 1779. Cx017 Dc 003.



Além disso, cabe-nos ressaltar com quem se avizinham. Encontramos vizinhos de ascendência africana e de outras origens descritas nas fontes. Ana Maria crioula forra, moradora da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, tinha sua propriedade em meio às casas de duas mulheres de ascendência africana. Em seu inventário do ano de 1797, consta “uma casa de morada situada na Rua da Lavage diante parte da frente coberta de telhas com quintal pequeno que partem pelo norte com casas de Rosa Angola e pelo fundo com casas de Angélica preta forra no valor de 72\$000”³⁷. E Lourença Veloso preta forra, dizia possuir “01 morada de casas na rua de baixo desta vila que partem com casas do Sargento-mor Germano Gonçalves Pereira e Maria Ferreira no valor de 40\$000”³⁸.

A posse de escravos e de imóveis estava entre os maiores símbolos da autonomia dos libertos. Como fica claro, a maioria dos inventariados possuía apenas uma morada de casas em que viviam muitas vezes acompanhados de seus escravos e família, quando possuíram.

As casas eram compostas por móveis, adornos, louças, talheres, mesas e enxovais. Encontramos moradas com móveis de madeira como catres, baús, mesas, tamboretas, estojos de aroeira e bancos; com talheres de prata, estanho e latão; com pratos, copos de vidro, garrafas e potes; com bacia de arame de pé de cama; redes de pano, fronhas, lençóis de algodão, toalhas e guardanapos. De modo geral, o mobiliário das forras da vila de Pitangui demonstrou ser de simples a mediano valor. Os objetos que compunham suas casas que citamos acima não ultrapassaram, na sua maioria, valores como 2\$400 réis para móveis de madeira, \$400 réis para talhares, caixas de guardar mantimentos de 4\$000 réis, \$600 para pratos, dentre outros.

O vestuário

Símbolo de distinção social, o vestuário ocupou lugar de destaque nas minas setecentistas. Algumas escravas e forras ostentaram nas vilas e nas áreas rurais utilizando tecidos nobres, jóias e adereços, diversos deles importados. Distinguir-se por meio do traje gerou vários conflitos e bandos que tentavam restringi-las o uso de determinadas vestimentas, como assegura Cláudia Cristina Mól.³⁹

Alguns tecidos eram caros e faziam com que as roupas se tornassem bens valiosos na época, deixados através de testamentos e inventários *post mortem*. A diversidade de tecidos desde

³⁷ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Inventário de Ana Maria – crioula forra. 1797. Cx 031 Dc 010.

³⁸ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Inventário de Lourença Veloso – preta forra. 1781, Cx 019 Dc 022.

³⁹ MOL, Cláudia Cristina. Entre sedas e baetas. O vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica. *VARIA HISTÓRIA*, n 32. 2004, p.178.



os mais baratos como a baeta e a linhagem, até os mais caros como a seda, o veludo, o lemiste, e a bretanha pode ser notada no cotidiano da mulher forra da vila de Pitangui. As cores das roupas e tecidos também foram variadas: azul, verde, preta, rosa, marrom e branco. Outra questão pertinente são os detalhes nas roupas como as rendas, bordados, brilhantes e babados, pois agrega valor. O côvado (66 cm) de alguns tecidos como o veludo, azul fino, tafetá, cetim e seda eram mais avaliados até que alguns móveis.

As joias também, como símbolo de riqueza, foram muitas vezes citadas nos inventários e testamentos. Brincos de ouro, de prata, com aljôfares, de ouro e laços compridos de diamantes olhos de mosquito, fios de conta de ouro de pescoço, fivelas de prata, foram alguns itens que foram arrolados pelas inventariantes. Adornavam e demonstraram o poder econômico em que as pessoas que as usavam viviam. Mariana Gomes de Araujo, preta forra mina, moradora no Arraial do Onça, em 1775 em seu inventário disse possuir:

- 1 par de brincos e ouro que pesa 2 oitavas 1 quarto quatro vinténs 3\$425
- 1 par de brincos de ouro 2\$400
- 2 vasos de fita carmesim \$300
- 1 terça fita de carmesim \$180
- 1 toalha de Bretanha usada com renda \$600
- 1 camisa de Bretanha com babados de renda 2\$400
- 1 colete de veludo verde com seu cordão 2\$400
- 1 par de meias de algodão de renda \$150
- 1 lenço de seda \$600
- 1 lenço de seda \$450
- 1 saia de baeta preta \$600
- 1 dita de baeta azul 3\$600
- 1 saia de brilhantes com barra de baeta cor de rosa 6\$000
- 2 côvados de lemiste em bom uso 6\$000
- 1 crepe fino novo 2\$400
- 1 dito de Braga já usado \$900
- 1 par de sapatos de veludo carmesim com suas ponturas de prata 1\$200
- 1 par de chinelos rife carmesim \$750.⁴⁰

Isso demonstra a variedade de modelos e cores e atesta o gosto da mulher alforriada pelos adornos, meias com detalhes, sapatos, saias e camisa. Todas as peças que encontramos em geral nos documentos, como no exemplo citado acima, remetem ao vestuário de mulheres europeias, o que denota a intenção de proximidade à esta cultura por parte das forras e distanciamento da origem africana.

⁴⁰ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Inventário de Mariana Gomes de Araujo – crioula forra. 1775. Cx 015/Dc 004.



Do total de testamentos e inventários *post mortem* analisados para vila de Pitangui, encontramos: 11 brincos (de ouro, prata, com aljófar, diamante), 02 botons de ouro, 05 cabeções (de pano linho, bretanha, com bordados, camurça), 01 calça de cetim bordada de retroz forrada de nobreza azul, 12 camisas (de linho, Bretanha, cambraia, renda), 01 chinelo, 02 capas de baeta, 03 coletes (de veludo e esguião), 01 cordão de ouro fino, 03 fios de conta de pescoço (de ouro e prata), 02 fivelas (de prata e estanho), 04 laços (com pedras engemadas e brincos de ouro), 09 lenços (de seda, algodão, velantão francês e linho), 03 meias (algodão, linho e renda), 22 saias (de baeta de diversas cores, bretanha, pano alvadio, estepe, melânia, com brilhantes, de gala, salamanca, veludo), e 02 sapatos (de veludo carmesim com suas ponturas de prata, de pelica). Foram listados também 46 itens que eram panos, roupas de cama, toalha, guardanapos e fronhas. Nota-se a ausência de vestidos, o que pode indicar a proibição do seu uso por parte das mulheres negras possivelmente perdurado até o século XVIII.⁴¹

Religiosidade

O catolicismo romano, religião oficial do Estado Português, exerceu grande influência sobre os indivíduos e os costumes no período colonial brasileiro. Muitos escravos eram batizados na África logo após a captura ou logo após chegarem nos portos no Brasil, antes de serem vendidos e levados para as vilas e áreas rurais. A Igreja como instituição definiu o seu lugar no administrativo e doutrinário, destinada a acompanhar a vida religiosa dos fiéis, distribuir os sacramentos, o culto público e guiar espiritualmente os indivíduos.

A religiosidade católica praticada na América portuguesa esteve nítida no ambiente familiar como nos cultos aos santos, na participação dos leigos nos sacramentos nas igrejas e capelas, marcada pelo predomínio no ambiente privado e sobre o espaço público.

Nos testamentos e inventários das libertas de Pitangui encontramos referências à religião de Roma por meio dos oratórios, imagens sacras e pela participação destas em irmandades leigas. Algumas imagens de santos católicos em ouro e latão como as de Nossa Senhora da Conceição, Santo Antonio, Santo Cristo e São José, crucifixos, cruz de filigrana com 14 pedras verdes e 03 oratórios foram citados por elas, e denotava suas devoções. Além disso, 05 disseram serem irmãs das irmandades de Nossa Senhora do Rosário das Almas, e uma irmã da Santa Casa de Jerusalém da vila. No momento da morte, algumas deixaram oitavas de ouro para as irmandades e quiseram ser enterradas com toda pompa, amortalhadas em hábitos de santos, com ceras e em altares privilegiados.

⁴¹ MOL. *Entre sedas e baetas*, p. 07.



As Irmandades serviam para reafirmar o lugar social de cada indivíduo na comunidade e garantir vários direitos aos irmãos, inclusive o de bem morrer em tumbas melhores, missas após a morte, velas, ceras e vários sacerdotes para acompanhar o enterro. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi espaço em que os crioulos, pardos e africanos estiveram presentes.⁴² Favorecia a sociabilidade entre os negros e os demais indivíduos de outros segmentos sociais, e as forras estiveram presentes tanto em irmandades de brancos, quanto de mulatos e pretos.

É importante também destacar a relevância do catolicismo no ato de morrer, no qual muitas pessoas alforriaram seus cativos neste instante. A concessão da liberdade era um ato sobre o qual a religião e a moral estiveram de certa forma conjugados, principalmente nas alforrias testamentárias e na pia batismal.⁴³ Encontramos nos documentos 16 casos de concessão de alforria por parte das forras: 11 por coação, 04 gratuitas e em 01 não havia informação sobre a forma. Todas as mulheres que manumitiram seus escravos por coação não possuíam filhos. Notamos também os escravos africanos foram mais contemplados.

Dinheiro

A presença de dinheiro nos inventários e testamentos das mulheres forras da Pitangui foi mediana. Apenas 05 citaram possuir valores referentes a ouro lavrado ou em pó, mas a soma geral foi de 172\$550 réis, valor não tão baixo. Duas possuíam a maioria deste valor, a africana Ana de Abreu com 57 oitavas que correspondia a 68\$400 réis, e Rosa Ferreira da Costa com 64 oitavas que correspondia 76\$800 réis.⁴⁴ Uma hipótese a ser levantada em relação a isso seria a não declaração dos valores em posse por parte das mulheres, porém, difícil de ser comprovada.

Raphael Freitas Santos, em sua dissertação de mestrado, nos trouxe que a mínima presença de dinheiro se deu pelo fato da grande circulação do ouro em pó extraído das minas e sua liquidez neste processo.⁴⁵ Salienta que a prática creditícia foi uma opção a esta questão, e no caso das forras de Pitangui, visualizamos este fator através das ações de crédito e de alma que estiveram envolvidas, ambas vinculadas às relações comerciais protagonizadas pelas libertas.

⁴² MALAVOTA, Cláudia Mortari. *Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades*. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2007.

⁴³ GUEDES. *Egressos do cativo*, 2008.

⁴⁴ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Inventário de Ana de Abreu – preta forra. 1779. Cx017 Dc 003; Testamento de Rosa Ferreira da Costa – preta forra. 1762. Cx 094/Dc 013.

⁴⁵ SANTOS, Raphael Freitas. *Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do rio das Velhas, 1713-1773*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2005, p. 43.



O acesso à justiça pelas mulheres forras da vila de Pitangui

As ações cíveis são fontes relevantes para pensarmos no acesso à justiça por parte das mulheres forras e nas relações sociais e econômicas estabelecidas entre elas e pessoas de outros seguimentos sociais. Tais ações denotavam a autonomia dos libertos e o poder de enunciação, fossem como autores ou réus nos processos.

Encontramos o total de 41 ações: 22 de alma, 09 de crédito, 05 libelos, 02 de embargo, 01 de crime, 01 de força nova, e 01 de notificação. Observamos que a maioria foi de origem comercial. Segundo Renata Romualdo Diório, o contato estabelecido entre aqueles que mantinham algum tipo de trato comercial poderia demonstrar certa aproximação, como laços sociais e mesmo familiares, por não existir nenhum registro que legitimasse a operação a ser realizada⁴⁶. Apenas a palavra era validada para se efetivar um negócio.

As ações de alma e de crédito envolveram o consumo e venda de determinados produtos por parte delas, ou empréstimo de determinada quantia. Como no ano de 1753, Joana Dias preta forra, foi chamada a responder como ré a uma ação de alma de autoria de José de Vasconcelos, em razão de uma dívida de 21\$525 réis, procedidos de fazenda de molhados que lhe comprou. Em outro caso, a crioula forra Ana Leite da Silva, exigia que José de Aquino Calaça lhe pagasse a quantia de “02 oitavas e 04 vinténs de ouro, resto de maior quantia de algodão que lhe comprou”⁴⁷.

Tanto no período colonial, quanto imperial no Brasil, parte das atividades econômicas foi realizada a crédito. O envolvimento das libertas nestes tratos significava o acesso a diversas formas de negociação⁴⁸. Tais práticas comerciais geraram vários processos judiciais por motivo de descumprimento das condições previamente estabelecidas pelos negociantes, e estavam previstas segundo as Ordenações Filipinas:

E para a venda ser valiosa, será o preço certo em que se o comprador e vendedor acordem. E, portanto, se o vendedor dissesse ao comprador: vendovos esta cousa por quanto vós quizerdes, ou por quanto eu quiser esta venda não valerá. Porém, se o comprador e o vendedor se louvarem em algum homem, deixando em seu arbítrio que lhe assine o preço por que a cousa seja vendida, declarando ele preço, valerá a venda. Mas se esse, que houvesse de pôr o preço, morresse antes que o declarasse, não valerá a venda.

E arbitrando esse terceiro preço da cousa assim vendida desarrazoadamente, em maneira que alguma das partes não seja contente de seu arbitramento, deve-

⁴⁶ DIÓRIO. *Os libertos e a construção da cidadania em Mariana*. 2013, p. 96.

⁴⁷ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Ação de alma. 1772. (Autora) Ana Leite crioula forra, (Réu) José de Aquino Calaça. Cx 189 Dc 015.

⁴⁸ ——. *Os libertos e a construção da cidadania em Mariana*, p. 63.



se a parte descontente socorrer ao Juiz, a que o conhecimento pertencer, que mande fazer outro arbitramento por homens bons. E o dito Juiz constrangerá o vendedor e comprador, que se louvem em homens bons dignos de fé, que tenham conhecimento e sabedoria da tal cousa, os quais per juramento dos Santos Evangelhos façam outro novo arbitramento.⁴⁹

Portanto, a dependência financeira momentânea pode significar uma estratégia de subordinação pela qual o credor amplia seus laços de clientelismo. Pode significar, ainda, uma forma de enriquecimento e de manutenção do lucro.⁵⁰

Dívidas ativas e passivas

As relações de créditos foram fundamentais para a economia da Capitania de Minas Gerais, e como citamos no item anterior, as mulheres forras estavam inseridas nesta forma de negócio. Da soma de 31 ações de alma e de crédito, apenas em 04 as libertas estavam como autoras e o restante como rés. Nos inventários e testamentos apareceram tanto dívidas ativas quanto passivas, com diversos valores e envolvendo diferentes pessoas da sociedade. O empréstimo ou débito gerava relações de contrapartida social e simbólica, mantinham as redes de clientela e permitiam a interação entre diferentes níveis sociais.

Nos 21 inventários, 04 disseram possuir dívidas ativas e 02 passivas. Já nos 10 testamentos, 03 possuíram dívidas ativas e 02 passivas. Geralmente foram valores correspondentes a créditos, fazendas secas, escravos comprados, aluguéis de negros, enterros de familiares e outros. Faz-se necessário compararmos o total de riqueza possuída pelas mulheres através do monte-mor e os valores referentes às dívidas passivas deixadas em seus inventários. Como nos testamentos não declararam os valores relativos aos bens que possuíam, não pudemos calcular o total do monte-mor, apenas as dívidas que deixaram. Desta forma, segue abaixo os valores referentes apenas aos inventários.

TABELA 05 – Dívidas ativas inventariadas pelas mulheres forras da vila de Pitangui (1750-1820)

Inventariada	Monte-mor	Dívidas passivas
Ana Cabral	213\$875	65\$085
Ana Ferreira	201\$012	132\$325
Bárbara da Costa	435\$759	115\$960
Germana Maria Santos	487\$975	6\$600
Total	1.239\$621	319\$970

⁴⁹ ORDENAÇÕES FILIPINAS, título 1, Livro IV, p. 779.

⁵⁰ SANTOS, Raphael Freitas. *Considerações sobre as atividades creditícias na sociedade mineira setecentista*. CEDEPLAR. 2005. p. 03.



*Fonte: Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça – série inventários.

Os dados do quadro acima revelam que a composição do patrimônio das mulheres inventariadas foi superior às dívidas que contraíram. Desta forma, podemos concluir que foi possível o acúmulo de valores significativos por parte das libertas em vida, e que provavelmente se mantiveram com razoável condição econômica. Principalmente se levarmos em conta que a maioria não deixou débitos.

Outros

Neste item destacamos outras posses que compuseram as propriedades das forras e que, apesar de serem pouco usais, não deixam de ter relevância para nosso estudo. Em inventário de bens no ano de 1797, José da Rosa, preto forro, e sua mulher Antonia Afonsa, crioula forra, declararam possuir um boi no valor de 4\$200 réis e uma vaca com uma cria fêmea de 3\$000 réis⁵¹. Quitéria Martins em seu testamento disse possuir 1 cavalo.⁵² Estes foram os únicos casos em as mulheres citaram possuir algum animal.

A quase inexistência de animais na composição do patrimônio das mulheres forras da vila de Pitangui nos sugere que, além delas estarem vinculadas às atividades essencialmente urbanas, pouco investiram nas atividades rurais, como a agropecuária. A escassez de animais nos bens demonstra a presença urbana no pequeno comércio e a concentração dos investimentos em outras atividades, como a mineração e a costura.

Outros bens como armas de fogo foram localizadas em 03 inventários. Encontramos 02 espingardas, 01 catana de punhos de prata embraçadeira e ponteira e 01 arma de fogo Braguesa. Estas duas últimas com valores relativamente altos mencionados: 9\$600 réis e 6\$000 réis. A posse de armas no período colonial brasileiro esteve sob controle da coroa portuguesa, com o intuito de limitar o seu uso por parte de indivíduos considerados como ameaça para a ordem social estabelecida, eram eles: forros, escravos, índios, judeus, mouros e lacaios.⁵³ Na capitania de Minas Gerais, vários bandos foram realizados com o intuito de proibir os negros, carijós e bastardos de portarem armas, mas em vários casos eles as tiveram de forma ilícita.⁵⁴

⁵¹ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Inventário de Jose Rosa preto forro/Inventariante Antonia Afonsa crioula forra,1797, Cx 031 Dc 017.

⁵² Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Testamento de Quitéria Martins, 1784, Não conta no catálogo a localização do documento.

⁵³ ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título LXXX.

⁵⁴ Em 29/12/1717, o governador da capitania publicou um bando proibindo “os mineiros de juntar armas e trazê-las sem sua ordem”; do contrário, os infratores teriam suas fazendas seqüestradas. E que nenhum negro, mulato, carijó



Além das armas, observamos outro item que foi listado em apenas um inventário: 01 gola de prender negros com seu colar no valor de 3\$600 réis, descrito por João da Silva Carneiro, preto forro, e sua mulher, Maria Felipa Andrade, crioula forra.⁵⁵

Considerações sobre o perfil da mulher liberta da vila de Pitangui

Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar as formas que as mulheres utilizaram para se manter na localidade da vila de Pitangui após se libertar, o âmbito familiar destas, os bens angariados e o possível acúmulo de riqueza. A maioria foi casada e tiveram filhos. Nem todas ascenderam financeiramente, visto que parcela não deixou bens de alto valor em seus testamentos e inventários, como demonstra a nossa análise de fontes. Entretanto, parte significativa das manumitidas estabeleceu relações com pessoas de outros estratos sociais por meio dos ofícios desempenhados, pela vizinhança, algumas através das irmandades leigas e também por meio do sistema de crédito.

Por conseguinte, através desta breve análise do perfil geral da mulher manumitida da vila de Pitangui, podemos dizer que a maioria não viveu na miséria, mesmo porque, ao adquirirem a liberdade, inseriram-se socialmente através do trabalho e muitas continuaram a exercer as mesmas ocupações de quando eram cativas. Destarte, elas adentraram a sociedade não mais como propriedade de alguém, saltando da categoria jurídica de cativas à libertas. Esforçaram-se para distanciarem do passado escravo adquirindo casas de morada, cativos, vestuário pomposo, móveis e demais símbolos de diferenciação social.

ou bastardo poderia portar armas nem bastões, sob pena de serem açoitados pelas vias públicas. In: Códice Costa Matoso, 1999, p. 336.

⁵⁵ Instituto Histórico de Pitangui, Fundo Câmara Municipal de Pitangui, Seção Justiça. Inventário de João da Silva Carneiro preto forro nação Mina/Inventariante Maria Felipa Andrade crioula forra, 1794, Cx 028 Dc 006.



Estratégias de controle social das drogas na década de 1920*

Social control strategies of drugs in the 1920s

Carlos Rodrigo Soares

Especialista em História e Humanidades

Universidade Estadual de Maringá

carlosunix@hotmail.com

Recebido: 18/03/2016

Aprovado: 20/07/2016

RESUMO:

Este trabalho aborda a questão das drogas na vida social brasileira na Primeira República e suas representações na legislação e nos jornais da década de 1920. Neste sentido, o estudo baseou-se em um processo de normatização que levou certas substâncias psicoativas a serem consideradas perigosas. Foram realizadas análises e uma investigação sobre a construção histórica de criminalização dos usuários e comerciantes de drogas no Brasil e um possível cenário de repressão. No material analisado pode-se apontar como plausível o desenvolvimento de uma política de combate às drogas já na década de 1920, tendo na regulamentação parte de um processo normativo, dentro de formulações de estratégias de ação pública do Estado, que foram se instituindo e disseminando representações oficiais de discriminação social transformando os usuários e comerciantes de drogas em criminosos e em um problema social.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas, estratégias, representações.

ABSTRACT: This paper addresses the issue of drugs in Brazilian social life in the First Republic and its representations in the legislation and in newspapers of the 1920s. The study was based on a standardization process that led certain psychoactive substances to be considered dangerous. Analysis and research on the historical construction of criminalization of drug users and dealers in Brazil and a possible scenario of repression were carried out. In the analyzed material can be pointed out as likely to develop a drug war policy since the 1920s, taking the regulatory part of a policy development process within formulations of the state public action strategies that were being set up and disseminating official representations of social discrimination turning users and drug dealers in criminal and a social problem.

KEYWORDS: Drugs, strategies, representations.

* Pesquisa resultante do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em História e Humanidades, concluído em 2016 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação do Prof. Dr. Rivaíl Carvalho Rolim.



Introdução

Este trabalho aborda as representações sobre as drogas na legislação e nos jornais da década de 1920 levando em consideração o contexto social na Primeira República. Procura aprofundar o conhecimento histórico sobre as drogas na sociedade brasileira, principalmente diante da situação atual de perseguição aos sujeitos históricos que se constituem como drogados e criminalizados. Esse problema social construído precisa ser compreendido pelo seu desenvolvimento histórico, ainda que esse trabalho não vá abordar a totalidade desse processo.

O termo “droga” é complexo e possui influência em sua definição dependendo da área pelo qual é abordada¹, do contexto em que está inserido. Desta maneira, não existiu somente uma definição e nem parece haver consenso sobre seu significado, mas neste trabalho o conceito de “[...] droga será utilizado em sua acepção de senso comum, qual seja, como substância capaz de alterar a capacidade perceptiva, sensorial e imaginativa dos indivíduos, assim como, seu estado de humor [...]”². Portanto, o estudo foi baseado na compreensão construída sobre as drogas dentro de um processo de normatização e não na busca de sua etimologia ou de definições supostamente completas sobre o objeto do estudo, mas nas representações enunciadas num certo período histórico.

As estratégias de normatização aqui colocadas são representações construídas por grupos, ou por indivíduos que demarcam o espaço de um grupo.³ Partindo, mas não se limitando ao pressuposto de que “[...] a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de trazê-lo à memória e ‘pintá-lo’ tal como é”⁴. Mas, representar algo “tal como é” não descarta que a imaginação e outras circunstâncias não venham a alterar, modificar e se distanciar de tal maneira do representado. A representação em si já se configura como outro ser, conceito, objeto ou imagem diferente daquela no qual se baseou inicialmente a representação. Portanto, o emprego do conceito de representação seria ainda mais abrangente, por que:

[...] permite articular três modalidades de relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é

¹ ADIALA, Julio Cesar. *Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República*. 184 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2011, p. 20.

² SILVA, Maria de Lourdes da. *Drogas – da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945*. 311 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009, p. 13.

³ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.73.

⁴ _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.74.



contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.⁵

Desta forma, este trabalho não busca no conceito de representação somente uma realidade ou verdade, mas múltiplas representações de uma realidade que existiu e que, sendo percebida e apropriada de diferentes formas em cada grupo ou sujeito histórico, pode ser analisada nas fontes do período, ainda que parcialmente. A realidade existiu, mas não pode ser na sua totalidade representada como por um espelho, por isso que não falamos de representação única e verdadeira, mas de representações, diferente e talvez até opostas, mas que permitam perceber as dinâmicas e complexidades da realidade na vida cultural e social da sociedade.

No caso das drogas, essas representações podem tomar diferentes formas se considerarmos “[...] que o fenômeno das drogas é marcado pela diversidade de significados, modalidades de uso ou da reação frente ao uso, que se expressa em diferentes sujeitos e domínios sociais [...]”⁶. Destas representações e estratégias forma-se o controle social, que na perspectiva das drogas atuaria como a parte reguladora e normativa, geralmente com as posições oficiais na sociedade. Essas estratégias oficiais são:

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.).⁷ (grifos no original)

As representações sociais de forças com que uma instituição normatiza e delimita o lícito e o ilícito, bem como o proibido e o permitido, são estratégias que servem como mecanismos de controle para que seus objetivos sejam alcançados. No entanto, seria válido ressaltar que mesmo dando destaque para essas ações normatizadas, considera-se que os usuários e comerciantes de drogas foram sujeitos atuantes na história. Não foram meros receptores de representações oficiais, mas jogavam com as estratégias estabelecidas mostrando não somente aceitação, mas

⁵ _____. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Gallharo. 2. Ed. Lisboa: Difusão Editorial, 1988, p.23.

⁶ TRAD, Sérgio do Nascimento Silva. *A trajetória da prevenção às drogas no Brasil: do Proibicionismo à Redução de Danos e seus reflexos nas políticas locais*. 299 f. Tese (Doutorado em Antropologia da Medicina) - Universitat Rovira I Virgili, Programa de doctorat d' Antropologia de la Medicina, Tarragona, 2010, p. 52.

⁷ CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução: Ephem Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 99.



também negação e adaptabilidade. Assim, as representações de diferentes sujeitos poderiam coexistir, ainda que fossem antagônicas.

Para efetuar este trabalho, dentro destes pressupostos teóricos de representações normativas e estratégias oficiais, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação.⁸ Nesta sequência, devido à especificidade de tratar das drogas *a priori*, foi realizada a análise e a escolha do material a partir da temática das drogas. Na pré-análise foi realizada uma primeira leitura e colocadas três hipóteses sobre as representações das drogas na Primeira República.

A primeira hipótese considerou uma sistemática perseguição a todos os tipos de drogas e aos grupos sociais de consumo e comércio relacionadas a elas na Primeira República. Uma segunda hipótese levantou a possibilidade da não perseguição as drogas, mas na evocação de sua presença como algo normal, dentro de um contexto de uso e apropriação de substâncias que eram legítimas, sem a necessidade de uma normatização específica. A terceira hipótese colocada considerou que a problemática perpassava o interesse particular de algumas instituições, interferindo na legitimidade do uso de certas drogas, enquanto outras seriam perseguidas pela sua relação com grupos distintos que eram criminalizados pela sociedade.

As três hipóteses surgiram durante a pré-análise, seguido da seleção dos seguintes materiais: O jornal *A República*, o Decreto 4.294/1921 e a Lei 2.109/1922. Na fase inicial da pesquisa, diante da leitura flutuante na pré-análise, destacou-se entre os materiais investigados a Lei 2.109, de 1922 do Estado do Paraná, que delimitava medidas administrativas sobre o comércio de drogas e o tratamento de usuários ainda no começo do século. O conteúdo da lei era pequeno e evocava o conhecimento de outra ação legislativa.

A fim de descobrir melhor o contexto normativo das drogas, foi necessário também o estudo e a consulta do Decreto 4.294, de 1921, sendo este citado no Art. 01 da Lei 2.109/1922 e ter-se constituído a sua base institucional e jurídica. Além disso, constatou-se que havia um conteúdo mais consistente no Decreto 4.294/1921, passando a ser delimitado o período estudado aos anos de sua vigência, isto é, entre 1921 e 1932.

Realizada a pré-análise e delimitação da fonte normativa, questionou-se a necessidade de identificar as representações das drogas nos meios sociais envolvendo sua repercussão nos diferentes contextos evocados e recorrer aos jornais foi uma abordagem utilizada na perspectiva de resoluções para essa problemática. Neste íterim, como foi inserido a pesquisa a Lei 2.109/1922, do Paraná, como partes do *corpus* documental, considerou-se relevante selecionar um

⁸ BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70, 1977, p. 95.



jornal paranaense, que dialogasse com a legislação, ou pelo menos circulasse no mesmo cenário, mas que também pudesse representar outros jornais do país. Observou-se a forte influência dos jornais republicanos no contexto da Primeira República e o jornal *A República* do Paraná foi selecionado ao corresponder a estas expectativas na pré-análise.

O jornal *A República* apresentou limitações em suas edições existentes para a análise, mas foi um material que se mostrou pertinente aos objetivos deste estudo, e essas limitações do jornal correspondiam somente a existência de publicações nos anos de 1921, 1922, 1929 e 1930. E diante disto, a pesquisa limitou-se a circunscrever o período de 1921, da publicação do Decreto 4.294/1921, até 1930, ano final das edições do jornal *A República*. E não mais até 1932, como havia se estabelecido no início da leitura do Decreto 4.294/1921. O material do jornal que foi publicado destacou-se na fase inicial de implementação das duas leis analisadas e nos anos finais da década de 1920. O período de abrangência paralela dos materiais foi entre os anos 1921 e 1930, considerando-se este o período do estudo no qual se basearia a análise.

O *corpus* documental da pesquisa reuniu estes três materiais: O Decreto 4.294, a Lei 2.109 e o jornal *A República*. Tendo constituído o *corpus* da pesquisa, o próximo passo foi a análise temática utilizando-se de dois indicadores genéricos: entorpecentes e drogas. Em toda a investigação realizada no jornal *A República*, as ferramentas de busca dos indicadores genéricos e específicos foram realizadas no *DocRead* da *Hemeroteca Digital Brasileira*, mantida pela *Fundação da Biblioteca Nacional*.

Nos dois indicadores genéricos se aglutinaram diferentes tipos de drogas, considerando as representações possíveis para o termo drogas e a pesquisa dos indicadores genéricos no jornal *A República* apresentaram duas perspectivas de análise, isto é, uma quantitativa e outra análise qualitativa. As drogas foram classificadas entre uma representação negativa (combate, negação, perseguição, etc.) e positiva (remédio, comércio, etc.). O Quadro I demonstra essa fase da pesquisa. A partir da categorização se desenvolveu a parte final da análise de conteúdo, podendo-se inferir mais sistematicamente sobre o material e chegar a conclusões que atendessem satisfatoriamente a problemática aqui colocada, principalmente na questão da possibilidade de estratégias no processo de normatização pelo qual as drogas e grupos sociais passaram no período.

Portanto, este trabalho se dividiu em três partes, primeiramente levantando os problemas do contexto social na década de 1920 para compreender onde a problemática das drogas estava inserida historicamente. Em segundo lugar desenvolvendo a análise das representações e



estratégias do jornal *A República* sobre as drogas para, enfim discutir brevemente as estratégias de normatização no Decreto 4.294 e na Lei 2.109.

Um breve contexto social da década de 1920

Nos finais da Primeira República mudanças no âmbito político, social e econômico ocorreram no país. As transformações profundas na década de 1920 caracterizaram o momento que foi marcado pela instabilidade social e política que culminou com a chamada Revolução de 1930:

O mineiro Artur Bernardes (1922-1926) governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a seguidas decretações do estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se a uma dura repressão para os padrões da época. A insatisfação popular tinha raízes em um quadro financeiro complicado. As emissões maciças de moeda, feitas por Epiácio Pessoa entre 1921 e 1923 para realizar a terceira valorização do café, foram responsáveis pela desvalorização do câmbio e pela inflação.⁹

Segundo Fausto o contexto da década de 1920 foi realmente caótico, tendo desvalorização do câmbio, inflação, decretações do estado de sítio e uma “dura repressão”. Os governos durante a década de 1920 procuravam alimentar uma estrutura decadente de política derivada de uma conturbada instituição da nova república, que ainda convivía com questões do século XIX. Essas mudanças e instabilidades influenciaram e foram influenciadas de maneira direta ou indireta na temática das drogas e provavelmente as legislações e o tratamento dado às drogas não fugiam a essa repressão social estabelecida, que, para Fausto, era muito dura nos “padrões da época”.

O contexto econômico era desfavorável para a estabilidade social e política do país, a população estava a mercê das situações encontradas dentro e fora do Brasil - agravando-se com a Crise de 1929 nos EUA - e essas condições já vinham antes mesmo de Artur Bernardes tomar a presidência. A economia brasileira caracterizava-se principalmente pela exportação do café e a existente produção nacional de outros produtos de uso interno não era suficiente para atender a demanda interna no país, que ainda estava em construção. Constituindo um problema para, por exemplo, os republicanos, que esperavam uma nação desvinculada de seus traços monárquicos da época lavoura-exportadora.

Uma nova república industrial aos moldes europeus e estadunidenses era uma representação ideal republicana. Não obstante, grande parte de alimentos, máquinas e outros produtos ainda necessitavam da importação, como o cimento, produto básico, que só começou a

⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 315.



ser fabricado no Brasil nesta época. Portanto, a indústria existia, mas ainda era pequena. Medidas foram aplicadas na década de 1920 para fomentar a indústria no Brasil, mesmo assim a economia não melhorou e “em 1928 o Brasil era o país com a maior dívida externa da América Latina, com cerca de 44% do total [...]”¹⁰. Além disso, a inflação e questões políticas não eram os únicos problemas.

Diversos fatores alteraram as dinâmicas sociais e uma das mais significativas foi a acelerada imigração europeia desde finais do século XIX. Com uma expansão demográfica significativa ocorrida nos principais núcleos urbanos do país, praticamente dobrou-se a população, passando de aproximadamente 20 milhões no começo do século, para cerca de 40 milhões de habitantes no final da Primeira República.¹¹

O estudo de Boris Fausto sobre o aumento da criminalidade em São Paulo aponta que em 1880 a cidade tinha aproximadamente 34.000 habitantes, mas em 1924 já contava com uma população com cerca de 600.000, indicando um acelerado crescimento populacional do Brasil para o período.¹² Provavelmente cresciam também os usos e as representações sobre as drogas correlacionadas aos problemas levantados sobre essa entrada de imigrantes. Importação, imigração e drogas parecem que muitas vezes eram construídos como parte de um mesmo cenário. Desta maneira, o panorama urbano crescente mudava drasticamente a sociedade, mesmo que a paisagem rural ainda permanecesse predominante em muitas regiões do país na Primeira República.

O crescimento urbano como resultado da vinda de imigrantes possibilitou no Brasil um discurso médico, estrategicamente importante para a questão das drogas, que fez parte das representações de normatização dos entorpecentes durante toda a Primeira República. O movimento sanitarista consolidou a comercialização e legitimação das drogas, formulando o seu controle para os agentes da saúde e, gradualmente, para os policiais.¹³ Neste período ocorreu à institucionalização da *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM), fundada em 1923, que passou a discutir e investir em ações para acabar ou controlar os vícios sociais, dentre eles a toxicomania.

E como afirmou Moreira, “pode-se dizer que o processo de criminalização dos entorpecentes no Brasil foi resultado não só de uma combinação de pressões políticas internacionais, mas também da transformação do uso dessas substâncias em um problema de

¹⁰ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 165.

¹¹ VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997, p.311.

¹² FAUSTO. *História Concisa do Brasil*, p.156-158.

¹³ ADIALA, Julio Cesar. *Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República*. Rio de Janeiro, 2011, 184 f. Tese (História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, p.24.



saúde e segurança [...]”¹⁴. Havia certamente pressões advindas das convenções internacionais sobre as drogas, mas a criminalização estabelecida no Brasil da Primeira República era influenciado também por questões internas. No discurso sanitário da década de 1920 existiam os vícios elegantes e não elegantes, foram maneiras próprias de marginalização e representação de certos grupos sociais. Como a “[...] à maconha, que só veio a ser incluída nas proibições internacionais em 1925 [...]”, proibição que esteve relacionada “[...] a repressão aos grupos marginalizados, negros e migrantes [...]”¹⁵. No Brasil da década de 1920 a maconha foi associada ao candomblé e a população negra, símbolos de regresso e atraso para o desenvolvimento do país.¹⁶

Ao tratar dos termos repressão, proibição, marginalização e criminalização, torna-se importante contextualizar a década de 1920 em relação aos períodos posteriores. Na década de 1920 desenvolveu-se um controle legal maior sobre o comércio e consumo de drogas ilícitas, além de representações de criminalização durante o período, e é dentro desta perspectiva que este trabalho se insere, contudo, esse contexto de combate não equivaleu aos períodos posteriores. Carvalho afirma que é na década de 1930 que se forma uma política criminal das drogas e “[...] somente a partir da década de 40 é que se pode verificar o surgimento de *política proibicionista sistematizada*”¹⁷ (grifo no original).

O discurso médico foi a base sobre a qual se desenvolveu o proibicionismo mundial e brasileiro das drogas no século XX. A criminalização no Brasil, iniciada em 1921 com o Decreto nº 4.294, que se ocupou apenas da cocaína, do ópio e da morfina, tem seu desdobramento mais amplo em 1938, com o Decreto-Lei nº 891, intitulado Lei de Fiscalização de Entorpecentes.¹⁸

Toda essa estrutura somente se enrijeceu depois de meados do século XX, culminando na institucionalização de uma “guerra às drogas” na década de 1970, momento emblemático em que o “[...] presidente dos EUA, Richard Nixon, na qual proclamou que ‘as drogas’ eram o novo

¹⁴ MOREIRA, Thamires Regina Sarti Ribeiro. *Classes viciosas, classes perigosas: A transformação do uso e da comercialização de entorpecentes em um problema social no Rio de Janeiro da década de 1920*. 74 f. Monografia (Monografia em História) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012, p. 26.

¹⁵ ADIALA, Julio Cesar. *Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República*. 184 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2011p. 25.

¹⁶ SAAD, Luísa Gonçalves. “*Fumo de negro*”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Salvador, 2013, p. 128.

¹⁷ CRVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 59.

¹⁸ SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. *Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano*. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2012, p. 19.



inimigo número um do país [...]”¹⁹. Desta forma, os sistemas e representações encontradas nas décadas posteriores à 1920 são distintos e mais profundos no que concerne a repressão efetiva e no desenvolvimento de uma guerra contra as drogas. No entanto, isto não anula encontramos na década de 20 representações de criminalizações mais sólidas e veementes sobre as drogas se comparadas ao Código Penal de 1890 e períodos anteriores.

Este trabalho busca aquilo que Carvalho chamou de “[...] criminalização esparsa, a qual apenas indica preocupação episódica com determinada situação [...]”²⁰. Mas essa “criminalização esparsa” provavelmente possui representações distintas nos jornais e nas legislações criadas durante o período, que configurou um cenário próprio, onde:

É possível identificar o período em que o uso de drogas psicoativas deixa de ser considerado pelos governos como um problema sanitário de menor importância para ser entendido como uma “epidemia” e, como desdobramento quase imediato, como um “caso de polícia”: é justamente nos anos de 1910 e 1920 quando o hábito de intoxicar-se deixa de ser uma exceção em meio aos filhos da “boa sociedade”, gracejando entre prostitutas, pequenos criminosos, nas classes trabalhadoras urbanas etc. Para o moralismo proibicionista, significava a difusão do “Mal”; para a classe médica e as autoridades sanitárias, o crescimento de um grave problema de saúde pública; para os estrategistas da segurança pública, a proliferação de criminosos. A um só tempo, um pecado e em crime de lesa sociedade.²¹

Diante destas questões levantadas, fica evidente que a década de 1920 teve um contexto próprio, talvez de transição entre a posição sanitária do começo da República e outra posição mais policial e repressiva que vai sendo concretizada na década de 1930, se transformando numa verdadeira guerra em grande parte do mundo em meados do século XX.

Constroem-se no período representações negativas que estigmatizam e até mesmo criminalizam imigrantes, negros, pobres e outros grupos. As drogas “elegantes”²² para grupos sociais mais favorecidos e as drogas não elegantes para grupos marginalizados. Havia uma representação no sentido de criminalizar o comportamento de sujeitos que se envolviam com as drogas. Assim como no caso da grande população de imigrantes que crescia na época, que era associada aos grupos propensos a criminalidade.

¹⁹ RODRIGUES, Thiago. “Tráfico, Guerra, Proibição.” In: LABATE, Beatriz Caiuby (Orgs.), *et al. Drogas e Cultura: Novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 99.

²⁰ Carvalho, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 59.

²¹ RODRIGUES, Thiago. “Tráfico, Guerra, Proibição.” In: LABATE, Beatriz Caiuby (Orgs.), *et al. Drogas e Cultura: Novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 95.

²² FILHO, Pernambuco; BOTELHO, Adauto. *Vícios sociais elegantes*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.



Na década de 1920 o viciado não teria “nada o detendo”, e seria de “responsabilidade atenuada”, e “propensa à criminalidade”²³, desta maneira descreveram Filho e Botelho os usuários de drogas no seu próprio período. Esses termos condicionavam um lugar para os usuários das drogas sendo utilizados como estratégias que levariam a uma regulamentação frente ao uso das substâncias, desta forma os usuários são conclamados de perigosos, legitimando o controle social por médicos e outros sujeitos. Neste ínterim, surge na conturbada década de 1920, o Decreto 4.294/1921 que será analisado posteriormente. Porém, antes de verificar os discursos na legislação é interessante ampliar esse contexto da década de 1920 analisando o jornal *A República* e algumas de suas representações sobre as drogas que circularam na época. Aprofundando nas fontes primárias esse discurso médico, o controle social e essa dura repressão que percorriam também as páginas de um singelo jornal paranaense.

Representações das drogas na imprensa na década de 1920

Os jornais são veículos fundamentais de disseminação de representações para introduzir, desenvolver e efetivar posições ou oposições sobre determinada situação.²⁴ Os inúmeros periódicos criados nos finais dos séculos XIX e início do XX fizeram parte de um movimento de editorialismo crescente, isto é, uma proliferação de jornais e revistas representando ideologias das mais diversas formas, e por isso mesmo é interessante notar que esses periódicos abrangeram diferentes facetas da sociedade, conseguindo:

amalgamar las ideas de grupos heterogéneos, provenientes de experiências políticas o culturales diversas. En esta inflexión ellas expresaron las más contradictorias tendencias ideológicas. Por ello pueden ser vistas como una fuente histórica significativa y adquieren el carácter de objeto capaz de arrojar luz sobre las particularidades de la construcción de un proyecto colectivo [...].²⁵

Na Primeira República inúmeros jornais foram criados e circularam por todo o território do país, e dentre eles, os jornais republicanos se proliferavam. O jornal *A República*, do Paraná enquadrava-se dentro deste editorialismo crescente, e foi fundado em 1886 tendo como um dos seus objetivos representar essa comunidade emergente nos finais do Império brasileiro, o grupo republicano paranaense. Um grupo social com redatores e editores envolvidos no Clube Republicano de Curitiba, positivistas e, desde o início, opositores do governo monárquico.

²³ _____. *Vícios sociais elegantes*. p.120-121.

²⁴ LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.140.

²⁵ BEIGEL, Fernanda. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Año 8, No. 20, 2003, pp. 105-115. Universidade del Zulia, Maracaibo – Venezuela, p. 107.



Considerando o jornal *A República* uma fonte válida para a compreensão das drogas na década de 1920, os tipos de representações que foram abordadas circunscrevem-se entre enunciados positivos, favoráveis ao uso e comércio das substâncias, mas também negativos, que combatiam o consumo deliberado ou não das drogas. Reportagens, anúncios ou propagandas em forma de texto ou por imagens foram destacados nesta pesquisa.

O material analisado do jornal *A República* tinha 308 edições em 1921, com 1249 páginas; 153 edições em 1922, com 618 páginas; 306 edições em 1929, com 1958 páginas; 144 edições em 1930, com 1501 páginas. São 911 edições e 5.326 páginas levadas em consideração e na maior parte deste período o jornal se configurava com 04 páginas em cada edição, aumentando significativamente a partir de 1929 e variando bastante entre 12,10, 08 e 04 páginas em 1930.

Estabelecendo uma análise por categoria, o indicador drogas apontou 150 ocorrências nas referidas 5.326 páginas do jornal, e o indicador entorpecente 20 ocorrências, totalizando 170 ao longo dos 04 anos de publicações analisados. Em 5326 páginas durante 04 anos de publicação, mas somente aparecem os dois indicadores em cerca de 2,8% das páginas do jornal, então quantitativamente não indicou uma relevante existência de uma perseguição às drogas.

A quantidade dos indicadores relacionada à problemática das drogas ainda pode ser menor, se considerado outra divisão. Separando as 170 ocorrências dos dois indicadores (Drogas e Entorpecentes), ter-se-á cerca de 19,4% desse total correspondendo a enunciados de perseguição as drogas, seus usuários ou comerciantes, representando 33 ocorrências que trataram negativamente a questão das drogas. Enquanto que os 80,6% (137 ocorrências) fizeram referências ao termo drogas ou entorpecentes dentro de contextos positivos de aceitabilidade ou apropriação, dentro de práticas aparentemente comuns nas farmácias, propagandas, nas listas de entrada de mercadorias pelo porto de Paranaguá, nos remédios, cosméticos, etc.

TABELA 1: Ocorrências no Jornal *A República* dos Indicadores Drogas e Entorpecentes

	Positivo					Negativo					Total
	1921	1922	1929	1930	Sub.Total	1921	1922	1929	1930	Sub.Total	
Entorpecentes	-----	-----	-----	2	2	2	3	7	6	18	20
Drogas	7	4	26	98	135	6	-----	7	2	15	150
Total de Ocorrências para os dois Indicadores:											170

Heremoteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em: 8 de dez. de 2015.



Na análise do recorte temporal feito através do jornal, somente cerca de 0,5% do total considerado foram de ocorrências correspondendo a perseguição às drogas. Neste ponto, infere-se a possibilidade da não importância do tema no jornal, ou de somente certo grupo do jornal estar interessado no combate às drogas e em reportar esse tema, a evidência mostra que não era um problema grande e de destaque no próprio jornal, nem na primeira página, nem nas outras, porque essas ocorrências aparecem na sua grande maioria em pequenos espaços em cada página.

Diante desse panorama quantitativo que demonstra ocorrências negativas das drogas somente em 0,5% das páginas do jornal a análise poderia concluir não ter o assunto das drogas importância no cenário brasileiro na década de 1920. Todavia, contrárias a esta conclusão, as poucas ocorrências negativas parecem evocar uma genérica perseguição e normatização sobre as drogas. Elas ocorrem principalmente no indicador entorpecente na Tabela 1, mas para o indicador drogas, a negatividade dos enunciados é quase nula. No entanto, vale ressaltar não somente a ausência dos dados e o seu viés quantitativo, mas aqueles que aparecem em pequena quantidade e que podem ser avaliados se representaram ou não as hipóteses levantadas no princípio da pesquisa.

Partindo de uma avaliação qualitativa dos dados encontrados notasse a amplitude geográfica do combate às drogas e o uso deste contexto pelo jornal *A República* para legitimar o discurso de perseguição às drogas no Brasil. É o caso de um boletim internacional relatando a decisão unânime de adotar pela *Liga das Nações* “[...] a doutrina norte-americana de efectiva acção no sentido de limitação directa da manufactura de drogas prejudiciaes”²⁶. Fazendo a distinção entre os países manufatureiros e de consumo das drogas, os últimos foram colocados como “vítimas” da produção de países manufatureiros. Neste contexto, teve destaque a influência recebida da *Liga das Nações* na América Latina para chegar a essa decisão, num processo que levou cerca de dez anos. Esse boletim demonstra que a questão do controle do comércio das drogas foi algo que extrapolou os limites do Brasil, pois estava dentro da agenda de outros países e da *Liga das Nações* durante toda a década de 1920.²⁷

No contexto internacional, o controle da produção de drogas levou o governo de Montevideu, no Uruguai, a adotar o plano de ação da *Liga das Nações*, na limitação da produção de drogas nos países manufatureiros.²⁸ O comércio de drogas no contexto internacional continuava fazendo referência a Lei Seca nos Estados Unidos e o título da reportagem atribuiu importância

²⁶ MORELAND, Louis. *Ação Internacional Contra o Comércio de Tóxicos*. A República, Curitiba, Ed. 255, p. 1, 31 out. 1929.

²⁷ _____. *Ação Internacional Contra o Comércio de Tóxicos*. p. 1.

²⁸ Na Sociedade das Nações: A adesão do Urugay ao plano de limitação da produção dos entorpecentes. *A República*, Curitiba, Ed. 91, p. 1, 29 abr. 1930.



para a repercussão da Lei Seca destacando que “O Alto Mundo Feminino Norte – Americano [foi] Agitado pela “Lei Seca”” tendo na imagem e texto as mulheres de renome do meio norte americano representando uma dicotomia no pensamento sobre a Lei Seca, “[...] A Srs. Charles Asbin e a Sra. Norton denunciam a proibição como um grande fracasso, enquanto que as Sras. Henry Ford, Edison, Ovven e Nicholson acham que é uma necessidade nacional”²⁹.

O fracasso da proibição e a necessidade do controle estavam sendo constantemente apontados na década de 1920 nos EUA e também no Brasil. Mas mesmo com a ineficiência do combate e da proibição da “Lei Seca” nos EUA e no restante do continente, no Brasil a legislação e os discursos se intensificaram para o controle das bebidas alcoólicas. Assim, fica cada vez mais evidente que “[...] as estreitas ligações do Brasil com os Estados Unidos levaram à adoção do modelo proibicionista norte-americano de combate às drogas [...]”³⁰. As estratégias de controle eram diferenciadas, mas o controle normativo era instrumento comum de ação em diferentes países da América.

Do contexto de controle internacional para o nacional o inspetor da fiscalização do exercício da medicina do *Departamento Nacional de Saúde Pública*, Dr. João Pedro de Albuquerque, diz o seguinte em 1929:

[...] Ao extremo sul do Brasil trouxe-me a incumbencia de estudar as questões referentes á importação de drogas toxicas, narcoticas, entorpecentes, estupefacientes (até hoje não encontramos um termo que bem as caracterize) que, pelo Estado mais meridional do Paiz, são importadas em quantidade equivalente á que é importada pelos demais Estados. [...] ainda hoje tive ocasião de ler na imprensa diária um telegramma em que se noticiava a apprehensão na estação ferro-viaria de Novo-Hamburgo, de um caixote contendo mil vidros de um gramma cada um de cocaína! Que destino levaria esse caixote? [...].³¹

O inspetor João Pedro discursa em Curitiba sobre o problema que estavam enfrentando em 1929 e da evidência do Rio Grande do Sul ser a principal fronteira pelo qual as drogas ilícitas entravam no país. É interessante notar que essa notícia tem um espaço extremamente maior que a maioria das outras reportagens sobre as drogas no jornal, com lugar de destaque no centro da página, demonstrando que o assunto das drogas estava se configurando como um problema de maior relevância e amplitude.

Existe neste pequeno caso a representação da necessidade de fiscalização, combate e mesmo repressão das substâncias psicoativas. Esse tipo de representação é encontrado em outros

²⁹ O alto mundo feminino norte - americano agitado pela “lei seca”. *A República*, Curitiba, Ed. 91, p. 1, 29 abr. 1930.

³⁰ RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. 274 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Direito, São Paulo, 2006, p. 134.

³¹ Os grandes problemas sociais: O Rio Grande do Sul, sozinho, importam mais entorpecentes do que o resto do Brasil, declara-nos, em interessante palestra, o dr. João Pedro. *A República*, Curitiba, Ed. 284, p. 3, 5 dez. 1929.



momentos e de certa maneira, para essas ocorrências particulares, as drogas vão se encaixando numa “subversão” da sociedade, fazendo parte de um “velho mundo” (monárquico) que a lei e as autoridades desejavam combater.

A vida social precisava ser “civilizada” na nova República, e as autoridades e mídias representavam os valores e ideias que procuravam controlar essas rupturas constantes. Como o caso do elogio feito ao Dr. Arthur Santos, pela criação das “[...] Delegacias Especializadas de Segurança Pública e de Costumes”, para dentre outras práticas buscarem a prevenção da venda, exposição e ministração de “substancias venenosas e entorpecentes [...]”³².

Provavelmente, a repressão começa a se institucionalizar mais fortemente através da criação destes espaços, de delegacias, com a própria LBHM ou o Decreto 4.294/1921, além das legislações em cada Estado. Estratégias de uma representação oficializada e normatizada, a criação destes espaços é perceptível devido a existência de um viés correcionalista da prática administrativa nos finais da Primeira República entre os policiais, um elogio feito ao Dr. Arthur Santos evoca o esforço para o controle das substâncias. Exemplo disto, no dia 17 de novembro, foi publicada uma *Chronica, Especial para A Republica*, aonde se tratava de problemas sociais que ocorriam pelo uso de entorpecentes:

[...] Mas enquanto a cocaina, a heroína, a morphina ou o opio são produtos carissimos, cuja entrada no paiz é fiscalizada tanto quanto a sua venda nos paizes civilizados, reunidos em pacto inflexivel de perseguição ao commercio desses toxicos; enquanto esses entorpecentes são utilizados apenas por um grupo mais ou menos conhecido de viciados, em condições de adquiril-os; as bebidas alcoolicas vendem-se sob todas as formas e a todos os preços, sendo innumeraveis as casas licenciadas para esse commercio, que se faz sem qualquer limitação, pois, como é sabido, ainda sob a ameaça do Codigo de Menores, estes se servem deles quando entendem.³³

Por esta *Chronica* seria interessante ressaltar o “pacto inflexível de perseguição” das drogas que se pressupunha a participação dos países “civilizados” e também do Brasil. A preocupação não estava tanto com a cocaína, morfina, pois eram praticadas por pequenos grupos de “viciados”, como dita o jornal. Essa distinção coloca as bebidas alcoólicas já na década de 1920 num patamar de controle social mais urgente do que outras drogas, tanto que na Tabela 2 é facilmente visualizada a maior quantidade de referências no jornal ao álcool e vinho, do que em relação as drogas entorpecentes.

TABELA 2: Ocorrências de algumas Drogas no jornal *A Republica*

	1921(308 Edições)	1922 (152 Edições)	1929 (306 Edições)	1930 (143 Edições)	Total
--	-------------------	--------------------	--------------------	--------------------	-------

³² Dr. Arthur Santos. *A Republica*, Curitiba, p. 3, Ed. 248, 20 out. 1929.

³³ *Chronica. A Republica*, Curitiba, p. 3, Ed. 269, 17 nov. 1929.



Drogas	13	4	33	100	150
Entorpecentes	2	3	7	8	20
Ópio	11	2	27	4	44
Morfina	1	----	---	---	1
Álcool	53	35	66	81	235
Cocaína	13	2	13	9	37
Vinho				262	262

Heremoteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em: 8 de dez. de 2015.

As bebidas alcoólicas são categorizadas como mais problemáticas que a própria utilização da cocaína e morfina, atingindo amplamente a classe dos menores de idade. Sendo assim, o licenciamento para a comercialização das bebidas alcoólicas é claramente colocado como um problema social. Em 1929, as bebidas alcoólicas já possuem um histórico de perseguição nos EUA que acabam por influenciar as autoridades públicas brasileiras no sentido de as considerarem um grave problema social. Na Tabela 2 os indicadores álcool e vinho correspondem a 497 ocorrências do jornal, enquanto que os indicadores drogas, entorpecentes, ópio, morfina e cocaína, totalizam 225 ocorrências, é claro que as bebidas alcoólicas tem mais destaque na perseguição e normatização, como será possível verificar no Decreto nº 4.294/1921.

Dentro deste dilema das drogas derivadas do álcool desenvolveu-se um tema comum no jornal *A República* do Paraná fazendo referência a bebida que atravessava o Porto de Paranaguá no período, que era o vinho. Principalmente os “venenosos vinhos” falsificados que foram costumeiramente combatidos nos noticiários. Provavelmente essas notícias são fruto de uma competição no mercado entre as empresas monopolizadoras do comércio de vinho e os pequenos produtores, ou produtores “clandestinos”. Mas longe de esgotar a questão, cabe salientar que é encontrada uma distinção, e nesta, uma classificação do que é ilegítimo e do que venha a ser legitimado no comércio de bebidas alcoólicas, neste caso, o vinho. Percebemos, no entanto, que o álcool, nas suas diversas formas, foi uma droga combatida e logo abaixo, o enfoque será encontrado no mesmo tipo de droga em 1921, através do Decreto 4.294, onde foram discriminados os seus limites, as penas e problemas sociais derivados de seu consumo.

Apesar da ênfase nas bebidas alcoólicas, o controle social sobre o comércio das drogas não se limitava as substâncias alcoolizadas, mas perpassavam outros produtos considerados entorpecentes ou venenosos. No Brasil a Sociedade de Medicina votou por unanimidade pela proibição da venda de “tóxicos entorpecentes no Estado” do Paraná e o mais intrigante, no entanto, é que o autor da notícia sobre o tema era o chefe de polícia, elogiando a administração



do Estado do Paraná “[...] na repressão do vício sob as suas principais modalidades [...]”³⁴. Essa integração entre entidades policiais na década de 1920 monitorando a ação do executivo demonstram o seu envolvimento no processo de controle das drogas, ainda que esse envolvimento pudesse ser efêmero em comparação as décadas seguintes.

Cada uma das drogas tiveram diferentes representações no jornal *A República*, como no caso da notícia sobre copiar no Rio de Janeiro os costumes de Paris, no uso da cocaína e éter como hábitos na vida urbana na cidade. Dentro desta perspectiva as representações ressaltaram a distinção dos vícios elegantes no uso de algumas drogas específicas pelos parisienses. Naquele momento os jovens “[...] se consideravam envergonhados, ‘vieux jeu’, se não se embriagarem com o éter dos lança-perfumes.”³⁵. O hábito estava estabelecido e se proliferando para a capital brasileira, constituindo-se um problema social e neste sentido, percebe-se que os padrões sociais seguidos no Brasil não excluía a forte influência e essas “[...] tendências sociais dos centros europeus[...]”³⁶, da considerada “civilização” que sempre existia além de suas fronteiras.

Por estarem constantemente presentes, as drogas eram de difícil fiscalização e a ideia de ser proibida a importação e exportação de qualquer substância venenosa já existia no começo da década de 1920, como a proibição do comércio do ópio e da cocaína necessitando da prévia autorização dos agentes da Saúde Pública para a sua entrada e circulação no país, mais uma medida de controle, entre outras, que se executou sobre as drogas no período.³⁷ A crítica e perseguição eram justificadas também pelo uso indevido de entorpecentes pelo próprio pessoal autorizado no seu manuseio, como foi o caso na prática de aborto em Curitiba utilizando drogas, em que o Dr. Victor do Amaral combate o uso das drogas neste sentido, evocando enfaticamente uma maior fiscalização do Estado na venda de entorpecentes.³⁸

Desta forma é perceptível que os tóxicos e entorpecentes figuravam entre as autoridades policiais e da saúde no sentido de que houvesse a repressão dos indivíduos considerados viciados. Essas notícias existiram provavelmente numa gradual tentativa proibicionista em relação aos tóxicos, entrelaçando-se as medidas policiais e dos agentes de saúde, ainda que não de maneira tão sistematizada como seria na segunda metade do século XX. As principais drogas citados no jornal *A República* foram as referidas no Decreto 4.294, e estão ligados diretamente com a sua publicação.

³⁴ *A República*. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

³⁵ O Amor em Paris. *A República*, Curitiba, p.4, Ed. 63, 19 mar. 1930.

³⁶ TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil*. Saúde & Transformação Social/Health & Social Change, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 117-125, abril-junho. 2013. p. 122.

³⁷ O Comercio dos Tóxicos. *A República*, Curitiba, p. 2, Ed. 175, 26 jul. 1921.

³⁸ Contra o Aborto. *A República*, Curitiba, p. 1, Ed. 221, 20 set. 1929.



Aparentemente o uso de drogas foi associado à negatividade que tiveram as greves e revoltas nas representações das autoridades, tendo em vista que greves por salários e condições de trabalho foram se avolumando e configurando uma situação de crise social durante o começo do século.³⁹ Talvez por isso a Repartição Central da Polícia fazia suas declarações nos jornais em relação às drogas regulamentadas na lei.⁴⁰ Não é estranho, portanto, a presença de normatizações que gradualmente enrijecessem o sistema de controle sobre várias drogas. Diante de um confronto de interesses sociais, a ação policial apresentava-se como forma de controle social. No Rio de Janeiro uma notícia publicada no jornal paranaense evocou certa ação policial que prendeu alguns distribuidores de cocaína, uma evidente demonstração da polícia da capital do país pretensamente ativa no que concerne ao combate travado contra as drogas.⁴¹

A normatização através de um viés higienista tornava as drogas e seus usuários paulatinamente problemas a serem resolvidos pelas autoridades competentes, principalmente da saúde. Sendo um dos discursos que se instituíram fortemente nessas décadas iniciais da República e fortalecendo também a ação de clínicas e médicos no combate as drogas. Mas o uso ilegal das substâncias emaranhava-se mesmo entre os agentes de saúde, confirmando a necessidade de mais eficácia na fiscalização como ressalta o caso do enfermeiro João Ribeiro que roubava na Santa Casa de Curitiba entorpecente para vender aos viciados.⁴²

De maneira aceitável na sociedade as drogas eram utilizadas no tratamento de enfermos, mas progressivamente essas substâncias passaram a ser controladas pelas autoridades da saúde implicando em considerar irregular o uso dessas substâncias por pessoas que não eram da área médica. Posteriormente foram expostas em 1930 novas instruções para as autoridades “competentes”, além das multas sobre o comércio sem as devidas prestações de contas para os órgãos responsáveis pelas vendas feitas de todos os entorpecentes.⁴³

Como colocado até agora percebemos também que a discriminação de grupos específicos e por questões raciais foi observada como uma categorização dos usuários de drogas na década de 1920. Existiam os vícios elegantes, que era uma representação da presença das drogas nas comunidades ricas da população, e outros vícios que foram caracterizados como comuns entre os mais pobres, como o uso dos vinhos falsos e bebidas alcoólicas com misturas não legitimadas. No caso das drogas as representações no jornal demonstram um lugar próprio, conjunto não muito heterogêneo de um discurso de criminalização e perseguição dos usuários e comerciantes.

³⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 286.

⁴⁰ Repartição Central da Polícia. *A República*, Curitiba, p. 1, Ed. 246, 17 out. 1921.

⁴¹ A Polícia Prendeu vários Distribuidores de Cocaína. *A República*, Curitiba, p.1, Ed. 89, 25 abr. 1930.

⁴² Roubava Toxicos da Pharmacia da Santa Casa. *A República*, Curitiba, p. 3, Ed. 139, 25 jun. 1930.

⁴³ As Novas Instruções sobre o Comércio de Toxicos e Entorpecentes. *A República*, Curitiba, p. 2, Ed. 62, 18 mar. 1930.



Desta forma, enunciando o indevido uso de drogas por médicos ou por civis, no policiamento da ordem nas cidades e estabelecimentos as drogas tomaram diferentes representações na vida social e conseqüentemente as ações policiais conduziam para a criminalização do uso das drogas e do controle dos seus usuários relacionando a prática a alguns grupos já estigmatizados. Considera-se que as representações até agora colocadas mostram um processo inicial de criminalização de grupos sociais usuários e comerciantes de drogas no Brasil, ainda que com dados quantitativos relativamente pequenos em sua frequência de ocorrências. Numa análise do Decreto 4.294/1921 e a Lei 2.109/1922 a investida estratégica irá corroborar com representações até agora mostradas no jornal *A República*.

Regulamentação das drogas na década de 1920

Como até agora foi exposto o Decreto nº 4.294 de 1921 foi estabelecido para um controle social mais específico sobre as drogas e os grupos que com ela se envolviam, mas se estudarmos esta lei no sentido de ser uma resposta a situações sociais próprias, certamente esse controle não será tão evidente. Pois a existência do Decreto nº 4.294 de 1921, tal qual representado na análise feita no jornal *A República*, aponta de maneira muito ínfima o seu efeito na sociedade da década de 1920. O levantamento quantitativo demonstrou pouca relevância de situações próprias nas quais a nova lei se aplicava. O número de ocorrências sobre drogas ilícitas no jornal *A República* é baixíssimo. Neste sentido, concordamos com Saad, quando diz que a legislação da década de 1920 era “[...] aparentemente sem o efeito esperado [...]. As medidas legislativas eram ‘artificialmente burladas’, a repressão policial ‘irrisória’ [...]”⁴⁴.

Mas se considerarmos as perspectivas políticas e o ideal de sociedade “civilizada”, com padrões estabelecidos, a institucionalização das posições normativas possibilitam a compreensão de um processo de controle e repressão no período. Por isso Silvia afirma que o Decreto nº 4.294 de 1921 foi “[...] o primeiro a formalizar legalmente a criminalização do comércio de substâncias entorpecentes [...]”⁴⁵, portanto, a análise dele torna-se fundamental.

Também é relevante a questão da diferenciação no tratamento que cada estado da federação exerceu em relação ao comércio de drogas, “quando a Lei de 1921 foi promulgada, a repressão aos tóxicos estava em pleno andamento em São Paulo [...]” enquanto que “[...] somente

⁴⁴ SAAD, Luísa Gonçalves. *“Fumo de negro”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932)*. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Salvador, 2013, p. 79.

⁴⁵ SILVA, Maria de Lourdes da. *Drogas – da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945*. 311 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009, p.19.



em 1928, o Rio Grande do Sul começou a controlar a venda de ‘entorpecentes’ [...]”⁴⁶. Desta maneira, é evidente que existia repressão às drogas no período, mas desdobrava-se diferentemente em cada região. O Decreto nº 4.294 de 1921 veio a fortalecer medidas em algumas regiões e estimular em outras. No entanto, todas as medidas estaduais foram influenciadas ou influenciaram diretamente a legislação federal publicada no começo da década de 1920. Por isso sua análise mais detida será oportuna para avaliar em quais sentidos e representações essas dinâmicas provavelmente se deram.

No decreto nº4.294/1921 é feita a diferenciação entre substâncias venenosas como o álcool e substâncias entorpecentes, como o ópio. Ao observar a Tabela 2 torna-se perceptível que o termo entorpecente era na época pouco recorrente no jornal *A República*, mas a diferenciação estabelecida nesta lei implicou em penalizações variadas para cada uma destas duas categorias de usuários e comerciantes de drogas. As medidas administrativas penais impostas pela lei envolviam a prisão ou multa de pessoas que comercializassem ou ministrassem vários tipos de drogas.

Diante de todo o conteúdo dos 13 artigos o Decreto nº 4.294 de 1921 colocou de forma generalizada as seguintes drogas: cocaína, ópio, morfina, álcool e derivados, com uma estrutura pequena, onde os três últimos referiam-se à revogação de artigos do Código Penal e sobre a participação do Governo Federal na liberação de créditos para execução do decreto, além da internação e tratamento dos “doentes”. Neste caso, apesar de pouco relevante, é notável perceber que existe a conotação de leis anteriores, mas que somente neste momento o governo teria respaldo legal para tratar do assunto diretamente na sua participação em manter e custear a manutenção das instituições reguladoras de toxicômanos, como já apontado anteriormente.

Os dez primeiros artigos são mais substanciais, começando com Artigo 01 fazendo uma distinção no início sobre as punições para ministradores, vendedores ou usuários de substâncias venenosas (como o álcool) e das substâncias entorpecentes (como o ópio e a cocaína). Os envolvidos com entorpecentes teriam prisão celular de 01 a 04 anos e os que se relacionassem ilegalmente com os venenos receberiam uma multa, desta maneira era:

Vender, expôr á venda ou ministrar substancias venenosas, sem legitima autorizaçãõ e sem formalidades prescriptas nos regulamentos sanitários. (Decreto 4.294, 1921, Art. 1).⁴⁷

O primeiro artigo do decreto federal evidencia o caráter normatizador daquilo que seria considerado legítimo na comercialização das drogas e daquilo que seria praticado fora dos

⁴⁶TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil*. Saúde & Transformação Social/Health & Social Change, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 117-125, abril-junho. 2013. p. 122-123.

⁴⁷ Brasil. Decreto 4.924. Brasília. D.O.U. 6 de Julho de 1921.



regulamentos sanitários, portanto, ilegais. A legalidade caberia às autoridades da saúde pública, como já ressaltado e qualquer outro grupo ficaria vulnerável as penalizações, as multas e a prisão celular seriam consequências respaldadas em lei para quem se aventurasse na classificada ilegalidade do comércio de drogas. Desta maneira, “ao longo da década de 1920 a questão das drogas seria transformada em um problema público, com a aprovação de leis e medidas para combater a ameaça das drogas”⁴⁸.

Dentre outras leis que foram aprovadas em consequência do Decreto 4.294 em 1921, a Lei N. 2.109/1922 é publicada no Paraná para afirmar o compromisso com o decreto federal e, neste caso, principalmente em relação à criação em Curitiba de um estabelecimento especial para tratamentos dos toxicômanos:

É autorizado o Poder Executivo a crear nesta Capital um estabelecimento especial com tratamento medico e regimen de trabalho para nelle serem internadas as pessoas intoxicadas pelo alcool ou por substancia venenosa inebriante ou entorpecente [...].⁴⁹

Diante do contexto legal no Brasil no período desta lei e do decreto federal, é válido apontar que a situação no país se assemelhou ao correccionalismo penal discutido por Garland em relação aos EUA e Inglaterra, em contraste com outros períodos que davam mais ênfase a punição. Durante a primeira metade do século XX o correccionalismo penal era focado na prevenção e tratamento das contravenções e principalmente dos crimes, por isso a criação dos já citados sanatórios para os chamados “toxicônomos” indicar uma semelhança de representação legal para corrigir um problema social através de instituições de controle. As posições, criações e desenvolvimento de especialistas (como psiquiatras) controlando as questões em torno das drogas se inserem na perspectiva da especialização do cuidado aos diversos tipos de crimes.⁵⁰

Por isso, não é estranho observar-se tão fortemente a presença de discursos médicos nos veículos legais com uma representação do controle institucional necessário para o problema das drogas na década de 1920. “Essa cruzada higienista [...]” travada por médicos e psiquiatras dava-se porque “[...] consideravam os vícios da bebida e das drogas como uma doença hereditária e um

⁴⁸ ADIALA, Julio Cesar. *Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República*. 184 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2011, p.111.

⁴⁹ Paraná. Art. 1. Lei Estadual 2109 de 22 Abril de 1922.

⁵⁰ GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008, pp. 93-142.



fator de debilitação [...]”⁵¹, esse vício deveria então ser tratado e levado pelo Estado como um problema social grave.

Na necessidade de uma medida reparadora do Estado sobre o problema das drogas, no Artigo. nº 06 do Decreto 4.294/1921 é evocada uma delimitação e encargo de o governo se responsabilizar em instituir organizações de internação para os intoxicados. Portanto, o tratamento fazia parte das medidas correcionistas na época e o controle das drogas no decreto federal e as leis estaduais foram executados abordando os usuários como doentes que necessitavam de tratamento. A psiquiatria a partir daí se legitimou e fortaleceu neste campo com a abertura e manutenção de vários estabelecimentos para o tratamento dos toxicômanos.

Mas como apontou Rodrigues, para além das intenções legislativas, o suporte do Brasil tinha uma dinâmica diferente dos EUA, pois “[...] no Brasil a polícia é violenta e corrupta, e o serviço de saúde pública não consegue dar um atendimento médico decente, nem para as doenças mais comuns, que dirá para oferecer tratamentos de desintoxicação”⁵². Apesar da subjetividade do que poderia ser decente ou não para a época, a afirmação de Rodrigues possui sua lógica se considerarmos a estrutura policial, social e econômica que o recentíssimo país tinha, com tradições e problemas vindos do período imperial.

Outra problemática pode ser encontrada no Decreto 4.294/1921. Entre os artigos dois e cinco observa-se uma clara tentativa de controlar a prática de embriagar-se tendo nestes quatro artigos o tratamento exclusivo e de perspectivas diferentes do problema construído e representado no decreto, que foi o ato de embriagar-se. A preocupação constante estava em algumas questões de ordem pública, no que concerne a escândalos, desordens ou perigos a segurança própria, bem como induzir qualquer pessoa (como menores de 21 anos) a tais atos através das bebidas alcoólicas.

Os discursos encontrados nos artigos dois ao quinto estão carregados de uma busca pela preservação da ordem pública, no que concerne ao uso do álcool, e o jornal *A República* reiteradamente fez referência a essa modalidade de drogas. O álcool perturbava a classe dos psiquiatras e policiais e se tornou argumento para um discurso legal de controle por parte das autoridades do Estado. Não é de se surpreender então a ênfase do controle de embriagar-se na legislação, uma correlação lógica encontrada entre a legislação e o jornal, que são representantes

⁵¹ADIALA, Julio Cesar. *Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República*. 184 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2011, p.134.

⁵²RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. São Paulo, 2006, 274 f. Tese (Doutorado em Direito): Universidade de São Paulo, p.134.



de grupos não muitas vezes diferentes da sociedade, mas que independentemente disso evidencia uma estrutura homogênea de representação.⁵³

Depois de tratar genericamente sobre algumas drogas como o ópio, a cocaína e a morfina, e mais detalhadamente sobre as bebidas alcoólicas, a legislação aborda nos artigos restantes o processo de julgamento e as medidas administrativas para o exercício das penalizações. Neste aspecto dois argumentos fortes legitimam os discursos no Decreto 4.294/1921. O primeiro argumento seria “evitar a pratica de actos criminosos” e o segundo “a completa perdição moral” (Art. 6, inciso 2). Evitar a prática de atos criminosos é uma atitude de caráter preventivo, característica correcionalista já apontada da legislação no período. A questão da perdição moral esteve muitas vezes presente na sociedade brasileira na Primeira República e mesmo posteriormente, apelando para a moral, para a religião e os ditos bons costumes que estariam sendo pervertidos ora por um grupo, ora por outro.

Desta maneira, era estabelecida uma dinâmica diferenciada entre a política de proibição, as estratégias de controle na legislação e nos jornais, crescendo na década de 1920 uma perseguição e criminalização do uso das drogas. Torcado divide o desenvolvimento do proibicionismo no Brasil em três fases, a primeira é o proibicionismo moderno, a segunda é o período de transição e a terceira fase, o proibicionismo contemporâneo. A década de 1920, a legislação e o periódico analisados neste trabalho enquadram-se no período do proibicionismo moderno.

A Lei n 4.294 de 14 de julho de 1921 e suas sucessoras dos anos 1930, que consagravam o uso médico como único legítimo não foram capazes de modificar o papel central, de que as substâncias entendidas como narcóticas tinham na terapêutica. A vigilância policial sobre as farmácias não era suficiente para garantir esse monopólio médico, fato que dava às pessoas a possibilidade de controle sobre as dores em geral.⁵⁴

Essas representações estiveram presentes no Brasil em construção com maneiras próprias de autoridades que buscavam preservar a moral e os bons costumes, fazendo através do controle e da normatização. Portanto, foram construídas posições levantadas contra tudo aquilo (ou aqueles) que estava tentando destruir a construção de uma civilização aos moldes conhecidos, isto é, aos moldes estadunidense e europeu. Fossem os toxicômanos, comunistas ou monarquistas,

⁵³ RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. 274 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Direito, São Paulo, 2006, p.137.

⁵⁴ TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *Breve história da proibição das drogas no Brasil: Uma revisão*. Inter-Legere. Natal-RN, n.15, jul./dez., p. 138–162. P.148.



todos os grupos contrários e estranhos eram tidos por inimigos das autoridades, e então, inimigos do Estado e da moral.

Considerações Finais

No diálogo estabelecido com a bibliografia pertinente e com o material analisado pode-se apontar como plausível o desenvolvimento de uma política de combate às drogas já na década de 1920, dentro da perspectiva construída neste trabalho. Partindo de uma regulamentação como parte de um processo normativo, dentro de formulações de estratégias de ação pública, por parte do Estado e dos agentes de saúde, que foram se instituindo e apresentando representações oficiais de discriminação social, transformando os usuários e comerciantes de drogas em um problema social.

No jornal *A República* pôde-se perceber a existência de diferentes dinâmicas que envolviam as drogas em relação ao comércio exterior, mas também no interior do país, além do combate veemente por algumas autoridades da Saúde Pública. Os agentes da saúde eram um grupo que muitas vezes estava a cargo do problema dos vícios sociais e para justificar o controle sobre a comercialização das drogas utilizavam-se do discurso envolvendo problemas de ordem pública, segurança e saúde. Sendo assim, mantinham-se em constante diálogo com as perspectivas e influências internacionais de combate as drogas.

O trabalho desenvolvido com a metodologia da análise de conteúdo apontou para a diferenciação dos indicadores mais relevantes dentro da temática, bem como na quantidade de suas ocorrências e a efetiva utilização delas para as inferências e análises finais da pesquisa. A análise quantitativa demonstrou pouca relevância nos dados do jornal *A República*, respondendo claramente que as ocorrências das drogas no jornal não eram de destaque para o problema levantado neste estudo. Já através da pesquisa qualitativa foi possível perceber situações de controle e de repressão. Diante desses dois resultados aparentemente antagônicos, tanto o quantitativo quanto o qualitativo, a terceira hipótese colocada no início pareceu mais apropriada à problemática, considerando que o interesse particular de algumas instituições interferia na legitimidade do uso de certas drogas, enquanto outras drogas seriam perseguidas pela sua relação com grupos distintos e criminalizados pela sociedade.

Caberia ainda analisar outros aspectos da temática para uma melhor compreensão e discussão dessa criminalização ocorrida na Primeira República. Relatórios policiais, descrições de médicos, a literatura da época, dentre outros periódicos seriam fontes possíveis para ampliar o que por ora foi exposto, apesar desses diferentes tipos de fontes terem sido levemente abordadas



pela bibliografia atual durante este artigo, ainda sim seria necessário analisar de outras perspectivas para se compreender melhor o período, por exemplo, as estratégias oficiais e suas representações foram destacadas deixando de tratar das próprias representações dos usuários das substâncias psicoativas. Desta maneira, são muitas as possibilidades de ampliar esta pesquisa, não chegando a esgotar nem mesmo a fonte consultada.

No entanto, o contexto dos finais da Primeira República, a análise do jornal *A República* e do Decreto 4.294/1921, com seus conflitos e dilemas instituídos levaram a entender a possibilidade de repressão, controle e também de certa política proibicionista na comercialização das drogas durante a década de 1920. Ainda que esse proibicionismo despontava-se com pouca efetividade, se comparados às décadas subsequentes, foram consideradas relevantes as estratégias pelas quais despontaram iniciativas mais pontuais no combate aos sujeitos envolvidos com a comercialização das drogas ilícitas no período, com o desenvolvimento de uma política brasileira gradativamente inflexível já no início do século XX.



As técnicas cartográficas da carta dos diamantes dos padres matemáticos: diálogos entre o Iluminismo e a arte de fazer mapas no século XVIII em Portugal e no Brasil

Cartographic techniques in the map of diamonds of mathematical priests: dialogues between the Enlightenment and the art of making maps in the eighteenth century in Portugal and Brazil

Carmem Marques Rodrigues
Mestre em História Social da Cultura
Professora Assistente na PUC Minas
carmemmarquesrod@gmail.com

Recebido: 30/11/2015

Aprovado: 07/07/2016

RESUMO:

Por meio da análise da *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734* dos padres matemáticos, pretendemos mostrar o diálogo que acontecia em Portugal entre o pensamento iluminista e a produção de mapas. Principalmente no século XVIII, com o suporte financeiro do ouro e dos diamantes do Brasil, D. João V incentivou o desenvolvimento da ciência e das luzes, inserindo Portugal e o Brasil no ambiente iluminista, o que influenciou nitidamente a cartografia, que se distanciou da arte para se aproximar da ciência. Nesse estudo recorreremos à metodologia transdisciplinar da História da Cartografia para decodificar a linguagem cartográfica, analisando o mapa como produto técnico e artefato cultural, evidenciando seu papel como chave para o entendimento de determinado universo cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia, Ciência, Iluminismo.

ABSTRACT:

Through analysis of the *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734* made by mathematicians priests, we intend to show the dialogue that took place in Portugal between the scientific development of the Enlightenment and the production of maps. Contrary to what claimed the traditional historiography, Portugal was not oblivious to the changes related to the development of modern science. Especially in the eighteenth century, with support riches of Brazil, D. João V promoted a series of incentives for the development of science and lights, and we can see this influence in a clear way in the development of the art of making maps in scientific cartography. This requires analyzing the map together with the context of the discovery of gold and diamonds.

KEYWORDS: Cartography, Science, Enlightenment.

Introdução



O ano de 1734 estava só na metade, mas a extenuante tarefa dos padres matemáticos já cobrava o seu preço. De Pitangui, nas Minas Gerais, o padre Capassi escrevia com saudosismo ao amigo Martinho de Mendonça, reclamava da solidão e do cansaço da sua peregrinação pelo Brasil.¹ Em 1730, os padres chegaram ao Rio de Janeiro, de onde partiram para a Colônia do Sacramento e finalmente para as Minas Gerais. As longas caminhadas e percursos tortuosos no lombo de burro mostraram para os padres Diogo Soares e Domingos Capassi que a verdadeira dimensão do Brasil ainda era um mistério e que a incumbência que receberam de “fazerem-se mapas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas também pelos sertões, com toda a distinção [...] de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação”² seria uma tarefa colossal.

Entre 1730 a 1748, os padres percorreram uma enorme extensão na área sul e sudeste do Brasil, fizeram observações astronômicas e recolheram relatos, desenhando ao todo 19 mapas e 9 plantas,³ dentre elas destacamos um mapa temático específico, a *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*⁴. Debruçando-se sobre ela propomos neste artigo compreender as relações que se estabeleceram entre o pensamento iluminista e a cartografia, um diálogo que levou a atitude racional para a representação do espaço.

Cabe ressaltar que, em sentido amplo, os mapas sempre foram objetos racionalizados – produtos da razão humana, porém se mostram de diferentes formas e com diferentes intencionalidades.⁵ Para os sertanistas, por exemplo, os relatos e desenhos “toscos” eram representações dos mapas mentais que carregavam da geografia vivida e tinham a intenção de serem instrumentos práticos, facilmente carregados e modificados ao longo da caminhada. Já para os padres matemáticos era necessário recorrer a todo um arcabouço técnico na feitura dos mapas, observações empíricas, cálculos matemáticos e triangulações que culminaria na representação de mapas padronizados e uniformizados, que tinham como intenção serem espelhos do real.

Para isso temos que, primeiramente, compreender a importância que os mapas tiveram para Portugal e o Brasil no século XVIII. Assim, começamos com uma análise histórica, que busca mostrar o contexto que cercava a construção e a recepção do mapa. A descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais e Goiás, nas primeiras décadas do século XVIII, ascenderam o alerta em Portugal sobre o perigo de invasões e principalmente sobre a necessidade de resguardar

¹ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: CNCDP, 2001, p.113.

² _____. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa (1713-1748)*, p.102.

³ _____. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa (1713-1748)*, p. 103.

⁴ GEAEM. N.º 4637. *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*. c.1734/5, aquarela, 35 x 41 cm. Mapa publicado em COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Os caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG. Lisboa: Kapa, 2005, p.103 e COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 122 e 235.

⁵ HARLEY, John Brian. *Deconstructing the Map. Cartographica*, v.26, n.2, p.1-20, 1989.



a posse dessas áreas, pois já era claro que os limites do Tratado de Tordesilhas tinham sido há muito tempo ultrapassados. Soma-se a isso o momento conturbado que a Europa vivia com intensas disputas de poder, que não eram somente travadas na política, mas também pelo conhecimento, o que levou D. João V a permanecer atento as questões científicas da época e trazer para Portugal instrumentos, livros e homens ligados a cultura das Luzes.

A segunda proposta de análise centra-se nos aspectos técnicos do mapa, quais são suas características e seus principais elementos, como o mapa se relaciona com os manuais técnicos, que técnicas seus desenhistas utilizaram e como elas estavam relacionadas com as técnicas científicas da época. Não podemos perder de vista que o desenvolvimento científico está atrelado ao universo cultural de determinada época, portanto os produtos técnicos também carregam em si a condição de artefatos culturais.

A História da Cartografia se mostra uma ferramenta importante para a interpretação do mapa a partir desses dois aspectos, histórico e técnico, pois sua natureza transdisciplinar é capaz de articular os diferentes saberes que perpassam o mapa. Partindo do pressuposto que os mapas não são linguagens universais e imutáveis, a história mostra-se como instrumento fundamental para sua compreensão, pois é a chave para elucidar a temporalidade da representação imagética que é o mapa. Como afirma Matthew Edney:

[...] devemos organizar nossas narrativas históricas e cartobibliográfica não sobre as regiões e os lugares mapeados, mas no contexto em que os mapas foram produzidos e utilizados. Afinal, o objetivo da “nova História da Cartografia”, defendida por Brian Harley e David Woodward, entre outros, é situar os mapas dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso.⁶

A linguagem cartográfica é compreendida quando seus interlocutores compartilham do mesmo universo simbólico, por isso a compreensão histórica do mapa é tão importante, pois é ela que irá permitir o desvelamento dos símbolos que o compõe, elucidando os elementos culturais relacionados com sua construção e recepção.

A proposta do século XVIII de imbuir o saber cartográfico com as luzes do iluminismo revolucionou a cartografia, colocando-a como um dos saberes centrais no xadrez político da época. A visão racionalizada do espaço colocou a matemática e a geometria como saberes fundamentais dos mapas, revestindo-os assim com a áurea da objetividade. Para manter seu poder e controle, os Reis tinham que se alimentar de mapas, porém não eram mapas quaisquer, tinham que ser mapas científicos, ou seja, construídos com base em sólidas observações

⁶ EDNEY, Matthew H. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.30-50, jan.-jun. 2007, p.49-50.



empíricas, cálculos matemáticos e geométricos, verdadeiros espelhos do real. Todavia, se essa era a intensão científica, o que o olhar da História da Cartografia revela é que esses espelhos eram distorcidos, afinal, como expressão simbólica, os mapas são representações seletivas da realidade, que muitas vezes estão conjugados com determinado projeto geopolítico.

Aspectos Históricos

Entre 1699, quando as primeiras notícias consistentes sobre o ouro apareceram, até 1729 quando foram oficialmente descobertos os diamantes, as Minas Gerais se transformaram completamente. O sertão desconhecido e longínquo foi rapidamente povoado e a constante disseminação de novas descobertas, cada vez mais interioranas como em Goiás, definitivamente levaram a presença portuguesa na América para além do que estabelecia o Tratado de Tordesilhas. Aos poucos os colonizadores luso-brasileiros se estabeleceram em três pontos-chaves da fronteira colonial na América: ao norte, ao longo do rio Amazonas, no sul na foz do rio da Prata e no centro-oeste do rio São Francisco ao Pantanal. Defender a expansão do Brasil para esses pontos era essencial para a sobrevivência do projeto colonial, pois estes eram lugares economicamente importantes, principalmente o eixo minerador.

Concomitante as descobertas do ouro no Brasil, eclodia na Europa a Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714), e o avanço português para além da linha de Tordesilhas agravava as animosidades entre Portugal e Espanha, transformando a ameaça de invasões em um perigo eminente. Ao envolver a maioria das nações europeias na disputa pela sucessão da Coroa de Castela, entre os Bourbons e os Habsburgos, uma série de conflitos armados se espalhou pelo continente e também pelas possessões ultramarinas.

Carlos II, de saúde muito frágil, não conseguiu deixar um herdeiro direto ao trono espanhol, por isso decidiu deixar, via testamento, a coroa para Filipe de Bourbon, que também poderia ser herdeiro do trono francês. Em 1701, as cortes espanholas reconheceram seu novo Rei como Filipe V, mas algumas nações europeias, capitaneadas pela Inglaterra e preocupadas com uma possível união franco-espanhola, firmaram uma grande aliança por meio do Tratado de Haia contra Filipe V. A guerra foi deflagrada no norte da Itália de onde se espalhou por várias regiões do continente.

Portugal pretendia manter-se neutro, mas acabou não resistindo à pressão inglesa, que por meio de seu embaixador John Methuen, conseguiu a adesão dos portugueses à grande aliança, em troca de acordos comerciais e de guerra, que estreitavam a dependência de Portugal em relação à



ilha britânica. A união com a Inglaterra acabou criando uma cisão dentro da elite portuguesa e levando a guerra para os domínios lusos no ultramar.

Assim que os portugueses abandonaram a neutralidade no conflito, os espanhóis atacaram a Colônia do Sacramento, no que foram vitoriosos em 1705. Do outro lado, os franceses também acirraram as disputas por terras portuguesas na América. “Além das duas invasões de piratas franceses no Rio de Janeiro, a França passou a questionar os limites das suas possessões na região amazônica, nas fronteiras entre o Brasil e a Guiana”⁷.

Com o fim dos conflitos começaram as negociações diplomáticas para solucionar, principalmente, as questões territoriais. O contexto das negociações de Utrecht ficou marcado pela utilização dos mapas, aliados a documentos e memórias, como peças fundamentais nas discussões diplomáticas. O primeiro caso emblemático aconteceu em 1712, durante as negociações entre ingleses e franceses por terras na América do Norte. Ao contrário dos franceses que chegaram às negociações munidos de poucos registros, os ingleses estavam carregados não só de documentos e relatos, mas de mapas que representavam a região, inclusive, com as linhas demarcatórias entre as posses dos dois países.⁸

Uma segunda rodada de negociações deu-se entre os franceses e portugueses pelas possessões da região amazônica. Os portugueses queria assegurar sua soberania na região com a exclusividade de navegação do rio Amazonas, enquanto os franceses contestavam a posição portuguesa, afirmando que não havia definição quanto à posição dos pontos geográficos divisórios, como a bacia do rio de Vicente Pizon. Já escaldados por causa das negociações com os ingleses, os franceses foram preparados para as discussões, munidos de mapas sobre a região amazônica. Foi a vez então de os portugueses ficarem espantados com a tática francesa. Dom Luís da Cunha, principal diplomata português, se viu numa posição delicada, pois era claro que Portugal não possuía documentos e muito menos mapas sobre a região com os quais poderia, com justiça, reclamar sua posse.⁹

As possessões portuguesas na América foram novamente contestadas em 1720, pelo geógrafo francês Guillaume Delisle. Diante da Academia Real das Ciências de Paris, apresentou a *Détermination géographique de la situation et de l'étendue des différente parties de la Terre*, com seu respectivo

⁷ FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal, 2013, p.307.

⁸ FURTADO, Júnia F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p.66-83, jul-dez. 2011 e FURTADO, Júnia F. *O mapa que inventou o Brasil*, p.286-328.

⁹ FURTADO, Júnia F. Os bens que a velha tem: As Minas Gerais, o Cabo Norte e a Colônia do Sacramento. In: *O mapa que inventou o Brasil*, p.286-328. FURTADO, Júnia F. A visão geopolítica de um *Imperium*. In: *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012, p.239-300.



mapa-múndi. Baseando seu trabalho cartográfico nos recentes avanços científicos das medidas de longitude e do verdadeiro formato da Terra, Delisle afirmava que a posição da linha de Tordesilhas defendida pelos portugueses não correspondia à linha encontrada de acordo com as medições científicas. Na verdade a linha encontrava-se mais a leste, o que abriu espaço para a contestação da legitimidade das posses portuguesas a oeste da linha. Ao demonstrar que o conhecimento científico da Terra poderia ser demonstrado objetivamente nos mapas, Delisle identificava-os como imagens do real, ou seja, a racionalidade das luzes também se fazia presente na cartografia.

Diante dos fatos, D. Luís da Cunha ressaltou a importância de concentrar esforços no desenvolvimento científico da cartografia em Portugal e no levantamento da geografia do Brasil, e defendeu que era essencial fazer “observações astronômicas recentes, uma vez que sem elas não era possível contestar a opinião de um geógrafo consagrado como Delisle”¹⁰. A partir desse momento, D. João V começou a intensificar os esforços para inserir em Portugal os conhecimentos científicos mais avançados e assim formar um corpo de técnicos capazes de defender os interesses da Coroa.

Foi nesse contexto que D. João V deu início a uma verdadeira revolução cartográfica e científica em Portugal, já que a produção de mapas tornou-se prioridade para a manutenção do Império. Em sintonia com o processo de sistematização científica da cartografia, onde os engenheiros militares transformaram-se nos principais responsáveis pela arte de fazer mapas, o rei incentivou uma revolucionária reforma no ensino da engenharia militar. Manoel de Azevedo Fortes, engenheiro-mor, foi o grande responsável por reformar e incentivar o ensino da engenharia militar em Portugal. Baseando-se principalmente nos manuais franceses, Fortes publicou dois tratados, *O Tratado do modo o mais fácil e o mais exato de fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças* (1722) e *O Engenheiro Português* (1728), que se transformaram nas principais publicações científicas sobre cartografia em Portugal, inserindo os engenheiros militares nos mais atualizados métodos matemáticos, no manuseio de instrumentos e nas convenções e normas padronizadas da cartografia iluminista.¹¹

A partir do século XVIII, os mapas tornaram-se um saber instrumental e científico, ficando reservados a homens que dominavam um conhecimento específico necessário a sua produção. Ocorreu uma migração do saber cartográfico, dos cosmógrafos, para os engenheiros. A cosmografia foi um saber bastante difundido a partir da Idade Média e do Renascimento, era o

¹⁰ ALMEIDA, L. F. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa*, p.68.

¹¹ BUENO, Beatriz Piccolotto S. Decifrando mapas: sobre o conceito de *território* e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, v.12, p.193-236, jan/dez 2004, p.207.



estudo do universo em geral, onde a Terra tinha lugar central. Em Portugal, esse foi o saber dominante durante o desenvolvimento das grandes navegações, o cosmógrafo-mor era o responsável por “fazer observações astronômicas, produzir cartas e portulanos, desenvolver instrumentos astronômicos e marítimos, ensinar e preparar os cosmógrafos”¹². Seus mapas:

[...] manifestavam o estilo pessoal de cada cosmógrafo, já que se caracterizavam pelo predomínio das figurações livres e dos topônimos, visando a preencher lacunas que atestassem o desconhecimento efetivo da região ou suprir a carência de códigos capazes de substituir palavras e imagens.¹³

Ao longo da Idade Moderna os saberes relacionados com a Terra foram se desmembrando da Cosmografia e se transformando em campos de saber especializados, e assim surgiu a figura do geógrafo que tratava, por exemplo, da descrição dos elementos naturais da Terra. Em Portugal, a especialização da cartografia foi capitaneada pelos engenheiros militares que dominavam a matemática e a geometria, que se transformaram nos métodos principais para a compreensão cartográfica do mundo. Dessa forma, os mapas transformavam-se em artefatos científicos, um instrumento do saber iluminista, pois sua construção era baseada nos métodos das principais ciências modernas, como a matemática e a geografia, onde era imprescindível o uso de instrumentos e de experiências em campo.

Mesmo com os esforços iniciais de D. João V para formar um corpo técnico, Portugal não dispunha, no início do século XVIII, de pessoas suficientes para levar a diante o exaustivo projeto de mapeamento do Brasil. Por isso, a colaboração e a contratação de estrangeiros foram recursos essenciais para os planos do rei.

Por meio de seus representantes diplomáticos em Roma, D. João V contratou dois padres jesuítas italianos, que possuíam vasto conhecimento de matemática, mas pouca experiência prática com os mapas. João Baptista Carbone e Domingos Capassi chegaram a Lisboa em setembro de 1722, onde rapidamente desenvolveram estudos astronômicos, principalmente relacionados à longitude, que eram essenciais para a realização dos trabalhos cartográficos de campo. Para dar o suporte instrumental que os padres precisavam, o rei mandou instalar um observatório astronômico em Lisboa, e por meio de seus embaixadores mandou adquirir instrumentos, mapas, atlas e livros nos principais centros científicos da Europa.¹⁴

¹² FURTADO. *Oráculos da geografia iluminista*, p.149.

¹³ BUENO, Beatriz Piccolotto S. *Desenho e Designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011, p.307.

¹⁴ FURTADO, Júnia F. Bosque de Minerva: o embaixador, o cartógrafo e a biblioteca régia. In: *O mapa que inventou o Brasil*, p.94-129.



Sob o mecenato régio, os padres italianos fizeram várias observações astronômicas, tanto em Lisboa, como no Reino. Inclusive, publicaram alguns resultados em revistas de academias ilustradas da época como o *Philosophical Transactions* da *Royal Society*, com o objetivo claro de afirmar o desenvolvimento científico que realizavam em Portugal.¹⁵

D. João V se aproximou, especialmente, de João Baptista Carbone, que passou a ter papel influente na Corte. Foi escolhido como o responsável pelo observatório do Colégio de Santo Antão e, posteriormente, em 1749, foi nomeado como seu reitor. Antes, em 1724, foi nomeado Matemático Régio, e assim responsável pela realização de várias observações astronômicas. Participou da educação dos filhos do rei, das obras do Convento de Mafra e, em 1745, foi nomeado secretário particular, tendo importante papel nos assuntos relacionados com o Papa. Faleceu em 1750, gozando de grande prestígio na Corte.¹⁶

Diante das novas descobertas minerais feitas no Brasil no final da década de 1720, D. João V decidiu enviar para a colônia os dois jesuítas que ficaram conhecidos como os padres matemáticos. Como Carbone estava ocupado com outras diligências no Reino, para acompanhar Capassi foi escolhido o inaciano português Diogo Soares. Segundo as instruções reais, os dois padres deveriam começar o trabalho:

[...] pelo Rio de Janeiro, caminhando para a parte que vos parecer mais útil para o meu serviço, porque convém muito que **se façam mapas o mais breve que for possível nos vastos sertões do mesmo Estado, especialmente nos das Minas, que novamente se descobriram para a parte da Capitania do Espírito Santo.**¹⁷

As minas de ouro e diamantes das Capitania de Minas Gerais e Goiás eram o centro econômico do Império. Assegurar a posse desses territórios, além do recolhimento dos quintos e o bom rendimento das minas, eram os objetivos que a Coroa pretendia garantir com o auxílio da missão dos padres. Para isso, seus mapas tinham que seguir os passos da geografia iluminista do século XVIII, transformando-se em espelhos da realidade colonial. Por isso, o Rei frisou em sua instrução que:

Os mapas que fizeres devem ser graduados pela latitude e longitude geográfica assim na marinha como no sertão, assinalando as cidades, vilas, lugares e povoações dos portugueses, e dos índios, e **as catas do ouro em sua verdadeira latitude e longitude geográfica**, praticando o mesmo nos portos, rios, enseadas e abras, tendo entendido que não basta representar todas as coisas por linhas e pontos em mapas, mas que estes devem ser historiados

¹⁵ FIOLEAIS, Carlos e MARTINS, Décio. *Breve história da ciência em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p.24-25.

¹⁶ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.99-100.

¹⁷ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*, tomo II, p.215. Também em Provisão Régia de 18 de novembro de 1729. AHU, Cons. Ultram. Códice n°248, fl.250. (Grifo meu)



expondo-se neles por escrito a clareza que for possível, e em livro à parte por extenso tudo o que houver mais digno de notar em cada uma das capitanias assinaladas nos ditos mapas.¹⁸

A missão dos padres não só tinha uma função geopolítica, de localizar, de acordo com as novas medições de latitude e longitude, os territórios de Portugal na América, mas também uma função prática de permitir o conhecimento dos recursos naturais e humanos da colônia para sua melhor exploração e administração.

Os padres chegaram ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1730, onde iniciaram seus trabalhos fazendo desenhos da Baía de Guanabara e montando um observatório no colégio jesuíta do Morro do Castelo. O primeiro objetivo seria determinar o meridiano do Rio de Janeiro, para construir todas as cartas do Brasil a partir dele, uma estratégia sigilosa para impedir que a localização das minas de ouro e diamantes fosse feita pelas outras nações europeias.

Duas grandes questões ocupavam as mentes dos cartógrafos no século XVIII: a medição das longitudes e o formato da Terra. A resolução desses problemas tinha relação direta com o Império português, afinal de acordo com determinada medição da longitude e do formato da Terra as possessões portuguesas podiam ter suas fronteiras modificadas, como já tinha defendido Deslile. Por isso, era essencial buscar uma medição o mais precisa possível das longitudes do Brasil para poder desenvolver uma defesa diplomática das fronteiras consistente.

No final de 1730, depois de insistentes pedidos dos governadores do Rio de Janeiro e da Colônia do Sacramento, os padres se dirigiram para o sul onde fizeram vários mapas, principalmente com fins militares, para auxiliar na proteção da Colônia das incursões espanholas.

Aparentemente, em 1733, os padres se dirigiram à Capitania de Minas Gerais, onde realizaram um trabalho monumental. Seguindo à risca as instruções régias, os padres cartografaram grande parte dos arraiais e vilas do eixo minerador, assinalando os lugares mais notáveis e algumas minas de ouro. Os caminhos, bem como os registros também estão assinalados. A rede hidrográfica foi o grande destaque dos mapas, com enfoque nos principais rios e seus afluentes, de onde se extraía o aluvião do ouro e diamantes.

No final de 1734, o padre Capassi seguiu para São Paulo, e ali acabou morrendo de “febres malignas”, em fevereiro de 1736. O padre Soares também visitou São Paulo, no início de 1735, onde realizou alguns trabalhos cartográficos, além disso, percorreu a região do Rio Grande e as minas de Goiás, vindo a óbito em janeiro de 1748.

¹⁸ _____ . *História do Brasil nos Velhos Mapas*, tomo II, p.215. Também em Provisão Régia de 18 de novembro de 1729. AHU, Cons. Ultram. Códice nº248, fl.250.



Os dois jesuítas ainda fizeram outros mapas mais detalhados de alguns pontos das Minas Gerais. Um dos principais foi o mapa temático da região de extração dos diamantes no Serro do Frio. Em 1734, a Coroa decidiu suspender a mineração dos diamantes e instalar a Intendência Diamantina, com jurisdição sobre o Distrito Diamantino. Enquanto o desembargador Rafael Pires Pardiniho se ocupou da Intendência Diamantina, Martinho de Mendonça de Pina e Proença foi encarregado, por D. João V, de assistir à demarcação do Distrito. Para realizar a tarefa, Martinho de Mendonça precisava conhecer o território dos diamantes no Serro do Frio, ver os principais rios, ribeirões e córregos e colher notícias sobre as áreas mais produtivas, as menos promissoras e as que ainda poderiam ser exploradas. Portanto, além do levantamento de dados em campo, a construção de um mapa para a visualização destas informações seria de grande importância.

Os padres estiveram em Minas Gerais no mesmo período em que o desembargador Rafael Pires

Pardiniho e o comissário real Martinho de Mendonça chegavam ao Tejuco. O comissário mantinha uma ótima relação com os religiosos, se comunicando constantemente. Essa boa relação pode ter sido usada por Martinho de Mendonça para solicitar aos inacianos a feitura de um mapa sobre a região em que seria demarcado o Distrito Diamantino. Esse mapa, datado de 1734, conforme o próprio título informa, pode ter sido confeccionado tanto por um dos padres, como por ambos. Esta atribuição foi realizada a partir do reconhecimento do estilo similar que a carta guarda com os outros quatro mapas gerais que os dois jesuítas fizeram sobre a Capitania,¹⁹ especialmente com o da carta geral da região do Serro do Frio. Este mapa é a *Carta dos rios e córregos em que se descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734*.

¹⁹ Atribuição foi feita por ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p, 130.



Mapa
Carta
e
em que



1:
dos rios
córregos
se

descobriram e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734.

Aspectos técnicos

A carta é um manuscrito, uma característica marcante dos mapas antigos portugueses. Diferentemente de outras tradições cartográficas, que já no século XV incorporaram a técnica da impressão, a cartografia portuguesa não fez muito uso desse recurso. Como os mapas eram considerados assunto de Estado, sua circulação era restrita a esfera da administração oficial. Assim, a impressão em larga escala de mapas, principalmente os relacionados ao mundo colonial, não era de interesse da Coroa, que tratou de colocar os cartógrafos abaixo de sua autoridade, tentando manter em sigilo os mapas, considerados estratégicos.²⁰ No caso dos padres o manuscrito também era a forma mais prática e rápida de desenhar os mapas. De fácil manuseio, podiam levá-lo consigo durante as observações empíricas e mais tarde modificá-los quando confrontados com os cálculos.

²⁰ FURTADO, Júnia F. História da Engenharia. In: STARLING, Heloísa e GERMANO, Lígia. (orgs.) *Engenharia: História em construção*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p.35.



Um importante recurso utilizado no mapa foi a aquarela. As cores foram utilizadas com objetivos bem definidos, pois são elas que dão visualidade aos topônimos e tornam a leitura do mapa mais fácil. Trata-se de uma maneira simples de interpretar o espaço cartografado, enfatizando os pontos que mais importavam, como os rios, caminhos, montanhas, vendas, minas, arraiais e vilas. Percebe-se que as cores da aquarela foram utilizadas de forma padronizada quando comparamos o mapa temático aos demais mapas feitos pelos padres: o azul para os rios, o verde para as árvores, o vermelho para as vilas e arraiais, o amarelo para as minas e o marrom para as montanhas. Uma padronização a que estamos atualmente acostumados, mas que no século XVIII começava a se tornar constante, pois era ensinada pelos manuais cartográficos. Segundo Ehrensvärd, a cor foi se transformando progressivamente de elemento decorativo em elemento informativo, sendo inclusive objeto de tratados específicos na França e na Inglaterra.²¹ Os manuais de Azevedo Fortes, por exemplo, e respectivamente todo o ensino da engenharia e da cartografia em Portugal, foram influenciados pelos tratados franceses e os padres matemáticos, como tinham ampla formação acadêmica, inclusive com os conhecimentos que Capassi trazia da Itália, transpassaram para seu mapa esse uso convencionado das cores.

Quanto às dimensões, este é um mapa de tamanho razoável, medindo 35 x 41 cm. O tamanho do mapa estava diretamente relacionado com seu uso, quando maior, mais ornamental e suntuoso, e quanto menor, mais fácil era seu manuseio. Portanto, o tamanho relativamente pequeno do mapa é um indício de que ele foi feito para ser manuseado, no caso, utilizado para dar visualidade a área onde foi instalado o Distrito Diamantino podendo ser, assim, um instrumento nas mãos dos administradores reais. A dimensão também estava relacionada com a área a ser representada e a escala utilizada. A correta proporção entre esses itens era essencial para construir um mapa visualmente correto, ou seja, que fosse capaz de mostrar os pontos no território que interessavam, no caso do mapa dos diamantes: vendas, arraiais, vilas, minas de ouro e de diamantes, estradas, rios e córregos. Como afirma Azevedo Forte:

Para outras quaisquer plantas ou cartas, como o petipé [escala] depende ordinariamente da grandeza, de que se quer fazer a planta ou carta, apontarei aqui as medidas que me parecem as mais proporcionadas, segundo as diferentes grandezas dos terrenos. O menor ponto, em que se pode fazer a carta de um Reino é de dez léguas por cada polegada de papel, sendo por exemplo como o Reino de Portugal, e Algarve, e sai a légua por linha, e com semelhante petipé só se poderão notar as principais cidade e vilas; e o menor ponto, em que se podem fazer as províncias é de duas léguas por cada polegada de papel, e assim se poderão notar os principais lugares com suficiente distinção.²²

²¹ EHRENSVARD, Ulla. Color in Cartography: a historical survey. In: WOODWARD, David. *Art and cartography*, six historical essays. Chicago: University of Chicago Press, 1987. p.123-146.

²² FORTES, Manuel de Azevedo. *Tratado do modo o mais facil, e o mais exacto de fazer as cartas geograficas...* Lisboa: Off. de Pascoal da Sylva, 1722, p.7-8.



Sobre o seu tipo percebemos que esse é um mapa topográfico ou temático, ou seja, abrange uma pequena região, representada a partir de medições e observações empíricas com o auxílio de instrumentos matemáticos.²³ Todavia, não se trata de um mapa de natureza militar ou náutica, mas essencialmente de um mapa político-administrativo, pois o seu intuito principal é dar a ver as novas minas de diamantes em relação aos principais rios, caminhos, arraiais e vilas do seu entorno. Os manuais cartográficos descreviam todos os métodos e dispositivos mecânicos necessários de acordo com o tamanho da área a ser cartografada. Em seu *Tratado*, Azevedo Fortes afirmava que o instrumento correto para medir caminhos, rios e córregos era a bússola, porém era indispensável transferir as medições da bússola para o papel, o que poderia ser feito através dos transferidores ou círculo transparente.²⁴ É interessante notar que nem sempre os cartógrafos dispunham destas ferramentas para seu trabalho, porém isso definitivamente não era um problema, pois Fortes dedicou um capítulo especialmente para “*O modo de fazer as plantas sem instrumentos?*”, onde enumerou uma série de problemas que podiam ser resolvidos com cálculos baseados em posições de elementos naturais.²⁵

Além dos recursos científicos, os padres matemáticos também recorreram ao saber dos práticos, das pessoas que por experiências conheciam a geografia do lugar, esses eram os chamados mapas sertanistas. Ao longo da correspondência do padre Diogo Soares, podemos encontrar várias menções ao recolhimento e utilização dessas cartas de forma a corrigir dados e informações contidas em mapas estrangeiros.

Tenho já junto uma grande cópia de notícias, **vários Roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de São Paulo e Cuiabá**, Rio Grande, e da Prata, e vou procurando outras a fim de dar princípio a alguma carta, porque **as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas alturas e Longitudes de toda esta Costa**, se não falham as nossas observações, as quais determinamos ratificar antes que deixemos este Rio, passando a Cabo Frio.²⁶

Tecnicamente formados de acordo com a cartografia ilustrada do século XVIII, os padres não renegaram as informações cartográficas produzidas pelos práticos, ao contrário, fizeram grande uso dos mapas e roteiros feitos pelos sertanistas, que lhes podiam fornecer informações de pontos e localidades que não tinham tempo para visitar. Certamente, foi por meio desses

²³ FURTADO. História da Engenharia, p.35.

²⁴ FORTES, Manuel de Azevedo. *Tratado do modo o mais facil*, p.13-27.

²⁵ *Tratado do modo o mais facil*, p. 118-143.

²⁶ AHU, Doc Avulsos, Rio de Janeiro, 1730. Carta de 4 de julho de 1730. *Apud*. ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, p.120. (Grifo meu)



mapas que os padres localizaram, por exemplo, o caminho para a serra das Esmeraldas, que fazia parte das tradições de roteiros sertanistas.

O título é outro importante elemento comunicativo dos mapas, pois normalmente é o modo mais fácil de identificar a área mapeada. Porém percebemos que os padres, na verdade, inseriram uma extensa descrição da área mapeada, que não somente é geográfica, mas também histórica.

Rios, e Córregos, em que se descobriram, e mineram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734.

Caeté-merim, e todos os que nele deságuam, principalmente o Inbai pequeno, e grande. Ribeiro do Inferno, e os seus adjacentes. Rio do Pinheiro nas suas cabeceiras onde chamam os Morrinbos. Córrego das Lages, Córrego de Nossa Senhora do Carmo, que unidos fazem barra no Rio das Pedras. Córrego de Santa Maria e os mais que nele estão, como são o Remédios, Ferreiro e Bom Sucesso. Córrego do Cafundó, Bandeirinha, Salema, Nossa Senhora do Ó, Rio das Pedras e Córrego do Pistela com seus adjacentes. Jequitinbonha Grande. Grupiara do Curralinho junto a o Tejuco, em que se tem tirado muito grandeza, e este Agosto de 1733 a preciosa pedra de seis oitavas.

O título demonstra o principal objetivo do mapa, que foi detalhado no texto, e compreende a descrição geográfica dos rios onde se mineram diamantes. Uma informação que era extremamente relevante para o trabalho de criação do território do Distrito Diamantino, pois tinha que abarcar toda a área mineradora das pedras.

A legenda foi outro elemento cartográfico padronizado ao longo do século XVIII. O estabelecimento de padrões de representação gráfica era de grande importância porque permitia o compartilhamento de informações. Não seria mais necessário decifrar o mapa de acordo com as vontades e influências do cartógrafo, pelo contrário: não importava quem era o cartógrafo, os símbolos gráficos utilizados seriam sempre os mesmos. Ocorreu uma passagem gradual da representação mais naturalista para a mais abstrata possível. Azevedo Fortes, por exemplo, enumerou os principais símbolos que deveriam ser utilizados nas cartas:

As cartas se ornaram muito, e se fazem mais distintas, assinalando as povoações com seus sinais de capital, patriarcado, arcebispado, universidade, ducado, marquesado, condado, campo de batalha e etc. Estes sinais se costumam por nas grimpas dos campanários, que representam uma povoação, sendo umas mais avultadas que outras, conforme a grandeza dos lugares.²⁷

Na legenda encontramos a descrição dos pontos notáveis da área mapeada e uma escala de importância desses pontos. Com um símbolo de destaque, em amarelo, foram identificados os rios e ribeirões onde se mineravam os diamantes, logo em seguida, com um símbolo mais

²⁷ FORTES, Manuel de Azevedo. *Tratado do modo o mais facil*, p.196-197.



discreto, a mineração do ouro e posteriormente a guarda de dragões. Como o mapa parece não ter sido totalmente acabado, não encontramos esses dois últimos pontos identificados, mas se constavam na legenda, eram certamente lugares de interesse. Também na legenda está identificada com graduação de importância os centros populacionais, começando com a Vila, seguida dos arraiais e por último das vendas.

Conclusão

A expansão das fronteiras do Brasil para além do Tratado de Tordesilhas e as descobertas minerais ascenderam em Portugal um sinal de alerta. A expansão do império na América era interessante, mas seria necessário garantir a sua posse, reivindicando aqueles territórios por meio de mapas. Para isso, D. João V contratou os padres matemáticos, que tinham como missão hercúlea cartografar o Brasil.

A formação e a consolidação de territórios acontecem tanto em sentido amplo como em sentido restrito. No caso do mapa que analisamos nesse artigo percebemos a construção de um território restrito, inserido dentro das Minas Gerais e do Brasil, um território que ganhou vida por meio do mapa. Muitas vezes os mapas são utilizados como ilustrações de argumentos, mas para uma análise da História da Cartografia os mapas devem ser tomados como fontes históricas, assim eles jamais podem ser compreendidos como espelhos do real, mas sempre como representações seletivas. Dessa forma, eles nos indicam muito mais sobre o universo cultural de seus autores e de seu contexto do que sobre a área representada.

É interessante notar que não raras vezes é o mapa que precede o território e não o contrário. É o que podemos perceber na carta dos padres matemáticos, pois construiu-se uma imagem do Distrito Diamantino que não tinha nenhuma ligação a área real representada, afinal a imposição de uma fronteira para o Distrito foi construída com base em fronteiras naturais da região. Porém essa exigência só se tornou possível porque a cartografia destes padres comungava com a visão iluminista dos mapas.

A visão racional do espaço conjugava dois fatores importantes. Primeiro, o recurso ao conhecimento empírico, os mapas tinham que se basear em avaliações *in loco*. Eles não podiam mais ser como os mapas dos Cosmógrafos, que muitas vezes sequer conheciam os lugares cartografados, porém deveriam ter a perspicácia de transformar relatos e mapas mentais em rios, córregos e caminhos. Afinal, como era o caso do Brasil, por se tratar de um território imenso era impossível coletar todos os dados empíricos necessários. Por isso muitos lugares míticos ainda permaneceram na cartografia do século XVIII, como a serra das Esmeraldas e o Xarais.



O segundo recurso foram os instrumentos técnicos e conceituais. Para fazer mapas era necessário fazer observações astronômicas, triangulações, cálculos geométricos, utilizar a bússola, transferidor e *etc.* Os manuais eram livros de bolso para os cartógrafos, que além de ensinar a usar os instrumentos também orientavam conceitualmente sobre o uso das cores e dos símbolos padronizados e uniformizados. Todo esse aparato representava a visão iluminista sobre a cartografia, que apresentava o espaço como espelho perfeito do real, pois era mediado pela matemática, a geometria e a ciência. Por isso, era tão importante promover a padronização, uniformização e esquematização das técnicas cartográficas, assim ela se transformaria como a ciência da natureza em linguagem universal.

De acordo com Harley e Zandvliet foi a partir do paradigma da ciência moderna, ainda no XVI, que a cartografia política foi se aproximando da ciência, até atingir seu ápice no século XVIII.²⁸ Ou seja, foi uma mudança paulatina, que ganhou força com o advento do Iluminismo. Como nos lembra Carla Lois, não podemos analisar esse processo sem entender a dinâmica da expansão política e econômica da Europa que produziu uma revolução na instrumentação utilizada na cartografia.²⁹ As disputas pelo poder na Europa moderna perpassavam a política, mas também o domínio do conhecimento. Nesse sentido, quem desenvolvesse as técnicas mais avançadas e comandasse a padronização largava na frente, e foi assim com a cartografia. Quem chegasse ao ponto de produzir mapas os mais detalhados e os mais reais possíveis, teria a prerrogativa de deter o conhecimento mais avançado. A intenção dos mapas iluministas era fazer deles espelhos do real.

Porém, como nos lembra Jorge Luís Borges, existem inúmeras contradições no pressuposto universal da objetividade dos mapas:

Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa duma Província ocupava uma Cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo esses Mapas Desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos Dedicadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedades entregaram-no às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por Animais e Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.³⁰

²⁸ HARLEY, J, Brian e ZANDVLIET, Kees. Art, science, and power in sixteenth-century Dutch cartography. *Cartographica*. v. 29, n° 2, 1992, p. 10-19,

²⁹ LOIS, Carla. *Plus Ultra Equinoctialium*: El 'descubrimiento' del Hemisfério Sur en Mapas y Libros de Ciencia en el renacimiento. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Buenos Aires, 2008, p.84.

³⁰ BORGES, Jorge Luís. *História Universal da Infâmia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.



O papel da História da Cartografia é justamente revelar esses contextos e evidenciar a possibilidade da utilização dos mapas como documentos históricos. E justamente por seu um campo novo ainda está aberto para ser explorado das mais diversas formas.



Notas sobre o consumo de haxixe pelos literatos parisienses do Clube dos Haxixins

Notes on the eating of hashish by parisian literati of the *Club des Hashischins*

Gabriel Ferreira Gurian

Mestrando

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP Franca

guriangabriel@gmail.com

Recebido em: 04/06/2016

Aprovado em: 18/07/2016

RESUMO:

Na Paris de meados do século XIX, um grupo de literatos e intelectuais, que incluía Charles Baudelaire, Théophile Gautier, Gérard de Nerval e Alexandre Dumas, à volta do psiquiatra Jacques-Joseph Moreau, encontrava-se mensalmente no chamado Hotel Pimodan para sessões de ingestão de uma substância inebriante de origens orientais, exótica e pouco difundida até então na Europa, o haxixe. Nomeando tal grupo de Clube dos Haxixins, estes eruditos conduziram estas congregações por cinco anos, e sobre elas e sua substância protagonista, escreveram de diversas formas, e em diversos momentos de suas carreiras literárias. O presente texto¹, por meio dos escritos destes literatos, ponderará sobre os fatores que condicionaram este uso sistemático e relativamente duradouro do haxixe – uma substância pouco consumida se comparada ao então extremamente popular ópio – e ainda a posterior presença deste como objeto literário, cuja aparição se deu em obras escritas mais de dez anos depois do fim das sessões embriagantes dos Haxixins, e foi constantemente relacionado a tópicos sobre o Oriente, questão que foi alvo de um assíduo interesse dos eruditos oitocentistas europeus.

PALAVRAS-CHAVE: Clube dos Haxixins, Paris, Oriente.

ABSTRACT:

In the mid-nineteenth century Paris, a group of writers and intellectuals that included Charles Baudelaire, Théophile Gautier, Gerard de Nerval and Alexandre Dumas, along with the psychiatrist Jacques-Joseph Moreau, gathered monthly at the so called Pimodan Hotel intending to ingest an intoxicating substance of oriental origins, exotic and then little known in Europe, the hashish. Naming the group *Club des Hashischins*, these literati held these congregations throughout a period of five years, and wrote about them and their protagonist substance in different ways and at different times of their literary careers. This paper will ponder, by analyzing the works of these writers, the factors that conditioned this systematic and relatively long-lasting use of hashish – a little-used substance compared to the then extremely popular opium – and also the subsequent presence of it as a literary object, appearing in works written more than ten years after

¹ Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida durante o ano de 2015, com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); também é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Temático “Escritos sobre os Novos Mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa”, igualmente financiado pela FAPESP.



the end of the *Hashischins* intoxicant sessions, and constantly related to topics about the East, matter of assiduous interest of European nineteenth-century scholars.

KEYWORDS: Club des Hashischins, Paris, East.

Introdução

“Os vícios do homem, tão repletos de horror como supomos, contêm a prova (quando não fosse apenas a infinita expansão deles mesmos!) de seu gosto pelo infinito [...]”². Com estas palavras, Charles Baudelaire tenta explicar a atração do homem pelo estado paradisíaco do ser, uma “acuidade de pensamento, [...] entusiasmo dos sentidos e do espírito”, alcançado por meio das “drogas, pelas bebidas fermentadas”³. À época do poeta, este estado de alma se mostrava uma busca recorrente, e, já em meados do Oitocentos, por via de um número diverso de substâncias, como o ópio e o haxixe. Para Baudelaire, as “propriedades embriagadoras muito extraordinárias” do haxixe, “há alguns anos, [o poeta escreve em 1861] chamaram a atenção, na França, de eruditos e aristocratas”⁴. E em torno da substância, mais exótica e menos alvorçada que o ópio no período, formou-se o notório Clube dos Haxixins, na Paris de meados do século XIX. Uma congregação de intelectuais e escritores, unidos pela curiosidade acerca do haxixe e pelas experimentações por meio das quais o psiquiatra Jacques-Joseph Moreau, responsável pela apresentação e fornecimento⁵ da dita variedade de *Cannabis*, com a qual entrou em contato no Oriente, guiava sua pesquisa médica. Nomes como o já citado Charles Baudelaire, Théophile Gautier, Gérard de Nerval e Alexandre Dumas encontravam-se mensalmente no Hotel Pimodan para uma imersão coletiva na embriaguez propiciada pelo *dawamesk*⁶, forma de extrato da *Cannabis indica* mais consumida pelos haxixins do dito Clube.

Para alguns dos literatos e intelectuais envolvidos nas reuniões do Hotel Pimodan, o haxixe transpôs o mero papel de indutor ao estado paradisíaco de espírito e também encontrou lugar nos escritos produzidos por aqueles homens. Gérard de Nerval o inclui em *Voyage en Orient*, obra que contém relatos de viagem e reescreve alguns contos orientais; já Alexandre Dumas, em seu célebre *O Conde de Monte Cristo*⁷. Entretanto, ambos o fazem de maneira que a *Cannabis* seja

² BAUDELAIRE, Charles. Poema do Haxixe. In: *Os Paraísos Artificiais: O ópio e Poema do Haxixe*. Volume 2. Porto Alegre: L&PM Editores, 1982, p.10.

³ _____. Poema do haxixe, p.11.

⁴ _____. Poema do haxixe, p.13.

⁵ RUSSO, Ethan B. Cognoscenti of Cannabis: Jacques-Joseph Moreau (1804-1884). In: RUSSO, Ethan B.; GROTENHERMEN, Franjo (org.). *Handbook of Cannabis Therapeutics: from bench to bedside*. Binghamton, NY: Routledge, 2010, p. 13.

⁶ BAUDELAIRE. Poema do haxixe, p.13-14.

⁷ DUMAS, Alexandre. *The Count of Monte Cristo*.

Disponível em: <http://msdl.cs.mcgill.ca/people/efeng/books/The%20Count%20of%20Monte%20Cristo.pdf>.

Acesso em Dezembro de 2015; NERVAL, Gérard de. *Voyage en orient*. Paris: Charpentier, 1851.



uma mera coadjuvante, imersa em narrativas de finalidade outra que não relatar objetivamente sobre a substância ou o dito Clube, ao contrário das obras de Charles Baudelaire e Théophile Gautier, *Os Paraísos Artificiais* (além do poema em prosa *Do vinho e do haxixe*) e *O Clube dos Haxixins*, respectivamente.⁸ Nerval e Dumas colocam o haxixe em meio à sua escrita ficcional, como integrante de trechos em suas tramas, ao passo que Baudelaire e Gautier dedicam, respectivamente, uma “monografia”⁹ e um conto ficcional para descreverem em detalhes os aspectos da embriaguez, a história e os mitos que conheciam acerca da substância, e suas perspectivas sobre as diversas facetas que envolvem a ebriedade, à medida que conduzem seus textos.

Este relativo fascínio e presença duradoura do haxixe como recurso embriagante de tais intelectuais – o Clube durou cerca de cinco anos, de 1844 a 1849 –, ecoando à posteridade, como pode ser percebido pela publicação de *Os Paraísos Artificiais* de Baudelaire no início da década de 1860, nos faz pensar acerca do que condicionou naquele período a alteração do papel da *Cannabis indica*. De uma forma pouco comum de indução à embriaguez, a princípio motivada por curiosidade, tornou-se um consumo habitual permeado de experimentação e reflexões, tanto médicas quanto intelectuais e literárias, por parte do grupo reunido sob a égide de Haxixins. À época, diversas substâncias, então recém-descobertas ou recentemente incorporadas às práticas médicas e aos acervos dos boticários, como a cocaína e o absinto, ou ainda de antigo conhecimento dos doutos, como o ópio, passaram, também, a ser usadas sem a necessidade de qualquer contexto medicinal ou terapêutico específico, apenas por seus efeitos inebriantes.¹⁰ Este último, cabe ressaltar, foi a substância mais comum dentre os adeptos de práticas embriagantes, incluindo muitos dos literatos que se reuniam no Hotel Pimodan, além de, marcadamente, operários e marginalizados sociais.¹¹

Já o haxixe permaneceu, até seu protagonismo em meio aos haxixins, uma substância exótica, da qual se sabia pouco, e o interesse que a circundava era permeado por uma carga de orientalismo¹², sendo dada a maior evidência apenas com o trabalho¹³ de Antoine Isaac Silvestre

⁸ BAUDELAIRE. *Os Paraísos Artificiais*; GAUTIER, Théophile. O Clube do Haxixins. In: *O Clube dos Haxixins*. Coleção Rebeldes e Malditos, volume 11. Porto Alegre: L&PM, 1986, p.80-109.

⁹ Termo usado pelo próprio Baudelaire para descrever seu esforço reflexivo ao redigir *Poema do Haxixe*. In: BAUDELAIRE. *Os Paraísos Artificiais*, p.9-41.

¹⁰ BERGERON, Henri. *Sociologia da droga*. 1. ed. Trad. de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Ideias e Letras, 2012, p.22-23. Ver também: ESCOHOTADO, Antônio. *História Elementar das Drogas*. Lisboa: Antígona, 2004, p.83-90

¹¹ BERGERON. *Sociologia da droga*, p. 24. Ver também: QUINCEY, Thomas De. *Confissões de um comedor de ópio*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001; BAUDELAIRE. *Os Paraísos Artificiais*, p.43-102.

¹² Termo usado por Gautier ao tratar da atmosfera da reunião que descreve no conto *O Clube dos Haxixins*. Cf: GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p.86. Ver também: SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.30.

¹³ SACY, Antoine Isaac Silvestre de. *Mémoire sur la dynastie des Assassins et sur l'origine de leur nom*. Extrait du Moniteur, no. 210, 1809.



de Sacy¹⁴, a obra fruto da pesquisa de Moreau¹⁵ e a produção literária dos haxixins, o que nos leva ao questionamento acerca dos condicionantes do consumo sistemático do *dawamesk* por Baudelaire, Gautier e seus convivas. Por que o haxixe se tornou a alternativa de alcance do infinito, do estado paradisíaco de espírito, a qual foi dada importância e protagonismo inebriante por estes intelectuais? Tentaremos ponderar sobre a questão nas páginas seguintes.

Narrativas do haxixe?

Primeiramente, nos voltemos para os relatos de Baudelaire e Gautier e o que descreveram sobre o haxixe e as congregações embriagantes em torno da substância no Hotel Pimodan. Cabe pontuar aqui as diferentes naturezas estéticas de cada texto e os diferentes momentos em que foram publicados. Gautier publica pela primeira vez o conto fantástico *O Clube dos Haxixins* no periódico *Revue des deux Mondes*, em 1846; Baudelaire publica em 1851, no *Messager d'Assemblée*, o poema em prosa intitulado *Do vinho e do haxixe*; e nove anos depois, influenciado pelas tópicas do poema, redige o célebre *Os Paraísos Artificiais*, que caracteriza como uma “monografia”. Posteriormente, ponderar-se-á sobre estas diferenças cronológicas de publicação e de natureza literária. Todavia, olhemos o que essa documentação nos lega sobre as descrições e impressões de ambos os literatos envolvendo o haxixe e o Clube dos Haxixins.

O conto de Gautier consiste na descrição de uma reunião noturna do Clube no Hotel Pimodan. Narrada em primeira pessoa, o narrador personagem é um recém-iniciado no “estranho clube” que, no começo da narrativa, se dirige à ilha de Saint-Louis, no meio do Sena, onde se localiza o Hotel no qual ocorrerá uma reunião para a qual recebeu uma “convocação misteriosa [...] em termos enigmáticos, compreensíveis para os iniciados e ininteligíveis para os outros”¹⁶. Aqui cabe pontuar uma característica da escrita de Gautier. Sua ficção unia elementos imaginários e verídicos¹⁷, personagens, lugares, situações nas quais tomou parte, etc. Ao escrever, ornamentava o vivido com elementos da imaginação, tão cara àqueles escritores. Esta faceta é muito evidente em *O Clube dos Haxixins*, no que tange a ambientação, a conduta do grupo desde a

¹⁴ Segundo Edward W. Said, Silvestre de Sacy foi o primeiro orientalista europeu moderno e institucional. In: SAID. *Orientalismo*, p.47.

¹⁵ MOREAU, Jacques-Joseph. *Du hachisch et de l'aliénation mentale: études psychologiques*. Paris: Librairie de Fortin, 1845.

¹⁶ GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p. 80.

¹⁷ BRUM, José Thomaz. O ópio da imaginação. In: GAUTIER, Théophile. *O Clube dos Haxixins*. Volume 11. Porto Alegre: L&PM, 1986, p8-9. Esse elemento de união entre o verídico e o imaginário na trama também é perceptível no conto *O cachimbo de ópio*, no qual o protagonista visita Alphonse Karr, escritor e jornalista amigo de Gautier e recorrente participante de reuniões no Pimodan, com quem partilha tragos de ópio In: GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p.67-79.



convocação do personagem até os momentos iniciais da reunião descrita, os papéis dos envolvidos na imersão que estaria por vir após o jantar, etc.¹⁸

A narrativa é conduzida a partir da chegada do personagem ao aposento do Pimodan designado para a reunião, por um roteiro análogo aos estados da embriaguez, os quais Gautier descreve e caracteriza à medida que o personagem os atinge após a deglutição da “pasta esverdeada” dada pelo “doutor”.¹⁹ Logo depois da ingestão do haxixe, conduz-se um jantar numa atmosfera oriental, enquanto espera-se pelo efeito da substância, que vem ao término da refeição. O personagem de Gautier, então, experimenta transformações na sensibilidade, no paladar e o que caracteriza a primeira fase da embriaguez, a hilaridade. Por ser relativamente breve, a transição abriga o estado que virá depois, à medida que o personagem “observava tudo [...] à luz de um resto de razão que ia e voltava a cada momento, como uma lamparina prestes a se apagar. [...] A loucura [...] alcançava e abandonava [o] cérebro, terminando por invadi-lo completamente”²⁰, instalando-se, assim, o princípio de alucinação, próximo estágio da embriaguez. Neste momento da narrativa, Gautier dedica algumas páginas para discorrer brevemente sobre um referencial mitológico do haxixe na lenda do Velho da Montanha, ou “Príncipe dos Assassinos”, momento em que cita a explicação etimológica de Silvestre de Sacy sobre a palavra “assassino”²¹, derivada de haxixin, e abertamente atribui a mesma natureza da substância fornecida pelo doutor à dada, na lenda, pelo Velho aos seus fanáticos.

A etapa alucinatória, como reitera a partir deste ponto, é descrita por suas impressões pessoais²² durante o efeito do haxixe e a partir de onde, supõe-se, a ornamentação do vivido pelo autor é mais presente na narrativa. Aqui, invoca *Daucus-Carota*, personagem de um conto de Ernst Theodor Hoffmann²³, de morfismo exótico, que surge durante esta segunda fase de alucinação em que se encontra o personagem, e que dá título à parte²⁴ em que Gautier narra o princípio deste estado da embriaguez.

A alucinação progride para uma etapa que o autor denomina de *fantasia*²⁵, um nível de alucinação “capaz de alegrar o *spleen* em pessoa”, permeado por gargalhadas homéricas a cada nova aparição²⁶, conjugando resquícios da hilaridade e a potência das visões alteradas de cada indivíduo presente no salão em que se encontravam os convivas embriagados no conto. Há aqui

¹⁸ BRUM. O ópio da imaginação, p.9.

¹⁹ GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p.84. O *dawamesk*, fornecido pelo doutor Moreau.

²⁰ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.88-89.

²¹ SACY. *Mémoire sur la dynastie des Assassins et sur l'origine de leur nom*, p.6-9

²² GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p. 90.

²³ Romancista alemão, nascido em 1776 e falecido em 1822.

²⁴ GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p. 89-91. *Um cavalheiro que não foi convidado*.

²⁵ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.92-97.

²⁶ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.92, 93.



a curiosa descrição do *voyant*²⁷, “um dos membros do clube que não participara da voluptuosa intoxicação a fim de vigiar a fantasia e impedir que saíssem pela janela aqueles que se julgavam alados”, e que, na narrativa, encarrega-se de direcionar musicalmente as euforias oriundas da ebriedade, produzindo “um glorioso acorde [que] ecoou com força e fez calar todos os rumores, mudando a direção da embriaguez”, ao debruçar-se sobre um piano que havia ali.

Neste momento, o conto alcança a etapa denominada de *keif*²⁸. Um estado que Gautier descreve como o “momento bem-aventurado do haxixe”, no qual o personagem “não sentia mais o corpo” e “os laços que unem a matéria ao espírito tinham se soltado”; diz o narrador: “movia-me só pela minha vontade num meio que não conhecia resistência”²⁹, o que compara ao estado que imagina próprio das almas do além, “para onde iremos após a morte”. O personagem ainda afirma ter compreendido “então, o grande prazer que experimentam, segundo seu grau de perfeição, os espíritos e os anjos que atravessam o éter e os céus, e como se podia gozar a eternidade no paraíso”³⁰. Todavia, este ápice de prazer logo dá lugar a um pesadelo, com a reaparição de Daucus-Carota e o medo que este lança sobre a personagem embriagada. Na alucinação, Carota troca a cabeça do protagonista, substituindo-a por uma de elefante, o que configura um momento em que as referências resgatadas por este para se descrever em tal estado peculiar consistem em divindades antropomórficas orientais, pouco antes de reverter seu medo em raiva e violentamente golpear Carota até obter sua cabeça novamente.

Aqui, a narrativa alcança o ponto do êxtase esvaído e do suplício psicológico que se enfrenta, posterior ao prazer paradisíaco, denominado por Gautier como *Tread-Mill*, o moinho movido por condenados. A sensibilidade física torna-se alterada de forma negativa – o protagonista se sente petrificar como mármore³¹ –; a locomoção torna-se mais penosa; a impressão da dimensão espacial altera-se, no caso, de forma ampliadíssima: o pátio do Hotel Pimodan, para onde o personagem desloca-se neste estágio da embriaguez, é estendido à dimensão do Champ-de-Mars³²; a noção de tempo altera-se, motivo pelo qual os haxixins cuidavam para que não existisse qualquer relógio em seu ambiente de reuniões, e parece insuportavelmente mais longo. Mil e quinhentos anos, aparentemente, se passam, em meio à jornada nos degraus da escadaria do pátio e à verbalização perturbadora e constante de Daucus-Carota, que culmina na retirada do cérebro do protagonista por esta bizarra figura, a colheradas,

²⁷ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.97.

²⁸ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.98-101.

²⁹ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.99.

³⁰ GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p.100. Observamos, então, a grande proximidade entre as concepções paradisíacas de embriaguez de Gautier e Baudelaire.

³¹ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.104.

³² _____. *O Clube dos Haxixins*, p.106.



momento em que gradativamente volta a si, abandonando a alucinação. Enquanto o *voyant* conduz o piano, os haxixins voltam à sobriedade, e o personagem dispara em direção à sua casa, concluindo que, depois que os “vapores do haxixe haviam desaparecido, [...] recobrei a razão, ou pelo menos aquilo que, na falta de outro termo, entendo como tal”³³.

Os Paraísos Artificiais de Baudelaire, como já mencionado, é uma obra descrita como monográfica pelo mesmo, e tem uma condução narrativa semelhante ao *O Clube dos Haxixins*, de Gautier: uma proximidade entre os estágios da embriaguez e o conteúdo narrado/descrito nas obras. Todavia, a natureza do texto e o tom empregado por Baudelaire diferem muito de Gautier. O objetivo reflexivo faz com que sua abordagem tenha uma faceta explicativa e analítica dos aspectos que circundam a embriaguez, característica presente ao longo de todo o texto.

A primeira parte introduz a ideia de “gosto pelo infinito” que, para Baudelaire, é inerente ao homem e explicativa de sua atração pelo estado paradisíaco de espírito, como descrito no início do presente texto. Ao mencionar as formas pelas quais, em seu tempo, optava-se alcançar este estado, o poeta explica a diretriz da reflexão presente no texto que o leitor encontrará nas páginas posteriores da obra: “hoje, falarei apenas do haxixe e falarei segundo informações numerosas e minuciosas, extratos de anotações ou de confidências de homens inteligentes que se entregaram a esta droga por longo tempo”³⁴.

Assim como Gautier, todavia, de forma mais elaborada, Baudelaire “interrompe” o curso de seu texto para um adendo informativo sobre o haxixe, sua etimologia e sua história.³⁵ Ao prosseguir, Baudelaire intenta desconstruir a estereotipada ideia de que a embriaguez por meio do haxixe expande as possibilidades do pensamento. Para o poeta, isso não ocorria, visto que “a embriaguez, em toda sua duração, será apenas, é verdade, um imenso sonho, graças à intensidade das cores e à rapidez de concepções; mas guardará sempre a tonalidade particular do indivíduo”. Baudelaire afirma que o sonho da embriaguez “governará o homem; [...] será o filho de seu pai. O ocioso esforçou-se por introduzir artificialmente o sobrenatural em sua vida e em seu pensamento; mas, após tudo e apesar da energia acidental de suas sensações, ele continua sendo o mesmo homem aumentado, o mesmo número elevado a uma altíssima potência”. Continua, em

³³ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.109.

³⁴ BAUDELAIRE. *Poema do Haxixe*, p.11.

³⁵ _____. *Poema do Haxixe*, p.12-14. A descrição parte da narrativa de Marco Polo, que menciona a lenda do Velho da Montanha, citada por Gautier, é seguida de referências aos usos do cânhamo na antiguidade, da justificativa do caráter inapropriado do cânhamo francês para fins embriagantes, ao passo que detalha os modos e variedades de consumo verdadeiramente inebriantes, provenientes do Oriente, que consistem em pratos da *Cannabis indica*. Dentre os quais está o *dawamesk*, o extrato gorduroso condimentado à moda árabe introduzido pelo doutor Moreau e adotado pelos haxixins do Clube, que o consumiam, por exemplo, numa xícara de café. Antes de voltar ao curso proposto de seu texto, também descreve outras formas de consumo do haxixe, misturado ao tabaco, por exemplo, para ser fumado, modo popular na Argélia.



tom condenatório, reiterando que o homem é subjugado por si mesmo, “pela parte já dominante dele mesmo [...]. O homem não escapará à fatalidade de seu temperamento físico e moral: o haxixe será, para as impressões e os pensamentos familiares do homem, um espelho que aumenta, mas um simples espelho”³⁶.

Feito isso, Baudelaire descreve as três fases da embriaguez do haxixe, que, mesmo apresentadas de forma mais descritiva e pouco organizadas sob nomenclaturas, aparentam ser as mesmas apontadas por Gautier: a hilaridade; a alucinação (e suas etapas), culminando no *kief*; e o suplício, a “crise definitiva e violenta” posterior a toda incursão mental e a monomania, efeito final da inibição da vontade apontado por Baudelaire, que será questão primordial para que pondere a questão moral do consumo constante de haxixe. Dentre as descrições dos estágios, cabe pontuar como sua elaboração da ideia de *kief* se assemelha à narrada por Gautier em seu conto. Escreve Baudelaire que:

[...] é um êxtase calmo e imóvel, uma resignação gloriosa. Há muito que você já não é seu mestre, mas isto não lhe causa mais aflição alguma. A dor e a ideia de tempo desapareceram ou, se às vezes ousam produzir-se, são transfiguradas pela sensação dominante e estão, assim, em relação à sua forma habitual, como a melancolia poética está para a dor positiva.³⁷

Sua reflexão final acerca do haxixe, e o que mais diferencia seu roteiro de escrita do de Gautier, é uma ponderação moral sobre os efeitos da substância para além do aspecto inebriante. A principal infração da entrega ao prazer do cânhamo indiano é a abdicação da vontade, faculdade humana que considera preciosíssima. Para melhor ilustrar, cita a situação em que Honoré de Balzac compareceu a uma reunião dos Haxixins e negou-se a provar do *dawamesk* que lhe fora oferecido, pois, para ele, não havia “para o homem vergonha maior nem sofrimento mais vivido que a abdicação de sua vontade” e a “a ideia deste desejo [pela droga e, conseqüentemente, seus efeitos] mesmo que involuntária, chocava-o vivamente”, demonstrando repugnância, além de um “amor pela dignidade”. Para Baudelaire, “é difícil imaginar o teórico da vontade, este gêmeo espiritual de Louis Lambert, consentindo em perder uma parcela desta preciosa substância”³⁸.

Mais de uma década depois de suas incursões mentais coletivas juntamente com seus convivas haxixins, Baudelaire analisa sua experiência e, mesmo que ainda expressasse certo fascínio pela droga, condena o haxixe como método de ascensão ao estado paradisíaco de espírito, assim como “todas as invenções modernas que tendem a diminuir a liberdade humana e

³⁶ _____. *Poema do Haxixe*, p.16.

³⁷ BAUDELAIRE. *Poema do Haxixe*, p. 27.

³⁸ _____. *Poema do Haxixe*, p.39.



a indispensável dor”³⁹. Ao fim, Baudelaire propõe outro meio de alcançar o paraíso, de forma não artificial e no seu devido tempo, referindo-se aos “infortunados” embriagados, aqueles que não se entregaram ao trabalho pela autoprivação de vontade a qual se submeteram. Diz que, ao contrário destes, “nós, poetas e filósofos, regeneramos nossa alma pelo trabalho sucessivo e pela contemplação; pelo exercício assíduo da vontade e pela nobreza permanente da intenção, criamos para nosso uso um jardim de beleza verdadeira”⁴⁰.

Do vinho e do haxixe, publicado nove anos antes de *Os Paraísos Artificiais*, parece um esboço das ideias que viriam a ser desenvolvidas nesta obra, seguindo, também, o percurso descritivo da embriaguez do haxixe, e adotando a argumentação condenadora do caráter abdicador de vontade da substância. Entretanto, sua maior contribuição é a comparação que promove entre o haxixe e o vinho. A primeira parte do poema em prosa louva a embriaguez do vinho, ao passo que a segunda condena a do haxixe. Para o poeta, o vinho é responsável por despertar uma solidariedade entre os homens que justifica qualquer outra mazela que possa provocar; é confortante para aquele que busca “refrescar o paladar e aquecer o estômago”⁴¹. O vinho é intimamente ligado ao homem, pois ambos “sugerem-me dois lutadores amigos que combatem incessantemente e que, incessantemente, se reconciliam. O vencido abraça sempre o vencedor”⁴², e um dos meios artificiais paradisíacos que estimula a ação. Ao passo que, para Baudelaire, o haxixe, além da abdicção da vontade, é uma droga antissocial e embota os sentidos do homem, preso em sua monomania.

Há um conceito utilizado pela crítica para caracterizar as obras citadas, que pressupõe coerência e inter-relação entre estas elas, a saber, *narrativas do haxixe*.⁴³ Ao analisar esses textos, costuma-se observar aproximações no que tange às construções das *narrativas*, como a curta extensão dos textos, o desenrolar da descrição de alucinações de forma similar ao relato de um sonho logo na manhã seguinte⁴⁴, e a presença de conteúdos utópicos, como visões de transfiguração do mundo em frações de espaço que alocam possibilidades escapistas. Estas aproximações partem do pressuposto de que o curso da alucinação, durante a embriaguez, condiciona invariavelmente esses relatos.

³⁹ _____. *Poema do Haxixe*, p.39.

⁴⁰ BAUDELAIRE. *Poema do Haxixe*, p.41.

⁴¹ _____. *Do vinho e do haxixe*, p.105.

⁴² _____. *Do vinho e do haxixe*, p.112.

⁴³ BOON, Marcus. *The Road of Excess: a history of writers on drugs*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002; BARBERET. John R. ‘Un mets nouveau’: Hashish and hashish narratives in nineteenth-century Paris. In: *French Literature Series*. Columbia, South Carolina: V. XXIX, 2002.

⁴⁴ _____. *The Road of Excess*, p.167.



Todavia, esta forma de análise lança mão de um conceito que não existiu no momento da concepção desses textos (não se faz presente em nenhuma documentação do período), e agrupa-os de forma anacrônica.⁴⁵ Pressupõe uma fixidez na elaboração de escritos sobre o haxixe, sendo que, apesar das proximidades de condução dos textos entre *Os Paraísos Artificiais* e *O Clube dos Haxixins*, são escritos de naturezas, objetivos e conclusões diferentes, publicados com consideráveis intervalos entre si, e em sua maioria fora do período de atividades do Clube, além de o poema em prosa de Baudelaire demonstrar poucas características que o encaixariam numa série organizada sob a ideia de *narrativas do haxixe*. A sua coerência partilhada talvez se dê pelo fato de caracterizarem “fatos de discurso”⁴⁶ sobre o haxixe, ocorrências discursivas que, por meio de diferentes estéticas literárias originadas nas escolhas criativas de seus autores⁴⁷, constroem uma imagem possível da substância para aquele período e aqueles homens⁴⁸, o que é central para o problema que este texto se propõe a desdobrar. Mesmo com as similitudes de condução dos escritos, que seguem o roteiro que ambos têm, em certa medida, partilhado sobre o curso da embriaguez por meio do haxixe, essa caracterização *a posteriori*, as tais *narrativas do haxixe* – que também é aplicada a escritos posteriores, como os trabalhos de Walter Benjamin sobre a substância⁴⁹ –, não faz parte do arcabouço de possibilidades dos literatos autores dos documentos selecionados e descritos aqui. Dito isto, e compreendidos alguns pontos elencados pelos escritores acerca da embriaguez por meio do haxixe, o problema acerca dos condicionantes do uso constante e da relevância da substância ao ponto de ser alçada ao nível de objeto literário impõe que se volte o olhar para a Europa e para a Paris que assistiu às atividades literárias e sediou as reuniões dos haxixins no Hotel Pimodan.

⁴⁵ “Acontece que os instrumentos conceituais [...] inadequados provocam um mal-estar no historiador e constituem algo de dramático no seu metiê: todo profissional, um dia ou outro, acaba conhecendo essa impressão de que uma palavra não se ajusta, soa falso, é confusa, de que os fatos não têm o estilo que se esperaria deles de acordo com o conceito segundo o qual foram organizados; esse mal-estar é um sinal de alarme anunciando a ameaça de um anacronismo, ou algo semelhante [...]”. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.104.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia. In: *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Volume 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p.91.

⁴⁷ Para mais a respeito do texto literário como fonte, ver: STAROBINSKI, Jean. A Literatura: o texto e seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

⁴⁸ “Sobre o Homem, sobre a beleza, uns pensaram isso e outros, em uma outra época, pensaram aquilo sobre o mesmo ponto; impossível, então, saber o que é verdadeiro!”. Isso, para o nosso autor [Michel Foucault], é inquietar-se por nada, pois, precisamente, o ponto em questão não é o mesmo de uma época para outra; e, sobre o ponto que se revela próprio a cada época, a verdade é perfeitamente explicável e não tem nada de uma flutuação indeterminada”. VEYNE. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, p.273.

⁴⁹ BARBERET. ‘Un mets nouveau’, p.83.



Aceleradas trevas cotidianas

No prefácio da obra *Contos extraordinários*, coletânea de pequenas histórias de Edgar Allan Poe traduzidas para o francês e organizada por Charles Baudelaire, este expõe brevemente sua perspectiva sobre a ideia vigente de progresso, também partilhada por Poe. Diz Baudelaire: “[...] o progresso, a grande ideia moderna, [...] êxtase de papa moscas, [...] aperfeiçoamentos do habitáculo humano de cicatrizes e abominações retangulares”⁵⁰. O século XIX foi palco de avanços tecnológico-industriais sem precedentes e de uma alteração drástica nos ambientes e no cotidiano das populações.⁵¹ Dentre alguns dos notáveis desdobramentos que figuram o cenário posterior ao vertiginoso impulso técnico do final do Setecentos e início do Oitocentos, pode-se observar o inchamento das cidades, marginalização populacional, instauração de um cenário majoritariamente industrial e entusiasmo perante os ideais de progresso. Em consonância com sua opinião supracitada, Baudelaire descreve a Paris que observava em sua época:

[...] é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa multidão doentia, que traga a poeira das fábricas, inspira partículas de algodão, que se deixa penetrar pelo alvaide, pelo mercúrio e todos os venenos usados na fabricação de obras-primas... Essa multidão se consome pelas maravilhas, as quais, não obstante, a Terra lhe deve. Sente borbulhar em suas veias um sangue púrpura e lança um olhar demorado e carregado de tristeza à luz do Sol e às sombras dos grandes parques.⁵²

Paris, uma das mais importantes capitais da Europa no período, também testemunhou, como se pode perceber, os efeitos do espírito progressista em voga no Oitocentos, assistindo a um aumento populacional decorrente da atração que a metrópole industrial provocou na população campesina.⁵³ Um quadro de miséria, subestrutura sanitária e falta de moradia, em decorrência do despreparo estrutural para a repentina hiperpopulação.⁵⁴ Em consonância com a lógica progressista, as mudanças no quadro social decorrentes da industrialização também acompanharam intervenções na paisagem. Théophile Gautier descreve os esforços do Barão de Haussmann, por meio de suas reformas estruturais na capital francesa na década de 1850.⁵⁵ Segundo o literato, a “[...] prefeitura apegada demais à linha reta e às largas vias [...] fez

⁵⁰ BAUDELAIRE apud THÉOPHILE GAUTIER. *Baudelaire*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p.45.

⁵¹ BRESCIANI, Maria S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004; STEINER, George. *No castelo do Barba Azul: notas para a redefinição da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.22-27.

⁵² BAUDELAIRE apud WALTER BENJAMIN. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010, p.73.

⁵³ Da forma descrita por Jules Michelet, que escreveu na mesma década em que os Haxixins conduziam suas reuniões embriagantes. Para mais, ver: MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

⁵⁴ BRESCIANI. *Londres e Paris no século XIX*, p.64-65.

⁵⁵ Para mais sobre as reformas haussmannianas, ver: SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 268-271.



desaparecer”⁵⁶ vielas e pequenos bairros de Paris – na ocasião em que descreve a demolição da casa onde havia nascido Baudelaire –, sem valorização do que fora erguido durante o crescimento da cidade ao longo dos séculos, erigindo em seu lugar bulevares e largas avenidas.

Para diversos intelectuais, a percepção desse novo cenário e da nova dinâmica social advinda da metrópole industrial que se tornou Paris se deu de forma negativa, como pode ser percebido pelas impressões de Baudelaire e Gautier. Uma das cidades mais presentes na literatura europeia do período⁵⁷, teve, em grande parte dos escritos dos que a retrataram, um tom acinzentado. O próprio Baudelaire, ao caracterizar o estado paradisíaco de espírito que era possível alcançar com suas imersões na embriaguez do haxixe, o vê como positivo “[...] se comparado às pesadas trevas da existência comum e cotidiana [...]”⁵⁸, à melancolia que relata decorrente de viver na *cidade luz*, em meados do Oitocentos. Para Gautier, os defensores da Indústria e do Progresso eram “despóticos inimigos de toda poesia” e, à época, o *spleen* sobre o qual esses intelectuais escreveram revelava que “o barômetro da razão moderna marca[va] tempestade”⁵⁹. Honoré de Balzac espanta-se com a rapidez que adquiriu a vida metropolitana, afirmando que “uma das peculiaridades de Paris é que realmente não se sabe como o tempo passa”, que “a vida é uma rapidez assustadora”⁶⁰. Entre receio, medo, repulsa ou decepção, a melancolia era um sentimento em voga em meio a esses e outros literatos e artistas.

Um dos efeitos decorrentes dos avanços industriais e da transmutação metropolitana, em especial na capital francesa, é a ascensão e consolidação da figura do burguês. Como um elemento importante no cenário social posterior a 1830, e de conceitualização ainda pouco definida e fluída⁶¹, o burguês foi, por vezes, considerado simplesmente como um oposto do *artiste*⁶², como fez Gustave Flaubert, um inimigo da arte, da poesia – como havia dito Gautier – e do pensamento elevado. E, assim como Paris, o burguês também foi objeto da literatura, e a dinâmica cotidiana advinda juntamente com esta nova figura se refletiu nos modos de escrita literária. Primeiramente, na condução dos enredos, com um realismo pautado em preenchimentos de narrativa com aspectos e cenários cotidianos da vida metropolitana, enquanto

⁵⁶ GAUTIER. *Baudelaire*, p. 38.

⁵⁷ BENJAMIN, Walter. Paris, a cidade no espelho: declaração de amor dos poetas e dos artistas à ‘capital do mundo’. In: *Imagens de pensamento – sobre o haxixe e outras drogas*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.57.

⁵⁸ BAUDELAIRE. *Poema do haxixe*, p.9.

⁵⁹ Théophile Gautier apud BRUM. O ópio da imaginação, p.6.

⁶⁰ Tradução livre. In: BALZAC, Honoré de. *Illusions perdues*. Paris: Gallimard, 1974, p. 208.

⁶¹ Integrante do nicho “do meio” da sociedade, num período de tensões entre a ideia de *bourgeois* e *middle class*, as concepções sobre o que era ser burguês eram pouco definidas. Ver: MORETTI, Franco. *O burguês*. Entre a história e a literatura. 1. ed. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2014, p.16-21.

⁶² “*J’appelle bourgeois quiconque pense basement*”, ou “chamo de burguês qualquer um que pense de forma rasa” (tradução livre). In: Gustave Flaubert apud DOLF OEHLER. *Quadros Parisienses: estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.12.



se racionaliza o universo da trama⁶³, em especial na prosa ficcional. Em segundo, no tom pejorativo com que o burguês apareceu em diversas narrativas, muitas de autoria de Gautier⁶⁴, Baudelaire e de seus convivas. A exemplo, este, quando opina sobre George Sand⁶⁵ em suas notas e rascunhos, compilados sob o título de *Meu coração desnudado*, escreve:

Sobre *George Sand*.

A mulher [*femme*] Sand é o Prudhomme da imoralidade.

Ela sempre foi moralista.

Só que outrora ela praticava a contra-moral.

Além disso, nunca foi artista. Ela tem o famoso estilo fácil, caro aos burgueses.

Ela é tola, ela é pesada, ela é tagarela. Ela tem, em termos de ideias morais, a mesma profundidade de julgamento e a mesma delicadeza de sentimento dos porteiros e das mulheres manteúdas.

O que diz sobre a sua mãe.

O que diz sobre a poesia.

Seu amor pelos operários.

Que alguns homens tenham podido se enrabichar por essa latrina constitui-se na perfeita prova da degradação dos homens deste século.⁶⁶

A imagem literária do burguês, acompanhada de tamanha carga pejorativa vinda destes intelectuais, ao que parece atesta um pouco mais o descontentamento perante a nova conjuntura que passaram a experimentar e vieram a expressar em suas obras.

Neste mesmo contexto há o surgimento de uma literatura “séria”, ou *genre sérieux*⁶⁷, definida como inclinada mais à tragédia do que à comédia, que sugeria algo sombrio, frio, impassível, carregado de negatividade, condizente com a atmosfera observada por aqueles produtores de literatura – e arte em geral⁶⁸ –, no período em que Paris e seus burgueses passaram a tomar as páginas de Baudelaire, Gautier, Balzac, Flaubert, dentre outros, e as telas de nomes como Gustave Caillebotte. A partir disso, também podemos compreender um pouco melhor o culto da beleza do mórbido e do sombrio, a proposição central de *As flores do mal* de Baudelaire.

Alterou-se o cotidiano como um todo além de sua paisagem, provocando repercussões na produção artística e literária assim como nas relações sociais. Com a acrescida velocidade metropolitana percebida e receada por Balzac, produz-se um ajustamento da personalidade do habitante da grande cidade aos novos estímulos, forças e dinâmica exterior, advindos da

⁶³ MORETTI. *O burguês*, p.88-89.

⁶⁴ SUMICHRAS, S. C. de. Théophile Gautier: the man and his works. In: GAUTIER, Théophile. *Mademoiselle de Maupin*. The Complete Works, vol. 1. London: The Athenaeum Press, s/ ano, p.7-27.

⁶⁵ Pseudônimo da romancista francesa Amantine Lucile Dupin, nascida em 1804 e falecida em 1876.

⁶⁶ BAUDELAIRE, Charles. *Meu coração desnudado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.52-53.

⁶⁷ MORETTI. *O burguês*, p.78-80.

⁶⁸ MORETTI. *O burguês*, p.78-80. Franco Moretti exemplifica, em sua análise da literatura “séria”, através de um óleo sobre a tela de Gustave Caillebotte e de uma perspectiva de Baudelaire, que “todos os [...] tipos [burgueses denotados] estão ‘acompanhando um ou outro funeral’”.



conjuntura industrial e progressista que moldou e caracterizou a metrópole moderna.⁶⁹ Ao homem metropolitano, atribui-se a atitude *blasé*, caracterizada, segundo George Simmel⁷⁰, pela “intensificação dos estímulos nervosos, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores”, fazendo com que, na “rápida convergência de imagens em mudança, a descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões súbitas” constituem a dita atitude, que resulta em inúmeros estímulos contrastantes que fazem com que os nervos do indivíduo da metrópole não disponham de “tempo para recuperar a força” e, assim, ficam incapacitados de “reagir a novas sensações com a energia apropriada”⁷¹.

Para Simmel, “a intelectualidade [...] se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana”, resultando numa apatia dos sentidos e das reações, que caracteriza a atitude *blasé* e a postura de vida cotidiana na metrópole. Anestesiando-se a percepção cotidiana, escasseiam-se as possibilidades de relação social, ao passo que o fluxo de pessoas caracteriza em larga medida uma massa de indivíduos inconscientes sobre o outro e sobre o mundo que o rodeia⁷², e os grupos de sociabilidade se restringem a um pequeno contingente de pessoas. A brevidade e escassez dos contatos inter-humanos conferidos ao homem metropolitano, mesmo que apontada por Simmel como fomentadora de focos e liberdades pessoais, caracteriza uma apatia social que é parte dos desdobramentos negativos das transformações metropolitanas e das ideias em voga condenadas pelos intelectuais, os homens sensíveis⁷³ da época, que mergulharam no consumo do haxixe. Para Baudelaire e sua visão de *flâneur*⁷⁴, imergir na multidão significava estar só:

Multidão, solidão: termos iguais e conversíveis pelo poeta ativo e fecundo. Quem não sabe povoar sua solidão também não sabe estar só no meio de uma multidão ocupadíssima. [...] O passear solitário e pensativo goza de uma

⁶⁹ SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976, p.15-16.

⁷⁰ Sociólogo e intelectual alemão, que escreveu sobre a metrópole em princípios do século XX.

⁷¹ SIMMEL. A Metrópole e a Vida Mental, p.15-16.

⁷² Como o cenário descrito por Edgar Allan Poe no conto “The Man of the Crowd”, ou “O homem da multidão”, no qual o protagonista é um personagem atipicamente observador, um *flâneur* que contempla a metrópole e destoa da figura metropolitana comum, a quem Simmel atribui a atitude *blasé*. Ver: POE, Edgar Allan. *The Complete Tales and Poems of Edgar Allan Poe*. New York: Barnes & Noble, 2007, p.357-363.

⁷³ BAUDELAIRE. *Poema do haxixe*, p. 31.

⁷⁴ A prática da *flânerie* é descrita por Walter Benjamin como a andança observadora do intelectual ‘fisiólogo’ pela metrópole, prática que é descrita como solitária e pessoal por Baudelaire e caracterizada ficcionalmente da mesma forma por Poe. Benjamin diz que Baudelaire amava a solidão, mas a almejava na multidão, onde a solidão era iminente, mas a contemplação era o que o diferenciava, conforme exercia sua *flânerie*. Ainda afirma que, segundo Georg Simmel, a visão como fator pioneiro na construção de uma concepção, fazia com que as impressões passadas nas fisiologias fossem deveras particulares, originárias de uma inquietação peculiar. E eram transmitidas de forma escrita, de efeito bem diferente no receptor (leitor), em relação ao captado pelo autor pela sua visão. Para mais, ver: BENJAMIN. *Charles Baudelaire*, p.33-65.



singular embriaguez desta comunhão universal. Aquele que desposa a massa e conhece os prazeres febris dos quais serão eternamente privados o egoísta, fechado como um cofre, e o preguiçoso, ensimesmado como um molusco. Ele adota como suas todas as profissões, todas as alegrias, todas as misérias que as circunstâncias lhe apresentem.⁷⁵

Neste contexto, destaca-se também o dandismo. Tanto Baudelaire quanto Balzac se identificaram com a postura do dândi, aquele que por meio da toailete⁷⁶ e da elegância material almejava distinção social; um culto de si mesmo, permeado de orgulho, que foi, também, objeto da escrita de ambos os poetas. O primeiro descreve os dândis como aqueles:

dotados do mesmo caráter de oposição e de revolta; são todos representantes do que há de melhor no orgulho humano, dessa necessidade bastante rara nos homens de hoje, de combater e destruir a trivialidade. Vem daí, nos dândis, essa atitude ativa de casta provocadora, até mesmo em sua frieza.⁷⁷

Balzac vai mais além, ao situar o abismo entre a figura do dândi e o homem comum, parte da trivialidade a ser combatida, apontada por Baudelaire. Ao dividir a sociedade de sua época em dois nichos, o ocupado e o ocioso, o poeta afirma que “o tema da vida ocupada não tem variantes. Ao ocupar as mãos, o homem abdica de todo um destino; ele se torna um meio e, apesar de toda a nossa filantropia, apenas os produtos de seu trabalho se tornam mercedores de nossa admiração”. Ainda questiona se tal pensamento constitui alguma forma de injustiça, ao que responde negativamente, argumentando que os homens “arregimentados para o trabalho são todos produzidos da mesma forma e não tem nada de individual. O homem-instrumento é uma espécie de zero social: ainda que os zeros sejam muitos, nunca chegarão a formar um número inteiro se não forem precedidos de um algarismo significativo”⁷⁸. Para Baudelaire, a distinção almejada pelo estilo de vida do dândi se origina “do desejo de não pertencer à classe sofrida e humilhada”⁷⁹. O poeta valorizava “os princípios segundo os quais se conduzem e vivem as pessoas que têm talento, poder e dinheiro [pois] não se assemelharão jamais aos da vida vulgar”⁸⁰. Essa postura distintiva cultuada por ambos e a aversão às trivialidades, às “trevas cotidianas”, e

⁷⁵ BAUDELAIRE, Charles. “As multidões”. In: *Pequenos poemas em prosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009, p.67-69.

⁷⁶ Aqui, o sentido de toailete condiz com a definição francesa e não o aportuguesamento da expressão. Como aponta Tomaz Tadeu, *toailete* refere-se ao conjunto de peças de vestuário, enfeites, cosméticos e outros recursos dos quais se lança mão visando cultivo e manutenção de certa aparência. In: BALZAC, Honoré de; BAUDELAIRE, Charles; D’AUREVILLY, Barbey. *Manual do dândi: a vida com estilo*. Organização de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.8-9.

⁷⁷ BAUDELAIRE, Charles. O dândi. In: BALZAC, Honoré de; BAUDELAIRE, Charles; D’AUREVILLY, Barbey. *Manual do dândi: a vida com estilo*. Organização de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.16-17.

⁷⁸ BALZAC, Honoré de. Tratado da vida elegante. In: BALZAC, Honoré de; BAUDELAIRE, Charles; D’AUREVILLY, Barbey. *Manual do dândi: a vida com estilo*. Organização de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.26.

⁷⁹ _____. Tratado da vida elegante, p. 35.

⁸⁰ _____. Tratado da vida elegante, p. 37.



ao homem comum, àquele que se ocupa da labuta fabril e dos pequenos ofícios, podem servir como mais uma amostra do descontentamento destes intelectuais com o mundo de sua época.

A ideia de trevas cotidianas de Baudelaire remete-nos a uma falta de estímulos externos, de interesse pelo mundo circundante, decorrente de uma Paris acinzentada que se formou diante olhos dos intelectuais de sua época. O inferno urbano em consolidação assediava a imaginação e as necessidades de estímulo da intelectualidade do Oitocentos.⁸¹ Há o célebre manifesto de Théophile Gautier, “antes a barbárie que o tédio [ennui]!”⁸². Este *ennui*, para a época, consistia num sentimento de impotência diante da reação política e do domínio filisteu, e um clamor por novas cores, novas formas, novas possibilidades de descobertas nervosas, colocados contra as morosas conveniências das maneiras burguesas da sociedade progressista⁸³, ideia empregada pelo próprio Gautier, e de uma carga melancólica que também é extremamente visível e motivada pelas mesmas razões, nos escritos de Baudelaire.⁸⁴ A conjuntura de busca extremada pelo progresso e pelos avanços técnico-econômicos, em paralelo a um certo imobilismo social, provocou na classe artística e intelectual reações e posturas destrutivas.⁸⁵ Assim, talvez possamos compreender o apego às formas ditas “destrutivas”⁸⁶ de obtenção de estímulos, as substâncias inebriantes, já que se pensava improvável encontrar qualquer fonte de novas sensibilidades na metrópole acinzentada. Neste panorama de carência de sensações e perspectivas diferenciadas em relação ao que era possível se extrair da sociedade materialista e permeada pelo ideário de progresso, surge Jacques-Joseph Moreau, psiquiatra que, após uma viagem ao Egito, deu início a pesquisas e experimentações com haxixe, substância com a qual entrou em contato na dita viagem, visando utilizá-la no tratamento das doenças mentais, que tanto preocupavam a medicina do período. Para além de sua atuação médica, Moreau, como mencionado, apresentou o haxixe ao grupo de literatos que se organizou no que veio a ser conhecido como o Clube dos Haxixins.

O interesse pelo Oriente

⁸¹ STEINER. *No castelo do Barba Azul*, p. 29.

⁸² No original, “*plutôt la barbarie que l’ennui!*”. Théophile Gautier apud _____. *No castelo do Barba Azul*, p. 21.

⁸³ STEINER. *No castelo do Barba Azul*, p. 31.

⁸⁴ “A melancolia foi companheira íntima de Baudelaire”. Ver: STAROBINSKI, Jean. *A Melancolia diante do Espelho: três leituras de Baudelaire*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

⁸⁵ _____. *No castelo do Barba Azul*, p. 30.

⁸⁶ As concepções sobre as consequências nocivas, em especial no âmbito biológico, do haxixe surgiram *a posteriori*; em *Os Paraísos Artificiais*, Baudelaire descreve todos os prazeres e fases de embriaguez, partindo de experiência pessoal e depoimentos de convivas, para, apenas ao fim da “monografia”, ponderar sobre a questão moral envolvendo o consumo da *Cannabis indica*, tendo em vista seus efeitos nocivos a longo prazo. É uma reflexão realizada mais de uma década depois do fim das reuniões do Clube, e de difícil assumpção no que tange sua possível voga durante o período em que o mesmo frequentava as congregações ébrias no Pimodan. In: BAUDELAIRE. Poema do haxixe, p.38-41.



[...] as pessoas que me viram sair de casa à hora em que os simples mortais tomam a sua refeição não suspeitavam que eu me encaminhava para a ilha Saint-Louis [...] para degustar uma iguaria que serviu – há muitos séculos atrás – a um xeque impostor para excitar e induzir os iluminados ao assassinato. Nada no meu traje perfeitamente burguês faria supor um tal excesso de orientalismo; eu parecia mais um sobrinho que vai jantar na casa da sua velha tia do que um crente prestes a saborear as alegrias do céu de Maomé na companhia de doze árabes que não podiam ser mais franceses.⁸⁷

As reuniões e o consumo do haxixe, segundo as descrições dos autores que fizeram parte do Clube, sobretudo a de Gautier, eram envoltas por uma atmosfera oriental. E tal orientalismo não se restringiu aos escritos sobre o Hotel Pimodan e o cânhamo indiano; era uma tópica discursiva que refletia um interesse sistemático dos intelectuais europeus oitocentistas, especialmente franceses e ingleses⁸⁸, pelo Oriente, interesse que pode ser observado em seus destinos de viagens e na literatura que produziram.

Assim como Jacques-Joseph Moreau, Gérard de Nerval e Alexandre Dumas, Gautier e tantos outros foram viajantes que visitaram destinos e tomaram contato com a cultura que denominavam oriental, o Egito foi um dos destinos mais visitados – foi de lá que Moreau trouxe a variedade e as maneiras de consumo do haxixe e foi lá que Nerval ambientou um importante conto, no qual trata justamente do haxixe. Nerval viajou entre várias cidades egípcias e Istambul, deslocamento que deu origem à sua obra *Voyage en Orient*⁸⁹. Além de um relato descritivo de viagem, Nerval, como já mencionado, constrói narrativas baseadas em contos e lendas orientais, a exemplo de *Histoire du Calife Hakem*⁹⁰. Além de descrever um califado egípcio, que dominou a região do Cairo até o século XI, conta a história do jovem califa que, pela tenra idade, deixa as incumbências de governo a seu vizir e percorre disfarçado o califado nas noites, até que se depara com sabeus que o convencem a experimentar “a pasta esverdeada” que “contém o paraíso prometido por seu profeta”⁹¹. A substância o induz ao estado de onipotência, a divindade que descreve Baudelaire, e o faz despertar novamente o desejo de se casar com sua irmã, questão que, aliada à embriaguez e ao dito estado induzido pelo haxixe, constrói a narrativa. A preocupação de Nerval em abordar contos orientais, especialmente este que tange à questão do delírio do haxixe e da sua influência sobre as sensibilidades, a assiduidade com que menciona as diversas leituras relacionadas à tópica oriental, que fez durante o período em que esteve no Cairo, e a numerosa

⁸⁷ GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p. 86. O “xeque impostor” e os “iluminados assassinos” são referências à lenda do Velho da Montanha e à etimologia do termo assassino, derivada de haxixin, proposta por Silvestre de Sacy.

⁸⁸ SAID. *Orientalismo*, p.27-29.

⁸⁹ _____. *Orientalismo*, p.149. Said atribui a Nerval, assim como a Gautier, uma contribuição significativa para a construção do discurso orientalista do Oitocentos.

⁹⁰ *História do califa Hakem*, em tradução livre. In: NERVAL. *Voyage en orient*, p.59-105.

⁹¹ _____. *Voyage en orient*, p. 61.



quantidade de páginas que produziu acerca de tal viagem são alguns exemplos do interesse suscitado pelo Oriente no literato.

Dumas também foi um assíduo viajante, algo perceptível no conhecimento com que detalha diversos cenários e ambientações de suas narrativas. O Oriente e o haxixe são usados por ele para construir determinadas atmosferas e permear seus romances por certo exotismo, como faz em *O Conde de Monte Cristo*. Numa dada altura da narrativa⁹², o protagonista Edmond Dantès, sob o nome de marinheiro Sinbad, oferece uma substância ao Barão Franz D'Épinay. Conta-lhe das possibilidades de alcance da felicidade, independente da natureza de apego terreno do indivíduo – se é um homem do dinheiro, um poeta sensível e de imaginação, um homem que anseia grandeza na terra –, e a história do Velho da Montanha, conhecida de D'Épinay, assim como a identidade da substância, o haxixe. Para Dantès, o responsável pela porção de substância que tem em mãos, vinda da Alexandria, merecia ser chamado de “fornecedor da felicidade”. Após ambos ingerirem-na, foi providenciado um café no aposento em que se encontravam para que desfrutassem dos efeitos da embriaguez. D'Épinay manifesta-se a favor de consumir o café “à turca”, ao que Dantès responde:

E tem razão! – exclamou o anfitrião – Isso mostra que tende a uma vida oriental. Ah, os Orientais; são os únicos homens que sabem viver! Quanto a mim – acrescentou, com um dos seus sorrisos singulares que não escapavam ao jovem –, quando tiver concluído meus negócios em Paris, devo ir morrer no Oriente; caso queira me encontrar novamente, deverá me procurar no Cairo, em Bagdá ou a Ispahan.⁹³

Percebemos o valor atribuído por Dumas ao Oriente por meio de sua personagem, em uma de suas mais célebres narrativas. Como um dos elementos orientais desta atmosfera construída na passagem do romance – em coerência à tradição de consumo que Dumas e seus convivas seguiam no Hotel Pimodan –, o haxixe é caprichosamente inserido n' *O Conde de Monte Cristo*.

No Clube dos Haxixins era também possível ouvir os ecos do Oriente. Desde o consumo do haxixe à moda árabe, o *dawamesk*, descrito cuidadosamente tanto por Gautier quanto por Baudelaire, até a ornamentação do aposento no Pimodan – a porcelana japonesa na qual se bebia café “à maneira árabe”⁹⁴, logo após a ingestão do confeito de cânhamo indiano, e as louças usadas nas refeições que ocorriam logo em seguida ao café⁹⁵, nas quais “a China, o Japão e a Saxônia

⁹² DUMAS. *The Count of Monte Cristo*, p.117-119.

⁹³ DUMAS. *The Count of Monte Cristo*, p. 118. Tradução livre.

⁹⁴ GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p.84.

⁹⁵ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.88. Uma inversão de hábitos alimentares incomum, segundo o autor.



estavam presentes com amostras de seus mais belos materiais e de suas mais ricas cores”⁹⁶. Gautier descreve também como os haxixins vestiam-se durante as reuniões, convivas “cabeludos, bigodudos ou tosquiados de modo singular, brandindo adagas do século XVI, punhais malaios, facas espanholas, curvados sobre seus pratos aos quais os reflexos das luzes bruxuleantes emprestavam aparências suspeitas”⁹⁷. Para Baudelaire, o consumo de haxixe no Hotel Pimodan fazia ressoar suas raízes orientais, tanto pela forma de consumo representada pelo *dawamesk*, que envolve um preparo quase cerimonial, quanto pela relação que faz entre de seus efeitos embriagantes e a subjugação da vontade, a qual o Velho da Montanha submetia seus assassinos.

Esta amostra de culto ao Oriente, numa época em que seu exotismo e suas lendas integravam as tópicas de interesse de intelectuais e literatos, como é possível perceber, também, nas obras supracitadas de Dumas e de Nerval, fazem pensar num fator além da mera busca por sensações numa época de trevas cotidianas. Num período em que o ópio era a substância mais difundida no gosto de indivíduos que consumiam substâncias psicotrópicas – inclusive Gautier e Baudelaire, mesmo que este omita a informação em todo *Os Paraísos Artificiais*, inclusive na parte referente a tal substância –, a “seita”⁹⁸ dos haxixins parisienses aparenta refletir influências de um interesse sistemático pelo Oriente, como sua particularidade. Este interesse, que foi motivador de viagens, estudos, produções discursivas em formato ficcional e de apelo verídico, e que pode ser percebido nas obras de membros do Clube dos Haxixins, permeia diversos elementos envolvidos na “seita”, e, principalmente, as formas de consumo da *Cannabis indica* por esses indivíduos. Por mais que as origens do ópio remontem à China⁹⁹, a substância nunca demonstrou traços tradicionais ou mitológicos como o haxixe, além de ter tomado o gosto dos homens comuns, o que, de certa forma, faz clara a impossibilidade de ter sido uma substância de alguma forma cultuada da mesma forma por eruditos no período.

Considerações finais

A congregação iniciada com a apresentação do haxixe por parte do doutor Moreau aos literatos, e idealizada por Théophile Gautier, transpôs sua inicial finalidade dupla de recreação

⁹⁶ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.87.

⁹⁷ GAUTIER. *O Clube dos Haxixins*, p.87-88.

⁹⁸ _____. *O Clube dos Haxixins*, p.86.

⁹⁹ Por meio das relações e fluxos comerciais, principalmente os conduzidos por ingleses, portugueses e holandeses. Ver: BLANCHARD, Sean; ATHA, Matthew J. *Indian Hemp and the Dope Fiends of Old England: a sociopolitical history of cannabis and the British Empire (1840-1928)*.

Disponível em: <http://www.cifas.us/sites/cifas.drupalgardens.com/files/Blanchard1.pdf>. Acesso em: Dezembro de 2014.



curiosa aliada à pesquisa psiquiátrica, para se constituir num ambiente de apreciação de novas sensibilidades que, de outra forma, aparentavam inalcançáveis por qualquer nuance ou possibilidades do mundo de então. O “acinzentamento” de Paris, decorrente do número elevado de fábricas e de pessoas atraídas pela possibilidade de trabalho e munidas de uma mentalidade progressista e materialista, acabaram por compor uma legião de miseráveis, doentes e pedintes, numa cidade sanitariamente precária e desestruturada, configurando, aos olhos dos eruditos, um quadro extremamente negativo. A *cidade luz* oitocentista serviu de objeto e cenário para diversas manifestações literárias, que também expressaram a melancolia decorrente de tais desdobramentos da capital francesa. Observa-se na poesia de Baudelaire e seu “tão pouco gosto pelo mundo vivo”¹⁰⁰, sua desesperança e o *spleen* melancólico perante seu tempo. Percebe-se a repulsa de Gautier aos filisteus idealistas do progresso, sua predileção pela barbárie à inércia intelectual, imposta pela dinâmica de sua época, para escapar do repulsivo *ennui*, a tediosa impotência e falta de possibilidades sensitivas. Na obra de Balzac, constata-se seu desprezo pelo homem comum subjugado à vida de trabalho e seu receio pela aceleração da vida que testemunhava. Por meio de seus escritos, estes e outros intelectuais se mostraram extremamente críticos do que presenciavam à sua volta.

Consoante a isso, percebe-se o sistemático interesse pelo Oriente, que suscitou toda uma influência discursiva que se refletiu na produção literária de diversos indivíduos, dentre eles os haxixins. Tal interesse se reflete em sua produção sobre o haxixe e o que vivenciaram nas reuniões do Pimodan: a atmosfera, a decoração, as formas de consumo do confeito árabe do cânhamo indiano, do café e a condução de refeições, as formas com que se portavam, se vestiam, etc. Uma “seita” de haxixins em consonância com a imagem do Oriente que cultuavam. O haxixe, talvez, possa ser tomado como extremamente associado ao orientalismo: ilustrado nas supracitadas formas de consumo, juntamente com sua influência nas trajetórias individuais dos haxixins, tendo sido alçado ao patamar de objeto literário, a substância tenha se mostrado um recurso narrativo plausível ou um tópico necessário quando escreviam sobre aspectos do Oriente, ornamentando ou ambientando sua prosa ficcional nesse âmbito, o que é perceptível tanto na obra de Dumas quanto no trabalho de Nerval.

Sendo assim, a questão dos condicionantes do uso sistemático de haxixe pelos literatos reunidos sob a égide do Clube dos Haxixins se explique por duas vias: a necessidade de novas sensações e possibilidades intelectuais, de impossível obtenção por conta dos desdobramentos da conjuntura progressista e industrial a qual Paris assistia, que os lançou numa marcante melancolia muito presente em seus escritos, e condicionou as experiências com o cânhamo indiano como

¹⁰⁰ BAUDELAIRE. “(Dedicatória) A J. G. F.” In: *Os Paraísos Artificiais*, p.7.



catárticas; e o interesse orientalista que pode ter sido um fator a consolidar a congregação periódica dos intelectuais em torno do haxixe, nos moldes e atmosfera de ambientação oriental coerente às tópicas de fascínio pelo Oriente presentes no pensamento e literatura da época, a sanarem uma curiosidade, imergirem numa experiência psicológica e intelectual a ser descoberta e explorada, e auxiliarem no interesse e nas experimentações psiquiátricas de Moreau. Tais aspectos podem ser tomados como fomentadores do interesse assíduo pelo estado de espírito possibilitado pela substância apresentada pelo doutor. Uma possível maneira de escape da conjuntura cinzenta da Paris industrial, que transpôs impeditivos morais, ao menos durante os anos de existência do Clube, e mostrou-se presente nas trajetórias literárias e intelectuais de muitos dos adeptos integrantes reunidos mensalmente no Hotel Pimodan a fim de consumirem a “pasta verde”.



Alexandre Koyré e o Círculo de Viena: o pensamento em debate

Alexandre Koyré and the Vienna Circle: the thought in debate

Hallhane Machado

Mestre em História

Universidade Federal de Goiás

hallhane@gmail.com

Recebido: 08/06/216

Aprovado: 05/07/2016

RESUMO:

Alexandre Koyré (1862- 1964) foi um historiador filósofo que, como muitos outros autores, reconheceu o apego a uma convicção. A ideia da unidade do pensamento humano "particularmente em suas formas mais elevadas" - ciência, filosofia e teologia - foi uma convicção afirmada constantemente nas obras koyreanas. Esse artigo tem como objetivo demonstrar como uma análise do movimento filosófico neopositivista da primeira metade do século XX pode lançar luzes na compreensão dessa insistência, permitindo-nos com isso aprofundar um pouco mais no entendimento das implicações da própria ideia em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Alexandre Koyré, unidade do pensamento, Círculo de Viena.

ABSTRACT:

Alexandre Koyré (1862- 1964) was a philosopher historian, like many other authors, acknowledged attachment to a conviction. The idea of the unity of human thought "particularly in its higher forms" - science, philosophy and theology - had constantly affirmed a conviction in koyreanas works. This article aims to demonstrate how an analysis of the philosophical movement neo-positivist the first half of the twentieth century can shed light on the understanding of that insistence, thereby allowing us to dig a little deeper in understanding the implications of the idea itself in question.

KEYWORDS: Alexandre Koyré, unity of thought, Vienna Circle.



Introdução

Constantemente, ao discorrermos sobre epistemologia, filosofia e história das ciências no amplo cenário intelectual europeu da primeira metade de século XX, elencamos diferentes perspectivas e traçamos linhas divisórias entre diversos “estilos de pensamento”. Mas, historicamente, um contexto intelectual se situa em um complexo de relações com outros, embora, muitas vezes, sejam bastante diferentes. Por vezes, nos estudos posteriores, tal complexo é ignorado. Ainda assim, ao nos aproximarmos das discussões do período em questão, ao atentarmos para os interlocutores em jogo, damos-nos conta de que uma perspectiva filosófica nunca se encontra isolada. As análises do presente artigo tomam, como foco, um terreno pouco conhecido; o dos diálogos entre duas posturas filosóficas bem distintas, a saber, a de um estudioso da história do pensamento - muito apontado nas várias caracterizações da perspectiva histórico-epistemológica francesa, e a postura de um grupo filosófico austríaco - representante de uma perspectiva lógico-empírica. Começamos, então, com as concepções do historiador francês de origem russa.

Como se sabe, a concepção de Alexandre Koyré acerca da unidade do pensamento é, como o próprio autor diz, uma “convicção”, que foi “transformada em princípio de pesquisa”¹. Assim, através dela podemos entender uma parte considerável de seu percurso intelectual, como sua ininterrupta ligação com a sessão de “Ciências Religiosas da Escola Prática de Altos Estudos” (EPHE), e um aspecto marcante de suas obras. E é aqui que sublinhamos sua originalidade ao esboçar um novo método de análise para a história das ciências. Koyré é comumente destacado por distanciar-se da narrativa histórica tradicional², tornando-se responsável por uma vertente historiográfica preocupada com o enquadramento das teorias científicas em um sistema de ideias, planos de pensamento, pertencente a cada período histórico.

No entanto, ao voltarmos nosso olhar para o que antecede esse desdobramento do método koyreano, vislumbramos ainda mais a singularidade do nosso autor ao compará-lo com outros contemporâneos que não se lançaram propriamente à análise histórica. Ora, o que está pressuposto ali é, poder-se-ia dizer, uma ideia do que seria o próprio pensamento, ou pelo menos, uma característica intrínseca a ele.

¹ KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 10.

² Trata-se, sobretudo, da tradição positivista, o “espectro” - como denomina Gérard Jorland - que assombrava a história, filosofia das ciências e a epistemologia desde o início do século XX, portanto, tradição contemporânea a Koyré (1892- 1964). Cf. JORLAND, Gerard. *La Science dans la philosophie*. Paris: Gallimard, 1981, p. 27.



A concepção de pensamento de Alexandre Koyré

Para Koyré, o pensamento é uma atividade, é um esforço de intelecção do real. É, como nos afirma em 1933, um esforço que se situa no domínio do abstrato. Mas, discorrendo sobre o pensamento, Koyré também nos diz: “Não se trata nem de idealismo, nem de empirismo”³. Pois, “é apenas o dado sensível que lhe permite [a razão]⁴ construir seus conceitos, com os quais, produzindo-os, hipostatizando-os e os reintroduzindo no real, ela reconstrói ou, antes, constrói o universo”⁵. O pensamento, portanto, para Koyré, é uma construção histórico- conceitual da realidade. É um esforço do espírito de interpretação do real. Enfim, ele é “dinamismo e movimento”⁶. Dinamismo, pois não é engessado pela adequação às leis da lógica, nem às normas do empirismo puro, nem aos devaneios da especulação bruta. Movimento, pois ele possui um compromisso essencial, a intelecção do real, e, por ela, ele caminha.⁷ Entende-se, assim, porque Koyré insiste em afirmar seu interesse pelo “andamento do pensamento”. Em seus *Estudos Galilaicos*, ele declara:

E então? Galileu formulou ou não formulou – ou, pelo menos, supôs – o princípio de inércia? Dilema demasiadamente simples, em nossa opinião – a realidade histórica é mais complexa, mais matizada, mais rica –, dilema que, ainda para mais, deixa escapar o único problema verdadeiramente instrutivo e interessante: o de saber por que é que, na sua luta pela matematização do real, Galileu não chegou a estabelecer, pelo menos expressamente (isto nem o próprio Cassirer poderia negar), o tal princípio de inércia que os seus sucessores e discípulos adotaram, dizendo-nos tão facilmente. Pois não se trata só de verificar um fato: é preciso compreendê-lo. E para tanto, há que estudar mesmo o pensamento real do grande florentino.

É justamente isso que nos propomos empreender [...] Daí que citemos abundantemente, pois não são os resultados mas o próprio *andamento do pensamento* galilaico que aqui nos interessa.⁸

Dinamismo e movimento: eis a caracterização koyreana do pensamento. Mas, além disso, Koyré lança outra afirmação, para ele, elementar. Tal esforço do espírito não é isolado em um

³ Minha tradução. No original: “il ne s’agit ni d’empirisme ni d’idealisme.” Cf. KOYRÉ, Alexandre. “Resenha de.” [MEYERSON, Émile. *Du cheminement de la pensée*. Paris: Alcan, 1931.] In: *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*. Paris, 30, n. 5-6, 1933, p. 652.

⁴ Minha especificação.

⁵ Minha tradução. No original: “c’est le donné sensible seul qui lui permet de construire ses concepts, avec lesquels, les réalisant, les hypostasiant et les réintroduisant dans le réel, elle reconstruit ou plutôt construit l’univers.” Cf. KOYRÉ, Alexandre. “Resenha de.” [MEYERSON, Émile. *Du cheminement de la pensée*. Paris: Alcan, 1931.] In: *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*. Paris, 30, n. 5-6, 1933, p. 652.

⁶ KOYRÉ, Alexandre. “Resenha de.” [MEYERSON, Émile. *Du cheminement de la pensée*. Paris: Alcan, 1931.] In: *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*. Paris, 30, n. 5-6, 1933, p. 648.

⁷ _____ . “Resenha de.” [MEYERSON, Émile. *Du cheminement de la pensée*, p. 651.

⁸ KOYRÉ, Alexandre. *Estudos Galilaicos*. Trad. Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p. 262.



domínio específico, como a ciência, por exemplo. Quando o pensamento científico entra em ação, assevera Koyré, ele gera um movimento de outros domínios do pensamento – nosso autor destaca o filosófico e o religioso – os quais o influencia na produção de seus resultados – o conhecimento de seu objeto. Isso porque, tais domínios, para ele, compartilham da mesma preocupação: a intelecção da realidade. Eis aí a unidade do pensamento. Em uma conferência pronunciada em Boston, no ano de 1954, Koyré nos fornece alguns exemplos, como a influência da concepção da harmonia do mundo na elaboração da teoria heliocêntrica, a ideia da imutabilidade divina na afirmação newtoniana da conservação do movimento, o realismo matemático como fonte da física dos campos de Einstein. Donde infere: Einstein foi tão bom filósofo quanto físico.⁹

Percebe-se aí também como a história propicia um terreno particularmente profícuo para o desenvolvimento e afirmação da tese koyreana. Ao movimentarmos nosso olhar para o passado- recente ou remoto, e não para um ponto fixo, como as teorias científicas já acabadas, podemos perceber o pensamento em ação, tornando possível a análise de suas construções. Diferentemente da lógica, por exemplo, a história abre ao pesquisador a possibilidade de investigar seu objeto em seu lugar natural: o movimento, o devir. De fato, apenas ela nos permite uma análise do que seria a essência do pensamento para Koyré.

Entretanto, quando Koyré afirma sua concepção da interligação dos vários domínios do pensamento, já se passaram duas décadas desde que começou a se dedicar aos estudos sobre a história do pensamento científico.¹⁰ O resultado desse trabalho foi uma vasta produção de livros, artigos e conferências, produção voltada para o pensamento científico moderno em atividade, ou, melhor dizendo, para a Revolução Científica do século XVII. Duas décadas afirmando obstinadamente a unidade do pensamento humano.

A insistência de Koyré pode ser compreendida quando nos atentamos para o contexto intelectual do século XX. A interpretação positivista apregoava a separação entre ciência e filosofia - metafísica - sobretudo como marca da evolução intelectual da humanidade. Momento em que a razão humana pôde começar a instalar-se definitivamente ao firmar a base do conhecimento apenas no dado observável. Momento em que despontava a cura do espírito humano da "doença crônica" que constituiria o estado metafísico, e agora "todas as pessoas cultas repetem, desde Bacon, que não há conhecimentos reais para lá dos que se baseiam em fatos

⁹ KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Filosófico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Brasília: Ed. UnB, 2011, p. 276.

¹⁰ A historiografia aponta como marco inicial de tais estudos a tradução (francesa) e comentários do livro de Nicolau Copérnico, *Das revoluções dos orbes celestes*, publicado em 1934.



observados"¹¹. Entendia-se que ao homem não caberia buscar a origem e a destinação de todas as coisas - tendência característica das especulações metafísicas - mas descobrir as leis que governam todos os fenômenos.

Entretanto, a partir da década de 20, outro movimento filosófico começava a se formar, reconhecido por alguns historiadores, como Mélika Quelbani, como o mais importante do período entre as duas grandes guerras: o Círculo de Viena. Em 1929, ele se fazia conhecido com a publicação de seu manifesto, intitulado “A concepção científica do mundo”, e posteriormente, com a realização de congressos internacionais em diferentes cidades como Paris (1935 e 1937), Copenhague (1936), Cambridge/Inglaterra- (1938) e Cambridge/EUA (1939), onde participaram filósofos e especialistas de mais de vinte países. Todavia, apesar da denominação comum, consideravam o positivismo de Comte como uma espécie de metafísica¹² e acreditavam que ainda se fazia necessário “remover do caminho o entulho metafísico e teologizante dos séculos”¹³ que assombrava o cenário científico, o único onde era possível a construção de um conhecimento legítimo. Certamente, assim como Koyré, as questões relativas ao pensamento – o científico – compunham as preocupações dos integrantes do Movimento austríaco. Na verdade, mais especificamente, preocupavam-se com os caminhos adequados que se deveria seguir para a construção do edifício do saber.¹⁴

A postura filosófica do Círculo de Viena

Se se punham a essa empreitada é porque certamente não consideraram que seus antecessores - além dos positivistas tradicionais, aqui já mencionados- tiveram êxito. Moritz Schlick, filósofo responsável por oficializar o grupo e a quem foi dedicado o manifesto escrito por Otto Neurath, Hans Hahn e Rudolf Carnap, afirmava os insucessos apontados pela história e declarava que no “caminho que foi sempre palmilhado por todos aqueles que se puseram em busca dos fundamentos últimos da verdade [...] -todas as tentativas- falharam o objetivo”¹⁵. Dever-se-ia ainda que buscar o fundamento sólido que possibilitaria a libertação de toda obscuridade e incerteza das proposições científicas.

Desse modo, em um artigo publicado em 1934 sob o título de “O fundamento do

¹¹ COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. Trad. Maria Ermantina G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 08.

¹² QUELBANI, Mélika. *O Círculo de Viena*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p. 10.

¹³ CARNAP, R., NEURATH, O., HAHN, H. A Concepção Científica do Mundo. In: *Cadernos de Filosofia da Ciência*, Campinas, n. 10. 1986, p. 18.

¹⁴ SCHLICK, Moritz. O Fundamento do Conhecimento. Trad. Luiz João Baraúna. In: *Col. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 65.

¹⁵ _____. O Fundamento do Conhecimento, p. 73.



conhecimento”, Schlick aponta um método eficaz para encontrar o que explicita no título do seu texto: refletir continuamente sobre as proposições e não aceitar as que não se apresentarem como claramente certas. Assim, dá sinais da utilização desse método desde o início de seu texto. Percebe-se que não estão absolutamente livres da dúvida as proposições afirmadas por outros especialistas; porque poderia haver erros de cópia ou impressão. Que não estão livres da dúvida proposições que apenas concordam entre si, pois lendas poéticas também podem não encerrar contradição. Não dispõem de certeza nem mesmo as proposições que nós mesmos enunciamos no passado, pois podemos ter alucinações e, além disso, nossa memória nos engana. A dúvida, porém, não afeta “as proposições que eu mesmo enuncio”¹⁶.

Schlick enaltece explicitamente a fecundidade do método cartesiano. Mas se o emprega, porque declara o falhanço de todas as tentativas? Ao tentar buscar a certeza do conhecimento, Descartes chega ao *cogito ergo sum*¹⁷. Eis aí o erro cartesiano. O *cogito* “nada exprime, não pode absolutamente servir como fundamento de nada; não representa nenhum conhecimento, não constitui base de nenhum conhecimento; não pode proporcionar certeza do saber”¹⁸. Segundo Schlick, isso é perceptível graças à lógica, que “nos abriu suficientemente os olhos”. E é por isso que se pode julgar as tentativas precedentes e ter a esperança de se alcançar um conhecimento verdadeiro, pois com os avanços da lógica “formou-se uma situação que não é comparável com nenhuma anterior”¹⁹.

Pela lógica torna-se “evidente” - expressão de Schlick - que o que resiste a dúvida são “os enunciados que exprimem um fato acontecido no presente, fato este que é objeto de ‘percepção’, de ‘experiência’”²⁰. Apesar da afirmação do filósofo alemão demonstrar um ponto que o difere dos demais membros do grupo, vê-se aqui as teses basilares do que constituiria a concepção científica do mundo, esboçadas claramente em seu manifesto:

Caracterizamos a concepção científica do mundo mediante duas determinações. Em primeiro lugar, ela é empirista e positivista: há apenas conhecimento empírico, baseado no imediatamente dado. Com isso se delimita o conteúdo da ciência legítima. Em segundo lugar, a concepção científica do mundo se

¹⁶ “Aqui e agora”. Cf. SCHLICK, Moritz. O Fundamento do Conhecimento. Trad. Luiz João Baraúna. In: *Col. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 73.

¹⁷ O “penso, logo existo” de Descartes, afirmado pela primeira vez em seu célebre *Discurso do Método* (1637), considerado pela filosofia tradicional como manifestação máxima do deslocamento do polo do conhecimento do objeto para o sujeito, marco filosófico do século XVII.

¹⁸ SCHLICK. O Fundamento do Conhecimento, p. 74.

¹⁹ Minha tradução. No original: “se creó una situación que no es comparable com ninguna anterior”. Cf. SCHLICK, Moritz. El viraje de la filosofía. In: *El Positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 60. Trata-se de um artigo que inaugurou a revista *Erkenntnis*, em 1930 – um ano antes do lançamento do anuário *Recherches Philosophiques*, no qual Koyré participou. Naquela revista seriam publicados muitos dos principais artigos do grupo.

²⁰ SCHLICK. O Fundamento do Conhecimento, p. 73.



caracteriza pela aplicação de um método determinado, o da análise lógica.²¹

Tal análise se baseia na busca de sentido das proposições científicas. Para os neopositivistas, o grande problema da ciência contemporânea estaria assentado no fato de ser ainda composta por proposições vazias, que não significam absolutamente nada. Segundo eles, a significação de cada termo e o sentido das proposições repousam, em último grau, nos dados da experiência. Trata-se da tarefa da filosofia. Se esta não pode formular enunciados com sentido, deve ocupar-se de uma tarefa não menos importante que a da ciência: a clarificação dos enunciados científicos. Ora, se a filosofia não pode ser a mãe das ciências, certamente pode ser sua Rainha, sublinha Schlick. Essa dignidade deriva do fato de que “os progressos decisivos da ciência, os que fazem época, são sempre deste caráter: significam um esclarecimento do sentido das proposições fundamentais”²². Com vistas à legitimação dessa concepção, esse autor aponta os avanços da física de Einstein. Donde conclui: “O grande investigador [ou cientista] é também sempre um filósofo”²³. Torna-se clara, portanto, a importância da lógica, que nos livra do “perigo do cogito” e dos outros “absurdos” da filosofia tradicional, da importância de refletir sobre o sentido de nossas proposições. Diante dessa preocupação, entende-se a declaração de Schlick feita em um artigo, publicado um ano depois da sua morte, em 1936, na mesma coleção que Koyré irá expor, pouco tempo depois, seus *Estudos Galilaicos*: “O pensamento se acorrenta à palavra”²⁴.

O contato koyreano com as teses austríacas

Já se torna perceptível, então, que tais concepções se distanciavam em muito das professadas por Koyré. Certamente, os neopositivistas não lhe eram desconhecidos. Uma série de resenhas nos mostra isso claramente. Ainda no ano de 1926, Koyré faz uma resenha direcionada ao livro *La scolastique et le thomisme*, de Louis Rougier, um dos principais responsáveis pela recepção do Círculo de Viena na França. É graças a ele que o congresso de 1935 é realizado. Apesar de, em 1926, Rougier ainda não ser membro do movimento, é certo que teses do seu livro serão posteriormente expostas na revista *Erkenntnis*, e reconhecidas por Philipp Frank como teses neopositivistas. Em 1934, outra resenha relacionada diretamente ao grupo é feita, do livro *Logical*

²¹ CARNAP, R., NEURATH, O., HAHN, H. A Concepção Científica do Mundo. In: Cadernos de Filosofia da Ciência, Campinas, n. 10. 1986, p. 12.

²² SCHLICK, Moritz. El viraje de la filosofía. In: *El Positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 64.

²³ _____. El viraje de la filosofía, p. 64.

²⁴ Minha tradução. No original: “La pensée s’enchaîne au mot”. Cf. SCHLICK, Moritz. L’école de Vienne et la Philosophie traditionnelle. In: *Actualités scientifiques et industrielles*, 533, Paris, 1937, p. 03.



positivism and analysis, de Lizzie Susan Stebbing, um dos pontos de contato do movimento em Londres. Outro trabalho importante para tal constatação é aquele direcionado aos livros de Jean Cavaillès, *Sur la logique et la théorie de la science* e *Transfinito et continu*. Cavaillès apresenta “uma impressionante via de acesso à reflexão lógico matemática do século XIX”²⁵, na qual, evidentemente, aparecem, na análise do emprego contemporâneo de uma parte considerável dessa reflexão, os neopositivistas. Por fim, na conferência proferida por Koyré em 1954, citada no início desse artigo, encontramos uma referência direta não apenas a um dos integrantes do grupo, Frank, mas a todo o movimento neopositivista. Além disso, encontramos também, no acervo de sua biblioteca pessoal, sete das oito atas do Congresso Internacional de Filosofia Científica, realizado pelo movimento em Paris no ano de 1935. Contudo, para além desses indícios, torna-se impossível não nos inquietar frente aquela asserção de Schlick em 1937, citada no parágrafo acima.

A contraposição

Nesse mesmo ano, uma conferência foi realizada por Koyré na Universidade do Cairo, que seria publicada um ano depois sob o título “Considerações sobre Descartes”. Tendo como objeto de análise o “Discurso do método”, em decorrência da comemoração do seu tricentenário, Koyré retoma suas frases afamadas, destaca o reconhecimento de todos seus contemporâneos de seu valor para a filosofia tradicional e, como já era de se esperar, nos chama a atenção para seu contexto. Lembra-nos que o discurso é um prefácio e que os interesses que os homens do século XVII tinham nessa obra eram totalmente distintos dos nossos. Mas há um aspecto dessa obra destacado por Koyré que gostaríamos de enfatizar por ser extremamente sugestivo para nós, além de ser importante para a compreensão da obra, já que a perpassa por completo.

Após assinalar ainda mais a novidade do “Discurso”, delineando a situação crítica do conhecimento na época de Descartes, Koyré caracteriza a postura deste como uma “Revolução intelectual, ou melhor, revolução espiritual que subtende e que suporta a revolução científica e que, com um radicalismo e uma audácia inauditos, proclama o valor, a força, a autocracia absoluta da razão”²⁶. Que postura? Aquela que Schlick também destacou; a que diferencia Descartes de Montaigne²⁷. A posição perante a dúvida, de dominação e não subordinação, que o

²⁵ KOYRÉ, Alexandre. A filosofia Jean Cavaillès. Trad. Fábio Ferreira de Almeida. In: SALOMON, Marlon (org.). *Alexandre Koyré: historiador do pensamento*. Goiânia: Almeida & Clément Edições, 2010, p. 65.

²⁶ KOYRÉ, Alexandre. *Considerações sobre Descartes*. 4ª Edição Lisboa: Editora Presença, 1992, p. 46.

²⁷ Montaigne é comumente apontado como o principal representante da descrença quinhentista em relação ao conhecimento. Esse período é descrito por Koyré como uma época de “crítica, abalo e enfim dissolução e mesmo destruição e morte progressiva das antigas crenças, das antigas concepções, das antigas verdades tradicionais que



possibilita utilizá-la como um instrumento, como pedra de toque da verdade. “Porque a dúvida, o cético e Montaigne sofrem-na. Descartes exerce-a. [E aqui está o ponto que chamamos a atenção] Ao exercê-la livremente dominou-a. E assim se libertou dela”²⁸; A liberdade, Koyré a afirma constantemente. O grande método cartesiano, portanto, possui um pressuposto que nos é impossível não reconhecer. Pois a dúvida de Descartes é um “ato voluntário”. Após essa afirmação, Koyré assevera em uma nota de rodapé:

É por um ato livre que nos decidimos a ‘duvidar’, a ‘suspender o juízo’ e a ‘recusar o crédito’, as ideias que se nos apresentem. É livremente que nos decidimos à revisão crítica das nossas ideias. A filosofia começa portanto por uma afirmação efetiva da liberdade e pressupõe-na.²⁹

E quando volta a discorrer sobre a construção da metafísica cartesiana e a retomada do método da dúvida, reforçada pela hipótese do gênio maligno³⁰, Koyré assegura novamente:

Já o disse, mas não é inútil repeti-lo: é por uma decisão livre, é por um ato de liberdade que a filosofia cartesiana começa. É por o homem ser livre que pode dizer não à tendência natural que o leva a crer no que vê e ouve; que pode recusar-se a seguir a impressão poderosa do sensível; arrancar-se ao domínio do seu corpo, dos seus hábitos, da sua natureza, numa palavra. A filosofia de Descartes não demonstra a liberdade da vontade humana. Pressupõe-na e ‘prova-a’ pela sua própria existência.³¹

É por ser livre que se pode avançar das ideias às coisas e não das coisas às ideias.³² Essa liberdade é, para Koyré, a realização do que afirma ser o ponto de partida do pensamento cartesiano: a lógica do infinito. Ela que possibilitará sua física e que precisará ser sustentada por uma metafísica, necessidade imediata da lógica de Descartes, isto é, uma garantia da afirmação da correspondência entre pensamento e objeto. De tal garantia, Koyré diz, “não resta grande coisa”. Da física cartesiana, “nada continua de pé”. No entanto, a grande descoberta da primazia intelectual do infinito, ou seja, a lógica de Descartes, “permanece verdadeira”³³.

Contudo, como era de seu feitio, Koyré não afirma tão severamente a ideia de liberdade no pensamento cartesiano sem delinear seu contexto. Desse modo, poderíamos elencar quais

davam ao homem a certeza do saber e a segurança da acção”. Cf. KOYRÉ, Alexandre. *Considerações sobre Descartes*. 4ª Edição Lisboa: Editora Presença, 1992, p. 25. Montaigne é, pois, o “grande destruidor”, mas não por sua própria vontade. É apresentado como aquele que enxergou a dúvida como sua única opção.

²⁸ KOYRÉ. *Considerações sobre Descartes*, p. 51.

²⁹ _____. *Considerações sobre Descartes*, p. 51.

³⁰ Artificio psicológico inventado por Descartes para a continuação da utilização do método da dúvida. Trata-se de um ente dedicado a enganá-lo em qualquer formulação de um juízo. É então que, assim como Montaigne, duvida de tudo. Mas não retira daí uma conclusão pessimista. Ao contrário, a dúvida é significativa, pois mostra-nos uma certeza. Se duvido, se penso, é porque eu sou... eu existo. Cf. DESCARTES, René. *Meditações*. In: Col. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 258

³¹ KOYRÉ. *Considerações sobre Descartes*, p. 84.

³² _____. *Considerações sobre Descartes*, p. 77.

³³ _____. *Considerações sobre Descartes*, p. 91.



seriam os “aprisionadores” da razão que se apresentavam a Descartes. Sem dúvida, Koyré cita a escolástica, para a qual todo conhecimento deveria prescindir necessariamente da sensação, aliás, primeiramente da sensação, se nos lembramos dos graus do conhecimento postulados por Aristóteles³⁴. Apesar disso, mais do que a escolástica e Aristóteles, há uma personagem que Koyré caracteriza explicitamente por se colocar contra a liberdade da razão: Bacon. Para Bacon, ele diz; “A razão teórica é a louca da casa. Perde-se logo que deixa a experiência. O que é preciso, então, é não a deixar à solta. É preciso dar-lhe um lastro, travá-la à força ao solo firme do uso empírico”³⁵. A concepção de Bacon “entrava” a razão. A de Descartes “a liberta”³⁶.

Mas porque tal insistência nessa postura cartesiana? Para Koyré, haveria, dentre os seus contemporâneos, novos aprisionadores da razão? Novos “Bacons”? No último momento de sua conferência, ele alega:

[...] numa época em que num mundo que de novo se tornou incerto, vemos o homem procurar a todo o preço uma nova certeza, pagando-a alegremente com a sua liberdade, e com a da sua própria razão; numa época de mito renascente e de autoridade infalíveis, precisamos mais do que nunca de obedecer ao preceito cartesiano que nos impede de admitir como verdadeiro outra coisa que não seja o que com toda evidência vemos sê-lo.³⁷

Não seria o caso de afirmarmos aqui que Koyré proferiu essa conferência referindo-se especificamente aos neopositivistas. Dominique LaCapra nos alerta quanto ao perigo da simplificação decorrente do apontamento do “fator determinante”. O contexto do movimento neopositivista não pode explicar por si só a postura koyreana. Pois, “nunca teremos *um* contexto”. Uma obra está inserida em um “conjunto de contextos interagentes, cujas relações mútuas são variáveis e problemáticas, e cuja relação com o texto que se investiga apresenta difíceis questões de interpretação”³⁸. Como reduzir esse grito de liberdade koyreano a uma parte do contexto intelectual, desconsiderando totalmente o contexto político europeu do final da década de 30?

Porém, ao nos aproximarmos um pouco mais do movimento destacado, percebe-se que não podemos retirá-lo do campo de análise das obras koyreanas. Não podemos desconsiderar o grande espaço ocupado pelo Círculo de Viena no contexto intelectual do entreguerras, a clara

³⁴ Segundo Aristóteles, todo conhecimento passa necessariamente pelas seguintes etapas: 1º sensação, 2º memória, 3º experiência, 4º técnica, 5º ciência e 6º sabedoria. Cf. ARISTÓTELES. *Metafísica*. Livros 1 e 2.

³⁵ KOYRÉ. *Considerações sobre Descartes*, p. 30.

³⁶ _____. *Considerações sobre Descartes*, p. 31.

³⁷ _____. *Considerações sobre Descartes*, p. 93.

³⁸ Minha tradução. No original: “conjunto de contextos interactuantes cuyas relaciones mutuas son variables y problemáticas, y cuya relación con el texto que se investiga plantea difíciles cuestiones de interpretación”. Cf. LACAPRA, Dominick. “História Intelectual – Repensar la historia intelectual y leer textos”. In: PALTÍ, Elías José. *‘Giro lingüístico’ e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 252.



consciência de Koyré em relação ao grupo e ao grau da diferença das concepções aqui explicitadas. Enquanto para os neopositivistas Einstein era um físico e um filósofo, ou melhor, um lógico, para Koyré, Einstein também era um físico tão bom quanto filósofo, mas comparável a Newton, um bom metafísico. Enquanto para aqueles a lógica de Frege, Russell e Wittgenstein representava não apenas a “virada da filosofia”, mas, principalmente, do conhecimento legítimo³⁹, para esse (Koyré), era a lógica do infinito, já antes descoberta no século XVII por Descartes, que possibilitava a “virada” do homem para a razão e a verdade⁴⁰. “Como lógicos, estamos contentes em ter descoberto o paralogismo”⁴¹, diz Schlick. Isso, sem dúvida, representa, para eles, um progresso. E um progresso análogo ao de Galileu, afirmam Neurath, Carnap e Hahn no manifesto austríaco. Bem, para Koyré, vemos nos *Estudos Galilaicos*, Galileu, apesar de acusar os aristotélicos, assim como eles, não deixou de cometer petições de princípio.⁴² E por quê? Porque “é impossível raciocinar de outra maneira”⁴³ sempre se partirá da ideia à coisa, pois “O pensamento [...] é livre e autônomo”⁴⁴; conclusão diametralmente oposta àquela de Schlick.

Considerações finais

Vê-se, no contexto intelectual no qual Koyré está inserido, dificuldades que se impunham para a sustentação de sua tese da unidade do pensamento. Pois ao entendê-la não apenas com um procedimento de pesquisa histórica, mas enquanto tese ontológica e epistemológica, abre-se um campo de debate que ultrapassa aquele constituído por historiadores contemporâneos a Koyré. É estendido a físicos, matemáticos, economistas, filósofos, como os integrantes do Círculo de Viena, a todos aqueles interessados em questões tocantes à filosofia do conhecimento, ao domínio do que deveria ser considerado como propriamente “científico”. Assim, como salienta Jorland, a tese koyreana não é sustentada a partir da mera indicação das concepções metafísicas implícitas nas teorias de Copérnico, Kepler, Galileu, Newton e etc. Como se vê na afirmação koyreana da liberdade do pensamento, pode-se dizer que há uma tentativa de explicitar os elementos que alicerçam sua ideia, que legitimam sua concepção. Isto é, características próprias do

³⁹ SCHLICK. *El viraje de la filosofía*, p. 60.

⁴⁰ KOYRÉ. *Considerações sobre Descartes*, p. 93.

⁴¹ Minha tradução. No original: “Comme logiciens nous sommes contents d’avoir découvert le paralogisme.” Cf. SCHLICK, Moritz. *L’école de Vienne et la Philosophie traditionnelle*. In: *Actualités scientifiques et industrielles*, 533, Paris, 1937, p. 05.

⁴² Um tipo de paralogismo, que consiste no erro de considerar como dado justamente aquilo que se quer comprovar. Um conhecido exemplo de petição de princípio, denunciado por Galileu, pode ser visto no quarto argumento aristotélico contra a rotação da Terra, descrito na Segunda jornada do *Diálogo*. Apresentado originalmente de maneira bem mais elaborada, tal argumento pode ser resumido aqui ao seguinte raciocínio: 1º A Terra está parada, 2º A pedra cai da torre perpendicularmente ao chão, logo... 3º A Terra está parada.

⁴³ KOYRÉ. *Estudos Galilaicos*, p. 273-274.

⁴⁴ KOYRÉ. Alexandre. *Considerações sobre Descartes*, p. 91.



pensamento que aparecem em qualquer busca na inteligência do real e, por isso, passíveis de serem vislumbradas através da história.

Portanto - entendendo que, assim como uma ideia não pode ser explicada pela simples delimitação de um contexto, não há concepções “desencarnadas”, “exterior ao tempo”, outro alerta explicitado por LaCapra – acreditamos que a análise do movimento neopositivista lança luzes para a compreensão da tese supracitada.

Quanto aos neopositivistas, certamente não são um grupo de autores que comungavam continuamente das mesmas ideias, o que pode ser deduzido a partir das referências a um “movimento”, a um “grupo”. De fato, trata-se de autores que não concordavam em tudo, mas que defendiam elementos comuns. Elementos que não pretendiam formar uma doutrina, ou filosofia, mas, antes, um programa. Um programa que tinha como meta a “unidade das ciências”, fruto de atitudes baseadas em uma concepção científica do mundo, que, por sua vez, se punha a delinear os caminhos certos do pensamento para a inteligibilidade deste.

Assim, debruçando-nos sobre esses autores, entendemos a insistência koyreana e, desse modo, um elemento importante de obras de Alexandre Koyré, na medida em que não foram construídas isoladamente. É verdade que compõem apenas uma parte daquele conjunto de contextos que explicita LaCapra. Entretanto, como afirma Koselleck, o historiador é como um fotógrafo, que pode ajustar sua máquina de acordo com a distância do objeto a ser fotografado. É sua perspectiva (se de mais perto ou de mais longe, mas para um lado que para o outro) que orienta certo foco.⁴⁵ Evidentemente, não temos como resultado uma fotografia bem definida, não se pode recuperar o sentido original de uma obra.⁴⁶ Isso não quer dizer, no entanto, que não possamos esboçar, assim, alguns de seus traços marcantes.

⁴⁵ KOSELLECK, R. “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134- 146, 1992, p 137.

⁴⁶ BARROS, José D`Assunção. “História das Ideias - em torno de um domínio historiográfico”. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007, p. 208.



O estômago de um periódico: edição e circulação da *Revista de Antropofagia*

The stomach of a magazine: edition and circulation of the *Revista de Antropofagia*

Helaine Nolasco Queiroz
Doutoranda - Bolsista CAPES
Universidade Federal de Minas Gerais
helaineq@hotmail.com

Recebido: 20/01/2016.

Aprovado: 28/04/2016.

RESUMO:

A *Revista de Antropofagia* consiste em um periódico literário vanguardista que circula em São Paulo, entre maio de 1928 e agosto de 1929, reunindo dezenas de literatos e artistas sob a liderança do escritor Oswald de Andrade. A Antropofagia propõe a deglutição dos modelos importados, especialmente os europeus, no intuito de absorver o que eles têm de positivo, criando uma cultura brasileira mais forte, livre dos recalques a que se supõe estar submetida no período. Ela traça uma inversão da relação modelo/cópia e propõe a criação de uma literatura de exportação, capaz de concorrer em igualdade com outras literaturas no cenário universal. O presente artigo explora características relativas à edição e circulação da *Revista de Antropofagia*, como periodicidade, publicidade, promoção, relação com o público leitor, ilustração, posterior publicação em formato fac-símile, caráter coletivo, dentre outras, com vistas a estabelecer uma relação íntima entre o conteúdo da publicação e seu suporte, ou seja, entre texto, paratexto e contexto.

PALAVRAS-CHAVE: *Revista de Antropofagia*, Oswald de Andrade, Modernismo.

ABSTRACT:

Revista de Antropofagia is an avant-garde literary magazine which circulates in São Paulo (Brazil) between May of 1928 and August of 1929, reuniting dozens of writers and artists under the leadership of the writer Oswald de Andrade. The Anthropophagy eats the imported models – specially the Europeans – to absorb what they have of positive. It creates a stronger Brazilian culture free of its colonization character. The Anthropophagy makes an inversion of the relation



model/copy and proposes the creation of a literature to be exported, able to concur in equality with other literatures in the universal scenario. This article explore the characteristics related to the edition and circulation of the *Revista de Antropofagia*, like periodicity, publicity, off prices, relation with the readers, illustration, publication in a facsimile format, collective character, etcetera. It aims to establish an intimacy relation between the subject of the publication and its format, in resume between text and paratext.

KEYWORDS: *Revista de Antropofagia*, Oswald de Andrade, Modernism.

Introdução

Este artigo explora as condições de edição e circulação da *Revista de Antropofagia*, periódico de destaque da vanguarda literária do Brasil da década de 1920, cujo principal mentor é o escritor Oswald de Andrade. Assim como outros empreendimentos periódicos, a *Revista de Antropofagia* possui características peculiares, como seu caráter coletivo e híbrido e sua ligação com autores e revistas dentro e fora do Brasil, além de se dirigir a um público imaginado e concreto, apresentar preço, forma de distribuição, ter pretensão de regularidade, dentre outras. Tratar de seus aspectos paratextuais significa olhar para a víscera – o estômago – onde se dá parte da digestão dos alimentos alheios e heterogêneos que o projeto antropofágico propõe selecionar, apropriar, deglutir e ressignificar. Significa tratar do “órgão da antropofagia brasileira de letras”, o objeto material onde parte dos alimentos (poemas, artigos, trechos de livros, haikais, entre outros) dos antropófagos é absorvido. Pensar os aspectos relativos à sua edição e circulação nos leva a atentar para inúmeras particularidades do campo intelectual da década de 1920 no Brasil, especialmente a rede de modernistas que se forma em torno do projeto de deglutição metafórica das ideias e dos modelos importados no intuito de reelaborá-los com autonomia, transformando-os em força para a produção de uma cultura nacional.

A proposta antropofágica é de afastamento da relação modelo/cópia que predomina no panorama cultural brasileiro. O ritual indígena celebrado para o fortalecimento da tribo, utilizando as virtudes do inimigo morto e derrotado, é o exemplo da oposição, resistência e impassividade diante da colonização. Se na perspectiva europeia o homem americano é selvagem, sendo seu canibalismo uma marca de inferioridade, na visão positiva e inovadora da Antropofagia, a índole canibal, típica de algumas tribos indígenas do Brasil, permite, na esfera cultural, a assimilação crítica dos modelos europeus. E a reação não se limita apenas à literatura.



Diz Oswald: “Precisamos rever tudo – o idioma, o direito de propriedade, a família, a necessidade do divórcio – escrever como se fala, sinceridade máxima”¹.

Extensão e circulação

Difícilmente encontramos um grupo da vanguarda literária que não tenha lançado uma revista. Elas foram os veículos mais adequados para que a intelectualidade pudesse apresentar ideias inovadoras, discuti-las e colocá-las à prova frente à coletividade. Podemos citar no modernismo brasileiro revistas diversas: *Klaxon*, que saiu nove vezes entre 1922 e 1923, em São Paulo; *A Revista*, com três números, em 1925, e *Leite Criólo*, com 16 números, em 1929, ambas em Belo Horizonte; *Verde*, em Cataguases, com seis números, entre 1927 e 1929; *Arco e Flexa*, na Bahia, com três exemplares, entre 1928 e 1929; *Festa*, de 1927 a 1929, com 12 números, e *Estética*, com três números, entre 1924 e 1925, ambas no Rio de Janeiro, dentre muitas outras.

Como se vê nos casos citados, essas publicações têm, na maioria das vezes, vida curta. Regina Crespo esclarece que, diferentemente dos grandes jornais, que “se establecen sobre una estructura más compleja y financieramente más potente”, “las revistas literarias y culturales en general se han caracterizado por una organización más precaria, que normalmente desemboca en problemas de distribución, dificultades financieras y muchas veces en una corta existencia”².

A *Revista de Antropofagia* publica vinte e seis números, tratando-se, portanto, se comparada à periodicidade das citadas revistas modernistas, de uma extensão relativamente grande, uma das maiores no período. As dificuldades em sustentar um empreendimento periódico num país ainda em sua maioria analfabeto e com um campo editorial em desenvolvimento são muitas. Ainda assim, ela logra a manutenção de seu propósito, provavelmente pelo investimento financeiro de seu idealizador, Oswald de Andrade, do seu diretor, Antônio Alcântara Machado e de patrocinadores paulistanos abastados, como Olívia Guedes Penteado.

Há grandes diferenças, no entanto, entre o conteúdo e o formato da publicação em suas duas fases ou “dentições”, o que leva Oswald de Andrade a admitir, mais tarde, que o empreendimento se tratou de duas revistas distintas. A primeira “dentição” consiste de uma revista propriamente dita, com formato tabloide, de periodicidade mensal, que circula entre maio de 1928 e fevereiro de 1929, com dez números. Maria Eugênia Boaventura tece considerações sobre o caráter limitado em termos de distribuição desse primeiro momento:

¹ ANDRADE, O.. Shema ao Tristão de Ataíde. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n. 5, p. 3, maio 1928. Reeditado em: *Revista de Antropofagia*. Edição fac-símile. São Paulo: Abril, Metal Leve S.A., 1975.

² CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010. Publicación en CD-ROM, p. 1-15. p. 1.



A primeira fase, de tiragem muito limitada, embora anuncie o preço de 500 réis, talvez não tenha sido vendida, restringindo-se à distribuição entre escritores e artistas. O formato original tem uma apresentação tão simples como se fosse uma revista conhecida apenas para circular entre conhecidos.³

É possível dizer que, por se tratar de uma publicação voltada a um público específico e, portanto, mais limitado, há um espaço de liberdade maior para colaborações e críticas. O grau de autonomia editorial da revista, nessa primeira fase, seguindo os passos de Regina Crespo, é maior que, por exemplo, o de jornais de grande circulação.

A segunda “dentição” tem início em 17 de março de 1929 e estende-se até 01 de agosto de 1929, semanalmente. Trata-se de uma espécie de suplemento literário do jornal *Diário de São Paulo*⁴. Novamente, o empreendimento logra estender seu projeto, lançando dezesseis números, apesar de toda a radicalidade de seu formato e conteúdo. O “suplemento” sai, inicialmente, aos domingos. Há um atraso de três dias em abril, quando passa a sair às quartas-feiras. Depois, entre 15 de maio e 12 de junho há uma pausa e, a partir daí, é lançado às quintas-feiras e depois às sextas-feiras. O último número, de primeiro de agosto de 1929, sai em uma quinta-feira. Pode-se supor uma perda de leitores depois do primeiro momento, já que o *Diário de São Paulo* traz uma completude em seu formato aos domingos, com uma espécie de resumo das principais notícias da semana, atraindo mais leitores, o que se intensifica pelo caráter de folga laboral dominical, dia mais propício para a leitura.

É justamente na segunda dentição que ocorre um incremento crítico por parte dos editores, gerentes e colaboradores. A revista tanto se radicaliza, excluindo autores que participaram da primeira fase (até mesmo seu antigo diretor, Antônio de Alcântara Machado), quanto passa a sofrer pressão por parte do agora mais amplo público leitor. O tom de deboche, de ironia e de escândalo se firma e consolida. Segundo Bopp,

[...] viu-se que o movimento antropofágico necessitava de reajustamentos na sua orientação. Em vez de piadismos ligeiros, em torno de assuntos em debate, o grupo deveria fixar-se em análises mais sérias. Achou-se também, que seria conveniente captar maior interesse público para as ideias básicas do movimento. A sua divulgação teria, naturalmente, maior alcance através de algum órgão idôneo da imprensa paulista.⁵

O incremento na visibilidade do projeto pode pressupor o desejo de que as discussões não se restrinjam apenas ao meio modernista. Oswald de Andrade explicita esse desejo antes mesmo do lançamento da revista, em uma entrevista dada a *O jornal*, do Rio de Janeiro, em 18 de

³ BOAVENTURA, Maria Eugênia. *A vanguarda antropofágica*. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 54.

⁴ O *Diário de São Paulo* é fundado em 05 de janeiro de 1929, por Assis Chateaubriand, e conquista o público com distribuição gratuita por um mês a assinantes potenciais, sendo dirigido por Rubens do Amaral. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 426.

⁵ BOPP, Raul. *Vida e morte da Antropofagia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1977. p. 43



maio de 1928: “Terá vida mais duradoura? Virá mesmo, de encontro a um desejo da massa?”⁶ O anseio de ser lido pelas massas pressupõe, ao menos teoricamente, uma preocupação de que as teorias da Antropofagia não se restrinjam a um círculo limitado, mas que atinjam um número maior de leitores, levando ao questionamento sobre o alcance obtido pelo grupo antropófago junto a um público não especializado.

Com a transferência para o jornal, a visibilidade do empreendimento aumenta e a censura externa (de leitores fora do círculo modernista) pode ocorrer com mais agudez. O *Diário de São Paulo* é um jornal de grande circulação em São Paulo e seu público leitor não está interessado especificamente na produção artística/literária. Seus leitores, ainda que sejam parte de um grupo restrito de alfabetizados frente à maioria da população iletrada do país, leem o jornal a procura de assuntos diversos, tais como política, esportes e notícias locais. Fazem, portanto, parte de um público mais amplo, menos especializado e talvez menos tolerante às inovações e deboches que se agudizam na segunda denteição. Raul Bopp esclarece o momento: “Rubens do Amaral perdeu a calma. Pediu para acabar definitivamente com a página. Cresciam as devoluções de jornais, em protesto contra as notas que se publicavam”⁷.

As mudanças no formato e no suporte trazem, portanto, vantagens e desvantagens. A primeira denteição permite mais espaço físico e tolerância para colaborações e circula em um formato propício à remessa dentro de um círculo mais restrito de leitores que à venda propriamente dita. Na segunda denteição, a expansão das ideias tem relação íntima com o formato, ao contar com um veículo de difusão mais consolidado em termos financeiros e de alcance do público leitor. A visibilidade, no entanto, tornada acessível a qualquer leitor do *Diário*, leva o público a pressionar o jornal pelo fim do suplemento. A irreverência nessa fase é muito maior que o esperado para os padrões da época – o que se mostra já de início no subtítulo adotado, “órgão da antropofagia brasileira de letras”, paródia à Academia Brasileira de Letras – gerando reações não muito favoráveis ao conteúdo da publicação.

Diagramação

Além das mudanças em relação à periodicidade e circulação, há diferenças no formato da *Revista de Antropofagia* em suas duas fases. Na primeira denteição, em forma de revista propriamente dita, os exemplares contêm oito páginas, divididas normalmente entre uma a seis seções e com formato relativamente padronizado. A primeira página geralmente apresenta o

⁶ NOVA escola literária. Os “antropófagos” paulistas: como o sr. Oswald de Andrade fala do novo credo. *O jornal*. Rio de Janeiro, ano X, p. 9, n. 2904, 18 maio 1928.

⁷ BOPP, R. *Vida e morte da Antropofagia...* p. 44.



editorial ou crítica, feitos por Antônio Alcântara Machado, além de um poema e de uma citação (com exceção do número 10, que não possui citação). A segunda página contém poema ou prosa e propaganda de livros. A terceira página apresenta textos em prosa, com exceção do primeiro número, em que se publica o *Manifesto Antropófago*. A quarta contém críticas literárias feitas por Alcântara Machado, além de poema e propaganda. A quinta apresenta poema, ensaio ou texto em prosa e propaganda de livros. A sexta página contém poema, prosa e propaganda. Na sétima, publica-se, em forma de folhetim, o livro *Os três sargentos*, de Yan de Almeida Prado (com exceção do primeiro número, contendo um texto em prosa e um ensaio). A última página apresenta seções padronizadas (*Brasiliana* e *Balcão*), além do anúncio sobre a assinatura da revista (com exceção do primeiro número, que contém três textos em prosa). A maior parte das contribuições tem teor literário, desdobrando-se em crônicas, poemas e prosa.

Na segunda fase, o agora hebdomadário muda seu formato, provavelmente para se adequar à página do jornal do qual passa a fazer parte, mas também para acompanhar a radicalização em termos de crítica e conteúdo. Já não é padronizado e seu título pode estar na horizontal ou vertical, de algum lado ou no fim da página. As seções não são nitidamente divididas e os conteúdos mesclam-se, dificultando a leitura, sendo apresentados sob diversas formas: manifesto, poema, citação, crítica, prosa, propaganda, carta, ensaio e *haikai*. Esclarece Maria Eugênia Boaventura:

A mudança para o jornal provocou modificações na revista, incrementadas pela substituição da direção e liderança do grupo. Nessa nova fase, alguns artigos (a série “De Antropofagia” e os “Moquém”) parecem perseguir uma orientação didática, apesar de radical, no sentido de esclarecer o leitor sobre a programática da Antropofagia, esboçada antes.⁸

Novas seções são criadas, algumas com apenas uma aparição. Algumas remetem à participação dos leitores, tais como *Telegramas para a Antropofagia*, *A pedidos*, *Cartas na mesa*, *Carta e Serviço telegráfico*. Outras mostram a expansão das ideias antropofágicas: *A antropofagia em marcha*, *Expansão antropofágica* e *Monteiro Lobato adere à antropofagia*. Há, ainda, algumas que fazem menção à produção do grupo, como *Os clássicos da antropofagia* e *De antropofagia*. A maior parte das seções remete ao assunto ao qual se referem: *A civilização perigando*, *O começo do fim*, *Espírito de sacrilégio*, *Materialismo*, *Porque me ufano do meu Brasil*, *A ordem social e a indumentária*, *A revolta*, *A monogamia*, *Revistofagia*, *Deus segundo um católico*, *Ramalhetes de flores espirituais*, *Santo ofício antropofágico*, *Serviço eclesiástico*, *Raça*, *Ofício*, *Explicação*, *O humor*, *Identificação*, *Moquém* e *Amigos do albeio*. Boaventura faz considerações sobre sua postura de escárnio.

⁸ BOAVENTURA, M. E.. *A vanguarda antropofágica...* p. 55.



A publicação antropofágica traz à tona, breve e ludicamente, o debate, onde o tom de troça e humorístico da linguagem concorrem para desmistificar e ridicularizar assuntos considerados sérios. Elimina a carranquice do editorial jornalístico e aborda temas incomuns a uma revista literária, pelo menos na época (afora a crítica à sociedade, propostas de legalização do aborto, do divórcio e de substituição do sistema de propriedade privada), numa linguagem nova.⁹

A redução do número de páginas (de oito para uma) não depauperou a revista, segundo Augusto de Campos.

Transferindo-se para página de jornal, a Revista de Antropofagia só aparentemente empobreceu. Ganhou dinamicidade comunicativa. A linguagem simultânea e descontínua dos noticiários de jornal foi explorada ao máximo. Slogans, anúncios, notas curtas e apedidos, citações e poemas rodeiam um ou outro artigo doutrinário, de ponta a ponta, uma caixa de surpresas onde espoucam granadas verbais de todos os cantos. Um contrajornal dentro do jornal.¹⁰

O “contra-jornal dentro do jornal” materializa-se, portanto, de várias maneiras: no conteúdo dos textos, agora muito mais radicais; nos antianúncios e anticomunicados, a serem explorados em seguida; e nas próprias características gráficas, sugerindo a ideia de descontinuidade e de caos.

Espaço de ação

Beatriz Sarlo assinala que as revistas possuem duas geografias culturais: “el espacio intelectual concreto donde circulan y el espacio-bricolage imaginario donde se ubican idealmente”¹¹. Seguindo a proposição da autora, percebemos que a *Revista de Antropofagia* tem, como geografia cultural concreta, inicialmente, a capital paulistana, circulando entre os intelectuais modernistas daquela cidade. Além desse espaço, ela logra estender seu alcance por todo o território nacional. Segundo Bopp, a primeira detenção tem o mérito de penetrar “em alguns núcleos jovens que agitavam as letras nos estados, com anseios de renovação”.

O mensário servia de cartão de visitas, para contato com núcleos intelectuais de vanguarda, nos estados: como o grupo mineiro, de *A Revista*, de Belo Horizonte, e da *Verde*, de Cataguases; a *Revista do Norte*, de Recife; a *Maracajá*, de Fortaleza; a *Madrugada* e a *Revista do Globo*, de Porto Alegre, etc. Por sua vez, a Agência Brasileira, através de sua rede de jornais por todo o país, divulgava, com frequência, súmulas dos acontecimentos no mundo das letras.¹²

⁹BOAVENTURA, M. E.. *A vanguarda antropofágica...* p. 56

¹⁰CAMPOS, Augusto de. *Revistas re-vistas: os antropófagos. Revista de Antropofagia*. Edição fac-símile. São Paulo: Abril, Metal Leve S.A., 1975.

¹¹SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una practica*. In: *America, Cahiers du CRICCAL*, Paris, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, 1992, p. 9-15.

¹²BOPP, R.. *Vida e morte da Antropofagia*. p. 43



Os anúncios sobre a extensão do projeto antropofágico pelo Brasil são constantes em ambas as fases. A carta de Paulo Sarasate, do Ceará, mostra sua satisfação em ver a difusão das ideias da Antropofagia pelo país.

Vocês, da Antropofagia não sabem como a gente está satisfeita. É assim mesmo que nós queremos. E é assim que a coisa tem que sair. O sul chamando o norte. E o norte chamando o sul. Convidando-o para a luta. Assanhando as energias moças do lado de cá e de lá. Movimento assim é que é. Esforços conjugados. União das duas bandas. Com o oeste também. Tudo gritando brasilidade. Tocando na mesma inúbia. Comendo da mesma cuia. Brasileiramente. Antropofagicamente.¹³

Alcântara Machado mostra que a disseminação do ideal antropofágico alcança até mesmo cidadezinhas como Itanhandu, onde Heitor Alves funda sozinho um jornal modernista que, se não consegue entender bem o movimento, ao menos sinaliza essa intenção. O crítico elogia o ato:

Quem como eu publica um jornaleco às vezes é surpreendido por uma carta das profundas de Goiás por exemplo em que o remetente disserta sobre Max Jacob e manda uma poesia onde ao menos vale a intenção. O que talvez não seja um bem (porque desse jeito a coisa vira moda) mas sempre pode trazer umas revelações boas e até ótimas. Vejam Cataguases.¹⁴

Em um dos anúncios reproduzidos na revista por conta da exposição de Tarsila do Amaral no Rio de Janeiro, diz-se que a artista é “filiada ao [triumfante] movimento antropofágico, que há meses se irradiou de São Paulo para todo o Brasil”¹⁵. Heitor Marçal, respondendo a uma carta que faz referência a *Maracajá* e pede ao autor “coisas do norte”, diz que lá também ocorre “a renovação” e que “todos os antropófagos do Ceará estão de boa boca”¹⁶. Em outra ocasião, propagandea-se que, no Rio Grande do Sul, o jornal *O tempo*, “o diário de maior circulação da cidade de Rio Grande”, aderiu ao movimento antropofágico, que se alastrava, “e já não era tempo”¹⁷. João Calazans é apresentado como “Do clube de Antropofagia do Espírito Santo” e, em *De antropofagia*, comenta-se da “eclosão desse admirável movimento brasileiro, triunfante desde o começo, em todos os recantos, ainda os mais remotos do país”¹⁸. Outro número publica uma carta de Mario Vilhena, de Passa Quatro, sul de Minas Gerais, em que este pede “com

¹³ SARASATE, P.. Tocando na mesma imbuia. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, n. p. 12, n. 15, 19 jul. 1929.

¹⁴ MACHADO, A. A.. 1 crítico e 1 poeta. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n. 9, p. 4, jan. 1929.

¹⁵ A EXPOSIÇÃO de Tarsila do Amaral, no “Palace Hotel”. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo. 2ª Dentição, n. 15, p. 10, 1 ago. 1929.

¹⁶ MARÇAL, Heitor. Carta a um antropófago de São Paulo. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, n. 15, p. 10, 1 ago. 1929.

¹⁷ A REPERCUSSÃO no Rio Grande do Sul. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 12, n. 15, 19 jul. 1929.

¹⁸ TAMANDARÉ. De antropofagia. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 18, n. 14, 11 jul. 1929.



urgência os dois últimos números da ‘revista’”, pois “nas quartas-feiras o ‘Diário’ se esgota pelo caminho. Não chega até aqui”¹⁹.

No décimo segundo número, publicam-se cartas de diversos autores, de distintas partes do país, todos comentando sobre a adesão à Antropofagia. Silvino Olavo, da Paraíba, diz estar “simpatizando danadamente com a Antropofagia”. Nelson Porto, de “Uberabinha”, pede que mandem “todos os trabalhos antropofágicos, porque *Lavoura e Comércio* de Uberaba vai ser diário e o seu diretor, meu amigo Quintiliano Jardim está com as melhores simpatias para acolher esse movimento de novas verdades”. Renato Soldon avisa da fundação da “‘Tribo Cearense de Antropofagia’ sociedade de gente de letras que deglutirá brevemente o passadismo balainado e missangueiro da gleba dirigida pelo Zépeixoto”. Heitor Alves, de Itanhandu, Sul de Minas, diz: “nós aqui do Ginásio fundamos uma tribo para agitar a meninada. E não podia ser de outra maneira. Antropofagia no tempo e no espaço”²⁰. Plínio Melo escreve do Rio Grande do Sul, dizendo: “Aqui em Porto Alegre a antropofagia está sendo assunto obrigado nos cafés e na hora da livraria”²¹. Genoíno de Castro mostra a expansão da Antropofagia pelo país:

Desde o Amazonas ao Prata, desde o Rio Grande ao Pará, o movimento antropofágico repercute com uma intensidade jamais alcançada por nenhum movimento anterior. Pela primeira vez, as forças jovens do Brasil se reúnem e, solidárias, reagem contra a mentalidade colonial, contra a cultura de importação, contra a falsa literatura, contra a falsa arte, arrasando velhos preconceitos, destruindo igrejinhas de convencionalismo social e elogio mútuo literário, devorando com gosto a goles de cauim o imigrante inadaptável.²²

E segue citando jornais que aderiram à proposta: em Belém, *O Estado do Pará*; em Fortaleza, *O povo*, *O Ceará* e *Maracajá*; no Rio Grande do Norte, *A República*; em Pernambuco, *O Jornal do Comércio*; na Bahia, *Arvo e Flexa*; no Espírito Santo, *O Diário da Manhã*; no Rio de Janeiro, *O Jornal*, *O Diário Carioca* e *O país*; em Minas Gerais, o *Correio Mineiro* e *Leite Criolo*. Conclui: “E hoje que o movimento antropofágico é uma vitória bonita da alegria nacional (...). As adesões vêm de todos os lados. O fascismo literário põe o rabo entre as pernas. Já estamos cansados de devorar tanto idiota”²³. A revista noticia, portanto, sua expansão pelo país e afirma seu desejo de não se limitar ao território paulistano já que seu caráter nacional deve sobrepor-se às fronteiras regionais.

¹⁹ DE PASSA Quatro (Sul de Minas). *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 10, n. 11, 19 jun. 1929.

²⁰ DA C. P. 1269. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 12, n. 12, 26 jun. 1929.

²¹ DO RIO Grande do Sul. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª dentição, p. 10. n. 10, 12 jun. 1929.

²² CASTRO, Genuíno de. Desde o Rio Grande ao Pará: o movimento antropofágico repercute por todo o Brasil, empolgando os espíritos jovens, na luta contra a mentalidade colonial e contra a arte e a literatura de contrabando. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, n. 13, 04 jul. 1929.

²³ _____. Desde o Rio Grande ao Pará...



Há, de fato, vários jornais e revistas que noticiam a aparição dos novos lançamentos da revista por meio de súmulas, reproduzem artigos, comentam sobre o ideal antropofágico e também fazem críticas a ele. Além das publicações citadas na própria *Antropófaga* (como é denominada por alguns modernistas), encontram-se artigos sobre a mesma no *Diário Nacional*, *Correio Paulistano*, *A Gazeta* (os três em São Paulo), *O Imparcial*, *órgão de vanguarda universitária*, *A Manhã*, *Para Todos*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *A.B.C.*, *Gazeta de Notícias*, *O Malho*, *Movimento Brasileiro*, *A Cruz* (todos no Rio de Janeiro), *O Dia*, *Ilustração Paranaense*, *Diário da Tarde* (em Curitiba), *Diário de Pernambuco* (Recife), *O Imparcial* (São Luis do Maranhão) e *Jornal do Comércio* (Manaus). É interessante notar a preocupação da *Revista de Antropofagia* em noticiar sua ressonância em outros órgãos da imprensa nacional. Ela dedica grande espaço na segunda dentição para mostrar sua difusão pelo território do país, não apenas pela vontade de expandir suas ideias e obter o apoio de intelectuais brasileiros mas também como uma espécie de compensação pela saída de apoiadores diversos à causa antropofágica, como Antônio Alcântara Machado, Mário de Andrade, Paulo Prado, Carlos Drummond de Andrade e outros.

As adesões à Antropofagia não se dão, contudo, sem conflitos. Em cartas trocadas entre modernistas, é possível perceber que nem todos os que a revista propagandeia como aderentes são, de fato, pareados com as ideias do grupo. Em primeiro de maio de 1929, por exemplo, é publicado um texto de Acquiles Vivacqua que diz-se ser “Da Sucursal da Antropofagia em Minas Gerais (Lagoa Santa)”, o que faz referência à revista *Leite Criólo*. Entretanto, Guilhermino César tenta desfazer o mal entendido em relação à participação dele e dos colaboradores de *Leite Criólo* na *Revista de Antropofagia*, pois os rapazes ligados a essa revista, assim como os ligados à *Verde* (de Cataguases, também Minas Gerais), na contenda entre Oswald de Andrade e Mário de Andrade, se posicionam em favor do segundo. O fato de um órgão da imprensa noticiar a aparição de mais um número da *Antropófaga* ou de reproduzir um texto saído nela não significa necessariamente adesão, mas talvez um acompanhamento do que ocorre na cena literária brasileira. Com as desavenças entre Oswald de Andrade, Oswald Costa e os antigos colaboradores, muitos intelectuais tentarão se desvencilhar dos contatos com os antropófagos.

A *Revista de Antropofagia* possui, portanto, tanto um espaço concreto quanto um imaginário, onde quer se localizar idealmente. Além de desejar ser lida no Brasil, a publicação quer estender seu projeto além das fronteiras nacionais. Ela não ignora o que ocorre em outros países americanos e discute assuntos tais como o pacto Kellogg²⁴, duramente ridicularizado por Alcântara Machado, que o considera hipocrisia, “obra prima de cinismo e falsidade” e insiste que

²⁴ Tratado internacional de 1928 que estipulava a renúncia à guerra como instrumento de política nacional, de autoria do secretário de Estado estadunidense Frank B. Kellogg e do ministro francês das relações exteriores Aristide Briand.



o país se acautele contra essa “pagodeira” e “pouca vergonha”, admitindo que “deglutido o pacto Kellogg, atacaremos a pombinha da paz”²⁵. Há menção sobre as atitudes ambíguas do Brasil quanto à política da Herbert Hoover, presidente dos EUA, cuja campanha política é uma espécie de pescaria, em que os peixes ou “tubarões” (países latino americanos como o Brasil) não deixam de morder a isca: “O pessoal todo já abriu a boca esperando as comidinhas irresistíveis: pan-americanismo, fraternidade continental, a América dos americanos”²⁶. Outro exemplo é o conflito em torno do Chaco, disputado por Bolívia e Paraguai, em que a solução final é decidida pelos norte-americanos: “só depois que o pessoal da América se decidiu a intervir é que as coisas tomaram melhor rumo. À voz da casa os briguentos cruzaram os braços. E tudo parece acabar em santa paz. Assim está certo. Com a intromissão da Europa estava errado”²⁷. No caso da polémica sobre a atribuição a Madri de Meridiano Cultural da América, proposta pelo autor espanhol Guillermo del Torre no jornal madrileno *La Gaceta Literária* e negada por quase todos os intelectuais hispano-americanos²⁸, o autor da proposta passa a ser chamado de Guilherme da Torre de Marfim. Oswald de Andrade, em entrevista a *O jornal*, em maio de 1928, afirma sua pretensão em não se localizar nacionalmente. Diz:

Nós não somos, nem queremos ser, brasileiros, nesse sentido político-internacional: brasileiros-portugueses, aqui nascidos, e que, um dia, se insurgiram contra seus próprios pais. Não. Nós somos americanos; filhos do continente América; carne e inteligência a serviço da alma da gleba.²⁹

A ambição ainda maior manifesta-se na vontade da revista em expandir sua teoria de forma universal. Isso pode ser visto, por exemplo, em algumas passagens do *Manifesto Antropófago*, que se utiliza de frases curtas e sintáticas e de uma linguagem moderna, metafórica e poética, no intuito de proclamar sua doutrina como “única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.” O caráter universal da proposta é proclamado, ainda que esteja aplicado, originalmente, à realidade brasileira. A Antropofagia realiza uma inversão da tradicional relação colonizador/colonizado. O bom selvagem rousseauiano, cuja imagem foi desde o romantismo decalcada à realidade brasileira como significado de passividade, é substituído pelo mau selvagem, antropófago, forte e vingativo, que devora o europeu, seu polo antagônico, com vistas a criar uma cultura mais forte e livre de recalques. A revolução Caraíba é maior que a Revolução Francesa, marco inquestionável

²⁵ MACHADO, A. A. Pacto do dia. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n. 5, p. 1, set. 1928.

²⁶ MACHADO, A. A. Pescaria. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n.8, p. 1, dez. 1928.

²⁷ MACHADO, A. A.. Chaco. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n. 9, p. 1, jan. 1928.

²⁸ Sobre a polémica, ver, dentre outros: CROCE, Marcela (Comp.). *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilha (1927-1971)*. Buenos Aires: Ediciones Simurg, 2006.

²⁹ NOVA escola literária...



da história europeia e a América trata-se do continente do futuro: “A idade de ouro anunciada pela América. A idade de ouro. E todas as girls”. O *Manifesto* privilegia dimensões revolucionárias e utópicas na afirmação da nacionalidade e resume o impasse sobre a nacionalidade: “Tupi or not tupi that is the question.” A paródia transforma um drama considerado universal num dilema brasileiro e realiza também o caminho inverso, como se a discussão sobre a nacionalidade no Brasil fosse tão universal como a célebre dúvida hamletiana.

A revista quer fazer parte da literatura universal, expandindo seus ideais para além do território brasileiro, mas não é fácil determinar se ela logra seu intento. Não é possível saber se ela realmente ultrapassa as fronteiras nacionais, sendo lida no restante da América e na Europa. Patrícia Artundo esclarece sobre a existência de seus três primeiros números no arquivo documental do artista argentino Xul Solar, que possivelmente os teria recebido através de Oswald de Andrade ou de Alcântara Machado que, por sua vez, havia convidado Xul, por carta, a participar da revista.³⁰ Oswald de Andrade publica, no número seis, um autógrafo de Max Jacob, representante do surrealismo europeu e, no oitavo número, outro do indiano J. Krishnamurti³¹, dedicatórias que marcam um reconhecimento do papel desempenhado pela revista fora do Brasil e possíveis indícios de que ela foi lida na Europa. Mas é difícil fazer essa afirmação, principalmente por se tratar de uma publicação em português (há alguns textos em francês nela), língua de provável pouca fluência na Europa e mesmo na América.

Caráter coletivo

Raul Bopp, em suas memórias, lembra que o surgimento da *Antropofagia* ocorre durante um jantar, em 1928. Segundo ele, um grupo de amigos ligados ao modernismo reúne-se em um restaurante de São Paulo, escolhe rãs do cardápio e passa a discutir sobre a evolução da espécie humana, chegando à conclusão de que “a linha da evolução biológica do homem, na sua longa fase pré-antropóide, passava pela rã”. Bopp rememora: “A tese, com um forte tempero de blague, tomou amplitude. Deu lugar a um jogo divertido de ideias. Citou-se logo o velho Hans Staden e outros estudiosos da Antropofagia: ‘Lá vem a nossa comida pulando’”³².

Encontros, leituras públicas, reuniões e recitais fazem parte da dinâmica em torno da criação e manutenção da revista. Na segunda dentição, por exemplo, destaca-se o almoço dedicado a Abelardo Pinto, o Piolim. O caráter coletivo manifesta-se, no entanto, mais

³⁰ In: ARTUNDO, Patrícia. *Mário de Andrade e a Argentina: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2004.

³¹ O autógrafo diz: “Happiness is the freedom from the joke of experience.”

³² BOPP, R. *Vida e morte da Antropofagia*. p. 41.



explicitamente, na heterogeneidade dos textos expostos, espécie de bricolagem autorizada do que os colaboradores entendem por antropofagia. A revista é um espaço de circulação, articulação e interseção de discursos, o que se faz por meio de tensões e ajustes. Além disso, suas margens são mais fluidas se comparadas aos livros, por exemplo, por encerram em si não apenas uma série de remissões a outras obras e autores³³ mas também excertos de obras. Encontram-se ali trechos de outros livros, tal como parte do primeiro capítulo de *Macunaíma um herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade, e partes do livro *Os três sargentos*, de Yan de Almeida Prado, além de poemas que se publicam e se publicarão em livros. Elar reúne textos que se entrecruzam e fragmentos de obras.

Na primeira dentição, a heterogeneidade de discursos sobre o significado da antropofagia não permite um aprofundamento do conceito. Algumas interpretações estão, inclusive, em contradição com a linha mestra do programa, explícita no *Manifesto Antropófago*. Os colaboradores e suas ideias são os mais variados. A revista, nessa fase, segundo Augusto de Campos, é “marcada por uma consciência ingênua”. Oswald encontra-se quase sozinho e “nos dez primeiros números, o único texto que se identificava plenamente com as ideias revolucionárias do manifesto era A ‘Descida’ Antropófaga, artigo assinado por Oswald Costa”³⁴. Campos reconhece a importância de outros textos, como o fragmento de *Macunaíma*, o radical *No meio do caminho*, de Carlos Drummond de Andrade, *Sucessão de São Pedro*, de Ascenso Ferreira, *Noturno da rua da Lapa*, de Manuel Bandeira, *República*, de Murilo Mendes, entre outros. Esses textos estão entremeados, contudo, com outros de Plínio Salgado e Yan de Almeida Prado “sem aparente indigestão” ou de Peryllo D’oliveira e Augusto Frederico Schmidt. Alcântara Machado faz elogio da obra de Menotti del Picchia e, mesmo Oswald de Andrade, em entrevista dada para *O jornal*³⁵, elogia Plínio Salgado e Tristão de Ataíde, futuros rivais do grupo.

A partir do quinto número, o caráter iconoclasta e satírico da revista começa a despontar, dando já mostras do posterior desenvolvimento da proposta. Um dos exemplos é o aviso publicado na primeira página do número sete, de novembro de 1928:

SAIBAM QUANTOS

³³ A dificuldade na definição de um livro ou uma obra (literária, por exemplo) foi debatida por Michel Foucault em *A arqueologia do saber*. O autor questiona a delimitação de um livro, exemplificando a aplicação do conceito, por exemplo, a uma “coletânea de fragmentos póstumos”, concluindo que a “unidade material do volume” pode ser considerada “uma unidade fraca, acessória, em relação à unidade discursiva a que ela dá apoio”. Também as margens de um livro jamais “são nítidas nem rigorosamente determinadas”, estando ele preso “em um sistema de remissões a outros livros, outros textos e outras frases”. No caso da determinação de uma obra, o ato “supõe um certo número de escolhas difíceis de serem justificadas ou mesmo formuladas”, o que dificulta ainda mais a determinação do conceito. In: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 26.

³⁴ CAMPOS, Augusto de. Revistas re-vistas: os antropófagos.

³⁵ NOVA escola literária...



Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que o meu parente Mário de Andrade é o pior crítico do mundo mas o melhor poeta dos Estados Desunidos do Brasil. De que dou esperança, João Miramar.³⁶

Nesse período, Oswald de Andrade volta da Europa, onde estava apoiando a exposição de pinturas de sua companheira, Tarsila do Amaral. Ao que parece, ele participa pouco dos primeiros números, tendo sua volta estreita relação com o radicalismo que a revista vai apresentar na segunda denteição. Segundo Maria Eugênia Boaventura,

Quando Oswald decidiu levar à frente a segunda fase da revista não contava com a colaboração dos paulistas identificados com o Partido Democrático, principalmente Antônio Alcântara Machado e Mário de Andrade. Oswald refez a revista no Diário de São Paulo, (apesar de este ser um jornal de oposição), cujo diretor, Rubens do Amaral, inicialmente não via como a literatura antropofágica pudesse atrapalhar a política geral.³⁷

Iniciam-se, então, críticas e ataques agressivos a literatos e artistas modernistas³⁸, muitos dos quais haviam participado na fase anterior. Oswaldo Costa, sob o pseudônimo de Tamandaré, tece uma ladainha de críticas a diversos escritores modernistas, tais como Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Paulo Prado³⁹, Augusto Frederico Schmidt, Alberto de Oliveira, Oswaldo Teixeira, Graça Aranha, Tristão de Ataíde, Tasso da Silveira, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho, Plínio Salgado, Ribeiro Couto e ao próprio Antônio de Alcântara Machado.

Os casos de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade repercutem com seriedade. O primeiro publica, em 1928, *Macunaíma*, que imediatamente é cooptado pelo grupo antropófago através das falas de Oswald de Andrade, Alcântara Machado e Oswaldo Costa. O primeiro considera que Mário escreveu a “nossa Odisseia e criou numa tacapada o herói cíclico e por cinquenta anos o idioma poético nacional”, ao escrever “a maior obra nacional”⁴⁰. O segundo avalia o livro como bom e oportuno, já que chega para “por no seu devido lugar a famigerada brasilidade, através da qual correm muados e errados desde muitos anos os escritores deste Brasil tão imenso mas tão arraial ainda”. Ele tem “tanta moleza, tanta semvergonhice, tanta bazófia bem nossas e talvez só nossas”, o que faz com que mereça o título de “Rapsódia nacional (como o bem rolado) de lendas, de anedotas, de cheiros, de tudo. A língua, então, é a mais poética

³⁶ MIRAMAR, J.. Saibam quantos. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n. 7, p. 1, nov., 1928.

³⁷ BOAVENTURA, M. E.. *O salão e a selva...* p. 135.

³⁸ Gilberto Ferraz conta que Yan de Almeida Prado processou a revista por calúnia. In: BOAVENTURA, M. E.. *A vanguarda antropofágica...* p. 207.

³⁹ Paulo Prado era bastante amigo de Oswald de Andrade e quando leu as críticas feitas ao seu livro *Retrato do Brasil*, rompeu definitivamente com ele.

⁴⁰ ANDRADE, O.. Shema ao Tristão de Ataíde...



possível. Parece uma música. O violão sempre acompanhando”⁴¹. Mário, por seu turno, é considerado “brasileiro, ainda que não queira”. Oswald Costa concorda com todos os elogios anteriores e acrescenta outros do mesmo teor.

Apesar de todos os elogios à obra e ao autor, Mário de Andrade passa, contudo, a ser duramente criticado, considerado “o cérebro mais confuso da crítica contemporânea” e, na segunda dentição, acaba rebaixado, de autor de *Macunaíma* a mero inventor de sua capa, tendo apenas compilado uma série de lendas amazônicas. Drummond sai em defesa do amigo e também é surrado, manifestando depois a opinião de que “um poema não vale uma boa amizade”. O ataque aos escritores faz avançar o rompimento destes com o grupo. Maria Eugênia Boaventura resume a briga entre Mário e Oswald a uma disputa por liderança: “por trás das agressões mútuas afluía de fato o desejo narcísico de definir o condutor do Modernismo”⁴².

Os escândalos, típicos da vanguarda, são sentidos com profundidade na *Revista de Antropofagia*, especialmente em sua segunda dentição. Nesse momento, a contundência do projeto antropófago destrói a chamada “festa modernista”, de colaboração heterogênea de autores. O caráter coletivo não se mantém sem conflitos. Ao contrário, eles agudizam-se e o radicalismo não deixa margem para meias ações, tratando-se de uma espécie de “ou tudo ou nada”. Um aspecto interessante da segunda dentição é o aparecimento de um grande número de pseudônimos (o que praticamente não ocorre na primeira fase), o que pode indicar desde um mascaramento na diminuição de autores, já que muitos abandonam o projeto, até a ideia de que textos não assinados (ou assinados com pseudônimos) representam a ideia do grupo e não a de um autor específico. Eles podem também, obviamente, servir para encobrir, proteger e dar liberdade aos colaboradores, dado o radicalismo de suas contribuições.

Intervenção no tempo presente

Uma das características que ajudam que as revistas sejam, atualmente, retiradas de um papel secundário dentro do *corpus* da literatura, ocupando não mais uma posição de inferioridade frente aos livros – formas consagradas da produção literária – é o tipo de intervenção que realizam. As revistas estão, segundo Regina Crespo, em um “lugar intermedio entre la trascendencia de los libros y la transitoriedad de los periódicos”⁴³. Enquanto os primeiros atuam na esfera do médio e do longo prazo e os jornais diários trabalham na imediatez dos acontecimentos, as revistas podem realizar um debate, ao mesmo tempo, dinâmico e profundo.

⁴¹ MACHADO, A. A. Um poeta e um prosador. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n. 5, p. 4, set. 1928.

⁴² BOAVENTURA, M. E.. *O salão e a selva...* p. 140.

⁴³ CRESPO, R.. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. p. 2.



Menos sometido al inmediatismo de las noticias, los editores de las revistas reservan a los temas y hechos de que van a tratar un tiempo de elaboración más largo y un espacio material (número de columnas o páginas) eventualmente más amplio. Eso lleva a que pongan más énfasis en la reflexión e implica la creación de textos en principio más analíticos y de autor.⁴⁴

Trata-se da possibilidade de agir de forma eficaz frente a uma problemática específica. Os colaboradores de uma revista podem agir de forma dinâmica, o que as torna instrumentos culturais mais democráticos se comparadas à cultura livresca. Novamente utilizamos Crespo, que diz:

Los periódicos, los suplementos y, en menor escala, las revistas se asocian a lo inmediato y a lo transitorio, situación que, en contrapartida, les permite establecer un compromiso mucho más incisivo con su propia conjuntura y, en cierto sentido, les ofrece la posibilidad de actuar sobre ella.⁴⁵

A intervenção no presente que a *Revista de Antropofagia* realiza é um dos seus marcos e uma das suas maiores vantagens. A periodicidade mensal permite a leitura e um tempo suficiente para a elaboração de respostas. Quando passa a ser lançada semanalmente, o debate torna-se ainda mais acalorado e a atualização sobre o que está ocorrendo segue em andamento acelerado. É preciso agir imediatamente pois, na semana seguinte, o assunto poderá perder o sentido. Nesse momento, contribuições de autores da fase anterior são recusadas por se reconhecer um descompasso nas interpretações sobre o teor da proposta. Por estar voltada para um público capaz de acompanhar as tendências vanguardistas em suas constantes e rápidas mudanças, seus colaboradores e leitores são obrigados a uma atualização contínua, no intuito de estar sempre na posição de vanguarda, à frente do movimento modernista. A ideia de presente serve, nesse sentido, como justificativa para a adoção de uma literatura atualizada e, dessa forma, nada mais adequado que a atuação do modernismo, que diz fazer uso de técnicas e temas contemporâneos.

O presente não diz respeito apenas, contudo, à atualização em termo de forma e conteúdo. Os antropófagos agem, nesse tempo, de forma semelhante ao que Angel Castiñeira denomina “momento do compromisso”⁴⁶. Trata-se da ocasião de trabalhar para criar no país a nacionalidade. Todo o esforço por trás da revista visa traçar um discurso autorizado sobre a cultura do Brasil, transformando-a em cultura nacional. A literatura antropófaga apresenta-se como um marco inaugurador de uma nova temporalidade, dessa vez uma temporalidade da

⁴⁴ _____, *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. p. 2.

⁴⁵ CRESPO, R., *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. p. 1.

⁴⁶ CASTIÑEIRA, Angel. Naciones imaginadas, identidad personal, identidad nacional y lugares de memoria. In: RESINA, Joan Ramon.; WINTER, Ulrich. *Casa encantada: lugares de memoria en la España constitucional (1978-2004)*. Frankfurt am Main: Veuert, 2005.



nação, atribuindo a si própria a criação de um tempo fundacional. No presente ocorre a ação do grupo antropófago, ou seja, é escrita sua narrativa. O trabalho empreendido para dotar o país de uma cultura verdadeiramente nacional, livre da dependência a qual manifestara desde o momento fundacional, é legitimado também no e pelo presente. Os antropófagos afirmam que a literatura nacional está nascendo no momento presente: “Literatura que não é bem literatura. Porque ainda está se criando. Mas que triunfará gloriosamente. Desabrochando do astacal com um cheiro de coisa boa. (...) Brasileira como o Brasil que nós queremos”⁴⁷.

Trata-se de uma intervenção na esfera pública a partir do discurso intelectual o que mostra o vínculo entre a vanguarda política e a artística. Diz Roxana Patiño:

Uma revista, mesmo a mais elitista, se define pelo seu caráter e vontade de intervenção pública, qualidade que remete ao nascimento do jornalismo e da própria opinião pública. (...) Se seu espaço é a esfera pública, seu tempo, por excelência, é o presente. A revista intervém para deixar sua marca no presente, não está interessada no futuro como o livro.⁴⁸

O caráter relativamente imediatista do periódico proporciona a manutenção de um estado constante de negociação, com tensões e relocalizações. A imediatez relativa gera teorias que não se manterão no futuro, o que, no presente das negociações, não pode ser determinado, diferenciando as revistas dos livros onde, aparentemente, os conflitos já foram resolvidos.

Ilustração e aspectos gráficos

Não há um investimento muito profundo, na Antropófaga, com relação à ilustração. A revista não apresenta vinhetas nem varia significativamente o formato de letras, títulos, subtítulos ou outros aspectos relativos à sua apresentação. A partir da correspondência trocada entre Antônio Alcântara Machado e colaboradores da revista *Verde*, de Cataguases, é possível perceber que se trata, provavelmente, de uma opção feita por este autor, que defende, em relação à revista mineira, que ela seja simples, sem muitos detalhes tipográficos ou traços para fazer divisões.⁴⁹ A decisão tomada em relação à publicação paulista pode ter ocorrido também pelos mesmos motivos. A linguagem tipográfica é conservadora se comparada, por exemplo, à primeira modernista *Klaxon*. Não há cores e a revista é desprovida de uma capa propriamente dita, no

⁴⁷ SARASATE, P.. Tocando na mesma imbuia...

⁴⁸ PATIÑO, Roxana. América Latina: literatura e crítica em revista(s). In: SOUZA, E; MARQUES, R. (org.). *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 461.

⁴⁹ Citado por LIMA, Yone Soares. *A ilustração na produção literária: São Paulo, década de vinte*. São Paulo: IEB, USP, 1985. p. 75.



sentido de invólucro, lembrando “mais um pequeno jornal a partir de seu próprio frontispício, que acompanhava a mesma fatura tipográfica (papel, apresentação e diagramação)”⁵⁰.

Também não há investimento em relação à exposição de imagens, havendo apenas quinze figuras em todas as suas páginas (sete de Tarsila do Amaral, três de Pagu e outras de Cícero Dias, Rosário Fusco, Di Cavalcanti, Antonio Gomide e María Clemencia). Os artistas que tem desenhos reproduzidos são também parte da vanguarda artística do Brasil, havendo apenas a contribuição de uma estrangeira, a argentina María Clemencia López-Pombo.

Um dos aspectos mais interessantes sobre as imagens reproduzidas na revista diz respeito à estreita relação entre a proposta literária e a proposta estética da obra de Tarsila do Amaral, companheira de Oswald de Andrade no período. Algum tempo depois do jantar em que a ideia sobre a Antropofagia surge, segundo Raul Bopp, Tarsila do Amaral pinta um quadro em que aparece uma grande figura, de pés e mãos enormes e cabeça diminuta, com um cacto e uma flor ao fundo. O quadro é um presente para Oswald de Andrade por ocasião de seu aniversário, em janeiro de 1928. Oswald e Bopp examinam a tela e acham-na tão impressionante que recorrem ao dicionário de tupi-guarani de Montoya e batizam-na de *Abaporu* (aba: homem; poru: que come), nascendo daí a relação da pintura de Tarsila com a proposta literária antropofágica. Oswald propõe, então, “desencadear um movimento de reação genuinamente brasileiro”, redige o *Manifesto Antropófago*, o qual, segundo Bopp, “conduzia a um Brasil mais profundo, de valores ainda indecifrados”, e cria a revista.

Oswald de Andrade admite várias vezes a influência da pintura de Tarsila no projeto antropofágico. Em entrevista para *O Estado de Minas*, em 13 de maio de 1928, o autor reconhece: “Foi talvez na pintura bárbara de Tarsila que eu achei essa expressão. Sob um tom de paradoxo e violência, a Antropofagia poderá quem sabe dar à própria Europa a solução do caminho ansioso em que ela se debate”⁵¹. Desde o início da década de 1920, Tarsila passa a relacionar a aprendizagem sobre arte moderna que recebe na Europa com o universo brasileiro. São exemplos de pinturas que realizam essa fusão de técnica e assunto em sua pintura: *A Negra*, de 1923; *Carnaval em Madureira*, de 1924; *O Pescador*, de 1925; *A Lua*, de 1928; *Floresta*, de 1929; e *Sol Poente*, de 1929.

Um desenho do *Abaporu* é reproduzido no primeiro número da *Revista de Antropofagia*, entremeado pelo *Manifesto Antropófago*, o que demonstra, mais uma vez, a íntima relação entre proposta estética e literária. Depois, no primeiro número da segunda edição, exibe-se um

⁵⁰ _____, *A ilustração na produção literária: São Paulo, década de vinte*. p. 75.

⁵¹ ANDRADE, Oswald. Contra os “emboabas”. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 de maio de 1928. In: BOAVENTURA, M. E.. *Os dentes do dragão...* p. 41.



desenho da artista semelhante ao *Abaporu*, mas posicionado do lado direito da tela. No número 16, de 24 de abril de 1929, vê-se um desenho de Tarsila unindo as duas imagens (*Abaporu* e *A Negra*). Por fim, depois de publicar outros desenhos de Tarsila, a revista reproduz o quadro *Antropofagia*, acompanhado de legenda esclarecedora, “quadro número 1 do catálogo da exposição de Tarsila”, ocorrida em Paris, em 1929.

É possível dizer que Tarsila transpõe para a tela a discussão a respeito da fusão étnica presente na sociedade brasileira. Conforme a apreciação de Aracy Amaral, o quadro *Antropofagia* remete para uma “fusão harmoniosa das duas figuras” em que “entre o fundo, cuja referência ao *Abaporu* é bem evidente, no cacto e sol, e o primeiro plano Tarsila interpõe a folha de bananeira presente em *A Negra*, desta vez mais naturalista, sem a preocupação da estilização geometrizzante”⁵². Tal mistura de dois quadros em outro, intitulado *Antropofagia*, pode apontar não apenas para o reconhecimento, pela pintora, do negro no processo de devoração antropofágica, como também para a mistura de elementos étnicos, característica do movimento pretendido. A influência do primitivismo europeu concorre para que a etnia negra, assim como a indígena, seja associada a um estado mais próximo da natureza, dentro da dicotomia colonizador/nativo. Enquanto se questionam as pretensas civilização, racionalidade, decência e religiosidade do colonizador, também se abala o estereótipo que vê o nativo como bárbaro, irracional, inimigo da decência, supersticioso, vivente em um estado de escuridão, e aí se inclui, em menor grau, o negro.

Não se trata de coincidência que Oswald de Andrade tenha reconhecido a íntima ligação entre texto e contexto na segunda edição da *Revista de Antropofagia*. A radicalização proposta pelo autor, assim como na pintura de Tarsila, não se limita apenas ao conteúdo publicado. Assim como no formato da segunda edição, a fase antropofágica de Tarsila realiza uma fusão de elementos que se traduz no campo do conteúdo e também de sua apresentação. Daí o caos na diagramação. Sendo uma revista vanguardista, não apenas os conteúdos estão em constante mudança e modernização, mas também os elementos paratextuais confirmam e dão suporte aos elementos textuais.

Publicidade e promoção

A *Revista de Antropofagia* investe, em suas páginas, em propaganda de produtos e na sua própria promoção. Desde a primeira edição ela exhibe anúncios, especialmente propaganda de livros, mas sem grandes atrativos gráficos e de forma conservadora e disciplinada. O estímulo

⁵² AMARAL, Aracy Abreu. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 251.



sobre compra e venda de livros se dá através de reclames informativos tradicionais e sucintos: “estão no prelo”, “a sair brevemente”, “este mês”, “brevemente”, “em todas livrarias”, “já saíram”, “está à venda”, “breve”, “vão sair”. Além disso, há apelos diretos aos leitores, através do imperativo “leiam”. Os atrativos geralmente usados são o nome do autor, o título do livro e sua forma ou gênero (se são versos, contos, poemas, história, romance, ensaio, crítica, folclore, estudo, coleção de modinhas). Outras informações são escassas, como referências sobre série, edição e preço. Exceções são *Laranja da China*, de Antônio Alcântara Machado, e *Macunaíma*, de Mário de Andrade, anunciados insistentemente nas edições de maio (“estão no prelo” e “a sair brevemente”), junho (“este mês”), até outubro, quando se divulga, finalmente, que os dois livros “já saíram”, constando o preço das obras⁵³. Os anúncios estão em páginas específicas, quase exclusivamente as pares (apenas um exemplar não tem anúncios na segunda página), que podem ser pensadas como contracapas ou como páginas não tão visadas, dada a encadernação da revista. Apesar de não muito explorados tipograficamente, os anúncios, em sua maioria, ocupam espaço considerável nas páginas (às vezes meia página), apresentando um vazio grande ao seu redor, o que valoriza seu conteúdo.

As obras anunciadas são quase exclusivamente de autores modernistas. Num primeiro momento, quando o radicalismo não é tão contundente, é possível encontrar anúncios de livros dos mais diversos literatos, alguns dos quais, posteriormente, sofrerão duras críticas. Além disso, a revista anuncia que “publicará gratuitamente todo e qualquer anúncio de compra e venda de livros que lhe for oferecido”⁵⁴, divulgando títulos a serem vendidos ou adquiridos por autores, livrarias, instituições e pela redação, através da seção “balcão”, localizada geralmente na última página.

⁵³ Talvez esse fosse um apelativo a mais por se tratar, ao menos no caso de *Macunaíma*, de uma edição de autor. No entanto, o anúncio do preço de obras não foi regra na revista, aspecto que pode estar relacionado, segundo Yone Soares de Lima, com a consciência da vanguarda em fazer lançamentos literários omitindo, “propositadamente, referências diretas ao valor pecuniário da obra”, já que “uma referência assim abertamente ‘comercial’ à obra literária, correria o risco de dar uma visão diminuída aos seus valores culturais”. In: LIMA, Y. S.. *A ilustração na produção literária: São Paulo, década de vinte*. p. 70.

⁵⁴ Dos livros que a revista faz propaganda estão, por ordem quantitativa: *Laranja da China*, de Antônio Alcântara Machado, e *Macunaíma*, de Mário de Andrade, ambos anunciados seis vezes. Depois deles, *República dos E. U. do Brasil*, de Menotti del Picchia é citado cinco vezes, juntamente com *Girahuz*, de Augusto Meyer. E seguem outros livros mencionados quatro vezes: *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo; *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado e; *Compêndio da História da Música*, de Mário de Andrade. Recebem três anúncios: *Antologia de quatro poetas mineiros*, de João Alphonsus, Carlos Drummond de Andrade, Emilio Moura e Pedro Nava; *Meia-Pataca*, de F. T. Peixoto e Guilhermino César; *Bagaceira*, de José Américo de Almeida; *Gado Chucro*, de Vargas Netto; *Ensaio sobre Música Brasileira*, de Mário de Andrade; *Estudos*, de Tristão de Ataíde; *Senajim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade; *Lira Paulistana*, de Antônio Alcântara Machado; e *Uma família essencialmente agrícola*, de Rubens de Moraes. Duas vezes são anunciados *O bandeirante na intimidade*, de Antônio Alcântara Machado e *Colônia Z e outros poemas*, de Rui Cirne Lima. Há uma lista bem grande de livros anunciados apenas uma vez, sendo eles: *Canto Brasileiro*, de Augusto Frederico Schmidt; *No galpão*, de Darcy Azambuja; *Poemas cronológicos*, de Henrique de Resende, Rosário Fusco e Ascânio Lopes; *Porace Tinguireasca*, de Odilon Negrão; *Festa de Negros*, de Octavio de Sá Barreto; *Rodeio de estrelas*, de Manuelito Ornelas; *A estrela do Absinto*, de Oswald de Andrade; *Substância*, de Manuel de Abreu e; *Fruta de Conde*, de Rosário Fusco.



Por fim, as próprias críticas literárias, em sua maioria assinadas por Antônio Alcântara Machado, realizam também a promoção de livros, dessa vez de uma forma mais sutil, num nível menos comercial e mais elevado e erudito. A crítica, como gênero de representação, pode contribuir eventualmente para a difusão cultural dos livros e dos autores que colaboram com a revista. Explica Yone de Lima:

A verdade é que a Revista de Antropofagia em sua primeira fase, menos afeita a valores visuais em anúncios do que suas congêneres, manteve a publicidade sobre a literatura quase sempre em padrões moderados e sem grandes destaques promocionais. Invariavelmente no rodapé, sem moldura ou filete tipográfico que os valorizasse visualmente, as referências aos livros eram muito mais relações de novos lançamentos do que propriamente reclames sobre os mesmos.⁵⁵

Nessa fase, para além da divulgação propriamente literária, há poucos anúncios comerciais. Há apenas o da Empresa Gráfica Ltda., que provavelmente faz a impressão do periódico, e outro que avisa sobre o edital de um concurso promovido pela Sociedade Capistrano de Abreu, cujo tema é “O Rio São Francisco na História do Brasil”. Por fim, há um anúncio sobre cinema (“UFA, os filmes que assombram o mundo”), relativo a um representante de São Paulo que faz a distribuição dos filmes da companhia alemã *Universum Film AG*. A seção Brasileira, por seu turno, é a que mais se assemelha aos anti-anúncios da segunda denteição, reunindo “notícias de jornais, trechos de romances, discursos, cartões de boas festas, anúncios, circulares – textos ‘ready made’ que denunciam a amena poluição da imbecilidade através da linguagem cotidiana e convencional”⁵⁶.

A revista faz ainda sua autopromoção, anunciando preço, formas de aquisição (“pedidos acompanhados de vale postal”, assinatura anual, compra na própria redação), endereço para contato (*Laranja da China* pode ser comprado através de pedidos para a “Caixa Postal n. 1269, São Paulo”, enquanto *Macunaíma* pode ser comprado diretamente no endereço de seu autor) e o conteúdo dos próximos números, com nome de autores e de livros. Oswald de Andrade, antes mesmo da aparição da revista, concede entrevistas a periódicos de São Paulo e Rio de Janeiro com o intuito de preparar o público para seu lançamento. Antes da estreia é possível saber quando o periódico sairá à luz, quem serão os colaboradores e quais ideias serão debatidas.

Apesar de Maria Eugênia Boaventura argumentar que provavelmente a revista não é vendida nesse primeiro momento, circulando apenas entre conhecidos, os inúmeros exemplos de publicidade e promoção de obras, autores e da própria revista revelam uma preocupação em

⁵⁵ LIMA, Y. S.. *A ilustração na produção literária: São Paulo, década de vinte*. p. 75.

⁵⁶ CAMPOS, Augusto de. *Revistas re-vistas: os antropófagos...*



atrair leitores e dialogar com eles, o que não exclui a possibilidade de a revista ter sido realmente vendida. Há uma nota sobre a venda da revista na “casa Garraux”, em São Paulo, no *Diário Nacional*⁵⁷, além de haver também indícios da comercialização da revista na correspondência de intelectuais modernistas do período.⁵⁸

O que há mais comumente, entretanto, é o envio de exemplares pelos próprios intelectuais. Mário de Andrade remete um exemplar para Alceu Amoroso Lima em maio de 1928. Antônio Alcântara Machado expede exemplares a Prudente de Moraes Neto, em novembro do mesmo ano. Mário de Andrade recebe exemplares de Antônio Alcântara Machado. Rosário Fusco não obtém um exemplar de Antônio Alcântara Machado e reclama com Mário de Andrade, pedindo que este envie para ele, então, “pelo amor de Deus”. Mais tarde, o mesmo Rosário pede a Mário para lembrar Alcântara Machado da sua promessa de remeter “uma ou duas coleções novas da Antropófaga. Não custa nada, gente”⁵⁹. Mesmo se tratando de um sistema de distribuição “amador” isso não impede, portanto, que a circulação tenha se dado tanto no Brasil como no exterior.

Há que se enfatizar a diferença entre comprar/fazer a assinatura da revista e receber um exemplar de presente. Ser presenteado com a revista significa fazer parte de um grupo ainda mais seleto de leitores, estimulado em sua leitura e colaboração pelos editores. Presentear a alguém com a revista significa contar com a adesão daquele indivíduo ao projeto antropofágico. Comprar ou assinar, por outro lado, remete ao desejo de participar das discussões, não sendo necessariamente bem-vindo.

Na segunda dentição, encontram-se propagandas comerciais não relacionadas à área literária ou artística, como anúncios de remédios e de creme dental.⁶⁰ Mais uma vez percebe-se que, assumindo a página de um órgão de comunicação de massa, a revista deve se submeter ao seu caráter comercial, sendo preciso deixar espaço para anúncios que propiciarão lucro à empresa. Os anunciantes, nesse sentido, são vitais para o *Diário de São Paulo*, que possuía também sua seção de classificados.

⁵⁷ REVISTA de Antropofagia. São Paulo, *Diário Nacional*, ano I, n 255, 8 maio 1928, p. 5.

⁵⁸ Em bilhete postal enviado para Prudente de Moraes Neto, de fevereiro de 1929, por exemplo, Mário de Andrade, que fazia uma viagem pelo nordeste do Brasil, diz não ter encontrado o número 9 da *Revista de Antropofagia* para comprar e que sequer o número 8 havia chegado ali. Diz: “O sujeito da casa Moura (rua d’Imperador) queixou-se. Previna o Rodrigo”. In: KOIFMAN, Georgina (org.). *Cartas de Mário de Andrade a Prudente de Moraes Neto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 288.

⁵⁹ MENEZES, Ana Lúcia G.. *Amizade cartedeira: o diálogo epistolar de Mário de Andrade com o grupo Verde de Cataguases*. São Paulo, USP, Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas, FFLCH, 2013.

⁶⁰ A Cafiaspirina, por exemplo, serve para acalmar a dor e para curar afecções reumáticas. Cerodont é uma cera contra dor de dente e cárie que também alivia o hálito. Vital Cur trata de doenças no fígado.



Na segunda dentição são fartos os antianúncios, propagandas ao contrário, em que o sentido sério é demolido, não havendo “nenhuma chance à publicidade séria da obra literária”⁶¹. No quarto número, a revista faz propaganda e esclarecimento sobre si mesma: “Leia sempre esta página que será a sua página – Experimente a sua inteligência”. Ainda no mesmo número: “Todos os escritos desta página são inéditos. Os que não são a gente avisa”⁶². No exemplar seguinte, a propaganda entremeia-se com a crítica ao escritor carioca Tristão de Ataíde: “BREVEMENTE suplemento da revista de antropofagia A HORDA órgão católico-comensal dedicado à defesa dos interesses Anna-tomistas diretor: Tristinho de Ataíde”⁶³. No número sete sai outro, criticando outro modernista: “Brevemente MALDITO CLERO (tango) por Mário Pinto Serva”⁶⁴. No oitavo número, há um artigo que não se presta a promover ninguém: “BREVE O livro de contos de um autor desconhecido deslumbrará o país. Lugar garantido e livre de constipações”⁶⁵. As críticas aos modernistas seguem o mesmo tom: “BREVEMENTE Tasso da Silveira Alegria Procriadora (2ª Edição)”⁶⁶, que, segundo Yone Soares de Lima, visa demolir o autor do livro *Alegria criadora*. No décimo número, há o famoso antianúncio contra Mário de Andrade: “Brevemente 2ª edição de MACUNAÍMA lendas indígenas com capa de Mário de Andrade”⁶⁷. Os antianúncios são, portanto, momentos em que faz-se uso de formas específicas de publicidade transpostas para o contexto literário, o que as possibilita fazer troça ou dessacralizar autores, periódicos, obras e a própria revista ou, ainda, brincar ou caricaturar sem grandes intenções.

A *Revista de Antropofagia* é uma espécie de vitrine do movimento modernista e do que os colaboradores consideram literatura moderna, indicando a seus leitores o que deve ser lido e fazendo-se, portanto, de pedagoga do que é boa literatura. No entanto, mais do que instrumento de propaganda, ela é uma produção modernista em si, não inferior à publicação de obras literárias. Ela procura despertar no público o interesse pela sua leitura e, para isso, contribuem tanto o anúncio de obras e de grandes nomes de autores, quanto a crítica literária e a publicação de excertos de obras. Dizer-se atualizada também contribui para que seja procurada exatamente por leitores que acompanham a jornada vanguardista.

Término da publicação

⁶¹ LIMA, Y. S.. *A ilustração na produção literária: São Paulo, década de vinte*. p. 76.

⁶² *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, n. 4, 7 abr. 1929.

⁶³ *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 6, n. 5, 14 abr. 1929.

⁶⁴ SEÇÃO de pequenos anúncios. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, n. 7, 1 maio 1929.

⁶⁵ BREVE. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 12, n. 8, 8 maio 1929.

⁶⁶ *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 10, n. 9, 15 maio 1929.

⁶⁷ *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 10, n. 10, 12 jun. 1929.



Não há um evento específico que determine o fim da *Revista de Antropofagia*. Pode-se apontar para, ao menos, três acontecimentos que influem sobremaneira para que ela acabe, explorados por Raul Bopp em suas memórias. O autor de *Cobra Norato* percebe de maneira bastante clara a associação entre o fim da publicação e seu radicalismo e agressividade, seus maiores méritos. É em virtude desse radicalismo, que zomba da Igreja Católica e faz apologia do divórcio, do amancebamento, da posse contra a propriedade e de uma série de estigmas sociais que se pode citar novamente a reação do diretor do *Diário de São Paulo*, contada por Bopp: “Rubens do Amaral perdeu a calma. Pediu para acabar definitivamente com a página. Cresciam as devoluções de jornais, em protesto contra as notas que se publicavam”⁶⁸.

Podem-se acrescentar as contendas entre os próprios intelectuais modernistas no período. Antônio Alcântara Machado adiciona às informações de Bopp seu ponto de vista sobre a decisão de Rubens do Amaral, diretor do *Diário de São Paulo* em suspender o empreendimento. Em carta a Prudente de Moraes Neto, Machado expõe suas mágoas quanto ao afastamento da revista na sua segunda fase e a outros episódios que envolvem Mário de Andrade, Paulo Prado e outros.

E começou a tristeza escondida atrás de pseudônimo: o Costa e o Andrade começaram a injuriar ao Mário, ao Paulo Prado, a você e a mim, sobretudo. Paulo Prado indignado rompe com o Oswald. Logo depois Mário faz o mesmo. Guilherme de Almeida e Yan de Almeida Prado iniciam um processo por injúrias. Aí o Rubens caiu em si. Percebe (só então) que o Diário estava abrigando anônimos que se aproveitavam da situação para insultar colaboradores e amigos do próprio Diário e do O jornal. E os três acharam um tal Jaime Adour da Câmara o testa-de-ferro de que precisavam. Esse sujeito (que está para embarcar para a Finlândia) assume a responsabilidade do papelzinho. E a coisa continua mais comedida mas sempre torpe.⁶⁹

Também o momento histórico contribui para o fim da publicação, uma vez que “se aproximava 1930, época de crise, de conflitos políticos e socioeconômicos agudos”⁷⁰. Em 1929 ocorre a crise da bolsa de Nova Iorque, evento de repercussões mundiais que irá mudar sobremaneira a economia do Brasil e, mais especificamente, vai influenciar nos rendimentos financeiros do próprio Oswald de Andrade.

Também se pode fazer menção a questões de ordem pessoal sobre o fim da revista, relativas ao término do casamento de Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral e o romance daquele autor com a jornalista, artista plástica e escritora Patrícia Galvão. Esta, apresentada no meio modernista pela própria Tarsila, contribui na revista com imagens e passa a atrair a atenção

⁶⁸ BOPP, R. *Vida e morte da Antropofagia*. p. 44.

⁶⁹ BARBOSA, Francisco de Assis. *Intelectuais na encruzilhada. Correspondência de Alceu Amoroso Lima e Antônio Alcântara Machado (1927-1933)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001. p. 84.

⁷⁰ BOAVENTURA, M. E.. *A vanguarda antropofágica...* p. 56.



do autor de *Pau-Brasil*, que escreve uma nota sarcástica sobre o caso: “Se o lar de Tarsila vacila é por causa do angu de Pagu”. Oswald viaja com Pagu para a Bahia em 1930, quando já havia rompido com a companheira com a qual esteve por nove anos. Novamente Raul Bopp conta as memórias da Antropofagia:

Desprevenidamente, a libido entrou de mansinho no paraíso antropofágico. Ocorreu um *changé des dames* geral. Um tomou a mulher do outro. Oswald desapareceu. Foi viver o seu novo romance numa beira de praia, nas imediações de Santos. A reação emocional se processou em série, com vários desajustamentos de âmbito doméstico.⁷¹

O que ocorre, portanto, é uma junção de eventos que, conjuntamente, levam ao fim tanto a publicação quanto os projetos que extrapolavam o projeto editorial. Tais acontecimentos fazem com que todos esqueçam o congresso de Antropofagia (que se realizaria em Vitória, no Espírito Santo), a bibliotequinha e o calendário antropofágicos, o levantamento dos clássicos da Antropofagia, a análise do ‘grilo’ como conceito antropofágico, a edição de uma subgramática da língua brasileira, a tese do ‘mussungulá’ e do ‘berro’ (sistema de medidas de superfície), o exame da libido brasileira, entre outras iniciativas.

A Arca antropofágica encalhou em São Paulo, com esse material a bordo. Urubu foi ver se as águas já tinham baixado. Não voltou mais. Houve imprevistos na descida. Os planos de reação e renovação ficaram num deixar-estar ou acomodaram-se em variantes cosmopolitas. A experiência brasileira do grupo perdeu o seu significado inicial.⁷²

Reedições

Como último aspecto a ser analisado, é possível fazer algumas reflexões sobre a existência da reedição da *Revista de Antropofagia*, em formato facsímile. Algumas revistas modernistas foram reeditadas no Brasil: *Klaxon* recebeu uma reedição em 1976; *Terra roxa e outras terras* em 1977; *A revista, Verde e Arco e Flexa* em 1978; *Estética* em 1974; e a *Revista de Antropofagia* em 1975.

As reedições das revistas modernistas, todas na década de 1970, facilitam tanto o acesso às mesmas quanto seu estudo. Atualmente, os meios eletrônicos possibilitem o acesso muito mais rápido e conveniente a alguns exemplares. Há poucos exemplares originais e esses apresentam-se

⁷¹ BOPP, R. *Vida e morte da Antropofagia*. p. 53.

⁷² _____. *Vida e morte da Antropofagia*. p. 70.



em estado frágil e passível de decomposição se manipulados.⁷³ Perde-se, contudo, contato com o original e, mais do que isso, o acesso ao material compilado e organizado, inclusive com um prefácio explicando certas características, mostra o quanto é diferente a dinâmica da publicação no seu presente e sua existência já “acabada”.

Eduardo Gonzalez Lanuza, ao avaliar os significados da reedição da revista argentina *Martín Fierro*, apresenta algumas pistas sobre a questão da consagração, que podem em grande parte ser pensadas sobre a *Revista de Antropofagia*:

Aquellos ejemplares montaraces, doblados, desperdigados, cada uno de los cuales era el resultado de la superación de increíbles dificultades bien conocidas, de inciertísima prolongación en imprevisibles números posteriores, tienen muy poco de común con estos ordenados y bien planchados números (...), ya sin problematicidad alguna en cuanto a un futuro resuelto de una vez por todas. (...) La vivacidad del movimiento se ha cuajado en duro ademán del mármol, y lo que es más grave, la supuesta inmortalidad que éste acuerda, es a expensas de la auténtica vitalidad que destruye.⁷⁴

Pode-se, além disso, dizer que a publicação é consagrada pela crítica e pela historiografia ao receber restaurada a aura que talvez não tenha no período em que circula. Poucas revistas do período são reeditadas, o que mostra que elas adquirem uma característica “canônica”. Significa que essas revistas, se eram marginais, passam a assumir uma aura que Beatriz Sarlo diz não ser própria das publicações periódicas, cabendo mais apropriadamente aos livros.

Essa canonização de determinadas revistas modernistas faz parte de um movimento iniciado pelos próprios modernistas, já no fim da década de 1940, de consagração do modernismo. A historiografia e a crítica literária acompanham essa tendência, contribuindo para a criação do “mito modernista”, como lembra Daniel Faria, em seus diversos aspectos:

um evento comemorado por intelectuais os mais refinados, rememorado em festas e festivais promovidos pelo Estado, sobretudo nas fases mais autoritárias da história política do Brasil contemporâneo, televisionado, musicado, reinvidicado por poetas marginais e concretistas, ensinado nas salas de aula para crianças, adolescentes, jovens e adultos...⁷⁵

Ainda que Oswald de Andrade seja, a partir de 1929, ignorado por muitos modernistas, que o isolam⁷⁶ em virtude da zombaria que promove (Antônio Alcântara Machado, em carta a

⁷³ O *Arquivo Público do Estado de São Paulo* possui microfilmados alguns exemplares que compuseram a segunda detenção. Não é permitido, salvo em casos especiais, o acesso à revista original. O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo também possui exemplares.

⁷⁴ GONZÁLEZ LANUZA, Eduardo. *Los martinfierristas*. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1961. p. 12.

⁷⁵ FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 14.

⁷⁶ A filha de Oswald de Andrade, Marília de Andrade, fala do “desprezo que lhe dedicava o mundo literário ‘oficial’” e lembra que o pai morreu sem grandes visitas de intelectuais, tendo sido “punido com desdém pelo seu



Alceu Amoroso Lima diz: “Aí está – meu querido Alceu – a razão pela qual é imprescindível uma conjuração do silêncio em torno da nova fase oswaldiana. Cabotino o que ele quer é ruído à sua volta, já está isolado. Não convém tirá-lo da solidão.”⁷⁷), a partir da década de 1960, a Antropofagia é novamente resgatada, especialmente pelo movimento tropicalista, e passa a ser motivo de inúmeras pesquisas acadêmicas, além de servir a festivais literários e eventos como os apontados por Daniel Faria. A institucionalização do modernismo, transformado em cânone estético, ocorre concomitantemente à perda do poder crítico e revolucionário da Antropofagia.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi estudar a *Revista de Antropofagia* para além de seu conteúdo, estendendo considerações para a forma como ela se apresenta e circula, numa vinculação estreita entre texto, paratexto e contexto. Seu formato, divisões, textos entremeados com propagandas, promoção de si e de outros, antianúncios, dentre outros, têm íntima relação com seu conteúdo, algo similar com o que se deu na proposta estética de Tarsila do Amaral, alinhando forma e temática na elaboração de seus quadros antropófagos.

A *Revista de Antropofagia* pode ser lida como um objeto de natureza híbrida, em vários aspectos. Sua temporalidade está localizada num meio termo entre o imediatismo das notícias e a profundidade teórica dos livros. Nesse sentido, pode se dirigir aos seus leitores de forma direta, recebendo respostas mais audíveis também, o que favorece o diálogo e o debate. Seu hibridismo relaciona-se também à sua condição intermediária entre a literatura e o jornalismo. Oswald de Andrade exprimiu com maestria a condição do literato no início do século XX ao intitular suas memórias *Um homem sem profissão*, expressando o desamparo e a condição informal a que estava submetida a maioria dos intelectuais do período. O literato não consegue ainda, dada a pouca autonomia do campo literário, obter seu sustento exclusivamente de literatura, tendo que “vender sua pena para viver”, ou seja, trabalhar como repórter, jornalista, redator, professor ou em algum órgão do governo⁷⁸. A quase totalidade dos autores que participa da revista tem experiência na vida jornalística, colaborando em jornais e revistas⁷⁹, o que proporciona experiência tanto para a

brilhançismo, pela sua franqueza, suas ideias avançadas e extraordinária capacidade para satirizar”. In: ROCHA, João César de Castro, RUFFINELLI, Jorge (orgs.) *Antropofagia hoje? Oswald de Andrade em cena*. São Paulo: É realizações, 2011.

⁷⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. *Intelectuais na encruzilhada. Correspondência de Alceu Amoroso Lima e Antônio Alcântara Machado (1927-1933)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001. p. 85.

⁷⁸ Mário de Andrade, por exemplo, complementava sua renda ministrando aulas de piano.

⁷⁹ Para citar apenas o exemplo do mentor da revista, Oswald de Andrade já havia editado por sete anos a revista *O Piralho*, que publicou autores consagrados à época, com Amadeu Amaral, Voltolino, Alexandre Marcondes, Cornélio Pires, Ricardo Gonçalves, Martins Fontes e Coelho Neto. Também havia criado *Papel e Tinta*, com Menotti del Picchia, além de escrever com regularidade para os jornais do país, especialmente para o *Jornal do Comércio*, onde



confeção da revista quanto para explorar características jornalísticas e trazê-las para a área literária. A aproximação entre literatura e jornalismo dá-se, portanto, com a interseção de discursos e linguagens, o que a revista explora especialmente em sua segunda dentição.

A atuação na imprensa, por outro lado, ajuda no estabelecimento de contatos e na construção de uma rede de intelectuais em torno do empreendimento. Ao redor da publicação é tecida uma rede de contatos que se dá por diversos meios. As revistas têm tanta importância na produção, divulgação, discussão e formação de uma rede de intelectuais quanto os livros. A correspondência trocada, a reproduções de notícias de outros periódicos e os próprios textos, acompanhados não apenas do nome dos autores mas também de referência quanto aos seus locais de origem, mostram, em parte, o alcance de uma rede difícil de mapear.

A *Revista de Antropofagia*, enquanto empreendimento periodístico, possui caráter mais democrático que os livros, ao permitir a colaboração de intelectuais menos consagrados ou com menor capital financeiro, insuficiente para publicar um livro, por exemplo. Comenta Yone Soares de Lima: “Publicar um livro, nos primeiros decênios do século XX significava um requinte somente permitido aos aquinhoados financeiramente (ou aos bem apadrinhados)”⁸⁰. Como um local de “estreia de novos”, ali é possível ser lido e fazer contato com nomes consagrados. Ser novo, em termos de idade e inexperiência, no caso modernista, não é uma característica negativa. Ao contrário, o objetivo é lançar novos autores, acreditando que a inexperiência é um indicativo de que o literato não está preso ao passadismo que se quer combater.

Por fim, é possível dizer que, enquanto órgão de divulgação dos ideais antropófagos, a *Revista de Antropofagia* age não apenas como um estômago, deglutindo assuntos diversos, nas áreas literária, artística, social e política, como também procura “ter estômago” – ânimo, disposição, apetite – suficiente para devorar o próprio modernismo, quando percebe que este “não compreendeu o nosso ‘caso’, não teve coragem de enfrentar os nossos grandes problemas, ficou no acidental, no acessório, limitou-se a uma simples revolução estética”, considerando-o “uma fase de transição, uma simples operação de reconhecimento, e nada mais”⁸¹.

mantinha uma coluna chamada *Feira das Quintas*. É ali que aparentemente Oswald conhece o homem que seria o editor da primeira fase da revista, Antônio Alcântara Machado, também envolvido na área jornalística, como outros colaboradores.

⁸⁰ LIMA, Y. S.. *A ilustração na produção literária: São Paulo, década de vinte*. p. 43.

⁸¹ TAMANDARÉ. Moquém II – Hours d’œuvre. *Revista de Antropofagia, Diário de São Paulo*, São Paulo, 2ª Dentição, p. 6, 14 abr. 1929.



The Fundamentals e a religião como ciência nos Estados Unidos (1910-1915)

The Fundamentals and religion as Science in the United States (1910-1915)

Henrique Rodrigues Caldeira
Mestrando em História
UFMG
henriquercaldeira@gmail.com

Recebido: 21/06/2016

Aprovado: 08/08/2016

RESUMO:

Este artigo investiga a relação entre ciência e religião na primeira fase do movimento fundamentalista cristão nos Estados Unidos. Para isso, será apresentada a controvérsia entre fundamentalismo e evolução; depois serão destacadas algumas ideias teológicas importantes para compreender o movimento fundamentalista e seus discursos; e, finalmente, serão analisados quatro artigos presentes na publicação *The Fundamentals* (1910-1915), obra de sistematização da teologia conservadora anglófona do período, que abordam o tema da evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentalismo, Evolução, Darwinismo.

ABSTRACT:

This paper investigates the relationship between science and religion in the first phase of the Christian fundamentalist movement in the United States. For this, the controversy between fundamentalism and evolution will be presented; then some important theological ideas to understand the fundamentalist movement and its speeches will be highlighted; and finally, four articles which address the issue of evolution present in the publication *The Fundamentals* (1910-1915), a systematization of the conservative Anglophone theology of the period, will be analyzed.

KEYWORDS: Fundamentalism, Evolution, Darwinism.

Introdução

Em 1925, John Thomas Scopes, professor de ciências na pequena cidade de Dayton, Tennessee, foi a julgamento por violar o *Butler Act*, lei estadual que proibia “qualquer teoria que nega a História da Divina Criação do homem como consta na Bíblia, e de ensinar que o homem tenha descendido de uma ordem inferior de animais”¹. O evento, apelidado na imprensa norte-

¹ “That it shall be unlawful for any teacher in any of the Universities, Normals and all other public schools of the State which are supported in whole or in part by the public school funds of the State, to teach any theory that denies the story of the Divine Creation of man as taught in the



americana como *Monkey Trial* [Julgamento do Macaco], foi tão popular à época, que o zoológico de Nashville, cidade vizinha, reportou um aumento de 50% de procura nas semanas que antecederam o julgamento. Além disso, o caso foi transmitido ao vivo por rádio para todo o país, uma excentricidade ainda inédita no país.² No fim, o professor Scopes acabaria condenado ao pagamento de uma multa de 100 dólares³, mas a derrota maior recairia sobre os responsáveis por sua acusação, estereotipados como caipiras [*bicks*] atrasados e ignorantes.⁴

Por mais polêmico e surpreendente que o evento tenha sido, até mesmo para os contemporâneos de então, o caso foi apenas uma entre várias outras manifestações de uma controvérsia muito mais longa e profunda sobre o tema da evolução.

Com a publicação de *A origem das espécies*, em 1859, as principais discussões filosóficas, científicas e teológicas nos Estados Unidos foram forçadas a um longo período de polêmicas acerca do tema. Entre os naturalistas, a inserção desse tema nas discussões científicas desencadeou o desenvolvimento de uma ampla variedade de novas ideias e teorias evolutivas, em boa medida antidarwinistas, que marcariam esse período na historiografia como o “eclipse do darwinismo”⁵. Enquanto isso, nas comunidades protestantes, a aparente contradição entre a história do cosmos narrada por naturalistas e aquela narrada por pastores insinuou um descompasso inaceitável entre verdade científica e verdade revelada, motivando respostas teológicas radicais.

Uma das mais influentes dessas respostas foi o chamado fundamentalismo, movimento teológico e político conservador do qual fizeram parte as principais figuras responsáveis pelo *Butler Act* de Dayton e diversas outras legislações antievolucionistas.

Os estudos históricos sobre o fundamentalismo são tão antigos quanto o próprio movimento. Stewart G. Cole publicou seu *History of Fundamentalism* em 1931, ano que serve de marco final para outro clássico, *The Fundamentalist Controversy, 1918-1931* (1954), de Norman F. Furniss. Contudo, foi por volta da década de 1970 que o diálogo historiográfico sobre o assunto ganhou novos rumos e intensidade, coincidindo com o retorno do fundamentalismo à pauta política norte-americana. Como afirma o historiador Ernest R. Sandeen, os estudos iniciais

Bible, and to teach instead that man has descended from a lower order of animals”. Captado em: <http://law2.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/scopes/tennstat.htm>. Acesso em: 28 nov. 2015.

² MORAN, Jeffrey P (org.). *The Scopes Trial: A Brief History with Documents*. Boston: Bedford/St. Martin's, 2002, p. 1-2.

³ Posteriormente, a multa foi retirada, pois ultrapassava o limite previsto de 50 dólares. Dessa forma, o processo acabou anulado e julgado insignificante para apelação. GOULD, Stephen Jay. *Pilares do tempo: ciência e religião na plenitude da vida*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 108.

⁴ Ver, por exemplo, H. L. Mencken. *A Religious Orgy in Tennessee: A Reporter's Account of the Scopes Monkey Trial*. Hoboken: Melville House, 2006.

⁵ BOWLER, Peter J. *The Eclipse of Darwinism: anti-Darwinian evolutionary theories in the decades around 1900*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.



representados por Cole e Furniss limitaram-se a uma análise sociológica e psicologizante do fundamentalismo, mais interessada em enterrar a questão do que de fato investigar as características doutrinárias e intelectuais do movimento.⁶

Talvez tenha sido George M. Marsden⁷, em constante diálogo com a obra de Sandeen, o principal responsável pelo avanço de análises mais cautelosas sobre assunto, comprometidas com uma abordagem efetivamente histórica e cultural do movimento. Segundo esse autor, um dos maiores equívocos nas interpretações da controvérsia fundamentalista havia sido, até então, entendê-la apenas como um conflito entre ciência e religião, categorias que, como veremos durante todo esse trabalho, nunca estiveram dadas, pelo contrário, a remarcação dessas fronteiras foi um dos principais eixos do debate.

O antievolucionismo de fins do século dezenove e inícios do vinte parecerá, certamente, bastante familiar ao leitor de hoje; não apenas aos dos Estados Unidos, que assistiram o famigerado “Scopes II”⁸ em Arkansas, na década de 1920, e ainda continuam acompanhando, diariamente, casos dessa natureza⁹; mas também aos do Brasil – herdeiro direto do protestantismo norte-americano, especialmente em suas frentes mais conservadoras¹⁰ – que, por exemplo, veem circular hoje o PL 8090/2014 na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei de autoria do Pastor Marco Feliciano (PSC/SP), cuja ementa é: “Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo”¹¹.

Apesar das transformações históricas dos discursos e estratégias antievolucionistas, mais ou menos adaptados a novos contextos, muitos argumentos sobrevivem vigorosos, desde a gênese do fundamentalismo até hoje. Entre eles, sobressai-se, sem dúvida, a acusação de que o darwinismo, termo que se confunde corriqueiramente com a evolução orgânica de forma geral, não é uma ciência, mas “apenas uma teoria/hipótese/especulação”.

⁶ SANDEEN, E. R. “Toward a Historical Interpretation of the Origins of Fundamentalism”. In: *Church History*, v. 36, 1967, p. 66-83.

⁷ MARSDEN, George M. *Fundamentalism and American Culture*. New York: Oxford University Press, 2006. MARSDEN, George M. *Understanding fundamentalism and evangelicalism*. Grand Rapids: WM. B. Eerdmans, 1998. MARSDEN, George. “Fundamentalism as an American phenomenon: a comparison with English evangelicalism”. In: *Church History*, v. 46, n. 2, 1977, p. 215-232.

⁸ Julgamento sobre a constitucionalidade do *Balanced Treatment for Creation-Science and Evolution-Science Act*, que estabelecia tempo igual no ensino escolar de “ciência da evolução” e “ciência da criação”.

⁹ MATZKE, N. “The evolution of antievolution policies after Kitzmiller v. Dover”. In: *Science*, v. 351, n. 6268, 2016, p. 28-30.

¹⁰ Para a relação entre o protestantismo brasileiro e o norte-americano, ver MENDONÇA, A. G. “O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas”. In: *Revista da USP*, São Paulo, n. 67, 2005, p. 48-67.

¹¹ Captado em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=777616>. Acesso em: 05 dez. 2015.



Diante dessa acusação, e limitando este trabalho aos Estados Unidos das primeiras décadas do século XX, perguntamos: por que os fundamentalistas afirmavam que o darwinismo não era uma ciência?

Nosso argumento é que a incompatibilidade entre ciência e religião sugerida pelos debates sobre evolução no país motivou novas tentativas de reconciliação, entre as quais destacaram-se o movimento modernista e o fundamentalista. Enquanto o primeiro tentou evitar o conflito entre ciência e religião tornando-os domínios distintos, o segundo sustentou que a distinção a ser feita não era entre ciência e religião, mas entre verdadeira ciência e falsa ciência. A teologia feita de forma rigorosa, indutiva, “aos moldes de Newton”, pertenceria a essa primeira categoria; o darwinismo, regido pela imaginação e hipóteses meramente especulativas, faria parte da segunda. Num cenário intelectual em que a ciência era objeto de reverência, a construção de uma categoria como “falsa ciência” foi fundamental para evitar que a oposição ao darwinismo fosse tomada como uma postura anticientífica. Dessa forma, a mobilização das abundantes críticas antidarwinistas do período de “eclipse do darwinismo” também tiveram enorme importância ao subsidiar o discurso eminentemente moral e teológico dos fundamentalistas com argumentos da ciência do período.

Para desenvolver esses argumentos, introduziremos a chamada controvérsia fundamentalista-modernista, geralmente abreviada como controvérsia fundamentalista; depois destacaremos algumas ideias teológicas de grande importância para compreender o movimento fundamentalista e seus discursos, destacadamente a inerrância bíblica e o dispensacionalismo; e, finalmente, analisaremos quatro artigos presentes na publicação *The Fundamentals* (1910-1915), obra de sistematização da teologia conservadora anglófona do período, que se dedicaram a discutir diretamente os efeitos gerais do darwinismo na sociedade, desde as implicações teológicas até morais e políticas.

A controvérsia fundamentalista: adaptações na luta pela sobrevivência teológica

Conforme antecipado acima, o protestantismo norte-americano das primeiras décadas do século XX encontrava-se polarizado entre dois grupos poderosos, os modernistas e os fundamentalistas.

Os modernistas, inspirados pela filosofia de Kant e o romantismo alemão, tradições que correram paralelamente ao baconismo norte-americano durante todo o século dezenove, proclamavam a autonomia da religião em relação à ciência. Para eles, conforme a definição do teólogo alemão Friedrich Schleiermacher, o cristianismo deveria ser entendido como “o



sentimento de dependência absoluta”¹² em relação a Deus, portanto um assunto da intuição e do coração humano, e não de constatações científicas e fidelidade bíblica. Quer dizer, por mais que a crença na história natural presente no Gênesis pudesse ser abalada pelas recentes conclusões científicas, o sentimento que caracteriza o cristianismo prevaleceria longe de qualquer perigo. Os combates reais do cristianismo, segundo os modernistas, aconteceriam no território da ética, e não do dogma ou da teoria. Dessa forma, eles conservavam a estima pela ciência e pela religião como domínios distintos, não contraditórios.

Nos termos de Marsden, um aspecto central nas inovações teológicas modernistas foi a deificação do processo histórico, isto é, a afirmação de que Deus se revela constantemente no curso da história humana, e não fora dela ou impondo interrupções. Conseqüentemente, a Bíblia não deveria ser entendida, segundo os modernistas, como um manual eterno e definitivo, mas como um registro humano, entre incontáveis outros, da presença histórica de Deus.¹³

Essa postura resultou na aplicação de uma prática hermenêutica bastante polêmica, a chamada alta crítica, interessada em determinar o contexto de escrita dos textos bíblicos, desde autoria, data e lugar até o estilo literário e panorama cultural. Esses aspectos eram pensados, sobretudo, em uma chave evolucionista, como produtos do desenvolvimento intelectual humano adaptados a realidades específicas, e não como revelação sobrenatural.¹⁴

No outro extremo do espectro teológico, definindo-se basicamente como uma oposição ao modernismo, o fundamentalismo afirmava total indistinção entre o domínio científico e o domínio religioso. Dessa forma, a ideia de conflito tornava-se uma impossibilidade lógica. “Verdade científica” e “verdade relevada” eram uma coisa só. A única possibilidade de conflito era entre verdade e falsidade: a falsa ciência contra a verdadeira religião, ou a falsa religião contra a verdadeira ciência.

Como resultado dessa amálgama, os fundamentalistas afirmavam que a metodologia rigorosa das ciências físicas deveria ser aplicada também à teologia, e a investigação científica não fazia sentido sem seu caráter reverencial. Se o darwinismo insistia em outras metodologias e descuidava da importância das noções de propósito e planejamento em suas investigações, então seu estatuto científico deveria ser prontamente questionado. Para sustentar esse modelo de

¹² SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *The Christian Faith*. Edimburgo: T.&T. Clark. Tr., 1928, P. 132.

¹³ MARSDEN. *Understanding fundamentalism and evangelicalism*, p. 33.

¹⁴ HART, D. G. “Nineteenth-century biblical criticism”. In: FERNGREN, G. B. (org.) *The History of Science and Religion in the Western Tradition*. Nova York: Garland Publishing, Inc., 2000, p. 92-96.



comunhão entre ciência e religião, os fundamentalistas apoiaram-se especialmente nas doutrinas da inerrância e do dispensacionalismo.¹⁵

A doutrina da inerrância bíblica proposta pelos teólogos do Seminário de Princeton¹⁶, uma instituição calvinista de enorme influência durante todo o século dezenove, afirmava a total ausência de erros nos textos bíblicos originais¹⁷, não só no que diz respeito ao conteúdo moral ou espiritual, mas também quanto às referências históricas e físicas, isto é, geográficas, geológicas, biológicas, astronômicas, etc.¹⁸

Partindo da compreensão de que a Bíblia, assim como a natureza, é uma coleção de fatos, os teólogos de Princeton afirmavam a necessidade de estender a atitude newtoniana dos estudos naturais aos estudos bíblicos. Na introdução de *Systematic Theology* (1873), sua mais influente obra, Charles Hodge escreveu:

Se a ciência natural se dedica aos fatos e leis da natureza, a teologia dedica-se aos fatos e princípios da Bíblia. Se o objeto da primeira é organizar e sistematizar os fatos do mundo exterior, e confirmar as leis que o determinam; o objeto da segunda é sistematizar os fatos da Bíblia e confirmar os princípios ou verdades gerais envolvidas nesses fatos.¹⁹

Nota-se, claramente, a pretensão de proximidade entre o ofício do teólogo e o ofício do cientista.

Outra doutrina que orientou o pensamento dos fundamentalistas foi o dispensacionalismo, segundo a qual a história da humanidade estaria dividida em sete períodos, ou dispensações: Inocência (no Éden), Consciência (da Queda ao Dilúvio), Governo Humano (de Noé a Babel), Promessa (de Abraão ao Egito), Lei (de Moisés a João Batista), Graça (de Cristo ao Juízo), e Milênio. Em cada uma dessas dispensações, o povo de Deus teria recebido uma responsabilidade específica; por exemplo, nos tempos de Moisés a Lei deveria ser obedecida, na dispensação da Graça a fé em Cristo deveria ser professada. O fim de cada dispensação

¹⁵ SANDEEN. “Toward a Historical Interpretation of the Origins of Fundamentalism”.

¹⁶ Os nomes mais destacados foram Archibald Alexander (1772-1851), o fundador do Seminário, e Charles Hodge (1797-1878), além de seus discípulos A. A. Hodge (1823-1886) e B. B. Warfield (1851-1921).

¹⁷ A palavra “original” aqui oculta um enorme problema dessa atitude “científica”, quer dizer, da dita abertura à verificabilidade da verdade revelada: os manuscritos originais dos textos bíblicos ou estão totalmente perdidos ou estão sob suspeita. Qualquer questionamento à inerrância pode ser respondido em última instância com o argumento de falhas por parte de copistas. Ver VELASQUES FILHO, Prócoro. “O nascimento do 'racismo' confessional: raízes do conservadorismo protestante e do fundamentalismo”. In: MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 111-131.

¹⁸ GEFFRÉ, Claude. *Crer e interpretar: a virada hermenêutica da teologia*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 104-105.

¹⁹ “If natural science be concerned with the facts and laws of nature, theology is concerned with the facts and the principles of the Bible. If the object of the one be to arrange and systematize the facts of the external world, and to ascertain the laws by which they are determined; the object of the other is to systematize the facts of the Bible, and ascertain the principles or general truths which those facts involve”. HODGE, C. *Systematic Theology*. New York: Schibner, Armstrong, and Co., 1874, v. 1, p. 18.



marcaria o fracasso da humanidade em cumprir tal tarefa e, como consequência, as relações entre o Criador e suas criaturas acabariam radicalmente transformadas.²⁰

Marsden observa que o detalhado esquema dispensacionalista alinhava-se finamente à geologia catastrofista da época, com marcos próximos ou idênticos às principais “eras” identificadas pela estratigrafia. Não surpreende que essa doutrina “saltacionista” tenha recebido o gradualismo darwinista com tanta hostilidade.²¹

Nos Estados Unidos, o mais importante divulgador e continuador dessa doutrina foi o teólogo batista Cyrus I. Scofield (1843-1921), editor da *Scofield Reference Bible* (1909), a Bíblia de estudos mais vendida nos Estados Unidos à época, e um dos colaboradores da coleção *The Fundamentals* (1910-1915). No cenário de devastação após a Guerra Civil, doutrinas essencialmente pessimistas como o dispensacionalismo, que viam a história humana como um processo degenerativo para o qual a única cura seria o Segundo Advento, ganhou bastante popularidade. Também não deve surpreender, portanto, que a noção de um melhoramento universal contínuo e inexorável, veiculado por cosmologias evolutivas como a de Spencer, tenham parecido absurdas aos fundamentalistas.

Por sua visão eclesiológica de que a Igreja verdadeira se constituía de um punhado de eleitos individuais e as grandes organizações religiosas estavam fadadas à corrupção, a doutrina do dispensacionalismo não se organizou em uma denominação exclusiva, mantendo-se como uma comunidade dispersa, composta majoritariamente por batistas e presbiterianos, esporadicamente reunida em conferências e instituições não-eclesiais.²²

As reuniões dispensacionistas mais significativas nos Estados Unidos foram, sem dúvida, as *Niagara Bible Conferences* (1868-1900), organizadas pelo pastor presbiteriano James H. Brookes (1830-1898), que consistiam em encontros de mais ou menos duas semanas entre leigos e pastores para estudos bíblicos. O historiador Ernest Sandeen chegou a sugerir que as principais lideranças das *Niagara Bible Conferences* pudessem ser consideradas os pais fundadores do fundamentalismo²³. Mas, afirmar uma origem exata do fundamentalismo foi, desde o início, uma empreitada bastante polêmica na historiografia sobre o movimento. Historiadores como George M. Marsden preferem explorar o fundamentalismo mais como uma categoria funcional do que

²⁰ ROCHA, Daniel. “Os fundamentos de um reino milenar: expectativas milenaristas e engajamento político na história do fundamentalismo religioso norte-americano”. In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 12, n. 21, 2010, p. 203-225.

²¹ MARSDEN. *Fundamentalism and American Culture*, p. 65.

²² MARSDEN. *Understanding fundamentalism and evangelicalism*, p. 59.

²³ SANDEEN. “Toward a Historical Interpretation of the Origins of Fundamentalism”, p. 72.



substancial. Ele seria identificável a partir de certas características comuns raramente estabelecidas de maneira formal. Um dos documentos mais ricos para investigar tais características comuns é, sem dúvida, a publicação *The Fundamentals*.

The Fundamentals

The Fundamentals: A Testimony to the Truth foi uma série de noventa artigos publicados em doze volumes, entre 1910 e 1915, dedicada à discussão de temas polêmicos no protestantismo norte-americano, como marxismo, teologia liberal e evolução. Com aproximadamente três milhões de cópias distribuídas gratuitamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a publicação foi financiada anonimamente por “dois cristãos leigos”, mais tarde identificados como Lyman Stewart, presbiteriano dispensacionalista, e seu irmão Milton Stewart; ambos milionários do petróleo da Califórnia, fundadores e principais acionistas da *Union Oil Company of Los Angeles*.

O tom dos artigos era, em geral, moderado, mesmo quando polêmico. Lyman Stewart, por exemplo, justificou a rejeição de um artigo dizendo que sua linguagem não era do tipo “casto e moderado que faz até o oponente parar e ler”²⁴. Um estilo acadêmico, com referências e sugestões de leitura, é marcante nos primeiros volumes.²⁵

No total, foram 64 autores responsáveis por 90 artigos. Desses, 19 autores, responsáveis por 31 artigos, eram definitivamente dispensacionistas. Apenas 3 autores estavam associados ao Seminário de Princeton, mas a maioria absoluta era calvinista.²⁶

Dos 90 artigos, 23 mencionam os debates sobre a evolução biológica. Desses, 4 dedicam-se exclusivamente a eles: *Science and Christian Faith*, de James Orr, reverendo presbiteriano escocês, professor de História da Igreja e Teologia na Universidade de Glasgow; *The Passing of Evolution*, de George Frederick Wright, professor de Linguagem e Literatura do Novo Testamento e da recém criada Harmonia da Ciência com a Religião no Oberlin College, em Ohio; *Evolutionism in the Pulpit*, anonimamente atribuído a “um ocupante do banco da igreja”; e *The Decadence of Darwinism*, do reverendo Henry H. Beach, de quem não encontramos maiores informações, a não ser a de que atuava no Colorado.

²⁴ *Apud* SANDEEN. “Toward a Historical Interpretation of the Origins of Fundamentalism”, p. 78.

²⁵ Quando a publicação dos volumes já estava na metade, Lyman Stewart decidiu popularizar a coleção. “Até agora os artigos estiveram adaptados especialmente para homens da mais alta cultura, [...] e uma série de artigos adaptada aos pastores e professores mais comuns deve ser feita na sequência”. *Apud* SANDEEN, “Toward a Historical Interpretation of the Origins of Fundamentalism”, p. 79.

²⁶ SANDEEN, E. R. “The Princeton Theology: one source of Biblical Literalism in American Protestantism”. In: *Church History*, Vol. 31, No. 3, 1962, p. 307-321.



Nesses quatro artigos, destacam-se dois eixos especialmente importantes: a defesa do caráter científico do cristianismo e os problemas teóricos e empíricos do darwinismo, levantados, sobretudo, a partir dos debates do “eclipse”.

O cristianismo como ciência: sobrenaturalismo e o método indutivo

Como já dito, a ideia de que a verdadeira ciência e o cristianismo gozavam de perfeita comunhão foi central para o discurso fundamentalista. Os artigos de *The Fundamentals* deixam claro que abandonar os fundamentos da fé por simples medo de ser considerado “‘não-científico’ e ‘academicamente obsoleto’”²⁷, como fizeram os modernistas, é o maior erro que um cristão pode cometer.

James Orr, inicia seu artigo *Science and Christian Faith* colocando em questão a ideia “industriosa e circulada” de que o avanço da “ciência” (colocada entre aspas pelo autor), significando com isso “as ciências físicas – astronomia, geologia, biologia e outras do tipo”, tem se mostrado destrutivo, desde o início, para as afirmações bíblicas e para a “verdade do cristianismo”²⁸.

Essa ideia, confrontada por Orr, situava-se no intenso debate sobre o “Conflito entre Religião e Ciência”, ou a “Guerra entre Ciência e Teologia na Cristandade”, respectivamente os títulos dos livros de John William Draper (1811-1882) e Andrew Dickson White (1832-1918). Esses autores postulavam em toda a História um conflito necessário entre ciência e religião, do qual a primeira inexoravelmente sairia vencedora. Esse modelo amplamente difundido e duradouro ficou conhecido na historiografia como tese do conflito.²⁹

Contrapondo-se a essa ideia, James Orr afirma que os “antigos investigadores da ciência”, como Galileu, Kepler, Bacon e Newton, foram cristãos devotos, e que os novos investigadores majoritariamente ainda o são. Sendo assim, não haveria sentido em afirmar que o tal conflito entre ciência e religião fosse uma relação necessária, mas um problema moderno, e ainda assim, reservado apenas a uma minoria de “homens de ciência”. Insinuava-se, por esse argumento, que o apoio da Ciência, entendida como uma velha entidade, recaía sobre o cristianismo tradicional mais do que sobre o recente evolucionismo.

²⁷ BEACH, H. H. “Decadence of Darwinism”. In: *The Fundamentals: a testimony to the truth*. Chicago: Testimony Pub. Co., Vol. 8, p. 28.

²⁸ ORR, James. “Science and Christian Faith”. In: *The Fundamentals: a testimony to the truth*. Chicago: Testimony Pub. Co., Vol. 4, p. 91.

²⁹ DILSON, David B. “The Historiography of Science and Religion”. In: FERNGREN, Gary B. (org.) *The History of Science and Religion in the Western Tradition*. New York; London: Garland Publishing, Inc. 2000, p. 2-11.



James Orr admite em seu texto que de fato houve, ao longo da história, perseguições intelectuais por parte da Igreja muito danosas ao “avanço da verdade”, mas sugere que esses erros tenham resultado justamente da falsa suposição de desarmonia entre a verdade dos cientistas e a verdade revelada, ou ainda, do “entendimento imperfeito” dos perseguidores religiosos quanto às novas descobertas. Na verdade, diz Orr, essas descobertas em nada machucavam o cristianismo; ao contrário, serviam para a glorificação “do poder, sabedoria e majestade do Criador”³⁰. Essa defesa do caráter devocional da ciência perpassa todos os quatro artigos. Henry H. Beach, autor de *Decadence of Darwinism*, é assertivo quanto a isso: “As observações científicas são estúpidas exceto ao dizer que todas as criaturas de Deus são maravilhosamente planejadas”³¹.

Mais do que absolver a verdadeira religião, quer dizer, aquela livre de erros profanos como os da Inquisição católica, Orr ressalta que a teologia também teve um papel importantíssimo ao resistir às novidades trazidas pela ciência que, “em incontáveis casos, avançou teorias impetuosas e injustificadas e frequentemente teve que ceder mesmo em suas especulações mais verdadeiras aos limites que as harmonizaram de forma mais perfeita com a verdade revelada”³². Isto é, sugere-se que o cristianismo tenha servido como um importante filtro epistemológico no desenvolvimento da ciência, necessário para obstruir o que ainda não fosse “verdade”, mas apenas hipóteses prematuras ou simples opiniões.

Por meio desse discurso, foi possível afirmar-se, ao mesmo tempo, pró-ciência e antidarwinista, afinal, essa teoria “ainda não foi provada”³³, “baseia-se apenas em hipóteses [...] sem um único fato conhecido que possa lhe dar suporte”³⁴, “não pode ser discutida racionalmente até que espécie e gênero sejam definidos”³⁵, e a definição até então de espécie “está longe de ser do tipo que seria aceita nas ciências exatas”³⁶.

Nas palavras de George Frederick Wright, autor de *The Passing of Evolution*, “o cristianismo, sendo uma religião de fatos e história, é um filho nascido livre na família das

³⁰ ORR, James. “Science and Christian Faith”, p. 92.

³¹ “Scientific observations are dumb, except to say that all God's creatures are fearfully and wonderfully made”. BEACH, H. H. “Decadence of Darwinism”, p. 39.

³² “[...] that science, too, has in numberless cases put forth its hasty and unwarrantable theories and has often had to retract even its truer speculations within limits which brought them into more perfect harmony with revealed truth”. ORR, James. “Science and Christian Faith”, p. 93.

³³ _____, “Science and Christian Faith”, p. 102.

³⁴ Anônimo. “Evolutionism in the Pulpit”. In: *The Fundamentals: a testimony to the truth*. Chicago: Testimony Pub. Co., Vol. 8, p. 27.

³⁵ BEACH, H. H. “Decadence of Darwinism”, p. 36.

³⁶ WRIGHT, G. F. “The Passing of Evolution”. In: *The Fundamentals: a testimony to the truth*. Chicago: Testimony Pub. Co., Vol. 7, p. 2.



ciências indutivas”³⁷. Portanto, não espanta, sob essa perspectiva, a sugestão de que a religião cristã, como um conhecimento factual e ancestral, deva continuar atuando para salvaguardar a honra dessa família.

Assumindo essa responsabilidade científica para o cristianismo, Henry H. Beach chega a dizer, parafraseando Galileu, que a Bíblia não pode ensinar “como ir para o céu” se for imprecisa quanto a “como vão os céus”³⁸, ou, em sentido mais geral, quanto a questões de origem, natureza e descendência humana. A autoridade da Bíblia não emana apenas da parte espiritual da “verdade”, mas de toda ela. É totalmente inerrante. Portanto, diz Beach, uma questão como a que existe entre “darwinismo e humanidade não é uma questão puramente acadêmica”, ela ataca diretamente a “integridade e confiabilidade da Palavra de Deus”³⁹.

Partindo dessa ideia de uma verdade completa, científica e revelada, do cristianismo, os fundamentalistas dedicaram-se a uma crítica intensa do materialismo, ou o naturalismo científico, nos termos de Huxley, exatamente por ser uma ciência incompleta, da qual os fatos sobrenaturais ficavam excluídos.

Em *The Fundamentals*, o artigo *The Certainty and Importance of Bodily Resurrection of Jesus Christ from the Dead*, traz essa crítica à exclusão dos milagres em uma frase especialmente clara:

A verdadeira ciência não começa com uma hipótese a priori de que certas coisas são impossíveis, mas simplesmente examina as evidências para descobrir o que realmente ocorreu. Ela não distorce seus fatos observados para fazer com que fiquem de acordo com uma teoria a priori, mas procura fazer a teoria adequar-se aos fatos conforme observados. Dizer que milagres são impossíveis e que nenhuma quantidade de evidências pode provar um milagre é ser supremamente não-científico.⁴⁰

A defesa desses “fatos sobrenaturais” desconsiderados pela ciência, especialmente os milagres, é central nos discursos fundamentalistas.

James Orr classifica a Bíblia como um “registro da revelação” e o cristianismo como “um sistema sobrenatural”. Os milagres, sendo a “penetração direta, por palavra ou ato, de Deus na

³⁷ “Christianity, being a religion of fact and history, is a free-born son in the family of the inductive sciences” _____, “The Passing of Evolution”, p. 20.

³⁸ Em defesa da astronomia copernicana, considerada conflitante com o texto bíblico por parte do clero católico, Galileu escreveu que a intenção do Espírito Santo, ao inspirar a Escritura, era ensinar como ir para o Céu, e não como os céus vão. Ver ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 89-118.

³⁹ BEACH, H. H. “Decadence of Darwinism”, p. 36.

⁴⁰ “True science does not start with an a priori hypothesis that certain things are impossible, but simply examines the evidence to find out what has actually occurred. It does not twist its observed facts to make them accord with a priori theories, but seeks to make its theories accord with the facts as observed. To say that miracles are impossible, and that no amount of evidence can prove a miracle, is to be supremely unscientific”. Torrey, R. A. “The Certainty and Importance of Bodily Resurrection of Jesus Christ from the Dead”. In: *The Fundamentals: a testimony to the truth*. Chicago: Testimony Pub. Co., Vol. 5, p. 105.



história humana para fins graciosos”⁴¹ seria a essência de ambos. O avanço do naturalismo na ciência, colocando excessiva ênfase na constância das leis naturais, mesmo que interpretadas como modo de trabalho de Deus, teria contribuído para a contínua desconsideração da importância e da factualidade dos milagres.

Definindo milagre como “qualquer efeito na natureza, ou desvio de seu curso ordinário, devido à interposição de uma causa sobrenatural”⁴², James Orr sustenta que a ocorrência de milagres não se choca de nenhuma forma com a existência de leis naturais. O que se chama de leis naturais são as observações registradas de ordem, na qual se encontram relações causais. Dizer que as leis naturais são uniformes significa apenas que “dadas tais causas, operando em tais condições, tais efeitos seguirão”⁴³.

Orr afirma que um milagre não é a negação dessas verdades, não é um resultado diferente produzido pelas mesmas causas, mas um resultado diferente produzido pela introdução de uma nova causa, a “vontade e poder de Deus”, a Causa Primeira.

Evocando uma analogia bastante popular, também mobilizada por William Jennings Bryan no julgamento de Scopes, Orr afirma que, da mesma forma que, por sua vontade e poder, uma pessoa pode arremessar uma pedra para cima sem abolir a lei natural e uniforme da gravidade, Deus, em proporções muito maiores, pode providencialmente se interpor ao curso ordinário das coisas naturais.⁴⁴

Conclui-se que o verdadeiro método científico, baconiano, pautado na indução, não poderia refutar a possibilidade do milagre, pois para isso não bastaria afirmar que causas naturais operam uniformemente, seria preciso provar que só causas naturais operam; até lá, ambas as causas, naturais e sobrenaturais, poderiam coexistir em um sistema completo e perfeitamente harmônico.

Nota-se que a defesa do milagre, considerado um dos fundamentos da verdadeira religião, é feita por meio de um discurso nos moldes da lógica e conformado ao que se entendia como o verdadeiro método científico, a indução. Esse esforço tipicamente fundamentalista de assegurar a autoridade do cristianismo conferindo a ele um estatuto de cientificidade perpassa todos os artigos em questão. Philip Mauro, na contribuição *Life in the Word*, talvez expresse essa defesa em

⁴¹ “[...] direct entrance of God in word and deed into human history for gracious ends”. ORR, James. “Science and Christian Faith”, p. 93.

⁴² “[...] any effect in nature, or deviation from its ordinary course, due to the interposition of a supernatural cause”. ORR, James “Science and Christian Faith”, p. 94.

⁴³ “[...] given like causes, operating under like conditions, like effects will follow”. _____. “Science and Christian Faith”, p. 95.

⁴⁴ _____. “Science and Christian Faith”, p. 96.



sua forma mais radical: “a Bíblia é o *único* livro do mundo que é verdadeiramente 'científico', porque é o único livro que dá informações precisas, exatas e *absolutamente confiáveis* sobre qualquer assunto do qual trata”⁴⁵.

A mobilização do “eclipse”: elos perdidos e o sentido do progresso

É difícil imaginar que a defesa de uma “verdadeira ciência” em oposição ao darwinismo teria tanto sucesso se não fosse o cenário de crise da biologia evolucionária, segundo compreendiam os fundamentalistas, marcado pelas intensas discussões do período do “eclipse”.

O momento de aparente vulnerabilidade do darwinismo motivou os fundamentalistas a se manifestarem sobre o assunto sem receio de constrangimento. Diversos autores, como o autor de *Evolutionism in the Pulpit*, chegaram a afirmar que a “evolução”, sem diferenciá-la do darwinismo, estava à beira da morte, ou melhor, “já está morta, pois o espírito (a teoria da seleção natural) partiu há tempos”⁴⁶. Restava aos evolucionistas, segundo o autor, “sentarem-se em volta do leito de morte do materialismo e buscarem desesperadamente algo para preencher em seu templo de mentiras o espaço deixado vago pela remoção de seu ídolo”⁴⁷.

A ideia de que o darwinismo estava morto, consolidada pelo livro do naturalista alemão Eberhard Dennert, *Vom Sterbelager des Darwinismus* [Do leito de morte do darwinismo] (1903), foi bastante popular nos Estados Unidos à época. George F. Wright, um pouco menos radical, afirmou em seu artigo que as teorias evolucionistas, darwinistas e não-darwinistas, haviam se tornado tão variadas quanto “sectos teológicos”, com novas escolas de evolucionistas surgindo “tão rápido quanto novas escolas de crítica bíblica”. A apresentação dessa imagem moribunda, ou pelo menos fracionada, do darwinismo servia para demonstrar que a doutrina não possui a “aceitação universal com a qual é frequentemente representada”⁴⁸.

Entre as polêmicas do “eclipse”, Wright dá grande atenção à rusga entre aqueles “que voltaram à teoria de Lamarck” e os “extremos” seguidores de Weismann, além do conflito entre diversas teorias de hereditariedade. O autor lembra ainda o cristianismo devoto de Gray e Wallace, destacando a relutância deles em aplicar a teoria aos humanos. Sobre esse tópico, Wright

⁴⁵ “The Bible is the only book in the world that is truly ‘scientific’; for it is the only book which gives precise, accurate and *absolutely reliable* information upon every subject whereof it treats”. MAURO, Philip. “Life in the Word”. In: *The Fundamentals: a testimony to the truth*. Chicago: Testimony Pub. Co., Vol. 5, p. 17. O primeiro destaque é meu, o segundo é do autor.

⁴⁶ “[...] it is already dead, since the spirit (the theory of natural selection) has long since departed”. Anônimo. “Evolutionism in the Pulpit”, p. 30.

⁴⁷ “[...] sit about the death bed of Materialism as mourners, and, in despair of finding anything else to fill the niche in their temple of lies left vacant by the removal of their idol”. _____. “Evolutionism in the Pulpit”, p. 35.

⁴⁸ WRIGHT, G. F. “The Passing of Evolution”, p. 11.



afirma orgulhoso que as conclusões paleontológicas “totalmente imaginativas” sobre a descendência humana vêm sendo constantemente desmascaradas por profissionais como o “professor [neolamarckista Edward Drinker] Cope, um dos nossos mais competentes anatomistas comparativos”⁴⁹.

O tema dos elos perdidos, apontado pelo próprio Darwin como a maior dificuldade da teoria, é um dos mais recorrentes nos artigos selecionados. O autor anônimo de *Evolutionism in the Pulpit* cita Virchow⁵⁰, afirmando que as tentativas de encontrar a transição entre animal e homem teriam acabado num fracasso total.⁵¹ James Orr também fala da “ausência total de evidências confiáveis das tais formas intermediárias simiescas”⁵² como um golpe fatal na ideia de transição gradualista defendida pelo darwinismo.

A oposição ao caráter transicional e gradual da teoria de Darwin era central para assegurar a excepcionalidade dos humanos no esquema geral da Criação, como lido no Gênesis. A ideia de que a humanidade fosse apenas um detalhe na história natural dos mamíferos, ou pior, dos brutos, violentos e lascivos primatas⁵³ era o exato oposto da doutrina da Queda, segundo a qual o primeiro par humano era originalmente o mais perfeito e próximo de Deus até o evento do pecado. Opunha-se também ao dispensacionalismo, quer dizer, a crença de que o sentido da história humana era a decadência, e não o aperfeiçoamento, só havendo salvação possível pelo segundo advento de Cristo.

Os desdobramentos do pessimismo teológico fundamentalista iam além da história humana. Para Wright, por exemplo, a degeneração das raças tem sido mais conspícua que o avanço.⁵⁴ Henry H. Beach diz que “a seleção sexual bestial e não-regenerada é mais luxúria do que amor” e é graças à “domesticação de brutos e plantas” feita por humanos com “carinho e habilidade” que as espécies melhoram. “Tão logo nos relaxamos, cachorros se tornam párias, gatos tornam-se vagabundos, batatas nascem menores, e não vale mais à pena capturar e domar os cavalos”⁵⁵.

⁴⁹ _____, “The Passing of Evolution”, p. 12.

⁵⁰ O antropólogo alemão Rudolf Virchow (1821-1902) foi um dos principais opositores do darwinismo na Alemanha, especialmente engajado em expulsar as teorias evolucionárias das escolas.

⁵¹ Anônimo, “Evolutionism in the Pulpit”, p. 29.

⁵² “[...] the absence of all reliable evidence of those ape-like intermediate forms.” ORR, James. “Science and Christian Faith”, p. 104.

⁵³ Sobre o imaginário da época em torno dos primatas e as teorias da evolução, ver CLARK, Constance Areson. “You are Here!: Missing Links, Chains of Beings, and the Language of Cartoons”. In: *Isis*, Vol. 100, No. 3, 2009, p. 571-589. CLARK, Constance Areson. “Evolution for John Doe: Pictures, Public, and the Scopes Trial Debate”. In: *The Journal of American History*, Vol. 87, No. 4, p. 1275-1303, 2001.

⁵⁴ WRIGHT, G. F. “The Passing of Evolution”, p. 17.

⁵⁵ “[...] we soon tire and then dogs become pariahs, cats turn vagabonds, potatoes grow small, and horses are not worth catching and breaking”. BEACH, H. H. “Decadence of Darwinism”, p. 42.



Essa centralidade dos humanos, como uma força externa, necessária à manutenção da obra de Deus também remete diretamente à tradicional doutrina cristã do livre arbítrio. Compreende-se o mundo deterministicamente, à exceção dos humanos, que podem fazer suas próprias escolhas. Essa capacidade também implica um dever de responsabilidade moral, que os fundamentalistas acreditavam estar sendo minado pela crença no progresso inexorável e fortuito da natureza. É o que diz o autor de *Evolutionism in the Pulpit*: “um processo de evolução sem início nem fim; que considera o homem meramente como uma forma provisória da tal Energia universal [...] não pode ter nenhum ponto de contato com o cristianismo”⁵⁶.

Segundo Orr, muitas vezes essa dificuldade aparente de conciliação entre evolução e criação foi gerada pela identificação confusa do darwinismo como sinônimo de evolução. Diante do “eclipse”, isto é, do surgimento de teorias evolutivas alternativas à de Darwin, o autor considera que a evolução tem sido cada vez mais limitada como modelo explicativo e modificada em pontos centrais da teoria – precisamente os mesmos pontos que provocaram o conflito aparente com a Escritura.⁵⁷ Esses pontos seriam: o caráter fortuito da variação sob a qual a seleção natural atua, desafiado, por exemplo, pelos neolamarckistas, que sugeriam que as mudanças fossem prefixadas e guiadas para determinado fim - a ortogenia; a insuficiência da seleção natural para explicar todo o processo evolutivo, primeiro desafiada pelos neolamarckistas, depois também pelos mutacionistas, ou os antiweismannismos de forma geral; e o gradualismo praticamente imperceptível das mudanças, colocado em cheque pelo sucesso do modelo saltacionista associado à consolidação da genética experimental.

Esse último elemento, o desafio ao gradualismo, tão propagado pelas correntes antidarwinistas do “eclipse”, repete-se três vezes só no artigo de Wright. Nos moldes pretensamente lógicos e científicos da crítica fundamentalista ao darwinismo, o autor afirma:

É tão grande o número de mudanças simultâneas necessárias para assegurar alguma vantagem real, que a probabilidade contra o aparecimento fortuito delas vai aos bilhões, se não ao infinito; portanto estão descartadas de qualquer reconhecimento racional. [...] Supor que tudo isso possa acontecer sem a intervenção de uma Mente Suprema Planejadora é cometer “hara-kiri” lógico.⁵⁸

⁵⁶ “[...] a process of evolution which has neither beginning nor end; and regards man as being simply a passing form of this universal Energy [...] can have no possible points of contact with Christianity”. Anônimo. “Evolutionism in the Pulpit”, p. 31.

⁵⁷ ORR, James. “Science and Christian Faith”, p. 102.

⁵⁸ “So numerous are the simultaneous changes necessary to secure any advantage here, that the probabilities against their arising fortuitously run up into billions, if not into infinity; so that they are outside of any rational recognition. [...] To suppose all this to occur without the intervention



Voltando ao artigo de Orr, o autor afirma que a “evolução” tem sido aos poucos reconhecida como uma “criação” cuja força criativa reside nos seres, não fora deles (uma visão que, de fato, alinha-se às concepções vitalistas como as de E. D. Cope). E um processo de tal natureza exige constante intervenção, por exemplo, na passagem do mundo exclusivamente inorgânico para o surgimento dos seres vivos; no surgimento dos organismos conscientes; e no aparecimento de um novo tipo de consciência, racional e moral, exclusiva da humanidade. Caso essa “nova concepção evolucionária” fosse aceita, diz Orr, as dificuldades impostas pelo darwinismo desapareceriam.

Essa insistência do discurso fundamentalista em se afirmar imparcial e aberto às novidades da ciência ao mesmo tempo em que promovia uma crítica ferrenha do darwinismo foi, sem dúvida, uma das marcas mais singulares do movimento nas primeiras décadas do século vinte.

Considerações finais

Procuramos demonstrar que a penetração do darwinismo nos debates intelectuais norte-americanos foi decisiva para a radicalização das posições teológicas das principais denominações protestantes do país, divididas principalmente entre modernistas e fundamentalistas, que protagonizaram uma intensa disputa pela maquinaria eclesiástica no final do século dezanove e início do vinte. As noções de “ciência” tiveram um papel central na legitimação de cada um dos discursos. Os fundamentalistas, na direção oposta à dos modernistas, preocuparam-se em assegurar a autoridade associada à “cientificidade”, amalgamando-a completamente com a “religiosidade”.

Nesse esforço, foi necessário afirmar a distinção entre uma ciência verdadeira e uma falsa, pois um discurso anticientífico no cenário intelectual norte-americano, profundamente marcado pela devoção iluminista à ciência, dificilmente encontraria grande aderência. Dessa forma, a "verdadeira ciência", na qual se incluía a teologia conservadora dos fundamentalistas, foi definida pelo rigor do método indutivo e a observação direta dos fatos, não só dos fatos naturais, mas também dos “fatos sobrenaturais”, como o milagre, sobre os quais se fundava a “verdadeira religião”. Já a "falsa ciência", na qual se situava o darwinismo, estaria marcada por contradições, especulações e hipóteses infundadas.

of the Supreme Designing Mind is to commit logical 'hara-kiri'". WRIGHT, G. F. “The Passing of Evolution”, p. 14-16.



As controvérsias do período do “eclipse” foram providenciais para subsidiar o antidarwinismo fundamentalista com argumentos científicos de grande autoridade, como a crítica à leitura gradualista dos registros fósseis e a excepcionalidade dos humanos no esquema da evolução. Devidamente armados, e aproveitando o que eles entendiam como um cenário de crise, os fundamentalistas puderam dar início a uma tentativa de arrastar o “naturalismo anti-Gênesis” para fora não só da ciência, mas também dos púlpitos e até das escolas – uma cruzada estrondosa que reverbera até hoje.



O pragmatismo da santidade medieval: A relação entre as questões de Assis e o projeto de canonização de Francisco de Assis no século XIII.

The pragmatism of medieval sanctity: the relationship between the Questions of Assisi and Francis of Assisi Canonization Project in the Thirteenth century.

Leonardo de Souza Câmara¹
Graduado em História pela UFPA
leonardosouzacamara@yahoo.com.br

Recebido em: 12/04/2016

Aprovado em: 17/06/2016

RESUMO:

O artigo versa sobre a relação entre o período comunal da Itália no século XIII, em especial de Assis, e o caso de canonização de Francisco. Diante de demandas espirituais da igreja em Roma no contexto contra condutas consideradas heréticas, foram articuladas estratégias utilizando a santidade contra os partidários imperiais e grupos destoantes dos dogmas Cristãos na intenção de conter a intervenção nos assuntos clericais. Por outro lado, houve “afinidades” entre os clérigos da Sé romana e os novos ricos que emergiam da comuna, no sentido da busca pela emancipação política. Por conta disso, Francisco de Assis foi direcionado nas demandas pastorais de intervenção nos meios urbanos e, através deste pragmatismo, parece ter sido reconhecido como santo ainda em vida.

PALAVRAS-CHAVE: Comuna, Igreja, Francisco.

ABSTRACT:

The article about the relation between communal period in Italy in the thirteenth century, and the case of Francis' canonization. Before spiritual demands of the Church of Rome in context against actions considered heretical, were strategies articulated using holiness against the imperial supporters and dissonant groups of Christian dogmas in an attempt to contain the intervention in clerical matters. However, there were affinities between the clergy of the Roman See and new rich who emerged from commune, towards the searcher political emancipation. Because of this, Francis of Assisi directed in the pastoral demands of intervention in urban areas and through this pragmatism; it seems to have recognized as a saint in his lifetime.

KEYWORD: Commune, Church, Francis.

¹Integrante do grupo de pesquisa da CNPq: VIVARIUM - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo-Núcleo Norte.



Introdução

Mais do que analisar os feitos sobre Francisco de Assis, é preciso tecer relações de sua figura com seu tempo. Para Jacqueline Hermann, o tema sobre religião e religiosidade requer a compreensão espaço-temporal para podermos equacionar seu alcance, que tende a sofrer complexas reformulações. Trata-se de historicizar como um determinado fenômeno religioso se inicia e se distancia da religião “essencial”.²

Posto isso, este artigo não tem a finalidade de aprofundar as discussões existentes em torno dos temas sobre as comunas italianas, santidade e franciscanismo, mas sim, abordar uma etapa do corrente debate historiográfico acerca destas relações políticas, sabendo das complexidades envolvendo a abordagem de todos esses aspectos ainda que sejam analisados independentemente.

Deste modo, pretendo captar de que maneira o franciscanismo é um sinal das modificações nas diretrizes de santidade para buscar sanar demandas locais da Igreja, motivado principalmente pelos estudos de Augustine Thompson, André Vauchez e André Luis Pereira Miatello. Analisando também outras historiografias e fontes, busquei visualizar esta associação e percebi que Francisco, dentro de uma problemática envolvendo o período comunal, chegou a ser considerado santo ainda em vida. Destarte, o objetivo deste artigo é analisar brevemente o porquê disso no contexto histórico da Itália no século XIII.

Contexto de Assis

Francisco nasceu na região da Úmbria, na cidade de Assis³, em 1181 ou 1182 - importante entreposto comercial entre Perugia, a noroeste, e Foligno, a sudoeste. Possuía uma rota comercial que cruzava a cidade chamada de *A Via Francigena* unindo a região com Roma, a sul, e seguia para norte e oeste até as cidades das regiões da Toscana e da Lombardia. Para alguém entrar em Assis no período medieval, deveria guiar-se pela parte mais ao sul das muralhas. Nesta época, Assis era

² HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro. 5ª ed. Editora Campus, 1997, p. 487.

³ Assis entende-se por uma série de socacos na encosta sudoeste de uma montanha que se ergue quase 275 metros acima da planície no Valle Umbra, no ponto onde o rio Topino se encontra com o Chiasco. A cidade moderna é contornada por muralhas do final da Idade Média e cobre quase o dobro da área da povoação do início do século XIII. A população de Assis no tempo de Francisco, entre dois mil e três mil habitantes, era cerca de metade dos cidadãos e se encontravam no interior das muralhas. Apesar de ser uma cidade, era pequena segundo os padrões da altura. Todos os habitantes da comuna se conheciam de vista, se não mesmo pelo nome. Em: THOMPSON, Augustine. *São Francisco de Assis: Uma Nova Biografia – o homem por trás da lenda*. Tradução Luís Santos. Alfragide. Casa das Letras, 2012, p. 19.



pequena e pouco desenvolvida, se comparada com as grandes cidades, como Florença, Roma, e mesmo suas vizinhas, Perugia e Foligno. A povoação da cidade também era pequena – aumentando para aproximadamente 15.000 pessoas somente no final do século XIII –, e tinha pouca relevância militar e econômica, embora durante o século XII, a *Piazza del Comune* ou *Piazza del Mercato* estivesse rodeada por torres fortificadas e pela presença de famílias poderosas.⁴

A cidade de Assis no tempo de Francisco tinha características de ser mais feudal do que mercantil. Era uma cidade considerada não muito importante, porém, ali estavam instalados membros da aristocracia e da burguesia exercendo influências políticas e ideológicas, dominavam a comercialização das mercadorias agrícolas e os produtos de artesanato e praticavam o empréstimo a juros.⁵

Existiam grandes rivalidades entre as recém-criadas comunas italianas, principalmente entre clãs e grupos familiares aristocráticos. Apenas algumas regiões ao norte e às margens da Itália como Gênova, Veneza, Milão e Pisa, eram mais autônomas; enquanto nas regiões centrais, como na Úmbria, tiveram que se impor ao predomínio pontifício e Imperial do Sacro Império Romano-Germânico: Assis foi uma das mais tardias a buscar autonomia, porém, já apresentava interesse de emancipação, como no ocorrido em 1197, com a morte do imperador Henrique VI e a consequente sublevação da população contra a provisão do alemão Conrado de Urslingen.⁶

O movimento comunal estava estritamente ligado à renovação e expansão do comércio pela Europa e o Mediterrâneo, em contraposição ao modelo senhorial. Nesse sentido, o poder destas comunas estava concentrado entre os novos ricos, e estes também eram influentes na reorganização das cidades naquele tempo.⁷

Contudo, não se deve esquecer as contradições existentes em meio a esse período de reestruturação política. Hilário Franco Júnior discutiu essa reorganização como típica de uma contradição de fundamentos. Se por um lado o movimento negava a organização feudal, por outro mantinha os pés sobre o mesmo, pois não tinham como se contrapor por completo ao modelo anterior sendo que as próprias bases de reorganização social partiram daquela organização. Segundo Franco Júnior, o instrumento de formação das comunas confundia-se com a condição dos contratos “feudo-vassálicos” e, em função disso, as regiões emancipadas ligavam-

⁴ VAUCHEZ, André. *Francisco de Assis: Entre História e Memória*. Tradução José David Antunes e Noémia Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2009, p. 25-27; THOMPSON, Augustine. *São Francisco de Assis: Uma Nova Biografia – o homem por trás da lenda*. Tradução Luís Santos Alfragide. São Paulo: Casa das Letras, 2012, p. 20-22.

⁵ VAUCHEZ. *Francisco de Assis: entre História e Memória*, p. 29; THOMPSON. *São Francisco de Assis: uma Nova Biografia – o homem por trás da lenda*, p. 23-24.

⁶ _____. *Francisco de Assis: entre História e Memória*, p. 34.

⁷ LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 98.



se umas às outras, porém, concomitantemente também se estabeleciam diferenciações políticas e econômicas de modo a apresentar disparidades; quanto mais uma comuna se emancipava dos antigos senhores, mais se feudalizava. De acordo com o historiador, daí se forjou a expressão “senhorio burguês”, referência à constituição de novas instituições políticas gestadas naquele tempo, fruto dos embates entre os poderes universalistas, Igreja e Império.⁸

A comuna de Assis buscava sua autonomia como uma região da Úmbria e parte da população era de nobres que teceram relações favoráveis aos pressupostos da Igreja, visto que Assis e a Igreja cruzavam-se no objetivo de fundar a autoridade vigente da monarquia. Além do mais, a localidade tinha pretensões de tornar-se referência como comuna, ao que a legitimidade reconhecida considerava os critérios dentro da espiritualidade daquele tempo, que entre outros aspectos apresentava igualmente razões políticas. Neste ponto, percebe-se que a procura por um santo local que não era à toa, somava-se como requisito de autonomia da comuna.

Tendo essas modificações sociais em vista, tratarei das mudanças nos critérios de santidade como resultado disso, abordando o caso de Francisco de Assis.

O reconhecimento da santidade de Francisco em Assis.

A cronologia referente às informações veiculadas pelas fontes aponta qual foi o destino percorrido por Francisco até o rápido reconhecimento de santidade: entre 1210 até 1223 ocorreu a adequação dos frades Franciscanos a Ordem dos Frades Menores (OFM) com as Regras de Vida destinadas ao movimento (RNB e RB)⁹; logo depois, em 1226 a 1228 – entre outras fontes – há a escrita do *Testamento*, o falecimento do assisense, a escrita da hagiografia¹⁰ (a primeira vida sobre Francisco de Assis-1C¹¹) e a oficialização da santidade de Francisco pela bula *Mira Circa Nos*. Estas duas últimas fontes legitimaram a canonização do fundador da OFM, mas o conteúdo destes nos revelam a atribuição de santidade a ele ainda em vida.

⁸ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁹ REGRA BULADA. In: FASSINI, Dorvalino Francisco (org.). *Fontes Franciscanas*. Santo André, São Paulo: Editora O Mensageiro de Santo Antônio, 2005, p. 62-68; _____. *Fontes Franciscanas*, p. 41-61.

¹⁰ Considero o significado de hagiografia, abordado por André Luis Pereira Miatello, como um conjunto de textos relacionados com a memória e o culto dos santos, criados para solidificar essa memória e esse culto influenciados por retóricas teológicas, como um instrumento de “propaganda” de um culto. No caso dos franciscanos, a hagiografia agiu de igual maneira para conter dissensões internas. Em MIATELLO, André Luis Pereira. *Retórica Religiosa e Cívica na Itália do Século XIII: a composição e os usos das hagiografias mendicantes nas políticas de paz*. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010, p. 15.

¹¹ TOMÁS DE CELANO. Primeira Vida de São Francisco. In: FASSINI, Dorvalino Francisco (org.). *Fontes Franciscanas*. Santo André, São Paulo: Editora O Mensageiro de Santo Antônio, 2005, p. 185-285.



Para cumprir com esse raciocínio sobre a canonização de Francisco, faço uso de uma das conclusões de André Luis Pereira Miatello. Segundo o autor, este reconhecimento adveio da constatação do assisense como um pregador santo; embora não fosse exímio orador, demonstrava através de suas exortações a conduta ideal a ser seguida pelos adeptos da religião romana e, portanto, essa tarefa foi uma medida de contenção de posturas consideradas heréticas nos meios urbanos, buscando a conversão dos mesmos.¹²

Na primeira vida escrita sobre Francisco de Assis (1C), percebi que Tomás de Celano¹³ utilizou esse mecanismo para justificar a santidade do fundador desde o princípio, e no trecho a respeito da aprovação de sua santidade, afirmou que nem sequer precisaria da comprovação de seus milagres quando falecido, quando discorreu acerca da taumaturgia de Francisco em seus atos como pregador, e endossou a passagem dos milagres de Francisco durante sua vida.¹⁴

No terceiro livro de 1C destaca-se esta conformidade, onde são descritos sua atuação em milagres de cura, principalmente em favor dos leprosos e, alguns casos, de exorcismo: estes males eram ocasionados pela vida em pecados que estavam inseridos os atingidos. Verifica-se através da narrativa do percurso de milagres do assisense, no relatado de Celano, que a função de cura dedicada a Francisco valia-se do mesmo modo da função de conversão dos mesmos ao modelo de vivência religiosa aprovada pela Igreja naquele momento.¹⁵

Esse modelo de vivência foi delineado conforme as transformações da espiritualidade mediadas pelo clero. Nos séculos XI e XII, segundo Sofia Boesch Gajano¹⁶, o modelo viável ditado pelo papa era a chamada ‘santidade de função’, cujo maior divulgador foi Gregório VII, nas chamadas Reformas Gregorianas, efetuando significativas mudanças nas prerrogativas de atribuição desta santidade que antes eram designadas pelas igrejas locais ou comunidades, e passaram a ser com ele mais centralizadas. Esta tendência foi tornada então condição para efetuar os processos de canonização. Para Jérôme Baschet¹⁷, entre os séculos XI e XIII ocorreu a afirmação da doutrina do primado pontifício, em virtude da qual o papa se sobrepôs a todas as

¹² MIATELLO, André Luis Pereira. *Retórica Religiosa e Cívica na Itália do Século XIII: a composição e os usos das hagiografias mendicantes nas políticas de paz*. p. 146.

¹³ Tomás de Celano era um franciscano italiano nascido em Abruzos [na cidade de Celano], viveu alguns anos na Alemanha, mas passou a maior parte de sua vida na Itália. Decidiu entrar na Ordem por volta de 1215, quando já haviam numerosos outros homens instruídos e nobres nesse meio Em: LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012, p. 122.

¹⁴ TOMÁS DE CELANO. *Primeira Vida de São Francisco*, p. 272.

¹⁵ _____. *Primeira Vida de São Francisco*, p. 275-285.

¹⁶ GAJANO, Sofia Boesch. Santidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. 2. Bauru/SP: EDUSC, 2002, p. 449-463

¹⁷ BASCHET, Jérôme. *A civilização Feudal: do ano 1000 a colonização da América*. Préfácio Jacques Le Goff. Tradução Marcelo Rede. São Paulo: Editora Globo, 2006.



autoridades e constituiu a fonte de todo poder na Igreja, executando prescrições em favor de regular a espiritualidade cristã.¹⁸

Foi quando houve a expansão dos poderes e influências papais especialmente com a nomeação de Inocêncio III, destacado nas análises de atribuição de santidade, pois enveredou em tentar sanar as lacunas em espaços restritos, canonizando cristãos com pouco ou muita projeção, dependendo dos interesses papais visíveis no Concílio de Latrão em 1215. A configuração ajustou o conceito de pobreza entoado por alguns grupos que apresentavam a disparidade com os cânones da Igreja no modo de vida, como Franciscanos, Dominicanos e Cistercienses e condenou os promulgadores contrários a esta ideia como, Cátaros, Valdenses e *Fratricelli*; assim configurou o modelo de vivência dos mendicantes nas cidades, maior espaço de divulgação dos novos pressupostos de canonização.¹⁹

Deste modo, o pontífice Gregório IX²⁰ ou Hugolino de Óstia, que foi sobrinho do anterior papa Inocêncio III e amigo de Francisco de Assis, ficou conhecido principalmente pela Coleção de Decretais em resposta da *Liber Augustalis* escritas a mando de Frederico II. Demonstrou, ainda, a continuidade da briga do papado com o império que previa, entre outras razões mencionadas, o direito jurídico às determinações territoriais da Igreja Romana durante seu pontificado. Contudo, mais restritamente se referindo ao franciscanismo, a aproximação com o papado tornar-se-ia mais visível a partir deste pontificado: podemos observar que as contestações contra a Igreja de Roma também eram combatidas na construção do documento de Tomás de Celano²¹.

No tocante à formulação de 1C por Tomás de Celano, este incluiu no documento o procedimento de reconhecimento da santidade cristã daquele tempo, como vemos com Ángeles García de La Borbolla²², que discutiu sobre este ser um conceito inalterado com o passar do tempo, todavia, acentuando a representação desta santidade sendo variante e mantendo a fórmula de identificação com Cristo; assim como percebe-se no caso da reputação de Francisco. Isso se deve porque, principalmente no século XIII os modelos tradicionais conhecidos como de “santidade de função” foram suplantados por um modelo mais ligado ao estilo de vida; e em consequência disto, a espiritualidade se acentuou através de um ideal de vida apostólica e de

¹⁸ GAJANO. Santidade, p. 449-463; BASCHET. *A civilização Feudal: do ano 1000 a colonização da América*, p. 195.

¹⁹ FRANCO JUNIOR, *Feudalismo*. P. 103-106.

²⁰ AMON, Karl. Idade Média. In: LEZENWEGGER, Josef (et ali). *História da Igreja Católica*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Loyola, 2006, p. 136.

²¹ TOMÁS DE CELANO. Primeira Vida de São Francisco, p. 270.

²² BORBOLLA, Ángeles García de la. *La santidade en el mundo medieval: um concepto unívoco y una diversidad de modelos*. In: Separata de dos mil años de evangelización. Los grandes ciclos evangelizadores. Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra, XXI, Pamplona, 3-5 de mayo de 2000, p. 125; 134-139.



perfeição evangélica. Por conta disso, na bula *Mira Circa Nos*, igualmente vemos a eficiência de Francisco nessa direção apostólica e de perfeição na pregação. Podemos encontrar no seguinte excerto:

Então, ele ouviu a voz do convidativo amigo bruscamente com títulos mundiais tão lisonjeiros, como outro Sansão, e separa antecipadamente graça divina e concebeu fervor do Espírito, tomando a mandíbula, pregando com palavras simples, adornando algumas das palavras persuasivas com as cores de sabedoria humana, mas o poder de Deus, no entanto, o grande poder de Deus, que escolhe as coisas fracas do mundo para confundir as coisas fortes para envergonhá-los, não somente a mil; mas muitos dos filisteus, porque tocam nas montanhas e elas fumegantes, prostou assassinos; antes de servir reduziu os prazeres da carne e no espírito de servidão. Estes vícios mortos e do Deus vivo agora não mais, e a pior parte perdida que veio do maxilar de uma copiosa água. Comer, lavar e fecundar como tinha caído, sujos, áridos, que salte para a vida eterna sem dinheiro e alguns a mudança pode ser comprada; cujo corrégos longíquos, e largo irrigam a propagação do vinhedo dos ramos para o mar, e estendam dos brotos para o rio.²³

Assim, surgiram – da reputação de Francisco durante seu percurso de vida – discursos favoráveis à comuna de Assis que ganhou um santo mendicante de acordo com as demandas da Igreja romana, contra os partidários imperiais (contra o governo citadino e investidas monárquicas nos assuntos clericais) e desvirtuamentos da conduta cristã (contra os considerados heréticos), presente nas entrelinhas no relato de Tomás de Celano e na bula *Mira Circa Nos*. Segundo Miatello, os discursos confirmam a prédica como condição maior de santidade que deveria ser praticada por um mendicante, tinha uma importância social naqueles circunstâncias²⁴; nesse caso, considerando a pregação como um milagre, este indica um milagre de Francisco ainda em vida. Em seguida é possível observar outro trecho em 1C onde isso é presente:

Junto de seu túmulo estão acontecendo continuamente novos milagres. As preces são insistentes e são muitos os benefícios obtidos para as almas e os corpos. Os cegos veem, os surdos ouvem, os coxos andam, os mudos falam, salta o que sofria de gota, limpa-se o leproso, volta o hidrópico ao normal. Os que sofrem males das mais variadas doenças obtêm a desejada saúde. Seu corpo

²³ Qui audita interius voce invitantis amici, impiger surgens Mundi vincula blandientis quasi alter Sampson gratia divina praeventus dirupit, et Spiritu fervoris concepto, asinique arrepta mandibula, praedicatione siquidem simplici, nullis verborum persuasibilium humanae sapientiae coloribus adornata, sed tamen Dei virtute potenti, qui infirma Mundi eligit, ut fortia quaecumque confundat, non tantum mille; sed multa Philistinorum eo qui tangit montes, et fumigant, favente prostravit; et in Spiritus servitute redegit carnis illecebris antea servientes. Quibus vitis mortuis, et Deo viventibus, jam non ipsis, quorum pars pessima periit, ex mandibula ipsa egressa copiosa est aqua, reficiens, abluens, et foecundans lapsos, sordidos, et arentes, quae in vitam aeternam saliens absque argento, et commutatione aliqua potest emi; cujus rivuli longe, lateque diffusi vineam irrigant usque ad mare palmites, et usque ad flumen propagine extendentem. Em: *BULLARIUM FRANCISCANUM*: Tomus primus. Roma: Superiorum Facultate, 1759, p. 42-214.

²⁴ MIATELLO, André Luis Pereira. Escrita Hagiográfica Mendicante: pregação e culto cívico. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo/ RS: Oikos, 2014, p. 114-139.



morto cura corpos vivos, como em vida ele ressuscitava almas mortas [grifo meu].²⁵

Por isso parece coerente que o processo de canonização de Francisco de Assis tenha sido breve, ao ser associado com a maioria dos predicativos do critério de santidade, assim, Gregório IX parece não ter encontrado motivos para abrir um inquérito pormenorizado, sendo que considerou basicamente os milagres dedicados ao assisense de longa data.²⁶

Os mendicantes a exemplo dos franciscanos se tornaram os agentes “apaziguadores” na intenção de reduzir os efeitos nocivos dos grupos questionadores ao mesmo tempo em que buscavam interceder na mentalidade dos mais abastados, criando mecanismos caritativos como as esmolas no discurso da função de salvar a almas, e a exemplo disso, os franciscanos não poderiam ficar isolados das cidades, deveriam atuar nestes meios urbanos, onde foi construída a reputação de Francisco; este é um dos principais motivos de sua canonização, haja vista que o pontífice Inocêncio III, em 1210, autorizou o assisense a disseminar o ensinamento articulando a intervenção através da pregação comunitária.²⁷

E outra vez, na bula de canonização redigida por Gregório IX, é notável que tais atos em vida do assisense representassem este pragmatismo, tanto que o processo de canonização parecia desnecessário, haja vista que a função primordial do fundador se confundia com o protótipo da moralidade da época. Assim, houve a precipitação do reconhecimento de santidade de Francisco de Assis, como se apresenta abaixo:

Portanto, como já nos eram plenamente conhecidos os traços mais singulares de sua vida gloriosa, pela familiaridade que teve conosco quando estávamos constituídos em um cargo menor, e fosse feita fé plena a respeito do esplendor de seus múltiplos milagres, através de testemunhas idôneas de que nós e o rebanho a nós confiado seríamos ajudados por sua intercessão e teríamos como patrono no céu aquele que foi nosso amigo na terra, reunindo o consistório de nossos irmãos [os cardeais], e tendo obtido o consentimento deles, decretamos que o inscrevamos no catálogo dos santos para a devida veneração. Estabelecendo que IV. Quinto dia de outubro, dia a saber onde é libertado da prisão da carne alcançando o reino etéreo, sua dedicação ao aniversário da Igreja Universal, e solenemente comemorado.²⁸

²⁵ TOMÁS DE CELANO. Primeira Vida de São Francisco, p. 269.

²⁶ VAUCHEZ. *Francisco de Assis: Entre História e Memória*, p. 190.

²⁷ FRANCO JUNIOR. *Feudalismo*, p. 105-108; MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. A Ordem Franciscana e a Reconstrução do Conceito de Cidade entre os séculos XIII e XIV. In: VIEIRA, A. L. B.; ZIERER, A.; FEITOSA, M. M. (orgs.). *História Antiga e Medieval: Simbologias, Influências e Continuidades-Cultura e Poder*. São Luís/ MA: Editora UEMA, 2011, p. 145-156.

²⁸ Cum igitur gloriosae vitae ipsius insignia ex multa familiaritate, quam Nobiscum habuit in minori officio constitutis, plene cognita nobis essent; et de miraculorum coruscatione multiplici per testes idoneos Nobis facta fuerit plena fides; confidentes per Dei misericordiam nos, et Gregem nobis commissum ejus suffragiis adjuvari; et quem familiarem habuimus in Terris, habere Patronum in Coelis; habito Fratrum nostrorum consilio, et assensu, ipsum adscribi decrevimus Sanctorum Catalogo venerandum. Statuentes, ut IV. Nonas Octobris, die videlicet, quo a



Segundo Vauchez, a bula *Mira Circa Nos* redigida por Gregório IX demonstra como Francisco conseguiu conciliar a vida ativa com a vida contemplativa de modo a representar no documento o seu “bom uso” da santidade e menos sobre a reputação do emprego do amor, da pobreza ou a intenção de ser submisso a todas as criaturas. Centrou-se em discorrer sobre a proeza providencial em “amparar a casa” e “fortificar o templo”, e, por conta disso, segundo o historiador, se o papado tirou proveito da santidade do assisense, por sua vez, a reputação de Francisco cresceu em notoriedade em Assis e fora da Itália, como São Francisco de Assis.²⁹

Portanto, as alegorias presentes na hagiografia não eram meras representações, elas tinham funções específicas advindas das idiosincrasias presentes na literatura judaico-cristã sendo está a composição de sua produção retórica, utilizando o exemplo dos Evangelhos como forma de intervir nas questões sociais na Idade Média.³⁰ Em vista disso, notei que se a bula caminhava em apresentar Francisco como um reforço valoroso para a Igreja, a hagiografia buscava afirmar nele o reformador necessário para a instituição e que pudesse ser visto por todos. Isso revela que a atribuição de santidade dada pela Santa Sé, considerava válidos o grupo e o fundador para seus projetos desde o início e visaram legislar o caminhar do grupo por meio das Regras, em que o resultado da canonização de Francisco se delineou e foi oficializado pela bula, contemplando também uma das demandas em Assis.

Considerações Finais

Em linhas finais, o processo de canonização de Francisco, aqui abordado brevemente, além de ter sido rápido, demonstra a associação entre os projetos da Cúria romana e comuna de Assis. Isso foi explicado porque quando o processo de emancipação entre as comunas se dava, estas fundavam um novo tipo de sistema próximo ao sistema feudal, às vezes permanecendo antigas rivalidades, o que leva a entender existirem poucas relações favoráveis mesmo entre as comunas. Isto pode ter favorecido a relação de Assis, considerada menos influente, com a Igreja, tendo ambos em comum a intenção de retirar do poder a monarquia. Por essa lógica, os serviços pastorais destinados às Ordens Mendicantes demandavam a presença de pregadores nos meios urbanos, sendo que diante das modificações nas fronteiras geográficas, políticas, econômicas,

carnis ergastulo absolutus ad aetherea Regna pervenit, ab universali Ecclesia natalitia ejus devote, ac solemniter celebrentur. Em *BULLARIUM FRANCISCANUM*: Tomus primus p. 44.

²⁹ VAUCHEZ. *Francisco de Assis: entre História e Memória*, p. 190-193.

³⁰ MIATELLO. *Retórica Religiosa e Cívica na Itália do Século XIII: a composição e os usos das hagiografias mendicantes nas políticas de paz*, p. 30.



também deveria ocorrer metamorfoses na espiritualidade, na forma como os santos eram reconhecidos, para poderem intervir nas questões seculares.

Francisco, assim como outros pregadores mendicantes que se tornaram referência, ao ser reconhecido como santo, atuaria na proteção das fronteiras espirituais em vida e após morte: defenderia o avanço dos contestadores da religião cristã centralizada em Roma – os grupos considerados hereges e partidários imperiais, nas cidades e dentro da Igreja – amparado pela OFM e legitimaria a emancipação política de Assis, com a fama de santuário de origem e repositório das relíquias do santo. Por isso, os apelos em seguir as diretrizes espirituais de acordo com a ortodoxia acentuaram a necessidade pragmática dos pregadores, e no caso do fundador da OFM, o tornou reconhecido como santo ainda em vida, quando atuou pregando, exortando e servindo como modelo de cristão convertendo muitos ao que era considerado o modelo ideal de conduta moral.

Deste modo, como dito anteriormente, este pequeno trabalho selecionou alguns aspectos referentes às discussões existentes em torno dos temas sobre as comunas italianas, santidade e franciscanismo. Portanto, não busquei ampliar o debate, mas sim, evidenciar uma etapa em que o franciscanismo está inserido, visível na historiografia, envolvendo relações políticas.



“... Assim na Terra como no céu”: a secularização do divino – “... em nome do Pai,” a sacralização da razão – “do Filho...”, e (d)o espírito (Santo) do capitalismo – “Amém”.

"... On earth as in heaven": the secularization of the divine - "... in the name of the Father," the sacredness of reason - "Son of ...", and the (Holy) spirit of capitalism - "Amen".

Lina Raquel de Oliveira Marinho

Doutoranda em filosofia

Universidade da Beira Interior – Covilhã

lina_usa76@hotmail.com

Recebido em: 13/04/2016

Aprovado em: 15/06/2016

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo refletir em torno do conceito de secularização e sua genealogia histórica reconhecendo-as como estando nas bases do capitalismo, ou seja, o quê a própria secularização e sua genealogia teriam a dizer desta e nesta lógica econômica e sua (en)formação. Faz-se visível um não acaso histórico de questões e transformações sociopolíticas e econômicas que termina por configurar o mundo tal qual o conhecemos e concebemos, plenamente tangenciado pelas questões e debate em torno da secularização da vida e de muitas de suas dimensões e esferas, que não só e obrigatoriamente pertenceriam a esfera política, por exemplo. Dentre os vários desdobramentos deste processo na vida econômica e política, aqueles que se moldam nas próprias contradições internas do capitalismo na atualidade, como a sociedade do trabalho, tem diferenciado destaque e relevância prática, e este será um dos argumentos também a ser traçado neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Secularização, Capitalismo, Trabalho.

ABSTRACT:

This article goal is to reflect around and about the secularization concept and its historical genealogy recognizing them as being on the capitalism bases, it means, what the secularization



phenomena itself and its historical genealogy would have to say of and about this economical logic and is (in)formation. It is possible to consider a non historical chance of questions and sociopolitical and economic transformation that ends configuring the world in the way we know and conceive, directly crossed by the questions and the debate around the secularization of life and of many of its dimensions and spheres, that not only necessarily would belong to a political sphere, for example. Among the several effects of this process in the economical and political life, those that shape themselves in the own internal contradictions of capitalism nowadays, as the labour society, have special feature and practical relevance, and this will be also one of the arguments to be established in this article.

KEYWORDS: Secularization, Capitalism, Labour.

Digo a vocês – vocês são deuses.
João, 10:34

O fenômeno da secularização, a começar pela etimologia da sua palavra e que diz respeito diretamente àquilo que pertence ao século, aquele tempo específico e próprio sendo experimentado e vivenciado, tem sido um reflexo, um componente de não acaso histórico, das maneiras como o homem se vê e se compreende ainda hoje no mundo contemporâneo.

A secularização marca aquilo que fica denominado e conhecido na história como o período da Modernidade, aquele que passa a colocar em questionamento os pensamentos e as organizações do período medieval e que deseja, portanto, superá-los, mas tem suas próprias raízes bem anteriormente construídas. Estas, por sua vez e, inclusive, dialeticamente, em grande parte, estariam no próprio cristianismo, por exemplo, ainda naquele mesmo período histórico assim denominado e conhecido como Idade Média, ou seja, o próprio período medieval entre os séculos V à XV e no qual o Cristianismo se apresenta desde o Catolicismo Romano até o Protestantismo e o evento da Reforma. Por sua vez, as categorias de representação dos sujeitos no mundo, fundamentadas a partir, então e também, deste mesmo fenômeno da secularização, estariam presentes ou puderam começar a ser percebidas fosse a partir das Cruzadas – os movimentos militares cristãos de ocupação e domínio da região da Terra Santa e que deflagraram diversas guerras religiosas à época com o islamismo, cujos desdobramentos ainda se acompanham hoje na região do que veio a ser o Oriente Médio –, fosse a partir então da institucionalização do próprio feudalismo – orientação econômica e social deste período.

O Cristianismo ensaia os primeiros passos em torno deste projeto e o fenômeno da secularização quando convoca colocar em cena uma religião monoteísta e um Deus encarnado na



figura do próprio filho. Quando o verbo se faz carne, ele se mundaniza e faz do mundo sua própria ação, quero dizer, o verbo, ou seja, a ação propriamente a acontecer da divindade no mundo. O Deus que se faz carne para agir autoriza a ação da carne em si, reconhece ou faz reconhecer um espírito há habitar toda carne, e, portanto, digno de agir e se fazer no mundo. É desta forma que estavam ali contidos os primeiros e muitos sinais da secularização da vida do sujeito, que passa a se reconhecer uma e numa carne, também filho de Deus, também habitado pelo germen deste espírito divino que o criou, e, portanto desta habitação espiritual onde o verbo se faz carne em todos nós e em seu filho enviado, nosso irmão, resulta-nos a própria potência do espírito, a sua natureza, como nos coloca Hegel¹, a liberdade expressa e transmitida por via de nossas ações.

O cristianismo vai, ele próprio, ao encontro da mundanização da religião entre os homens, acompanhando a transformação das mentes e dos sujeitos e que progressivamente buscam acreditar em novas questões e despojar de novos e outros valores, e até mesmo se libertar da própria Igreja e seus ditames e que, por sua vez, acompanha suas circunstâncias existenciais manifestadas em suas relações sociais, políticas e econômicas. O cristianismo foi também o desejo vivo da universalização de uma única religião em torno de um único Deus conforme todos os desafios já então passados e experimentados diante das inúmeras e severas guerras religiosas nas quais os povos se encontravam e as quais regularmente travavam entre eles próprios.

Mas não que a institucionalização do próprio cristianismo enquanto religião única não tenha sido ela mesma mais um episódio das inúmeras guerras religiosas, dos desejos de imposição e prevalência de determinadas crenças e orientações especificamente, vide a maneira que o próprio Cristianismo encontra para se expandir conforme as estabelecidas cruzadas e a conformação do feudalismo em torno de suas crenças e hierarquia, tal como já mencionado.

A concreta experiência da paz de Westfalia, por exemplo, séculos mais tarde, mais precisamente no século XVII – período do que assim passamos a denominar por Idade Moderna e não mais Média –, diz ainda e também respeito a este desejo da superação propriamente em torno das guerras religiosas e cujo tratado encerrava agora e, por sua vez, a guerra dos Trinta Anos, ou seja, as disputas e rivalidades religiosas na região da atual Alemanha entre Católicos e Protestantes.

Aquilo que se percebe, porém, é que a partir da maneira como a Igreja, ou em termos mais gerais e assim melhor colocados e mais justamente equilibrados, a maneira como o

¹ HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.



cristianismo vai construindo a ideia de Deus no mundo se volatiliza em plena consonância e diálogo com a secularização da vida, com as demandas e questões do século presente e fundado em uma ordem própria de estados, necessidades e desejos. A Igreja enquanto instituição mais diretamente representante do cristianismo à época, senão a única, tem nas bases de sua própria escritura as saídas para sua permanência entre os povos e as crenças, vide experiência posterior dos Estados absolutistas, completamente sacralizados a partir das prerrogativas da Igreja, e também a Reforma, que severas transformações implicou à Igreja e ao Cristianismo, mas sempre cumprindo seu quase desejo edipiano e que resulta não no questionar da busca pelo universal e universalizar, mas no questionar do que agora universalizar, transformar em Deus para a explicação e resolução de todas as questões do homem e de sua humanidade, um acentuar das dicotomias que transitam por diversas categorias, sem nunca serem superadas em sua mais profunda hermenêutica e epistemologia: as próprias dicotomias.

Reside, pois certa ambiguidade em torno do cristianismo, porque Cristo vem na verdade pregar o fim das religiões, nos fazer irmãos do filho de Deus e, portanto deuses também, parcelas semelhantes de Deus encarnadas, frações do verbo encarnado, e conseqüentemente aptas à ação criadora do próprio mundo, da própria história, a partir de um Deus dentro de cada um de nós, e para com o qual estaríamos completamente entregues a subjetividade da escuta que quiséssemos e soubéssemos fazer dele, e fazer deste Deus. O próprio desdobramento mais tarde do cristianismo em Catolicismo e Protestantismo anunciava estas raízes (en)formadoras do cristianismo em si, das escrituras e de seu projeto social de emancipação do sujeito. Com o passar do tempo e tudo está posto e dado pelo sujeito, sua fé e a leitura e relação direta e, portanto, sem intermediários, com as escrituras. Ou seja, estava mesmo posto o gérmen de toda a secularização vindoura no próprio cristianismo.

O Cristianismo foi a “traição” do evangelho muitas vezes e a Modernidade uma hermenêutica filosófica da religião cristã sem religião, sem aquela religião provavelmente sobre a qual Cristo de fato falava, quando era ele mesmo falando por si e não este homem e sujeito do seu tempo O transcrevendo, e a seguir e melhor me explico e me coloco a este respeito, enfim, uma hermenêutica, alienadora, que no fundo quer que o homem desapareça para que Deus seja, mas tudo o que aparece no evangelho é justamente que o homem seja.

Aqui vale ressaltar que este evangelho do Cristianismo era então e, por sua vez, uma construção também humana, ou seja, produzido por este próprio homem em cena e que além de se ler e se traduzir em sua máxima existencial nesta fase, em um potencializar de si e de sua liberdade e cocriação, queria assim de um modo consciente se fazer e escreve para si, para o outro e em suas sociedades este Cristianismo, conforme suas próprias circunstâncias e interpreta



suas revelações deste próprio lugar de si e em si, lugar este já consciente para muitos sujeitos e que vislumbravam uma emancipação a ser construída. Por isso, o homem paradoxalmente se torna mais autenticamente cristão quanto mais seculariza o *saeculo*.

A religião de qual falava Cristo diretamente, este próprio religamento de cada sujeito muito mais em si e consigo do que com um transcendente comumente estabelecido, e muito menos para sacralizar a razão do ponto de vista de fazê-la um instrumento de dominação e imposição paradoxalmente irracional de um homem sobre o mundo, o outro e a natureza, e se assim O pudéssemos por e imaginar em fidelidade plena e absoluta de suas pregações e atitudes num a priori de atravessamentos, ou seja, se assim fosse possível esta verdade absoluta, ainda que Ele tenha sido sabidamente produto da história oral de seus discípulos e, portanto e assim também impregnadas das impressões, crenças e desejos de libertação e emancipação quem sabe destes mesmos discípulos, ou seja, há um algo na mensagem de Cristo e cuja transcrição e interpretação do homem, o faz a favor de si mesmo e com base em suas próprias circunstâncias e crenças obviamente.

É, por isso, justamente que a secularização está ela mesma sob a tutela daquilo que gostaria de conseguir superar no que diz respeito ao sagrado, quanto mais cristão mais o homem se seculariza porque esta foi a via de entendimento possível alcançada pelos homens da época para se permitirem assumir o desejo de superar o sagrado na maneira como ele antes operacionalizava suas vidas e implementar ou executar este desejo. A secularização é um convite à permanência do sagrado com limites claros estabelecidos, seja do ponto de vista mais prático administrativo das vidas seja do ponto de vista daquilo que poderia se ter alcançado em termos de emancipação concreta e real do homem em si.

Um Cristo não mal interpretado, mas interpretado no alcance do que o poderia tê-lo sido e tomado como meio para as finalidades de aptidão do desejo operacionalizado, executado e vivido deste próprio homem, e um Deus que ainda precisava estar ali para que o homem não tivesse ainda, quero dizer, aquele mesmo ainda não temporal da secularização e sobre o qual falarei adiante, que reconhecer a si mesmo em sua plenitude de sua essência e substância, podendo então procurar a sua verdadeira religião: a máxima (est)ética da existência por sua transformação consigo, um sublime ainda não alcançado e para todo sempre a ser perseguido, uma reforma íntima que poderia ter sido posta para muito além da maneira como se pensar em Deus e tê-lo nas demandas e questões da vida, mas na direção de se pensar um novo homem de fato, um sujeito no seu maior nível de autoconsciência transparente e dialógico possível, e talvez e de fato, justamente estes possíveis tenham sido alcançados e promovidos àquele tempo.



No que diz respeito, por sua vez e diante deste contexto, à leitura e todo entendimento do homem em relação e sobre o seu tempo, o cristianismo nesta mescla do que se consumava do religioso no mundo, é uma transição temporal propriamente, é uma transposição de crenças ao presente momento, ao que está consumado e realizado no mundo por Deus e através de seu Filho enviado e encarnado, e entre o tempo do futuro daquilo que ainda não veio e não aconteceu depois da vinda de seu filho, um tempo onde há espaço para um “ainda não”, pelo que estaria por vir após o todo consumado, após a concretização plena da mensagem de Deus no mundo pelo verbo materializado, pelo Deus criador do mundo no próprio mundo. Abandona-se a adoração do passado, dos antepassados, vale-nos o tempo do presente com vias na futura salvação. Passamos a ser o próprio princípio da celebração do tempo.

O tempo do oportuno (*Kairós*) e do sagrado anteriormente irreconciliável com o tempo do *Khronos*, agora se encontram em plenitude, o filho de Deus enviado, em e a seu tempo, é a própria tensão manifestada entre um já consumado e um ainda não, entre um presente que vem esclarecer a respeito da construção de um futuro que deve e passa a ser desejado. Por isso, por causa deste “ainda não” é que não se pode estar conformado com aquele mundo enquanto categoria moral e ética, sendo que desta própria tensão entre um presente consumado onde toda mensagem de Deus haveria sido entregue e um futuro de salvação final por todos nós ainda por vir, desta tensão nasceria nossa história como a própria narrativa do homem na terra enquanto cocriador deste mundo. A própria consciência do homem é, portanto, esta ressonância do estar atento entre um passar e o que está passando. Cristo não está virado para trás, e sim para frente, para o futuro. Ao contrário da orientação das mitologias gregas como em Ulisses, por exemplo, que saía de onde se encontrava para retornar a sua ilha, Cristo orienta Abraão a deixar sua terra e seguir para uma terra nova.

De toda forma e após a vinda de Cristo, e para aqueles que viviam o tempo de maneira escatológica, e as primeiras comunidades Cristãs, e as que testemunharam a ressurreição de Cristo, passaram a encontrar dificuldades em dar sentido a vida secularizada e sua categoria de futuro, após a vinda de Cristo e sua ressurreição, isso porque estaria então a história acabada, estaria tudo consumado. Algumas das razões da própria vida secularizada se acabam conforme as religiões e do todo consumado, não se sabia ainda como transformar a espera em esperança por uma segunda vinda de Cristo. Foi preciso esticar o tempo, colocar o fim da segunda vinda de Cristo para um futuro cada vez mais distante. Uma própria invenção da história por assim se dizer no sentido Cristão.

Santo Agostinho em seu livro XI das Confissões possui passagens onde costumava dizer que se lhe perguntassem sobre o tempo e ele não saberia dizer o que era de fato, em



compensação se houvesse de não ser perguntado sobre o que seria o tempo, e pronto o saberia em sua plenitude. A respeito desta condição temporal metonímica do um todo devir pela parte presente onde se passa e se percebe a possibilidade deste todo devir “ainda” e que “não” se faz plenitude neste tempo oportuno presente, há também o pensamento de Ernest Bloch que, como bem nota, Miguel Cardina², reconhece esta fração temporal do “ainda não”:

Para expressar o presente enquanto devir, [...] Está é a categoria do “não” tal como se apresenta na história. Corresponde ao “não” que, saindo de si mesmo, se inicia na busca da determinação (grifo próprio). O “ainda-não” equivale deste modo à dinâmica que impele em direção à totalidade e é, em certa medida, o verdadeiro substrato do pulsar no mundo.³

[...] O “não” refere-se à obscuridade do momento vivido, [...] O “não” é, naturalmente, um vazio, mas ao mesmo tempo é impulso para dele sair, [...].⁴

Quando o fim veio para dentro da história os romanos tentaram trazer já pra dentro dela toda a finalidade humana, Santo Agostinho foi buscar ambiguidades neste entendimento em torno do futuro, tal como se coloca e se expressa em relação ao tempo e sua construção para evitar então esta que poderia ser a apatia da política diante de uma vida religiosa plenamente consumada. A tentativa do império romano era a de ter uma chave em definitivo através da qual se separasse de uma vez por todas o bem do mal, o joio do trigo. Parece que desde sempre o homem tenta resolver a vida por completo, para então depois vivê-la, ter e tomar tudo como resolvido e plenamente consumado para então viver e contemplar.

Para Agostinho colocar um fim à história seria um instrumento absoluto para determinar o sentido todo da história e, portanto, também as consciências: absolutismos. Não é à toa esta denominação política no contexto da própria sacralização da política, e no contexto da imanentização do fim dentro da história, ainda que a plenitude do poder papal nas coisas temporais assegurasse à religião um estar acima sempre, inclusive do imperador, era imenso o absolutismo deste império. Mas agora com o Cristianismo e a teologia política e havia então uma fusão do próprio reino do céu e de César. Por isso as épocas absolutistas da política foram tão sacralizadas, e fortemente marcadas por esta teologia política.

Foi a própria Igreja que ao reivindicar este poder temporal para si, retirando-o do imaginário cósmico do tempo da manifestação e da vontade dos deuses gregos, por exemplo, que contribuiu mais tarde com a secularização da própria política e que vem superar esta situação e circunstâncias. Paradoxo: Jesus pregou a igreja, mas no fundo destruí-a e teve-a realizada e

² CARDINA, M. A filosofia da esperança de Ernst Bloch. In: UNIPOP (org.). *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70, 2014.

³ CARDINA. A filosofia da esperança de Ernst Bloch, p.98.

⁴ _____. A filosofia da esperança de Ernst Bloch, p. 98.



concretizada por outras vias de institucionalização, teve a sua própria mensagem tomada para o endeusamento do homem, de sua razão e das coisas de seu mundo material, enquanto que talvez esperasse resultar em emancipação real das mentes, consciências e crenças pela manifestação do plural e da própria diferença em coletividade e convivialidade.

O poder político que se segue, porém é tão forte que se espiritualizou, e as decisões do soberano e suas prevalências nas circunstâncias das exceções, como nos coloca Marramao⁵, em que as decisões finais dos soberanos estavam postas assim como as manifestações milagrosas e, portanto, impassíveis de serem questionadas, e sua decisão era tal autônoma e liberta da vontade de seus próprios súditos e, assim, o submeter inquestionável do seu povo a ele. A exemplo disso, temos o próprio imperador Carlos Magno que se coroa enquanto divindade, representante da vontade de Deus, em um ato e momento histórico da teologia política, e que deu origem ao período considerado e nomeado como cesaropapismo. Uma plena sacralização da política.

Agora, o que é interessante pensar é como aquilo que se reivindicava em relação ao poderio da igreja, transferimos ao político, e novamente estamos súditos de exterioridades, e menos senhores e sujeitos de nós mesmos, ou seja, de alguma forma, não entendemos mesmo a própria mensagem de libertação e subjetividade do próprio Cristo, jamais entendemos verdadeiramente – “você são deuses” (João 10:34), ou fizemos a leitura disso para prolongarmos e transferirmos as maneiras e vetores de dominação social e agora também política, e mais tarde e conforme os avanços da modernidade e vemos os modos como o próprio capitalismo se apropriou disso tudo.

É, desta forma, que se reconhece que todo o fenômeno da secularização, distribuído ao longo dos períodos históricos naquilo que ia compondo suas próprias raízes e categorias representativas aos e dos sujeitos desde o Cristianismo do período antigo do Império Romano, passando pelas Cruzadas mais tarde do período da Idade Média até o movimento da Reforma nos princípios do que passaríamos a denominar como Idade Moderna ou Modernidade, ou o tempo secularizado, do *saeculo*, diz mais imediatamente respeito a um projeto jurídico político onde o objetivo foi redesenhar o poderio da própria Igreja, não para que ela pudesse deixar de existir, e de ter poderes sobre a organização da vida das pessoas e suas tomadas de decisão, mas para que ela pudesse sobreviver às transformações de crenças e valores que ocorria na vida de cada indivíduo em suas subjetividades, e das quais ela própria era também e muitas das vezes a responsável. A mundanização da fé, cujo ápice talvez tenha ocorrido de fato com o evento da Reforma, a partir de quando esta fica ainda mais entregue a escuta particular de cada indivíduo

⁵ MARRAMAIO, G. *Cielo y Tierra: genealogía de la secularización*. Barcelona: Paidós Iberia, S.A., 1998.



em torno deste Deus único, marca a subtração da religião dos termos, elementos e agentes políticos de cada época.⁶

Primeiramente porque a entrega do poder político ao Estado em sua plenitude reserva à Igreja e à religião o poder delineado e delimitado em torno do sagrado, o que de toda forma não é menos poder por isso, até a entrega de muitas das terras e posses da igreja é feita sob o contexto de fortes alianças com os nobres que as recebiam na época, e cuja recorrência à fé, às instruções e orientações dos padres, à ordem papal era real e concreta, ou seja, uma igreja que ainda reinava apesar de não mais governar diretamente, mas atuar efetivamente sob os governos pela influência de suas crenças e valores.⁷

E em segundo lugar porque se tratava de um paradoxal jogo de espelhos como nos coloca Marramao⁸, onde o aparente conflito que poderia resultar entre os dois poderes: Estado e Igreja, a partir desta experiência da secularização, e como já mencionado e argumentado, construída propriamente com base nas escrituras, tratava-se na verdade do assumir de cada uma das partes das prerrogativas umas das outras, ou seja, temos a Igreja que se mundaniza e estatiza, e o Estado que se sacraliza. A igreja toma para si as características da centralização e da racionalização burocrática e o Estado assume prerrogativas sagradas, ritualizando os próprios procedimentos. Não por acaso a razão, seu desdobrar em racionalidade técnica transformam-se nos novos deuses do período histórico que se seguiria e que passaria a ser intitulado de modernidade.

O ato do imanentizar – tornar mundano, colocar *theologia* na *oikonomia* – *oikos*: casa, em busca da melhor lei para a casa, do fazer o mais com o menos possível, o *oikos* se transforma no próprio cosmos. Passa-se a projetar a vida trinitária do Pai, Filho, Espírito, na “economia”. *Oikonomia* o modo como Deus rege o mundo, a nossa casa, a melhor lei da história da salvação, a criação. A *Theologia* se transforma na própria teorização de Deus, Deus está na história. Deus não é outra coisa senão sua própria história e a história da sua criação, Deus está ligado ao mundo, ao mundializado, a trindade deve ser vista como a história, e não um teorema celeste.

E neste contexto a questão da temporalidade e que acima se debateu a respeito do prolongamento do futuro se concretiza na história da própria trindade – a idade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, aquela que estaria por vir, a idade do “ainda-não” e uma Igreja sem imperador como seus representantes, a igreja dos monges, e das crianças, ou seja, prolongamento nítido do futuro. Ainda temos que esperar que o fim estará aí. Essas coisas últimas, o escatológico – *ta escahta*. Este raciocínio e entendimento à época foi considerado uma grande

⁶ MARRAMAIO. *Cielo y Tierra*.

⁷ _____. *Cielo y Tierra*.

⁸ _____. *Cielo y Tierra*.



heresia, assim como o próprio surgimento de uma igreja invisível do bom pensamento, do puro serviço do coração.

O século passa a ser o prolongamento do verbo, da encarnação do verbo, investir e valorizar nestes meios e categorias da comunicação pela e para a criação e a retomada dos trabalhos, das atividades, do posicionar-se e transformar-se, sem a apatia do todo consumado, e deste tempo em definitivo do escatológico alcançado, mas sim, pensá-lo sempre em um futuro a ser pleno, o já está, mais ainda não tudo. O trabalho que tinha e trazia consigo o sentido da salvação, agora adquire o sentido do verbo encarnado e da criação.

Este homem, portanto, e que é criado a imagem e semelhança de Deus, tem a si um conjunto de outras novas responsabilidades conferidas, e relativo ao mundo que habita, ainda que ele não seja propriamente Deus, este contexto religioso, esta maneira socialmente construída de crer em Deus, conforme a maneira como se lidou com um conjunto de experiências passadas naquele tempo e por aquele povo, confere à sua vontade, liberdade, e inteligência uma autonomia positivada. Aqui, naquilo que vai se passando a conceber como modernidade o homem não é mais associado ao seu anterior estatuto servil, tal qual e como da época medieval e do feudalismo, o homem passa a ser cocriador. Densidade fundamental posteriormente percebida para e em todo trabalho humano. A matéria do mundo faz parte do próprio processo revolucionário do mundo, não se pensa mais o Deus no céu: Emanuel – é o Deus que está aqui. A própria liberdade é dada no ato da proibição, passa a existir um senso de criação à transgressão. O mundo dos homens e o qual Deus também vem habitar através de seu filho, foi criado por um ato de desobediência de Adão e Eva, sob certa medida as escrituras passam a revelar ao homem aquilo que deveria transgredir, não se conformando com a moral e ética do próprio mundo, por exemplo, e como já mencionado, para então criar o mundo e o reino de Deus no mundo.

Já não há espaço para podermos falar mais em sagrados e profanos como anteriormente, quando a carne, as coisas da matéria e do mundo eram tomadas negativamente, com ressalvas e receios. O cristianismo ao longo do tempo e suas experiências Católicas, Ortodoxas e Protestantes, por exemplo, desfazem isso, e a carne e o tempo passam a ser vistos como bons, como meios e ressonâncias das obras de todos os espíritos encarnados, de todos nós verbos à imagem e semelhança de Deus.

A experiência social e política da secularização esteve, pois, plantada nas sementes deste cristianismo que mundaniza a religião e a relação, portanto, do homem com sua fé e com Deus, até culminar na própria experiência da Reforma, e que só faz delegar ainda mais ao sujeito toda esta autonomia e emancipação do homem para com as escrituras e suas crenças religiosas. Em



um primeiro momento a secularização das religiões, o próprio surgir do cristianismo enquanto sintoma deste processo se manifesta e se reflete na política como a própria sacralização da política, a trajetória das teologias políticas, do poder divinizado do soberano, dos reis e seus impérios absolutistas, até que esta secularização e que se iniciou no entendimento em torno da encarnação do verbo, ou seja, de Deus, libertando o homem para a criação da sua própria existência, mundo e conseqüentemente fé, leva a uma posterior laicização deste próprio Estado, e que em termos apresenta ainda nos tempos atuais muitas das categorias administrativas e organizacionais tais quais se reconhece e sabe nos anteriores hábitos institucionais da Igreja, por exemplo.

Este Estado deixa de ser a experiência concreta e real do espírito conforme nos explicita Hegel⁹, ou seja, os seus meios políticos de realização, para ser um Estado completamente desvinculado desta sacralização e que organiza o mundo prático dos sujeitos representando-lhes politicamente ou refletindo-lhes as paixões e vontades, neste e por este aparato enquanto estes mesmos homens tentavam, e aqui mais diretamente em referência à própria experiência do sujeito, seu mundo, sua razão, diante do marco histórico da Reforma, justamente o progresso da própria fé e religião na secularização de seus deuses e o advento do cristianismo.

A secularização da vida dos sujeitos tem seu culminar nesta época que entendemos e reconhecemos por modernidade, mas paradoxalmente continuamos elegendo deuses e professando religiões e uma fé a ser universalizante e universalizada, capaz de organizar todo o sentido de nossa existência de uma dada vez por todas. A própria hermenêutica da existência do homem pensando o mundo para pensar a si no mundo para universalizar a si neste mundo e ter por definido, resolvido, resoluta a própria existência e possibilidades de subjetividade e particularidades. Ou seja, a insuperável bipolaridade da existência humana que só faz transitar por diversas dimensões e elementos/esferas, mas sem se superar. E é esta ou desta superação que finalmente me interessa falar e argumentar mais diretamente até para se imaginar o próprio contexto da saída e superação do homem da sociedade do trabalho no capitalismo, por exemplo.

É por isso que Arendt apud Marramao¹⁰ vai além para dizer que no lugar de uma mundanização o homem na verdade estava experimentando e provando de sua própria alienação em relação ao que lhe cabia enquanto mundano, o homem passa a buscar e a atingir níveis tão interiorizados de si, não a partir de uma salutar consciência de seu todo holístico, mas a partir de um fragmento de si hiperbolizado: a sua razão, tomada e considerada a partir de então razão exclusiva para tudo, norte em relação às vontades do indivíduo, repressora das pulsões e paixões,

⁹ HEGEL. *Filosofia da História*.

¹⁰ MARRAMAIO, G. *Cielo y Tierra*.



instrumento do progresso e da civilização, num recorte espaço-temporal em suspensão, onde todo o mundo pode estar submetido à sua apreciação, tecnicidade, leitura e conceitos. Estava dado nosso novo Deus e religião: a razão com finalidade em si, por si e para si, a própria ambiguidade da existência do espírito e sua natureza de liberdade, agora novamente aprisionado em ser somente razão, sem corpo, alteridade, natureza, geografia, dentre outros. Não que o homem moderno estivesse alheio a estas categorias, em absoluto, mas que estivesse determinado a submeter todas estas dimensões e esferas às leituras, ciências, matemáticas, físicas e outros da razão.

Na verdade, conforme Arendt¹¹ explicita, o sujeito moderno passa a ser como todo funcionário burocrático, um cumpridor de ordens sem racionalizar sobre suas consequências e seu sentido. É neste contexto, por exemplo, que para a autora, o sentido de “bem” ou “mal”¹² dos diversos atos do indivíduo se perde no foco: basta que tudo seja realizado com zelo e eficiência técnica, havendo uma generalizável preocupação com as ordens delegadas. Há um esvaziamento da ética na solidariedade orgânica das relações e dos povos.

O que historicamente passamos a chamar de modernidade a partir de todo este fenômeno e ontologia da secularização refere-se, segundo Giddens¹³, e que aqui destaco para os devidos fins muito pontualmente: para valorizar a boa colocação destas questões pelo autor e para adiante chamar melhor atenção em torno de algumas delas, refere-se, pois a um modo de vida, costumes e organização social que emergiu na Europa por volta do século XVII. Para este autor a modernidade pode ser entendida dentro de quatro dimensões: o capitalismo – basicamente entendido como o sistema de produção vigente; o industrialismo – referente ao papel central da maquinaria; a vigilância – relacionada à constante supervisão da população pelos detentores do poder político; e o poder militar – nomeador do monopólio da violência.

A modernidade tem no capitalismo o modelo produtivo que lhe assegura a realização de um desejo muito próprio e bastante descritivo e qualitativo deste período. O desejo de um acúmulo crescente, contínuo e, portanto, ilimitado como expressão máxima da possibilidade de que sejam os sujeitos as finalidades por eles mesmos de suas ações, ou seja, o desejo do indivíduo sempre posto e tomado como a causa primária, o quê inclusive e a partir de então, torna-a “passível de identificação” no próprio exercício de racionalidade da ação do sujeito.

¹¹ ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém*. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2000.

¹² Foi diante da experiência de um julgamento por crimes de genocídio cometidos contra judeus que Hannah Arendt, em 1961 (Cf. Julgamento de Eichmann) cunhou o conceito de “Mal banal” e em sua análise pôde perceber que, contanto que as ordens advenham de instâncias superiores e em se considerando um sistema baseado em atos de extermínio como a tortura e a execução de seres humanos, a prática de atos do “mal” não é racionalizada em seu resultado final.

¹³ GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.



O fenômeno da secularização encontrou os meios para justificar, promover e naturalizar esta perseguição moderna por uma acumulação ilimitada a partir de uma produção contínua e crescente em um mundo onde somos cocriadores e, portanto, o que se espera de nós é que produzamos, cada vez mais e um mundo nosso, ou um mundo de instrumentos para produzir um mundo nosso, ou um mundo que possa ser completamente consumido por nós.

A modernidade é um período no qual se transfere, por exemplo, à industrialização e mecanização do trabalho a possibilidade de realização da promessa política futura de emancipação do homem deste trabalho e de sua necessidade de trabalhar, mas que sem ser capaz de alterar a própria relação do homem com o seu trabalho em nada permite que esta emancipação se cumpra, ao contrário esta sua possibilidade se choca diretamente contra a manutenção do sistema produtivo que compreende uma acumulação ilimitada e produção contínua.

Ou seja, é um romper com as dicotomias: sagrado *versus* profano, bem *versus* mal e que de fato jamais se supera ou avança em torno disso, o que há é uma exagerada submissão da razão ao controle destas dicotomias, o que no lugar de saná-las, só faz agudizá-las, e o projeto Iluminista, a máxima em torno da emancipação do homem pela razão não se cumpre de fato e o que se tem no lugar da desejada civilização, avanço e progresso, é de concretamente a própria barbárie.

Tudo isso e todo este contexto a culminar naquilo que mais tarde fica então estabelecido e conhecido como a ética protestante (Reforma) e o próprio espírito do capitalismo, cujo predicativo refere-se a intitulação de um dos livros de Max Weber. Quero dizer, o espírito do capitalismo teve seus germens plantados na secularização da vida e das relações sociais, políticas e econômicas. Estando a secularização propriamente enraizada nas bases e fundamentos do cristianismo em si, temos que o espírito do capitalismo, é com o perdão do salto indutivo, ele mesmo cristão também, é ele mesmo o novo mito a universalizar-se e a fazer pela humanidade a resolução de todos os seus problemas existenciais e conflitos, é ele mesmo a nova e mais completa religião, a maneira de mediarmos nossa relação com o mundo e que mais tarde e severamente se naturalizaria ao extremo de levar-nos a impossibilidade de nos pensarmos fora ou após esta lógica e regime existencial.

A Reforma protestante que reivindicava, por sua vez, pelo e para o sujeito uma nova relação com Deus e com as escrituras, fazendo potencializar este fenômeno e movimento histórico da própria secularização no que diz respeito à mundanização dos homens, inaugurou um novo enlaçamento religioso de Deus com o mundo e o que antes habitava exclusivamente os



âmbitos da política e o poderio dos soberanos passou a habitar o econômico, valorizando-se a acumulação de bens e produtos, serviços e utilidades e também moeda em si.

A Reforma assegura aos modos de produção, economia e acumulação uma própria justificação moral religiosa onde um contínuo e crescente querer ter e ter mais está autorizado por Deus e pela religião porque se justifica pelo enobrecer do homem através do trabalho e pela sua lealdade familiar em querer prover com segurança o futuro de seus herdeiros. É a própria espiritualização da economia, assim como havia se passado na política e seu *modus operandi*, o capitalismo. Por isso Max Weber como já mencionado acima vai dizer da ligação e dos atravessamentos entre esta ética protestante e o espírito (ação livre e justificada) do capitalismo.

Segundo Boltanski e Chiapello¹⁴, por exemplo, este espírito do capitalismo haveria passado por três fases: esta primeira já mencionada, do enobrecer do homem como justificação de toda esta acumulação desejada pelo sujeito diante deste seu projeto de emancipação e secularização no que concerne sua atuação no mundo, transformação e dominação deste e de suas leis naturais; uma segunda fase onde o prosperar da acumulação e a clara expansão e diversificação dos negócios passa a ser a justificação por si só desta, ou seja, é a própria acumulação já com finalidade em si mesma, e por fim, uma terceira fase deste espírito do capitalismo, aquela que segundo os autores estaríamos vivenciando no momento, que diria respeito novamente a uma acirrada necessidade de justificação do acúmulo especialmente porque tudo quanto já acumulado não conduziu o homem necessariamente a uma vida melhor, mais próspera, civilizada e digna.

No início foi necessário justificar porque as religiões não aprovavam acúmulos materiais, depois as benesses do acúmulo o justificavam por ele mesmo e atualmente são os sujeitos majoritariamente insatisfeitos que já não aprovam mais um acúmulo contínuo e crescente e isto é um desafio claro posto a este terceiro espírito do capitalismo nas sociedades contemporâneas.¹⁵

É por isso que o espírito do capitalismo, ou o capitalismo em si mesmo, seria a mais severa das religiões como nos colocou certa vez Walter Benjamin, pois sua prática exigiria justificação moral permanente para que estivéssemos em paz fazendo o contrário daquilo que sabemos que deveríamos estar de fato fazendo. Toda “justificação é necessária para respaldar a crítica ou para responder à crítica quando ela denuncia o caráter injusto de uma situação”¹⁶.

Passa-se a ser o caso de uma severa exploração, expansão, dominação e manipulação frente a natureza externa relativamente aos mesmos moldes com que se pretendia dominar tudo

¹⁴ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

¹⁵ _____. *O novo espírito do capitalismo*.

¹⁶ _____. *O novo espírito do capitalismo*, p. 56.



quanto da ordem das paixões no que dizia respeito à natureza interna, ou seja, uma projeção do homem no mundo que o afasta de si no lugar de o aproximar de si, porque de fato não há observação e apropriação do ser em relação a este em si. É o próprio contexto da arte do governar a si, como nos coloca Ramos do Ó¹⁷ em releitura a alguns dos principais conceitos de Michel Foucault, que diz respeito, para o autor, à capacidade de interferir e intervir sobre crenças, valores, ou seja, sobre mentalidades, e neste caso a mentalidade de si do sujeito, cuja intervenção e interferir deva estar concentrada na possibilidade de socialização e coletivização da vivência e experiência existencial deste sujeito.

Quero dizer, estes elementos de possibilidade de socialização e coletivização devem ser os resultados buscados por esta arte de governar a si que se ampliando para a exterioridade dos elementos que circundam e circunscrevem o sujeito é o levantamento e mapeamento de todas estas mentalidades nas expressões reais destas exterioridades, ou seja, a própria percepção das crenças e valores sociais e a própria percepção de uma determinada sociedade que resultaria então no conhecimento e entendimento das variáveis presentes.

Ao longo de todo este contexto, o trabalho humano, por sua vez, como um instrumento de cocriação e ferramenta de toda esta exploração e dominação, adquire, pois, finalidade prática e real em si mesmo. O trabalho é rapidamente colocado a serviço do material e da sua acumulação, ao que a própria razão em forma de racionalidade técnica também o havia sido colocada a serviço, com vias a uma mundanização plena, constante e crescente do homem no mundo, não por si e pelo mundo, mas pelo projeto de mundanizar-se, fazer-se mundo, matéria, avanço, progresso, ainda que sem se identificar neste mundo que construía e sem se beneficiar realmente e verdadeiramente desta construção.

Ao contrário do que se imaginava, até mesmo a partir das leituras e releituras em torno do pensamento de Marx, era que esta humanização da natureza, maneira como o autor se referia inclusive e diretamente ao trabalho, levaria o homem a uma dominação crescente da natureza pela institucionalização da técnica e seu aprimorar e desenvolvimento até um determinado ponto apenas, onde tudo já estaria dominado então no mundo pela técnica e o próprio trabalho seria cada vez menor e menos necessário aos empreendimentos desta apropriação da natureza e do mundo, o que acontece de fato, mas sem resultar em algumas dimensões também esperadas, adiante avanço a este respeito. O homem poderia assim se libertar progressivamente do próprio trabalho que, portanto, haveria sob as ferramentas da racionalidade técnica emancipado o homem de ter que empreender trabalho propriamente para dominar o mundo.

¹⁷ RAMOS DO Ó, J. A arte de governo em Michel Foucault. In: UNIPOP(org.). *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70, 2014.



Acontece, porém que com o tempo e de muitas maneiras emancipa-se sim o trabalho, ele mesmo, e não o homem do seu trabalho propriamente. É preciso primeiramente, porém aqui, relativizar a concepção a-histórica e universal de trabalho, considerando que atividades heterogêneas entre si, inscritas em diferentes contextos econômicos, sociais e políticos deram origens a diferentes concepções de trabalho. A natureza do trabalho do artesão medieval, por exemplo, é totalmente distinta da do operário da Revolução Industrial, não possuindo neste contexto a mesma função econômica, social e política, portanto suas práticas só podem ser compreendidas em relação a toda uma formação social, das quais são a um só tempo, condição e parte¹⁸: “no futuro, a emancipação social não poderá mais fundar-se num conceito positivo de ‘trabalho’. Não restará ao homem senão inverter o resultado do capitalismo e libertar-se do ‘trabalho’”¹⁹.

Depois é preciso dizer que poderíamos nos perguntar, portanto, se seria contraditório desejar trabalhar e ao mesmo tempo, quebrar as máquinas. Ou como entender que no ano da publicação do Manifesto Comunista também em 1848, em meio às revoltas operárias, de resistência e luta contra a exploração capitalista, o próprio Marx²⁰ afirmasse que é através do trabalho que os homens produzem historicamente a sua existência e suas relações sociais. Para o pensador alemão, o trabalho seria a categoria fundante da humanidade, revelando sua essência supra-histórica:

O processo de trabalho [...] é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto dessa vida, sendo antes de tudo comum a todas as suas formas sociais.²¹

Na sequência deve-se esclarecer que este trabalho então que se emancipa por ele mesmo é aquele que já não depende do homem para se realizar, é aquele que diante do extraordinário desenvolvimento das próprias forças produtivas, por exemplo, e com seu arsenal tecnológico (robótica e informatização) em voluptuosa transformação, produz mais e melhor, com quase nenhum trabalho humano. A modernidade secular imprime ao trabalho valoração extremamente positiva e positivada e o homem passa a trabalhar para desenvolver e aprimorar o próprio trabalho que também e ainda lhe provê a satisfação das necessidades. A certo estágio de desenvolvimento e transformação o trabalho passa a dispensar o próprio homem, ou seja, a própria concretização aparentemente daquilo de que o trabalho seria cada vez menor e menos

¹⁸ MARINHO, L.R.O. *Vozes e caminhos do Decrescimento: Consequências Humanas*. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 219 p.

¹⁹ KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.277.

²⁰ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.208.

²¹ _____ *O capital*, p.208.



necessário, conforme anteriormente mencionado, mas sem emancipar-se o homem segue dependendo de trabalhar para acreditar que se realiza no mundo e para se realizar de fato, num contexto de realização que passou a estar todo depositado na atividade do seu próprio trabalho. Enquanto isto este reivindica então melhores condições de trabalho para si, mas paradoxalmente já nem há mais trabalho e o que há estará sempre no estágio anterior do aprimoramento que imporá necessariamente condições deterioradas de produção ao trabalhador até quando esteja amadurecido e desenvolvido seu processo produtivo e no lugar do desfrute da melhor condição, o trabalhador é então dispensado e partiria digamos assim ao refinamento de outra categoria de produção ou não.

Nos velhos tempos, se alguém chamasse um artesão de “trabalhador” ele seria levado certamente a uma briga... Mas agora disseram aos artesãos que os trabalhadores estão no topo do Estado, e, portanto todos insistem em ser trabalhadores. (Trecho expresso pelos operários e artesãos em manifestação popular promovida a partir da interrupção de uma das Assembleias Constituintes do governo em Paris, em maio de 1848).²²

Há um “património tecnicamente mobilizável”²³ que é todo na sua maior imediatez prática mobilizado portanto e justamente pelo trabalho, ou seja, esta própria massa homegeneizada de sujeitos preocupados em se fazerem universalizantes diante de todas as dimensões possíveis de sua mediação com o mundo, e a própria massa de operários, e cujo trabalho é a própria instrumentalização da racionalidade técnica, ambos, instrumento – trabalho e intecção – razão, a serviço da sagrada vontade do homem de dominação e poder, e que lhe é inerente à essência pelo espírito que se fez carne em cada sujeito e que agora cocria o mundo, ou acredita que o faz.

Mas e especialmente após a primeira guerra mundial, e o que se vê é que aquela promessa fosse de dominação, com finalidades de segurança, bem-estar, civilização, progresso, desenvolvimento, dentre outros, fosse do uso da técnica, não se cumpre na direção do esperado, isso porque observa-se que a vontade de poder do homem não é fruto de um adesejo de emancipação, necessariamente, mas sim fruto de poder continuar tendo e dispondo daquela vontade de poder. Ou seja o trabalho de instrumentalização da racionalidade técnica pela emancipação e pela libertação e liberação do homem para que pudesse progressivamente se fazer senhor de si, de sua vida e do seu tempo, passa a ser ele mesmo: “a expressão necessária da vontade de poder, a figura histórica em que a vontade de poder encontra expressão explícita...”²⁴.

²² HOBBSBAWN, E. J. *A era do capital*. 1848-1875. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977, p. 217.

²³ SÁ, A. F. Uma confrontação com Ernst Jünger – Introdução à edição portuguesa de *Der Arbeiter*. In: *O trabalhador*. Domínio e figura. Lisboa: Hugin, 2000, p. 25.

²⁴ SÁ, A. F. *Uma confrontação com Ernst Jünger*, p. 32.



É por isso que longe de emancipar o homem na sua máxima dinâmica existencial das diferenças, a secularização, atrelada à sua racionalidade técnica, seja como causa, seja como efeito, num processo bastante contínuo e híbrido, esta secularização só faz homegeinizar o homem, torná-lo massa sem expressão própria e sem pluralidade, não necessariamente que este fosse o projeto da secularização na sua mais viva expressão de cocriação do homem no mundo, mas que termina por assim o ser quando da vontade do homem surge muito mais o desejo de poder e de poder ter esta vontade humanista de possuir e dominar na sua plenitude o mundo, a natureza e o outro, do que uma vontade de ser e se saber no mundo a despeito de todo e qualquer controle fosse sobre as leis naturais ou sobre os outros²⁵: “o mundo tornava-se numa grandeza, já não puramente representável como o objecto do conhecimento moderno, já não como uma barreira resistente a ultrapassar, mas como um património tecnicamente mobilizável”²⁶.

É neste contexto que a sociedade do trabalho no capitalismo é também produto e produtora desta genealogia da secularização e diante das crises do capitalismo e que são também as próprias crises deste projeto, busca-se compreender todas as contradições internas vigentes. A secularização traduz a inspiração humana em torno da vontade, uma vontade de poder e dominação, muito mais que uma vontade de emancipação, ou na verdade uma vontade de poder sobre as leis da natureza e que deste resultaria então e portanto toda autonomia e liberdade do homem, na sua crença a este respeito. Ou seja e caminhando para a dominação do mundo o homem desenvolve ao extremo a técnica, a própria racionalidade técnica produto e produtora desta secularização, e com o intuito de poder colocar sob controle e segurança qualquer possibilidade de exceção do ponto de vista daquilo que nos povoa enquanto nossos desejos, pulsões e paixões, no seu âmbito mesmo mais orgânico e plural possível.²⁷

Tem-se aqui sob estes muitos aspectos a grande maioria dos germens e os elementos que foram necessários à formação de uma burguesia capitalista e de uma massa de operários, classes tipicamente assim pensadas, e auto e propriamente constituídas, conforme o avançar desta genealogia e fenômeno histórico e na história, da secularização, e que estão conectadas e em permanente relação entre si pelas vias do trabalho, na expressão desta vontade de poder e dominação:

Por um lado, a vontade humana não é aqui um arbítrio livre, solto de um vínculo imediato a leis naturais que a determinem, mas a pura vontade de crescimento da vontade, e com ela, a necessidade de querer um crescente

²⁵ _____ . *Uma confrontação com Ernst Jünger*.

²⁶ _____ . *Uma confrontação com Ernst Jünger*, p. 25.

²⁷ SÁ, A. F. *Uma confrontação com Ernst Jünger*.



aumento do desempenho da vontade na sua dominação do mundo. Por outro o trabalho surge como a manifestação da vontade que se reconhece como vontade de poder, ou seja, como o exercício de uma cada vez mais poderosa mobilização do mundo. A técnica, por seu lado, não é aqui um “meio natural”, não aparece como um mero instrumento adequado a qualquer força que o domine, mas justamente como a “mobilização do mundo pelo figura do trabalhador”.²⁸

Ou seja, uma secularização que muito fez perpetuar o hábito das sacralizações universalizantes, ainda que tenha vindo para limitá-lo na religião e suas instituições propriamente e mais diretamente, um Estado teológico durante muitos séculos portanto, e um capitalismo como a própria tradução socioeconómica de um homem cheio de vontade de acumular a própria vontade de ter vontade de poder e dominação sobre a natureza, o outro e a si próprio, quero dizer a vontade do homem como sua nova religião, a razão seu deus e o trabalho seus milagres sagrados. Quanto a emancipação do homem enquanto ser em si e sobre si: esta por sua vez ficou relagada ao tempo secularizado e que esticou a história no futuro daquilo que “ainda não”.

²⁸ _____. *Uma confrontação com Ernst Jünger*, p. 32.



Com os ramos nas mãos, para o lucro dos homens e da Coroa: os autos de arrematação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1673-1723)

With the branches in hands, to the income of men and Crown: the bidding files from the Rio Grande Captaincy Royal Tax Ombudsman (1673-1723)

Lívia Brenda da Silva Barbosa

Mestranda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

livia_brendah@hotmail.com

Recebido em: 16/07/2016

Aprovado em: 07/09/2016

RESUMO:

Este artigo tem o objetivo de analisar um dos aspectos da administração fazendária na Capitania do Rio Grande: os autos de arrematação dos contratos dos dízimos reais entre 1673 e 1723. O estabelecimento dos contratos foi o mecanismo adotado pela Coroa para garantir retorno na arrecadação de alguns tributos. Por meio dos contratos a Coroa atribuía a particulares a responsabilidade de arrecadar um tributo. Assim, o contratador pagava o valor do contrato arrematado à Fazenda Real e por sua conta arrecadava o tributo. A diferença entre o que o contratador havia pago no contrato e o que arrecadaria era o lucro do seu investimento. O valor dos contratos era definido nos autos de arrematação. Pretende-se, portanto, estudar as características dos autos de arrematação entre 1673 e 1723, processo organizado pela Provedoria da Fazenda Real para que fossem realizados os lances pelos interessados em arrematar os contratos dos dízimos da dita Provedoria.

PALAVRAS-CHAVE: Fiscalidade, Capitania do Rio Grande, auto de arrematação.

ABSTRACT:

This paper analyses one of the financial administrative aspects of Rio Grande Captaincy: the report files from the contracts of bidding of the royal tithe within 1673 and 1723. The settlement of the contracts was the way adopted by the Crown in order to guarantee the fare collection return. The responsibility to collect the fare used to be assign to a middleman by the Crown by the means of contracts. Thus, the middleman would pay the collected amount to the Royal Financial Administration and used to collect the fare independently. The difference between the value which had been paid for the contract and the value collected was the income of the investment. The value of the contract used to be defined if the files of bidding. Therefore, the study intends to research the characteristics of the files of biddings within 1673 and 1723, the proceedings were organised by the Royal Tax Ombudsman in order to be bid by the ones interested in increasing the tithe contracts of the Tax Ombudsman.

KEYWORDS: Fiscal, Rio Grande captaincy, bidding files.



Introdução

“doulhe hua, doulhe duas, doulhe outra mais pequenina em sima [...] andando e repetindo athe a my tiver o dito lanço. E por não aver quem mais dece sobre elle, mandou dito provedor ao porteiro que lhe metece o ramo na mão, o que logo fes, dizendo bom proveito lhe faço, o dito provedor, ouve por arrematado o dito contrato”

Auto de arrematação do Rio Grande, 1673.

Fiscalizar, arrecadar e administrar as receitas e as despesas de uma Capitania, fazer o pagamento dos oficiais e registrar todos os seus trâmites burocráticos, eram as principais competências dos oficiais de uma Provedoria da Fazenda Real.¹ Tarefa árdua para esses homens era assegurar que houvesse o equilíbrio entre as receitas e as despesas de uma Capitania. A manutenção dos gastos de uma Provedoria provinha da arrecadação de tributos e o recolhimento de impostos era o cerne do funcionamento dessa instituição fazendária. Por meio dos tributos, constituía-se a receita da Capitania e, então, movia-se o funcionamento da fiscalidade: seguindo-se à execução de como seriam arrecadados os tributos, a fiscalização e o recolhimento dos mesmos e, enfim, a aplicação da receita com pagamento dos gastos da Capitania.²

¹ Em 1548, juntamente com a criação do governo-geral foi criada a Provedoria-mor com jurisdição sobre todo o Estado do Brasil. A partir da criação da Provedoria-mor foram sendo criadas, entre os séculos XVI-XVIII, as Provedorias da Fazenda Real por Capitâncias, que tinham funções análogas às da Provedoria-mor, sendo que com uma jurisdição limitada a geralmente uma capitania. SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.83.

² A origem da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande data muito provavelmente do início do século XVII, no contexto da União ibérica, no reinado de Filipe II, de Portugal, (1598-1621). O regimento de 6 de outubro de 1612, enviado ao governador-geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa (1612-1617), e instituído por Filipe II, fazia alusão a uma série de medidas que deveriam ser tomadas na organização administrativa de algumas capitâncias do Estado do Brasil. Dentre as orientações do regimento, ressalta-se o ponto 10, onde se afirmava que o governador-geral D. Diogo de Menezes (1608-1612) ordenou que na capitania do Rio Grande houvesse um juiz, um vereador, um procurador do Conselho, um escrivão da câmara, um tabelião e um provedor da fazenda. A provisão desses oficiais fazia-se necessária visto que a povoação da capitania crescia e não havia “nela modo de governo, nem quem administrasse justiça, e haver disso algumas queixas, e os capitães estarem absolutos” e executando atividades que eram inerentes aos oficiais que o rei mandava nomear no dito regimento. Segundo o regimento, por servirem de provedor, os capitães-mores da capitania estavam gerando inconvenientes para a fazenda. O dito regimento, enviado a Gaspar de Sousa, estabelecia que as ordens do governador-geral anterior, D. Diogo de Menezes, quanto ao estabelecimento dos ditos oficiais, deveriam ser cumpridas. A ordem para a nomeação do cargo de provedor indica a formação de um corpo de oficiais para o trato dos assuntos fiscais na capitania. Data-se para 1612 o início de um processo de organização da administração da Provedoria da Fazenda na capitania do Rio Grande. Ver: REGIMENTO de Gaspar de Sousa. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p.415-416.



As atividades fazendárias da Provedoria Real eram realizadas por um corpo administrativo, ocupado no topo da hierarquia pelo provedor.³ Como exigido nos regimentos⁴, os trâmites da Fazenda Real eram devidamente inscritos nos livros da Provedoria. Séculos de registros dessas atividades estão salvaguardados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Entre registros de arrecadação, pagamento da folha de funcionários, portarias e provisões de ofícios, estão abertas possibilidades para a reconstrução do cotidiano administrativo dos homens da fazenda. Apesar da variedade de fontes da Provedoria do Rio Grande, pouco se produziu sobre a história da instituição.⁵ Dentre essas fontes, este artigo concentra-se na análise de um tipo documental: os registros dos autos de arrematação dos dízimos reais.

Os autos de arrematação fazem parte do método de arrecadação de impostos estabelecido pela Coroa no ultramar. A cobrança de impostos era feita geralmente por meio dos contratos, nos quais particulares, por valor definido e pago à Coroa, assumiam o privilégio de cobrar os tributos em nome do rei. Os contratadores – também denominados de rendeiros – tinham a responsabilidade de arrecadar por sua conta determinado imposto. Uma vez pago o valor do contrato, definido no auto de arrematação, o que era arrecadado pelo contratador era de sua posse. O lucro estava na diferença entre o que era pago pelo contrato e o que era de fato arrecadado pelo contratador frente aos moradores da Capitania.⁶ Os autos de arrematação eram os processos pelos quais os interessados em arrematar contratos faziam os seus lances. Como em uma espécie de leilão, os lançadores apostavam valores para pagamento do contrato, e aquele que desse o maior lance o arrematava.

³ O provedor, funcionário primeiro na hierarquia administrativa de uma provedoria, instituído por nomeação régia, era responsável por cuidar, com a supervisão do provedor-mor, da arrecadação de tributos e da aplicação das rendas pertencentes à Fazenda Real. Já o almoxarife deveria fiscalizar e cobrar os direitos régios aos contratadores, conforme seus contratos de arrendamento, notificando ao provedor os casos de não cumprimento do contrato; arrecadar anualmente, no mês de janeiro, tudo o que ainda for devido pelos rendeiros e fazer a prestação de contas ao provedor. Assim, o almoxarife tinha importantes funções na fiscalização do processo de arrecadação de impostos. O escrivão deveria, dentre suas funções, assistir e registrar as rendas e direitos régios; escrever as entradas e saídas das mercadorias na Alfândega para a cobrança de impostos. O porteiro era incumbido de servir de porteiro das Casas de contos e Alfândega e guardar os livros das ditas casas. Ver: REGIMENTOS dos Provedores. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972, pp. 91- 98. SALGADO. *Fiscais e meirinhos*, p. 287.

⁴ REGIMENTO dos Provedores. _____ *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p. 91- 98.

⁵ A historiografia clássica potiguar menciona apenas algumas informações sobre a Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: IHG/RN, 1999; LYRA, Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFERN, 2008; MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal: IHG/RN. Mais recentemente o historiador Marcos Arthur Viana da Fonseca estudou alguns conflitos de jurisdição que envolviam oficiais da Fazenda do Rio Grande. Ver: FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Uma capitania em crise: conflitos e jurisdições no Rio Grande (1726). *Revista de História Bilros*, v. 3, n. 5, p. 44-66. 2015; FONSECA, Marcos Arthur Viana da. O sertão, os dízimos e a ajuda de custo: conflitos de jurisdição na capitania do rio grande (1735 -1736). *Historien (Petrolina)*. ano 5. n. 10. Jan/Jun 2014: 133-154. Porém, pesquisas sobre o estabelecimento e estrutura administrativa desta instituição na capitania ainda estão sendo desenvolvidas. Este artigo tenta, desse modo, analisar um dos aspectos do cotidiano administrativo desta instituição.

⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.340-341.



O trecho supracitado faz menção, portanto, ao processo que era ponto de partida para a arrecadação dos tributos da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande⁷: os autos de arrematação. Por meio dos autos eram definidos os homens que recolheriam os tributos pelas localidades das Capitânicas. Como em um leilão, cada interessado fazia os seus lances, colocando em jogo os valores dos contratos, as rendas da Capitania e os rumos da arrecadação, finalizado no momento em que o lançador tomava em mãos os ramos verdes que simbolicamente lhe davam a posse do contrato.

Este artigo pretende analisar os autos de arrematação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande entre 1673 e 1723. Tem-se como foco o caráter ritualístico do auto de arrematação, que seguia um determinado padrão, buscando-se perceber como era realizado. Serão salientados, portanto, os aspectos do cotidiano administrativo da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande.

Do lance ao arremate

Rituais públicos foram instrumentos de afirmação utilizados pela Coroa no Império Ultramarino. As cerimônias, em suma de caráter religioso e político, são compreendidas por alguns autores como formas encontradas pela Coroa de o monarca se fazer presente por meio dos ritos nas suas conquistas. Conforme analisado por Beatriz Santos, as festas de *Corpus Christi*, tradição nas cidades do Brasil colonial, eram uma forma de criar um vínculo entre a monarquia portuguesa e seus vassallos. Participantes na procissão que cruzava as ruas da cidade, os camarários representavam a presença real no ultramar.⁸ A procissão de *Corpus Christi* escapava de seu significado religioso e assumia, também, papel importante na formação de um elo de identificação entre o monarca e os vassallos que aqui habitavam.

⁷ O estabelecimento das bases fiscais da capitania do Rio Grande data do início do século XVII. O regimento de 6 de outubro de 1612, enviado ao governador-geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa (1612-1617), e instituído por Filipe II, fazia alusão a uma série de medidas que deveriam ser tomadas na organização administrativa de algumas capitânicas do Estado do Brasil. Ordenava o rei Filipe II que o governador-geral, Gaspar de Sousa, visitasse pessoalmente as capitânicas do Rio Grande, Itamaracá, Paraíba e Pernambuco, para supervisionar em que condições estava a administração das mesmas, fazendo lá cumprirem-se as ordens do regimento que lhe era passado naquele momento. Dentre as orientações do regimento, ressalta-se o ponto 10, onde se afirmava que o governador-geral D. Diogo de Menezes (1608-1612) ordenou que na capitania do Rio Grande houvesse um juiz, um vereador, um procurador do Conselho, um escrivão da câmara, um tabelião e um provedor da fazenda. A provisão desses oficiais fazia-se necessária visto que a povoação da capitania crescia e não havia “nela modo de governo, nem quem administrasse justiça, e haver disso algumas queixas, e os capitães estarem absolutos” e executando atividades que eram inerentes aos oficiais que o rei mandava nomear no dito regimento. Ver: REGIMENTO de Gaspar de Sousa. In: MENDONÇA. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p.415-416.

⁸ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: a Festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa- século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005. Sobre festas organizadas pela câmara na cidade do Natal no século XVIII ver: BEZERRA, Hanna Gabrielle Gomes. Lugares solenes, poderes em conflitos: as disputas por espaços na procissão da ressurreição na cidade de Natal-RN (segunda metade do setecentos). *Bilros*, Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 143-157, jan.-jul. 2015.



Em um aspecto mais político, ao analisar os rituais de posse dos governadores-gerais do Estado do Brasil, o historiador Francisco Carlos Cosentino considerou que “os títulos, as cerimônias e os rituais também constituíam formas e práticas que cimentavam a autoridade, a adesão, o compromisso, a fidelidade e a lealdade dos súditos à monarquia e ao rei”⁹. O ritual de posse dos governadores-gerais era incutido de forte significado simbólico e possuía uma finalidade política. Conforme afirmou Cosentino, o investimento da posse do oficial, feito após a cerimônia de preito e menagem¹⁰, conferia um aspecto ritualizado à política e funcionava como um elo para manutenção do poder régio e para a construção da lembrança da autoridade dos reis de Portugal com os seus súditos.¹¹

Os autos de arrematação realizados pela Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande possuíam, em certa medida, uma natureza ritualística. Porém, diferentemente das festas religiosas ou cerimônias de posse realizadas no ultramar, os autos de arrematação tinham uma outra finalidade específica, que não necessariamente política ou religiosa, mas fiscal: definir quais homens estariam incumbidos de arrecadar em nome d’el rei e da Real Fazenda os impostos na Capitania. Por meio do compromisso do contrato, estes homens criavam uma ligação com a Fazenda Real, representando o braço da Coroa nos lugares mais remotos da Capitania no momento da cobrança dos tributos.

Entre aspectos simbólicos e finalidades administrativas, os autos de arrematação, registrados pelos escrivães da Fazenda Real, narravam em detalhes como era feito o processo de arrematação dos contratos, quais pessoas davam os lances e ainda seus respectivos valores. Mais do que isso, a fonte apresenta, em termos práticos e de forma narrativa, cada momento da arrematação, permitindo uma análise acurada de uma das atividades do cotidiano administrativo da Fazenda Real do Rio Grande: o auto de arrematação.

A cada três anos, período que geralmente durava um contrato, o provedor da Fazenda Real ordenava que fossem lançados editais para a arrematação dos contratos da Provedoria. Fazer conhecida a notícia de que o auto seria realizado era etapa importante para garantir que nos dias

⁹ COSENTINO, Francisco Carlos. Título régio, rituais e cerimônias políticas no Antigo Regime: Império e Governo no reino e no ultramar luso. *Revista Ultramares*. v. 1, n.8, pp. 10-38, ago.-dez. 2015, p.13.

¹⁰ O indivíduo nomeado para o cargo de governador-geral deveria prestar juramento de fidelidade ao rei de Portugal por meio do preito e menagem, ritual vassálico de origem medieval. Somente após prestar homenagem o nomeado para governador-geral poderia assumir o posto no Estado do Brasil. COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo- geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In: *Modos de Governar*. Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p.137-155; BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. São Paulo: Edições 70, 1982. Os capitães-mores também prestavam homenagem antes de assumir o cargo, sendo que para este ofício o juramento era prestado geralmente perante o governador-geral.

¹¹ _____. Título régio, rituais e cerimônias políticas no Antigo Regime: Império e Governo no reino e no ultramar luso, p.26.



da arrematação houvesse pessoas presentes e dispostas a fazerem os seus lances. Justamente por isso, eram postos editais em lugares públicos. A exemplo disso, em 10 de setembro de 1702 o provedor Manoel da Silva Vieira mencionava que se fizesse declaração do auto de arrematação, como era realizado na Bahia e como ordenado por Sua Majestade, em suas palavras “para que todos se animem a lançar suas rendas”.

Na cidade do Natal, então em praça pública, o porteiro da Provedoria lançava em pregão os dízimos¹² da Capitania do Rio Grande e do Siará Grande, essa última, até 1723, com contratos que ficavam sob a competência da Provedoria do Rio Grande. Observa-se no trecho abaixo a referência do início de um auto de arrematação, datado de 1702:

Capitania do Rio grande do ann/o [...] do nasimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil e sete sentos e dois annos dos dez dias do mes de setembro [...] natal Capitania do Rio Grande e prasa della onde se costuma Rematar os Contratos dos dízimos Reais, estando a meza armada em prezensa do provedor da fazenda Real e mais officiais della assistindo aos pregois depois de Iditais postos nos lugares públicos e acostumados e se ceguyrem todas as circunstancias nesarias a bem e aumento da fazenda Real obedesendo as ordens de Sua Magestade que deos goarde em que manda se Rematar o Contrato doz dízimos desta Capitania e da do Siara Grande por tres anos.¹³

A preocupação com o ordenamento do processo de arrematação é um elemento perceptível. Sempre anunciado na praça da cidade pelo porteiro, o auto começava em presença da autoridade máxima da Provedoria, o provedor. No ano de 1702, no auto supracitado, o provedor Manuel da Silva Vieira iniciou o auto de arrematação, acompanhado dos “demais oficiais da Fazenda”, o porteiro João Cruz da Silva, o meirinho Antônio Henriques de Sá, o almoxarife José Fernandes de Melo e o escrivão José Freire.

Armada a mesa e anunciado o pregão, que era posto em hasta pública, estava aberto o auto de arrematação, o qual seguia na medida que os interessados realizassem os seus lances. A

¹² O dízimo era a cobrança de 10 % sobre a produção bruta. A partir da descrição contida nas fontes identificou-se que na capitania do Rio Grande esse imposto era cobrado sobre o açúcar, o pescado, lavouras, gado *vacuns* e *cavalares*. PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*, p.340-341. Além dos dízimos a Provedoria do Rio Grande era responsável pelo imposto do gado do vento. De acordo com os forais de D. Manuel I, o gado do vento era encontrado geralmente solto, pastando sem dono, e caso o proprietário não se pronunciasse e reclamasse o gado que lhe pertencia, era então chamado de gado do vento. Este gado era considerado propriedade da Coroa e poderia ser vendido, sendo o valor revertido como imposto da Fazenda Real. Ver: SILVA, Daniele Ferreira da. *Colonialismo e fiscalidade na capitania de Pernambuco (1770-1793)*. 2011. 113 pp. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, p.65. A nomenclatura *gado do vento*, *gado do invento* foi encontrada nas fontes que fazem referência ao Rio Grande: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 286; AHU- PE, Papéis Avulsos, Cx. 60, D. 5120, 5131, 5169, 5170. Ressalta-se que a Câmara de Natal era responsável pela cobrança de alguns impostos, tributos como o subsídio do tabaco, o subsídio das carnes, o subsídio do mel, o subsídio da aguardente e impostos sobre a pesca e salinas. LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação*. Senado da Câmara de Natal. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Documentos 0043,0054;0566;0782;1267.

¹³ AUTO da arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. fl 81 v.



mesa, certamente usada como apoio para martelar os lances dados, o auxílio do porteiro, e a presença do escrivão para o devido registro de todo o processo são uma constante identificada em todos os autos analisados neste trabalho. Nota-se ainda, em alguns casos, como nos autos de 1702, 1705, 1713 e 1715, a participação de testemunhas que, ao final do auto, assinavam e contavam “por fé” do acordo feito entre o contratador e a Provedoria. Esse fator indica a importância do auto de arrematação como um processo que deveria ser feito com transparência e sob a vigilância do corpo de oficiais da instituição fazendária.

Da praça, ponto onde a mesa era armada, saía o porteiro para fazer os proclames do auto, caracterizava-se por sua localização estratégica. O auto era habitualmente realizado na praça da cidade e alguns dos documentos evidenciam mais especificamente onde a mesa ficava armada. Em 1705, “a porta do provedor, por não haver casa de contos”, ou em 1715 e 1723 “em casas do Armazém que serve de casa de contos e arrematações”¹⁴, localizações sempre complementadas pela informação de que a mesa ficava em praça pública, na cidade do Natal.

Era na cidade que geralmente estava o centro administrativo da Capitania, onde ficavam localizados os principais prédios da sua administração. Natal era o local em que se reuniam os oficiais do Senado da Câmara e onde se fazia o registro e a guarda do tesouro da Provedoria da Fazenda Real. Apesar de se notar indícios de que não havia uma casa de contos definida para a Fazenda, acredita-se que existia uma edificação específica onde eram realizadas as atividades administrativas da provedoria, como a já mencionada “casas de Armazém”, que era utilizada como Casa de contos da Provedoria em 1715 e em 1723.

A realização do auto na cidade do Natal ocorria provavelmente por esse primeiro fator, o administrativo. Na cidade ficavam os oficiais da Fazenda Real, facilitando a circulação dos mesmos durante o auto e, após a definição do contrato, a guarda dos registros no local que servia como Casa de contos. Mais do que isso, era importante que houvesse um lugar comum definido, em que os oficiais ficassem para fazer o auto. Uma zona pré-estabelecida para a realização dos autos estimulava a atração de pessoas interessadas em fazer os seus lances, que por conhecimento facilmente saberiam onde os autos seriam realizados a cada triênio.

Santos atenta para a importância da cidade como local de realização de acontecimentos públicos. As procissões de *Corpus Christi* eram cerimônias que ocorriam nas cidades coloniais, das

¹⁴ AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1714). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº ex. Fls 71 v – 76 v. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande (1715) AUTO da arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Rio Grande (1723). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 1-2.



quais participavam os moradores locais.¹⁵ O auto de arrematação era também um evento público, que podia ser assistido pelos moradores da cidade. Além disso, a realização do auto em local público e aberto, visível a quem quisesse, permitia que o contrato fosse testemunhado pelos presentes, o que conferia ao processo legitimidade. Além do contrato assinado, ambas as partes, oficiais da Provedoria e contratadores, teriam como testemunhas oculares as pessoas que presenciavam o auto. Dessa forma, o auto de arrematação é, no recorte temporal analisado, um evento que ocorre no meio urbano.

Para a divulgação, o porteiro percorria as ruas da cidade, anunciando em “alta e inteligível voz” o auto de arrematação. Os lançadores poderiam fazer as suas propostas. Cada lance era superado por uma oferta maior, o que tornava algumas vezes o auto acirrado, revelando o complexo jogo de interesses que envolvia o negócio dos contratos. O trecho abaixo, do auto realizado em 10 de setembro de 1702, é um exemplo de como os lances podiam ser disputados, e de que forma procedia o porteiro no decorrer do auto:

[...] e logo o porteyro em alta e teligivel vos apregoou pellas Ruas e prasa desta cidade dizendo hun Conto de Reis me dão pellos dizimos desta Capitania do Rio Grande por cada hun anno ha quem mais de venha e a mim Reseberey seu lanso, e logo apareseu Manoel Rodrigues Taborda e por elle foi dito que lansava sincoenta mil reis sobre o lanso de Manoel Gonsalvres Branco que fazia hun conto e sincoenta mil reis por cada hum anno e logo corendo o porteyro o dito lanso apareseu o padre Amaro Barboza e lansou sobre o lanso de Manoel Rodrigues Taborda sem mil Reis que fazia hun Conto e Sento e Sincoenta mil Reis e andando o dito porteyro com o dito lanso pellas Ruas em alta e teligivel vos dizendo hun Conto e sento e sincoenta mil Reis me dão pellos dizimos desta Capitania.¹⁶

O porteiro era figura central para que, em dias agitados, com concorrência nos lances, o auto tivesse prosseguimento. Era o porteiro quem corria as ruas da cidade avisando do último lance que havia sido feito e notificando os novos lances, até que fosse definido o último e maior lance que arremataria, enfim, o contrato. Mesmo que seguindo uma lógica de procedimento bem definida na realização do auto, os oficiais da fazenda precisavam contar com alguns percalços. Cada auto possuía características muito próprias, como sua duração, valores nos lances e quantidade de lançadores. Fatores que eram definidos principalmente pelo grau de interesse dos homens de negócios no ano de cada contrato. Informações dos autos realizados entre 1673 e 1703 podem ser observados no seguinte quadro¹⁷:

¹⁵ SANTOS. *O Corpo de Deus na América: a Festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa- século XVIII*, p.68-70.

¹⁶ AUTO da arrematação dos dízimos das capitânicas do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. fl. 82 v.

¹⁷ Ressalta-se que são aqui apresentados os dados dos autos de arrematação encontrados até o presente momento. Acredita-se que as lacunas da segunda metade do século XVII poderão ser preenchidas posteriormente.



Quadro I – Autos de arrematação da Provedoria do Rio Grande (1673-1723)						
Ano	Capitania	Período	Duração (dias)	Lances	Dias s/lances	Lançadores
1673/74	Rio Grande	12 a 16/04; 02, 09, 10, 21, 23,26 e 30/07/1673; 06,10,13,15,26,27e 30/08/1673, 14/04/1674 de abril; 17 a 23/04, 21/06; 29/06; 01 a 04/07 e 21/07/1674, 23 a 29/12/1674	43	30	28	13
1690	Siará Grande	05 a// 10/03/1690; 13,15 a 28/05/1690; retomado em 5 e 8/03/1690	23	0	23	0
1702	Rio Grande/Siará Grande	05/09/1702 a 10/09/1702	22	18	4	9
1704/05	Rio Grande/Siará Grande	02/12/1704 a 01/01/1705; 24/06/1705 a 31/07/1705; 01/08 a 17/08/1705	56	6	51	5
1709	Rio Grande	19/07 a 28/07/1709; 05/08 a 10/08/1709	16	21	15	5
1713	Siará Grande	31/07/1713 a 10/08/1713; 30/11/1713	13	2	12	2
1714	Siará Grande	22/05/1714 a 13/06/1714	22	1	21	1
1715/16	Rio Grande	20 a 29/10/1715; 12/01/1716 a 15/01/1716; 21/02/1716 a 24/02/1716	38	10	34	9
1717	Siará Grande	10/11 a 05/12/1717	26	2	24	2
1723	Rio Grande	08/08/1723; 12/09/1723	2	5	0	4

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base dos autos de arrematação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande ocorridos entre 1673 e 1723¹⁸.

¹⁸ AUTOS de arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará (1690). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. S/ n. de caixa. Fls. [?]. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande (1673-1674). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa 113. Fls. 75-92v. AUTO da arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo



Na segunda coluna têm-se para quais Capitânicas os contratos foram destinados. Apesar de serem o Siará Grande e Rio Grande da jurisdição da Provedoria do Rio Grande, os contratos eram arrematados sempre separadamente, por Capitania. No caso de 1690, 1702 e 1705, os autos foram realizados com a finalidade de arrematação do contrato do Siará e do Rio Grande, posteriormente os autos de cada Capitania foram feitos em períodos diferentes. Observa-se no Quadro V o período de duração do auto, às vezes fragmentado, pois houve casos de o auto ser interrompido e retomado por falta de lançadores. Pode-se ver ainda a quantidade de lances feitos, de dias em que não foi feito lance algum e o número de lançadores.¹⁹

O auto de arrematação poderia durar até mais de um mês, havendo situações em que era retomado até mesmo no ano seguinte. Os oficiais permaneciam insistentemente durante dias sem receber um lance sequer. No caso da falta de lançador, o provedor registrava um termo no auto constando que não houve lance no dia referido, no qual assinava o porteiro alegando que constava “por fê” a falta de lances naquele dia.

A exemplo da falta de lançadores estão os autos de 1673/74 e o auto de 1704. Dentre os autos analisados, o de 1673 parece ter sido o mais complicado. Interrompido e retomado por várias vezes o auto se estende até o ano de 1674, sem que fique claramente definido o seu contratador. Entre os inúmeros lances dados, os oficiais mantiveram o auto com retomadas e interrupções, na tentativa da obtenção de maiores lances. Já o auto de arrematação que começa em dois de dezembro de 1704, até 24 do mesmo mês não havia recebido nenhum lance, até aparecer Manoel da Silva Queirós e fazer neste último dia sua proposta. O auto perdura até o dia primeiro de janeiro de 1705 sem nenhum outro lance.

documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 81-88..AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande e Siará (1704-1705). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 88v – 100. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande e Siará (1709). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. [ilegíveis]. AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1713). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº cx. Fls. 69 v- 71. AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1714). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº cx. Fls 71 v – 76 v. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande (1715-1716). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa nº 49. Fls 22- 69. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Siará Grande (1717). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa nº 49. Fls. 169- 176. AUTO da arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Rio Grande (1723). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 1-2.

¹⁹ Salienta-se que os autos de 1673, 1709, 1709, 1713, 1714, 1715/1716, 1717 e 1723, possuem algumas lacunas. Os autos parecem estar incompletos. Mesmo com essa dificuldade na fonte, optou-se por fazer o levantamento dos dados, trabalhando-se com as informações disponíveis. Ainda que com algumas lacunas, os autos de arrematação trazem ricas informações. Assim, considerou-se os dados como amostragem para o levantamento de hipóteses.



O provedor tinha autoridade para instituir um novo pregão, caso o anterior tivesse lances muito baixos, o que ocorre no auto de 1704/05, que ainda perdura pelo mês de junho e agosto, sendo interrompido e retomado pela falta de lances. Em 1715, ocorre o mesmo que em 1704: o auto se estende até o ano seguinte pelos poucos lances realizados. Há o caso do auto de 1690, que perdura entre o mês de março e abril, por 43 dias, sem que nenhum lançador aparecesse para arrematar o contrato.

Conforme o regimento dos provedores, os contratos não poderiam receber lances menores que os lances do ano anterior, o que era um mecanismo de proteção de Coroa para que os contratos não tivessem queda em seus valores.²⁰ Na prática, a norma acabava por ser desobedecida. Em anos de seca, ou outros fatores que geravam baixa demanda na procura dos contratos, os valores poderiam sofrer uma queda.²¹ O conteúdo do regimento reforça com esta norma que o provedor tinha a obrigação de garantir uma boa arrematação dos contratos, para que não houvesse prejuízo à Fazenda Real. Esta mesma lógica pode ser aplicada ao caso de autos de arrematação com baixa demanda de lançadores ou dos valores propostos nos lances. Nesses casos, o provedor do Rio Grande “reformava” os editais, pondo novamente em pregão o auto de arrematação ou o interrompendo quantas vezes fossem necessárias, de modo a tentar garantir melhores ofertas nos contratos.²²

As dificuldades enfrentadas pelos oficiais em anos de baixos lances faziam com que os autos fossem interrompidos e retomados, o que gerava uma inconsistência nas datas dos pregões. De acordo com o regimento dos provedores, o provedor deveria mandar colocar os autos em pregão até o mês de novembro, para que fossem arrematados em janeiro do ano seguinte²³. No caso do Rio Grande, a prática administrativa era bem diferente do determinado no ponto 3 do regimento dos provedores. Como observado no QUADRO V, as datas eram bem variadas. Não foi possível definir, portanto, um período exato em que habitualmente ocorriam os autos, que no recorte analisado foram realizados em meses diferentes.

²⁰ REGIMENTO dos Provedores. In: MENDONÇA. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p.100.

²¹ Este caso pode ser observado na arrecadação das décadas de 1730, período que extrapola o recorte temporal desse trabalho, mas serve como exemplo para uma análise comparativa entre as normas para o funcionamento da Fazenda Real e a prática administrativa, constatando-se que poderiam diferir. A partir de 1737, indo de encontro ao regimento dos provedores, o valor do contrato dos dízimos cai de 2:935\$500 réis (lê-se: dois contos, novecentos e trinta e cinco mil e quinhentos réis) para 2:616\$000 réis (dois contos, seiscentos e dezesseis mil réis) em 1738 e nos três anos seguintes para 2:556\$655 réis (dois contos, quinhentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e cinco réis. (AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 211.

²² O termo “reformar os editais” como forma de designar um auto que era lançado novamente em pregão pela falta de lances ou oferta de valores muito baixos por parte dos lançadores. AUTO da arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. fls. 82, 85.

²³ REGIMENTO dos Provedores. In: MENDONÇA. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p.100.



Mesmo enfrentando certas dificuldades, os autos ocorriam periodicamente. Em média, a cada três anos as ruas da cidade do Natal eram percorridas pelo porteiro em busca de lançadores. A etapa dos lances evidenciava os homens de cabedal que eram atraídos pelo negócio dos contratos e colocava em pauta as obrigações que o contratador teria ao assumir o compromisso com a Fazenda Real. A cada novo lance o porteiro corria pela cidade fazendo o anúncio em voz alta para que novos lançadores fizessem suas propostas.

Algumas vezes carregando ramos verdes, o porteiro insistia pelas ruas das cidades até o findar do dia. Em 1673, 1702 e 1713, quase à meia noite, o provedor e demais oficiais permaneciam com a mesa armada, enquanto o porteiro cruzava as ruas da cidade anunciando o auto de arrematação, esperando novos lances surgirem. No dia seguinte, o auto teve prosseguimento, e a cada novo lance o escrivão fazia o devido registro nos livros da Provedoria.

Ao final do auto, quando o provedor determinava aceito o último lance, o arrematador assumia algumas cláusulas definidas no contrato. Menciona-se que o pagamento deve ser feito em “dinheiro de contado”, o que poderia delimitar mais ainda o grupo de homens envolvidos nos contratos, visto que precisariam fazer o pagamento em espécie e não *in natura*. Para a segunda metade do século XVIII é definido que a cobrança dos dízimos deve ser feita sob a produção de gados, açúcar, tabaco, pescarias, sal e miunças.²⁴ Para o início do século XVIII, o contratador deveria cobrar o dízimo sobre a produção de gado, lavouras, pescado e açúcar. Acredita-se, portanto, que estes homens acabavam recebendo o pagamento do dízimo dos moradores das Capitânicas *in natura*. Assim, para pagar o contrato à Fazenda Real em dinheiro de contado, os contratadores precisavam se envolver com o comércio dos produtos arrecadados ou possuírem outros meios para realizar o pagamento.

No caso de 1673, o contrato deveria ser pago em quartéis, em um período de tempo que não fica claro na fonte. Já para o início do XVIII ficou definido que o contratador pagaria um terço do valor total a cada ano, até após os três anos do tempo do contrato arrematado, chamados de “três anos de espera”. No contrato de 1716 este prazo é somado a mais um ano de espera, totalizando quatro anos de prazo para o início do pagamento do contrato.²⁵ No auto de 1704/1705 e de 1715/1716 são mencionados ainda os fiadores, que pagariam, de acordo com o

²⁴ AUTOS de arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará (1690-1692). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. S/ n. de caixa. Fls. [?].

²⁵ AUTO da arrematação dos dízimos das capitânicas do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 82, 85. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande e Siará (1704-1705). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fl. 94. AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1713). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº ex. Fl. 71. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande (1715-1716). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa nº 49. Fl. 22.



regimento dos provedores, a décima parte do contrato até 30 dias após a sua arrematação.²⁶ A etapa final do auto ocorria justamente quando o contrato era assinado pelo contratador, acompanhado da assinatura do provedor, demais oficiais da Fazenda presentes e, quando havia, as testemunhas.²⁷

Da incerteza dos ramos, dos rumos da arrecadação

O momento da arrematação do contrato era imbuído de uma série de compromissos. Além das “cláusulas” já mencionadas, o auto de arrematação da Provedoria do Rio Grande seguia uma etapa em que simbolicamente ficava estabelecido um vínculo de compromisso do contratador para com a Fazenda Real: os ramos verdes em mãos. Em alguns casos esta etapa é feita durante os lances, antes da arrematação final. A exemplo do auto realizado em 1702, após o lance de Domingos da Silveira, o porteiro gritava o lance aguardando uma nova oferta, enquanto o provedor afirmava:

[...] Já aRemato Já vou aRematando ha quem mais de se não já arrematado doulhe hua doulhe duas doulhe tres ha quem mais de venhase a min reseberey seu lanso doulhe hua mais piquenina em sima ha quem mais de venhase a min reseberei seu lanso, e por não aver quem mais quisesse lansar mandou o dito Provedor notificar a todos os lançadores e com efeito o forão o meyrinho da fazenda Real Antonio Anriques de Sâ como constou por fe sua serem todos notificados e por não aver quem mais quizesse dar mandou o dito Provedor ao porteyro que aRematase o Coal meteu o Ramo Verde na mão ao dito Alferes Domingos da Silveyra dizendo bem Prol lhe fasa; e assim lhe ouve o dito Provedor os ditos dizimos por aRematados por tres annos [...].²⁸

Os ramos verdes em mão compunham, em um sentido simbólico, o estabelecimento de um compromisso, sendo parte do procedimento do auto de arrematação. Em alguns autos os ramos são passados apenas ao final da arrematação, somente ao contratador que assumiu o contrato. O porteiro, sob ordem do provedor, colocava nas mãos do contratador os ramos

²⁶ REGIMENTO dos Provedores. In: MENDONÇA. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, p.101.

²⁷ No ano de 1702 assinaram como testemunhas o ajudante Pedro Vieira de Carlos da Rocha e os tabeliões Manoel Trigueiro Soares e Domingos Dias de Barros. No ano de 1705, os tabeliões Maurício Bocaro Ribeiro e Domingos Dias de Barros. Em 1713, o alferes Bartolomeu da Costa e o reverendo Padre Manoel Pinheiro. AUTO da arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fls. 84 v. AUTO da arrematação dos dízimos da capitania do Rio Grande e Siará (1704-1705). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fl. 94. AUTO de Arrematação dos Dízimos Reais da capitania do Siará Grande (1713). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº cx. Fl. 71.

²⁸ AUTO da arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. s/nº de caixa. Fl. 84.



verdes dizendo-lhe “bom prol lhe faça”, em seguida tudo era registrado com a assinatura dos oficiais e do contratador.

Para um recorte posterior, Thiago Dias tratou sobre os autos de arrematação da Câmara de Natal. No exemplo abaixo, de 1775, observa-se a semelhança entre os autos de arrematação da Câmara e da Provedoria do Rio Grande:

Em altas e inteligíveis vozes, o porteiro convocava os interessados a ofertarem; com olhares atentos ao público presente, buscando aqueles que mais ofertassem pelo contrato, o porteiro ameaçava: “já se arrematava, já se está arrematando, já estou metendo o ramo na mão”. O porteiro anunciava aos oficiais que não havia mais quem oferecesse pelo contrato “e não havendo quem mais lançasse coisa alguma”, os oficiais metiam o “ramo verde na mão do dito lançador”, dizendo: “bom proveito lhe faça”.²⁹

Constata-se, portanto, que na Capitania do Rio Grande, tanto a Câmara como a Provedoria, instituições que possuíam competências fiscais, faziam auto de arrematação com métodos parecidos. Até o presente momento não foi possível identificar muitos estudos sobre os autos de arrematação em outras Capitanias, mas destaca-se aqui a dissertação de Danielle de Fátima Eugênio que, ao estudar os grupos de homens com ofícios mecânicos envolvidos na arrematação dos contratos das obras públicas da Vila do Carmo/Cidade de Mariana, Capitania de Minas Gerais, entre 1711 e 1808, destacou alguns aspectos do processo de pregão público desses contratos, no caso apresentado pela autora sob a competência do senado da Câmara da localidade.

Sobre o processo do pregão a autora menciona algumas características que se assemelham ao que era realizado na cidade do Natal. Assim como no caso da Provedoria do Rio Grande, estavam presentes no pregão os oficiais da instituição responsável, o Senado da Câmara, o juiz de Fora, o presidente do Concelho e os vereadores. Os editais do contrato eram fixados em locais públicos e passados alguns dias o porteiro recebia os lances dos interessados, sendo passado ao arrematador os ramos verdes em mãos.³⁰

Em procedimento que difere dos autos de arrematação, os rituais de posse dos governadores-gerais do Estado do Brasil, também se observa na transferência de objetos o estabelecimento de uma relação de compromisso. Segundo Cosentino, a cerimônia pública

²⁹ DIAS, Thiago Alves. O Código Filipino, as Normas Camarárias e o comércio: mecanismo de vigilância e regulamentação comercial na capitania do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de História*. v. 34, n. 68, pp. 215 – 236. 2014. p. 228. Para outros estudos sobre a câmara da cidade do Natal ver também: BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves; OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. Para além dos espaços da cidade de Natal (1720-1759): Administração camarária na capitania do Rio Grande. *Revista Ultramares*. Vol. 5, N° 9, jan-jun, 2016. pp. 204-227.

³⁰ EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e cidade de Mariana (1711-1808)*. 2013. 117p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, p.32.



ocorria logo após a chegada do novo governador a Salvador. A cerimônia era realizada na Igreja da Sé. Embaixo de um palio, carregado pelos vereadores e moradores da cidade, na presença no arcebispo, em um ato simbólico, o antigo governador-geral passava um bastão para a mão direita do novo governador-geral, instituindo-se a posse do cargo.³¹

A transferência de poderes por meio do bastão pode ser, com devidas ressalvas, comparada ao ato de passar ramos verdes em mão. Da mesma forma que o novo governador-geral assumia as suas obrigações e competências como oficial régio, no ato de receber o bastão, a transferência dos ramos verdes parece ser também o ato de transferir para o arrematador as obrigações por ele assinadas no contrato. A cerimônia de posse do governador-geral e o auto de arrematação têm finalidades completamente diferentes, a primeira política, o segundo fiscal, mas ambos procedimentos se caracterizam por serem um acontecimento público, nos quais homens assumiam perante a Coroa compromissos que exigiam idoneidade e dedicação.

Ao tratar sobre o auto de arrematação no âmbito da Câmara do Natal, Dias afirma que a entrega dos ramos verdes em mãos ao final do auto de arrematação presume uma simbologia de transferência de direitos e deveres ao contratador, o que também é afirmado por Eugênio. Para a autora os ramos verdes simbolizavam o contrato firmado.³² Eugênio acrescenta que esse processo de ritualização:

consistia em uma espécie de teatralização que se requeria em lei, e encenava o cumprimento das ordens estabelecidas desde o Reino, constantes nas Ordenações. Assim, de um lado temos o Senado, aplicando as orientações advindas da legislação portuguesa, e de outro, os arrematantes se submetendo a tais pressupostos, ambos reafirmando o poder central.³³

Portanto, entende-se que ao arrematar o contrato, o contratador tomava para si a responsabilidade de arrecadar por sua conta os impostos, precisando contar com as incertezas de uma arrecadação que poderia ser inferior ao que tinha pago na arrematação. A obtenção de lucro ou o não desejado prejuízo eram as dúvidas que o contratador tomava para si no momento em que recebia em mãos os ramos verdes. Em contrapartida, por meio dos contratos, os oficiais da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande passavam a estes homens a responsabilidade da arrecadação, podendo nos anos seguintes enfrentar dificuldades para receber os pagamentos dos ditos contratos.

³¹ COSENTINO. Título régio, rituais e cerimônias políticas no Antigo Regime: Império e Governo no reino e no ultramar luso, p.31.

³² DIAS. O Código Filipino, as Normas Camarárias e o comércio: mecanismo de vigilância e regulamentação comercial na capitania do Rio Grande do Norte p. 228. EUGÊNIO. *Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e cidade de Mariana (1711-1808)*, p.33.

³³ _____. *Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e cidade de Mariana (1711-1808)*, p.33.



A análise dos autos de arrematação abre margem para a compreensão de um dos diversos trâmites realizados pelos oficiais da Fazenda no seu cotidiano administrativo. Os autos de arrematação permitem visualizar um elo muito específico da ação fazendária da Provedoria do Rio Grande: a interação entre oficiais d'el rei e particulares, homens que investiam nos negócios dos contratos. Assim, a cada auto de arrematação, a cada novo lance, punha-se em jogo uma série de interesses. Entre os oficiais da Fazenda a obrigação de garantir bons rendimentos para o tesouro da Capitania, e entre os contratadores a expectativa de uma boa arrematação.

Segundo Schwartz, em geral, os arrematadores espalhados no Reino e ultramar tinham uma “ideia aproximada da produtividade da região, mas não podiam prever secas, inundações ou guerras”. Eles tinham “provavelmente uma capacidade muito melhor de estimar o preço dos bens produzidos”. Sabiam que, “se a produção dobrasse, mas o preço caísse pela metade, o valor do contrato não seria maior do que fora antes das alterações”³⁴. Por isso, era comum que grandes arrematadores, que tinham cabedais suficientes para tal, se envolvessem em mais de um contrato de ramos diferentes e em diversas praças do Império Português. Mas o acúmulo de contratos, sob olhos atentos da Coroa, não era algo prudente, pois se temia que, em caso de malogro de um contrato, o resultado fosse o encadeamento da ruína de arrematadores e fiadores.³⁵

Considerações finais

Os contratos eram um atrativo a estes homens de negócios que, ao pagarem o valor do contrato à Fazenda Real, tinham possibilidades de lucro. A diferença entre o valor pago no contrato e o valor arrecadado pelos contratadores ainda é dificilmente perceptível nas fontes.

³⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p.154.

³⁵ Conforme Menezes, para a capitania Paraíba, há o caso de Rafael Nunes Paz, que foi pretendente a arrematador dos dízimos na Paraíba, em 1727, quando, um ano antes, e em conjunto com Manuel Rodrigues Costa, contratou os dízimos em Pernambuco por cinquenta mil cruzados. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 541. É interessante também o caso de Manuel Correia Bandeira, que apareceu apearreado, em 1725, “com a notícia de um decreto que havia sua majestade baixado ao Conselho de sua Real Fazenda, para que não pudesse arrematar um contrato a quem já tivesse outro”. Dessa feita, o arrematador temia perder o contrato do direito real de cobrar os 3\$500 réis sobre “os escravos que se resgatam em toda a Costa da Mina, Cacheu, São Tomé e mais partes para a Paraíba, Pernambuco e anexas”, pois já acumulava com esse o “direito aplicado para a Guarda-Costa do Rio de Janeiro”. Nesse caso, o temor da Coroa era de que o acúmulo de contratos levasse o contratador à ruína e, consigo, os seus fiadores. Contudo, Manuel Bandeira, além de ser homem afortunado, pois dizia possuir uma propriedade de casas em que vivia e alugava na freguesia de São Miguel em Alfama, apresentava como seus fiadores: Domingos de Miranda, “Provedor dos Contos da Sereníssima Casa de Bragança e superior deles e da Casa do Infantado, possui várias fazendas, em que entra sua quinta no termo de Sintra, e duas no termo dessa cidade, uma no Carnanixe e outra no Lumiar”; João Antunes, ourives rico e que tinha uma morada de casas em Castel Picão, e outra no Alegrete, na freguesia de São Miguel, e uma outra morada de casas na rua da Madragoa; e “Antônio Bernardes, ourives rico e reputado”. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 431. MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)*. 2005. 300p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, p.115.



Conforme afirma Osório, “conhecer as taxas de lucro obtidas com a arrematação é tarefa difícil. Se o valor pelo qual o contrato fora licitado era de domínio público, o lucro efetivo obtido com a arrecadação era segredo de negócio, muito bem guardado pelos envolvidos”, o segredo era a garantia do lucro.³⁶ Acompanhado desses interesses, seguia-se a estruturação de uma instituição estabelecida pela Coroa no ultramar.

A Fazenda Real era o braço da Coroa agindo nos territórios da conquista, por meio dos seus oficiais legitimava-se o estabelecimento de uma ordem do centro difusor, Portugal, na Capitania do Rio Grande e do Siará Grande. Os contratadores, mesmo que fora da condição de oficiais régios, eram os principais responsáveis pela extensão da malha fiscal nas Capitânicas. Estava sob a responsabilidade destes homens o recolhimento dos impostos das regiões mais remotas. Mais do que prestadores de serviços, os contratadores eram negociantes do tesouro real, e o estudo destes homens permite compreender as redes de interesses nas quais estavam envolvidos estes homens de negócios.

³⁶ OSÓRIO. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII), p.125.



Educação para além da escola: Reflexões sobre os ambientes não escolares, o Ensino de História e a consciência histórica.

Education beyond school: Reflections on no-schools environments, history teaching and historical consciousness.

Neles Maia da Silva
Graduando em História
Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Bragança
nelesmaia@hotmail.com

Recebido: 26/05/2015

Aprovado: 01/07/2016

RESUMO:

Este artigo visa discutir e refletir sobre a importância que os ambientes não escolares possuem em relação ao Ensino de História, à construção do conhecimento histórico e formação da consciência histórica. Através de debates com autores especialistas na área de Educação e de História, propõe-se uma reflexão sobre o papel educativo de diversos ambientes fora do espaço escolar tais como museus, arquivos, bibliotecas entre outros. Além disso, discute sobre o papel do professor de história na fomentação do conhecimento e da consciência histórica do aluno na Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Ambientes não Escolares, Consciência Histórica.

ABSTRACT: This article aims discuss and reflect on the importance that non-schools environments have regarding History Teaching, construction of historical knowledge and the development of historical consciousness. Through discussions with expert authors in Education and History, it proposes a reflection on the education role of various outsides school environments such as museums, archives, libraries and other. In addition, it discusses the history teacher's role in fostering knowledge and historical consciousness of students in Basic Education.

KEY-WORDS: History Teaching, Non-school Environments, Historical Consciousness.

Introdução

Refletir sobre a importância que os ambientes não escolares possuem em relação ao Ensino de História, à construção do conhecimento histórico e para o desenvolvimento da consciência histórica nos alunos da Educação Básica, se faz necessário diante do quadro de



desinteresse do alunado nas rotineiras e repetitivas aulas de história, que ainda possuem um caráter bastante tradicionalista e memorizador. Tal desinteresse se dá, em grande medida, pelo desconhecimento de algumas questões fundamentais levantadas e outras revisadas por uma historiografia mais recente, que vai de encontro com as perspectivas clássicas, pautadas numa história política, nacionalista¹, factual, dos “grandes homens” e repleta de datas.² Ou seja, o ensino de história possui um caráter ainda tradicional que se torna, muitas vezes, enfadonho e chato para o aluno, levando a um déficit de aprendizagem conforme é mostrado em algumas produções na área do ensino de história.³

Dentre os estudos mais recentes, a percepção de que a história não é algo que está tão distante no tempo, não é “coisa ou estudo do passado” e que todos somos, indistintamente, sujeitos históricos propiciam aulas de história mais reflexivas e dinâmicas. Tais perspectivas desmistificam a ideia de história como estudo do passado pelo passado, de que somente os “grandes homens” e “fatos grandiosos” são dignos de estarem gravados na história. Ou seja, as renovações e revisões historiográficas⁴ apontam para uma história multifacetada, construída, interpretativa, considerando óticas diferentes, com discursos e interesses, que englobe diversos sujeitos, inclusive o professor e o aluno. A partir disso, são impensáveis e improdutíveis aulas de história nas quais permaneça a visão tradicional, onde o professor detém o conhecimento e o aluno seria um mero receptáculo desse saber pronto e acabado, onde as relações de ensino-aprendizagem se restrinjam a memorização de conteúdos e reproduzam perspectivas que desconsiderem a importância das diversas interpretações e que fomentam o ensino de uma história distante, insalubre, pautada na decoração de nomes e datas.

Uma das opções que essa renovação historiográfica, as novas pesquisas na área do ensino de história e no campo educacional como um todo, tem buscado para o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem é a utilização de outros espaços, fora da sala de aula, que podem propiciar algumas alternativas para a produção de conhecimento entre professor e aluno dentro e fora da sala de aula. Os ambientes não escolares vêm se tornando ferramentas eficazes para a reflexão sobre diversas questões, que são caras ao conhecimento histórico e fundamentais para o desenvolvimento da chamada consciência histórica. Isto significa que, além do papel da aprendizagem em sala, seja através das aulas expositivas, seja de todas as possibilidades e recursos

¹ BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. p. 19.

² SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 191.

³ CAIMI, Flávia Eloísa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Revista Tempo*. Vol. 11, n. 2, 2006.

⁴ KARNAL, Leandro. Apresentação. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 8.



didáticos utilizáveis, existem outros espaços capazes de trazer reflexões e aproximar o ensino de História com as realidades dos alunos.

Ambientes não escolares e o Ensino de História

A utilização ou mesmo o desenvolvimento de pesquisas que englobam os ambientes não escolares são relativamente novos nos cursos de formação de professores no Brasil. A perspectiva tradicional advinda do modelo de ensino dos jesuítas⁵ e sua *ratio studiorum*⁶, no Brasil Colonial, restringiu a educação ao espaço da escola e tal visão se reproduziu (e quiçá se reproduz) durante bastante tempo em nossa sociedade. No entanto, segundo vários autores contemporâneos, o processo de ensino-aprendizagem pode ocorrer, no mínimo, em três categorias: *educação formal*, *não formal* e *informal*⁷. Cada campo possui suas especificidades, porém estão relacionados, pois todos fazem parte do cotidiano e da realidade da sociedade e do aluno. Se o primeiro representa a educação escolar, vivenciada no espaço físico, legal e institucionalizado, os dois últimos são pautados nas experiências fora da sala de aula, nas vivências com as pessoas, sendo que o campo *informal* é caracterizado pelos grupos sociais menores dos quais fazemos parte, tais como família, igreja, clube etc. e o *não formal* nas vivências cotidianas mais diversas.⁸ Os ambientes não escolares se enquadram nestas últimas perspectivas, pois são espaços aproveitados para o ato de educar, mesmo que não o seja institucionalizado como o campo *formal*.

É importante destacar ainda que as transformações que o mundo e o Brasil vêm passando nas últimas décadas do século XX, sobretudo a década de 1990, trouxeram novas reflexões sobre a própria concepção de educação que se pretendia para nossos alunos.⁹ Gohn aponta que a partir dessas transformações a nível global e nacional passou-se a compreender que a educação não poderia se restringir a um caráter institucionalizado, preso as carteiras da sala, mas que as novas

⁵ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

⁶ RATIO STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel, O método pedagógico dos jesuítas. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

⁷ Ver GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Educação Não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008; AFONSO, A. J. Sociologia da educação não formal. Reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: A. J. Esteves; S. R. Stoer. *A Sociologia na escola*. Porto: Afrontamento, 1989; GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume. *Educação formal e não-formal*. São Paulo: Summus Editorial, 2008 e ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memória e produção de saberes em espaços educativos não formais. Usos do Passado – XII Encontro Regional de História – Anpuh Rio de Janeiro, 2006.

⁸ VERCELI, Lígia de Carvalho Abões. *Estação Ciência: Espaço Educativo Institucional Não Formal de Aprendizagem*. In: Encontro de Pesquisa Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação UNINOVE. 4º, 2011, São Paulo, *Anais...* São Paulo, UNINOVE, 2011, p 2.

⁹ HILSDORF, M. L. S. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Thomson Learning, 2003.



propostas educativas assinalassem para a “aprendizagem de habilidades extraescolares”¹⁰. Sendo assim, os ambientes não escolares passam a ser vistos como laboratórios, onde as relações e as interações comuns à realidade do alunado passam a ser explorados no processo educativo.

Partindo desses pressupostos e desse levantamento bibliográfico no campo educacional, nota-se que há uma expansão dos espaços para o ato de educar, no sentido geral, e de ensinar história, em nosso caso. Ou seja, existem inúmeras possibilidades para o professor educar dentro e fora da sala de aula. Inclusive contando com a bagagem trazida pelos alunos¹¹ para seu espaço de aprendizagem – a escola. Portanto, os demais espaços que compõem o cenário histórico-geográfico no cotidiano dos alunos podem e devem ser usados pelo professor para conectar os conhecimentos de história, através dos ambientes não escolares, com a vida de seus alunos.

Se outras disciplinas como a biologia e a matemática possuem laboratórios naturais para seus respectivos campos de conhecimento, sendo que a primeira se utiliza na natureza ao nosso redor e a segunda as inumeráveis possibilidades cotidianas como as próprias relações comerciais e geometrias, com a história não é muito diferente. O caso é que quase sempre não nos aproveitamos dos importantes laboratórios disponíveis para a pesquisa e para o ensino de história. Onde estão os laboratórios do historiador e/ou do professor de história? No passado? Marc Bloch, um dos fundadores dos *Annales*, em 1929, na França, afirmava que a história é a “ciência dos homens no tempo”¹² e, portanto, tudo que envolve o ser humano no tempo é objeto da história.¹³ Leandro Karnal na apresentação de seu livro¹⁴ afirma que a história tem características orgânicas, ou seja, ela viva e mutável. Tal perspectiva assinala para um ensino de história que considere o seu maior objeto – o homem no tempo. E os homens estão aqui, presentes na atualidade. Suas relações hoje representam os inúmeros processos históricos de transformações, rupturas e permanências que se desencadearam no tempo.

É necessário pensar nessa questão, que não é nova. Como é feita a história? História é feita de fontes, diversas fontes.¹⁵ Fontes que não estão no passado, apenas foram construídas lá. É um dado que muitas vezes passa despercebido ou sequer é considerado nas aulas de história, apesar da certeza de que praticamente nenhum professor formado em história atualmente seja

¹⁰ GOHN. *Educação Não-formal e cultura política*, p. 92.

¹¹ MICELI, Paulo. Uma Pedagogia da História? In: PINKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 14 ed., 1ª Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2012, p. 38.

¹² BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados – escritos de história e política. Apud: SCHIMDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004, p. 18

¹⁴ KARNAL. *História na sala de aula*, p. 7-14.

¹⁵ ALBERTI, Verena. Fontes Orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 164.



isento desse conhecimento. As fontes podem ser: documentos manuscritos, literaturas, determinadas práticas e saberes passados de geração a geração, vestígios materiais, construções, patrimônio material e imaterial, memórias através da história oral entre outras tantas. Isto significa que cotidianamente temos uma série de fontes como “matérias-primas”, esperando para ser interrogadas pelo historiador, seja ele pesquisador ou mesmo o professor.¹⁶ Os prédios, os nomes das ruas, a geografia do bairro, a situação política atual e etc. tudo tem relação com a história e são “resultados” de processos históricos.

Essas afirmativas servem para refletir sobre os territórios do historiador e do professor, pois apontam para um dado interessante: a história não está presa nos livros didáticos ou na fala do professor. Ela se encontra diluída em nosso cotidiano, sociedade e tempo. Encontra-se também para além dos muros da escola. Os chamados ambientes não escolares são carregados de simbolismos, marcas do tempo e vestígios de um passado que pode está distante ou nem tanto no tempo. Os museus, as praças, as bibliotecas, os arquivos, as associações, clubes entre outros podem contribuir de forma significativa para a relação ensino-aprendizagem. São espaços que representam verdadeiros exemplos da ação do tempo e das diversas relações processadas em um determinado contexto.

Quase sempre tais espaços são usados meramente para contemplação ou pesquisa sazonais e isoladas de um determinado tema, sem o reconhecimento dos processos históricos em torno desses lugares ou mesmo de seus acervos. Em geral os conhecimentos sobre praças, associações e clubes se restringem ao nome do fundador e data da fundação, enquanto que os museus são alvos de visitas contemplativas, sem reflexão, advindas da ausência de uma consciência histórica. Os arquivos raramente são usados, pois a maioria dos professores que usa documentos prefere levá-los à sala para mera ilustração¹⁷ a ter que levar os alunos para os arquivos ou simplesmente utiliza documentos reescritos. Paulo Miceli afirma que o contato com esses lugares foram fundamentais para a formação do professor e deveria ser também para os alunos.¹⁸

As vantagens mais significativas que podemos apontar desses espaços para contribuir com a formação dos alunos é o fato estarem ligados às realidades deles cotidianamente. Ou seja, são monumentos, vestígios, símbolos que estão no dia a dia de todos e fazem parte da vida de cada um. E convenhamos que, se existe um consenso entre os educadores atualmente, é o fato de

¹⁶ Essa distinção é feita a título de profissão institucionalizada, mas na verdade a pesquisa e o ensino são intrínsecos em ambos os casos.

¹⁷ TERRA, Antônia. História e Dialogismo. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9ª Ed., São Paulo: Contexto, 2004, p. 100.

¹⁸ MICELI. Uma Pedagogia da História?, p. 43.



que as realidades dos alunos sejam levadas em consideração dentro do processo de ensino-aprendizagem.¹⁹ Portanto “para desempenhar, de modo satisfatório, sua *missão*, o docente deve partir da experiência cotidiana dos alunos, oferecendo elementos que lhes permitam ultrapassar as sempre lembradas formas tradicionais de ensino da História [...]”²⁰. Ambos os autores defendem que é fundamental partir das experiências dos alunos para que esse paradigma tradicional do ensino de história seja ultrapassado.

Inúmeros são os projetos que podem ser desenvolvidos para além do espaço escolar. Dependendo da disponibilidade em cada cidade, pode-se trabalhar diversos temas e problemáticas nas aulas de história. Em museus, por exemplo, a possibilidade de ir além da visita contemplativa e refletir sobre os discursos trazidos pelos objetos da exposição²¹, lembrando sempre da relação entre o que está exposto nas vitrines e o que não está, ou seja, entre o que foi preservado e priorizado e o que não foi, pois os silêncios nos dizem muito na história. Indagar as fontes e os vestígios expostos no museu é também um caminho para além da mera visualização e leitura das placas informativas e servem para desenvolver “uma espécie de sentido histórico”²² que contribua com a construção e apuração da consciência histórica. Para isso é necessário que o professor saia da mera reprodução dos conteúdos e problematize, instigue, indague e ensine aos alunos a ter essa postura de ser pensante.

Em outros espaços como as próprias ruas da cidade, os alunos podem ser levados para fazer um *tour* e conhecer os bairros, as estátuas, os monumentos, as construções, as instituições²³ sob uma ótica diferente das quais já estão acostumados. Nesse sentido, é necessário que haja a intervenção do professor, que realiza através de pesquisas e organização de problemáticas em torno desses espaços. É preciso que a visão naturalizada dos alunos, que frequentam esses espaços cotidianamente, seja desconstruída por uma abordagem crítica, investigativa e instigante do professor.

Um caminho possível é problematizar: por que essas ruas receberam tais nomes? E esse bairro é homenagem a que feitos ou a quem? O que representam tais escolhas? Por que há monumentos somente desses personagens se a história nos mostra que haviam outros envolvidos? O que representa tais homenagens por parte de quem às fizeram? Por que quase não

¹⁹ HENRIQUE, Márcio Couto. Ensino de História e Experiências do Cotidiano. In: HENRIQUE, Márcio Couto(Org.). *Diálogos entre História e Educação*. Belém: Editora Açaí, 2014, p. 141.

²⁰ MICELI. Uma Pedagogia da História?, p. 37.

²¹ ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9ª Ed., São Paulo: Contexto, 2004, p. 105.

²² MICELI. Uma Pedagogia da História?, p. 40.

²³ Lembrando que todos esses elementos estão presentes na maioria das cidades brasileiras e, portanto, acessíveis aos alunos, diferentemente de outros como museus e parques de exposições, que comumente são encontrados nas grandes cidades.



existem referências a outras matrizes como a indígena e africana? E os monumentos, o que significam? A que fazem referência? Aos vencedores? Aos vencidos? Aos fatos e acontecimentos? Essas são algumas questões que podem ser levadas aos alunos nesses ambientes para além dos muros da escola.

Portanto, é preciso destacar o papel do professor nesse sentido. O aluno necessita ser instigado, levado a aprender²⁴, a pensar como um sujeito histórico. E isto significa a utilização de diversos recursos, pois apenas aulas repetitivas não são suficientes para a construção do conhecimento. A intervenção com projetos extraclasse são mais que possibilidades de quebrar a rotina da sala de aula. São espaços que prendem a atenção dos alunos, pois fazem parte do seu universo cultural e causam um salto significativo na aprendizagem, pois quando se relaciona elementos cotidianos com a história do alunado perceber-se-á que a história está mais próxima do que eles sempre imaginaram. Quando conectamos a história das fontes, dos vestígios, dos monumentos dentre outras com a vida desses alunos, a produção do conhecimento histórico é mais efetiva e significativa. Por isso a importância do professor como sujeito que possibilitará essa instigação e as reflexões necessárias para o desenvolvimento da consciência histórica. Sem as intervenções do professor de história, o conhecimento histórico ficaria bastante restrito.

O papel do professor no desenvolvimento da consciência histórica

Antes de tudo, é necessária uma discussão sobre o conceito de consciência histórica. Segundo Luís Fernando Cerri este conceito não possui o mesmo sentido para os diversos autores que o utilizam. O autor problematiza se a consciência histórica é algo intrínseco a natureza humana ou algo a ser adquirido.²⁵ E dialoga com a interpretação do filósofo Hans-Georg Gadamer, que afirma ser tal consciência algo não inerente à natureza do ser humano, mas que o mesmo deve criá-la como uma “tomada de consciência”, ou seja, como algo a ser adquirido, construído através do conhecimento histórico. Cerri aponta a existência de uma linha filosófica em relação a tal conceito. Para o filósofo citado a consciência é um “privilegio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda

²⁴ MICELI. Uma Pedagogia da História?, p. 40.

²⁵ CERRI, Luiz Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, vol. 6, n. 2, p. 93-112, 2001, p. 96.



opinião”²⁶. O autor dialoga ainda com Phillippe Ariès, assinalando que este segue a mesma linha de pensamento de Gadamer, ou seja, que a consciência histórica é algo que necessita ser adquirido.

Cerri aponta também uma linha oposta a esta citando dois autores: a filósofa Agnes Heller e o historiador e também filósofo Jörn Rüsen. Esses estudiosos defendem a não limitação da consciência histórica, ou seja, não é necessária a aquisição da mesma. Cerri afirma: “Para ambos, a consciência histórica não é meta, mas uma das condições da existência do pensamento: não está restrita a um período da história, a regiões do planeta, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social geral”²⁷. Tal afirmação indica que a consciência histórica é inerente a natureza humana, não necessita ser adquirida. O autor assinala ainda que nessa perspectiva a consciência histórica, ou seja, “pensar historicamente está no cotidiano do ser humano [...]” é “inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo”²⁸.

Todavia não é nossa intenção fazer um debate profundo sobre ambas às perspectivas, e sim compreender a que melhor pode ser utilizada no contexto da sala de aula e/ou fora dela. Ou seja, a qual tipo de consciência histórica nos referimos em nossa pesquisa? A perspectiva que se propõe nesta análise é baseada no diálogo entre o aspecto da inerência da consciência à natureza humana, ou seja, como algo que não precisa ser adquirida, tomada, construída e a perspectiva da função prática, pautada no entendimento do ser humano como um sujeito histórico que atua no tempo. Com a ressalva de que apesar do ser humano em geral e no caso específico dos alunos da Educação Básica, possuírem a consciência cotidiana pautada pela noção de tempo arraigada na ação de nascer e viver a infância, adolescência, juventude, maturidade, terceira idade e morte. Ou seja, sabendo que um dia se está vivo, porém que em outro dia não se está mais²⁹, existe a necessidade de refletir e aguçar essa consciência histórica. Sendo assim, essa consciência que é nata, pois não necessita ser construída na perspectiva que adotamos, precisa, no entanto, ser aprimorada para que o aluno se perceba e se sinta com sujeito que vive e age em um determinado tempo e possui papel na história. O professor tem a tarefa de aguçar, aprimorar tal consciência em si mesmo e participar desse processo de reflexão do sentido da consciência histórica de seus alunos.

Os alunos já possuem uma concepção de tempo, que varia de faixa etária logicamente, mas que não necessita ser aprendida como algo estranho e novo. Quando se ensina sobre o

²⁶ GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica. Apud CERRI, Luiz Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, vol. 6, n. 2, p. 93-112, 2001, p. 97.

²⁷ CERRI. *Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história*, p. 98.

²⁸ _____, *Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história*, p. 100.

²⁹ _____, *Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história*, p. 100.



tempo aos alunos, de maneira teórica, com linguagem adequada e prática, dando exemplos, como a genealogia do seu dia, do seu mês ou do seu ano, ou ainda explicando o exemplo da hereditariedade da família, eles certamente perceberão a existência de uma concepção de tempo compreensível. A partir disso, pode-se trabalhar o aprimoramento, o sentido da consciência histórica, onde os mesmos compreendam que nascemos em um mundo já em funcionamento, o tempo³⁰ já estava em curso. Os processos do passado dão sentido ao estado do presente, na linguagem mais convencional a escola: as coisas não nasceram como são, elas são frutos de construção e das ações do homem no tempo.

É necessário, no entanto, tornar didática a percepção da consciência, pois o Ensino de História, até pouco tempo, trazia uma noção de história unilateral, dos grandes homens, dos feitos memoráveis, de história como verdade e de tempo cronológico baseado no encadeamento de fatos como afirmamos anteriormente. Tal perspectiva excluía o processo de crítica às fontes, pois as mesmas eram apenas narradas e repassadas em forma de história “tal como ela ocorreu” nos dizeres de Leopold Von Hanke. E os silenciados? E os demais documentos deixados pelo homem no tempo? E os grupos de indivíduos que não apareciam na história? E a história vista de baixo? Como aguçá-la a consciência histórica em alunos que aprendiam apenas a história política tradicional? Como aprimorar tal consciência se no ensino não há espaço para reflexão? E o ato de aprender está tão ligado ao espaço da sala de aula? É necessário vencer os paradigmas tradicionais que ainda se reproduzem na Educação Básica.

É nesse sentido que se pensa na importância de ambientes não escolares para o ensino de História. Ou seja, para além das diversas ações didáticas que podemos desenvolver nas aulas de história em sala, um ensino mais eficaz e produtivo, pautado na exploração do potencial educativo de outros ambientes é importante para o ensino-aprendizagem. Pois convenhamos, que um dos grandes problemas enfrentados pelos professores de história é a falta de interesse “em estudar algo que ocorreu há tanto tempo e não tem nada a ver comigo” na linguagem do alunado.³¹ A indiferença que os alunos da educação básica sentem em relação à história não é tão descabida se levarmos em consideração o aspecto pragmático da importância que tal disciplina tem em suas vidas.³² Para que serve a história na vida do aluno? Se não for dado um sentido para esse questionamento de fato estaremos tão desinteressados quanto eles, pois “enquanto o mundo acontece, a História – conhecimento compulsório para o aluno – parecia voltar-se para trás,

³⁰ ARIÉS, Philippe. *O tempo na História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

³¹ BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. *Ensinar e aprender história*. Belo Horizonte, RHJ, 2009, p. 15.

³² NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. Apud: SCHIMDT, CAINELLI. *Ensinar história*, p. 24.



sustentando-se numa sucessão de mortos-famosos, acontecimentos distantes e sem relação com a vida do estudante”³³.

Além disso, não podemos deixar de considerar aspectos cognitivos da psicologia dos alunos em relação ao “imediatismo” e ao “presente contínuo”³⁴ em que os mesmos parecem viver atualmente. A sociedade da informação, da velocidade, da importância dada à produção eficiente e rápida quase sempre inibe a reflexão de professores e alunos sobre a relação do nosso tempo com a história tornando o passado “velho e descartável”³⁵. Os alunos do nível fundamental geralmente são acostumados a pensar o tempo e a sociedade a partir de uma concepção do presente, imediata e sem relação alguma com o passado, a não ser as noções de genealogias que mencionamos anteriormente nos estudos de Marques e Beirutti. Os do nível médio já possuem uma concepção mais complexa de tempo, porém ainda parecem basear sua motivação quanto ao estudo de história, meramente para “passar no vestibular”, pois estudam história muito mais como uma obrigação decorativa de conteúdo do que propriamente para sua formação como um cidadão pensante e crítico. Em ambos os níveis de ensino existem essas perspectivas, ou seja, falta de interesse, que são apontadas por diversos autores como uma impossibilidade de compreensão da noção de tempo³⁶ e conseqüentemente do desenvolvimento da consciência histórica.

Como lidar com o desinteresse dos alunos quanto ao ensino história? Como despertar interesses por temas e assuntos tão distantes no tempo e no espaço? Não são questões simples de responder. Mas refletimos sobre elas. Uma parte considerável dos alunos não se identifica com a matéria história pela antiguidade da mesma em relação ao seu tempo e a sua vida. Para que aprender sobre as civilizações: egípcia, grega e romana? O que elas têm haver com o que eu vivo e faço hoje? Para que aprender sobre a Idade Medieval? E as revoluções, a conquista do Brasil pelos portugueses e as guerras mundiais? Nada disso faz sentido na cabeça do aluno se o professor não cumprir seu papel de dar um sentido, de ler e interpretar o passado, de trazer a reflexão para atualidade, de fazer relação com a vida e com as realidades dos alunos.

O ensino de História renovado não busca o passado pelo passado. Ao contrário, as motivações que levam os historiadores a pesquisarem uma infinidade de temas são baseadas em questionamentos do presente. Os problemas e as questões não estão no passado, nem mesmo

³³ MICELI, *Uma Pedagogia da História?* p. 44.

³⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.

³⁵ BERUTTI; MARQUES. *Ensinar e aprender história*, p. 16.

³⁶ NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime. *O Ensino de História e a Criação do Fato*. 14ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011, p. 95.



nas fontes produzidas lá, mas que estão aqui, em nosso tempo.³⁷ Quando as aulas de história são baseadas no mero reproduzir, no fatídico encadeamento de fatos, na relação causa e efeito e, sobretudo, na mera narrativa sem ao menos estabelecer relação com o tempo presente, com o atual, tais aulas tornam-se enfadonhas e desinteressantes.³⁸ Façamos um exercício de pensar como um adolescente, por exemplo. Pensemos no que significa aprender uma série de fatos históricos encadeados, um sendo resultado do outro ao longo de um ano todo de ensino. Terrível, não? Por isso, a história precisa fazer sentido nas vidas e nas realidades do professor e do aluno.

O papel do professor não é mais pautado na ideia de detenção do conhecimento, onde este é dono de um conhecimento inquestionável, mas sim o de mediador, de provocador, não mais em um processo de transmissão, porém de construção.³⁹ Por isso, a importância da reflexão instigada, aguçada, incentivada quando se está lecionando. Não é contar a história do grego, do romano ou qualquer outra civilização, não é simplesmente narrar os fatos intrínsecos às revoluções, às guerras e de outros processos históricos. É provocar a reflexão, instigar o questionamento, apontando em comparação com as nossas realidades atuais os resquícios, as rupturas, as permanências e as transformações da história vivida no passado. A história dos gregos e romanos diz muito do somos hoje.⁴⁰ As palavras derivadas do grego e do latim são as bases da nossa língua portuguesa, o direito romano, as formas de religiosidades nascidas entre os hebreus como o judaísmo e o cristianismo eram diferentes naquelas sociedades, pois cada uma tem suas peculiaridades no espaço-temporal que, no entanto, representam as crenças transformadas⁴¹ ao longo do tempo de milhões de pessoas no mundo, inclusive no nosso país.

Os sentidos das mudanças, das rupturas e permanências, os ideais desenvolvidos na chamada “Era das Revoluções”⁴² e as transformações geográficas, políticas, econômicas, sociais e culturais consolidadas no mundo em guerra no século da “Guerra Total”⁴³ diz muito da nossa atual configuração mundial. Países desenvolvidos, outros em desenvolvimento e os que são subdesenvolvidos, vivendo modelos contemporâneos de exploração e de dependência.⁴⁴ A história do mundo, sobretudo, do Ocidente diz muito sobre as conjunturas que o Brasil vive

³⁷ BERUTTI; MARQUES. *Ensinar e aprender história*, p. 16.

³⁸ KARNAL, *História na sala de aula*. p. 8.

³⁹ SCHIMDT; CAINELLI. *Ensinar História*, p. 31.

⁴⁰ FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

⁴¹ VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Trad. Marcos de Castro. Brasília: Civilização Brasileira, 2011.

⁴² HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

⁴³ HOBSBAWM, Eric J. A Era da Guerra Total. In: _____. *A Era dos Extremos*. O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 29-60.

⁴⁴ DONGHI, Túlio Halperin. *História Contemporânea da América Latina*. Madri, 5ª reimpressão. Alianza Editorial, 2005.



atualmente. As transformações do período do Estado Novo⁴⁵, a Ditadura Militar e a redemocratização do Brasil⁴⁶ dizem muito da realidade dos nossos alunos. São apenas alguns exemplos de como a história é conectada, os países são conectados, e as nossas realidades, bem como a de nossos alunos são conectadas a esse macrocosmo atual e também ao longo do tempo. Existem intensas influências, contatos entre os países, os povos, as pessoas. Cabe ao professor refletir sobre tais conexões e trazer as discussões para a sala ou levar seus alunos para ver a história interpretada a partir de outros espaços. Sendo assim, a história não está tão distante. Ela está presente em nosso cotidiano, diluída e intrincada nos monumentos históricos, nas fontes diversas que vão desde um vestígio deixado num campo de escavação arqueológica até às memórias das pessoas. Ela só precisa ser alvo de instigação, de interrogação, de reflexão para que faça sentido na vida do aluno.

Um exercício importante para apurar e aguçar a consciência histórica do próprio professor e, conseqüentemente dos alunos é o ato de estranhamento ou distanciamento daquilo que é natural e repetitivo em nosso cotidiano. Segundo Márcio Couto Henrique, autor do texto *Ensino de História e Experiências no Cotidiano*:

Não é novidade a ideia de que levar para a sala de aula experiências vivenciadas fora do âmbito escolar facilita a compreensão e interação dos alunos nas discussões. Ocorre que, se todos nós temos experiências múltiplas vividas cotidianamente nas mais variadas esferas de vida, nota-se que nem todos os educadores conseguem estabelecer relações entre o que se vive fora e o que se discute dentro da escola.⁴⁷

O autor traça um diálogo com a antropologia e com a filosofia para discutir sobre ambos os conceitos apresentados, ou seja, estranhamento e distanciamento, que para ele são equivalentes. Henrique aponta a falta de conexão com as experiências cotidianas extraclasses e com as aulas. E um dos problemas que corrobora para essa falta de conexão é que naturalizamos o nosso cotidiano. Perdemos a sensibilidade reflexiva em relação aquilo que nos rodeia. Não estranhamos aquilo que nos é comum. Por isso é necessário o exercício do estranhamento, nos distanciando do pensamento natural cotidiano, para que se possam fazer reflexões importantes estabelecendo problemáticas para discutir em sala e fora dela. Isto não significa que é necessário um afastamento físico do nosso espaço (apesar de que o autor do texto acima aponta o fato de fazer viagens para ampliar o exercício de reflexão tornando o cotidiano menos natural), porém que este deve ser problematizado. Assim este afirma que: “É necessário distanciar-se um pouco

⁴⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª Ed., 1ª Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2007, p. 183-215.

⁴⁶ REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade (1964-1985)*. Londrina: EDUEL, 2013.

⁴⁷ HENRIQUE, Márcio Couto. *Ensino de História e Experiências do Cotidiano*, p. 141.



de si mesmo, das coisas que estamos acostumados a ver diariamente e, mais precisamente, é necessário nos distanciarmos um pouco da maneira como estamos habituados a ver as coisas que vemos diariamente”⁴⁸.

Como os alunos a maioria dos educadores, por diversos motivos, não refletem sobre as possibilidades de aprendizagem com aquilo que está ao redor, pois estamos acostumados a ver no nosso dia a dia tudo de maneira natural. Entretanto existem diversos elementos que podemos trabalhar em sala. Por exemplo, reflexões em aulas de história a partir dos nomes das ruas, dos bairros ou mesmo da cidade, onde os alunos moram e estudam, dos nomes das instituições da cidade, sejam escolas, museus, associações e etc. Pode-se trabalhar com a história política partindo de uma perspectiva renovada⁴⁹, onde o entendimento de questões relativas aos nomes das ruas quase sempre representam “grandes nomes” da história. Por que tais nomes foram escolhidos? O que significa a presença desses nomes em ruas que os homenageados nunca visitaram a cidade, na maioria das vezes? Já os nomes dos bairros por caracterizarem algo mais local possuem nomes mais comuns à história da cidade. Quais as relações desses nomes com a história local? Que relações de poder foram estabelecidas para essas disparidades entre o nacional e o local? Esses são apenas alguns exemplos de questões cotidianas para se trabalhar aspectos que estão para além dos muros da escola e no cotidiano dos alunos e que podem ser alvos de reflexões.

Tais questões podem ser debatidas em sala partindo da realidade dos alunos. O professor de história possui assim, um laboratório em escala local para trabalhar a história como problema⁵⁰, discurso⁵¹ ou ainda como reconstrução⁵². O professor, portanto, deve contribuir para a formação dos alunos da Educação Básica buscando desenvolver de forma mais efetiva a chamada consciência histórica, partindo do papel de provocador de reflexões e debates. E o uso de elementos arraigados no cotidiano do alunado tornam-se ferramentas capazes de aproximar os alunos do ensino de história, não mais como meros aprendizes, mas como sujeitos dos processos históricos.

A autora Carla Bassanezi Pinsky, no capítulo intitulado *Por uma história prazerosa e consequente* do livro organizado por Leandro Karnal, afirma que é necessário fazer a distinção entre informação e conhecimento. A informação nos chega através das mídias televisivas, impressas ou

⁴⁸ HENRIQUE *Ensino de História e Experiências do Cotidiano*, p. 141.

⁴⁹ FALCON. Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 98.

⁵⁰ BLOCH, *Apologia da História ou o Ofício do historiador*, p. 7.

⁵¹ JENKINS, Keith. *A história repensada*. 3ª Ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2007.

⁵² RÜSEN, Jörn. *A Reconstrução do passado*. Tradução de Asta-Rose Aclaide. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.



mesmo radiofônicas, mas esta somente se torna conhecimento quando transformada, criticada, problematizada e organizada.⁵³ A autora aponta para o papel do professor como fundamental nesse processo de construção do conhecimento através da informação. Essas informações são adquiridas e absorvidas em sua grande maioria em espaços não escolares. Ambientes como a própria casa, ruas, praças, igrejas, clubes entre outros são repletos de informações que chegam em sua forma bruta, pois muitas vezes não trazem consigo suas relações com os processos históricos e precisam ser lapidadas pelo professor atento.

Considerações Finais

Os ambientes fora dos muros da escola são parte da realidade dos alunos. Fazer conexões com esses espaços e elementos constitui um importante salto para um ensino de história mais renovado pautado na historiografia atual. A historiografia tradicional tratou de imbricar no pensamento escolar que a história acontecia e era escrita a parte daqueles que estavam fora do âmbito do poder político e econômico. Porém uma série de estudos mais atuais aponta que tal visão era pautada pela detenção do poder de determinados grupos que controlavam a produção e disseminação do saber. As próprias transformações que o mundo e, conseqüentemente, do nosso país tem passado propiciou o evidente crescimento de estudos voltados a compreender outras perspectivas que saíam do eixo político-econômico unilateral e buscado visões de outros sujeitos e seus papéis na história.

Os elementos cotidianos e os ambientes não escolares fazem parte do mundo e do universo dos alunos. Eles se identificam com ensino de história quando relacionamos seu universo com o da história. Quando o professor é capaz de fazer uma relação, onde o que está próximo da vida de seus alunos tem a configuração atual, ou seja, é do jeito é e está do jeito que está por relações complexas que se desenvolveram no passado, a relação ensino-aprendizagem se torna efetiva. A história deixa de ser o longínquo no espaço e no tempo e passa a ser o próximo, onde o abismo entre os sujeitos e os processos históricos é diminuído. E o professor, enquanto, parte fundamental desse processo de desenvolvimento (não no sentido de criação, é bom que se lembre, mas no sentido de aprimoramento) da chamada consciência histórica, torna-se sujeito não apenas da produção do conhecimento juntamente com alunos, porém sujeito histórico, que faz e que vive essa história.

⁵³ PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (Org.) *História na sala de aula*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 22.



Portanto, através de algumas reflexões sobre a historiografia mais atualizada, a conexão da educação e o ensino de história, a inserção de ambientes não escolares no processo de ensino-aprendizagem, a desconstrução da historiografia tradicional, a problematização dos espaços para além dos muros da escola, nos quais os alunos estão inseridos, o exercício do estranhamento e do distanciamento, buscando uma visão diferente daquela naturalizada e do papel do professor enquanto instigador na construção e levantamento de questões pôde-se apontar algumas maneiras de refletir sobre essa educação para além da sala de aula e as conexões entre os ambientes não escolares atrelados ao ensino de história, a construção de conhecimento histórico e ao desenvolvimento da consciência história.



Sociologia histórica: releituras e perspectivas

Historical Sociology: readings and perspectives

Patrícia Bosenbecker

Doutoranda em Sociologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

patricia.bosenbecker@ufrgs.br

Recebido: 21/10/2015

Aprovado: 09/08/2016

RESUMO:

O incremento de uma visão histórica possibilita que trabalhos na sociologia examinem questões e temas, de determinadas época, não apenas pela simples utilização de materiais históricos ou pelas generalizações empíricas, mas possibilitando uma sociologia com análises historicizadas. Por outro lado, as reflexões sociológicas assinalam possibilidades investigativas novas para historiadores, com avanços por um amplo escopo teórico social. A Sociologia Histórica enquanto abordagem pode contribuir com metodologias e aportes teóricos mais apropriados para os pesquisadores sócio-históricos, além de influenciar novas reflexões em ambas disciplinas. Este trabalho busca elencar possíveis perspectivas para a Sociologia Histórica, através da releitura da produção e do campo de atuação de três autores centrais desta abordagem, Theda Skocpol, Charles Tilly e William H. Sewell Jr.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia histórica, Teoria social, Metodologias.

ABSTRACT:

The development of a historical view enables work in sociology examine issues and themes, in certain time, not just with the simple use of historical materials or by empirical generalizations, but enabling a sociology with analyses of historical sense. On the other hand, the sociological reflections indicate new investigative possibilities for historians, with advances by a broad scope social theorist. The Historical Sociology while approach can contribute to the improvement of methods and theories used by researchers, in addition to influence new reflections in both disciplines. This paper lists possible perspectives for Historical Sociology, by re-reading the production and field three central authors of this approach, Theda Skocpol, Charles Tilly and William h. Sewell, Jr.

KEYWORDS: Historical Sociology, Social theory, Methodologies.

Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica e historiográfica da produção acadêmica e intelectual de alguns autores bastante atuantes na sociologia história. O objetivo é explorar as possibilidades apresentadas por este subcampo, ou abordagem, como tem sido tratada por grande parte dos autores, bem como demonstrar as perspectivas de análise e metodologias adotadas. Para realizarmos esta tarefa, selecionamos, de forma aleatória, três autores centrais da sociologia



histórica: Charles Tilly, Theda Skocpol e William H. Sewell Jr. O primeiro deles, Tilly, é talvez o autor de maior visibilidade dentre os três, com um campo de atuação extremamente amplo, consolidou sua trajetória acadêmica perpassando as disciplinas de sociologia, história, ciência política, entre outras, não só como um importante referencial teórico, mas também desenvolvendo arcabouços metodológicos relevantes. Skocpol é uma das principais autoras da sociologia histórica. Seu campo de atuação também é amplo e, atualmente, sua influência está no cenário político, na prática, uma vez que autora defende uma maior participação dos acadêmicos na sociedade, nas discussões das mais diversas esferas. Já Sewell Jr. tem um campo de atuação mais específico, como veremos, mas sua contribuição teórica tem sido fundamental no subcampo, especialmente para sua renovação. O autor tem maior repercussão nos Estados Unidos, e, em comparação com os outros autores aqui tratados, ainda é pouco conhecido no Brasil.

Primeiramente, trataremos do campo de atuação dos autores, bem como dos trabalhos desenvolvidos por eles, os tipos de pesquisas realizadas, tipo de fontes utilizadas, etc. Em um segundo momento, apresentaremos alguns dos conceitos centrais e metodologias utilizadas por eles. Neste sentido, frisaremos mais especificamente os aspectos que envolvem os conceitos de estrutura e agência. Por fim, apontamos algumas ideias dos autores sobre o subcampo da sociologia histórica, para mostrar as posições dos mesmos com relação ao futuro e às possibilidades ou restrições dentro do subcampo e do desenvolvimento das agendas dos sociólogos históricos.

Trajétórias: Theda Skocpol, Charles Tilly e William H. Sewell Jr.

Theda Skocpol¹ nasceu em Michigan, em 1947. Formou-se em sociologia na *Michigan State University*, em 1969. Fez mestrado e doutorado na *Harvard University*, concluindo seus estudos em 1975, tendo sido orientada por Barrington Moore Jr.² Até 1981, trabalhou como professora

¹ As referências profissionais e acadêmicas da autora foram obtidas a partir das páginas eletrônicas:

<http://www.gov.harvard.edu/people/faculty/theda-skocpol> [resumo da carreira da autora];

<http://www.gov.harvard.edu/files/resume/Skocpol%20CV%20Feb%202013.pdf> [*curriculum vitae* – atualizado em 2013].

² Barrington Moore Jr. (1913-2005), sociólogo político americano, professor da Universidade de Harvard desde 1948, onde lecionou para alunos como Theda Skocpol, Charles Tilly e Jeffrey Alexander. Seu primeiro trabalho *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* (1967 – ed. portuguesa [1966]) foi a pedra fundamental do que hoje se chama análise histórica comparada nas ciências sociais, a partir de uma sociogênese da democracia e dos regimes totalitários. Alguns de seus principais trabalhos avaliaram as violentas revoluções que deram origem as instituições democráticas. É autor de, entre outros títulos mais conhecidos no Brasil: *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta* (1987 [1978]), *Pureza Moral e perseguição em História* [2000] e *Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios* (1999 [1993]); *Reflexões sobre as causas da miséria humana* (1974 [1972]); *Poder Político e Teoria Social* (1972 [1958]).



assistente e associada na própria universidade de Harvard. Depois, já na *University of Chicago* lecionou e foi diretora de um centro para estudos de sociedades industriais. Voltou para Harvard em 1986, após acusar a universidade de recusar seu nome para a vaga de professora porque ela era mulher. Após avaliação de uma comissão interna da universidade, Skocpol teve sua reclamação reconhecida como legítima e acabou por se tornar a primeira socióloga professora de Harvard.

Skocpol tem uma intensa carreira acadêmica e ampla atuação. Desde 1998 é professora da cátedra *Victor S. Thomas Professor of Government and Sociology*, atuou como reitora da *Graduate School of Arts and Sciences* (Escola Superior de Artes e Ciências, 2005-2007) e foi diretora do *Center for American Political Studies* (Centro de Estudos Políticos Americanos, 2000-2006), também foi professora visitante em Amsterdam. Foi presidente da *American Political Science Association* (Associação americana de Ciência Política, 2002-03) e da *Social Science History Association* (Associação de Sociologia Histórica, 1996). Em 2007, recebeu o Prêmio Johan Skytte, um dos mais importantes da Ciência Política, oferecido pela Universidade de Uppsala, na Suécia, além de outras inúmeras premiações ao longo da carreira. Atuou no conselho editorial de várias revistas, entre elas: *American Political Science Review*, *Gender & Politics*, *Journal of Policy History*.

Suas obras também foram amplamente premiadas. Seu primeiro livro *Estados e Revoluções Sociais*, de 1979, foi traduzido para nove idiomas, incluindo uma edição em língua portuguesa, contudo, obras centrais continuam sem tradução no Brasil, como por exemplo: *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States* (1992), *Social Revolutions in the Modern World* (1994), *Democracy, Revolution, and History* (1998), e *Diminished Democracy: From Membership to Management in American Civic Life*³. Seu campo de atuação inclui história política comparada, processos de mudança social, especialmente através de revoluções sociais, mas principalmente se concentra na política social e no engajamento cívico na democracia americana, incluindo estudos sobre mudanças desde a década de 1960. Discuti ainda o papel das mudanças institucionais na construção da vida cívica. Porém, ficou conhecida internacionalmente como importante teórica da ciência política, após sua *State Autonomy Theory* (Teoria do Estado

³ Os livros da autora são: SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 1979.; SKOCPOL, Theda. *Estados e Revoluções Sociais: Uma análise comparativa entre França, Rússia e China*. Lisboa: Presença, 1985.; SKOCPOL, Theda. *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 1992.; SKOCPOL, Theda. *Social Revolutions in the Modern World*, Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1994.; SKOCPOL, Theda. *Democracy, Revolution, and History*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998. [Festschrift for Barrington Moore, Jr.]; SKOCPOL, Theda. *Diminished Democracy: From Membership to Management in American Civic Life*. Rothbaum Series. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 2003.



Autônomo), na qual trabalha a ideia de que as burocracias estatais poderiam ter certo potencial para operações autônomas, o que teria sido ignorado pelos estudiosos.

Em 2009, fundou a *Scholars Strategy Network (SSN)*, da qual é a atual diretora⁴, uma organização que incentiva o engajamento político e público de professores e estudantes de universidades. No *site* da SSN podemos encontrar os trabalhos mais recentes da autora, que focam nas políticas e estratégias do presidente Barak Obama, especialmente àquelas relativas à seguridade social, saúde e as reformas pretendidas por Obama e pelo engajamento cívico dos norte-americanos. Artigos acadêmicos e publicações em jornais e revistas acompanham a trajetória da autora no SSN, especialmente citam-se *New York Times*, *Los Angeles Times*, *The Daily Beast*, ou redes de televisão e seus portais de notícias: CNN; NBC, *Deutsche Welle*. Além de se apresentar para grupos comunitários e participar de blogs, como informado na própria página da organização. A atuação no SSN deu origem a três livros publicados entre 2010 e 2012 (quando se acentuaram as atividades), em parceria com integrantes do grupo: *Health Care Reform and American Politics: What Everyone Needs to Know*, e *The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism*⁵.

O segundo autor selecionado para ser discutido neste espaço é Charles Tilly, outro aluno de Harvard. A produção acadêmica de Tilly impressiona: mais de 50 livros e um número entre 600 e 700 artigos científicos, publicações em revistas e jornais, congressos e eventos.⁶ Nascido em Illinois, em 1929, Tilly formou-se em sociologia em Harvard e concluiu seu doutorado em 1958. Seu irmão, Richard, formou-se em história, assim como a sua esposa. Charles Tilly atuou como sociólogo, cientista social e historiador. Foi professor de Sociologia nas universidades de Delaware, Harvard, Toronto, Michigan, onde também lecionou história, e Columbia, tendo começado suas atividades em 1956. Ocupou o cargo de professor visitante em diferentes países, atuando por diversos anos na França, em especial, na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, na Holanda e na Suécia.

Tilly também participou de inúmeros centros de pesquisa: *Center for Research on Social Organization*; *Center for Western European Studies*; *Center for Research on Conflict Resolution*; *Center for*

⁴ Confira página eletrônica da organização: www.scholarsstrategynetwork.org. Também é possível obter um currículo atual de Theda Skocpol, bem como acessar seus trabalhos mais recentes: <http://www.scholarsstrategynetwork.org/scholar-profile/45>. Acesso em 03.01.2015.

⁵ SKOCPOL, Theda; JACOBS, Lawrence R. *Health Care Reform and American Politics: What Everyone Needs to Know*. Oxford University Press, 2010. SKOCPOL, Theda, WILLIAMSON, Vanessa. *The Tea Party Lives On - And Pulls Republicans to the Right*. SSN Key Findings, 2013.

⁶ As informações são oriundas de duas páginas eletrônicas: a primeira mantida pela Universidade do Texas em El Paso (<http://faculty.utep.edu/Default.aspx?tabid=69607>) e a segunda mantida pelo Social Science Research Council (<http://essays.ssrc.org/tilly/resources>). As duas páginas mantêm uma biografia e um currículo do autor datado de 2008: <http://faculty.utep.edu/Portals/1858/CV-Tilly-March-2008.pdf>



Studies of Social Change, entre outros concelhos e centros de pesquisa internacionais. Além disso, contribuiu em inúmeros programas de pesquisa e em associações renomadas, sendo membro da *National Academy of Sciences*, da *American Academy of Arts and Sciences*, da *American Philosophical Society*, da *Sociological Research Association* e da *Ordre des Palmes Academiques*. Foi editor e parecerista das principais revistas acadêmicas das ciências sociais e humanas, tais como *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *French Historical Studies*, *American Journal of Sociology*, entre outras.

O autor contribuiu significativamente para as discussões envolvendo metodologias de pesquisa no âmbito da história e da sociologia. Suas primeiras, e também principais obras, são da década de 1980, citamos especialmente as obras *As Sociology Meets History*, de 1981, e *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*, de 1985. Há, contudo, títulos mais recentes publicados em 2008, *Explaining Social Processes* e *Describing, Measuring, and Explaining Struggle*⁷. Estes dois títulos são as últimas obras publicadas oficialmente por Tilly, que faleceu em abril de 2008.

O autor se preocupou com temáticas relativas aos confrontos políticos, movimentos sociais, história do trabalho, formação do Estado, democracia, desigualdades e revoluções. Além destes temas, Tilly elaborou algumas pesquisas sobre sociologia urbana. Entre suas principais obras estão: *The Vendée: A Sociological Analysis of the Counter-revolution of 1793* (1964); *From Mobilization to Revolution* (1978); *European Revolutions, 1492–1992* (1993); *Contention & Democracy in Europe, 1650–2000* (2004); *Social Movements, 1768–2004* (2004); *Regimes and Repertoires* (2006); *Democracy* (2007). Contudo, poucas obras foram publicadas em português: ressaltam-se: *Democracia* (2013) e *Coerção, capital e estados europeus* (1996), além de alguns artigos disponíveis em português, publicados nas revistas brasileiras.⁸

O campo de atuação de Tilly foi também extremamente vasto e dinâmico. O autor atuou sensivelmente para o desenvolvimento da sociologia histórica, trabalhando com metodologias quantitativas na análise histórica, na catalogação de eventos e de modos de pesquisa para redes sociais. Tilly desenvolveu um mecanismo de análise, que originou uma *Teoria do Processo Político ou do Confronto Político*. Neste sentido, ele buscou explicar “o surgimento e o desenrolar de

⁷ Os livros do autor aqui citados são: TILLY, Charles. *As Sociology Meets History*. New York: Academic Press, 1981.; TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1985.; TILLY, Charles. *Explaining Social Processes*. Boulder: Paradigm Publishers, 2008; TILLY, Charles. *Describing, Measuring, and Explaining Struggle*. In: *Qualitative Sociology* Vol. 31, nº 1, 2008.

⁸ As publicações de Tilly citadas neste parágrafo são: TILLY, Charles. *The Vendée*. Cambridge: Harvard University Press; London: Edward Arnold, 1964; TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1978; TILLY, Charles. *European Revolutions, 1492–1992*. Oxford: Basil Blackwell, 1993; TILLY, Charles. *Contention and Democracy in Europe, 1650–2000*. Cambridge: Cambridge University Press; 200.; TILLY, Charles. *Social Movements, 1768–2004*. Boulder: Paradigm Publishers, 2004; TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006; TILLY, Charles. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007; TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013; TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: ed. Edusp, 1996.



mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, ou da *estrutura de oportunidades e ameaças políticas*, principalmente as relações de força entre as autoridades – grupos ocupando cargos no Estado –, e os desafiantes – que se encontram do lado de fora”⁹. O autor ainda utilizou uma metodologia de pesquisa própria que chamou de *política contenciosa*¹⁰.

Ao trabalhar com os movimentos sociais, Tilly discutiu o papel das ações coletivas e procurou perceber o impacto das transformações nas estruturas sociais. O autor destacou as interações e conexões entre os membros dos grupos como fatores centrais para a ação coletiva. Os trabalhos de Tilly sobre movimentos sociais foram, parafraseando Ângela Alonso, um divisor de águas nesta temática, pois ele focalizou “fatores eminentemente políticos na compreensão do processo de mobilização coletiva”¹¹. Nestas pesquisas, Tilly utilizou dados quantitativos, e acervos variados que incluíram jornais em números bastante significativos. Pesquisando conflitos na Grã-Bretanha, Tilly montou um banco de dados com mais de oito mil casos, selecionados entre dez jornais britânicos que perpassam o século XVIII e XIX.

Além disso, utilizou como método a análise histórica comparativa para tratar de ações coletivas e trabalhou a partir de uma ideia de compreensão histórico-processual para avaliar trajetórias de democratização.¹² Tilly tratou de trajetórias de estados democráticos¹³ em períodos de longa duração e de natureza contingente, nos quais alguns mecanismos e processos combinados e sequenciais acabaram produzindo resultados democráticos variados. Esta nova visão dos processos democráticos implicou novos enfoques teóricos e explicações de outro alcance. Nesse sentido, podemos obter algumas discussões metodológicas sobre explicações causais e análises sócio-históricas em dois livros: *Reasons why* e *Trust and rule*¹⁴.

Já terceiro e último autor selecionado para ser tratado neste artigo é William H. Sewell Jr.¹⁵. Nascido em Oklahoma, em 1940, é professor da cátedra *Frank P. Hixon Distinguished Service*

⁹ ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia e antropologia*, v.02, n° 03, p. 21 – 41, 2012, p. 21.

¹⁰ ALONSO, Angela e GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Charles Tilly. *Tempo Social, (USP)*, v. 16, n. 2. p. 289-297, 2004.

¹¹ ALONSO. Repertório, segundo Charles Tilly, p. 21.

¹² ROSAS, António. *Mecanismos, Processos e Democracias*: a sociologia histórica de Charles Tilly e a história breve mas turbulenta de um lago. In: *História – Revista da Faculdade de Letras*. Porto, III Série, v. 8; p. 481-496, 2007, p. 492.

¹³ Não é nosso interesse neste trabalho tratar de forma aprofundada sobre a importante contribuição teórica de Tilly para os estudos de democracias, contudo uma discussão sobre esta teoria e sua aplicação pode ser vista de forma detalhada em ROSAS, António. *Mecanismos, Processos e Democracias*.

¹⁴ TILLY, Charles. *Trust and Rule*. Cambridge: Cambridge University Press; 2005.; *Reasons Why, Sociological Theory* 22: 445-454, 2004.

¹⁵ Sewell Jr. é filho de William Hamilton Sewell (1909 - 2001) também sociólogo, chanceler da Universidade de Wisconsin-Madison entre 1967-1968, onde lecionava desde 1946, trabalhando com pesquisas envolvendo temáticas da educação, da desigualdade e da pesquisa empírica na sociologia. Em 1971, Sewell (pai) ocupou o cargo de presidente da *American Sociological Association*.



*Professor Emeritus of History and Political Science, na University of Chicago*¹⁶. O mais jovem autor aqui tratado tem sua formação em história e fez importantes contribuições para a teoria social e metodologia de pesquisa sócio-histórica. Sua área de atuação é o trabalho moderno, ao qual se restringe às pesquisas na França, desenvolvendo aspectos da história política, cultural e social, com influente produção no campo da teoria social. Tilly também apresenta trabalhos que tem como corpo empírico a nação francesa, contudo seu escopo é mais amplo, ligado a vários países europeus. Skocpol também trabalha com vários países, embora seu foco atual de pesquisa seja os Estados Unidos, a autora já trabalhou com dados empíricos sobre Rússia e China.

Sewell Jr. possui graduação, mestrado e doutorado em História, este último concluído em 1971, na *University of California, Berkeley*. Trabalhou como professor de história na *University of Chicago* até 1975, retornando em 1990. Passou também por faculdades no Arizona e em Michigan. Esteve ainda em Saint-Denis, na França, como professor visitante. Participou como membro de algumas organizações como o *National Humanities Center* e do *Canadian Institute for Advanced Research*. Foi vice-presidente e presidente da *Social Science History Association*, em 2010-11.

Entre as principais obras do autor estão *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*, premiado como melhor livro na área de teoria sociológica, pela associação americana de sociologia. Este livro conta com uma tradução italiana e outra chinesa prevista. Outras duas obras centrais para Sewell Jr. são *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848* (1980), trabalho premiado pela associação americana de história, com tradução para o francês, italiano e espanhol, e *Structure and Mobility: The Men and Women of Marseille, 1820-1870*¹⁷. O seu mais importante artigo, *A Theory of Structure*, de 1992, ganhou tradução para o espanhol em 2006¹⁸. Contudo, até a publicação deste texto, não encontramos nenhum trabalho de Sewell publicado em português, embora seja um autor com recente destaque no cenário internacional, com importantes contribuições para a sociologia histórica e para a teoria social.

¹⁶ As informações principais aqui reunidas foram encontradas na página do professor Sewell Jr., no departamento de história, da Universidade de Chicago: <https://history.uchicago.edu/directory/william-h-sewell-jr>, além de seu currículo: <http://political-science.uchicago.edu/people/faculty/Sewell%20CV.pdf>

¹⁷ Os títulos aqui tratados são: SEWELL, William H. Jr. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.; SEWELL, H. Jr. *Structure and Mobility: The Men and Women of Marseille, 1820-1870*. Cambridge University Press, 1985.; SEWELL, William H. Jr. *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

¹⁸ As duas versões aqui mencionadas são: SEWELL, William H. Jr. "A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation," In: *American Journal of Sociology*, nº 98, 1992, p. 1-29, e SEWELL, William H. Jr. Uma teoria de estrutura: Dualidad, Agencia y transformación. *Arxius de ciències Socials* (València/Espanha), nº 14, 2006, p. 145-176. O mesmo texto está reeditado como capítulo 4 do livro *Logic of History*, inclusive com o mesmo título. Usamos neste artigo, a versão de 1992.



De certa feita, a carência de tradução dos trabalhos desses e de outros autores da sociologia histórica limita em parte a abrangência dos autores no Brasil, especialmente, pela dificuldade dos alunos conseguirem ler os textos em inglês ou adquirirem as publicações, embora o acesso aos artigos publicados em periódicos seja possível para estudantes pelos portais das universidades ou da própria CAPES, por exemplo. A carência de traduções é recorrente em várias áreas e para produção existente em vários países.

Estrutura e agência em perspectiva sócio-histórica

Uma das obras principais de Theda Skocpol é *Estados e Revoluções Sociais*¹⁹, que trata de uma análise comparativa macro-histórica. A autora recorre ao método comparativo, amparada na fundamentação histórica e busca produzir generalizações. Uma de suas marcas profissionais está na ênfase de que uma boa teoria resulta da análise histórica concreta e não pode ser obtida através da constituição de ideias gerais.²⁰

O principal método utilizado por Skocpol é a análise de concordância e diferença, orientada pelo método comparativo de John Stuart Mill. Basicamente, uma primeira tentativa comparativa ocorre pelo método da concordância, onde se comparam dois casos que compreendem o fenômeno investigado, ou seja, procura-se “casos positivos”. Para provar que a causa existe não basta somente a ocorrência das mesmas variáveis nos casos. Assim, passa-se para o método da diferença, quando outros casos são incorporados à análise, sendo que nestes novos casos o objeto de investigação não está presente, ou seja, são “casos negativos”. Se as variáveis investigadas não se evidenciem nestes últimos, está isolado o fator causal.²¹

O escopo central de *Estados e Revoluções Sociais*²² é uma análise através da história de França, China e Rússia, e de suas principais revoluções, para elaborar uma comparação, testar hipóteses explicativas e causais de acontecimentos, ou mais especialmente, das estruturas que marcam os Estados. O conceito de revolução social adotado por Skocpol “pressupõe transformações rápidas e radicais das estruturas de classe e de estado de uma dada sociedade”²³. É neste sentido que Skocpol persegue a mudança social, ou seja, no interior das estruturas das

¹⁹ SKOCPOL. *Estados e Revoluções Sociais*.

²⁰ GONÇALVES. Margareth de Almeida. *O desafio da sociologia histórica: uma análise comparativa entre Barrington Moore e Theda Skocpol*. In: Revista *Universidade Rural, Sér.* Ciências Humanas. V. 17, nº 1/2, pp. 69-85, 1995, p. 77.

²¹ MULHALL, Terry; MORAIS, Jorge Ventura de. “Mapeando o Reino” da sociologia histórica: Reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol. In: *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. n. 45, 25-50, 1º semestre de 1998.

²² SKOCPOL. *Estados e Revoluções Sociais*.

²³ GONÇALVES. *O desafio da sociologia histórica*, p. 77.



nações, dos estados, das classes, etc. Desta forma, a autora “adota para a análise das revoluções sociais uma perspectiva estrutural não voluntarista, dando relevância a variáveis exógenas, o contexto internacional, o peso das relações transnacionais, vinculados à expansão econômica do capitalismo”²⁴.

No interior da mesma perspectiva, o Estado pode ser percebido como ator social, com certa autonomia, que persegue seus interesses, e não pode ser considerado apenas como uma expressão das classes dominantes. Desta forma, destacam-se o papel das forças políticas, das classes que formam as nações e as relações entre os Estados. No que tange às revoluções que ocorrem dentro do Estado-nação, Skocpol analisa os conflitos a partir de três componentes, que devem passar pelos Estados, objetos da pesquisa, sendo a crise política, a pressão externa e o campesinato. A sua teoria das revoluções pressupõe a presença dos três fatos causais em cada Estado.

Um dos principais críticos do livro é Michael Burawoy²⁵, que ataca mais especificamente a teoria de revoluções sociais da autora, alegando que há uma orientação generalista indutiva na análise. Esta indução usada como método estaria no lugar de uma teoria. Talvez a crítica de Burawoy esteja mais focalizada ao uso do método indutivo, ao qual alega ser uma falsa objetividade, por não oferecer soluções para o tratamento empírico. Contudo, a tentativa de Skocpol é justamente usar a *sociologia histórico comparativa* para mostrar que a produção de conhecimento se dá no empírico, como forma de afirmar a teoria.²⁶ Já a principal crítica de Mulhall e Moraes²⁷ à teoria e método de Skocpol se situa na causalidade que estaria limitada a poucas variáveis (para os autores Skocpol tentou explicar determinados eventos históricos, ou seja, as revoluções, a partir de duas causas centrais: a crise de governo e as rebeliões populares).

Como podemos perceber, a partir desta obra de Theda Skocpol, as organizações são os focos centrais para a autora, sejam estados ou classes sociais, por exemplo. Seus conceitos centrais se aplicam em dimensões macro existentes na sociedade e profundamente vinculados aos aspectos estruturais. A seguir, optamos por mostrar um autor que também possui grande expressão na sociologia histórica, com ampla produção e influência nas duas disciplinas. Mas mesmo com uma produção mais diversificada, Charles Tilly parece também ter conceitos especialmente demarcados pelas suas próprias dinâmicas metodológicas e linhas de pesquisa.

²⁴ _____. O desafio da sociologia histórica. p. 77.

²⁵ BURAWOY, M. Two methods in search of science. Skocpol versus Trotsky. *Theory and Society*, n, 18, 1989, p. 759-805.

²⁶ _____. O desafio da sociologia histórica. p. 79.

²⁷ MULHALL; MORAIS. Mapeando o reino.



Tilly esteve primeiramente preocupado com as dimensões políticas das mobilizações coletivas. A influência que Tilly recebeu dos *Annales* colaborou para incluir o escopo da análise dos processos culturais, bem como a alternativa oferecida pelos estudos de longa duração. Contudo, conforme pontua Alonso enquanto os pesquisadores franceses centravam seus estudos nas mentalidades e nas maneiras de pensar e viver de determinadas épocas, Tilly se preocupava com as formas políticas de agir. Neste momento, surge a noção de repertório das ações coletivas, um conceito que:

[...] ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário.²⁸

Já na década de 1990, trabalhos críticos sobre a teoria de Tilly ecoaram especialmente dos estudiosos dos *Novos Movimentos Sociais*. Tilly estaria deixando de lado os aspectos simbólicos das mobilizações sociais e trabalhando com dinâmicas culturais sem se apropriar de definições específicas de uma teoria cultural em sua produção. Com a revisão dos repertórios de ação coletiva, surge o “repertório de confronto”. Tilly, então, partia para as formas de ação compartilhadas, no escopo de uma sociologia política, deixando de fora valores, crenças e formas de pensar. Conforme Alonso²⁹, Tilly incluiu mais arranjos sociais, acordos compartilhados, entre outros termos que fizeram seu trabalho perder um pouco do caráter estruturalista da década anterior. Por outro lado, a agência, ou capacidade de escolha dos indivíduos, aparece com mais força e a ação ganha novos sentidos. O interacionismo simbólico dava a Tilly uma importante contribuição.

Ainda nos anos 1990, Tilly retomou o tema da mudança, especialmente a partir da discussão entre inovação e difusão de repertórios. Como pano de fundo, o autor avaliou a ligação entre estrutura e agência, pontuando-as como relacionais, ou seja, a estrutura limita a capacidade de inovação dos atores, contudo, os atores tendem a inovar para romper “antigas” maneiras. As mudanças se explicavam estruturalmente a partir de uma perspectiva histórica. Com os avanços das pesquisas de Tilly para o século XIX, o autor se deparou com os Estados nacionais, como importante mudança de repertório. Assim, ele buscou conectar mudanças estruturais e mudanças culturais, entretanto, recebeu críticas, pois cultura aparecia como prática, não relaciona a aspectos cognitivos, afetivos ou simbólicos.³⁰

²⁸ ALONSO. Repertório, segundo Charles Tilly, p. 22.

²⁹ _____. Repertório, segundo Charles Tilly, p. 25.

³⁰ ALONSO. Repertório, segundo Charles Tilly, p. 27.



Na terceira e última fase do escritor, conforme avaliação de Alonso, Tilly abriu mais espaço para a agência na análise das interações conflituosas, especialmente, após as críticas de abordagens culturais a sua tentativa de abordagem mais cultural da mobilização política. Assim, acabou por assumir os aspectos mais estruturalistas de seu trabalho anterior, passando para uma espécie de realismo relacional. Assim, partiu para analisar o uso do repertório em conflitos políticos, focando na forma pela qual os agentes lidam com suas performances.

Já abatido por problemas de saúde, Tilly buscou consolidar seus escritos em livros como *Identities, boundaries & social ties* (2005), *Repertoires and regime* (2006) e *Contentious performance* (2008)³¹. Ao consolidar seu conceito de repertório, Tilly mostrou que os atores podiam modificar as performances previstas no repertório, através de improviso e inovação. Conforme Alonso: “A transferência de repertórios é, então, processo relacional e disputado (pelos agentes em interações conflituosas), histórica e culturalmente enraizado (o peso da tradição) e condicionado pelo ambiente político nacional (as estruturas de oportunidade)”³².

Os dois autores até aqui mostrados são amplamente reconhecidos e consolidados na sociologia e na história. Skocpol e Tilly marcam seus campos de atuação com conceitos delimitados ao longo de décadas de trabalho a partir de temáticas amplas focadas em temas de grande visibilidade em ambas as disciplinas, como Estados nacionais, democracia e revoluções sociais. Um contraponto pode ser feito com William H. Sewell Jr., autor que possui uma produção menor em comparação com os anteriores e mais focalizada nas temáticas do trabalho, especialmente desenvolvida em torno da teoria social. No que tange as posições de Sewell Jr. sobre estrutura e ação, tomamos o seu texto *A Theory of Structure*³³ e um artigo de autoria de Dylan Riley³⁴, que faz uma crítica ao livro *Logic of History*.

No texto de Sewell Jr., o autor desenvolve uma teoria da estrutura que busca superar alguns pontos deficitários que ele mesmo considera no escopo das formas de utilização do conceito de estrutura, bem como, na criação desta teoria, além disso, ele procura reconhecer a agência dos atores sociais e construir a possibilidade de mudança dentro do conceito de

³¹ TILLY, Charles. *Identities, Boundaries, and Social Ties*. Boulder: Paradigm Publishers, 2005. TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006. TILLY, Charles. *Contentious Performances*. Cambridge University Press, 2008.

³² _____. Repertório, segundo Charles Tilly, p. 31.

³³ SEWELL. A theory of structure.

³⁴ Utilizamos aqui: RILEY, Dylan. The historical Logic of Logics of History. Language and Labor in William H. Sewell Jr. In: *Social Science History*, v. 32, n° 4, 2008, pp. 555-565. Riley é professor de sociologia, da Universidade da Califórnia – Berkeley. Trabalha com sociologia política, teoria social e sociologia histórica comparativa, em especial, seu campo de trabalho se relaciona com temáticas sobre democracias, totalitarismos e fascismo. Confira: <http://sociology.berkeley.edu/faculty/dylan-john-riley>.



estrutura³⁵ e superar a divisão entre as visões semióticas e materialistas da estrutura. Sewell Jr. se propõe a avaliar criticamente primeiramente as formulações produzidas por Anthony Giddens, a partir da “dualidade da estrutura”, e por Pierre Bourdieu, sobre *habitus*, para formar uma teoria mais adequada.

O texto começa mostrando claramente sua relação com a linguagem e, assim, com noções mais estruturalistas. Estrutura estaria operando no discurso das ciências sociais como um mecanismo capaz de identificar uma realidade social complexa como explicação de uma totalidade. Conforme pode ser notado nesta frase:

O termo estrutura dá força ao que designa. Estrutura, em seu sentido nominativo, implica sempre estrutura em seu sentido transitivo verbal. Qualquer aspecto da vida social que designamos como estrutura é posto como ‘estruturando’ a existência de algum outro aspecto da vida social [...].³⁶

A partir de então, Sewell Jr. passa a detalhar alguns problemas que ele observa com relação ao conceito de estrutura, que a seu ver não era um conceito preciso e sim uma metáfora. O primeiro problema avaliado era um determinismo causal demasiado da vida social dos argumentos estruturais. Assim, as características da existência social são tidas como rígidas e imutáveis, quando não os processos sociais são vistos como secundários e superficiais. Por este modelo, a estrutura é impermeável à ação humana. O segundo problema, era de que, segundo a visão estabelecida no primeiro problema, a estrutura é estável e, dessa forma isenta de mudança. O último problema estaria relacionado ao caráter contraditório dos sentidos existentes no discurso científico social para a terminação estrutura, especialmente nas interpretações centrais da sociologia e da antropologia.

Depois de uma longa discussão sobre a perspectiva da dualidade da estrutura de Giddens e do *habitus* de Bourdieu, Sewell Jr. começa a desenhar a sua posição, mostrando porque a mudança estrutural é possível³⁷. Para o autor, o conceito de estrutura é crucial para teorizar a mudança social. Contudo, o autor aponta que é quase impossível que a mudança possa existir no

³⁵ Sewell Jr. critica a postura de Bourdieu por ele não conseguir explicar a mudança como decorrência do funcionamento das estruturas. Contudo, Riley alega que Sewell cai na mesma objeção da própria crítica enquanto mantém sua teoria dentro de uma lógica da linguagem. (Veja mais detalhes em: RILEY. *The historical Logic of Logics of History*, p. 564.)

³⁶ SEWELL. *A theory of structure*, p. 2. Tradução livre, parágrafo original: “The term structure empowers what it designates. Structure, in its nominative sense, always implies structure in its transitive verbal sense. Whatever aspect of social life we designate as structure is posited as “structuring” some other aspect of social existence-whether it is class that structures politics, gender that structures employment opportunities, rhetorical conventions that structure texts or utterances, or modes of production that structure social formations.”

³⁷ SEWELL. *A theory of structure*, p. 16 e seguintes.



interior do funcionamento das estruturas, o que só poderia ocorrer com a adoção de concepções mais plurais, contingentes e fraturadas da sociedade e da própria estrutura.

Nesse sentido, apresenta o que chama de um vocabulário conceitual apropriado para mostrar como as operações ordinárias das estruturas podem gerar transformações, contando com cinco (5) axiomas chaves. O primeiro deles trata da *multiplicidade das estruturas* (1), ou seja, ideia de que as sociedades se baseiam em práticas que provém de estruturas distintas, existentes em níveis diferentes, e que operam também de forma diferente e que se baseiam, por sua vez, em recursos variados quando ao tipo e a quantidade. Depois, o autor fala da *transposição dos esquemas* (2). Os esquemas são obtidos pelos atores sociais através de amplo conjunto de circunstâncias, e tratam de procedimentos generalizados ou transferíveis aplicados à representação da vida social. Estes esquemas, para o autor, são aplicados a diversos e variados casos seja nos contextos nos quais foram gerados ou não.

A *imprevisibilidade da acumulação dos recursos* (3) é outra característica. Os recursos como consequência da representação de esquemas culturais não são previsíveis. Por outro lado, os esquemas são diferencialmente válidos quando postos em ação, ao mesmo tempo em que estão potencialmente sujeitos à modificação. Já a *multiplicidade de significados (ou polissemia) dos recursos* (4) deve ser considerada uma vez que os recursos encarnam esquemas culturais e, assim como, textos ou outras representações, o seu significado nunca é completamente inequívoco. Por fim, o autor trata da *interação das estruturas* (5), que tomariam lugar tanto na dimensão dos esquemas quanto dos recursos. Assim, ele define o seu ponto de vista sobre a estrutura:

As estruturas, então, são conjuntos de esquemas e recursos mutuamente sustentados que outorgam poder e constroem a ação social e que tendem a ser reproduzidos por dita ação social. Mas sua reprodução nunca é automática. As estruturas estão em risco, ao menos de alguma magnitude, em todos os encontros sociais que formam – porque as estruturas são múltiplas e se cruzam, porque os esquemas são transponíveis e porque os recursos são polissêmicos e se acumulam imprevisivelmente. Colocando a relação entre recursos e esquemas culturais no centro de um conceito de estrutura, se faz possível mostrar como a mudança social, ao menos que a estase social, pode ser gerada pela representação de estruturas na vida social.³⁸

³⁸ SEWELL. A theory of structure, p. 19. Tradução livre para: “Structures, then, are sets of mutually sustaining schemas and resources that empower and constrain social action and that tend to be reproduced by that social action. But their reproduction is never automatic. Structures are at risk, at least to some extent, in all of the social encounters they shape-because structures are multiple and intersecting, because schemas are transposable, and because resources are polysemic and accumulate unpredictably. Placing the relationship between resources and cultural schemas at the center of a concept of structure makes it possible to show how social change, no less than social stasis, can be generated by the enactment of structures in social life.”



Nos quatro primeiros aspectos citados acima, Sewell Jr. está claramente embebido pelas delimitações e especificações conceituais da linguagem. No último, que o autor constrói a partir de um contraponto entre as estruturas da sociedade capitalista e da organização do trabalho, fica latente a influência da teoria do trabalho em sua carreira. Este trânsito construído por Sewell Jr. entre uma teoria da linguagem e do trabalho é o ponto de partida para a crítica de Dylan Riley (2008) ao livro *Logic of history*, que engloba a produção de Sewell Jr, mostrando sua preocupação com uma teoria da mudança histórica, baseada na combinação de duas práticas humanas: linguagem e trabalho, e como elas também contribuem para as mudanças estruturais.

O próprio Riley dividi o trabalho de Sewell Jr. em 3 períodos:³⁹ no período que ele chama de primeira onda cultural, Sewell delimitou que o trabalho e a linguagem co-determinavam a mudança histórica. No próximo período, da grande virada cultural, as lógicas da linguagem se tornaram dominantes, e, no período que ele determina de virada pós-cultural, a lógica do trabalho retornou para o uma posição central. Riley acredita que há uma tensão nas questões propostas no trabalho de Sewell. Em parte, essa tensão pode estar originada na forma pela qual o livro foi escrito, uma vez que o mesmo foi construído ao longo de 17 anos, tendo suas principais questões sido gestadas entre 1992 (data do artigo sobre teorias da estrutura) e 2000.

Riley (2008) ainda trata mais propriamente dos pontos centrais de Sewell Jr., especialmente, considerados no capítulo *A Theory of structure*, que repetimos é o mesmo publicado sob forma de artigo. Tratando da perspectiva criada pelo autor relativa às mudanças e estruturas, Riley alega:

Além disso, como uma teoria geral da mudança estrutural, o argumento de transposição está aberto a sérias objeções, porque não pode explicar adequadamente uma condição fundamental para a possibilidade de eventos: os novos conteúdos para os quais esquemas culturais existentes podem ser aplicados. Os novos conteúdos devem ser explicados em termos de prática humana, não estipulado como universais.⁴⁰

Estas questões somente seriam resolvidas na terceira parte do trabalho de Sewell Jr, que está mais desenvolvida nos capítulos finais do livro, na qual Sewell Jr. “desloca o conceito de

³⁹ RILEY. The historical logic of logics of history, p. 555-556. Os três períodos conforme propostos originalmente por Riley são: “The Early Cultural Turn”, “The High Cultural Turn” e “The Postcultural Turn”.

⁴⁰ _____. The historical logic of logics of history, p. 563. Tradução livre para: “Further, as a general theory of structural change, the transposition argument is open to serious objections, because it cannot adequately account for one fundamental condition of the possibility of events: the new contents to which existing cultural schemas can be applied. These new contents must be explained in terms of human practice, not stipulated as universals.”.



transposição através de estruturas de seu papel explicativo central e introduz a noção da relação repleta de tensão entre a lógica da linguagem e da lógica do trabalho”⁴¹.

Outra crítica é relativa à *multiplicidade de estruturas* proposta por Sewell, que, na perspectiva de Riley, não consegue explicar porque ocorre o surgimento de novos conteúdos ou situações objetivas para que os agentes o apliquem em esquemas culturais pré-existent (da mesma forma que Bourdieu também não teria conseguido chegar a esta publicação). Para Riley, estas questões somente se resolveriam com a reconceitualização de estrutura na própria obra de Sewell, na qual estrutura não seriam mais esquemas e recursos, mas a inter-relação dialética de diferentes formas de prática humana com temporalidades contrastantes. Assim, Sewell Jr. construiu uma dinâmica da estrutura, que deveria ser elaborada de forma sistemática e posta a serviço de uma teoria dos eventos.⁴²

Por outro lado, Sewell Jr. elabora um conceito particular de agência, como constituinte da estrutura, para ele:

Ser agente significa ser capaz de exercer certo grau de controle sobre as relações sociais onde nos encontramos imersos, o qual implica, então, a habilidade de transformar em certo grau essas relações sociais. Como eu o vejo, os agentes estão dotados, pelas estruturas, de poder para atuar com ou contra outros, tem conhecimento dos esquemas que contém a vida social e também acesso em alguma medida aos recursos, tanto humanos como não humanos.⁴³

Assim, a agência surge do conhecimento que os agentes possuem dos esquemas e da forma pela qual estão habilitados para os aplicar em novos contextos. Nesse sentido, a agência supõe a existência de estruturas. Embora, a agência seja inerente a todas as pessoas, ela opera e se difunde de maneiras diferentes e variadas, estando também delimitadas por variações culturais e históricas. Por outro lado, também difere nos sentidos de uniformidade entre seres humanos e em extensão entre e dentro das sociedades. Isso significa que a ocupação de diferentes posições sociais oferece a possibilidade de conhecer diferentes esquemas e ter acesso a diferentes tipos de recursos e, por sua vez, recorrer a diferentes possibilidades de recursos. Mas isto não significa que pessoas em posições análogas possam ter o mesmo tipo de alcance na agência, pelo contrário,

⁴¹ RILEY. The historical logic of logics of history, p. 563. Tradução livre do trecho: “In this body of work Sewell displaces the concept of transposition across structures from its central explanatory role and introduces the notion of the tension-filled relationship between the logic of language and the logic of labor.”

⁴² Conforme a opinião de RILEY. The historical logic of logics of history, p. 563-564.

⁴³ SEWELL. A theory of structure, p. 20. Tradução livre do parágrafo: “To be an agent means to be capable of exerting some degree of control over the social relations in which one is enmeshed, which in turn implies the ability to transform those social relations to some degree. As I see it, agents are empowered to act with and against others by structures: they have knowledge of the schemas that inform social life and have access to some measure of human and nonhuman resources.”



Sewell Jr. mostra através de alguns exemplos que pessoas que ocupam cargos semelhantes, como o proprietário de uma galeria em S. Louis e outro, em Los Angeles, não necessariamente podem ter uma forma de agência com o mesmo sentido ou alcance, pois as estruturas e agências que possuem estão carregadas de diferenças de poder.

Sewell Jr., por fim, trata da agência enquanto coletiva ou individual. Ele reconhece que a agência sempre foi mais tratada como sendo social ou coletiva, contudo procura mostrar que os esquemas e a remobilização de recursos que constituem a agência sempre são atos de comunicação com os outros. Agência, para o autor, implica a habilidade para coordenar as ações das pessoas, para fazer projetos coletivos, contudo, por outro lado, o alcance do exercício da agência tende a depender das posições que cada um ocupa nas organizações coletivas. Assim, “o exercício da agência pelas pessoas é coletiva tanto em suas fontes como em seus modos de exercita-las. A agência pessoal está, portanto, carregada de diferenças de poder produzidas coletivamente e implicadas em lutas e resistências igualmente coletivas”⁴⁴.

A crítica Riley recai sobre os novos contextos gerados a partir das tentativas proporcionadas pelos agentes que tentavam aplicar suas ações, a partir do conhecimento que adquiriam dos esquemas existentes na sociedade. Esses “novos contextos” para Riley, conteúdos a que as categorias transpostas são aplicadas para Sewell, não foram explicadas em sua totalidade. Sewell Jr. tentou resolver tal situação ao delinear uma *multiplicidade de estruturas*, que seria uma condição universal nas sociedades. Contudo, dessa forma acabou por enfraquecer um de seus pontos centrais, quando alegou que os eventos seriam raros.⁴⁵

Sewell Jr. reconhece, no fim do texto, que seu conceito de estrutura é bastante geral. O premiado artigo e também o livro, lançado mais de uma década após, marcam novos aspectos conceituais não somente na sociologia, mas principalmente na história. A ideia do autor de discutir conceitos-chaves a partir de uma teoria sociológica, com ampla influência na história é bastante positiva.

Perspectivas para a sociologia histórica

No tópico anterior, tratamos dos principais aspectos conceituais dos autores aqui analisados, ressaltando as mais recentes contribuições realizadas especialmente por William H. Sewell Jr. Neste tópico pretendemos tratar das concepções sobre o próprio subcampo da

⁴⁴ SEWELL. A theory of structure, p. 21. Tradução livre do trecho: “But the agency exercised by persons is collective in both its sources and its mode of exercise. Personal agency is, therefore, laden with collectively produced differences of power and implicated in collective struggles and resistances.”

⁴⁵ Riley enfoca o efeito contraditório que existiria entre eventos serem raros e as estruturas serem múltiplas, veja a discussão em RILEY. The historical logic of logics of history, p. 562-563.



sociologia histórica, bem como mostrar possíveis temáticas para futuras explicações e para a própria consolidação da sociologia histórica como abordagem tanto para historiadores quanto para sociólogos. Desta forma, trataremos mais especificamente de dois nomes que ao longo das últimas décadas descreveram os avanços e as fronteiras do subcampo: Theda Skocpol e Charles Tilly.

Tilly possui grande importância quando o tema é a relação entre história e sociologia. No subcampo da sociologia histórica teorizou sobre o caráter das explicações nas ciências sociais, defendendo a pesquisa de mecanismos de amplo escopo e processos de longa duração, por meio da comparação histórica, repelindo sempre as teorias universalistas, descoladas da pesquisa empírica.⁴⁶

Por um lado, Tilly recebeu três importantes influências sobre o trato com pesquisas históricas oriundos dos seus próprios professores: Pitirim Sorokin, que utilizou grandes cenas históricas como matéria-prima para o estudo de estágios sócio-culturais; George Homans, que alternou entre estudos de interação social contemporânea e análises históricas quantitativas com tópicos como a vida em vilas medievais; Barrington Moore Jr. que tratou da história comparativa para responder questões relativas aos processos políticos relacionados, e, claro, as origens sociais da ditadura e da democracia. A partir dos três professores, ele observa que a relação entre história e sociologia perpassava pela utilização dos métodos de sínteses de época, etnografia retrospectiva e comparação crítica.⁴⁷ Por outro lado, Tilly foi um leitor dos clássicos, com forte influência de Weber, por exemplo, e assim, de pesquisas relacionadas às abordagens históricas.

Em artigo de 1988, intitulado *Future history*⁴⁸, Tilly falou sobre o futuro da história, a partir da relação entre história e sociologia. Primeiramente discutindo o nascimento da sociologia, e as preocupações de seus primeiros autores, tais como Conte e Durkheim, envolvidos com temas de cunho histórico. Logo após, o autor discutiu o papel de autores americanos como Moore Jr. e Bendix, no contexto da relação história e sociologia, nos Estados Unidos pós-guerra. Durante a década de 1960, ainda no contexto norte-americano, Tilly mostrou o que chama de um ressurgimento do pensamento histórico e da pesquisa histórica na sociologia. Contudo, ponderou

⁴⁶ ALONSO; GUIMARÃES. Entrevista, p. 290.

⁴⁷ TILLY, Charles. History of and in Sociology. In: *Am Soc*, v 38, pp. 326–329, 2007, p. 326-327. Para Tilly, as sínteses de época dependem de fortes teorias sobre o que impulsiona a mudança e a variação humana. Ele criticava a predominância dessa tipologia de trabalho nos discursos públicos e reconhecia que se distanciava sensivelmente de sua prática histórica. Já a etnografia tenta explicar eventos históricos pela reconstrução de motivações, emoções e do estado de consciência de seus participantes. Já a comparação crítica presta-se a identificação de mecanismos e processos que atuam nas questões sociais.

⁴⁸ TILLY, Charles. Future history. In: *Theory and Society*, v. 17, pp. 703- 712, 1988. A discussão dos próximos parágrafos foi baseada neste artigo.



que ressurgimento era um termo muito forte, uma vez que mesmo com novas utilizações e espaços conquistados pela história no interior da sociologia, a abrangência ainda era bastante delimitada e restrita.

Por outro lado, aproveitou para criticar as ideias de desenvolvimento e de modernização, como dominantes em análises sociológicas de mudanças sociais de larga escala, nas décadas seguintes a Segunda Guerra. No final da década de 1980, Tilly mostrou que a virada para a história poderia ocorrer em qualquer um dos quatro níveis: meta-histórico, macro-histórico, ou micro-histórico ou no sistema-mundo. Contudo, no último tópico do artigo, denominado de medos e esperanças, Tilly questionou qual futuro teria o trabalho histórico na sociologia. Ele começou fazendo previsões, a primeira envolvendo um de seus medos: a institucionalização da sociologia histórica, como uma especialidade rotulada em comunidades científicas, revistas e com uma quota no mercado de trabalho.

Continuando, Tilly explicou que temia a institucionalização por duas razões: a primeira, porque o referido campo da sociologia histórica careceria de uma unidade intelectual, e, devido a sua própria natureza, esta unidade não deveria existir com facilidade. Em segundo lugar, porque a institucionalização poderia impedir a propagação do pensamento histórico para outras partes da sociologia, limitando boas contribuições possíveis da história. Tilly defendeu que a sociologia deveria abrir suas áreas para a história, para que assim os pesquisadores pudessem examinar a relação de suas variáveis em determinadas épocas, pois assim haveria uma “sociologia historicamente fundamentada de poder intelectual muito maior do que sua atual encarnação”⁴⁹.

Por outro lado, Tilly esperava que sociólogos históricos pudessem alargar pesquisas e comparações históricas entre nações, tanto a partir de perspectivas macro-históricas (seja para mercados, modos de produção, regiões), para análises sistêmicas do mundo que pudessem explicar porque o capitalismo europeu dominou grande parte da economia mundial, e também em estudos de micro-históricos que pudessem avaliar estruturas e processos, comumente estudados por sociólogos para épocas contemporâneas.

E, por esta maneira, Tilly defendia uma sociologia histórica ampliada, na qual as análises sociológicas pudessem ser historicizadas, ou seja, amparadas no tempo e espaço. E, semelhantemente, o autor defendeu a possibilidade de generalizações empíricas e/ou teóricas no sentido histórico. Em um segundo momento, a ampliação da sociologia histórica poderia trazer para a sociologia temas até então tratadas pela análise histórica, sendo mais sensível a

⁴⁹ _____. *Future history*, p. 710. Tradução livre da autora do seguinte trecho: “The result would be a historically grounded sociology of far greater intellectual power than its current incarnation.”



possibilidade de examinar como a ação de um momento dado pode influenciar uma ação posterior.

A ideia de Tilly residia na forma por ele pensada de que as relações sociais em tempos pretéritos, e seus resíduos, constroem as relações sociais atuais e seus resíduos, através de processos que produzem conexões dentro do tempo e espaço que vai além de uma correlação temporal e espacial simples. Desta forma, a estrutura existente ocupa um lugar que poderia ser de muitas outras estruturas alternativas, ou “em suma, os processos sociais são dependentes do caminho. É por isso que a história importa”⁵⁰. Isso porque os processos que ocorrem em determinado lugar, num determinado tempo afetam os próprios processos e a forma pela qual ocorrem.

Embora Tilly reconheça que há sociólogos pesquisando e produzindo sobre temas referentes, influenciados ou de cunho histórico, ele reivindicava a necessidade de mais incursões regidas pelas preocupações de tempo e espaço. Um pouco semelhante, neste sentido, é a opinião de Theda Skocpol, pois defende que as análises orientadas historicamente na sociologia tendem a ser especialmente atraentes nos dias de hoje, nos quais, segundo a autora, há tantas incertezas entre a continuação de tendências existentes e relações no futuro. Portanto, as análises “concebidas de forma amplamente histórica prometem possibilidades para a compreensão de como padrões passados e trajetórias alternativas podem ser relevantes, ou irrelevantes, para escolhas presentes”⁵¹.

O papel de Theda Skocpol é central no desenvolvimento da sociologia histórica e na visibilidade conquistada pelo subcampo. A autora, assim como Tilly, não defende que a sociologia histórica deva se tornar um subcampo da sociologia⁵², a intensão é de ela seja entendida como abordagem, aberta para a diversidade de temas, métodos e pesquisas, com um fio condutor relacionado a perspectiva histórica. Entretanto, a autora tem trabalhado atentamente para “desenhar de forma mais clara as fronteiras da emergente subdisciplina”⁵³, especialmente,

⁵⁰ TILLY. *Future history*, p. 710. Tradução livre conforme o seguinte parágrafo do texto: “Such processes produce connectedness within time and space that goes beyond simple temporal and spatial autocorrelation; every existing structure stands in the place of many theoretically possible alternative structures, and its very existence affects the probabilities that the alternatives will ever come into being. In short, social processes are path-dependent. That is why history matters.”

⁵¹ SKOCPOL, Theda. A imaginação histórica da sociologia. In: *Estudos de Sociologia (Araraquara)*, v. 9, n. 16, 7-29, 2004, p. 12.

⁵² Skocpol discute essa questão no tópico: “Is Historical Sociology a Subfield?” no seguinte texto: SKOCPOL, Theda. *Emerging Agendas and Recurrent Strategies*. In: SKOCPOL, Theda (ed.). *Vision and method in historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 359-362.

⁵³ MULHALL; MORAIS. *Mapeando o reino*, p. 25.



proporcionando aos pesquisadores metodologias, textos fundacionais e esquemas sobre a produção e as áreas de atuação dos sociólogos históricos. Para a autora:

No meu ponto de vista, a sociologia histórica é melhor compreendida como uma tradição contínua de pesquisa, sempre renovada, devotada para a compreensão da natureza e dos efeitos de estruturas de larga escala e processos fundamentais de mudança. Os desejos de responder a questões historicamente embasadas, e não a paradigmas teóricos clássicos, são a força diretiva. Com certeza, sempre houve e sempre haverá sociólogos que não questionam ou buscam responder questões macroscópicas, historicamente fundamentadas.⁵⁴

Skocpol define o grande campo de interesse da sociologia histórica, deixando transparecer sua visão estruturalista, neste trecho que nos serve de exemplo:

De forma fundamental, eles levantam questões sobre estruturas sociais ou processos compreendidos como concretamente situados no tempo e no espaço. Segundo, eles se referem a processos no tempo e seguem seriamente sequências temporais em busca das consequências. Terceiro, a maioria das análises históricas acompanha a inter-relação de ações significativas e contextos estruturais de forma a permitir a compreensão das consequências inesperadas e também das pretendidas nas vidas individuais e nas transformações sociais. Finalmente, estudos sociológicos históricos evidenciam os detalhes particulares e variáveis de formas específicas de estruturas sociais e padrões de mudança. As diferenças sociais e culturais, junto com processos temporais e contextos, são intrinsecamente de interesse para sociólogos orientados historicamente.⁵⁵

Por um lado, a autora afirma que as questões propostas pelos autores clássicos ficaram em segundo plano, especialmente, porque nunca foram respondidas totalmente. Por outro, ampliou a crítica aos pesquisadores que tentaram utilizar modelos anti-históricos para desenvolver questões macroscópicas. Neste sentido, defende que os sociólogos historicamente orientados tem a possibilidade de tratar e responder questões fundamentais sobre estruturas sociais e mudança social, interesse central da pesquisa de Skocpol, do que outros pesquisadores do mesmo subcampo que retém seus trabalhos a paradigmas teóricos genéricos. Em suma, a autora defende uma “extensão histórica de concepção”, ou seja, ela procura mostrar que os estudos historicamente orientados na sociologia possuem suas próprias lógicas e conteúdos, e, assim, o uso sistemático de materiais e fontes históricas.⁵⁶

Com relação às temáticas mais atraentes aos pesquisadores do subcampo, Skocpol defende um escopo variado, mostrando uma ampla gama de atuação, através de autores

⁵⁴ SKOCPOL. A imaginação histórica da sociologia, p. 11-12.

⁵⁵ _____. A imaginação histórica da sociologia, p. 7-8.

⁵⁶ SKOCPOL. A imaginação histórica da sociologia, p. 26 e SKOCPOL. Emerging Agendas, p. 359.



consagrados na sociologia e na história.⁵⁷ Ressaltando que alguns temas, além dos consolidados (como Estados, capitalismo, etc), podem ser ampliados, como os estudos de ideologias, religiões, transformações econômicas e geopolíticas, destinos das comunidades, tipos de organização, entre outros.

Skocpol constrói uma análise das questões centrais dos principais autores da sociologia histórica, aos quais ela procura caracterizar através da produção e da pesquisa, procurando mostrar também os campos de ação do subcampo.⁵⁸ Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes⁵⁹ produzem uma crítica do modelo criado por Skocpol, que se baseia na distinção idiográfica-nomotética, dividindo a sociologia histórica em três grandes tipos de abordagem teórico-metodológico. Esta divisão realizada pela autora se deu entre a produção de caráter idiográfico e nomotético, e algo que se estabelece como um meio termo entre os dois anteriores, no qual estaria a obra da própria Theda Skocpol. No primeiro grupo, estaria o contraste de contextos, mais ligado à historiografia, e aos usos das comparações e dos tipos ideais e universais sociológicos, realçando a diferença entre casos, sem testes teóricos. No meio, estaria a análise macroestrutural, que apresentaria a comparação de casos históricos, operando a construção de generalizações teóricas limitadas. Por fim, no lado oposto, estariam as demonstrações paralelas da teoria, que seriam comparações entre casos para confirmar a teoria, deduzida de aspectos mais gerais.

Mulhall e Moraes⁶⁰ alegam que esta divisão fica restrita ao eixo idiográfico-nomotético e propõe outra classificação baseada na oposição agente e estrutura, criando assim quatro abordagens distintas: sociologia histórica interpretativa (análises na interpretação da ação dos agentes, seus símbolos, culturas, etc); sociologia histórica e teoria da escolha racional (teoria da ação, agentes racionalmente orientados e estruturalmente constrangidos, ações individuais e interesses); a sociologia histórica e os tipos ideias (cria modelos de sistemas em termos das motivações dos atores, focado nos agentes, ilumina trajetória histórica específica); e, por fim, o

⁵⁷ _____. A imaginação histórica da sociologia. Os autores escolhidos para a análise foram: Reinhard Bendix, Perry Anderson, E. P. Thompson, Charles Tilly, S. N. Eisenstadt, Immanuel Wallerstein, Barrington Moore Jr, Karl Polanyi e Marc Bloch.

⁵⁸ A construção de uma classificação dos autores e a divisão em grupos já estava presente no texto “Emerging Agendas and Recurrent Strategies”, de 1984. Naquele momento, os grupos eram mais ou menos considerados a partir de três perspectivas: aqueles que aplicavam um modelo geral à história; os que usavam conceitos para interpretação histórica; e os que analisavam regularidades causais presentes na história. Veja: SKOCPOL, *Emerging Agendas*, p. 362 e seguintes.

⁵⁹ MULHALL; MORAIS. Mapeando o reino, p. 26. Para os autores, a oposição entre idiográfica e nomotética se refere ao confronto “entre aqueles que argumentam que o modelo nomotético das ciências naturais é aplicável às ciências sociais e aqueles que argumentam que não é possível a formulação de leis sociais científicas gerais e que o modelo particularizante ou idiográfico é o correto nas ciências sociais.”

⁶⁰ _____. Mapeando o reino, p. 27.



macroestruturalismo (constrói teoria que servirá de base para generalizações, relacionamento causal, comparativo).

Como ressaltou Margareth de Almeida Gonçalves, ao avaliar a produção e perspectivas de Skocpol e Barrington Moore Jr.:

A Sociologia histórica Macroanalítica enfrenta o impasse de como adequar suas generalizações históricas a experiências outras que não tenham trilhado trajetórias bem sucedidas no cenário internacional. Os maiores problemas de adequação dos avanços da Sociologia Histórica, no plano teórico e metodológico, surgem quando da sua aplicabilidade a sociedades do chamado Terceiro Mundo. Talvez a forte influência dos estudos sobre desenvolvimento dos anos 60 orientem esses dois trabalhos.⁶¹

Considerações Finais

Como alertou Theda Skocpol “ainda que ninguém consiga ignorar contextos estruturais e históricos, nem todos os sociólogos precisam investigar diretamente assuntos como as origens e o desenvolvimento do capitalismo e das nações-Estado...”⁶². Estes últimos dois temas são extremamente caros à sociologia e à história, contudo, mesmo mostrando as possibilidades para explorar grandes aspectos e questões centrais da exploração sociológica, não se restringe o espaço de atuação dos sociólogos históricos a eles.

Pelo contrário, tanto Skocpol quanto Charles Tilly, detentores de um amplo campo de atuação, demonstram que o principal é a forma, nem tanto o conteúdo. A forma porque a história por seu turno nesta relação sociologia-história obriga pesquisadores a lidar com outras lógicas, que não àquelas ligadas exclusivamente a sociologia, uma vez que os estudos oriundos da sociologia histórica, ou seja, os estudos historicamente orientados na sociologia, possuem suas próprias lógicas e conteúdos.⁶³

A abertura da sociologia para a história traz a possibilidades de examinar seus temas, questões, variáveis e relações em determinados espaços e épocas. Não se trata apenas de incluir o uso de materiais e fontes históricas ou de generalizações empíricas, mas, como defende Tilly, de propor uma sociologia com análises historicizadas, ou, dito de outra forma, um sentido histórico para ideias sociológicas.

⁶¹ GONÇALVES. O desafio da sociologia histórica, p. 81.

⁶² SKOCPOL. A imaginação histórica da sociologia, p. 11-12.

⁶³ SKOCPOL. A imaginação histórica da sociologia, p. 26 e SKOCPOL. Emerging Agendas, p. 359.



O contraponto intentado com a introdução de Sewell neste texto procura ressaltar uma contribuição diferente, de um historiador de formação, com renome na teoria social, que apresenta menor produção, mas ampla discussão conceitual, e que nos mostra que o subcampo está aberto, aceitando uma gama diferenciada e ampla de estudos e pesquisadores. Somos instigados, assim, a refletir sobre outras possibilidades investigativas, com a união de fundamentos teóricos sociais, com pesquisas de amplo fôlego e caráter histórico. Possibilidades talvez ainda maiores para a realidade brasileira, uma vez que existem ainda poucos estudos e pesquisadores centrados nas questões delimitadoras da sociologia histórica, e, portanto, parece que estamos longe de encerrar esta discussão.



A Igreja Católica, a possessão demoníaca e o exorcismo: velhos e novos desafios¹

The Catholic Church, the demonic possession and the exorcism: old and new challenges

Philippe Delfino Sartin²

Doutorando em História Social

Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: philippesartin@hotmail.com

Recebido: 09/12/2015

Aprovado: 17/07/2016

RESUMO:

Este artigo ensaia, de maneira introdutória, uma abordagem histórica para a recente notoriedade das possessões demoníacas e da prática dos exorcismos no catolicismo contemporâneo. Diversamente do que o racionalismo mais ingênuo poderia acreditar, muitas pessoas se sentem possuídas pelo demônio, e buscam nos exorcismos um remédio para suas aflições. Meu objetivo é traçar em linhas gerais o inesperado florescimento destas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Possessão demoníaca, exorcismos, catolicismo contemporâneo.

ABSTRACT:

This paper essays, in an introductory way, an historical approach for the recent notoriety of demonic possessions and the practice of exorcisms on contemporary Catholicism. Differently from what the most ingenuous rationalism could believe, a lot of people feel themselves possessed by demons, and search in the exorcisms a heal for them afflictions. My purpose is to trace in general lines the unexpected flourishing of those practices.

KEYWORDS: Demonic possession, exorcisms, contemporary Catholicism.

Interessam-me, no presente ensaio, a “compreensão da possessão” e a “cerimônia do exorcismo” tais como se dão, atualmente, na Igreja Católica. Isso se justifica, ao meu ver, de três pontos de vista, pelo menos: 1) pela antiguidade e iconicidade da prática católica, predominante

¹ Uma primeira e parcial tentativa de abordar este problema foi apresentada, sob a forma de comunicação oral, em maio de 2013, no *Seminário de Pesquisa NER e X Seminário Regional Soter* "Deus na sociedade plural: fé, símbolos, narrativas", na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), com o título "Os exorcismos no mundo católico: um problema para o século XXI", sem jamais ter sido publicada, por conta de seu caráter lacônico e um tanto improvisado. Agradeço a curiosidade e as sugestões dos colegas presentes, as quais endossam a relevância dessa temática, e a pertinência do seu estudo, no começo deste novo século.

² Bolsista do CNPq, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Laura de Mello e Souza. Desenvolve projeto de pesquisa sobre as relações entre a literatura de espiritualidade e a demonologia em Portugal, Espanha e Itália na Época Moderna. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.



nas artes e no imaginário; 2) pela preponderância de trabalhos realizados no Brasil sobre as sessões de cura e libertação entre os neopentecostais (já existem muitos artigos sobre essa temática); 3) pela dificuldade em encontrar um ensaio introdutório, que forneça linhas gerais ao estudioso brasileiro que se interesse pelo assunto³.

I

1. Milhares de exorcismos são realizados anualmente na diocese de Roma.⁴ A maioria das pessoas que procuram o auxílio dos sacerdotes, e encontram no antigo sacramental da Igreja uma esperança de se verem livres de diversos males é composta por mulheres, de idades entre 20 e 35 anos, de classe média baixa e com certo grau de instrução (algumas com ensino superior completo).⁵ As sessões são realizadas privadamente e, na maioria dos casos, não há sinais de verdadeira possessão. Quando, porém, o sacerdote chega à conclusão de que um, ou vários demônios, estão possuindo o corpo do doente, as bênçãos corriqueiras (ou “exorcismos menores”) dão lugar ao rito solene da Igreja (o “exorcismo maior”), e muitas sessões podem ser necessárias até que se consiga uma liberação definitiva.

Uma estudiosa do fenômeno no contexto italiano apresenta, para o princípio dos anos 2000, após décadas de pesquisa etnográfica, duas conclusões importantes: de um lado, a persistência de modelos demonológicos quinhentistas e seiscentistas na prática dos exorcismos; de outro, a ocorrência das possessões, especialmente femininas, num século que assistiu à “libertação da mulher”⁶. Segundo a autora, grande parte das possuídas vivencia o angustiante descompasso entre um ideal de independência (aquele da mulher que estuda, trabalha e dita as regras da própria sexualidade) e os papéis tradicionais (de mãe e dona de casa) presentes numa

³ Um estudo abrangente do fenômeno, de um ponto de vista historiográfico, ainda está por ser escrito, como notou Francis Young em seu recente estudo. YOUNG, Francis. *A history of exorcism in Catholic Christianity*. London: Palgrave MacMillan, 2016, p. 241.

⁴ A Itália, segundo o historiador Brian Levack, é o epicentro das práticas exorcísticas no mundo católico contemporâneo: cerca de 500.000 pessoas procuram por exorcistas anualmente. LEVACK, Brian. *The devil within. Possession and exorcism in Christian West*. Yale University Press: New haven and London, 2013, p. 249.

⁵ Tais informações nos são dadas por TALAMONTI, Adelina. *La carne convulsiva*. Etnografia dell'esorcismo. Napoli: Liguori, 2005, p. 35; cf. ainda o acessível livro de WILKINSON, Tracy. *Os exorcistas do Vaticano*. A verdadeira história dos padres que expulsam o diabo. Trad. Iva Sofia. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008, p. 121-147, para três histórias de mulheres exorcizadas.

⁶ “[...] pratiche magiche e religiose di guaritrici e sacerdoti (trovare nei materassi e nei cuscini "forme" di piume o lana, pezzi di corda, di stoffa, di legno, chicchi di grano o altro segni di maleficio; uso di olio, sale, acqua benedetta, reliquie) come nei comportamenti dei posseduti (imitare animali, forza straordinari forte avversione alle cose sacre, parlare lingue sconosciute, capacita di prevedere il futuro)”, ROMANO Franca. Corpi in disordine: possessione e identità femminile. *La Ricerca Folklorica, Antropologia della salute: Temi, problemi, ricerche* n. 50 Oct. 2004. p. 75. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/4141529?seq=1&cid=pdf-reference#page_scan_tab_contents. Acesso em nov./2015.



sociedade ainda marcada pelo pensamento mágico-religioso (sobretudo no interior do país). Tal angústia, impossível de ser expressa por outros meios, é interpretada a partir do modelo da possessão espiritual ou, no caso, demoníaca⁷, disponível, com renovada notoriedade, desde pelo menos a década de 1970 (voltarei a isto mais adiante).⁸

Dificuldades financeiras e amorosas, além de males físicos e psíquicos – renitentes, via de regra, às terapias médicas – combinados com um histórico de envolvimento com drogas, cultos esotéricos e magia, compõem o perfil típico dos que se sentem assediados pelo demônio. A explicação para esta série de infortúnios e sintomas (semelhantes aos de doenças psiquiátricas), destinada a modular a experiência de sofrimento individual sob a forma da possessão⁹, está presente em um grande número de publicações, saído a lume nos últimos vinte anos. Na maioria delas, os tradicionais saberes demonológicos – de Tomás de Aquino a Martín del Rio – dividem espaço com análises psicológicas e parapsicológicas. Fala-se muito em malefícios, ocultismo e satanismo, e discutem-se as minúcias do rito exorcístico.¹⁰

De acordo com o padre Gabriele Amorth, figura de proa entre os exorcistas italianos, a sociedade materialista e hedonista na qual vivemos, a difusão de cultos orientais e seitas satânicas, a cultura da irreligiosidade – tudo isso abre as portas da alma humana ao ataque demoníaco. Com efeito, segundo ele, há quatro causas possíveis para uma aflição de tal natureza: a misteriosa permissão de Deus; um malefício (ato mágico de origem demoníaca) realizado por algum inimigo; uma vida dissoluta no pecado, e impenitente; e, por fim, a frequência a pessoas e lugares maléficis, como “a sessões de espiritismo, de feitiçaria, a cultos satânicos”, além da “prática do ocultismo, a procura de adivinhos, bruxos, cartomantes”¹¹.

O ataque pode vir de diferentes formas, sendo a mais comum a *vexação*, por meio da qual muitas pessoas são “feridas pelo demônio na saúde, nos bens, no trabalho, na vida afectiva”. Na *obsessão*, por sua vez, o demônio produz pensamentos repetitivos e destrutivos, deixando a pessoa “num contínuo estado de prostração, de desespero, de tentação de suicídio”. As *possessões* são a

⁷ ROMANO. *Corpi in disordine*, p. 80-81.

⁸ YOUNG. *A history of exorcism*, p. 250-253.

⁹ TALAMONTI. *La carne convulsiva*, p. 111-148.

¹⁰ Cf. p. ex., ¹⁰ AMORTH, Gabriele. *Novos relatos de um exorcista*. 2. ed. Trad. Ana Paula Bertolini. São Paulo: Palavra e Prece, 2008; _____. *Exorcistas e psiquiatras*. 3. ed. Trad. Ana Paula Bertolini. São Paulo: Palavra e Prece, 2010; BALDUCCI, Corrado. *El Diablo*. “... existe, y se puede reconocerlo”. Trad. Justiniano Beltrán. Bogotá: Ediciones Paulinas, 1990; BAMONTE, Francesco. *Possessões diabólicas e exorcismo*. Como reconhecer o astuto pai da mentira. Trad. José Joaquim Sobral. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007; FORTEA, José Antonio. *Summa daemoniaca*. Tratado de demonologia e manual de exorcistas. Trad. Ana Paula Bertolini. São Paulo: Palavra e Prece, 2010; GEMMA, Andrea. *Io, vescovo Esorcista*. Milano: Mondadori, 2002; VELLA, Frei Elias. *Aprendendo a lidar com o Diabo*. 2. ed. Trad. Ana Paula Bertolini. São Paulo: Palavra e Prece, 2010.

¹¹ AMORTH, Gabriele. *Um exorcista conta-nos*. 7. ed. Trad. Maria de São José Sousa. Prior Velho: Paulinas, 2007, p. 59-68.



forma mais intensa – mas igualmente a mais rara – de ataque, no qual “o demônio toma posse de um corpo [...] fazendo-o agir ou falar como ele quer, não podendo a vítima resistir e não sendo moralmente responsável por isso”. Há ainda um quarto tipo, a *infestação*, quando a ação demoníaca se estende sobre as casas, os objetos e os animais¹², lembrando o popular fenômeno do *poltergeist*.

Gabriele Amorth, com efeito, é um dos principais responsáveis pelo atual renovamento da prática dos exorcismos.¹³ Desde sua nomeação como exorcista na Diocese de Roma, nos anos 80, pelo cardeal Ugo Poletti, Dom Amorth, discípulo de outro famoso exorcista – o padre Cândido Amantini – se tornou a figura mais influente da prática exorcística no mundo católico, comandando, há décadas, um programa mensal na Radio Maria, no qual narra suas experiências, divulga e comenta seus escritos e atende ligações de toda a Itália, com fiéis ouvintes angustiados, ou apenas curiosos, com o que julgam ser a ação dos demônios em suas vidas.

Os saberes e as práticas dos exorcistas tem sido, nos últimos anos, objeto de intenso intercâmbio, graças a instituições como a *Associazione internazionale degli esorcisti*, fundada em 1990 (atualmente presidida por Francesco Bamonte) e ao curso *Esorcismo e preghiera di liberazione*, ministrado anualmente no Ateneu Pontifício *Regina Apostolorum*, em Roma. Em seis dias de palestras e discussões, o público – formado por sacerdotes interessados em combater o demônio, mas também por leigos – entra em contato com diversos tópicos do ministério dos exorcismos: seu caráter evangelizador, seus aspectos teológico e jurídico e sua história comparada (há palestras sobre os rituais africanos, islâmicos e hebraicos). Além disso, discutem-se as relações da possessão com as doenças psiquiátricas e o uso de substâncias psicoativas. De um ponto de vista prático, são apontados os critérios usados no discernimento espiritual, o papel das orações de libertação e a eficácia de técnicas orientais de cura.¹⁴ O curso é organizado pelo *Istituto Sacerdos*, e acontece desde 2004.

2. O diálogo entre as *aflições* experimentadas pelos indivíduos em suas vidas e os *saberes exorcísticos* é definidor do fenômeno da possessão no mundo católico. Segundo Adelina Talamonti, grande especialista no assunto, “a crise da possessão é ritualizada pela ocasião e pelo procedimento exorcísticos”¹⁵. Sua pesquisa de campo se deu na década de 1990, acompanhando

¹² AMORTH. *Um exorcista conta-nos*, p. 38-42.

¹³ YOUNG. *A history of exorcism*, p. 267.

¹⁴ O curso custa 300 euros e as inscrições podem ser feitas pela internet. Cf. <http://sacerdos.org/courses/exorcism-and-prayer-of-liberation>. Acesso em jun./2016. Sobre a agenda dos membros da Associação, cf. YOUNG, Francis. *A history of exorcism*, p. 255.

¹⁵ TALAMONTI. *La carne convulsiva*, p. 25. Tradução minha. Recomendo vigorosamente a todos os interessados pelo tema a leitura deste importante volume.



os rituais de Dom Amorth e de seu mestre, padre Candido Amantini. Durante os atendimentos, o uso do exorcismo como instrumento para discernir a presença demoníaca (interpelar o demônio e sair à cata de indícios) era bastante frequente.

Embora seja matéria controversa entre os exorcistas¹⁶, tal prática ilustra a importância das operações rituais no contexto da possessão demoníaca. Em outras palavras, a expulsão do espírito invasor é o meio através do qual a sua presença é designada, nomeada, assinalada; o cristianismo compreende a tomada do corpo por um espírito na perspectiva implícita de sua expulsão. Tal realidade construiu-se ao longo da história, quando, na Idade Média, os sinais da “possessão do corpo pelo Espírito Santo”, geralmente em mulheres – bastante semelhantes aos da “invasão demoníaca” – foram aos poucos dando espaço a uma interpretação hegemonicamente demonológica.¹⁷ O que representa, segundo Moshe Sluhovskiy, uma histórica incompreensão da possessão como um fenômeno positivo.¹⁸

Um breve parêntese: esta hegemonia não ocorre em diversas culturas (completamente alheias ao diabo cristão), nas quais a possessão constitui um fenômeno valorizado e cultivado (fala-se, de fato, na centralidade e normatividade de tais cultos).¹⁹ Num artigo bastante conhecido, o antropólogo Luc de Heusch apresentava, na década de 1960, as diferenças entre *exorcismo* e *adorcismo*: neste último, a presença de um espírito ancestral, ou ligado à natureza – ou, ainda, algum tipo de divindade – é cultuada e ritualizada, com recurso a técnicas de incorporação.²⁰ Jean-Pierre Olivier de Sardan, por sua vez, alertava aos antropólogos que se precavêssem de “terapeutizar” toda e qualquer forma de possessão, nem sempre associada ao sofrimento e à doença.²¹

O que não é válido para muitas culturas, portanto, é válido para o catolicismo. Como observa a professora Talamonti, os sinais de diabolização que precedem a crise de possessão e

¹⁶ WILKINSON. *Os exorcistas do Vaticano*, p. 35-36; 90. Há alguns sacerdotes, mais prudentes, que dispensam essa técnica, temerosos de que possa induzir a uma crença equivocada na possessão. Cf. ainda YOUNG, Francis. *A history of exorcism*, p. 244.

¹⁷ Cf a respeito da imposição de um modelo demonológico nos processos de discernimento, no fim da Idade Média, CACIOLA. *Discerning spirits*, p. 314.

¹⁸ SLUHOVSKY, Moshe. “Spirit Possession as Self-Transformative Experience in Late Medieval Catholic Europe”, In: SHULMAN, David; STROUMSA, Guy G. (Ed.). *Self and Self-Transformation in the History of Religions*. New York: Oxford University Press, 2002, p. 150-172.

¹⁹ LEWIS, Ioan. *Êxtase religioso*. Um estudo antropológico da possessão por espírito e xamanismo. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 159-220.

²⁰ HEUSCH, Luc de. “Posesión y chamanismo”, In: _____. *Estructura y Praxis*. Ensayos de antropología teórica. Trad. Aurélio Garón del Camino. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1973, p. 254-278.

²¹ DE SARDAN, Jean-Pierre Olivier. Possession, affliction et folie : les ruses de la thérapisation. *L'Homme*, 1994, tome 34 n°131. p. 7-27. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/AsPDF/hom_0439-4216_1994_num_34_131_369775.pdf Acesso em nov./2015.



que se manifestam assim que o ambiente ritual é definido – um espaço sagrado, apartado do comércio vulgar das criaturas – aparecem igualmente noutras ocasiões, bastando para tanto a presença do exorcista.²² Na década de 1990, quando atendia uma vultosa clientela, o hoje muito idoso Dom Amorth, costumava recebê-la numa sala reservada, anexa a uma grande igreja. Nela estavam presentes, a portas fechadas, além do padre (paramentado com estola roxa, em sinal de penitência), a pessoa a ser exorcizada e alguns assistentes (entre membros da família e de grupos de oração). A cerimônia começava com o sinal da cruz e aspersões de água benta, de valor apotrópico. O demônio então, se manifestava.²³

Os sinais de uma presença demoníaca, teatralizados pelo contexto ritual, incluem cusparadas, espasmos, menções violentas dirigidas ao exorcista, dificuldade em pronunciar a oração (acompanhada de uma loquacidade blasfema), sinais de uma verdadeira aversão ao sagrado. Os olhos muitas vezes se reviram, a respiração torna-se pesada e difícil (ou acelera-se vertiginosamente), o corpo treme: chega-se, em muitos casos, a uma alteração na consciência, que predispõe a assunção do papel de endemoninhado. Vozes guturais, rigidez nos membros, paralisia, transe e, ao fim do ritual, amnésia: está-se diante de uma circunscrição, mediante o rito do exorcismo, da experiência da possessão.

Do outro lado está o exorcista, o operador ritual: com gestos de autoridade, dirige-se àquele *Outro* que fala na endemoninhada. Multiplica-lhe as penas: é o espírito imundo, o poder das trevas, o pai da mentira, a astuciosa serpente, precipitada no inferno por S. Miguel Arcanjo, calcada pelos pés da Virgem e derrotada pelo Sangue do Cordeiro. Pede-lhe o nome, domina-o, humilha-o com a história da Salvação. Envolve seu pescoço – todavia, da endemoninhada – com a estola, comprime-lhe a cruz no rosto, lança-lhe água benta. O demônio insiste e se debate, mas aos poucos retrocede, amaina, a vítima cai numa espécie de torpor, às vezes num sono profundo. É a possessão que chega ao fim. O padre então se torna cândido, acolhedor.²⁴ Não é mais o diabo, mas fulano de tal, membro da Igreja, que deixa aos poucos o contexto ritual.²⁵

Como bem lembra Talamonti, é de Michel de Certeau a observação percuciente: o discurso demonológico recorta, por meio de seus conceitos, a realidade interior do possuído; nomeando-lhe as aflições, multiplica os demônios e fornece sentido – o único sentido possível, no mundo cristão ocidental – a uma experiência desconcertante, anormal, feita de tartamudeios e afasias, ruídos e incompreensões: é a *gramática diabólica*, intuída pelo possesso, posta às claras pelo

²² TALAMONTI, Adelina. «Exorciser le Diable (Rome, années 1990)», *Terrain*, 2008, n° 50, p. 62. Disponível em: <http://terrain.revues.org/8933>. Acesso em nov./ 2015.

²³ TALAMONTI. *La carne convulsiva*, p. 9-15.

²⁴ TALAMONTI. *Exorciser le Diable*, p. 72

²⁵ Além dos trabalhos de Adelina Talamonti, cf. WILKINSON, Tracy. *Os exorcistas do Vaticano*, p. 11-18.



exorcista.²⁶ As repetidas sessões de exorcismo fixarão, aos poucos – até a eficácia da liberação – o modelo demonológico/exorcístico da possessão.

3. Tal modelo possui uma longa história no ocidente. Segundo Foucault, no período compreendido entre os séculos XVI e XVII a possessão emergirá, em sua forma “plástica e visível”, através de um combate de proporções cósmicas, mas bastante palpável, no corpo da possuída, pronunciando-se sob o signo da *convulsão*. Diante do exorcista, que a indaga e escrutina, não resta a possessa – assinalada pelo *Outro* que se exprime em seu corpo – que alienar-se de sua identidade, e dividir-se de seus medos e desejos. “A onipotência do demônio [...] pode ser encontrada em aspectos dos fenômenos de convulsão como a rigidez [...] dizer palavras obscenas, irreligiosas [...] sufocações, engasgos, desmaios”²⁷. Um fenômeno que provocava, a um só tempo, fascínio e horror.

De fato, embora estivesse presente em várias passagens dos evangelhos, nas comunidades primitivas²⁸, e ao longo de toda a Idade Média²⁹, a possessão pelo demônio alcançou inaudita ocorrência – assim como se tornou objeto de especial atenção – na chamada Primeira Modernidade. A época da caça às bruxas foi igualmente a época dos endemoninhados (e, por vezes, os fenômenos foram compreendidos em conjunto): possessões individuais e coletivas abundaram nos séculos XVI e XVII como em nenhum outro da História, abrangendo praticamente todos os estratos sociais (todavia, com grande predominância feminina).³⁰ Adquiriu, nesta mesma época, os contornos que possui ainda hoje.³¹

É nesse mesmo período que se intensifica a prática dos exorcismos, são escritos diversos manuais e que se organiza, pela primeira vez, um rito oficial por parte da Igreja. Sob o título *De*

²⁶ CERTEAU, Michel de. *The possession at Loudun*. 2ª ed. Trad. Michael B. Smith. Chicago: The University of Chicago Press, 2000, p. 35-51.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *O anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 269.

²⁸ Cf. RUSSEL, Jeffrey Burton. *O diabo*. As percepções do mal da Antiguidade ao Cristianismo Primitivo. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 225-254; LEVACK, Brian. *The devil within*, p. 32-55; GROB, Jeffrey S. *A Major Revision of the Discipline on Exorcism*. A Comparative Study of the Liturgical Laws in the 1614 and 1998 Rites of Exorcism. Dissertation (Doctor in Canon Law) – Faculty of Canon Law, Saint Paul University, Ottawa, 2007, p. 6-59, focando-se mais no ritual de expulsão, e menos na possessão. Disponível em <https://www.ruor.uottawa.ca/fr/handle/10393/29460>. Acesso em jul./2014.

²⁹ Cf. CACIOLA, Nancy. *Discerning spirits*. Divine and demonic possession in the Middle Ages. 2ª ed. Ithaca: Cornell University Press, 2006, p. 225-273; BOUREAU, Alain. *Satan hérétique*. Histoire de la démonologie (1280-1330). Paris: Odile Jacob, 2004, p. 159-226.

³⁰ Sobre o grande número de possessões da Época Moderna, cf. o trabalho de Levack, *The devil within*, p. 1-31; para compreender a possessão e o exorcismo em conjunto com a caça às bruxas, é importante o grande estudo de CLARK, Stuart. *Pensando com demônios*. A idéia de bruxaria no princípio da Europa Moderna. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 2006, p. 487-550.

³¹ YOUNG. *A history of exorcism*,



exorcizandis obsessis a daemonio, constante no *Rituale Romanum* de Paulo V, publicado em 1614, a cerimônia compreendia um conjunto de deprecações, esconjuros, ladainhas e salmos, além dos gestos e paramentos necessários, destinando-se a regular a práxis exorcística, e dissociá-la de técnicas folclóricas, consideradas *superstição*³². É aqui que a figura do exorcista empunhando o crucifixo entra na cena cultural europeia.

A realidade das possessões, e a validade dos exorcismos eram, todavia, bastante frágeis e geravam muitas dúvidas, às vezes insolúveis. O exemplo das possessões de Loudun, estudadas no clássico ensaio de Michel de Certeau, mostra como os diversos saberes da época – medicina, teologia, direito – confrontaram-se numa controvérsia enorme, não apenas a respeito do sentido dos eventos – a possessão coletiva das freiras ursulinas, capitaneada pela priora, madre Joana dos Anjos – mas acerca de seu conteúdo³³. Discernir as possessões genuínas daquelas simuladas, numa época que assistiu a vários casos de falsa santidade, e falsa possessão, era tarefa contínua, e assunto do dia para muitos dos homens daquele tempo.³⁴ Diferentemente dos Iluministas, não podemos generalizar a credulidade do passado.

No ritual de 1614, por exemplo, encontramos a seguinte recomendação: “Primeiramente não creia facilmente [o sacerdote] que uma pessoa está possuída pelo diabo; mas se atente aos sinais pelos quais se pode distinguir o possesso do melancólico, ou de outro doente”³⁵. E seguíam-se os indícios: falar várias palavras em língua desconhecida do paciente, conhecer coisas ocultas, ou à distância, ou possuir força superior à sua condição. Como se vê, apesar do abismo entre a medicina do século XVII e a de hoje, e pesadas as ações de exorcistas afobados, nem tudo

³² Cf. LAVENIA, Vincenzo. “Esorcismo”, In: PROSPERI, Adriano (Dir.) *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Normale, 2010, vol. II, p. 549-554; _____. “Possessione”, In: _____. *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Normale, 2010, vol. III, p. 1242-1250; PROSPERI, Adriano. *Tribunali della coscienza*. Inquisitori, confessori, missionari. 3. ed. Torino: Einaudi, 2009, p. 418-430; ROMEO, Giovanni. *Inquisitori, esorcisti e streghe nell’Italia della Controriforma*. Firenze: Sansoni Editore, 1990, p. 109-168; SLUHOVSKY, Moshe. *Believe not every spirit*. Possession, Mysticism and Discernment in Early Modern Catholicism. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 61-93, para a constituição do rito de 1614; GROB, Jeffrey S. *A Major Revision*, p. 60-103. Os trabalhos citados – mas há outros – mostram como foi na Itália que os exorcismos adquiriram a sua roupagem moderna.

³³ CERTEAU. *The possession at Loudun*, p. 1-10; 109-121; SLUHOVSKY. *Believe not every spirit*, p. 233-264, no qual o autor realiza um estudo comparado sobre possessões coletivas em conventos, na França. Cf ainda a primeira parte do livro de FERBER, Sarah. *Demonic Possession and Exorcism in Early Modern France*. New York: Routledge, 2004, p. 15-53.

³⁴ Sobre a prática do discernimento na Época Moderna, cf. BRAMBILLA, Elena. “Manuali d’esorcismo, canoni di santità e nuova scienza (fine ’600-primo ’700). Indice e sant’Uffizio tra neoscolastica spagnola e influenze cartesiane”, In: *Rome et la science moderne entre Renaissance et Lumières*, Antonella Romano (éd.), Roma, Ecole française de Rome, 2008, p. 555-593. Disponível em: http://books.openedition.org/efr/1962#authors_ Acesso em nov./2015.

³⁵ RITUALE ROMANUM. Pauli Pont. Max. Editio novissima. Paris: Societatem Typographicam Librorum Officis Ecclesiastic., 1623, p. 433. Disponível em: <https://archive.org/details/ritualeromanumpa00cath>. Acesso em 15/06/2012. Tradução livre minha.



era entendido como possessão. Havia patologias com as quais podia ser confundida (conforme veremos adiante) e era preciso prudência e discernimento para prestar atenção aos sinais preternaturais.³⁶

Dito isso, permanece o fato de que o mundo de Surin³⁷ não é mais o nosso; Girolamo Menghi³⁸ não conheceu a penicilina, a psicanálise, o computador. Separam-nos de nós centenas de anos de revolução científica, Iluminismo³⁹, modernismo, pós-modernismo: as ferramentas da dúvida, hoje, não são as mesmas de ontem. As possessões, todavia, continuam a acontecer; os exorcismos – embora, como veremos a seguir, não sem muitas críticas – continuam sendo praticados. Neste ponto, o leitor com certeza se perguntará: como a Igreja lida atualmente com todas essas questões, por vezes tão embaraçosas? Como o magistério considera a possessão e os exorcismos hoje?

II

1. A publicação, em 1999, de um novo ritual – *De exorcismis et supplicationibus quibusdam* – deixa clara a posição da Igreja a respeito do assunto. Os demônios – anjos que pagaram com a queda o uso perverso de sua liberdade – existem de fato, e uma das missões da Igreja de Cristo é livrar o seu rebanho dessa nefasta influência. Para isso foram instituídos os exorcismos. O texto do último *Catecismo* (no item 1673) é cristalino: “Quando a Igreja exige publicamente e com autoridade, em nome de Jesus Cristo, que uma pessoa ou objeto seja protegido contra a influência do maligno e subtraído ao seu domínio, fala-se de exorcismo”⁴⁰. Tal prática é sancionada e regulada pelo item 1172 do *Código de Direito Canônico*: “Ninguém pode legitimamente fazer exorcismos em possessos, a não ser que tenha obtido licença peculiar e expressa do Ordinário local”⁴¹. Assim como no passado, a Igreja tem buscado normatizar as práticas exorcísticas.

³⁶ Cf. CLARK, Stuart. The scientific status of demonology, In: VICKERS, Brian (Org.) *Occult and scientific mentalities in Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 351-374; LEVACK. *The devil within*, p. 118.

³⁷ Sacerdote jesuíta responsável, entre tantos outros, pelos exorcismos em Loudun.

³⁸ Importante exorcista italiano, autor dos mais famosos manuais do século XVI, como *Flagellum daemonum, Fustis daemonum* e *Compendio dell'arte essorcistica*.

³⁹ Cf. MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo*. Séculos XII-XX. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001, p. 191-238.

⁴⁰ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição revisada de acordo com o texto oficial em latim. Tradução da CNBB. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 456.

⁴¹ CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Edição revista e ampliada com a Legislação Complementar da CNBB. Tradução da CNBB. São Paulo: Loyola, 2009, p. 296. O fato de constar na legislação eclesiástica confere realidade mais que de fé ao exorcismo e à crença no demônio.



O novo ritual abandonou o latim – seguindo a reforma litúrgica do Vaticano II, e para desgosto de exorcistas mais antigos, como Dom Gabriele Amorth, que vêem no rito anterior maior eficácia⁴² – mas manteve-se mais ou menos como aquele de 1614, o qual já havia sido reformulado em 1952. Segundo Francis Young, as principais alterações – como a inclusão de deprecações obrigatórias – representam a tentativa de aproximá-lo da teologia do Batismo.⁴³ Abriu a possibilidade, controversa no século XVII, de ser adaptado, conforme discernimento dos bispos: “Se for necessário e julgado útil, com o consenso da Santa Sé, adaptar os sinais e os gestos do próprio ritual, levando em consideração a cultura e a índole do próprio povo”⁴⁴. Por outro lado, com o fim do ministério do exorcistato em 1972, limitou a sua prática aos sacerdotes autorizados.⁴⁵

O rito traz o decreto da Congregação para o *Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos* de 22/11/1998, que o promulgou, além de uma *Introdução Geral*, composta com os famosos *Praenotanda* (38, no total). Na segunda seção dessa introdução (*Os exorcismos no múnus santificador da Igreja*), o ritual define seu objeto, primeiro reportando-se aos exorcismos ordinários – ou menores, que se fazem “sobre os eleitos, no tempo do catecumenato” –, os quais servem de libertação das consequências do pecado original, e subtração à influência do diabo; trata, depois, do chamado *exorcismo maior*. Este segundo tipo é aquele de que estamos falando desde o princípio deste ensaio: “uma ação litúrgica [...] que visa expulsar os demônios ou livrar da influência demoníaca”⁴⁶.

São exigidas do sacerdote exorcista circunspeção e prudência, não crendo facilmente que tudo seja possessão, além de uma vida de santidade, com jejuns e orações. Preocupado em abrigá-lo da aparência de superstição – uma velha atitude, como vimos – o novo Ritual prescreve com minúcia as etapas do exorcismo: aspersões com água benta, récitas de ladainhas e salmos, proclamação do Evangelho, imposição de mãos, renovação das promessas batismais. O exorcista, após isso, mostrando ao indivíduo uma cruz, recita as fórmulas exorcísticas, com um aviso: “Não

⁴² Cf. WILKINSON. *Os exorcistas do Vaticano*, p. 25.

⁴³ YOUNG. *A history of exorcism*, p. 260; 266. Não é nosso interesse, neste ensaio, analisar detidamente os ritos, ou compará-los entre si, trabalho já realizado, com competência, por Young. Cf. ainda a útil análise de GROBB, Jeffrey. *A major revision*, p. 104-153; 155-162. Sobre o Ritual de 1614, Cf. DONDELINGER-MANDY, Patrick. Le Rituel des exorcismes dans le Rituale Romanum de 1614. *La Maison-Dieu*, 1990, n. 183/184, p. 99-121. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6554589h.r=patrick%20dondelinger-mandy> Acesso em out./2015.

⁴⁴ RITUAL DE EXORCISMOS E OUTRAS SÚPLICAS. Tradução portuguesa para o Brasil da edição típica. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2004, p. 22.

⁴⁵ “O ministério de exorcizar os atormentados é concedido por peculiar e expressa licença do Ordinário local que, normalmente, será o próprio Bispo diocesano. Essa licença só deve ser concedida a um sacerdote que se distinga pela piedade, ciência, prudência e integridade de vida e especificamente preparado para esta função [...] Neste livro, quando se fala de ‘exorcista’, sempre deve-se entender o ‘sacerdote exorcista’”, RITUAL DE EXORCISMOS, p. 17.

⁴⁶ RITUAL DE EXORCISMOS, p. 15-16.



use a fórmula imperativa a não ser depois da fórmula deprecativa”⁴⁷. Isso é, de fato, relevante: como esta é uma prece, e aquela uma conjuração, buscou-se evidenciar a proeminência espiritual do rito, em detrimento de suas históricas relações com a magia.⁴⁸

O leitor talvez não saiba, mas pode, com vinte e poucos reais, adquirir o seu *Ritual de Exorcismos* em qualquer livraria católica. Esse livrinho vermelho, disponível em língua portuguesa, representa, todavia, algo menos banal: uma resposta a um grande incômodo, de caráter religioso, situada entre fins do século XIX e princípios do século XX, mas que a partir de sua segunda metade (notadamente, a década de 1970) adquiriu uma relevância talvez inesperada. Tal incômodo atingiu a Igreja em pelo menos três versões.

2. A primeira é a da *negação das possessões*. Num livrinho publicado em 1993 (*Satanas en horas bajas*), o filósofo e doutor em teologia, Manuel Fraijó, escrevia, de maneira simples, e direta: “Satanás não entra nas pessoas. Não há endemoninhados. Há enfermos de diversas categorias. Deveriam cessar de vez as delirantes cerimônias de exorcismos”⁴⁹. Em abril do mesmo ano, numa reunião realizada na clínica de psiquiatria da Universidade de Roma (*Tor Vergata*), o padre Gabriele Amorth explicava aos vários médicos presentes sobre os sinais que diferenciam a doença psíquica da possessão: as pessoas, às vezes, durante o exorcismo (segundo sua experiência), “cospem pregos, vidros, madeixas de cabelos [...] O caso mais grave que estou acompanhando é o de uma pessoa de quem o demônio disse que fará vomitar um aparelho de rádio; já vomitou quase dois quilos de material”⁵⁰.

Casos como esse, extraordinários e dificilmente críveis, são, contudo a exceção. Para a maioria dos fiéis que o procura, o exorcismo solene é desnecessário; de qualquer forma, Dom Amorth não enxerga contradições entre os saberes psiquiátricos e a prática exorcística, e é enfático: “Antes de mais nada, exijo um parecer médico e leio atentamente os relatórios clínicos”⁵¹. Essa cooperação remete a uma problemática que o Ritual de 1999 trataria de apontar: a pertinência do exorcismo diante de fenômenos cuja eventual origem esteja calcada em razões de ordem médica. Se, por um lado, o demônio pode querer fazer passar por doença o que é de fato possessão, por outro não se deve proceder ao exorcismo sem que a hipótese patológica tenha

⁴⁷ RITUAL DE EXORCISMOS, p. 19-20.

⁴⁸ Segundo Young, a proximidade entre as fórmulas conjuratórias dos exorcismos e aquelas da *magia ritual* – vulgarmente conhecida como *necromancia* – é notável ao ponto de, durante a Idade Média, quando não havia um rito oficial, elas serem praticamente indistinguíveis. YOUNG, Francis. *A history of exorcism*, p. 73-115.

⁴⁹ FRAIJÓ, Manuel. *Satanás em baixa*. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 72-73. Tomaremos, nas páginas que se seguem, este livro de Fraijó como um exemplo da moderna negação teológica e filosófica da existência do diabo.

⁵⁰ AMORTH. *Exorcistas e psiquiatras*, p. 84.

⁵¹ _____. *Exorcistas e psiquiatras*, p. 78.



sido previamente descartada, recorrendo o exorcista, para tanto, a profissionais “em ciência médica e psiquiátrica, que tenham o senso das coisas espirituais”⁵².

Se as críticas de Fraijó dirigiam-se a Gabriele Amorth, é difícil dizer, pois não menciona-o em seu escrito. A polémica, entretanto, é transparente, e historicamente oportuna. Qual entre os dois estaria correto – se o primeiro, progressista e ecumênico, se o segundo, crédulo e tradicional – não nos cabe decidir. Três anos antes publicaram-se na Itália os testemunhos – em pouco tempo conhecidíssimos – do nosso caro Dom Amorth, que dizia: “Faz-me rir certos pretensiosos teólogos modernos que afirmam como sendo uma grande novidade o facto de certas doenças se poderem confundir com a possessão diabólica”⁵³. Como vimos, pelo menos quanto a isso ele tem razão: a negação da realidade da possessão com base em explicações médicas não era novidade. A instabilidade do fenómeno, experimentada ao longo de sua história, e através de várias culturas, contudo, ganhara especial relevo no fim do século XX.

Em 1976, a morte de Anneliese Michel evidenciava a gravidade da questão. Esta jovem estudante alemã, da cidade de Klingenberg, manifestava, desde a infância, distúrbios de carácter psíquico. Seus primeiros exames aconteceram quando tinha apenas 14 anos e, mesmo diante de resultados negativos, medicamentos anticonvulsivos foram receitados. Os ataques evoluíram com o passar dos anos, e o quadro depressivo e obsessivo adquiriu os contornos de uma profunda aversão ao sagrado (Anneliese, assim como seus familiares, era profundamente católica). Em 1975, aos 23 anos, após quase uma década de diagnósticos inconclusivos, e de muito sofrimento suportado, a primeira sessão de exorcismo acontece. No ano seguinte Anneliese morre, sem jamais deixar de sofrer o que sua família e os dois padres exorcistas – depois disso processados por sua morte – acreditavam ser uma possessão demoníaca.⁵⁴

Dois anos depois publicava-se uma pequena obra conjunta que se baseava, ainda que criticamente, na teologia de Herbert Haag (falarei dele a seguir). Neste livro os teólogos Walter Kasper, Karl Lehmann e Karl Kertelge propunham uma “impostação do problema de acordo com a Sagrada Escritura e a confissão de fé na tradição”. Mas as motivações de seus autores, em sintonia com as de alguns teólogos norte americanos, como Henry Ansgar Kelly, avesso à crença na possessão, e à prática dos exorcismos⁵⁵, eram bastante claras: “O trágico caso Klingenberg

⁵² RITUAL DE EXORCISMOS, p. 19.

⁵³ AMORTH. *Um exorcista conta-nos*, p. 53.

⁵⁴ Cf. maiores detalhes em GOODMAN, Felicitas D. *How about demons? Possession and Exorcism in the Modern World*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1988, p. 114-122. YOUNG, Francis. *A history of exorcism*, p. 247-250.

⁵⁵ _____. *A history of exorcism*, p. 243-246.



manifestou subitamente a um público mais amplo [...] as consequências gravíssimas que decorrem de uma falsa ‘crença no diabo’⁵⁶.

A presença ainda, no mesmo livro, de um quarto autor, o psicólogo Johannes Misco, apontava como a descrença no diabo, e na sua capacidade de possuir os seres humanos, enraizava-se na velha crítica de origem médica. Segundo interpretações que variaram ao longo dos séculos, e que se fazem presentes desde a Antiguidade, os estados psíquicos interpretados como possessão espiritual (no nosso caso, demoníaca) resultam de doenças bastante específicas. Brian Levack identificou as três explicações mais influentes (no Ocidente cristão): epilepsia, melancolia e, por fim, histeria⁵⁷. “A minha crítica”, escreve Misco, “dirige-se contra a teoria”, segunda a qual “impulsos dissociados, que o enfermo sente e reprime são definidos erroneamente como ‘espíritos’ ou ‘demônios’⁵⁸. Em outras palavras, tais estados são sintomas de uma doença, explicável naturalmente.

3. Quando um Doutor em Teologia, como Manuel Fraijó, afirma que “Satanás não pertence à essência do mundo cristão”, e que é, portanto, “possível crer em Deus sem ‘crer’ no Diabo”, pois o “demônio não é objeto de fé nem faz parte do credo”⁵⁹, significa que Satanás está mesmo em *horas bajas*. Em seu pequeno livro, ele não apenas nega que existam possessões, mas parte da ideia segundo a qual o diabo não passa de um símbolo funcional no interior da mensagem evangélica, na “pregação do Reino”; não é o anjo caído, que pela perversidade de sua escolha (renunciar a Deus), perdeu a graça e tornou-se o inimigo do gênero humano. Ora, um demônio simbólico não possui ninguém.

A atitude de Fraijó perante o texto bíblico possui raízes marcadamente céticas, e remete à permeabilização do discurso teológico católico pelos instrumentos da crítica hermenêutica de origem protestante, em especial na sua vertente *demitologizante*. O campeão desta teoria hermenêutica, Rudolf Bultmann, resume, com exemplaridade, o que entendia como seu projeto: “A este método de interpretação do Novo Testamento, que trata de redescobrir seu significado mais profundo, oculto sob as concepções mitológicas eu chamo *demitologização* – termo que

⁵⁶ KASPER, et. al. *Diabo, demônios*, p. 7. Uma polêmica se acendeu com a publicação deste livro, e um dos autores tidos como crédulos e ultrapassados, por acreditar no diabo à moda antiga, Corrado Balducci, respondeu criticando a postura teológica de seus críticos, e ironizando o desconhecimento de textos da Igreja por parte de Misco, cf. BALDUCCI. *El Diablo*, p. 130-133.

⁵⁷ Levack, *The devil within*, p. 26-29. É preciso notar que durante muito tempo os saberes médicos e a crença na possessão espiritual, ou demoníaca, coexistiram sem maiores problemas. O exemplo da medicina portuguesa é eloquente, nesse sentido. Cf. RIBEIRO, Márcia Moisés. *Exorcistas e demônios*. Rio de Janeiro: Campos, 2003, p. 41-58.

⁵⁸ KASPER et. al. *Diabo, demônios*, p. 143.

⁵⁹ FRAIJÓ. *Satanás em baixa*, p. 73. Fraijó, devido a posicionamentos teológicos divergentes, não ensina mais teologia, mas permanece professor de filosofia, sem ligação com a Igreja.



permanece insatisfatório”. Segundo o autor, tal postura hermenêutica “não se propõe a eliminar os enunciados mitológicos, mas a interpretá-los [...] indagando-se pelo significado mais profundo das concepções mitológicas e libertando a palavra de Deus de uma visão de mundo já superada”⁶⁰.

Satanás faz parte, segundo essa corrente, de uma visão de mundo inadequada à modernidade, e é portanto, desnecessário. Fraijó salienta: “Não é preciso renunciar a falar de Satanás [...] o que parece importante é fazer isso com uma linguagem correta. É o que tentou Bultmann e é o que tenta a teologia atual”⁶¹. Não é de Bultmann tão somente que vêm as ideias de Fraijó, mas de uma teologia católica, influenciada por aquele. O melhor exemplo é o do pequeno livro de Herbert Haag, um especialista católico no Antigo Testamento, intitulado *Abschied vom Teufel*, e publicado em 1969. Nele, o teólogo suíço afirma que “quando o Novo Testamento opera com os conceitos de satã, diabo, maus espíritos, demónios, neles se refletem sinceramente [...] concepções condicionadas pelo tempo”⁶², concepções que, de acordo com sua interpretação, apenas substituem a noção de pecado. São, em outras palavras, símbolos, ou alegorias, do mal que existe no mundo e que advém da liberdade de ação dos seres humanos.

A reação a tal postura exegética – que pressupõe uma espécie de assepsia do texto bíblico em busca do que não é meramente acessório, mas constitui o núcleo da revelação evangélica – fez-se sentir de imediato. Na famosa homilia de São Pedro, em 1972, o papa Paulo VI já denunciava o avanço da mentalidade secularizada e estranha à tradição dentro da própria Igreja: parecia que “da qualche fessura sia entrato il fumo di Satana nel tempio di Dio”⁶³. Tal ataque ao catolicismo, sofrido após o Vaticano II – o concílio que pensou o mundo moderno, o ecumenismo – possuía, segundo o Pontífice, origem no velho *Inimigo*, que anda rugindo à roda,

⁶⁰ BULTMANN, Rudolf. *Jesus Cristo y la mitología*. Trad. Ramón Alaix e Eduardo Sierra. Madrid: Ediciones Ariel, 1970, p. 22; 44; 57, tradução minha.

⁶¹ FRAIJÓ. *Satanás em baixa*, p. 74.

⁶² Posso a versão em castelhano: HAAG, Herbert. *El diablo, un fantasma*. Trad. Alejandro Esteban. Barcelona: Herder, 1973, 56, tradução minha. Esta é, de fato, a lição de Bultmann: “Demitologizar supõe negar que a mensagem da Escritura e da Igreja esteja inegavelmente vinculada a uma visão de mundo antiga e obsoleta [...] a demitologização não tem outra meta que esclarecer este chamado da Palavra de Deus. Busca interpretar a Escritura”, BULTMANN, Rudolf. *Jesus Cristo... op. cit.*, p. 57, tradução minha. Sobre a influência do pensamento de Bultmann na teologia de Haag, bem como para uma visão sumária da negação do diabo a partir de uma leitura literária da Bíblia, cf. CANTONI, Piero. *Demonologia e prassi dell'esorcismo e delle preghiere di liberazione: un punto di vista cattolico*. Disponível em: http://www.cesnur.org/2003/cantoni_dem.htm. Acesso em nov./2015. Devo a este artigo a leitura sobre a penetração da hermenêutica protestante na Igreja Católica.

⁶³ LA SANTA SEDE. IX ANNIVERSARIO DELL'INCORONAZIONE DI SUA SANTITÀ. OMELIA DI PAOLO VI. Solennità dei Santi Apostoli Pietro e Paolo. Giovedì, 29 giugno 1972. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/homilies/1972/documents/hf_p-vi_hom_19720629.pdf. Acesso em nov./2015



como leão.⁶⁴ Os documentos desta reação são conhecidos, mas é importante fixar seu aparecimento na turbulência dos anos 1970.

Em 15 de novembro do mesmo ano, em *Audiência Geral*, o papa reafirmava, com maior convicção, a posição da Igreja a respeito do demônio. Chamando a atenção dos ouvintes para a realidade do mal no mundo – a dor, o sofrimento, o pecado, a morte – o bispo de Roma apontava o responsável pelas desordens que atingem os seres humanos: “um agente obscuro e inimigo, o Demônio. O mal não é apenas uma deficiência, mas uma eficiência, um ser vivo, espiritual, pervertido e perversor. Terrível realidade. Misteriosa e apavorante”⁶⁵.

No artigo *Fé cristã e demonologia*, publicado no jornal *L’Osservatore Romano* em 1975 o autor (*un expert*, segundo o original francês, todavia anônimo) trata de “certos críticos”, os quais “julgando identificar a posição de Jesus”, contrapõe-na às crenças demonológicas neotestamentárias, tidas como “personificações míticas e funcionais” e – a alusão velada a Haag é, todavia, captável – conduzem, desta forma, uma “desmitização em nome de uma certa hermenêutica”⁶⁶.

O artigo não se limitava a condenar tal estilo interpretativo mas, baseando-se no famoso parágrafo *Firmiter* do IV Concílio de Latrão (1215), em dezenas de citações de autoridades da Igreja, como S. João Crisóstomo, S. Agostinho e S. Tomás de Aquino, e noutros textos do magistério, afirmava a doutrina tradicional: o demônio é um ser individual, o primeiro dos pecadores e o autor do mal. Por meio de sua sugestão, o pecado atingiu, *in illo tempore*, o gênero humano; continua, todavia, sua ação hedionda, tentando e possuindo os filhos de Deus.⁶⁷

O curioso é que, de maneira diversa do que alguns possam afirmar, o Vaticano II, repudiado por fiéis mais conservadores – para os quais a existência do demônio jamais se colocou em dúvida – não representou o banimento de Satanás da teologia católica, ou de sua pastoral. Muito ao contrário, em cinco documentos conciliares, dezoito menções são feitas às ações do

⁶⁴ “Crediamo - osserva il Santo Padre - in qualcosa di preternaturale venuto nel mondo proprio per turbare, per soffocare i frutti del Concilio Ecumenico, e per impedire che la Chiesa prorompesse nell’innno della gioia di aver riavuto in pienezza la coscienza di sé”, “*Omelie di Paulo VI...*”.

⁶⁵ LA SANTA SEDE. PAOLO VI. UDIENZA GENERALE. Mercoledì, 15 novembre 1972. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1972/documents/hf_p-vi_aud_19721115.pdf. Acesso em nov. 2015. Tradução minha.

⁶⁶ “Fede cristiana e demonologia”, *L’Osservatore Romano*, 26 giugno 1975 (cfr *Enchiridion Vaticanum*, vol. 5, nn. 1347-1393, p. 830-879). Il testo originale francese: *L’Osservatore Romano*, edizione in lingua francese, 4 luglio 1975. Consultamos o texto contínuo, sem indicação de páginas, no site oficial do Vaticano. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19750626_fede-cristiana-demonologia_it.html. Acesso em nov./2015

⁶⁷ “Fede cristiana...”, s. n. Cf. YOUNG, Francis. *A history of exorcism*, p. 245-246. Para mais detalhes de Paulo VI, e também sobre João Paulo II, v. BALDUCCI, Corrado. *El Diablo*, p. 59-76.



demônio: uma na constituição sobre a liturgia, *Sacrosanctum Concilium*; sete na constituição dogmática *Lumen Gentium*; uma na declaração *Dignitatis Humanae*; quatro na declaração *Ad Gentes* e, finalmente, cinco menções na constituição pastoral *Gaudium et Spes*⁶⁸.

O rito publicado em 1999, nos sete primeiros parágrafos (*A vitória de Cristo e o poder da Igreja contra os demônios*) de sua *Introdução Geral*, recupera várias destas definições do magistério da Igreja, incluindo as antigas, e afirma: “Desde os tempos apostólicos, a Igreja exerceu o poder que recebeu de Cristo de expulsar os demônios e repelir sua influência”⁶⁹.

Podemos avaliar tal posição reativa da Igreja, em reafirmar a doutrina tradicional a respeito do diabo, das possessões e exorcismos, de um ponto de vista que é, a um só tempo, teológico e, por assim dizer, político. Teológico porque uma vez aceite a limpeza do texto bíblico e a eliminação do diabo com base numa exegética, não se compreende porque outros elementos não possam ser igualmente rejeitados em prol de uma mentalidade ao gosto do mundo moderno. Se Jesus equivocou-se a respeito do diabo⁷⁰, porque não se teria equivocado a respeito de outras afirmações? Será o que seu Reino não é mesmo deste mundo? Será que multiplicou pães? Será que ele ressuscitou? Mais: uma vez que a crença no diabo é rechaçada com base na inconsistência bíblica⁷¹ a seu respeito, é toda uma visão de cristianismo que não deriva apenas da Bíblia, mas da tradição apostólica (ou, em outras palavras, o cristianismo da Igreja Católica) que é abertamente contestada.

De um ponto de vista político, negar a existência do diabo significa identificá-lo como o símbolo de males bastante humanos, sociais, que devem ser amenizados, ou mesmo abolidos, por uma ação social concreta por parte da Igreja (e de forças políticas engajadas). É assim que logo após escrever sobre as errôneas crenças demonológicas de Jesus, Fraijó insiste junto ao leitor que “ele é lembrado como um homem bom e cheio de utopias [...] que sonhou com um mundo sem lágrimas nem sofrimentos, sem vítimas nem verdugos”, para mais à frente concluir, “não é

⁶⁸ BALDUCCI, Corrado. *El Diablo*, p. 53-58.

⁶⁹ RITUAL DE EXORCISMOS, p. 15. A história apresentada pela introdução do ritual não assinala uma posição coerente do ponto de vista pastoral ao apresentar definições magisteriais, mas limita-se a justificar a prática dos exorcismos por meio desses ensinamentos.

⁷⁰ “É provável, embora não seja seguro, que Jesus participasse da mentalidade de seu tempo e crescesse nos demônios. Não seria o único erro a lhe ser imputado. Parece que também contava com o fim iminente do mundo. Os escritos bíblicos afirmam que Jesus foi igual a todos nós, menos no pecado. Não estava, pois, imune aos erros. Escusa dizer que os cristãos não estão obrigados a partilhar destes erros”, FRAIJÓ. *Satanás em baixa*, p. 60.

⁷¹ Cf. GROB, Jeffrey S. *A major revision*, p. 7-40 para a presença do demônio na literatura intertestamentária (composta de livros ausentes da Bíblia); para a inconsistência bíblica a respeito do diabo refletida na dificuldade em representá-lo artisticamente, cf. LINK, Luther. *Diabo. A máscara sem rosto*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 43-94.



possível falar de Jesus sem evocar seus sonhos”⁷². Assim como afirmar a existência concreta de Satanás pode demonstrar uma posição conservadora, avessa a posturas liberais e secularizadas e que julga sustentar uma guerra contra as hostes do Inimigo.⁷³

4. A Igreja teve de se haver com um *segundo incômodo*, e que coloca em termos mais abrangentes esse “retorno do demoníaco” a partir da segunda metade do século XX: o grande crescimento das igrejas evangélicas, sobretudo as pentecostais⁷⁴ e, mais tarde (a partir das décadas de 70 e 80), as neopentecostais⁷⁵ (tão presentes, hoje em dia, em países de maioria católica, como México e Brasil, e sendo exportadas para Europa). O seu recurso constante aos aspectos extraordinários do sagrado – tais como a glossolalia⁷⁶ e a cura sobrenatural – e seu expediente de “desrotinização do carisma” – na contracorrente do protestantismo histórico – tornam essas igrejas especialmente atraentes à busca por uma vivência pessoal da verdade religiosa.

Não espanta que os corpos das pessoas se transformem em arenas de uma disputa cósmica – e um tanto prosaica, porque continuada – entre o Espírito Santo e o Diabo, ambos acessíveis, para o bem e para o mal, de uma maneira incomum aos católicos mais tradicionais. O poder de expulsar o demônio é um pré-requisito para ser um pastor de sucesso, embora não o seja para um padre. A possessão se torna ainda – e esse é um aspecto sobressalente, com consequências político-culturais às vezes graves – ocasião para uma *guerra cultural*, uma vez que, dada a mentalidade mágica presente nos cultos neopentecostais (a possessão é identificada tantas vezes com o feitiço), as entidades das religiões afro-brasileiras, usando nosso exemplo, terminam por corresponder aos diversos demônios que, segundo os pastores, possuem os seus fiéis.⁷⁷

⁷² _____. *Satanás em baixa*, p. 65. Não é possível aprofundar questões como essas num ensaio pequeno, como o nosso. A fácil identificação desse posicionamento com a teologia da libertação, mereceria investigação ulterior.

⁷³ “Satanás não pode entender os santos de Cristo e Satanás não pode conquistar os santos de Cristo”, KREEFT, Peter. *Como vencer a guerra cultural*. Um plano de batalha cristão para uma sociedade em crise. Trad. Márcio Hack. Campinas: Ecclesiae, 2011, p. 35.

⁷⁴ Cf. a respeito do pentecostalismo e da centralidade do Espírito Santo e do diabo, GOODMAN. D. *How about demons?*, sobretudo o capítulo 4 “Pentecostalism: a new force in Christendom”, p. 52-63. Cf. ainda, LEVACK, Brian. *The devil within*, p. 245-247, que também credita a presença do pentecostalismo como um dos fatores para se levar em conta no aumento das possessões e na perda de fiéis da Igreja Católica.

⁷⁵ Movimento surgido na década de 70 e que se caracteriza, com grande evidência no Brasil, pelo fim dos costumes ascéticos do pentecostalismo (roupas, comportamento etc.), pela Teologia da Prosperidade e pela guerra espiritual, cf. MARIANO, Ricardo. Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. *O mal revisitado*. Debates do NER. Porto Alegre, ano 4, n. 4, 2003, p. 21-23. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2718/29178>. Acesso em nov./2015.

⁷⁶ Para uma análise comparada da glossolalia, Cf. GOODMAN. *How about demons?*, p. 1-24.

⁷⁷ Cf. MARIANO. Guerra espiritual, p. 26-27. O autor é bastante crítico das posturas da IURD: “Esta parece ser a finalidade precípua da guerra espiritual: dizimar a concorrência mediúnica nos estratos populares. Esses religiosos procedem do mesmo modo, portanto, para conquistar maior fatia do mercado religioso e, ao mesmo tempo, impor o poder de Cristo sobre o Diabo, ou o poder religioso do seu grupo sobre os concorrentes”, p. 29. É fácil constatar um ponto de contato entre tal postura neopentecostal e a de muitos dos exorcistas católicos contemporâneos. Me



Para além deste contato imediato com o sobrenatural, a *guerra espiritual* faz parte, como dissemos de uma mentalidade mágica que entende o sofrimento, a doença, a pobreza e o insucesso como ingerências do espírito maligno na vida das pessoas, e a igreja, ou o templo, como o lugar de obter a cura, uma salvação bastante mundana.⁷⁸ Esta mentalidade, está claro, não é o apanágio do neopentecostalismo, mas faz parte de uma atitude mais ampla do mundo contemporâneo, onde um mercado religioso se constituiu no âmbito das novas religiosidades e espiritualidades.

Essa realidade está igualmente presente entre os católicos, como é visível no movimento da *Renovação Carismática*, que a muitos soa claramente como o “pentecostalismo da Igreja” (e que é mais tolerada que estimulada,⁷⁹ pois desempenha um papel importante na tentativa de trazer seus fiéis de volta). Ali também as curas, as orações em línguas e, é claro, os exorcismos, tendem a abundar. O maior propagandista do ministério do exorcismo no mundo católico, o nosso caro Dom Amorth, é enfático em defender, em suas transmissões mensais na *Radio Maria* – no ar há mais de vinte anos – a importância de todo padre poder fazer exorcismos, a necessidade de se aprender com os pentecostais⁸⁰ e de poder contar com as orações de “cura e libertação” realizadas pelos carismáticos.⁸¹

As orações de libertação, de caráter deprecatório, oferecem a oportunidade aos fiéis leigos de participarem no combate espiritual contra Satanás. Segundo os exorcistas contemporâneos, tais orações tem eficácia, e podem expulsar o demônio, não sendo, contudo, substitutos para o exorcismo, onde o poder da Igreja se manifesta mais plenamente. Em tais orações não se interpela o demônio, mas pede-se a Deus a libertação da influência demoníaca.⁸² É conhecida, todavia, a postura sóbria da Igreja com relação a tais atividades. Numa carta aos ordinários locais, por parte da Congregação para a Doutrina da Fé (presidida na época pelo então cardeal Joseph

lembro de um episódio do programa *Racconti di un Esorcista*, transmitido na Itália pela Radio Maria, no qual o já bastante idoso padre Gabriele Amorth narra sua imensa dificuldade em realizar o exorcismo em uma certa pessoa que havia sido maleficiada, segundo contava, por um feitiçeiro brasileiro. A *macumba* era a forma de magia mais difícil de desfazer, segundo o risonho exorcista.

⁷⁸ É o que mostra Ricardo Mariano, em seu artigo já citado, _____. *Guerra espiritual*, p. 22.

⁷⁹ Cf., sobre a relação entre a Renovação e os exorcismos, no contexto romano, WILKINSON. *Os exorcistas do Vaticano*, p. 40, tratando da prática de Dom Amorth, que se vale das orações de leigos carismáticos durante os exorcismos. Cf. ainda AMORTH. *Exorcista e psiquiatras*, p. 148-149; sobre o apoio de carismáticos a Dom Amorth, cf. TALAMONTI. *La carne convulsiva*, p. 43-48.

⁸⁰ AMORTH. *Novos relatos de um exorcista*. 2. ed. Trad. Ana Paula Bertolini. São Paulo: Palavra e Prece, 2008, p. 125-130, onde o autor admite a eficácia das orações de libertação realizadas por pentecostais.

⁸¹ Sobre a importância da Renovação na nova ênfase dada aos exorcismos, cf. YOUNG. *A history of exorcism*, p. 255-260.

⁸² Sobre seu uso entre os exorcistas, cf. _____. *Novos relatos de um exorcista*, p. 89-108, onde o autor apresenta vários testemunhos; _____. *Exorcistas e psiquiatras*, p. 109-124; cf. ainda VELLA, Frei Elias. *Aprendendo a lidar com o Diabo*, p. 131-142.



Ratzinger) que buscava regular a prática da libertação e cura espirituais, advertindo para que tais orações, tantas vezes realizadas pelos leigos carismáticos, não assumam os ares de um verdadeiro exorcismo, ou seja, que não possuam um caráter imperativo, conjuratório, mas que mantenham seu caráter de orações⁸³.

A ênfase dada aos dons sobrenaturais, e aos carismas – a profecia, a cura, o “falar em línguas” – como sinais da “unção do Espírito Santo”, coloca os fiéis em uma perspectiva extraordinária na qual a liturgia tradicional, sóbria e repetitiva, torna-se como um pano de fundo: não apenas o corpo de Cristo é o centro das celebrações, mas os corpos individuais – tomados por estremecimentos e sensações – apresentam-se como a nova “carne convulsiva”. Esta versão positiva de “possessão”, recuperada sem que se saiba das franjas do catolicismo, é, todavia, paradoxal: fornece o modelo que, em sua ambiguidade intrínseca, favorece uma *renovação demonológica*. Há um carisma que se chama, com efeito, *discernimento dos espíritos*.

Embora a Igreja aprove a prática dos exorcismos, não encoraja a sua indiscriminada realização, tampouco endossa tudo o que os exorcistas declaram (como as alegações de que os últimos três papas, incluindo Francisco, tenham realizado exorcismos públicos em vexados do demônio). E, algumas vezes, os condena e pune. O caso mais famoso é o do ex-bispo de Lusaka (Zâmbia) Emmanuel Milingo, conhecido mundialmente por suas missas de cura e libertação e pelos heterodoxos exorcismos.⁸⁴ Afastado da Igreja em 2001, por ter-se casado com uma coreana nos EUA, e depois reconciliado, continuou com seus exorcismos espalhafatosos no exílio, em Zagarolo, ao sul de Roma. Desde 2006, entretanto, não pertence mais à hierarquia da Igreja, por ter ordenado bispos quatro padres casados nos EUA.⁸⁵

5. Um terceiro e último apelo pelo posicionamento da Igreja face ao fenômeno das possessões diabólicas é mais difícil de precisar. Ele vem da sociedade em geral, laica e mesmo incrédula (a princípio), estimulada por uma cultura demonológica presente em filmes, séries de TV, histórias em quadrinhos, livros, e na música contemporânea, sobretudo aquela derivada do *rock* e do *metal*. Uma relação de causa e efeito, todavia, é muito difícil de estabelecer; a reafirmação

⁸³ Cf. CONGREGAZIONE PER LA DOTTRINA DELLA FEDE. Lettera agli Ordinari riguardante le norme sugli esorcismi. 29 settembre 1985. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia//congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19850924_exorcism_it.html. Acesso em nov./2015.

⁸⁴ YOUNG. *A history of exorcism*, p. 256-258.

⁸⁵ “Ele estava praticamente realizando exorcismos públicos, permitindo que fossem filmados, e mantendo um decoro condizente com o de um caixeiro-viajante”, _____. *Os exorcistas do Vaticano*, p. 113. A autora oferece um retrato das atividades de Milingo (p. 104-116), tendo-o entrevistado em Zagarolo. Cf. ainda, par ao atual paradeiro de Milingo, FIORINO, Anna. L'esorcista a Roma. Milingo è tornato. *Il tempo*, 18/07/2015. Disponível em: <http://www.iltempo.it/cronache/2015/07/18/l-ex-vescovo-cancellato-dalla-gerarchia-vaticana-in-italia-con-vistico-turistico-l-esorcista-a-roma-milingo-e-tornato-1.1438836>. Acesso em nov. 2015.



da pastoral exorcística projetou sua luz (ou sombra) sobre os *media*, ou, ao contrário, foram eles que, parodiando as práticas católicas – o *pop*, transformando a cultura em ícone – despertaram a atenção da Igreja para um tema até então deixado de lado?⁸⁶

A década de 1970, com efeito, popularizou tais práticas a um nível não antes visto. A indústria de filmes é um grande exemplo do que estamos a tratar: se se deve a uma obra de ficção o interesse popular pelo exorcismo e pela demonologia na segunda metade do século passado, esta obra é *O exorcista* de William Friedkin, baseada no romance homônimo de William Peter Blatty, e que em 1973 causou um frisson generalizado. De lá pra cá, o subgênero do terror criado por esse filme deu origem a inúmeras películas, de varável gosto e qualidade, e a cena clássica da pequena Reagan, possuída pelo atroz Pazuzu, foi extensamente parodiada.⁸⁷

Segundo a abordagem um tanto freudiana de Robert Muchembled – via Norbert Elias – o sucesso de tais filmes deve-se ao velho mecanismo de culpabilização ocidental, operante pela repressão dos instintos, que encontra no entretenimento uma liberação catártica: “um mecanismo de liberação da angústia latente parece ser a principal explicação, o que significa que o medo do demônio” – ele refere-se especialmente ao filme de Friedkin –, “constituía sempre uma importante estrutura psíquica para grande parte da população”⁸⁸.

Errado, evidentemente, estava o padre Karras, personagem de destaque do livro e do filme, que, indagado sobre a possibilidade de realizar um exorcismo, respondia com impagável ironia que era preciso “uma máquina do tempo para se retornar à Idade Média” (melhor diríamos: à Idade Moderna). Segundo Wilkinson, bastaria dar um pulo, hoje, até Roma. Ou, na época do livro, como vimos, até Klingenberg. A morte de Anneliese – recontada no cinema pelos bons filmes *O exorcismo de Emily Rose* (2005) e *Requiem* (2006) – condensava a problemática da possessão em suas realidades ética, médica e religiosa⁸⁹, provocando, como vimos, um intenso

⁸⁶ LEVACK. *The devil within*, p. 244. É a questão que Levack se coloca.

⁸⁷ Young igualmente sublinha a notoriedade do filme YOUNG. *A history of exorcism*, p. 250.

⁸⁸ MUCHEMBLED. *Uma história do diabo*, p. 324. O autor segue destacando que nos EUA, muito mais que na Europa (seu foco, obviamente, é a França, mas também a Bélgica) o cinema de terror possui um apelo imensurável. Muchembled elenca ainda, nas páginas finais de seu livro, uma lista enorme de filmes de terror, suspense e policiais, desde 1896 até 1999 (p. 367-380) e também matérias sobre o diabo na imprensa francesa, de 1985 a 1991 (p. 381-382).

⁸⁹ Um bom resumo destes dois filmes, além de alguma bibliografia sobre Klingenberg, podem ser encontrados em COGLIANDRO, Giovanni. L'Esorcismo di Emily Rose. Sacrificio oblativo e visioni del preternaturale. In: *V Convegno Poetica e Cristianesimo - Scrittori del Novecento e Mistero Cristiano, Roma 5-6 maggio 2011*, ora in E. Fuster, J. Wauck (a cura di), *Scrittori del Novecento e mistero cristiano*, Edusc, Roma 2013, p. 195-208. Disponível em: https://www.academia.edu/6907445/L_Esorcismo_di_Emily_Rose_Sacrificio_oblativo_e_visioni_del_preternatura le Acesso em nov./2015.



debate nos meios teológicos da Igreja. É significativo que a sua experiência, já no século XXI, tenha despertado novo interesse.

O aumento do número de possessões e exorcismos deu-se exatamente a partir das décadas de 60 e 70, mas esse número cresceu ainda mais no começo dos anos 2000. Haveria aqui uma conexão real entre tal fenômeno e o apelo demonológico presente na indústria de entretenimento? Ou tratar-se-ia de mera coincidência? A conclusão a que chega o historiador Brian Levack – ainda que de um modo vacilante – é a de que, assim como ocorria na Primeira Modernidade, quando narrativas sobre as possessões circulavam entre as várias camadas da população, a divulgação contemporânea de tais relatos – seja através do cinema e da TV, seja através da internet – fornece, aos futuros endemoninhados, modelos de conduta para compreenderem a si próprios (suas mazelas, dificuldades e angústias).⁹⁰

Paralelamente às hipóteses sobre a secularização e o desencantamento do mundo, os sociólogos e filósofos – e os palpiteiros de plantão – vêm assinalando um pretense “retorno da religião”, um fenômeno de exceção pela sua peculiaridade num mundo pós-moderno. Que esta expressão escamoteie um retorno da magia, do misticismo e do espiritualismo e que o exorcismo represente uma mercadoria de baixo custo naquele amplo mercado do sagrado – que hoje conta, de fato, com conglomerados multinacionais – pouco importa. O interesse pelo diabo e pelos fenômenos diabólicos floresceu neste campo da espiritualidade, deslocado de seu primitivo contexto religioso/civilizacional e reconquistou, aos poucos, o imaginário ocidental.

Este ensaio termina aqui. A título de conclusão, gostaria de ressaltar a importância da contextualização histórica das possessões e exorcismos tais quais o público ocidental conhece. Realidade típica da civilização cristã, menos medieval que moderna – a modernidade dos séculos XVI e XVII –, rechaçada pelo racionalismo iluminista e pela hermenêutica protestante com raízes no século XIX, a tomada do corpo por um espírito maligno (o Diabo e seus demônios) está de volta ao catolicismo, motivada, entre outras coisas, por um moderno pentecostalismo e, de um modo que precisa ser melhor conhecido, pela cultura de entretenimento (que não se enxerga como católica). Além, é claro, da necessidade sentida pela Igreja em se afirmar com uma alternativa tradicional num mundo que rejeita, a pouco e pouco, tudo que cheire a religião, literalismo, fundamentalismo.

Busquei identificar, baseando-me sobretudo nos trabalhos de Adelina Talamonti, Brian Levack e Francis Young, as peculiaridades da possessão e do exorcismo no contexto católico, evitando explicações esquemáticas ou a-históricas. A comparação com outras culturas, nas quais

⁹⁰ LEVAC. *The devil within*, p. 251-253.



o par possessão/exorcismo nem sempre se verifica, mas a *alteração dos corpos* – a presença de uma *alteridade*, espírito, demônio, gênio – pode ser encorajada e cultuada, é um instrumento indispensável e pode fazer avançar muitas questões para a historiografia. Deve se pautar, contudo, no realce das especificidades e diferenças para evitar analogias reificadas e conceitos fora de contexto.

Pesquisas futuras – como a prática dos exorcismos católicos no Brasil – merecem ser realizadas, e quem, sabe, aos poucos, novas hipóteses e teorias venham enriquecer o estado atual do nosso conhecimento sobre um tema que, como vimos, atrai tanto a atenção.



As relações familiares como estratégia patrimonial da elite colonial no Siará Grande: o caso dos Sertões de Mombaça na segunda metade do século XVIII.

Family relationships as a patrimonial strategy of the colonial elite in Siará Grande: the case of Sertões de Mombaça in the second half of the 18th century.

Rafael Ricarte da Silva

Doutorando em História Social
Universidade Federal do Ceará - UFC
rafa-ricarte@hotmail.com

Recebido em: 12/04/2016

Aprovado em: 30/05/2016

RESUMO:

Este artigo procura examinar as relações matrimoniais estabelecidas pelas famílias dos Sertões de Mombaça como estratégia para formação de patrimônio e inserção na elite local em construção por meio da posse de terras, de escravos e relações de parentesco. Para tanto, busca-se analisar os enlaces matrimoniais estabelecidos por parte das famílias sesmeiras deste espaço, examinando-se os pretendentes escolhidos e as formas de união - casamentos exogâmicos ou endogâmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Capitania do Siará Grande, Elite, Família.

ABSTRACT:

This article seeks to examine the marital relationships established by families of the Sertões de Mombaça region, as a strategy for acquiring patrimony and gaining entry into the nascent local elite through kinship and the ownership of land and slaves. For that reason, an analysis is made of the marital ties established by *sesmeiro* families in the area, examining the chosen applicants and the types of marriage – exogamous and endogamous.

KEYWORDS: Captaincy of Siará Grande, Elite, Family.

O presente artigo estrutura-se, metodologicamente, por meio de uma breve discussão historiográfica sobre História da Família e da análise da reprodução das famílias da elite sesmeira a partir dos registros paroquiais. O exame dos casamentos entre pessoas do mesmo grupo familiar, ou entre diferentes grupos, permitiu, por exemplo, interpretar os arranjos familiares do ponto de vista das famílias extensas na região. Segundo Maria Luiza Marcílio, estas fontes eclesiais:



[...] foram providenciais para os estudos históricos, particularmente para os de Demografia Histórica. Na falta de estatísticas vitais para as épocas pré-estatísticas, os registros paroquiais fazem perfeitamente as vezes do registro civil nas análises longitudinais e tendências das populações antigas.¹

Desta maneira, segundo a autora, podem ser estudados vários aspectos de uma determinada população/sociedade tendo como base estes registros. Podem-se destacar o estudo das estruturas familiares; da constituição da população e sua divisão sexual e etária; da família escrava; do espaço da mulher; da fecundidade e da nupcialidade; dos apadrinhamentos e das uniões familiares por meio dos casamentos. Para esta investigação, os dois últimos aspectos foram essenciais por permitirem estabelecer os circuitos que sesmeiros e seus descendentes construíram em suas alianças de poder a partir dos enlaces matrimoniais.

A historiografia sobre família no Brasil apresenta dois momentos distintos. Estes estudos, até a década de 1940, segundo Eni de Mesquita Samara, enfatizavam “mais a questão do poder e das parentelas”. Assim, “esses autores buscaram as bases patriarcais da sociedade brasileira e o entendimento das relações sociais e raciais”²; Estão inseridos neste primeiro momento, os estudos sociológicos e antropológicos. Para as análises clássicas da Sociologia, a família era composta de várias relações que incluíam deveres e obrigações mútuas entre os sujeitos históricos que integravam as relações. Na década de 50 e 60 do século XX, as pesquisas sobre a família brasileira começaram a focar as análises sobre os casamentos, a organização familiar e o divórcio, pensando a família a partir de uma interpretação voltada para as articulações regionais.³

A partir das décadas de 1970 e 1980, baseados em pesquisas empíricas, os historiadores se voltaram para a temática da família tendo como suporte metodológico a demografia histórica. Para Hebe Castro, “a pluralidade social dos arranjos familiares, das concepções de família e das estratégias adotadas pelos grupos familiares passou a ser priorizada em relação às generalizações teóricas predominantes nos modelos anteriores”⁴. Desta forma os trabalhos passaram a analisar as particularidades nestas famílias que foram constituídas em diversas partes do Brasil ao longo de sua história, e não um padrão modelar de família que servisse como representação para todos os casos.

¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros eclesiásticos e a demografia histórica da América Latina. Memórias da I Semana de História. Franca, 1979, p. 260. *Apud*: NADALIN, Sergio Odilon (org.). *História e demografia*: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p.46.

² SAMARA, Eni de Mesquita. A história da família no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, Volume 09, número 17, p. 07-35, set. 1988/fev. 1989, p. 10.

³ _____. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII. Bauru: EDUSC, 2003, p.18-19.

⁴ CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.56.



Eni de Mesquita Samara ao diferenciar as produções sobre a família brasileira nos anos 70 e 80 do século XX, concluiu que os trabalhos dos historiadores-demógrafos estavam voltados para “a estrutura e a dinâmica da população”. Para a autora:

Nos anos 70 foram mais focalizados os aspectos referentes a nupcialidade, fecundidade, equilíbrio dos sexos e estrutura da família. Nos últimos anos, com o avanço da História Social, a diferença temática é maior e as pesquisas estão mais voltadas para a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento, o concubinato e a transmissão de fortunas.⁵

Apesar dos diferentes enfoques, as pesquisas demográficas atuais apontam para a afirmação da família como sendo o principal núcleo de poder e organização social no período colonial do Brasil, especialmente nas áreas interioranas em que a presença do poder público colonial era diminuta. A família como eixo catalisador das relações sociais e econômicas neste período é acentuada por estes estudos, entendendo que a família:

[...] extrapolava os limites consangüíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, o que não só pressupõe como também impõe que a história da família, no Brasil, inclua em suas análises as demais relações além da consangüinidade e da coabitação.⁶

Para Ana Silvia Volpi Scott, a complexidade que o estudo da História das Famílias apresenta é significativa na medida em que a “compreensão dos sistemas familiares do passado não pode limitar-se ao estudo das variáveis demográficas ou dos critérios de co-residência, por conta das múltiplas situações de vida que são contempladas pela família, como instituição básica de praticamente todas as sociedades”. Assim, “a ampliação desse universo, para além do núcleo constituído por pais e filhos e/ou co-residentes, englobando a parentela, ganhou cada vez mais atenção dos estudiosos”⁷.

Para o caso da Capitania do Piauí, Tanya Maria Pires Brandão afirma que a elite local foi fundada nas relações familiares e na ocupação de cargos administrativos, que foram obtidos através do poder dos arranjos familiares e do poderio econômico – posse de gado, terras e escravos. A autora defende a tese de que esta elite colonial foi formada a partir de dois momentos. O primeiro seria imediatamente posterior à efetiva conquista da terra, onde a população, em sua maioria, era masculina e as uniões matrimoniais eram diminutas. Num

⁵ SAMARA. A história da família no Brasil, p.13.

⁶ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.43.

⁷ SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimos” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOSO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da (orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora UNISSINOS, 2014, p.13-14.



segundo estágio, a partir das primeiras décadas do século XVIII, com a efetiva organização de famílias e do equilíbrio sexual da população, é que se intensificou o número de casamentos entre os filhos das famílias que iam se constituindo baseadas na propriedade de gados e terras.⁸ Para chegar a essa conclusão, Tanya Brandão partiu da análise do perfil demográfico da população da Capitania do Piauí, utilizando os inventários e testamentos de Jerumenha e Valença, fazendo o estudo da configuração familiar apresentada nos inventários das famílias formadoras da elite colonial da Capitania do Piauí.⁹

Neste artigo, procura-se analisar a associação entre relações familiares, patrimônio e redes de poder nos Sertões de Mombaça¹⁰, Capitania do Siará Grande, na segunda metade do século XVIII como elemento constitutivo de uma elite¹¹ colonial neste espaço em formação. Almeja-se compreender de que maneira as relações entre as famílias constituídas nos Sertões de Mombaça evidenciaram a ligação entre casamentos – exogâmicos e endogâmicos – e divisão e agregação de patrimônio, na formação de uma elite local. Salienta-se que na primeira metade do século XVIII ocorreu o processo de conquista deste espaço por meio do combate aos gentios e recebimento de sesmarias pelos conquistadores que efetivaram este processo de

⁸ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Um pouco da história da família no Nordeste. In: *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 25-1, p. 197-215, 2007, p.206.

⁹ _____. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2ª edição. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 397f.

¹⁰ Os Sertões de Mombaça compreendiam a área dos atuais municípios de: Mombaça, Senador Pompeu, Piquet Carneiro e Pedra Branca. Optou-se por estudar toda essa área devido à interligação por meio dos pedidos coletivos de sesmarias e relações econômicas e familiares que os sesmeiros estabeleceram. Estes municípios hoje pertencem ao Sertão Central do Ceará, distante de Fortaleza 296 quilômetros.

¹¹ A constituição das elites coloniais passava, necessariamente, pelos serviços prestados a *Sua Majestade*. Segundo Maria Fernanda Bicalho, “a conquista e a defesa da terra, o serviço do rei, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias recebidas [...] podem aqui ser evocados como critérios de formação e de definição das elites”. Assim, cadê destacar que neste trabalho entende-se por elite o grupo de sujeitos que efetivamente participaram do processo de conquista dos Sertões de Mombaça, receberam sesmarias pelos serviços prestados nesta guerra e, posteriormente, detiveram o poder territorial, econômico e político deste espaço por meio da constituição de relações familiares de casamentos e apadrinhamentos. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas – História e historiografia. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (coords.) *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 74. Sobre elites no Brasil Colônia ver: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa – séculos XVI/XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005; FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: *Topoi – Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, número 01, p. 45-122; BICALHO, Maria Fernanda. *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do antigo regime*. Almanak Braziliense (Online), v. 2, 2005, p. 21-34; FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.). *História de Portugal*. Volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 297-335; OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar, 2001; RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530 – c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009; KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. São Paulo: Annablume, 2012; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010; HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



“aproveitamento” das terras “despovoadas e desaproveitadas”. As sesmarias doadas nos Sertões de Mombaça foram dezoito, no período que vai de 1706 a 1751. Foram “agraciados” com o recebimento destas mercês 41 sesmeiros(as). Os pedidos eram justificados mediante três argumentos principais: as áreas estariam desaproveitadas, o combate aos gentios e os requerentes possuíam gados e não teriam terras para os acomodarem. De acordo com os solicitantes do pedido de número 148, do volume 03, das sesmarias da Capitania do Siará Grande, estes:

[...] são puçuidores de gados assim Vaquens como cavalaes não tem terras próprias pa. que posão acomodar e os trazem pro terras alheas recebendo muntas perquas e como... elles suplicantes tem noticia e saben que há muitas terras ocultas dezaproveitadas [...].¹²

Assim, pedem para que possam acomodar seus gados e gerar divisas com suas criações. Nos dezoito pedidos, a justificativa para criação de gados é mencionada e somente um levantava o argumento da lavoura, sem deixar de destacar a criação de gados. Na data de sesmaria de número 84, do volume 11, o escrivão Simão Gonçalves de Souza ressalta que o requerente André Gomes Botelho indicava que usaria as terras doadas para “que crie seus gados plante Lavouras, e pa. o mais Menisterio necessário”¹³.

O povoado dos Sertões de Mombaça surgiu por volta do final do século XVII e começo do século XVIII com as concessões de sesmarias feitas para este território com o objetivo de conquista de terras dos gentios ou como pagamento aos serviços prestados no combate destes. O povoado pertencia à ribeira do Jaguaribe, cujas principais vias de comunicação da Capitania do Siará Grande (Estrada geral do Jaguaribe, Estrada das Boiadas e Estrada Nova das Boiadas) convergiam para esta ribeira, formando caminhos subsidiários proporcionados pela pecuária.

Em 1782 foi criada a capela de Nossa Senhora da Glória, em terras doadas pela filha de Maria Pereira da Silva¹⁴, sesmeira, sendo a capela vinculada à freguesia de Santo Antonio de Quixeramobim. Feita a capela, o povoado, em 1832, passou a ter uma freguesia, deixando de depender da freguesia de Santo Antonio de Quixeramobim. Na escritura pública de doação das terras, consta que Teresa de Sousa doou:

[...] cem braças de terra, no sítio Maria Pereira, à margem do rio Banabuiú, que possuía por doação que lhe fez o mesmo Pedro de Sousa Barbalho [marido de

¹² Data de sesmaria nº 148. Vol. 3. Ano 1706. Arquivo Público do Estado do Ceará – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928.

¹³ Data de sesmaria nº 84. Vol. 11. Ano 1734. APEC – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928.

¹⁴ Maria Pereira da Silva recebeu duas cartas de sesmarias nos Sertões de Mombaça em 1706, ambas foram solicitações coletivas. Datas de sesmaria nº 167 e 178. Vol. 3. Ano. 1706. APEC – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928.



Teresa de Sousa], para patrimônio de uma Capela sob a invocação de Nossa Senhora da Glória, Capela que pretende erigir com a autorização do Ordinário e para seu rendimento e para que possa subsistir enquanto o mundo for mundo, e ainda mais cem palmos no mesmo sítio para o adro e corredores da mesma Capela.¹⁵

Nossa Senhora da Glória representa a glorificação de Maria, quando o corpo e a alma da Virgem Maria subiram ao céu. Foi a assunção de Maria. Representou a união entre espírito e corpo e é a fase final da redenção. A escolha por Nossa Senhora da Glória talvez se deveu à influência que, nos Sertões de Mombaça, as mulheres tiveram na conquista da terra, nos arranjos familiares e nas relações econômicas entre os sesmeiros e seus descendentes, haja vista a vila ter recebido o nome da sesmeira Maria Pereira.

Maria Pereira da Silva, residente na Capitania Geral de Pernambuco, quando da requisição das terras, teve bastante destaque nos Sertões de Mombaça. Através desta, formaram-se as relações iniciais de casamento com outros sesmeiros. Foi o caso de Serafim Dias, que casou com Inácia Pereira da Silva, irmã da sesmeira, e de Pedro Barbalho, que casou com Teresa de Sousa, filha de Maria Pereira da Silva. Sua fazenda, “Boca da Picada”, constituiu-se como um entreposto para os sujeitos que se deslocavam por entre os sertões das capitanias do Siará Grande e Piauí.

Segundo Antônio Otaviano Vieira Júnior, a família, no Siará Grande, não se configurou como um modelo único. Sua configuração foi reelaborada a partir das necessidades que se apresentavam num determinado contexto histórico no qual as famílias estavam envolvidas. Assim, as uniões de matrimônio eram realizadas de duas formas: consanguíneas ou com outras famílias, cabendo ao pai e/ou à mãe dos pretendentes a escolha da relação familiar que representava, naquele momento, o melhor para os interesses da família. Desta forma, com os casamentos dos filhos, procuravam agregar poder econômico e prestígio social à família. Ainda segundo o autor, a posse de terras, em grande parte, por meio das concessões de sesmarias, foi marca presente nas famílias mais abastadas da capitania. Nos Sertões de Mombaça, por exemplo, nas terras concedidas em sesmarias, foram implementadas as fazendas de criar, espaços onde se desenvolviam os poderes sociais e econômicos destas poderosas famílias do sertão.¹⁶ Nos pedidos coletivos de sesmarias, encontrou-se, na sua quase totalidade, a menção a cargos e patentes. Já os pedidos individuais as apresentavam com menor frequência. Conjectura-se que, esta forma de distinção perante os demais, foi uma tentativa de ganhar prestígio e se diferenciar, mostrando seu “valor” social no combate ao gentio e arrematando poder e status nos arranjos locais.

¹⁵ Escritura Pública de 24 de janeiro de 1781. *Apud*: BENEVIDES, Augusto Tavares de Sá e. *Mombaça: biografia de um sertão*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1980, p. 73-74.

¹⁶ VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no Sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004, p.189-247.



Para o caso dos Sertões de Mombaça, buscou-se compreender como estas relações foram construídas ao longo do século XVIII. Em um primeiro momento de efetivação da conquista, nos pedidos das sesmarias os requerentes realizaram requisições coletivas de terras. Em muitas concessões de terras, os agrupamentos dos sesmeiros nas solicitações coletivas de sesmarias apresentavam sujeitos que se identificavam como parentes. Constatou-se, também, a existência de pedidos coletivos cujos solicitantes possuíam sobrenomes em comum, exemplo dos Pereira Façanha, dos Ferreira e dos Andrade.

Um dos casos foi o da data de sesmaria de número 167, volume 03, de 1706. Neste pedido, o agrupamento dos sesmeiros reuniu: Maria Pereira da Silva; seu pai, o almoxarife da Fazenda Real de Pernambuco, Cosme Pereira Façanha; Antonio Pereira Façanha; Serafim Dias, português que foi casado com Inácia Pereira da Silva, irmã de Maria Pereira da Silva. Além destes, faziam parte os solicitantes: João de Barros Braga, José Rodrigues de Carvalho e José do Vale e Abreu. Parte destes requerentes esteve reunido em outro pedido, o de número 178 do mesmo volume e ano da solicitação anterior. Desta vez, seriam Maria Pereira da Silva, o almoxarife Cosme Pereira Façanha e o coronel João de Barros Braga.¹⁷ Já a requisição de terra número 25, volume 11, de 1710, apresentava entre os solicitantes os integrantes das famílias Andrade e Ferreira: Antonio Maciel de Andrade, Cosme Barbosa de Andrade, Antonio Dias Ferreira, Constantino de Araújo Ferreira, além do requerente Antonio Gonçalves de Souza.¹⁸

Francisco José Pinheiro ressalta que, no Siará Grande, as alianças que os sesmeiros e seus descendentes formaram “envolvendo os laços familiares, através do casamento, se constituíram em importante mecanismo na constituição do poder local”¹⁹. Especificamente para o caso dos Sertões de Mombaça, além dos casos citados acima, observa-se a articulação entre famílias possuidoras de terras, gados e escravos, por meio de casamentos, conforme será analisado adiante neste artigo. Desta forma, a associação entre pedidos de terra coletivos, arte de comando, agrupamento familiar, posse de gados e origem comum, constituíram os elementos formadores da elite conquistadora dos Sertões de Mombaça no transcorrer do século XVIII.

A análise dos livros de registros de casamentos da Paróquia de Santo Antônio de Quixeramobim, a qual pertencia os Sertões de Mombaça no período em estudo, evidencia que muitas uniões aconteceram entre filhos e filhas de proprietários de terras e gados. De uma

¹⁷ Datas de sesmaria nº 167 e 178. Vol. 3. Ano. 1706. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928.

¹⁸ Data de sesmaria nº 26. Vol. 11. Ano. 1710. APEC - Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928.

¹⁹ PINHEIRO, Francisco José. *Formação social do Ceará (1680-1820): O papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2007, p. 81.



maneira geral, os casamentos ocorriam em datas próximas umas das outras, aproveitando a visita de um religioso para celebrar um sacramento.

A partir do cruzamento nominal feito em inventários, registros de casamento e batismo, identificou-se uma série de casamentos entre integrantes das famílias pertencentes a elite local. Por exemplo, podem-se elencar os enlaces que envolveram os filhos e filhas de Jerônimo da Costa Leite e Rodrigo Francisco Vieira. Estes casaram seus descendentes em uniões que envolveram quatro membros de cada família. Rodrigo Francisco Vieira teve quatro filhos, que foram casados com os descendentes de Jerônimo da Costa Leite. Este por sua vez, casou outros filhos com parentes e portugueses do Arcebispado de Braga, local de sua origem.

Na figura abaixo, podem-se visualizar os casamentos entre os filhos de Rodrigo Francisco Vieira e Jerônimo da Costa Leite, sendo filhos de Jerônimo da Costa Leite: Lucia Correia Vieira, Vicencia Gomes de Jesus, Manuel Vieira da Silva e Joana Baptista do Sacramento.

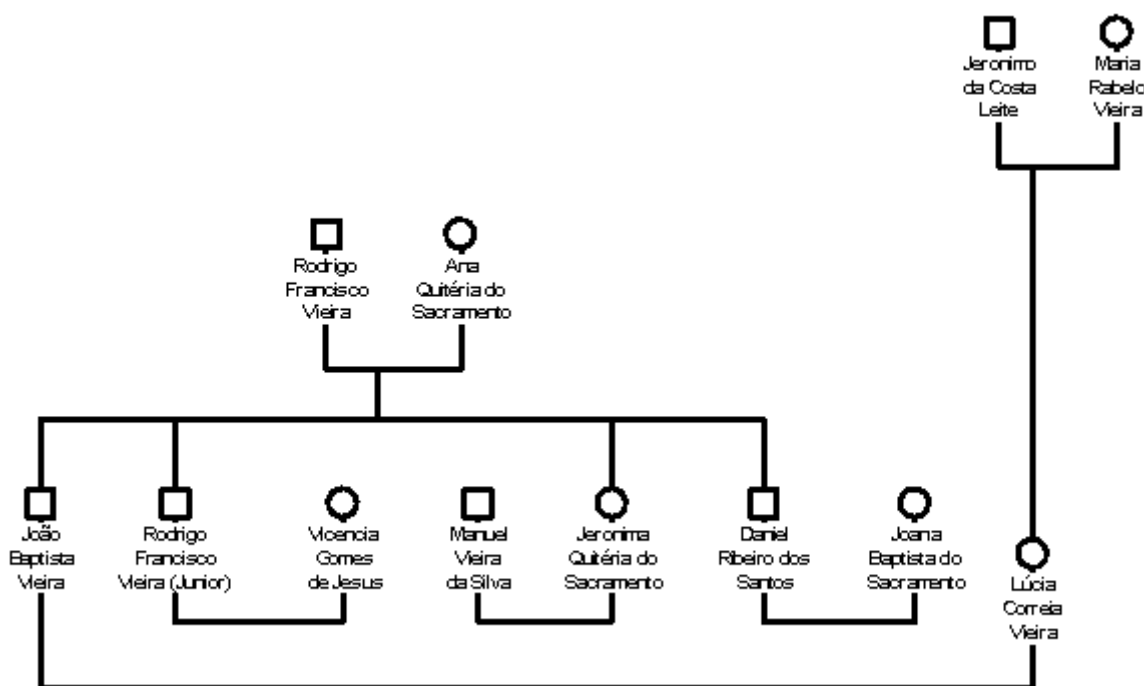


Figura 1: Casamentos entre os filhos de Rodrigo Francisco Vieira e Jerônimo da Costa Leite

No segundo livro de registros da Paróquia de Santo Antônio de Quixeramobim estão registrados alguns dos casamentos das famílias residentes nos Sertões de Mombaça. Dentre estes,



estão os de Rodrigo Francisco Vieira Junior com Vicência Gomes de Jesus, realizado na capela de Nossa Senhora da Glória:

Aos 28 de agosto de 1801 na Capela de Nossa Senhora da Glória [...] recebi em matrimonio pelas nove oras do dia, depois de confessados como determinado na Doutrina Christã, sendo dei as bensoens do Ritual Romano a Rodrigo Francisco Vieira filho legitimo de Rodrigo Francisco Vieira já defunto e D. Anna Quiteria do Sacramento com Vicencia Gomes de Jesus filha legitima de Jeronimo da Costa Leite e Maria Rabelo Vieira foram testemunhas Manoel Rabelo Vieira de Sá e Gonçalo Vieira da Silva de que fis este termo para constar.

Joze Bazilio Moreira.²⁰

O mesmo Jerônimo da Costa Leite casou, além dos quatro filhos(as) mencionados(as) na Figura 01, mais oito filhos(as). Dentre estes casamentos, chama a atenção para os de Cosme Rabelo Vieira, seu filho, e Josefa Maria Pessoa, filha de Manuel Antonio Rodrigues Machado – capitão-mor e português do Arcebispado de Braga – e o casamento de Ana dos Santos Soares com o filho do referido capitão-mor, que tinha o mesmo nome do pai. O capitão-mor passaria então a ser cunhado e genro de Ana Soares. Ambos, Jerônimo e Manuel, foram detentores de terras nos Sertões de Mombaça.

Outro grande grupo familiar que se estabeleceu nos Sertões de Mombaça foi o de Pedro da Cunha Lima, capitão de cavalos. Consta na documentação paroquial e cartorial consultada que este teve nove filhos e filhas. Seus filhos e netos casaram-se com membros de outras famílias, mas também ocorreram casamentos entre primos, como o registrado entre Vicente Ferreira Lima, filho de José Francisco de Sales e Maria de Jesus Pereira de Castro e Angélica Maria de Jesus, filha de José Leite Barbosa e Ignacia Maria de Jesus, sendo José Francisco e Ignacia filhos do capitão de cavalos Pedro da Cunha Lima.²¹

A estratégia de casamentos entre familiares foi uma prática constante no período colonial e que se repetiu algumas vezes nos Sertões de Mombaça, pois a prática dos enlaces matrimoniais endogâmicos permitia a família manter o patrimônio em seu grupo ou elevar o seu poder econômico. Além do caso dos filhos e netos do capitão de cavalos Pedro da Cunha Lima, Clemente e Maria Ferreira contraíram núpcias e fortaleceram os laços familiares já existentes na família.

²⁰ Livro de Casamentos nº 02 – Paróquia de Quixeramobim. Iniciado a 09 de agosto de 1800 e encerrado a 24 de outubro de 1818. Acervo da Diocese de Quixadá.

²¹ Livro de Casamentos nº 01 – Paróquia de Quixeramobim. Iniciado a 16 de novembro de 1755 e encerrado a 29 de julho de 1800. Acervo da Diocese de Quixadá.



Aos vinte de maio de mil setecentos noventa oito nesta Matriz pelas seis oras do dia recebi em matrimonio e dei as bensoens com palavras se presente Just. Grad. A Clemente Fernandes natural da Freguesia das Rusas filho legitimo de Ignacio Fernandes e Ana Maria e a Maria Ferreira natural desta Freguesia filha legitima de Francisco Pinto de Aguiar e Maria Ferreira sendo primeiro dispensados, no terceiro grau de sanguinidade pelo R. misionario [...]

Joze Teles de Moraes
Cura.²² (Grifo meu).

Maria Ferreira era filha do sesmeiro Francisco Pinto de Aguiar, da data de sesmaria de 1720, e esta buscou fortalecer as relações familiares por meio do casamento com um membro do mesmo grupo familiar, que residia em outra freguesia. Ainda nos Sertões de Mombaça, mais um casamento foi realizado entre familiares, agora os novos pretendentes sendo dispensados do segundo grau de consanguinidade.

Aos trinta de abril de mil setecentos noventa e oito na Capela de Nossa Senhora da Glória, em Mombaça, se receberam em matrimonio e dei as bensoens [...] o R. Joze Luiz de minha licença as onze oras do dia a Joaquim Vieira de Mello e a Maria Ignacia de Jezus naturais desta Freguesia os quais forao dispensados no segundo grau de sanguinidade complices do casal forao testemunhas Thomas Ferreira de Magalhaes e Antonio Ferreira Marques todos desta Freguesia de que mandei fazeres se termo aos trinta hum de maio do ano supra em que me assinei.

Joze Teles de Moraes
Cura.²³ (Grifo meu).

Para Marisa Teruya, as relações endogâmicas foram primordiais em se tratando de famílias de elite, pois “o parentesco foi considerado fundamental na sustentação das redes de poder político e econômico. O matrimônio arranjado entre parentes era uma garantia para a preservação do grupo, do patrimônio e um reforço na aliança entre ramos familiares”²⁴. Podem-se constatar estes arranjos nos casos de Antonio Gonçalves de Carvalho e Francisca Gertrudes da Conceição, descendentes de Maria Pereira da Silva; Josefa Maria Pessoa e Cosme Rabelo Vieira, filhos de Jerônimo da Costa Leite e do capitão-mor Manuel Antonio Rodrigues Machado; Clara Rabelo Vieira e Antônio Melo de Oliveira, primos em terceiro grau; e Maria Madalena da Conceição e Manuel Gomes de Araújo, também primos, sendo Maria Madalena filha de João Alves Camelo. Todos pertencentes a famílias detentoras de terras nos Sertões de Mombaça.

Os casamentos, no período colonial, segundo Sheila de Castro Faria, seguiam, de certa forma, um padrão na escolha dos cônjuges por parte dos familiares. Era comum que escravos

²² Livro de Casamentos nº 01 – Paróquia de Quixeramobim. Iniciado a 16 de novembro de 1755 e encerrado a 29 de julho de 1800. Acervo da Diocese de Quixadá.

²³ Livro de Casamentos nº 01 – Paróquia de Quixeramobim. Iniciado a 16 de novembro de 1755 e encerrado a 29 de julho de 1800. Acervo da Diocese de Quixadá.

²⁴ TERUYA, Marisa Tayra. Apontamentos bibliográficos para o estudo da família de elite no Brasil. In: *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 25-1, p. 173-196, 2007, p.182.



casassem com escravos, forros com forros e brancos com brancos. Tratava-se de seguir a busca da igualdade social na hora do casamento.²⁵

Para Maria Beatriz Nizza da Silva, a escolha do cônjuge era norteada, no período colonial, pelo princípio da igualdade no que se refere à idade, condição, fortuna, saúde e, também, por aquilo que se pode denominar de princípio da racionalidade, que evidentemente marginalizava a paixão ou a atração física.²⁶ Portanto, ao escolher o pretendente para sua filha, os pais teriam que avaliar o que representaria de melhor naquele momento para as pretensões do seu grupo familiar e, com certeza, a escolha deveria recair sobre um membro do mesmo grupo social ou com maior distinção/prestígio que o(a) filho(a).

Seguindo esta linha de pensamento, Elizabeth Anne Kuznesof, em *A família na sociedade brasileira*, afirma que:

A influência paterna e considerações políticas e econômicas conspiravam para produzir uma alta proporção de casamentos endogâmicos entre primos, casamentos extremamente controlados das filhas com sócios comerciais ou com subordinados do pai, além de empreendimentos dos clãs que combinavam o poderio político baseado na territorialidade com o poder econômico.²⁷

Indiscutivelmente, a partir dos casos vistos, pode-se afirmar que as uniões matrimoniais dos filhos dos proprietários de terras, escravos e possuidores de títulos e patentes distintivas nos Sertões de Mombça foram com sujeitos da mesma posição hierárquica. Os casamentos feitos pelas famílias proprietárias de terras, gados e escravos, uniam seus filhos em enlces endogâmicos ou com pessoas de outras famílias que possuíam o mesmo perfil social. Estas duas opções representavam a vontade da não-dispersão patrimonial que a família poderia ter, caso optasse por um casamento com um sujeito de perfil econômico e social inferior. Ademais, em conjunto com a prática dos casamentos endogâmicos e de famílias sesmeiras, era comum que estes enlces matrimoniais fossem realizados com familiares de sujeitos cuja família do(a) pretendente já tivesse alguma relação de apadrinhamento e/ou de negócio com a família.

Quanto a procedência das famílias formadoras da elite colonial dos Sertões de Mombça, constatou-se a presença constante de sujeitos de outras freguesias da Capitania do Siará Grande e capitanias vizinhas nos enlces matrimoniais. A mobilidade espacial dos sesmeiros e seus descendentes deve ser levada em consideração no período colonial, onde os movimentos dos

²⁵ FARIA. *A colônia em movimento*, 432f.

²⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p.70.

²⁷ KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Volume 09, número 17, p. 37-63, set. 1988/fev. 1989, p.45.



conquistadores e suas famílias eram feitos a cada sesmaria ganha ou nova união estabelecida. No registro do casamento de Dona Maria de Jezus, percebe-se a movimentação dos noivos e seus familiares vindos das Freguesias de Recife e de Paus dos Ferros:

Aos des dias do mes de Janeiro de mil setecentos e setenta e coatro, nesta Matriz [...] pelas cinco oras da tarde Jozé Francisco de Sales natural da Freguesia do Recife morador nesta de Quixeramobim filho legitimo do capitam Pedro da Cunha Lima e de Ana Maria de Jezus já defunta; e Dona Maria de Jezus natural da Freguesia dos paos dos feros, filha legitima de Antonio de Castro e de Dona Josefa Maria da Conceição, sendo testemunhas presentes o Coronel Jozé Rodrigues Pereira Xaves casado, e o capitam Manuel Jozé da Roxa Dantas de que fis este asento no mesmo dia, mes, ano supra.²⁸ (Grifo meu)

O deslocamento para novas áreas de conquistas foi um dos meios de se obterem recursos econômicos e prestígio social. Para Sheila de Castro Faria, as movimentações dos sujeitos no período colonial, sobretudo dos que vinham d'além-mar, podem ser entendidas pela busca de riqueza e/ou ascensão social, sendo que:

Esta última [ascensão social] quase sempre resultante da primeira [riqueza], em áreas novas, de início de povoamento; outros visavam a liberdade; outros ainda, mudavam-se para atender as estratégias familiares matrimoniais; uns fugiam da justiça, tentando reconstituir a vida em terra onde eram desconhecidos; outros tinham interesse em manter suas práticas religiosas, perseguidas nas terras de origem [...].²⁹

Ao estabelecer-se, por exemplo, uma associação entre os requerentes de sesmarias e suas procedências, percebe-se que em uma mesma sesmaria existiram sesmeiros das capitânicas do Siará Grande e de Pernambuco. Nas concessões dadas em 1706 e 1708 a Maria Pereira da Silva, Serafim Dias, José Rodrigues de Carvalho, José do Vale e Abreu, Antonio Pereira Façanha, Cosme Pereira Façanha e João de Barros Braga, percebe-se a ligação destes sujeitos que residiam na capitania de Pernambuco com João de Barros Braga morador no Siará Grande.

Maria Luiza Marcílio, em seu estudo sobre as migrações no Brasil colonial, tenta estabelecer uma possível classificação a partir dos deslocamentos feitos pelos sujeitos no período. Segundo a autora, a definição e motivação para a mobilidade dos sujeitos históricos estaria na ocupação da terra desbravada, no conflito com os indígenas e na aquisição da posse da terra. Para Maria Luiza Marcílio, as migrações internas intrarregionais, voluntárias e permanentes seriam o modo de estabelecimento de maior intensidade e, em conjunto com outras táticas, tendia a gerar uma concentração de terras em poder de poucas famílias. Dentre as razões que a gerariam,

²⁸ Livro de Casamentos nº 01 – Paróquia de Quixeramobim. Iniciado a 16 de novembro de 1755 e encerrado a 29 de julho de 1800. Acervo da Diocese de Quixadá.

²⁹ FARIA. *A colônia em movimento*, p.163-164.



destaca: “o sistema de posse e propriedade da terra, aliado ao sistema de casamento e de heranças entre as famílias proprietárias”³⁰. A autora aponta, ainda, outra estratégia destas famílias na concentração de propriedades, que consistiria na “[...] transmissão do patrimônio fundiário e móvel, [...] [cedendo] a propriedade principal a um dos filhos e estimulando a saída dos demais para ocupar terrenos recém-incorporados, ou em terras virgens a serem desbravadas”³¹.

Para o caso dos Sertões de Mombaça, das 18 solicitações analisadas, constatou-se que 13 são pedidos feitos por moradores do Siará Grande, 03 de outras capitanias (Rio Grande e Pernambuco) e 02 não apresentam a informação sobre a sua procedência. A partir deste levantamento, pode-se afirmar que a maior parte dos sesmeiros dos Sertões de Mombaça eram sujeitos que já residentes no Siará Grande, em especial na ribeira do Jaguaribe. Um exemplo destes solicitantes que residiam em outras regiões da capitania quando do pedido das terras foi o do comissário geral Antonio Maciel de Andrade:

[...] Diz o Comissário geral Antonio Maciel de Andrade, morador no termo da villa de Sam Joseph de Ribamar, que elle Suplicante tem seus gados [...] cujas terras, Sam na Ribeira chamada a mumbaça no Riacho Salgado assim da Casaforte [...].³²

Ao analisar as datas das concessões de terras dos sesmeiros vindos das capitanias do Rio Grande e de Pernambuco na primeira década do setecentos, pode-se afirmar que uma das justificativas dos requerentes foi o próprio vetor da guerra de conquista do Siará Grande. Os deslocamentos internos e externos na capitania evidenciam uma mobilidade dos sesmeiros dos Sertões de Mombaça, que, através da obtenção de terras, cargos, patentes e/ou casamentos, circulavam pelos espaços que iam sendo construídos a partir da conquista das terras por meio do combate aos indígenas, dos enlaces matrimoniais e dos apadrinhamentos.

Considerações Finais

A mobilidade destes sujeitos históricos empreendida na ocupação das áreas conquistadas formou e/ou reforçou relações econômicas e familiares entre sesmeiros, uma união que, muitas vezes, já existia na elaboração dos pedidos coletivos de terra.

Os casamentos feitos pelas famílias da elite colonial dos Sertões de Mombaça uniram as famílias do mesmo padrão social, ou seja, buscaram casar seus filhos com membros de outras

³⁰ MARCILIO, Maria Luiza. Migrações no Brasil Colonial: uma proposta de classificação. In: LPH. *Revista de História*. Ouro Preto, Volume 01, número 01, p. 36-45, 1990, p.41.

³¹ MARCILIO. Migrações no Brasil Colonial, p.41-42.

³² APEC – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928. Data de sesmaria nº 65. Vol. 11. Ano 1723.



famílias que possuíam o mesmo *status* social. A prática dos casamentos endogâmicos esteve presente nas estratégias usadas pelas famílias sesmeiras. Foi comum o enlace matrimonial entre primos como forma de manutenção do patrimônio familiar, evitando a dispersão deste por meio de casamentos exogâmicos. Ademais, quando da prática das uniões exogâmicas, esta teve como eixo a escolha de pretendentes integrantes de famílias que já possuíam vínculos de compadrio e/ou de negócios com o grupo familiar que estava casando seu descendente.

Portanto, a formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça esteve assentada, em um primeiro momento, na conquista da terra por meio do recebimento das sesmarias, como pagamento do serviço prestado no combate aos gentios, na obtenção de distinção social mediante a posse desta propriedade territorial e de patentes honoríficas. Em um segundo momento, aliado a estes elementos, as relações familiares e de compadrio com sujeitos que integravam a rede social das famílias da elite tradicional formaram e/ou reforçaram a constituição deste grupo social.



Quando os deuses copulavam: a sexualidade da deusa Inanna no Antigo Oriente Próximo.

When the gods copulated: sexuality of the goddess Inanna in the Ancient Near East.

Simone Aparecida Dupla
Mestranda em História (Bolsista CAPES/Araucária)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
cathain_celta@hotmail.com

RESUMO:

A sexualidade na Antiga Mesopotâmia esteve relacionada ao mundo divino. As práticas sexuais das divindades se punham como modelo nas relações sociais e na interação entre os seres humanos e o mundo espiritual. Assim, nos propomos a apresentar algumas considerações acerca das interpretações já realizadas sobre a faceta de Inanna como deusa do amor, aspecto que engloba o sexo ritualístico expresso no chamado casamento sagrado. A abordagem apresenta um breve panorama acerca da temática e alguns caminhos possíveis para sua (re)interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: Inanna, Mesopotâmia, Práticas sexuais.

ABSTRACT:

Sexuality in Ancient Mesopotamia was related to the divine world. The sexual practices of the deities are put as a model in social relations and interaction between humans and the spirit world. Thus, we propose to present some considerations about the interpretations already made on Inanna facet as goddess of love, an aspect that encompasses the ritualistic sex expressed in the so-called sacred marriage. The approach provides a brief overview about the theme and some possible ways to (re) interpretation.

KEYWORDS: Inanna, Mesopotamia, Sexual practices.

Introdução

A região de Sumer, espaço conhecido também como Baixa Mesopotâmia, está localizado na região que hoje corresponde ao território de Bagdá, estendo-se até o Golfo Pérsico. Este era constituído por uma planície aluvial desértica formada a partir dos sedimentos depositados pelos



rios Tigres e Eufrates.¹ Nessa localidade, diversos reinos e impérios se edificaram, cada qual construindo uma realidade que compunha seu mundo social, sendo que, o ponto de vista religioso, pode ser apontado como uma das arestas que sustentava essa sociedade.

Nela números deuses faziam parte do panteão edificado, tais como An², Enlil³, Ereskigal⁴, Enki⁵, Nanna⁶ e Inanna⁷, sendo a última categorizada como uma das divindades mais complexas, visto que seus atributos e funções não se restringiam a uma única especificidade. Tal referência fez com que seu status tenha sido revisitado pelos pesquisadores nas últimas décadas, cuja tentativa era compreender outros elementos alusivos as suas múltiplas facetas.

As considerações já realizadas acerca dessa deusa, no que concerne a suas funções, atuação e modelo comportamental podem ser apontados como controversos, haja vista que, as interpretações acerca do divino nesta região foram obra de historiadores diversos, sendo que os mesmos não comungam das mesmas diretrizes historiográficas para a construção da narrativa histórica, isso porque as reconstruções e releituras dos acontecimentos dependem do lugar que os historiadores ocupam nos conflitos de seu tempo.

Tais encaminhamentos nos levam a questionar algumas abordagens já realizadas, na tentativa de desconstruir e reavaliar uma leitura que fuja a juízo de valores e análises paradigmáticas e se encaminhe para uma leitura de cultura plural. No entanto, torna-se essencial traçar um percurso em relação ao tema para compreender os conceitos empregados e suas finalidades momentâneas, uma vez que a discussão sobre o assunto está longe de se esgotar.

Inanna era a terceira participante da tríade astral mesopotâmica, posicionando-se atrás de An (deus do Céu) e Enlil (deus do ar). Para autores como Samuel Noah Kramer⁸, Jean Bottéro⁹, Joaquín de Sanmartín¹⁰ e Maria Vazquez Hoys¹¹ ela foi a mais importante representante feminina

¹ KRAMER, S.N. *A história começa na Suméria*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997, 280p.

² Deus dos céus.

³ Deus do ar.

⁴ Deusa do Mundo Inferior.

⁵ Deus da sabedoria.

⁶ Deus lunar.

⁷ Seu nome quer dizer Senhora dos Céus, mas suas atribuições iam além de seus apelativos como deusa do amor e da guerra.

⁸ Ver: BOTTÉRO, Jean; KRAMER, S.N. *Cuando los dioses hacían de hombres: mitología mesopotâmica*. Traducción: Francisco J. G. García. Madrid: Akal, 2004, 765p.; KRAMER, S. N. *El Matrimonio Sagrado em la Antigua Sumer*. Barcelona: AUSA, 1999

⁹ Ver: BOTTÉRO & KRAMER. *Cuando los dioses hacían de hombres*; BOTTÉRO, Jean. *No principio eram os deuses*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2006, 207p.; _____. *La religión más antigua: Mesopotamia*. Madrid: Trotta, 2001, 268p.

¹⁰ Ver: LÓPEZ, Jesus; SANMARTÍN, Joaquín. *Mitología y Religión del Oriente Antiguo I. Egipto- Mesopotamia*. Barcelona: AUSA, 1993, 563p.

¹¹ Ver: HOYS, Ana M^a Vasquez. *Historia de las religiones antiguas*. Tomo I (Próximo Oriente). Madrid: Sanz & Torres, 2006, 655p.



do panteão, a tal ponto que eclipsou outras deidades, chegando o seu nome semítico, Ishtar, ser sinônimo de deusa, ou seja, representando assim qualquer divindade feminina.

As funções e atributos de Inanna eram complexos e variados, como disse Thorkild Jacobsen “ela parece ter uma mão em quase tudo e é justamente denominada *Nin-me-sar-ra*, ‘Senhora de uma miríade de serviços’¹², pois, embora a divindade tenha sido considerada, deusa da chuva, da guerra, estrela do amanhecer e do entardecer e deusa das prostitutas, esses epítetos ainda estão longe de esgotar sua natureza.

Dessa forma, nesse texto, nos propomos a apresentar algumas considerações acerca da faceta de Inanna como a deusa do amor, aspecto que engloba o sexo ritualístico expresso no chamado casamento sagrado. A abordagem apresenta um breve panorama acerca da temática e alguns caminhos possíveis para sua (re)interpretação.

O *Hieros gamus* e seus caminhos

O tema da sexualidade¹³ é abordado por diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a História, a Etnologia, a Psicologia, entre outras, as quais buscam compreender sua relação com aspectos concretos e ideológicos da sociedade, uma vez que as práticas sexuais e seu modo de interpretação estão presentes em todos os agrupamentos humanos. Nas sociedades antigas, por exemplo, estiveram envolvidas em diversos campos, entre eles o religioso e político, como forma de legitimação de grupos dominantes, mas, também, como forma de desvios de normas de conduta e valores.

Na Mesopotâmia, a perspectiva da sexualidade é objeto de diversas análises, tanto atuais quanto pretéritas, cujos caminhos já trilhados estão relacionados a diversos olhares, como por exemplo, os tradicionalistas¹⁴, cuja vinculação está atrelada aos cultos à fertilidade, além de outras

¹² JACOBSEN, Thorkild. *The Treasures of Darkness: a history of mesopotamian religion*. New Haven and London: Yale University Press, 1976, p. 141.

¹³ O termo sexualidade é utilizado aqui em sentido amplo, não diz, portanto respeito apenas ao coito, mas tudo aquilo que envolve ou proporciona prazer, seja com contato físico, com olhar, ou com sentir-se atraente ou proporcionar desejo. Assim, afetividade, impulso, desejo, toque, libido, sensualidade, erotismo são aspectos que fazem parte da sexualidade. Uma possível conceituação encontra-se na discussão de Paulo Bearzotti, sobre o conceito de sexualidade proposto por Freud como sendo: “uma energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível variações quantitativas e qualitativas, vinculadas à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação”. Ver: BEARZOTTI, Paulo. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, vol.52, no.1, 1994, p.113-117.

¹⁴ Inspirados nos estudos de James Frazer que veremos a seguir.



que perpassam por visões de cunho feminista, as quais buscam o resgate de aspectos femininos da divindade¹⁵.

No que concerne à questão da sexualidade divina, que era uma característica da religião dessa sociedade, a prática sexual dos deuses era uma atividade inclusa, cujas narrativas mencionam a relação física como uma hierofania¹⁶ e/ou como um ato criacional¹⁷, na qual os deuses copulavam, viviam romances e aventuras, assim, ejacular, copular ou ter prazer era um ato de criação e de manifestação das divindades.

Nesse caso, o encontro amoroso e sua relação com o divino foi compreendido pelos pesquisadores como relacionado ao casamento sagrado. Essa atitude se deve as abordagens realizadas pelos estudiosos da religião, no século XIX, a qual estava baseada no termo grego *hierogamos*, que foi utilizado por Homero para descrever a união entre Demeter e o mortal Jasão¹⁸. A obra mestra para a perpetuação dessa ideia de *hierogamos* foi o *Ramo de Ouro*, de Sir James Frazer, que interpretou que qualquer tipo de união sexual em contexto religioso como casamento sagrado para promover a fertilidade, o que, de certa maneira, contribuiu para a simplificação da temática.

A partir de então, o termo passou a designar qualquer união entre um ser divino e um mortal ou entre divindades.¹⁹ Nessa medida, a perspectiva do casamento sagrado ficou apenas vinculada aos cultos à fertilidade, o que tornou fácil a associação do intercuro a culturas cujos meios de subsistência provinham da agricultura e da pecuária, os chamados cultos aos deuses da vegetação.

Nesse sentido, a interpretação dada inicialmente por pesquisadores como Henri Frankfort²⁰ e Samuel Noah Kramer²¹ teve a influência de Sir James Frazer, e associavam as leituras sobre Inanna à fertilidade, uma vez que, a divindade, em diversos documentos, foi

¹⁵ Ver: OTTERMANN, Monika. *As brigas divinas de Inanna: reconstrução feminista de repressão e resistência em torno de uma deusa suméria*. São Paulo: UNESP, 2008. ; STONE, M. *When God Was a Woman: the landmark exploration of the ancient worship of the Great Goddess and the eventual suppression of women's rites*. Orlando: Harvest/Harcourt Brace, 1976.

¹⁶ Etimologicamente quer dizer *algo de sagrado se nos revela*, isto é, as manifestações das realidades sagradas. Ver: ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. 1ª ed. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992, 109p.

¹⁷ A partir do qual algo é criado, dado a existir.

¹⁸ A autora se refere à Odisseia.

¹⁹ PONGRATZ-LEISTEN, B. *Sacred Marriage and the Transfer of Divine Knowledge: Alliances between the Gods and the King in Ancient Mesopotamia*. In: *Sacred Marriages: Divine-Human Sexual Metaphor from Sumer to Early Christianity*. Indiana: Eisenbrauns, 2008.

²⁰ Idem, p 47.

²¹ FRANKFORT, Henri. *Reyes y dioses: estudio de la religión del Oriente Próximo en la Antigüedad en tanto que integración de la sociedad y la naturaleza*. Madrid, Alianza, 1998, 512p.

²² KRAMER. *El Matrimonio Sagrado em la Antigua Sumer*.



chamada de Senhora da Vegetação, promovia a abundância de campos e animais e sua cidade de patronato, Uruk, foi constantemente referida como a região dos pomares. Além disso,

Toda a canção de amor, cada hino que mencionava Inana e Dumuzi, bem como todo o artefato arqueológico com cenas sexuais, foram automaticamente classificados como pertinentes a um ritual "Casamento Sagrado", que tinha como objetivo de perpetuar a Fertilidade. Uma noção ainda corrente entre eminentes assiriólogos contemporâneos.²²

Beate Pontgratz-Leisten aponta que uma das principais metáforas para expressar a estreita ligação entre os deuses e o rei na Mesopotâmia seria o casamento sagrado. A autora acredita que o *hieros gamos* podia assumir muitas formas, entre eles destaca três modelos usados pela sociedade mesopotâmica: a cosmogonia, que seria união entre os elementos cósmicos do Céu e da Terra; a hierogamia, união entre a deusa e o rei e a teogamia, união entre um ser divino masculino e uma feminina.²³

Para a autora, a cosmogonia estaria restrita principalmente aos textos literários, enquanto a hierogamia e a teogamia encontraria lugar dentro de um complexo processo de comunicação entre as divindades e o rei. Por isso, eles se tornam parte de narrativas e rituais que regulam a interação entre o divino e as esferas humanas.²⁴ Acreditamos que essa afirmativa possa ser complementada, pois o rei agia como representante legítimo do povo, por vezes como o avatar da humanidade, outras, como avatar de outros deuses, os quais não apenas legitimava sua estada no poder, como o autorizava a representar a comunidade.

Assim Inanna traz em suas personificações desde o Período Proto Dinástico²⁵, sua estreita relação com a sexualidade divina. Ela mesma filha de potestades, logo, gestada em uma teogamia, cujos genitores se originaram de uma cosmogonia, portanto, a divindade aparece, como a última ponta do triângulo das práticas sexuais sagradas: a hierogamia, e ao mesmo tempo era herdeira das outras duas.

Essa comunicação com os deuses era também uma via de mão dupla, pois as representações de cunho macroscópico eram reencenadas no microcosmo. Assim a relação entre o rei e uma divindade, ou entre duas deidades poderiam ser reencenada por pessoas comuns, com intuito de se aproximar do universo sagrado ou de inseri-lo em ambientes profanos.

²² LEICK. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*. New York: Taylor & Francis, 2003, p. 5.

²³ PONGRATZ-LEISTEN. *Sagred Marriages*, p. 44.

²⁴ _____. *Sagred Marriages*, p. 45.

²⁵ Aproximadamente 2700. Baseado na Lista de Reis e na epopeia de Gilgamesh, rei de Uruk.



Nas fontes²⁶ a divindade era sempre apresentada como uma jovem mulher, raramente era tratada como mãe. Podendo ser relacionada a grupos de mulheres solteiras, no início da puberdade ou entre a consumação do casamento. Por isso, o conteúdo poético das canções sumerianas cumpririam os valores tradicionais das relações conjugais harmônicas, que teriam como base a satisfação sexual.²⁷

Gwendolyn Leick acredita que os indivíduos da sociedade mesopotâmica compreenderam muito bem a natureza ambígua do amor sexual, pois nele colocaram nesses seus valores culturais, utilizando-se de metáforas para se referir ao ato sexual, ao amor e ao desejo²⁸, principalmente exemplos da fauna e da flora²⁹ para representá-lo.

A estudiosa acredita ainda, que os hinos não seriam simples canções folclóricas, mas composições literárias, utilizadas no culto e, portanto deveriam estar de acordo com as convenções literárias e expectativas. Daí as canções utilizarem metáforas para o ato sexual, entre eles o jardim. Essa relação com o jardim, foi uma constante nas narrativas de Inanna, fosse no desejo proibido que acabou em violência sexual no mito Inanna e Shukaletuda³⁰ ou no que diz respeito A corte de Inanna e Dumuzi³¹.

Gwendolyn Leick esclarece que na Mesopotâmia a linguagem do amor estava repleta de imagens vegetais, “o desejo de entrar no jardim, também significava um desejo de satisfação sexual”³², por isso, o órgão sexual feminino foi comparado a um jardim e o órgão masculino por vezes era relacionado à macieira. Em relação às metáforas, Beate Ponzgratz-Leisten acredita que os textos divinatórios e literários dariam testemunha de uma variedade de figuras de linguagem que seria fundamental para constituir o núcleo simbólico cultural, essências para as religiões do Oriente Próximo.³³

A literatura produzida na Mesopotâmia utilizava-se de eufemismos para figurar o ato sexual, como, por exemplo, arar, que era aplicado para a primeira penetração na vagina. Lã e

²⁶ Inanna e Enki, A corte Inanna e Dumuzi, A árvore de hullupu, entre outros, para mais detalhes ver: KRAMER, S.N.; WOLKSTEIN, Diane. *Inanna queen of heaven and earth: her stories and hymns from sumer*. New York: Harper & Row, 1988, 227p., ou o arquivo digital: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/>.

²⁷ LEICK, G. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*, p. 68.

²⁸A autora argumenta que a linguagem do amor foi utilizada em diversos temas, para abordar a cosmogonia e outras práticas sexuais. Ver: LEICK. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*.

²⁹ A maioria dos documentos que tratam da temática do amor e erotismo são referentes à textos literários.

³⁰ Este documento relata que *Inanna* teria chegado até os jardins de Shukaletuda e cansada resolvera dormir a sombra de uma árvore. O jardineiro que espionava no outro extremo do jardim, ao ver que a divindade dormia, o jardineiro se aproximou e a violou. Ao despertar *Inanna* percebe o ocorrido e sai em busca de seu agressor despejando várias pragas até encontrá-lo. ETCSL: t. 1.3.3. *Inana e Šu-kale-tuda*. Disponível em: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=c.1.3.3&display=Crit&charenc=gcirc&lineid=c133.1#c133.1>. Consultado em abril de 2015.

³¹ KRAMER & WOLKSTEIN. *Inanna queen of heaven and earth*, p. 29-49.

³² LEICK. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*, p. 74.

³³ PONZGRATZ-LEISTEN. *Sagred Marriages*, p 43.



alface se referiam aos pelos púbicos; ‘regar a alface’ era ter relações sexuais. Outro ponto era a vulva que era encarada como potência sexual e tornou-se o principal foco de erotismo mesopotâmico e ainda, segundo Gwendolyn Leick, também era o principal instrumento de sexualidade feminina.³⁴ De acordo com a estudiosa, esse órgão genital representaria a própria deusa como divindade da sexualidade, explicação essa que justifica a grande quantidade dessas imagens apresentadas nos templos como ex-votos e amuletos.

Um hino, do período de Ur III, dedicado ao rei Šu-Sin (2029-1982), denominado Um balbale para Bau de Šu-Suen³⁵ (Šu-Suen A), compara a vulva a doçura da cerveja:

Meu, a cerveja da taberneira é doce. Como sua cerveja seus órgãos genitais são doces, a cerveja é doce. Como a boca seus órgãos genitais são doces, a cerveja é doce. Sua cerveja diluída, sua cerveja é doce - meu Šu-Suen, que me satisfaz, que me encantou(...).³⁶

Thorkild Jacobsen relaciona o aspecto erótico de Inanna a sua personificação como a estrela do entardecer, pois à noite, “depois do trabalho, mas antes do repouso, é o momento de brincar e dançar”³⁷. Esse era o momento em que a prostituta, assim como a estrela do Entardecer³⁸, saía para a rua em busca de relações sexuais. O autor acredita que essa seria uma característica da noite, e assim ele escreveu:

o da meretriz sair para pegar os clientes entre as pessoas que voltavam do trabalho no campo, e talvez porque fosse uma visão comum ver a prostituta aparecer com a estrela da noite haveria um vínculo entre eles. Inanna era a protetora da meretriz, bem como da cervejaria na qual ela trabalhava.³⁹

Thorkild Jacobsen vai além a sua colocação, ao apontar que a estrela da noite em si seria uma meretriz, solicitando aos céus que esse poder empossaria as prostitutas, chamadas por ele de irmãs de Inanna na terra, o que as tornariam encarnações da deusa, em busca de seu esposo Dumuzi.⁴⁰

De fato, muitas composições dedicadas a essa deusa a comparam com a prostituta, ou com a cervejeira. Um hino dedicado à divindade, disponível no acervo do Corpo Eletrônico de

³⁴ LEICK. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*, p. 100.

³⁵ Šu-Sin.

³⁶ ETCSL: c.2.4.4.1, *A balbale para Bau de Šu-Suen (Šu-Suen A)*. Disponível em: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=t.2.4.4.1#>. Consultado em março de 2015.

³⁷ JACOBSEN, Thorkild. *The Treasures of Darkness: a history of mesopotamian religion*. New Haven and London: Yale University Press, 1976, p. 139.

³⁸ Inanna desde o período de Uruk Antigo (3200 a.C.) era conhecida sobre os epítetos de deusa do Entardecer e do Amanhecer, uma referência ao planeta Vênus.

³⁹ JACOBSEN, T. *The Treasures of Darkness*, p.140.

⁴⁰ _____. *The Treasures of Darkness*, p. 140.



Literatura Sumeriana, da Universidade de Oxford⁴¹, traz as características associadas à noite e atribui à deusa a função do prostíbulo, eis o trecho:

(...) Como uma prostituta que você vai até a taberna (...). Quando os servos deixam os rebanhos soltos, e quando o gado e ovelhas são devolvidos ao curral e o aprisco, então, minha senhora, como os pobres sem nome, você veste apenas uma única peça de roupa. As pérolas de uma prostituta são colocadas em torno de seu pescoço, e você provavelmente solicita um homem na taverna. (...) Inanna, você é a senhora de todos os poderes divinos, e nenhuma divindade pode competir com você. Aqui você pode habitar, Ninegala; deixe-me falar de sua grandeza. À noite, quando as estrelas retornam juntas mais uma vez e quando Utu entra em seu quarto, quando no céu, Inana, você brilhar grandemente como fogo, e quando na Terra, Ninegala, você chiar como um falcão, então você em jogo e dança!⁴²

O mito Inanna e Enki⁴³, por exemplo, aponta traços de seu aspecto erótico, nesse trecho do documento a deusa contempla seu poder feminino antes de seguir com seu plano de possuir as Medidas Sagradas⁴⁴:

(...) Ela colocou o Su-gura, a coroa deserto, em sua cabeça. Quando ela foi até os campos do pastor, para o aprisco das ovelhas,..... seus órgãos genitais eram notáveis. Seus órgãos genitais eram notáveis. Ela elogiou a si mesma, cheia de prazer pela sua vulva, ela elogiou a si mesma, cheia de prazer pela sua vulva. Ela olhou para, ela olhou para⁴⁵

Diferentemente do restante do panteão mesopotâmico, essa deusa não procriou e também não constituiu uma família, mantendo somente casos esporádicos com um e outro deus, além de sua relação íntima com os monarcas de cada época por intermédio do casamento sagrado, sendo através desse que ocorria a legitimação do trono por meio do chamado sexo ritualístico⁴⁶. Dessa maneira, Inanna fugiu ao padrão compreendido de mãe, de esposa exemplar e de gerenciadora de determinada função.

Tikva Krymer-Frenky, apresenta Inanna como a transgressora da sociedade idealizada mesopotâmica, sendo que a sua leitura sobre as atitudes da jovem divindade também é

⁴¹ Os documentos disponíveis nesse acervo eletrônico datam do final do terceiro e início do segundo milênio.

⁴² ETCSL: t.4.07.4, *Um hino para Inana como Ninegala (Inana D)*. Disponível em: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=t.4.07.4&display=Crit&charenc=gcirc&lineid=t4074.p16#t4074.p16>. Consultado em março de 2015.

⁴³ ETCSL: t.1.3.1, *Inana e Enki - Segment A*. <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=t.1.3.1&display=Crit&charenc=gcirc&lineid=t131.p4#t131.p4>. Consultado em março de 2015.

⁴⁴ São poderes ou propriedades dos deuses, dizem respeito a uma série de atividades que regram a vida humana civilizada. Ver: BLACK, J.; GREEN, A. *Gods, Demons and Symbols of Ancient Mesopotamia*. Austin: University of Texas Press, 2011, p. 130.

⁴⁵ ETCSL: t.1.3.1, *Inana e Enki - Segment A*, linhas 1-10. <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=t.1.3.1&display=Crit&charenc=gcirc&lineid=t131.p4#t131.p4>. Consultado em março de 2015.

⁴⁶ União sexual entre a divindade e um representante terreno.



dicotômica, isso porque, num primeiro momento a deidade foi apresentada cumprindo com os protocolos de casamento e bodas, e a autora chega a compará-la a uma jovem noiva encantada com o matrimônio e ansiosa por receber os presentes. Posteriormente, essa descrição foi substituída no discurso de Tikva pela ideia da transgressão, do rompimento com os critérios pré-estabelecidos para a formação familiar.

Ademais, as considerações de Tikva Krymer-Frenky, apontam para uma deusa transviante, rebelde e indisciplinada, e que parece fugir da lógica na qual ela deveria, segundo a autora, teoricamente se encaixar, assim ela afirma que:

Inanna tem um poder enorme, e em certo sentido, tem o controle sobre o céu, a terra, e o senhorio, além de seu papel na guerra, mas seu grande poder e autoridade estão mal definidos. Por ter uma grande variedade de poderes e funções, no entanto, ela não se encaixa em nenhum dos nichos que a sociedade tem previstos para as mulheres.⁴⁷

A esterilidade da potestade, segundo a pesquisadora, seria o elemento indicativo ao motivo de sua maior liberdade, já que não tendo filhos teria muito tempo ocioso sem os afazeres próprios da maternidade. Também, não se enquadrava na típica dona de casa, já que não se ocupava de sua administração, sendo ela “a mulher livre, a mulher cujo estatuto nacional era tão nebuloso que não se podia possivelmente domesticá-la”⁴⁸.

Dessa forma, o estereotipo da divindade dessa maneira, nos faz pensar em nossas próprias relações de gênero, no lugar em que muitos acreditam que ainda hoje esteja reservado às mulheres, ou seja, ao âmbito doméstico, ao lugar de procriação, de confinamento feminino, de espaço delimitado entre os filhos e a organização doméstica. Assim, Inanna não teria uma função econômica (reprodução, administração familiar), pois segundo a pesquisadora “ela não tem um verdadeiro nicho na sociedade. Isso faz com que ela, apesar de sua importância, seja uma figura essencialmente marginal”⁴⁹.

Mas essa marginalidade é aparente, ou talvez mal colocada pela autora, e seria mais correto afirmar que Inanna assumiu características marginais do ponto de vista do observador e dos idealizadores de uma espécie de sociedade patriarcal e linear. No entanto, a sociedade mesopotâmica era multicultural, permeada de contradições e conflitos, e, ao contrário do modelo que separava, essa divindade agregava, reunia e sugeria outras formas de paradigmas, de ações e de ideologias.

⁴⁷ FRYMER-KENSKY, Tikva. *In the Wake of the Goddesses: women, culture, and the Biblical Transformation of Pagan Myth*. New York: Ballantine Books, 1992, p 127.

⁴⁸ _____. *In the Wake of the Goddesses*, p. 127.

⁴⁹ FRYMER-KENSKY. *In the Wake of the Goddesses*, p. 127.



A deusa se apresentava como um elo de diferentes substratos sociais, seus devotos variavam de reis a pessoas comuns, as preces a ela clamada transitavam entre o pedido inflamado do soberano pelo êxito nas campanhas, a destruição dos inimigos e a conquista de novos territórios. Mas, também, agregavam suplicas por justiça aos fracos, um desempenho positivo no intercurso sexual, a conquista de uma mulher casada ou o desejo de que o filho gestado viesse a nascer com as características do marido.

Monarcas, clérigos, mulheres desesperadas, adúlteros, solteiros, casados, pederastas, conquistadores, jovens núbéis e guerreiros, esse era o repertório dos seus devotos, tão variado quanto às personificações da divindade, que não possuía um parâmetro estabelecido para circular, fugindo assim dos modelos que insistentemente tentam lhe imputar. As fontes em que essa deusa aparece como protagonista aponta que ela não se enquadrava, ditava normas comportamentais; não se submetia, conquistava.

Patrona do amor livre⁵⁰, do amor sexual extraconjugal⁵¹, concubina de An⁵², desacreditada e insultada por Gilgamesh⁵³, assim as opiniões de historiadores antigos e atuais refletem se não um machismo radicado, uma relutância em novos olhares sobre o erotismo e as práticas sexuais no âmbito do sagrado e do profano da Mesopotâmia.

Os epítetos e expressões utilizadas para qualificá-la denunciam as múltiplas facetas da divindade e seus muitos domínios, apontam a sexualidade como uma categoria do sagrado e insiste que novos olhares sejam lançados a velhos conceitos. Assim as práticas sexuais, a sensualidade e o erotismo seriam formas de contato e expressão do sagrado, modelos de conduta a ser seguidos.

Percebe-se que a preocupação da sociedade mesopotâmica com atividade sexual era um aspecto cultural, havia inclusive prescrições de como executar o coito, de como certas práticas e posições poderiam tirar a virilidade. Em um texto de magia simpática ou de adivinhações, do período Paleobabilônico (1900-1600 a. C.), há dezenas de formas de se interpretar uma relação sexual, desde os lugares em que elas ocorrem até a posição do intercurso que pode trazer ao seu praticante infortúnios ou sucesso.⁵⁴

⁵⁰ BOTTÉRO & KRAMER. *Cuando los dioses hacían de hombres*.

⁵¹ HOYS. *Historia de las religiones antiguas*.

⁵² LÓPEZ & SANMARTIN. *Mitología y Religión del Oriente Antiguo*

⁵³ CLAY, A. T.; MORRIS, J. Jr. *An Old Babylonian Version of the Gilgamesh Epic on the Basis of Recently Discovered Texts*. New Haven: Yale University Press, 1920, 298p.

⁵⁴ Para mais detalhes ver: PANGAS, J.C. Aspectos de la sexualidade en la Antigua Mesopotamia. *Aula Orientalis*: n.6, 1988, p. 211-226.



Em relação às práticas sexuais e suas formas de contato com o sagrado, Eliade afirmava que a sexualidade sempre foi uma função polivante, cuja valência primeira seria sua função cosmogônica, para ele, traduzir uma situação psíquica em termos sexuais não seria depreciá-la, pois exceto para nosso mundo moderno, “a sexualidade foi sempre e em toda parte uma hierofania e o ato sexual, um ato *integral* (logo, *também* um meio de conhecimento)”⁵⁵.

A sexualidade em todos os seus aspectos seria, dessa forma, uma categoria do sagrado. Ideia da qual compartilhamos, sem, no entanto, limitá-la, pois compreendemos que o sagrado traz múltiplas abordagens, sendo assim, influenciava essa sociedade e era influenciado por ela de forma singular. Entre essas singularidades podemos citar: (1) sua relação com a fertilidade e prosperidade do universo conhecido, não apenas o humano; (2) seu reflexo bumerangue na economia, na política e no cotidiano; (3) sua profunda raiz cultural que emanava das práticas religiosas. A sexualidade nesse sentido era uma função polivalente dentro da esfera do sagrado que permitia ao ser humano interagir com a divindade, em proveito próprio ou da coletividade, como forma de legitimar seu poder e/ou sua submissão.

Portanto, a sexualidade enquanto categoria do sagrado pode ser vista como um caleidoscópio que opera em diversas direções, inclusive se expressava por metáforas de linguagem que se relacionavam ao ambiente nos quais foram produzidas e vivenciadas.

Em relação aos aspectos eróticos e também psicológicos de Inanna, Gwendolyn Leick, nos informa que “ela se tornou a mulher entre os deuses, patrona do erotismo e sensualidade, do amor conjugal, bem como o adultério, de noivas e prostitutas, travestis e pederastas”⁵⁶, ou seja, ela regia o sexo por excelência, daí a ser natural que homens e mulheres sexualmente ativos a procurassem para os mais diversos assuntos.

A autora ainda aponta que a separação entre fertilidade e sexualidade não foi tão clara quanto os documentos podem sugerir, uma vez que há indícios de que Inanna teria sido invocada para ajudar no parto. Além disso, assirióloga acredita que os epítetos descritivos referentes às divindades femininas mesopotâmicas revelariam a percepção cultural das mulheres e seu papel na sociedade antiga⁵⁷.

A literatura dessa divindade era cheia de erotismo, de desejos velados ou explícitos, como esse trecho do mito A corte de Inanna e Dumuzi:

Ele esculpiu meus quadris com suas doces mãos,

⁵⁵ ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. 3ª ed. Tradução de Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.10.

⁵⁶ LÓPEZ. & SANMARTIN. *Mitología y Religión del Oriente Antiguo*, p. 47.

⁵⁷ LEICK. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*, p. 65.



O pastor Dumuzi encheu meu colo com creme e leite,
Ele acariciou meus pelos púbicos,
Ele aguçou meu útero.
Ele tocou com suas mãos em minha sagrada vulva,
Ele alisou minha nau escura com seu creme,
Ele tocou minha nau estreita com seu leite,
Ele me acariciou-me no leito.
Então eu acariciei o alto sacerdote no leito,
Eu acariciei o fiel pastor Dumuzi,
Eu acariciei seus quadris, a força do pastoreio da terra,
Eu decretei um doce destino para ele.⁵⁸

Inanna foi, portanto, uma deusa ambígua, que acumulou poderes e funções, que rompeu com as esferas pré-estabelecidas do espaço masculino e do lugar para o feminino. Guendolyn Leick acredita que Inanna representava o erotismo presente na vida das cidades, “a qual se aparta do rigoroso controle social da sociedade tribal ou da aldeia. Ela frequentava tavernas e cervejarias, onde homens podiam encontrar mulheres solteiras e dela se dizia que vagava pelas ruas de *Kulaba* em busca de aventuras sexuais”⁵⁹.

A *Épopeia de Gilgamesh*⁶⁰, por exemplo, mostra que as concepções acerca das relações sexuais dos mesopotâmicos iam muito além da referência aos cultos da fertilidade, o ato sexual aparece nesse épico como um ato civilizador nessa sociedade⁶¹, e a civilização e todas as suas matizes eram um aspecto da personalidade divina⁶², pois ele transformava o rústico, o tornava capaz de viver em sociedade, de fazer parte de círculos de amizade e de pertencer a um extrato social.

Por isso seria equivocado apenas relacioná-los ao culto à fertilidade, pois Inanna embora seja evocada como responsável pela reprodução dos seres humanos e da natureza, está longe de ser uma deusa puramente maternal. No trecho que segue, Inanna é chamada de senhora das mulheres, e louvada por sua volúpia e sedução, apontando não só para seu sentido erótico, mas também para sua personificação como doadora de vida:

Cantai a deusa, a mais augusta das deusas!
Glorifique-se a senhora dos povos, a maior entre os Igiu!

⁵⁸ KRAMER & WOLKENSTEIN, *Inanna queen of heaven and earth*, p.44.

⁵⁹ LEICK. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*, p.82.

⁶⁰ CLAY & MORRIS. *An Old Babylonian Version of the Gilgamesh Epic on the Basis of Recently Discovered Texts*.

⁶¹ LEICK. *Sex and eroticism in Mesopotamian literature*. Ver também: TIGAY, Jeffrey H. *The evolution of the Gilgamesh epic*. Illinois: Bolchazy-Caducci Publishers, 2002, 298p.

⁶² Segundo Eliade, o homem reproduz o macrocosmo no microcosmo, fazendo do modelo dos deuses um paradigma a ser seguido. Para mais detalhes ver: ELIADE, Micaela. *Aspectos do mito*. Rio de Janeiro: Perspectivas do Homem/edição 70, 1967.



Cantai a Ishtar, a mais augusta das deusas!
Glorifique-se a senhora das mulheres, a maior entre os Igigu!
Ela que é toda alegria, está revestida de amor,
Está cheia de sedução, encanto e voluptuosidade.
Ishtar, que é toda alegria, está revestida de amor,
Está cheia de sedução, encanto e voluptuosidade.
Doces são seus lábios, sua boca é a vida.⁶³

Essa influência emanava por meio da prática sexual e dos atributos eróticos a ela imputados. Assim, para entender a relação de Inanna com a sexualidade e suas extensões torna-se importante lançar novos olhares à documentação disponível, abordar os elementos da cultura material, mas sem deixar de lado os aspectos relacionados ao sagrado e sua forma de explicação do mundo.

Considerações finais

Para se compreender as formas de sexualidade presentes no culto a Inanna, mais do que direcioná-las ao casamento sagrado, precisamos percebê-los para muito além do culto à fertilidade, como objetos de devoção que estavam relacionados ao mundo divino, o qual justificava sua prática e existência.

Durante muito tempo o olhar dos pesquisadores percebeu o ritual sexual destituído da categoria do sagrado, despindo o manto do divino que existia nessas práticas, o encaravam como uma manifestação primitiva e orgiástica. Esta concepção anula o significado do ritual, dando a ele apenas um estatuto profano quando sua prática e gerência são legítimas.

Essa compreensão do hierogamos como algo sem relação com sagrado foram frutos de muitas concepções modernas e pós-modernas que apresentava a atividade sexual como um meio de reprodução da espécie e uma garantia de herança de bens e tradições construídas em diversos contextos históricos.

Para as culturas mesopotâmicas desde a criação de seus primeiros mitos a prática sexual era uma manifestação da vontade e da criação divina, logo essa atividade era prenhe de força mágica, fazia parte do universo religioso, era fruto da esfera divina. A natureza mágica e espiritual das práticas sexuais na Mesopotâmia não era um dado era um produto de suas crenças. Assim, ao revestir a sexualidade e todas as suas formas com o manto do sagrado, conferia a esta significados metafísicos que os mesopotâmicos compreendiam como uma forma de aproximação e manifestação da divindade.

⁶³ PEINADO, Federico L. *Hinos babilônicos*. Madrid: Tecnos, 1990, p. 29.



Inanna foi uma deusa a qual se aproximava por meios diversos, que se chegava por vários caminhos, entre eles a sexualidade em suas múltiplas facetas, que transgridiam e que se enquadravam, que transformavam homens em mulheres e vice-versa, que transmutava o desejo em uma petição e legitimava toda forma do ato sexual dessa sociedade múltipla.



Ciência e cultura colonial: considerações sobre as viagens científicas francesas na primeira metade do século XIX

Science and colonial culture: comments on the French scientific expeditions in the first half of the nineteenth century

Daniel Dutra Coelho Braga

Doutorando em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

daniel.dutra@bol.com.br

Recebido em: 30/11/2015

Aprovado em: 27/05/2016

RESUMO: O artigo analisa viagens científicas empreendidas pela França ao longo do período monárquico constitucional, articulando-as ao debate historiográfico sobre a cultura colonial francesa, propondo uma periodização que identifique a existência de uma cultura colonial consolidada já na primeira metade do século XIX e não apenas a partir do Segundo Império. Nesse sentido, abordam-se algumas publicações decorrentes das grandes viagens de volta ao mundo como elementos inerentes à consolidação de tal cultura colonial, reiterando-se, assim, a possibilidade de abordagens historiográficas que coadunem interações entre ciência e política. Como exemplos de formulações discursivas inerentes a uma cultura colonial, destacam-se formulações sobre as possibilidades de classificação humana com base no ideal de civilização e formulações sobre as especificidades da tropicalidade no quadro global de produções da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: expedições científicas, tropicalidade, alteridade.

ABSTRACT: This article analyzes scientific expeditions organized by France during the first half of the nineteenth Century, suggesting the possibility to identify a well-established colonial culture in France throughout that period. Publications concerning those expeditions are analyzed as elements that were constitutive of such colonial culture. Therefore, the article supports a historic approach that conceives science and politics as intertwined elements. Scientific texts dedicated to classifying human groups, mainly through the idea of civilization, as well as tropicality descriptions are analyzed as main scientific elements which must have constituted frameworks of such colonial culture.

KEYWORDS: Scientific expeditions, tropicality, otherness.

Introdução

Ao longo da segunda metade do século XVIII e da primeira metade do século XIX, diversos viajantes europeus dedicaram-se a uma forma de empreitada científica tributária de diversos



elementos do que pode ser considerado como uma cultura das Luzes: a viagem científica de volta ao mundo. Cosmopolitas, progressistas e utilitárias, essas grandes viagens ofereciam condições para uma contínua reiteração de pautas e anseios culturais em circulação cada vez maior na Europa de fins do século XVIII. Empreitada ambiciosa, a viagem de volta ao mundo poderia fornecer a esses estudiosos europeus as chaves de compreensão da história humana e das diferentes produções da natureza, contribuindo para o progresso da civilização, além de auxiliar a reafirmação das prerrogativas europeias neste processo. Com efeito, como bem demonstrou Marie-Noëlle Bourguet, esses viajantes contribuíram para uma transformação do sentido da ideia de “explorador”, ampliando seu significado inicial – restrito ao âmbito militar, designando aquele que seria principalmente um “informante” – de modo que a palavra contemplasse a identificação de um estudioso comprometido com um “programa cognitivo”, mediante o qual se partiria “à descoberta de uma frente de conquista intelectual, cujo império se estende a pouco e pouco a todo o planeta”.¹ Trata-se de uma ampliação cuja sobrevida se estende para o século XIX, tal como aponta Eric Hobsbawn, quando afirma que, nesse século, “explorar não significava apenas conhecer mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para a luz da civilização e do progresso”.²

Todavia, os sonhos e anseios europeus certamente não se desenvolveram na mesma velocidade em que se realizou uma efetiva interação com a amplitude territorial do planeta. Por mais cosmopolitas que fossem as ambições de viajantes setecentistas como Cook ou Bougainville, uma integração global na qual diretrizes europeias de fato apresentassem preponderância prática estava longe de se concretizar ainda na primeira metade do século XIX. Como mais uma vez argutamente aponta Hobsbawn,

Mesmo em 18148, imensas áreas de vários continentes estavam marcadas em branco, inclusive nos melhores mapas europeus – principalmente no que diz respeito à África, à Ásia central, ao interior da América do Sul e a partes da América do Norte e Austrália, sem mencionar os quase totalmente inexplorados Ártico e Antártico.³

¹ BOURGUET, Marie-Noëlle. O Explorador. In: VOVELLE, Michel (Dir.). *O Homem do Iluminismo*. Trad. Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 212.

² HOBBSAWN, Eric J. *A Era do Capital, 1848 – 1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 21ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 91.

³ _____ . *A Era do Capital, 1848-1875*, p. 88.



Houve, portanto, um descompasso prático entre as ambições culturais da dita cultura das Luzes e as possibilidades materiais de sua instauração. Descompasso este que caracteriza um período ao longo do qual potências europeias precisaram continuamente reinventar suas estratégias, tanto em nível cognitivo como em nível institucional e político, de modo que as possibilidades de instaurar sua presença em escala global fossem eficazmente concretizadas. Assim, na primeira metade do século XIX, expandir-se politicamente ainda significava seguir em direção a territórios desconhecidos pelos circuitos europeus, e conhecer esses mesmos territórios implicava, por sua vez, aceitar desafios políticos e institucionais consideráveis.

Tendo em vista tal período, o presente artigo busca analisar as viagens científicas francesas de volta ao mundo organizadas ao longo da primeira metade do século XIX, ou seja, a partir de 1817, ano no qual a França retoma o modelo de viagem científica que havia estimulado nas últimas décadas do século XVIII.⁴ O objetivo do artigo é explicitar em que medida essas expedições científicas podem ser abordadas por um viés que contemple simultaneamente as formulações e práticas propriamente científicas e de representação que constituíram essas empreitadas e, também, as implicações políticas e institucionais que as viagens traziam à administração francesa, notadamente no que se referia às possibilidades de expansão da presença francesa no ultramar. Busca-se, nesse sentido, articular a discussão historiográfica referente às viagens científicas àquela dedicada a compreender os mecanismos da cultura colonial francesa.

O problema de uma cultura colonial francesa na primeira metade do século XIX

A referência a uma cultura colonial francesa se dá, no presente artigo, mediante a filiação a uma pauta de problemas elencados por historiadores como Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire e Nicolas Bancel, os quais defendem a possibilidade de identificar um verdadeiro “sistema histórico” que auxiliaria a interpretação de elementos constitutivos do imperialismo francês. Esses elementos, segundo tais autores, teriam inicialmente se apresentado às análises historiográficas como aparentemente desconexos. No entanto, esses historiadores demonstram em que medida seria possível interpretar “o desenvolvimento, a disseminação e a mutação graduais de uma *cultura colonial*

⁴ Em 1817, é organizada a expedição científica de Louis de Freycinet, que deliberadamente se empenhou em retomar o modelo de viagens científicas que havia sido utilizado pela última vez antes da Revolução de 1789, quando La Pérouse foi encarregado de comandar sua expedição sob os auspícios de Louis XVI.



na metrópole francesa ao longo de mais de dois séculos”⁵, a qual teria implicações ressonantes até mesmo nos desdobramentos propriamente pós-coloniais decorrentes dos processos imperialistas em questão. Os elementos anteriormente vistos como desconexos seriam, portanto, tributários de uma mesma cultura colonial. Para esses autores, é possível identificar, em diferentes campos de atividade francesa dos séculos XIX e XX, uma incorporação inconsciente de um discurso imperial que orientaria disposições de ações sociológicas. Deste modo, identificam, mediante evidente referência às teorias de Pierre Bourdieu, a existência de um “*habitus* em meio à mentalidade e à psique coloniais”⁶, sem o qual este sistema colonial histórico não poderia ter existido. Como alicerces de tal incorporação de um discurso imperial – que encontrariam no ideal de civilização a ser instaurado em escala planetária seu principal bastião –, os autores reconhecem elementos como sociedades geográficas, organizações comerciais e a literatura de viagem.

Embora se refira tanto ao século XIX como ao século XX, a profícua reflexão de Blanchard, Lemaire, Bancel e Thomas propõe uma periodização na qual se reconheceria, entre os anos de 1763 e 1870, apenas a emergência de uma cultura “pré-colonial” na França metropolitana. Segundo eles,

Ainda em sua infância, esta cultura começou a aparecer lentamente nos diferentes estágios de intervenção francesa no ultramar: da perda de possessões coloniais do Antigo Regime à Revolução Francesa com a primeira abolição da escravidão, da expedição no Egito às expedições punitivas de Napoleão no Caribe, da restauração da escravidão à conquista da Argélia, da segunda abolição da escravidão em 1848 às conquistas na Indochina, da instalação na Nova Caledônia à derrota no México, cada “momento” colonial incitou uma reação na metrópole, reações que gradualmente deram lugar a uma compreensão coletiva segundo a qual a França estava comprometida com um vívido empreendimento colonial ultramarino. No entanto, esta compreensão permaneceu majoritariamente limitada à elite e a círculos econômicos, não alcançando o público em geral até a Terceira República.⁷

Perante a periodização proposta por esses autores, é possível se perguntar em que medida o período que se estende de 1763 a 1870, seria de fato uma mera “infância” desta cultura colonial.

⁵ BLANCHARD, Pascal; LEMAIRE, Sandrine; BANCEL, Nicolas; THOMAS, Dominic. The Creation of a Colonial Culture in France, from the Colonial Era to the “Memory Wars”. In: BLANCHARD, Pascal, LEMAIRE, Sandrine, BANCEL, Nicolas, THOMAS, Dominic (Eds.). *Colonial Culture in France since the Revolution*. Translated by Alexis Pernesteiner. Indiana: Indiana University Press, 2014, p. 1.

⁶ _____ . *The Creation of a Colonial Culture in France, from the Colonial Era to the “Memory Wars”*, p. 5.

⁷ _____ . *The Creation of a Colonial Culture in France, from the Colonial Era to the “Memory Wars”*, p. 4. Tradução livre realizada pelo autor do presente artigo.



Certamente, o período inaugurado com o Segundo Império francês apresentou uma pauta mais ostensiva e incisiva para a expansão territorial francesa, pauta esta que, com relativas adaptações, manteve-se mesmo com a transformação promovida pelo regime republicano, o qual encontrou na expansão imperial – por mais contraditório que isto pudesse parecer inicialmente, tendo-se em vista os ideais universalistas republicanos exaltados à época – um sustentáculo essencial de sua manutenção. Como bem elucidou Samia el Mechat, houve uma profusão de teorias e métodos de pacificação que discursivamente justificariam a tutela intervencionista sobre povos nativos colonizados, posto que se pressupunha que, “privados do poder tutelar do colonizador, as massas colonizadas afundariam na anarquia e no caos”.⁸ Com base nestes ideais, a expansão francesa foi pujante na segunda metade do século XIX e ao longo do século XX. No entanto, é possível identificar, desde o final do século XVIII e início do século XIX, não só uma verdadeira pauta expansionista em ampla circulação no campo cultural europeu – que encontra, nas formulações referentes à ideia de civilização, um de seus principais vetores –, mas uma ressonância institucional, administrativa e sociológica consolidada, orientando empreitadas e diretrizes das quais as grandes viagens de volta ao mundo são exemplos eloquentes. Não deixa de ser curioso que, neste sentido, os autores tenham elencado a literatura de viagem como um dos alicerces principais da cultura colonial e, por outro lado, pareçam não reconhecer seu potencial como norteador de percepções na primeira metade do século XIX: enquanto gênero textual, a literatura de viagem guardava amplo potencial de ressonância na sociedade europeia de então, e as publicações decorrentes das viagens de volta ao mundo, por mais que se organizassem mediante diferentes modelos editoriais, reiteravam tal potencial. Não se trata, obviamente, de afirmar que toda localidade visitada por viajantes franceses e contemplada em seus relatos tenha sido o alvo de investida propriamente colonizadora por parte do Estado francês, mas sim de demonstrar que, conforme se organizavam as viagens e publicações delas decorrentes, a ideologia por meio da qual se legitimaria a expansão da presença internacional francesa era reiterada. A possibilidade de se reconhecer, portanto, os fundamentos de uma cultura colonial francesa consideravelmente sedimentada já no início do século XIX, diferentemente do que é proposto por Blanchard, Thomas, Bancel e Lemaire, pode ser demonstrada mediante estes dois

⁸ MECHAT, Samia El. Introduction. In: MECHAT, Samia el (Dir.). *Coloniser, pacifier, administrer. XIXe-XXIe siècles*. Paris: CNRS Éditions, 2014, p. 7.



grupos de fatores: de um lado, a organização propriamente institucional e administrativa de empreitadas como as grandes viagens de volta ao mundo e, de outro, a circulação da literatura de viagem tributária dessas empreitadas.

No tocante ao primeiro dentre estes dois grupos de fatores, as viagens científicas de volta ao mundo francesas da primeira metade do século XIX se destacam, em termos administrativos, pela prevalência da Marinha francesa enquanto agente institucional preponderante na organização de tais empreitadas. Diferenciando-se do modelo inglês de organização de viagens científicas, no qual foi predominante a iniciativa privada de entusiastas do progresso científico⁹, é possível identificar, em linhas gerais, a preeminência da diretriz do Estado nas empreitadas científicas francesas, desde o século XVIII. Além disso, devido a tal diretriz propriamente estatal de atividades científicas, é possível identificar um pioneirismo francês não só na elaboração das viagens, mas no processo de profissionalização do naturalista, o qual esteve, no caso francês, articulado à profissionalização colonial, unindo um sistema integrado de administração colonial mediante jardins botânicos e um conhecimento cada vez mais tributário de uma rede global de naturalistas profissionais.¹⁰

O domínio do Estado, no entanto, não se daria de modo unívoco ao longo do tempo. No interior desta diretriz propriamente estatal, evidencia-se uma disputa específica, ao longo da primeira metade do século XIX, por parte da Marinha francesa, no sentido de reafirmar sua posição enquanto instituição comprometida simultaneamente com as possibilidades de ampliação da ciência e do comércio franceses, ou seja, sem se restringir apenas a funções bélicas. O fato de as grandes viagens científicas organizadas pela França monárquica constitucional contarem, em seus quadros,

⁹ São diversos os autores que identificam tal característica do campo inglês de organização de atividades científicas e, conseqüentemente, de expedições científicas. Em artigo dedicado à análise das iniciativas de Joseph Banks, David Philip Miller ressalta em que medida havia um verdadeiro “vácuo político e administrativo” no tocante às viagens de descoberta inglesas, posto que havia uma falta de canais formais e institucionais que consolidassem as atividades. Tal vácuo, no entanto, não seria resultado de uma deficiência inglesa, mas sim coerente com ideias inglesas acerca de como deveria ser a atividade governamental. Para detalhes, ver: MILLER, David Philip. Joseph Banks, empire, and “centers of calculation” in late Hanoverian London. In: MILLER, David Philip; REILL, Peter Hans (Eds.). *Visions of Empire: voyages, botany, and representations of nature*. Cambridge/New York: Cambridge Univ. Press, 1996, pp. 21-37.

¹⁰ Tal ponto é reiterado por autores como Richard Drayton que, em sua análise sobre as relações entre o império inglês e atividades científicas, ressalta como cada grande expedição científica inglesa foi precedida por um modelo semelhante comandado por franceses. Ver: DRAYTON, Richard. *Nature's Government. Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. London/New Haven: Yale Univ. Press, 2000, p. 109. No tocante à profissionalização colonial e profissionalização da história natural, principalmente no que se refere a experiências francesas, ver: GROVE, Richard. *Green Imperialism. Colonial expansion, tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600-1800*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995, p.310-311.



basicamente com homens oriundos da Marinha francesa aponta em que medida a instituição dedicou-se a ocupar um espaço que anteriormente não fora concedido a ela enquanto prerrogativa¹¹. De fato, foram vários os oficiais franceses que comandaram viagens científicas, sobretudo as de volta ao mundo, ao longo da primeira metade do século XIX, destacando-se Louis de Freycinet¹², Louis Isidore Duperrey¹³, Hyacinthe de Bougainville¹⁴, Dumont d'Urville e Abel Dupetit-Thouars¹⁵. Além disso, muitas ações político-administrativas posteriores à realização de expedições científicas denotam o quanto ciência e política estiveram entrelaçadas nos planos da Marinha francesa: o estabelecimento de estações navais francesas em pontos previamente contemplados por oficiais da Marinha durante viagens científicas comprova que as diretrizes políticas e científicas da instituição eram complementares.

O segundo fator que identificamos como vetor de uma cultura colonial francesa já consolidada no início do século XIX foi, como dito antes, a literatura de viagem decorrente dessas expedições. Quanto a essa literatura de viagem, há diversos pontos a se ressaltar. Primeiramente, tal como apontado por Odile Gannier, há uma “cadeia de leituras” que se estabelece na confecção dos relatos de viagem¹⁶, que emulam elementos da rede de símbolos e linguagens nas quais o viajante está inserido, tanto enquanto realiza sua viagem como no momento em que redige seu relato. O momento da redação mobiliza não apenas elementos das linguagens contemporâneas ao viajante, mas também elementos da tradição de longa duração do gênero da literatura de viagem. Só este aspecto da literatura de viagem já seria emblemático no sentido de ressaltar seu potencial de

¹¹ TAILLEMITE, Étienne. *L'Histoire ignorée de la marine française*. Paris: Perrin, 1988; TAILLEMITE, Étienne. *Marins français à la découverte du monde*. Paris: Fayard, 1999.

¹² Louis-Claude de Saulces de Freycinet (1779-1842) comandou, entre 1817 e 1820, a expedição a bordo da fragata *Uranie*. O êxito da expedição permitiu sua promoção na Marinha francesa, além de auxiliar sua eleição para a *Académie des Sciences* em 1825 e sua atuação enquanto um dos fundadores da *Société de géographie*. Para detalhes, ver: TAILLEMITE, Étienne. *Dictionnaire de la Marine*. Paris: Collection Seghers, 1962, pp. 109-110.

¹³ Louis Duperrey (1786-1865) participou da expedição comandada por Louis de Freycinet e, em 1822, iniciou sua própria expedição de volta ao mundo, tendo sido também eleito para a *Académie des Sciences* em 1842. Para detalhes, ver: TAILLEMITE. *Dictionnaire de la Marine*, p. 87.

¹⁴ Hyacinthe de Bougainville (1781-1846) foi filho do célebre viajante do século XVIII, Louis de Bougainville (1729-1811), e realizou sua própria viagem de volta ao mundo comandando as embarcações *Thétis* e *Espérance* entre 1824 e 1826. Para detalhes, ver: TAILLEMITE. *Dictionnaire de la Marine*, p. 34.

¹⁵ Abel Dupetit-Thouars (1793-1864) comandou sua própria expedição de circunavegação do globo entre 1836 e 1840, com finalidades científicas e comerciais. Sua dedicação a diretrizes comerciais não foi um obstáculo para uma carreira propriamente científica, tendo sido eleito para a *Académie des Sciences* em 1855. Para detalhes, ver: TAILLEMITE. *Dictionnaire de la Marine*, p. 88.

¹⁶ GANNIER, Odile. *La littérature de voyage*. Paris: Ellipses Éditions, 2001, p. 29.



reverberação dos vetores do campo de representações mais amplo em que está inserida (e, portanto, seu potencial de reverberação de uma cultura colonial). Contudo, outro aspecto do gênero, também ressaltado por Gannier, é o “pacto de leitura” estabelecido entre o autor-viajante e o leitor, pacto este que, muitas vezes, confere ao relato um verdadeiro papel de “texto didático”: não só no século XIX, mas também ao longo de séculos progressos, os relatos de viagens foram capazes de assumir o papel de edificação – até religiosa –, instrução e formação do espírito.¹⁷ Este aspecto se tornava mais preponderante caso o viajante se filiasse aos esquemas do romance de formação, conferindo à viagem narrada um teor de provação, no qual a partida e o retorno seriam delimitações de um período não só de deslocamento ao longo do mundo que se buscaria conhecer, mas de um período de descobertas referentes a si mesmo.¹⁸ Os relatos de viagem, portanto, não eram meramente descritivos, mas também prescritivos, o que os torna mais significativos em um horizonte de cultura colonial. Eles não apenas reverberariam a cultura colonial, mas garantiriam a reprodução de sua introjeção em disposições culturais.

Viagens, tropicalidade e alteridade: vetores científicos para uma cultura colonial

Uma vez explicitados alguns fatores que permitem reconhecer, já na primeira metade do século XIX, a consolidação de uma cultura colonial francesa, torna-se possível identificar de que modo as viagens científicas puderam contribuir para a sedimentação de tal cultura. Como dito antes, em função das atividades da Marinha francesa, as viagens se entremearam administrativamente à cultura colonial principalmente mediante a criação de estações navais e mediante o sistema colonial de administração da agricultura e dos jardins botânicos. A especificidade desses pontos de conexão administrativa entre as viagens e a cultura colonial, no entanto, não serão focalizados no presente trabalho. Para além do foco em pontos de conexão propriamente administrativos, focalizaremos especificamente, como assinalado anteriormente, nas publicações decorrentes das viagens científicas. Muitas dessas publicações reiteraram concepções de alteridade essenciais para uma cultura colonial. Como vetores de tais concepções de alteridade, as conceitualizações acerca da tropicalidade e as possibilidades de classificação dos diferentes grupos humanos encontrados ao longo das viagens foram decisivas.

¹⁷ GANNIER. *La littérature de voyage*, p. 45.

¹⁸ _____. *La littérature de voyage*, p. 99.



A reflexão sobre tropicalidade norteou representações não apenas na França, mas na Europa como um todo, mobilizando escritos de diversa ordem. Para o historiador David Arnold, a tropicalidade se apresentou como um problema para a cultura europeia cerca de cinco séculos antes das viagens que possibilitaram, no início da Época Moderna, um maior intercâmbio com as Américas, por exemplo. Para Arnold, os trópicos se configurariam não como um mero espaço geográfico, mas também como um espaço conceitual, que possibilitou um eixo de reflexão sobre a alteridade, atribuindo-se significado moral a paisagens e lugares do mesmo modo que se fez em relação a povos e culturas. Em decorrência disso, o uso do termo “trópicos” apresentou amplo escopo de significados. Primeiramente, concebia a existência de especificidades climáticas na região localizada entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio. No entanto, ao longo dos séculos, consolidou-se a concepção de uma distinção cultural na qual os trópicos se definiriam por oposição ao que era percebido como a normalidade das terras temperadas. Segundo Arnold, os trabalhos do naturalista prussiano Alexander von Humboldt teriam contribuído para consolidar a percepção acerca da diversidade dos trópicos como indício de uma natureza mais ativa, pródiga e fecunda, embora conferindo pouca atenção às formas sociais e culturais elaboradas por seus próprios habitantes. Os elogios de Humboldt, por outro lado, não impediram uma profusão de concepções negativas acerca da tropicalidade, em parte baseadas na predominância dos pressupostos segundo os quais ela se definiria por oposição à regularidade natural das zonas temperadas.¹⁹

As viagens científicas francesas atestam não só a permanência da pauta de reflexões sobre a tropicalidade, mas também em que medida esta pauta orientou a representação de diversas regiões do planeta, como as Américas. Certamente foi demasiado amplo o campo de possibilidades dentro do qual as Américas foram representadas em circuitos culturais europeus. Ao longo do tempo, houve mudanças não só nas formas discursivas utilizadas para descrever as Américas, mas nas condições dadas a viajantes europeus de interagir com as regiões americanas, sendo essas diferentes condições, tanto de deslocamento geográfico como de natureza de inserção social, fatores que tornam mais complexo o campo de representações das Américas na Europa. É inegável que a transformação do

¹⁹ ARNOLD, David. *Inventing Tropicality*. In: ARNOLD, David. *The Problem of Nature*. Environment, culture and European expansion. Oxford/Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996, pp. 142-150.



arcabouço intelectual que mobilizava viajantes europeus a analisarem a Europa²⁰, assim como as transformações políticas ocorridas no final do século XVIII, propiciaram o que o historiador Antonello Gerbi descreveu como uma etapa de “esvaziamento da disputa” acerca do sentido do Novo Mundo. Na passagem do século XVIII para o século XIX, não seria mais possível simplesmente estigmatizar as Américas, tal como demonstra Gerbi mediante sua análise de Hegel:

As contradições internas e incertezas radicais das idéias hegelianas sobre a América provam que na época os termos tradicionais da disputa eram insuficientes para abranger os problemas sugeridos pelo Novo Mundo. De um lado, as ciências naturais haviam se emancipado dos esquemas volumétricos e das rígidas teorias climáticas; de outro, o desenvolvimento social e político dos Estados Unidos e a turbulenta vitalidade dos países latino-americanos faziam com que se esquecesse o seu recentíssimo passado colonial e de fato não se enquadravam nas costumeiras caracterizações dos crioulos, sonolentos e desmiolados, nem dos norte-americanos, fisicamente decaídos e barbaramente incultos.

Hegel encontra-se, pois, em meio a um dilema. (...) A América é impotente no físico e no moral, mas é também o Futuro, ou seja, a “potência” por definição.²¹

Todavia, se a polêmica acerca do Novo Mundo, para fazer menção ao título da monumental obra de Gerbi, esvaziava-se em seu sentido inicial, é notável que justamente nesse período emerge um novo fator nessa mesma disputa conceitual: a distinção entre a América do Norte e a América do Sul.²² No tocante à primeira metade do século XIX, o exemplo da América Latina é bastante significativo no contexto de uma discussão propriamente imperial acerca da tropicalidade, como aponta a historiadora Nancy Stepan, uma vez que “a América Latina foi parte de um sistema imperial europeu informal”²³, devido aos fortes interesses financeiros e comerciais que os então novos países americanos estimularam em potências europeias como a Inglaterra. É eloquente, nesse sentido, a representação que o viajante Francis de Castelnau emulou acerca das diferentes Américas,

²⁰ Faço referência aqui à inflexão assinalada por Jorge Cañizares-Esguerra, quando este reconhece a emergência de uma “nova forma de leitura” em meados do século XVIII na Europa, a qual teria se relacionado à formação de um novo tipo de viajante, o viajante filosófico. Estes vetores teriam desafiado pressupostos tradicionalmente estabelecidos na cultura Europeia quanto às representações das Américas. Para detalhes, ver: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to write the history of the New World. Histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford/California: Stanford University Press, 2001, pp. 12-13.

²¹ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1790-1900)*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 336.

²² Não à toa o próprio Gerbi mantém sua análise de Hegel e demais filósofos dedicados à representação das Américas afirmando que, nesse período, a “história universal alcançou seu vértice no mundo germânico e reformado; todavia, seu centro de gravidade, atraído por uma nova polarização, entre o Norte e o Sul da América, desloca-se para o ponto onde poderá acender a centelha de um outro conflito fatal”. GERBI. *O Novo Mundo*, p. 336.

²³ STEPAN, Nancy Leys. *Picturing Tropical Nature*. New York: Cornell Univ. Press, 2001, p. 23.



contrapondo a América do Norte à América do Sul, principalmente com base no critério da natureza tropical. Castelnau recebeu, em 1841, uma missão simultaneamente política e científica, sendo apoiado tanto pela casa de Orléans como pelo *Muséum national d'Histoire Naturelle*. De acordo com Michel P. Bajon, a expedição esteve primordialmente pautada pela política dinástica dos Orléans que, preocupados com a trajetória política das antigas colônias espanholas, buscavam voltar seus olhos para o Brasil e para a casa de Bragança, de modo a constituir “um bloco latino e católico que equilibrasse a zona atlântica perante o conjunto anglo-saxão”.²⁴ Ao descrever “o contraste que oferecem entre si essas grandes quase ilhas que formam o continente da América”, Castelnau reconheceu, situado na América do Norte, o homem “sob a influência direta do clima mais variável do mundo”, região na qual teve de desenvolver todos os recursos de sua inteligência e cujos resultados de sua atividade incessante não poderiam ser vistos com indiferença, ao passo que, na América do Sul, “os traços da ação humana desaparecem de modo a permitir que se admirem apenas as obras da natureza”.²⁵ Portanto, o viajante esteve comprometido com a representação da ausência de iniciativas propriamente civilizadoras na América do Sul, filiando-se a uma tradição que, segundo Nancy Stepan, remeteria a Alexander von Humboldt, na medida em que o próprio viajante prussiano teria contribuído para tal redefinição conceitual das Américas, remodelando a representação do globo mediante o uso de linhas isotérmicas mediante as quais reconheceu, nos Estados Unidos, uma região temperada, “capaz, devido ao clima e à geografia, de produzir uma civilização semelhante àquela da Europa”, ao passo que nos trópicos do Sul “seria sugerido que o calor e a umidade tão favoráveis à produção da natureza estabeleceriam um desafio permanente para a emergência da alta civilização”.²⁶ Assim, reconhecendo-se a filiação a tal tradição, o que se apreende da caracterização efetuada por Castelnau, sobretudo tendo-se em vista as mobilizações políticas que também caracterizaram sua viagem, é a reiteração de uma representação das regiões tropicais americanas nas quais seria necessário um vetor civilizador externo de forma a romper com o tipo de movimento que naturalmente se impunha e caracterizava a vida presente em tais regiões. Dado o seu

²⁴ BAJON, Michel P. Une expédition méconnue en Amérique du Sud: la mission Castelnau, 1843-1847. In: LAISSUS, Yves (org.). *Les naturalists français en Amérique du Sud XVIe-XIXe siècles*. Paris: Éditions du CTHS, 1995, p. 338.

²⁵ CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para; exécutée par ordre du gouvernement Français pendant les années 1843 à 1847*. Histoire du Voyage. Tome Premier. Paris: Bertrand, 1850, pp. 8-10.

²⁶ STEPAN. *Picturing Tropical Nature*, pp. 38-39.



comprometimento com o Estado francês, assim como o inventário por ele efetuado de dados sobre territórios tropicais da América do Sul, é evidente em que medida seu empreendimento científico poderia auxiliar a projeção francesa: a expedição permitiu o reconhecimento de vias fluviais entre Goiás e o Pará através da bacia do Tocantins, a determinação de fontes do Paraguai, a possibilidade de uma segunda ligação longitudinal entre Cuiabá e Santarém, o reconhecimento de vias fluviais entre Cuiabá e São Paulo através dos rios Tiete e Miranda, além das condições de navegabilidade do Amazonas e dos precursores peruanos Ucayali e Urubamba. Além de tais trabalhos cartográficos e geográficos, também foi estabelecido o inventário de recursos geológicos e minerais, assim como das produções agrícolas das regiões visitadas²⁷. Todo este âmbito tropical, portanto, poderia ser apropriado de modo utilitário pelas diretrizes comerciais e administrativas francesas.

Entretanto, cabe ressaltar que nem todos os viajantes franceses representaram a tropicalidade sob o mesmo molde que Castelnau. Na verdade, o que um exame da variedade de publicações decorrentes das viagens científicas revela é uma certa discrepância entre a permanência da tropicalidade enquanto concepção a nortear representações de padrões culturais – ou até mesmo morais – e, por outro lado, as variações acerca da tropicalidade enquanto categoria científica a nortear o inventário das produções da natureza e sua ordem. No tomo dedicado a inventários botânicos que integra a série de publicações referente à viagem comandada por Duperrey, por exemplo, não se identifica o elogio da tropicalidade enquanto uma categoria capaz de orientar a classificação das plantas encontradas pelos viajantes, tampouco se menciona explicitamente a tropicalidade como categoria que poderia explicar por si mesma a variedade de diferenças averiguáveis em determinadas regiões. O que se identifica no tomo, cuja escrita esteve a cargo de Dumont d'Urville e Alphonse Brogniart, é, ao contrário, um esforço de classificação botânica muito mais concentrado na observação de critérios morfológicos tidos como funcionais. Mediante esses critérios, as amostras de plantas poderiam ser comparadas e classificadas enquanto exemplares de uma mesma espécie, ainda que tais plantas se encontrassem em diferentes regiões do planeta. Ao comentar a espécie *Arundo phragmites*, por exemplo, identificada tanto no Chile e no Peru como também na então chamada Nova Holanda, os viajantes a descreveram como “um dos mais marcantes exemplos da identidade de uma mesma espécie sob latitudes diferentes e a grandes

²⁷ BAJON, Michel. *Une expedition méconnue en Amérique du Sud: la mission Castelnau, 1843-1847*, p. 343.



distâncias”.²⁸ A espécie *Saccharum insulare*, por sua vez, foi descrita com base na comparação entre amostras cultivadas em diversas localidades, de modo a atestar a predominância de determinados caracteres em conjunção com as variações regionais.²⁹ Logo, o critério regional aparece com menor ênfase em tal publicação, o que faz com que as reflexões sobre a tropicalidade consequentemente alcançassem uma ressonância menor. O elogio da prodigalidade tropical, tão caro a Humboldt, parece não ter norteado na mesma medida todos os botânicos da Marinha francesa. Assim, seria plausível inferir que a noção de tropicalidade parece ter permanecido recorrente no campo das viagens científicas francesas mais enquanto norteadora de uma agenda civilizadora do que enquanto categoria principal para as classificações e formulações científicas.

Se as formulações e classificações botânicas se estruturavam cada vez mais com base em variáveis morfológicas e menos em variáveis climáticas, as narrativas de viagem, por sua vez, mantinham o recurso às tópicas que elogiavam a tropicalidade enquanto zona pródiga, selvagem e pitoresca, na qual o viajante se sentiria extasiado perante tamanha pujança natural. Louis Duperrey, ao comentar sua passagem no Brasil, mais especificamente na então ilha de Santa Catarina, optou por descrever as coberturas vegetais da região emulando tais tópicas:

A vista então passeava agradavelmente sobre as florestas espessas que cobrem a ilha Santa-Catharina e toda a parte do continente que a circunda. Sobre os cumes das colinas como sobre as laterais das montanhas, na planície de vales e sobre as margens do mar, crescem vegetais soberbos, formando o mais imponente e pitoresco quadro que a natureza poderia oferecer em seu estado selvagem. Os loureiros, os cedros, as laranjeiras, os mangues, as bananeiras, etc., brilhavam por seu porte e sua rica folhagem; as palmeiras, balançadas pelo vento por baixo dos arbustos que escondiam seus troncos, detinham por vezes nossos olhares, que repousavam sempre com renovado prazer sobre esses ramos verdejantes, semeados de algum modo no fundo azul da cobertura celeste.³⁰

O relato de viagem de Duperrey não se restringe a apenas descrever as paisagens tropicais encontradas no Brasil, mas também recupera o tema do encontro do viajante com tais paisagens, encontro este que possibilitaria sensações únicas. Assim, o relato emula um tema recorrente na

²⁸ D'URVILLE, Dumont; BRONGNIART, Adolphe. *Voyage autour du monde, execute par Ordre du Roi, sur la Corvette de Sa Majesté, La Coquille, pendant les années 1822, 1823, 1824 et 1825, par M. L. I. Duperrey. Botanique. Phanérogamie*. Paris: Arthus Bertrand, 1829, pp. 28-29.

²⁹ _____ . *Voyage autour du monde*, p. 100.

³⁰ DUPERREY, Louis Isidore. *Voyage autour du monde, execute par Ordre du Roi, sur la Corvette de Sa Majesté, La Coquille, pendant les années 1822, 1823, 1824 et 1825, par M. L. I. Duperrey. Historique*. Paris: Imprimerie Royale, 1826, p. 43.



literatura de viagem da época, filiando-se explicitamente a tradições do gênero em ampla circulação e não se limitando à finalidade de mero inventário de dados hidrográficos que pudesse ser utilitariamente aproveitado pela Marinha francesa. Em um capítulo exclusivamente dedicado à descrição da região, *Remarques sur la Baie de Santa-Catharina*, o oficial da Marinha francesa descreve, então, a percepção do viajante nas terras da região:

É sempre um prazer novo para o Marinheiro dedicado por gosto a uma vida errante, calcar seus passos por terras férteis, nas quais a mão do homem poucos pontos desbravou. Ele é embalado por doces sonhos, quando, seguindo uma trilha aberta em meio à floresta, ouve a voz seca e queixosa da vegetação costeira se misturar ao barulho de um riacho que corre. A solidão dos bosques é agradável para a alma, o silêncio que lá reina convida à reflexão, as lembranças se apresentam; em um instante, os dias de plenitude se renova; e, o espelho do passado, ao reflectir sobre o presente a sombra da felicidade que oferece, colore o futuro com uma imagem sorridente.³¹

As paisagens brasileiras seriam, para o viajante francês, uma fonte precisa de tal tipo de sensação da natureza:

Mais de uma vez as terras do continente, que formam a parte ocidental da baía de Santa Catharina, fizeram penetrar em nós esse ideal vago, essas emoções indefiníveis, companheiras da solidão. Aqui, as costas são coroadas de montes elevados, cobertos de grandes árvores e atravessados por caminhos que conduzem a seu interior; cascatas que caem pela lateral das montanhas, e escapam pelos vales através dos vegetais pomposos que tombam sua folhagem verde e seus ramos de flores sobre a onda espumante; os rios, os riachos de água límpida de um curso lento e monótono, após regarem vales sombrios e campos ricos, perdem-se em pântanos imensos, que cercam diversos pontos do litoral. Uma rota, traçada por toda a costa, pode vos levar através de mil sinuosidades, ora bordo do mar, ao longo de habitações ou das bananeiras, laranjeiras, limoeiros e cafezais que os circundam; ora por vales solitários, em meio a florestas densas, onde a sombra silenciosa das árvores, o murmuro da água corrente, o canto variado dos pássaros, o barulho das folhas que caem, encantam os sentidos, despertam o pensamento e lembram o homem de sua grandeza e de sua insignificância.

Jamais houve viajante que respirasse o ar do Brasil e sentasse à sombra de suas florestas sem receber tais profundas impressões.³²

A escrita de Duperrey referente ao Brasil emula, portanto, uma concepção de quadros da natureza, provavelmente tributária das formulações de Alexander von Humboldt³³ que, como

³¹ DUPERREY. *Voyage autour du monde*, pp. 59-60. Tradução livre realizada pelo autor do presente artigo.

³² _____. *Voyage autour du monde*, p. 60. Tradução livre realizada pelo autor do presente artigo.

³³ Para Karen Macknow Lisboa, a concepção de *Naturgemälde* de Humboldt visava “representar científica, poética e artisticamente os objetos da história natural”, de modo a “transmitir ao leitor a sensação prazerosa de estar na natureza



demonstrado anteriormente, foi um dos principais formuladores de uma concepção de tropicalidade na qual reconhecia-se o potencial de diversidade da criação natural nos trópicos, ainda que atrelada ao estado selvagem. Ao aproximar-se de Humboldt nesse sentido, o oficial da Marinha francês se aproxima também de outros viajantes que estiveram no Brasil, como Von Martius e Maximilien de Wied-Neuwied, o que atesta em que medida as formulações acerca da tropicalidade se encontravam presentes em diferentes circuitos do campo científico e cultural europeu, não se restringindo ao campo de uma só nação. O que é mais eloquente, no entanto, é seu uso do termo “pitoresco”. Ao se valer da noção de “pitoresco” para descrever as coberturas vegetais de Santa Catarina, o viajante francês se aproxima ainda mais de viajantes como Spix e Martius, que se valeram da mesma tópica para descrever as paisagens tropicais brasileiras. De acordo com Karen Macknow Lisboa, a adesão a tal tipo de formulação concebia, por parte dos viajantes europeus, uma natureza afável, possível de ser integrada à civilização, sobretudo mediante os esforços civilizadores dos quais os próprios viajantes se reconheciam como vetores.³⁴ Todavia, é possível contemplar outras variáveis nesse ponto. Com efeito, houve inúmeras acepções e transformações nos significados da noção de “pitoresco” enquanto categoria estética, mas é possível afirmar que, em meio à variedade de acepções, houve a manutenção de um olhar que poderia conferir ordem à diversidade tropical. Segundo Pablo Diener, as formulações iniciais da categoria do “pitoresco”, tal como publicadas pelo inglês William Gilpin ainda no final do século XVIII, pressupunham o reconhecimento de desproporções entre elementos apresentados pela infinita variedade da natureza, havendo uma disparidade entre as possibilidades de coerência em conjunto e as possibilidades de beleza singular de partes isoladas. O pitoresco seria uma maneira de assinalar essa falta de harmonia mediante a linguagem artística, a qual seria, acima de tudo, um “instrumento mediador”, capaz de “domesticar o desconhecido” e “reorganizar o desestruturado”. A inflexão decisiva na categoria estética seria tributária de Humboldt, que mediante sua geografia das plantas e análise da distribuição vegetal em zonas climáticas estabeleceria um vínculo direto entre as regiões tropicais e o pitoresco, demarcando assim uma inovação na medida em que conceberia o pitoresco a partir dos próprios elementos

tropical”. LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1997, p. 201.

³⁴ LISBOA. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*, p. 204.



naturais – sem prescindir de conotações ideais, como lembra Diener.³⁵ A tensão inerente à variedade de usos e sentidos que a categoria assumiu nos diversos campos europeus não permite o estabelecimento de um vínculo imediato entre o texto do oficial da Marinha Duperrey e todas as formulações de Humboldt, certamente. No entanto, o fato de se valer da noção justamente para descrever uma paisagem tropical corrobora a adesão do viajante da Marinha francesa a uma pauta que reconhecia, no mínimo, a dificuldade de se apreender cognitivamente a ordem da natureza tropical, sendo esse cenário um campo de desestabilização do olhar civilizado europeu.

O reconhecimento de uma natureza tropical pitoresca se torna ainda mais eloquente quando se tem em vista o quão recorrente é, nos diversos relatos de viagem franceses, a constatação de uma inadequação no tocante às atividades humanas em uma natureza que, porque tropical, mereceria usos mais civilizados e inteligentes. Ao comentar a exploração das florestas no Brasil, por exemplo, Duperrey afirmou que o trabalho de exploração de madeiras para a construção naval foi realizado com “pouco discernimento”.³⁶ Suas críticas ao estabelecimento das atividades econômicas do país se aproximaram daquelas realizadas pelo também viajante e oficial da Marinha francesa Louis de Freycinet, que poucos anos antes de Duperrey havia comandado sua própria viagem de volta ao mundo, permanecendo por cerca de seis meses no Rio de Janeiro. Ao tecer seus próprios comentários sobre o desenrolar das atividades econômicas na província brasileira, Freycinet criticou a inadequação dos usos perante o potencial oferecido pela natureza tropical, lamentando o fato de a região fluminense não ser, a seu ver, cultivada por uma nação ativa e inteligente. De modo semelhante, o naturalista René-Constant Quoy, que o acompanhou em sua expedição, também efetuou duras críticas ao manejo agrícola efetuado na região.³⁷

A permanência de uma crítica aos usos da natureza identificados em muitas regiões visitadas denota não apenas a exposição de formulações tributárias do campo científico, no qual discutia-se quais seriam os usos mais eficazes da natureza, mas também o papel preponderante que a crítica europeia poderia assumir enquanto diretriz civilizadora. Sem dúvida, tais críticas eram em grande

³⁵ DIENER, Pablo. Lo pintoresco como categoría estética en el arte de viajeros. Apuntes para la obra de Rugendas. *HISTORIA*, No. 40, Vol. II, julio-diciembre 2007: 285-309.

³⁶ DUPERREY. *Voyage autour du monde*, p. 69.

³⁷ BRAGA, Daniel Dutra Coelho. *Entre tópicos e trópicos: a província do Rio de Janeiro e a expedição científica de Louis de Freycinet (1817-1854)*. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2014. 169 p.



medida tributárias do campo da disciplina História Natural, cujas formulações não se restringiam apenas ao inventário e classificação posterior de criações da natureza, mas também contemplavam as possibilidades de usos civilizados da natureza – uma vez que a própria ideia de civilização, em tal campo, não era concebida enquanto entidade oposta à natureza, mas sim como entidade decorrente do melhor uso desta.³⁸ No entanto, o que é significativo é que tais descrições reiteram o papel norteador que o viajante poderia assumir enquanto agente capaz de apontar quais seriam os usos ideais da natureza. Elas parecem corroborar a ideia de que uma tutela extrínseca ao cenário tropical seria necessária para o melhor desenvolvimento de regiões que teriam como chave de possibilidade de seu desenvolvimento justamente o fato de serem regiões tropicais. Se a própria ciência, enquanto campo de reflexão sobre a tropicalidade, vinha por um lado permitindo um relativo esvaziamento do estigma dos trópicos enquanto região por definição imprópria para a civilização³⁹, o estigma da necessidade da tutela se mantinha.

É neste ponto em que a ciência e a cultura colonial se entrelaçam de modo mais evidente. Nesse sentido, no que se refere às Américas, por exemplo, os viajantes reiterariam um papel que guardaria semelhanças com o papel norteador desejado pelos dirigentes administrativos das metrópoles à época do colonialismo ibérico, tendo-se em vista o quanto tais dirigentes conceberam o papel a ser exercido pelas colônias principalmente por meio da noção de tropicalidade. Como apontou John Lynch no tocante às reformas administrativas efetuadas pelos Bourbons no âmbito das relações entre a Espanha e suas colônias no final do século XVIII, houve um contínuo esforço no sentido de restringir o papel das Américas, as quais deveriam apenas “consumir as exportações espanholas e fornecer minerais e alguns produtos tropicais”.⁴⁰ Muitos viajantes, se não efetivamente restringiram o papel das Américas ao mero papel de economia complementar da Europa⁴¹, provavelmente reduziram o âmbito de grupos que poderiam determinar o papel das Américas,

³⁸ KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques*. Paris: L'Harmattan, 2001, p.20.

³⁹ São diversos os trabalhos que reconhecem que os próprios viajantes foram, inclusive, atores essenciais em um processo que culminou na descaracterização dos trópicos enquanto região intrinsecamente nociva. Para um exemplo desse tipo de análise, ver: BARBATO, Luis Fernando Tosta. Relatos de Viajantes: de meras histórias de aventura ao saber voltado à instrução política. *Anais do XXI Encontro Estadual de História: trabalho, cultura e memória - ANPUH-SP*. São Paulo: ANPUH-SP, 2012.

⁴⁰ LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência a 1870*, volume III. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 36.

⁴¹ Embora, como bem aponta David Arnold, esta tenha sido uma formulação recorrente no tocante à tropicalidade.



fazendo um constante elogio de grupos tributários da civilização europeia, muitas vezes com base em uma noção de raça intimamente articulada ao ideal de civilização, como foi o caso, segundo Karen Macknow Lisboa, de Spix e Martius, que defenderiam “o processo civilizador, por ser este conduzido pela “raça caucásica”, ou seja, pelo europeu”.⁴²

Tal tipo de pensamento orienta aquele que pode ser identificado como o segundo vetor de indícios, no campo das viagens científicas, de uma cultura colonial consideravelmente enraizada já na primeira metade do século XIX, a saber, a reflexão sobre a alteridade e sobre as possibilidades de classificação dos diferentes grupos humanos. Até mesmo em narrativas de viagens não exatamente comprometidas com o inventário de tipologias morfológicas de seres humanos, é possível perceber a recorrente descrição dos grupos humanos encontrados ao longo das viagens. Assim como Spix e Martius, por exemplo, estiveram permanentemente preocupados em “averiguar o “estado de civilização” dos índios”⁴³ encontrados no Brasil, os viajantes franceses vinculados à Marinha estiveram preocupados com averiguações semelhantes, referentes a todas as configurações sociais que encontraram. Esse tipo de preocupação norteou até mesmo um viajante como Abel Dupetit-Thouars, cujo relatório de viagem esteve primordialmente preocupado em oferecer registros hidrográficos e cartográficos que pudessem auxiliar atividades mercantis franceses posteriores.

Os comentários de Abel Dupetit-Thouars acerca dos diferentes estágios de civilização que acreditou ter averiguado são breves, porém eloquentes no tocante a em que medida um oficial da Marinha poderia estar comprometido com formulações científicas que reafirmavam a noção de alteridade cara ao ideal civilizacional francês. Ao comentar, por exemplo, a sociedade brasileira, o viajante teceu vários elogios ao papel que a família real portuguesa poderia exercer na condução do destino político do país, reconhecendo-a como capaz de “colocar um freio às ambições secundárias e rivais que, como nas repúblicas da América meridional, disputariam incessantemente o poder, sacrificando os interesses do país em prol do interesse pessoal”.⁴⁴ Tal elogio da família real se torna mais significativo quando comparado à forma como o viajante criticou a miscigenação averiguável em meio à sociedade brasileira e sua presumida consequência sobre os costumes:

⁴² LISBOA. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*, p. 205.

⁴³ _____. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*, p. 204.

⁴⁴ DUPETIT-THOUARS, Abel. *Voyage autour du monde sur la frégate la Vénus, pendant les années 1836-1839, publié par ordre du Roi, sous les auspices du Ministre de la Marine. Tome Premier*. Paris: Gide, 1840, p.73. Tradução livre.



Os costumes primitivos dos habitantes do Rio de Janeiro eram aqueles de Portugal; mas eles foram consideravelmente modificados, consideravelmente degenerados pela licença daqueles primeiros colonos, e pela mistura das raças de Índios e de Africanos que se cruzaram a um tal que, em qualquer lugar, na cidade, encontra-se trinta pessoas de cor para uma branca. O cruzamento das raças aqui não parece ter sido favorável às espécies.⁴⁵

Apesar de criticar a miscigenação brasileira, Abel Dupetit-Thouars reconhece a possibilidade de instauração da civilização no país, afirmando que “a sociedade do Brasil fez, desde dez anos, imensos progressos; ela tende com sucesso a se colocar ao nível das sociedades da Europa que marcham à frente da civilização”.⁴⁶ Entretanto, tendo em vista seu elogio da família real, o que o viajante parece reiterar é um tipo de possibilidade de processo civilizador que só pode ser instaurado caso conduzido por descendentes de linhagens europeias. Trata-se, inclusive, de um tipo de representação de alteridade que, no próprio caso brasileiro, auxiliou a manutenção da monarquia, dado que, ao longo dos contínuos esforços de representação simbólica da figura de D. Pedro II, o monarca nascido no Brasil foi, em meio a várias acepções, representado “como um pequeno deus europeu, cercado por mestiços”⁴⁷, ou seja, a missão civilizatória que legitimaria a monarquia se valeu, muitas vezes, deste tipo de representação de alteridade.

Se Abel Dupetit-Thouars optou por representar a possibilidade de instauração da civilização no Brasil por meio do elogio da casa dos Bragança, suas descrições referentes ao Chile, por sua vez, denotam outros aspectos do tipo de reflexão sobre alteridade ao qual aderiu. Ao descrever as características biofísicas da região, o comandante francês afirmou que o “Chile é não apenas um dos melhores países da América, mas mesmo do mundo, tanto pela bondade do clima como pela rara fertilidade do território, que produz em abundância grãos de todo tipo”⁴⁸. No entanto, o viajante se esforçou por comparar as diferentes províncias da região de modo a fornecer descrições que ajudassem a compreender “a escala de civilização chilena”⁴⁹, permitindo a compreensão da organização interior da região. Os usos do ideal de civilização se tornam mais evidentes quando o Dupetit-Thouars analisa a influência dos Araucanos no desenrolar das atividades chilenas. Esse

⁴⁵ DUPETIT-THOUARS. *Voyage autour du monde sur la frégate la Vénus*, p. 59. Tradução livre.

⁴⁶ _____. *Voyage autour du monde sur la frégate la Vénus*, p. 60. Tradução livre.

⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

⁴⁸ DUPETIT-THOUARS. *Voyage autour du monde...*, p. 115. Tradução livre.

⁴⁹ _____. *Voyage autour du monde...*, p. 137. Tradução livre.



grupo nativo constituía o enclave indígena independente de Araucânia, um dos principais focos de disputa no Chile. Nos embates da política interna posteriores à independência do Chile, o ideal de civilização era utilizado no intuito de, como aponta Simon Collier, “justificar a “pacificação” da Araucania”.⁵⁰ Ao narrar as ações dos Araucanos, Dupetit-Thouars se vale de um vocabulário que, se por um lado ressalta a nação indígena como valente, também a retrata como feroz, valendo-se de uma linguagem que, no tocante ao ideal de civilização, certamente aponta em que presumido estágio civilizacional o viajante francês reconhecia o grupo:

Antes da revolução que tornou o Chile independente da Espanha, o governo de então tentou numerosas vezes conquistar esse território para submeter os Araucanos; mas essa valente nação orgulhosamente lutou por sua independência, que ela manteve até hoje, após um grande numero de combates sangrentos que, mais de uma vez, colocaram o governo do Chile em uma lamentável posição; governadores hábeis tentaram efetuar essa conquista pela via da persuasão, mediante missionários; mas a animosidade e o ódio dos Araucanos eram excessivamente violentos e exaltados de forma que tal meio pudesse ter êxito; os missionários enviados sempre morreram miseravelmente, massacrados ou envenenados.⁵¹

Todavia, para Dupetit-Thouars, os Araucanos não eram, apesar de sua violência, incompatíveis com as missões civilizadoras. Havia um vetor que poderia auxiliá-los no pleno ingresso na civilização: o comércio.

As relações atuais dos Araucanos com os habitantes do Chile parecem ser de uma natureza menos hostil, ainda que eles se ataquem ocasionalmente além do Bio-Bio, sobre o território de Conceição e também ao sul, no território de Valdivia e do Corral para lá cometer depredações. Essas incursões são bem mais raras que as de outrora, e é verossímil que suas relações com os Europeus, tornando-se a cada dia mais freqüentes, assim como se generalizando cada vez mais em meio a eles o gosto pelo tabaco, por aguardente, por materiais de lã e produtos da indústria, o comércio fará pela civilização desse povo o que não pôde fazer a força e a persuasão.

O que Abel Dupetit-Thouars faz é reabilitar a noção do comércio não como uma instituição neutra ou meramente vinculada à dimensão econômica e material da vida humana, mas sim enquanto uma instituição que, em sua própria natureza, estivesse imbuída de valores tributários da cultura iluminista do progresso universal da civilização. Nesse sentido, o comandante da Marinha francesa

⁵⁰ COLLIER, Simon. O Chile da Independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência a 1870*, volume III. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 617.

⁵¹ DUPETIT-THOUARS. *Voyage autour du monde...*, p. 154. Tradução livre.



evidentemente se filia às ambições cosmopolitas dos viajantes do século XVIII, como os franceses Bougainville e La Pérouse. Nesse sentido, é possível reconhecer em viajantes do século XIX características que Marie-Nouëlle Bourguet argutamente reconheceu nos viajantes do século XVIII, ao afirmar que “os viajantes e os navegadores são, no imaginário europeu, os heróis desta utopia liberal, que promete com um único movimento – o do comércio entre os homens – a riqueza a toda a terra e a civilização aos povos selvagens”.⁵² Contudo, inerente a tal utopia é a alteridade que reconhece os povos europeus e, obviamente, os viajantes franceses como condutores do processo que pode trazer a civilização a tais grupos selvagens, conduzidos.⁵³

Considerações finais

As viagens científicas francesas da primeira metade do século XIX, assim como as publicações delas decorrentes, reiteraram ideais segundo os quais a presença francesa seria um vetor de orientação rumo à civilização. As atividades científicas, além de corroborarem as concepções de compreensão e hierarquização do mundo então em voga na cultura científica europeia, contribuíram no sentido de reiterar tais ideais de civilização. Não se trata de afirmar que as formulações científicas das viagens foram teleologicamente orientadas de modo a reiterar tal papel, mas sim de reconhecer que muitas das formulações e publicações decorrentes das viagens científicas terminaram por, ao menos, refratar⁵⁴ anseios da cultura e das linguagens no entorno da concepção de tais empreendimentos, uma vez que, como afirmado por Ludwik Fleck, “nas ciências exatas, assim como na arte e na vida, não existe outra finalidade à natureza senão a fidelidade à cultura”.⁵⁵ A reiteração de tais pressupostos em campos propriamente científicos, dada a regular intersecção e interação entre o campo científico e demais campos sociais, permitiu que os produtos resultantes da viagem corroborassem diretrizes administrativas e coloniais, reafirmando a pauta de inserção internacional

⁵² BOURGUET. *O Explorador*, p. 215.

⁵³ Esse mesmo processo também é analisado pela historiadora Mary Louise Pratt na obra “*Os olhos do império*”. No entanto, optou-se por fazer referência à caracterização dos viajantes tal como elaborada por Marie-Nouëlle Bourguet por se considerar demasiado rígida o vínculo que Pratt estabelece entre as formulações dos viajantes e a figura de um “burguês europeu”, na medida em que a autoria aforima que “o naturalista naturaliza a própria presença mundial e a autoridade do burguês europeu” mediante suas narrativas. Para detalhes, ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, especificamente p. 61.

⁵⁴ Utilizo aqui o termo no sentido de incorporar um vetor e reorientar sua direção conforme este for replicado.

⁵⁵ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad. Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, p. 76.



francesa e garantindo as condições para a manutenção de uma cultura colonial que, na segunda metade do século XIX, poderia exprimir política e territorialmente fundamentos articulados científica e literariamente já na primeira metade desse século, sobretudo com base no ideal de civilização. Não é à toa que, em 1879, em um evento destinado a comemorar a abolição da escravidão, junto a homens como Emmanuel Arago e Victor Schoelcher, Victor Hugo discursou sobre a África com base em critérios universalistas e humanistas que terminavam por reafirmar o papel tutelar da Europa justamente com base em tal ideal, ao afirmar que “tornar a velha África manejável para a civilização, este é o problema. A Europa o resolverá.”⁵⁶ Civilização e empreitada colonial se entrelaçaram em um discurso cujas palavras parecem reverberar aquelas escolhidas décadas antes por muitos dos viajantes que contemplaram paisagens e grupos ditos selvagens, principalmente devido ao anseio por incluir a África em um fluxo de movimento e circulação tido como universal, mas com prerrogativas evidentemente europeias, das quais as viagens científicas foram certamente um alicerce fundamental:

Que terra é a África! A Ásia possui sua história, a América possui sua história, a própria Austrália possui sua história, que data de seu ingresso na memória humana; a África não possui história; um tipo de lenda vasta e obscura a envolve. (...) O flamejar tropical, com efeito, é a África. Ver a África parece ser o mesmo que tornar-se cego. Um excesso de sol é um excesso de noite.
E esse terror irá desaparecer.

Os dois povos colonizadores, que são dois grandes povos livres, a França e a Inglaterra, já apreenderam a África; a França a mantém pelo oeste e pelo norte, a Inglaterra a mantém pelo oeste e pelo sul. Eis que a Itália aceita seu papel nesse trabalho colossal. A América junta seus esforços aos nossos; pois a unidade dos povos se revela em tudo; A África importa ao universo; tal supressão de movimento e circulação é um entrave para a vida universal, e a marcha humana não pode permanecer resignada perante um quinto do globo paralisado (...) No século dezanove, o branco fez do negro um homem; no século XX, a Europa fará da África um mundo.⁵⁷

⁵⁶ HUGO, Victor. Discours sur l'Afrique. In: HUGO, Victor. *Œuvres complètes. Politique*. Paris: Robert Laffont, 1985, p. 1012. Tradução livre.

⁵⁷ _____. *Discours sur l'Afrique*, p. 1010-1012. Tradução livre.



Resenha: BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de.
Republicanism Inglês: Uma Teoria da Liberdade.
São Paulo: Discurso Editorial, 2015, 592 p.

Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

pedrobarbosa89@gmail.com

No dia 31 de dezembro de 1958 Isaiah Berlin, em uma aula inaugural na Universidade de Oxford, retomaria de forma contundente as duas conceitualizações de Benjamin Constant sobre liberdade, a saber: a liberdade negativa e positiva. A primeira, tendo Thomas Hobbes como ídolo maior, se referiria à liberdade como ausência de restrição, em que o agente, mesmo podendo sofrer forças externas de persuasão, poderia agir sem coação. Já a segunda emanaria de Aristóteles e contagiaria filósofos como Immanuel Kant, Jean-Jacques Rousseau e Hegel. Nela, a liberdade seria a capacidade de determinar a própria ação, sem ser influenciado por forças externas. Os dois conceitos, conclui Berlin, seriam indispensáveis para a modernidade.

A essa interpretação, publicada imediatamente como panfleto pela Clarendon Press e como livro onze anos depois na coletânea *Four Essays on Liberty*, Quentin Skinner rebateu os argumentos de Berlin com o seu livro-panfleto *Liberdade Antes do Liberalismo* (1998), em que resgatava um terceiro conceito de liberdade, este muito caro à tradição republicana, a liberdade neorromana. Para se utilizar da própria metodologia de Skinner, o livro de Alberto Barros vem justamente em direção a essa contenta, atacando as pretensões liberais de Isaiah Berlin e corroborando com o republicanismo de Philip Pettit e Quentin Skinner.

Se esse veio, por vezes subterrâneo, aponta o sentido da obra, um outro aponta a sua origem. Os recentes estudos sobre o republicanismo seiscentista inglês, encabeçados por John Pocock e Sarah Barber são convidados frequentemente para o diálogo sem que os instigadores do estudo sobre o republicanismo, como Hans Baron, Eugenio Garin, Zera Fink e Hannah Arendt sejam esquecidos.

É justamente com um elogio a Zera Fink e Caroline Robbins que Alberto Barros inicia seu texto, creditando às duas o ineditismo de se reunir figuras aparentemente dispersas como James Harrington, John Milton, Marchamont Nedham e Algernon Sidney numa mesma análise, atribuindo a eles características de um pensamento comum, o republicanismo.



Mesmo elogiando as precursoras, Alberto Barros amplia e remodela a análise do que teria sido o surgimento do republicanismo em solo inglês. Primeiramente o autor destaca fases diferentes desse republicanismo, sendo a inicial creditada aos humanistas que, como Thomas Starkey, usaram de suas ideias não para contestar a coroa, mas para a reformulação de algumas instituições. O período de fortalecimento da linguagem viria com as disputas entre Parlamento e realeza, em que os limites de cada um eram debatidos por vezes com ideias recorrentes na tradição republicana, como a de um regime misto. Dessa tensão que se espraiava do direito de criar impostos a uma reformulação das instituições religiosas, estoura a guerra civil e que, em sua iminência e em seu desenrolar revitalizaram outros debates caros ao republicanismo, como o direito de resistência. Esse solo fértil para o nascimento do ideário republicano e que também era perpassado por outros debates, como o da soberania, é tema do seu primeiro capítulo e o insere nos debates historiográficos a serem percorridos ao longo do texto.

Nos três capítulos consecutivos nos são apresentados três participantes políticos do período: John Milton, Marchamont Nedham e James Harrington, associando a cada um deles um entendimento de liberdade a uma compreensão de república. Poeta, panfletário e secretário de línguas estrangeiras da *Free Commonwealth*, John Milton não embasava seu republicanismo em uma raivosa oposição à monarquia, mas sim à tirania. Para tanto, ele teria concebido a liberdade em três aspectos: a liberdade religiosa, a doméstica e a civil, que se ligariam por meio de seu republicanismo e de seu puritanismo, requerindo do cidadão uma liberdade que o afastasse dos vícios para uma dedicação sábia e racional a uma república instaurada nas leis. O polêmico Marchamont Nedham que, apesar de mudar de lado conforme a situação, contribuíra para o debate divulgando um republicanismo maquiaveliano, associando a liberdade individual à liberdade do Estado: só seria possível ser livre em um Estado livre, republicano. Dos três, o mais próximo de ser um filósofo político, James Harrington teoriza sobre o equilíbrio necessário em um Estado, em que a estrutura agrária teria de se sintonizar à estrutura política: numa república uma configuração popular das terras teria de se aliar a um Estado com alternância entre magistrados, uma abrangência larga de votantes e uma separação entre o legislativo e o judiciário. A liberdade só poderia ser cultivada nessa estrutura política, que limitava o interesse privado dos homens ao mesmo passo que garantia a atuação da cidadania.

No quinto e último capítulo Alberto Barros confronta os personagens ao fracasso da república, o que fez com que cada um deles reformulasse as próprias ideias, fazendo com que John Milton, por exemplo, assumisse seu republicanismo na sua forma mais cristalina. Concomitantemente Barros compara os três autores, levando-o a formular um conceito comum de liberdade, a liberdade como não dominação. Ser livre não seria ausência de coação, tão pouco



seria uma autonomia internamente cultivada, ser livre seria não estar sujeito a uma vontade arbitrária, seria cortar os laços de dependência entre governantes e governados. Para o cultivo de tal liberdade a república seria o solo mais fértil, pois nela nenhum poder externo ao cidadão o controlaria, mas sim ele mesmo, subjugado às leis. Na Turquia, ironiza Harrington ao criticar Hobbes, um homem não seria livre por não sofrer interferência de outrem, mas sim permanente escravo das vontades de seu soberano. A teoria da liberdade republicana se manifestaria, portanto, na relação entre indivíduos e não na sua solidão. Para um indivíduo ser livre não bastaria compreendê-lo frente a instituições abstratas ou a sua própria consciência, mas sim em relação aos indivíduos que ele compartilha a vivência.

O longo percurso da sua tese de livre-docência também crava sua unicidade no debate historiográfico acerca do republicanismo. A difundida tese de John G. A. Pocock de momentos maquiavelianos, em que o humanismo cívico se expressaria em alguns momentos da história moderna, teria suas imprecisões segundo Barros. Apesar da linguagem maquiaveliana estar presente nos escritos de Harrington, Milton e Nedham, as conceitualizações se divergiram. O republicanismo inglês não seria, portanto, o desembarcar do humanismo cívico na ilha, mas sim a produção de uma teoria própria da liberdade. Partindo de Pocock Barros acaba por distanciar-lo, rejeitando um momento maquiaveliano seiscentista inglês e afirmando uma matriz própria, influenciada pelo republicanismo italiano e clássico mas também confrontando-o com a tradição constitucional inglesa.

O livro de Alberto Barros tem, portanto, essa dupla contribuição: a de debater com produções recentes e clássicas da historiografia, num esforço de ineditismo sobre a presença do ideário republicano na Inglaterra revolucionária e o de engajar-se contra as conceitualizações liberais de Isaih Berlin, tomando partido, assim como Quentin Skinner, de um programa político republicano, fundado em uma outra concepção de liberdade, a da liberdade como ausência de dominação.



Domingos, um feiticeiro atlântico no Recife

Clara Abrahão Leonardo Pereira
Graduanda em História, Licenciatura
Universidade Federal de Minas Gerais
claraalpereira@gmail.com.

Recebido: 19/07/2016

Aprovado: 31/08/2016

PALAVRAS-CHAVE: Angola, História Atlântica, escravidão.

KEYWORDS: Angola, Atlantic History, slavery.

Dentre os inúmeros sujeitos escravizados na África e trazidos forçosamente ao Brasil, trataremos da vida de Domingos, africano natural de Angola, África central, negro e escravizado no século XVIII. Pela diáspora ele chegou ao Recife e foi comprado por Manoel Rodrigues Senna, português residente na então vila. Na década de 1780, seu senhor o enviou à Santa Inquisição de Lisboa, por supostamente tê-lo enfeitizado, causando-lhe enfermidades e “danos financeiros”. Ao lado de Gonçallo, africano da Costa da Mina, outro escravizado de Senna, também teria enfeitizado mais tantos negros, chegando a matá-los.¹

Mas quais são os problemas que se apresentam a partir da vida desse indivíduo? E porque é relevante para a historiografia estudar sua trajetória individual? Essas questões podem ser respondidas tendo em vista questões metodológicas relativas à *Black Atlantic* e à Micro História. É a partir da vida de africanos que sofreram a diáspora – movimento através do Oceano Atlântico que forçou um grande número de indivíduos a outro continente e a escravidão – que se torna possível compreender a extensão do impacto desse evento para a historiografia.

Dessa forma, o objetivo do estudo em questão não é biografar Domingos, por mais que sua trajetória seja interessante e relevante. Mas o inserir no mundo atlântico do qual fazia parte, buscando destacar e responder porque se encontrou nas situações que viveu, e porque lidou com elas da forma como o fez, dado o tempo e local onde estava e passou.

Para discutir a importância do *Black Atlantic* para este estudo, no âmbito do continente africano, e especialmente a relevância do uso da Micro História nesses estudos, trataremos do

¹ Como fonte para esse estudo, utilizaremos o Processo contra Domingos e Gonçalo, realizado em grande parte em Recife, Pernambuco, entre os anos de 1779 e 1883. Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, *Processo de Domingos e Gonçalo*, proc. 3825. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 2622. 1780-1784



texto de Douglas Chambers, “The Black Atlantic: Theory, Method, and Practice”.² O autor procura fazer, em linhas gerais, algo como que um manual para a pesquisa historiográfica baseada na História Atlântica, utilizando o “Atlântico Negro”: perspectiva africanista, que se centra no papel dos sujeitos e do continente africanos na configuração do mundo Atlântico. Chambers compreende que a pesquisa historiográfica deve partir da África, para atingir a agência dos africanos em suas realidades.

O autor aponta, como suporte metodológico, a Micro História como ponto de partida para o estudo do *Black Atlantic*, com foque no sujeito marginal, no fronteiriço e no excepcional. É necessário destacar a importância dada a Micro História e a agência de indivíduos particulares como indícios para as realidades obscuras de um passado a ser conhecido: de acordo com o autor, micro-eventos e trajetórias individuais podem, talvez, serem tomados como sinal de uma grande estrutura, escondida ou desconhecida, conceituada, por ele, como *Black Atlantic*.

A Micro História, viés historiográfico difundido em especial por Carlo Ginzburg em sua obra “O queijo e os vermes”³, presta papel essencial para a análise de documentos que revelam trajetórias individuais – como é o caso de Domingos – na medida em que permite um exame pormenorizado de aspectos de outra forma desconsiderados, concedendo agência à indivíduos dentro das grandes estruturas. Iluminados pelo texto de Barros, portanto, podemos concluir: “Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade”⁴, da mesma forma, partir da trajetória de um indivíduo permitirá alcançar informações que o superam, e alcançam práticas de feitiçaria africanas, a presença dos escravizados no Brasil e suas práticas de resistência.

Através da trajetória desses sujeitos atlânticos se pode compreender melhor como suas origens os afetaram e constituíram, e como lidaram com a diáspora e a escravidão, ressignificando e utilizando seus conhecimentos nas situações que se impunham a eles. Também abre espaço para pensá-los em contexto, de modo a permitir uma reflexão sobre as mentalidades, situações políticas específicas, configurações sociais, etc. dos locais com os quais se envolveram.

Domingos tornou-se um objeto da expansão econômica e territorial portuguesa e mesmo da inquisitorial, de forma que o inserir nesse contexto mostra-se condição *sine qua non* para o

² CHAMBERS, Douglas B. The Black Atlantic: Theory, Method, and Practice. In: FALOLA, Toyin; ROBERTS, Kevin D. *The Black Atlantic World. 1450. 2000*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2008, pp.151-174.

³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Para noções mais detalhadas sobre Micro História, pode-se recorrer à REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____ (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁴ BARROS, José D’Assunção. Sobre a feitura da Micro-História. *OPSI*, Goiás, vol. 7, nº 9, p. 167-185, jul-dez 2007.



compreender como indivíduo. Mas, mais do que isso, considerando a busca pela utilização da metodologia do *Black Atlantic*, é preciso entender como seu continente de origem deixou uma marca indelével em sua constituição, que o influenciou ao longo de sua vida.

De acordo com James Sweet, a partir da segunda metade do século XVI o número de escravos muçulmanos no Brasil diminuiu, e uma variedade de outras religiões adentrou em solo brasileiro, via escravos das regiões centro-africanas. A cosmologia dessas religiões gira entorno de uma visão dual entre o mundo dos vivos e dos mortos (apesar de propor uma certa fluidez e diálogo entre esses mundos), com especial atenção aos espíritos ancestrais. A vida secular estaria profundamente ligada à religiosa, de forma que todas as esferas socioculturais eram infiltradas pela cosmologia, que ditava regras de comportamento, práticas rituais, etc.

É importante notar, para o caso de Domingos, que, naquela religião, a boa saúde era significado de uma alma completa, forte. Caso um indivíduo sofresse, portanto, de uma doença ou outro infortúnio, isso poderia significar que a proteção espiritual de sua alma não era eficaz, o que se torna significativo na interpretação dos supostos feitiços deletérios sobre Sena. A doença seria, assim, um símbolo de fracasso espiritual.

É preciso notar, ainda, a “feitiçaria” como uma prática de resistência⁵, e a influência africana em seu desenvolvimento no ultramar. Entretanto, é preciso ser deveras cauteloso com o termo, já que, para os ocidentais, designa um malefício, causado pelo Maligno.⁶ Na África, ao contrário, nem sempre existia um termo para distinguir as práticas “boas” das “más”: os rituais poderiam ser utilizados para diversos fins. Apesar disso, o termo pejorativo de “feitiçaria” passou a caracterizar certas práticas religiosas africanas, e marcou uma alteração na percepção dessas práticas na história.

Antes de contactarem os europeus, os africanos viam a malevolência religiosa através de uma lente micropolítica, que lhe permitia responder com antídotos religiosos que lhes eram familiares. O Bem e o Mal eram parte do mesmo *continuum* cosmológico e ambos podiam ser controlados através de práticas e rituais religiosos conhecidos.⁷

Nos parece importante outrossim, como forma de refletir sobre as práticas de resistência adotadas pelos escravizados, e como compreendê-las dentro do Atlântico Negro, discutir o texto

⁵ Sobre feitiçarias como práticas de resistência é possível citar CALAINHO, Daniela. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e Inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Tese (Doutorado em História). 2000, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁶ Esse discurso, apesar de não originalmente africano, poderia ser adotado pelos escravizados em suas práticas como um meio de defesa específico.

⁷ SWEET, James. *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007, p.193



de Roger Sansi, “Feitiço e fetiche no Atlântico moderno”.⁸ Sua discussão sobre o fetiche ilumina a forma como os europeus definiram as práticas religiosas e rituais da África. O fetichismo, de acordo com o autor, se configuraria como um fator diferencial, uma religião própria africana. O próprio termo “fetiche” parece prover da língua portuguesa, de modo que, apropriado posteriormente na África, foi identificado nas crônicas europeias ainda mais tarde como elemento-chave da religião; curiosamente, uma reapropriação europeia da apropriação africana de um termo europeu.

O feitiço, ao contrário, não seria um fenômeno africano, arcaico ou tradicional, mas universal, irrestrito e contemporâneo; uma maldição de toda a humanidade. Conclui-se que feitiço é algo oposto ao natural, falso. Isto é, um evento que, em si, não teria consequências, se não houvesse a interferência do “Maligno”. Importante destacar que, de acordo com Sansi, a feitiçaria não seria uma religião ou um culto organizado. “Os atos de feitiçaria não seriam necessariamente objetos rituais; nem os objetos de feitiçaria seriam necessariamente objetos de culto”.⁹ Dessa forma, é apenas pela situação excepcional que poderia reconhecer-se o feitiço.

Domingos foi traficado em um momento marcado pela introdução de um grande número de escravos Mina no nordeste brasileiro a partir de fins do século XVII. Apesar disso, no total de africanos dentre a população escrava brasileira, os centro-africanos dominaram até depois de 1770. De acordo com Sweet, nesse período “registram-se correntes paralelas, originárias da África Central e da Costa da Mina, que contribuíram para a definição dos ambientes culturais e sociais da sociedade escrava do Brasil”.¹⁰

No Brasil, a presença da Inquisição e a própria catequizaçã¹¹ foi reduzida. Ainda que o órgão inquisitorial ali tencionasse exercer o seu domínio e tivesse, de fato, atuado, se compararmos sua atividade em relação a sua jurisdição em Goa, a quantidade de processos basilícos chega a ser irrisória. O que se configurou no Brasil, com isso, foi uma miscelânea de crenças e religiões veladas sob a égide do Catolicismo.

O que se verificou em Angola, de acordo com Sweet, foi, da mesma forma, uma adoção restritiva ao catolicismo: os indivíduos aceitavam certos elementos dessa religião e eram capazes

⁸ SANSEI. Feitiço e fetiche no Atlântico moderno. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2008, V. 51 No 1.

⁹ _____. Feitiço e fetiche no Atlântico moderno, p.130.

¹⁰ SWEET. *Recriar África*, p.35

¹¹ Os problemas enfrentados pela Igreja poderiam ser desde as barreiras linguística à falta de padres missionários disponíveis, além das próprias diferenças cosmológicas existentes entre as religiões. Os próprios proprietários estavam pouco empenhados no bem-estar e na conversão de seus escravos, obrigando os cativos a, por exemplo, trabalhar aos domingos. Dessa forma, elementos de diversas crenças se confundiram, de forma que, de acordo com Sweet, “o impacto do Cristianismo nos africanos não foi superior ao impacto das crenças africanas nos cristãos” _____. *Recriar África*, p.271.



de compreender conceitos abstratos como o da Trindade, mas continuavam a venerar espíritos de antepassados paralelamente à adoração do Deus cristão; poderiam, também, simplesmente integrar a Trindade à seu panteão de divindades. Essas informações demonstram como os centro-africanos interpretaram as crenças cristãs a partir de seu próprio mundo, de suas “lentes cosmológicas”.¹²

Passemos agora para a análise do processo de Domingos. O processo inquisitorial referente a ele foi movido por Manoel Rodrigues de Sena, familiar do Santo Ofício, contra dois escravizados seus: o próprio Domingos e Gonçalo, da Costa da Mina. Foi registrado entre os anos de 1779 e 1784, período no qual capitão Sena denunciou supostos atos de feitiçaria de Domingos e Gonçalo, em conluio com a cozinheira Maria. Ela teria sido obrigada por eles, por meio de ameaças, a colocar “pós e cebolas” na comida de Sena e outros indivíduos, causando-lhes graves enfermidades.

Domingos era natural de Angola e morava em Recife (Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves). Não há no documento informações mais detalhadas acerca do local ou ano em que nasceu, assim como seu estado civil. Era escravo de Manoel Rodrigues Sena, que o remeteu à cadeia de Recife, em 1779, por seus supostos atos de “feitiçaria”. Lá permaneceu por dois anos, e foi posteriormente embarcado à Lisboa e enviado aos cárceres da Inquisição. De acordo com a documentação, o Tribunal o considerou culpado, porém não há informações sobre sua pena, ou o que se deu após a promulgação da mesma.

Sena, nascido em Bragança, Portugal, era casado com D. Thereza e tinha entre 34 e 36 anos à época do processo. Era residente na Rua da Cadeia, em Recife, homem de negócios e Familiar do Santo Ofício. Padeceu por três anos da enfermidade e esteve próximo da morte por, ao menos, três vezes. Remeteu Domingos por conta própria à Santa Inquisição de Lisboa, fazendo gasto da passagem e mais o que obstante se fizesse. De acordo com o processo, os supostos “feitiços” dos negros o fizeram perder ao menos cinco escravos seus, e lhe causaram danos de mais de dez mil cruzados.

A base para a prática era a comida: na medida em que o sujeito comia o alimento “enfeitiçado”, sofria os malefícios a ele destinados. Os sintomas verificados pelas “vítimas” foram dores pelo corpo, falta de respiração, dificuldade de alimentação, perda de fala, dificuldade de reconhecimento de outrem, convulsões e prostração, vindos do consumo de leite, garapa, água e outras comidas. Domingos e Gonçalo lançavam “pós, sebolinhas [e] alguas carcas” (provavelmente ervas e raízes) embrulhadas em pequenos sacos, postos na panela onde eram

¹² SWEET. *Recriar África*, p. 231



feitas as comidas de Sena e dos outros acometidos pelos “feitiços”. Pouco se sabe, entretanto, sobre as supostas práticas de feitiçaria: se havia uma cerimônia ou fórmula recitada pelos dois escravizados, ou algo similar.

Entre 1778 e 1782, Sena muito havia sofrido de sua enfermidade. Os próprios “professores da medicina” seriam incapazes de curá-lo, esgotando as boticas de Recife inutilmente, de forma que, encontrando-se em seus últimos momentos de vida (ou pelo menos como assim acreditava), o capitão pediu que fosse chamado um religioso para o ritual da Extrema Unção. Durante a cerimônia, entretanto, ao ser colocado sobre Sena um pedaço de relíquia – no caso, o Santo Lenho – ocorreu imediata melhora, motivo que fez o exorcista crer que “forças demoníacas” estariam agindo sobre Sena. Dessa forma, o enfermo passou a receber constantes sessões de exorcismo, e por recomendação do Frei exorcista, decidiu levar os possíveis culpados, Domingos e Gonçalo, aos tribunais da Santa Inquisição.

Cabe, agora, partir para uma análise mais pormenorizada da vida de Domingos. Em primeiro lugar, é importante comentar que foi ele, e não Gonçalo, o objeto de nosso estudo. O motivo dessa escolha deu-se por um pequeno fragmento do depoimento de Casimiro Antônio de Madeiro, homem branco e negociante, amigo de Sena. De acordo com ele, o capitão se queixava mais de Domingos do que de Gonçalo, motivo que nos leva a crer que seria o primeiro o propositor das práticas contra Sena, e, por isso, peça chave para compreender os “feitiços” que o acometiam.

Considerando a possibilidade de envenenamento de Sena, é interessante notar que haveria um *know how* compartilhado por Domingos sobre plantas e alimentos que poderiam causar mal. Ele parece ser, pela análise documental, o detentor de tais conhecimentos, de certa forma, “aliciando” Gonçalo a participar das supostas práticas de feitiçaria.

Pode-se dizer que, para Domingos, a estrutura, o simbolismo e o ritual de suas práticas contra Sena estavam certamente atados a seu passado Africano. Apesar disso, não se pode deixar de considerar que ele pode ter adaptado seus saberes às possibilidades que o Brasil lhe dava, isto é, o tipo de plantas, ervas e raízes que poderia encontrar em Pernambuco, ou a forma como provavelmente teve que acomodar seus ritos à conjuntura política e religiosa da colônia. Essas “práticas de feitiçaria”, como são acusados Domingos e Gonçalo, podem ser entendidas como uma resistência ativa ao universo da escravidão no qual se inseriram ambos sujeitos, e como um mecanismo de defesa contra possíveis ameaças nas quais se encontrassem.

Deve-se notar, nesse processo, aspecto relevante para a compreensão da lógica e da relação entre fé, saúde e medicina no Brasil do século XVIII, na medida em que Sena procurou



inicialmente os conhecimentos medicinais de Recife, virando-se à fé católica posteriormente, e em situação calamitosa. Isso indica o reconhecimento de que, no trato das doenças, a causa natural era possivelmente a primeira suspeita, e, nesse caso, apenas posteriormente aventou-se a possibilidade de causas “sobrenaturais”.¹³ Portanto, apesar de Sena ter-se convencido de que foi “enfeitado” por obras tidas como diabólicas através de seus dois escravizados, essa constatação deu-se apenas após dois fatos notáveis: (1) Sena esgotou as possibilidades que o conhecimento medicinal poderia lhe dar; e (2) Sena percebeu evidente melhora em sua condição após ter passado por ritos de exorcismo realizados em si.

A descrença de alguns indivíduos frente às “práticas de feitiçaria” já era comum no século XVIII, e resulta de um contexto histórico específico: o racionalismo das Luzes havia se imposto às práticas “sobrenaturais” e inexplicáveis, e mesmo à primazia eclesial em definir o que seria fruto de pactos com o Demônio ou não. Assim, a postura de Sena ao procurar os saberes medicinais é justificada, assim como, diversamente, a do exorcista: ao insistir na teoria de feitiçaria frente à um simples envenenamento estaria recolocando os saberes espirituais cristãos como imprescindíveis e primários.

Na perspectiva dos africanos, os venenos portugueses eram substâncias naturais dotadas de poder para combater outras formas de feitiçaria ou malevolência. Por conseguinte, as tentativas de matar o senhor com venenos eram provavelmente entendidas como uma estratégia de aniquilação de feiteiros. À feitiçaria exercida pelo senhor, respondia-se com uma forma ainda mais poderosa de feitiçaria africana. Os pós e ervas dotados do poder de curar doenças podiam ser também usados para curar a malevolência dos senhores portugueses, muitas vezes incapacitando-os ou matando-os, a eles e às suas famílias. Em todo caso, o poder das substâncias era atribuído ao mundo espiritual. Dessa forma, chamar de “feitiços” aos venenos ia ao encontro da mundivalência africana, constituindo uma outra forma de os africanos controlarem certos discursos espirituais no Brasil.¹⁴

Apesar de extensa, a citação de Sweet muito ilumina o caso, na medida em que explora as distinções entre envenenamento e feitiçaria na então colônia brasileira. E mais, como a forma com que os africanos lidavam com essa prática, vista de uma forma ou outra – a depender do interlocutor, africano ou português, e de seus próprios interesses pessoais – foi uma resposta à truculência portuguesa. Ainda há a discussão sobre a dualidade de tratamento do “Bem” e “Mal” nas religiões centro africanas, na medida em que os mesmo pós e ervas que serviam para o “bem” poderiam ser usados para o “mal”.

¹³ A discussão sobre fé e medicina no século XVIII, especialmente em relação à práticas de “feitiçaria” africanas como resistência à escravidão se encontra no livro de SWEET, James H. Domingos Álvares. *African healing, and the intellectual history of the Atlantic World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011, 300p.

¹⁴ SWEET, James. *Recriar África*, p. 200-201



O que nos parece é que a vida de Domingos ilustra a dualidade de um sujeito que estava em meio a um “conflito ideológico” entre dois mundos basicamente distintos: o ocidental, que preconizava uma organização social e religiosa profundamente influenciada pela cultura latina “clássica”, *versus* o africano, que possuía uma estrutura política, religiosa, social, etc. profundamente distintas. Sua vida demonstra, assim, os diálogos que buscou organizar entre esses dois mundos.

À guisa de conclusão, o objetivo desse trabalho foi, principalmente, inserir Domingos no mundo Atlântico moderno¹⁵, como herdeiro de sua origem africana, e influenciado por todos os diversos indivíduos de diferentes origens que conheceu e conviveu, tornando-se um sujeito multifacetado, que trabalhava e adaptava seus saberes a partir de suas possibilidades. O Oceano Atlântico lhe foi não apenas via de passagem, mas constitutivo do sujeito que se tornou.

Por fim, para além de todos os objetivos já apontados, queremos, com esse breve estudo, defender a pesquisa não só dos sujeitos históricos de maneira geral, mas de indivíduos africanos, que tiveram suas trajetórias “escondidas” pela historiografia tradicional, mas que muito nos dizem sobre os diversos “mundos” por onde passaram. Cabe a nós, historiadores, escutar suas vozes e amplificá-las aos ouvidos de tantos outros que querem e precisam escutá-las.

<Processo de Domingos e Gonçallo no Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa. 1780-1784>¹⁶

[fl. 1]

¹Sumario contra Do =

²mingos e Gonçallo pretos

³escravos n^{es} de Angolla

⁴e da Mina cosistentes

⁵no Recife de Pernambuco

[fl. 1v, em branco]

[fl. 2]

¹⁵ Outros exemplos como o de Domingos podem ser encontrados em obras como LOVEJOY, Paul E. Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas. *Afro-Ásia*, número 27, Universidade Federal da Bahia, 2002, p. 9-39; REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822-c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.35-7; entre outros.

¹⁶ Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, *Processo de Domingos e Gonçallo. proc. 3825*. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 2622. 1780-1784



¹ L. Dom^{os} Gonçalo – pretos.

M^{to} I^{les} S^{res}

² Pelas denúncias juntas consta que Domingos e Gonçalo

³ pretos e escravos este natural de Angola e aquele de

⁴ Mina, assistentes no Recife de Pernanbuco lançaraõ va=

⁵ rias coisas no comer e agoa que se destinava p^a o uso de

⁶ Manoel Rodrigues de Sena seo Snr^o, com o fim de lhe

⁷ fazer mal, e tem feito o mesmo varios escravos do d^o

⁸ e com especialidade a hua preta nova, de que resultou

⁹ adoecer gravemente o d^o Manoel rodrigues, e alguns dos

¹⁰ d^{os} escravos morrerem e hé tal o medo que lhes ganhou e mesmo

¹¹ M^{el} Rodrigues, que se resolveo a remetter o p^{ro} do d^{os}

¹² á sua custa, pa os carceres desta Inquisição em que

¹³ se acha, fazendo o gasto da passagem e obrigandose

¹⁴ a pagar todo o que obstante se fizesse. E porque convem

¹⁵ a justiça sajaõ perguntados judicialm^{te} o mencionado

¹⁶ M^{el} Rodrigues, as pretas Maria e Romana, Fr.

¹⁷ Fidelis Partama, e as mais penosas dularadas na pr^a

¹⁸ denuncia, com individuação das coisas que deitavaõ os

¹⁹ d^{os} pretos no comer e agoa, e accoens que participarem

[fl. 2v]

¹ Requeiro a V S^{as}, mandem passar acordoens

² m^{as} para o d^o fim, e fazendo culpa os ditos

³ outras tes^{tas} que for n^{ro} inquirir, se rati =

⁴ fiquem os seos d^{os} na forma da cit^o do

⁵ S^{to} Off^o, e do que resultar se me conti=

⁶ nue vista para requerer e que for adem =

⁷ da justiça



⁸ E apresentado em Meza e requerimento

⁹ Supra do Prom^{or} para os Senhores Inqui=

¹⁰ zidores lhe haverem de referir de seu man=

¹¹ dato lho fei concluzo Gregorio Xavier

¹² Goudinho escrivi

¹³ [ilegível]

¹⁴ Fassao-le as dilig^{as} que requer o Prom^{or} do S^{to} Off^o p^a o que se passem as

¹⁵ ordens necessar^{as} e do que resultar se lhe continue [ilegível] pr^a requerer

¹⁶ o que for afim da just^a [ilegível] no S^{to} Off^o em Meza 15 de Mayo

¹⁷ de 1784

¹⁸ *An^o Verissimo Alexandre Jansen Ant^o Homem [ilegível]*

¹⁹ *de Larralle Mollier du Mag^{er} R Ba*

[fl. 3]

¹ Tresodo de huma denuncia dado

² pello Sem^{or} Manoel Roiz de Senna

³ o qual se acha junto do caoderno

⁴ cento e trinta do promotor af¹⁶³

⁵ da qual o seu theor e forma he seg^{te}

⁶ Manoel Rodrigues de Senna Capitam de en=

⁷ tradas familiar do Santo Officio desta Inquisi =

⁸ çam de Lisboa homem cazado e de negocio

⁹ natural do lugar de [ilegível] freguezia de San

¹⁰ [ilegível] Bispado de Bragança e morador ne=

¹¹ ta freguezi de Sam Frey Pedro Gonçalves, Bis=

¹² pado de Pernambuco; movido do zello da religi=

¹³ am christaã, e de conservar sempre para a

¹⁴ nossa santa fé catholica, denuncia e poen



¹⁵ na presença de vossos senhorios o cazo acom=
¹⁶ tecido a elle denunciante. A mais de tres annos
¹⁷ que padece elle denunciante dores pello corpo
¹⁸ falta de respiraçam tanto assim que [ilegível]
¹⁹ nago nam podia sustentar o alimento que co=
²⁰ mia, de sorte que elle denunciante se vio nos
²¹ ultimos perigos de vida, sem fala e sem ja
²² mais conhecer a pessoa alguma, ele zengana
²³ do dos professores da medicina mandara a mu=
²⁴ lher delle denunciante chamar ao Padre prefei=
²⁵ to de Nossa Senhora da Penha Frey Fideles re=
²⁶ ligiozo Capuchinho da ordem de San Francisco
²⁷ para agorizar ao lhe denunciante que estava
²⁸ espirando, e vindo lansasara sobre elle ao rele=
²⁹ quio do Santo Lenho, e com tanta felicidade
³⁰ e evidente milagre que elle denunciante lo=
³¹ go tornou a sua fala e pondolle a mesma re=
³¹ liquia em varias dores que padecia em seo

[fl. 3v]

¹ Em seo corpo sentia mudanças de huma parte para
² outra, por cujo motivo fazendo o dito religiozo os
³ exzorcismos da Igreja, logo recobrou alivios, e o que
⁴ comeo lhe nam fazia mal, e nem aolexava athé
⁵ que depois de passados seis mezes da sua melhora
⁶ recobrio elle denunciante em pior estado que dantes
⁷ pois asim que comia se via mais oprimido de sor=
⁸ te que o mesmo religiozo dice a elle denunciante que



⁹ quem lhe fizera aquelle mal lhe tinha carregado
¹⁰ o mal segunda ves e continuando com os exzorsis =
¹¹ mos recobrou segunda vez total alivio, até que
¹² em fins de julho passado recahindo terceira vez el=
¹³ le denunciante com negro perigo de vida, e valen=
¹⁴ doce do socorro da Igreja, melhorou daquella ma=
¹⁵ yor oppressam, sem saber athele donde lhe vinha
¹⁶ tanto danno, até que pertendendo a mulher delle
¹⁷ denunciante castigar huma sua escrava cozi=
¹⁸ nheira, nam por esse facto, e sim por omissam que
¹⁹ tivera do servisso domesttico comesssou a clamâr
²⁰ na forma seguinte = minha senhora nam me cas=
²¹ tigue, porque confesso que eu nam [ilegível] o que
²² queria matar digo o que pertendia matar o meu
²³ senhor, e que prometia nam botar mais nada no
²⁴ comer de seu senhor, e replicando lhe a mulher pois
²⁵ o que hé a que lhe botava; respondeu lhe que os
²⁶ praceiros da mesma caza, por nome Gonçallo
²⁷ e Domingos, aquelle natural da Mina e estte de
²⁸ Angolla he que botavam varias couzas embru=
²⁹ lhadas na panella de comer de meu senhor, e depo=
³⁰ is que o senhor os privou de nam hirem na cozinha
³¹ vinham a escada, e ahi me davam outros embru=
³² lhos para botar, como botei na panella do senhor
³³ que quando comia se via morto, e cozido e me
³⁴ faziam muitas recomendaçoens, e que guarda=
³⁵ ce hum exactto segredo; cuja confissam fez



³⁶ a dita escrava da cozinheyra por nome Maria

[fl. 4]

¹ Maria do gentio de Angolla, na prezença das

² testemunhas abayxo nomiadas, de quem a dos

³ dous escravos asim referidos denuncia pe=

⁴ rante vossas senhorias; inviando esta por via

⁵ do Reverendo commissario Francisco Fernan=

⁶ des de Souza, com quem asignei esta para

⁷ constar, e pesso a vossas senhorias satisfaçam

⁸ e emmanda que no vulgar padecem muitos

⁹ nesta forma, por nam haver exemplo. Decla =

¹⁰ ra elle denunciante que o escravo Gonçallo

¹¹ castigando elle denunciante para confessar

¹² o delito, dice que tambem era o referido

¹³ escravo Domingos, e que o soltarem para com=

¹⁴ fessar os mais e solto se abzentou, e se valeu

¹⁵ da justissa que o remataram em prossa con=

¹⁶ tra vontade de lhe denunciante, sem ser ou=

¹⁷ vido, citado e convencido, e ficou [ilegível]

¹⁸ o seu producto, que elle denunciante ahin=

¹⁹ da o nam levantou, e nesta [ilegível] he pesu=

²⁰ hidor do dito escravo Gonçallo Amaro José Vi=

²¹ anna homem cazado e de negocio, e para sego=

²² rança dos dous fez prender na cadeya desta

²³ villa ao escravo Domingos, e a escrava Maria

²⁴ cozinheira a tenho segura em caza athé vo=

²⁵ ssas senhorias mandarem o que for justo, e



²⁶ para mais breve expidiçam do conhecimen=
²⁷ to deste cazo nenhuma duvida tenho na
²⁸ satisfaçam da despeza [grifo original], e para verdade
²⁹ de todo o expendido fis esta [ilegível] e tros
³⁰ signal aos vinte e hum de setembro de mil
³¹ sete centos setenta e nove = Pe vossas se=
³² nhorias = Reverente subdito = Maneol Rodri=
³³ gues de Senna = o commissario Francisco
³⁴ Fernandes de Souza = Testemunhas que
³⁵ prezenciaram a confaçam da escrava

[fl. 4v]

¹ Da escrava = o reverendo padre Frey Fidelis prefeito
² do convento de Nossa Senhora da Penha = o reveren=
³ do padre do Joam de Araujo da Congregaçam do ora=
⁴ torio = o capitam Joam Rodriguez Cardozo, caza =
⁵ do, e mercador = o capitam Antonio Lopes Chaves
⁶ cazado e mercador = o alferes Matheus jozé da
⁷ Silva, cazado, e requerente = o Capitam Jozé
⁸ da Costta Torres homem solteiro, e mercador = o ca=
⁹ pitam Joam de [legível] e Mello, requerente = o ca=
¹⁰ pitam Joam Marques da Cruz, vuivo e de negocio
¹¹ o capitam Antonio Gomes de Moura homem par=
¹² do, cazado, e marcineiro = Antonio Pereyra de
¹³ Deos homem pardo solteiro muzico = e outros [ilegível]
¹⁴ tos moradores na villa da Cadeya velha
¹⁵ Cuja denuncia aqui trelhadei bem, e fis [ilegível]
¹⁶ do proprio original que esta no sobredito cader=



¹⁷ no cento e trinta do promotor, ao qual me reporto

¹⁸ e comsertei este treslado com o notario abaixo

¹⁹ asignado na prezença do promotor desta Inqui=

²⁰ ziçam de que possi o apresenta que signai

²¹ Lix^a no St^o Off^o. 7 de janr^o de 1782

²² *Gregorio X^{or} Godinho*

²³ consertado comigo nom^o

²⁴ *Cispriario Jozê de Amorim*

[fl. 5]

¹ Ill^{mos} e R^{mos} Snr^{es}

² Az Ill^{mas} representa Ma =

³ noel Roiz de Sena familiar deste santo Tribunal que sendo este

⁴ cazado, e m^{or} na C^a do R^e de Pern^{co} onde vive de seo neg^{co} enfermara

⁵ gravemen^{te} e sendo medicado pelos Professores de Medicina no

⁶ decurso de quaze tres annos, sem q nelles sentisse o menor alivio

⁷ finalm^{te} o dezenganaraõ de q morria e q a sua enfermide ti

⁸ nha cauzas sobrenaturaes.

⁹ Assim ficou ao dezamparo athé perder a falla e naõ co =

¹⁰ nhecer a pessoa alguá, e sendo chamado o P^e Fr Fidelis Reli =

¹¹ giozo Capuchinho e Missionario Apostolico do Hospicio de

¹² N Sra^a da Penha p^a o ajudar a bem morrer, lhe pos este sobre

¹³ o peito hua reliquia do Santo Lenho que trazia, e no mesmo ins=

¹⁴ tante principou o dilatante a falar e sentiu mitigarem-se

¹⁵ lhe as dores q naquella parte atormentavaõ m^{to}: deu lhe taõ bem

¹⁶ a beber hua pouca de agoa benta, e imediatam^{te} se lhevantou

¹⁷ e andou pella caza, porem lansando pella boca carvaõ area

¹⁸ grossa, espinhos grandes, baratas, outros bixos e imundices [grifo original]



¹⁹ q não podia ter comido em^{tas} espumas visgozas como consta

²⁰ da c^{am} q d^o religioso passou, cuja primr^a via já se remetteo

²¹ p^a este Santo Tribunal e agora vai a segunda

[fl. 5v]

¹ Continuou o d^o religioso a benzelo, e em pouco tempo fi =

² cou bom, e tratando do seo negocio, porem passados pouco mais ou

³ menos seis mezes tornou a enfermar de tal forte q chegou a peri

⁴ go de vida, e vindo-o vizitar o refferido Religiozo, e conhecendo

⁵ serem os m^{mos} effeitos da passada enfermide o exorsismou e ten=

⁶ do algu alivio, por saber do m^{tos} milagres q fazia Santo Ama =

⁷ ro p^r hua sua imagem collocada perto deste R^e se conduzio

⁸ p^a lá com sua familia onde esteve dezaceis dias sem ali =

⁹ vio algu. Hê certo q o Dilatante não sabia, q as

¹⁰ suas molestias eraõ feitiços, e imaginava q as melhoras que

¹¹ tinha tido nasciaõ de virtude do d^o Religiozo, porem depois

¹² foi descobrindo que eraõ pello que se seguio.

¹³ Estava ainda o Dilatante no d^o lugar com sua fami =

¹⁴ lia, quando entrou a beber leite de vaca, o qual mandava

¹⁵ buscar p^r dous escravos seos ladinos chamados hú Gonsalo,

¹⁶ e outro Domingos, e socedeo q estes hua noite fora de horas, tra =

¹⁷ vando hua briga forte, ouvio o Dilatante pronunciar a hu de =

¹⁸ les estas palavras: tû porque não me queres deichar botar o q

¹⁹ eu qr^o

[fl. 6]

¹ eu quero na panella; e responder o outro = por q eu sou o que vou

² buscar o leite, e se fizer mal a meo snr não qr^o eu ser o culpado;

³ estaraõ elles no terreiro e junto da caza do Dilatante, o qual



⁴ abrio logo a porta, e querendo examinar aquele facto nada
⁵ disseraõ os d^{os} pretos e perguntando a sua m^{er}, que panella era
⁶ a em q falavaõ elles, soube della q se lhe tinha dado hua pa =
⁷ nella p^a de manhaã cedo hir buscar leite: com effeito passa =
⁸ dos dias e hua porçaõ de leite q bebeo, sentio q lhe fizera gran =
⁹ de damno, pelo q naõ o quis mais; transportouce p^a hu si =
¹⁰ tio seo e madou vir hua besta p^a della beber o leite, lo =
¹¹ go adoeceo a cria quazi de repente, sentido o dilatante dis =
¹² to, e fazendo tratar bem da d^a cria, lhe dice o d^o escravo Dom^{os}
¹³ meo s^r fassa o q fizer a besta sempre morre e assim socedeo
¹⁴ em poucos dias, e ficou o Dilatante sem leite, q era a unica cou=
¹⁵ za de q se sustentava pelo fastio grande q tinha
¹⁶ Neste estado sem alivio, persuadido dehu am^o
¹⁷ foi em hua rede a cid^e de Olinda procurar o M^o. R. Fr. An=
¹⁸ tonio de s^{ta} maria de S. Fran^{co} q estava actualm^{te} exorcis =
¹⁹ mando, porem sem q na realid^e imaginase q tinha tal
²⁰ maleficio, chegou ao conv^{to}, e com effeito o d^o P^e o exorcismou
²¹ lhe dise

[fl. 6v]

¹ lhe disse q a sua enfermidade era feitiço, e q continuase a hir lâ
² ficou logo o Dilatante sem dor alguma, veio p^a o seo sitio,
³ e asim pasou o dia; porem apenas deo meio noite entreraõ
⁴ as dores como dantes; Logo de manhaã se retirou o Dila=
⁵ tante p^a a Prassa, e mandou chamar o d^o Religiozo capuchi=
⁶ nho lhe narrou o q lhe tinha socedido, e o q lhe disera o Reli=
⁷ giozo Franciscano, confirmou elle mesmo, exorcismou, e
⁸ ficou o Dilatante bom, entaõ prohibio aos d^{os} escravos o



⁹ subirem mais a sua escada: foi tratando dos seus negocios
¹⁰ athê q mandando fazer hua garapa p^a beber feita no fogo
¹¹ apenas foi bebendo sentio encher-se de dores, examinou-se
¹² a babida se lhe achou dentro sinaes como de cebola [grifo original], assim
¹³ ficou; passados dias hindo a jantar, logo q entrou a co=
¹⁴ mer cresceraõ as dores de modo q dali foi p^a a cama, dahi a
¹⁵ dias se lhevantou, e sahio a hir falar com o d^o Religiozo ca=
¹⁶ puchinho, porem não pode chegar lâ, tornou p^a caza
¹⁷ e achou sua m^{er} enfadando-se com a cozinheira Ma=
¹⁸ ria pelo serv^{ço} da caza, e reprehendendo sua m^{er} por se es=
¹⁹ tar alterando sem necessid^e tendo o meio do castigo, o man
²⁰ dou

[fl. 7]

¹ o mandou fazer pello d^o preto Gonçalo, vendo a S^{ra} q ele
² não dava na preta, chamou p^r outro escravo e p^r ele a man=
³ dou castigar; apenas este lhe deo a primr^a dessa a cozinhr^a q lhe
⁴ não desse q ella prometia não lansar mais couza alguma no
⁵ comer de seo snr [grifo original], e perguntando lhe ella o q era q lansava
⁶ respondeo q feitiços, e q q^{do} seo snr hia da meza p^a a cama
⁷ morrendo, era p^r q entãõ os dous, Gonçalo e Dom^{os} hiao na co=
⁸ zinha introduzir feitiços na panella, e a ameassavaõ de q
⁹ se descobrisse isto lhe haviaio fazer o mesmo, e q naquella ga=
¹⁰ rapa q tinha feito mal ao S^r ella tinha lansado huns pós
¹¹ embrulhados em hu papel, e hua cebola, as quaes couzas os d^{os}
¹² pretos lhe tihaõ dado chegando ella a escada; q continua=
¹³ ra a fazer o mesmo de lansar feitiços no comer do s^r, os qua=
¹⁴ es lhe davaõ nas occazioes q tinhao furtivas de falar a ella



¹⁵ e q naquella occaziaõ taõ bem os tinha lansado na panella

¹⁶ p^a o S^r comer, chamou se o d^o Gonsalo, e confessou q assim

¹⁷ era veio a hora de jantar, e dizendo o Dilatante q aquella

¹⁸ comida se desse aos mesmos negros ou se lansase fora

¹⁹ sua m^{er} naõ acreditando a expozição da d^a cazinhr^a entrou

²⁰ a comer

[fl. 7v]

¹ a comer e a dar a seus f^{os}, porém apenas principiaraõ huns entraraõ a

² sentir dores, e outros q o comer lhe naõ podia descer p^a baixo nem p^a

³ sima como engasgados, mandou se logo chamar o Religiozo ca=

⁴ puchinho, e determinou o Dilatante q fossem aprehehdidos os

⁵ pretos, porem predeio-se sô Dom^{os}, q se remeteo a cadeia; e o

⁶ Gonsalo amparado de pessoa pouco catholicas, alcansou do Ge=

⁷ neral a protecção p^a q o D^{or} Juiz de fora o mandasse rematar

⁸ em esta publica, como assim socedeo, o q se vê dos docum^{tos} juntos.

⁹ Além destes factos, succedidos com ap^{ca} do Dilatante, aconte=

¹⁰ ceraõ outros pois os d^{os} dous escravos mataram ao dilatante m^{tos}

¹¹ escravos novos, e qualquer couza q lhe fizesem sameassavaõ

¹² logo morriaõ espumando m^{to}. O mesmo fizeraõ a André

¹³ Roiz p^r este espétar no tra^{bo} ao d^o Dom^{os} hindo lansar a=

¹⁴ reia no aterro da Boa vista onde se fabricava hua caza, de

¹⁵ sorte q apenas o d^o Dom^{os} o ameassou logo adoeceo, e pouco

¹⁶ tempo durou com vida, queixando-se o d^o andré actualm^{te} do d^o

¹⁷ negro q era q^m o matara

¹⁸ Destes factos ja o dilatante deo conta e esse Santo Tribu=

¹⁹ nal pella pessoa do Camissario Fran^{co} Frz de Souza, e por isso a=

²⁰ Junta



[fl. 8]

¹ a Junta das Just^{as} do R^e remete agora o preto Dom^{os} p^a q delle
² fassa esse Santo Tribunal a recta just^a q costuma, o Dilatante
³ o entrega livre e voluntariam^{te} p^a q nelle se fassa ax^{am} p^a os ma=
⁴ is da sua expecie
⁵ Alem disto o preto Gonsalo, q pelo modo assima d^o ja
⁶ nao he captivo do dilatante ainda continua com as inque=
⁷ taçoens perseguindo os seos escravos p^a conduzirem os mesmos
⁸ feitiços, e os lansarem no comer, de tal sorte q teve obrig^{da} sua m^{er}
⁹ a prezenciar actualmte o mo de fazer o comer, e vendo elle q nao
¹⁰ podia alcansar o seo designo nas comidas, esperou os escr^{os} que
¹¹ hiaõ buscar agoa, e nella lansou o q quiz, seguio-se logo o
¹² eff^o p^r q apenas se bebeo da agoa, todos ficarao com dores, de sorte
¹³ que foi preciso ao Dilatante hir acompanhar os escravos q^{do}
¹⁴ conduziaõ a agoa, e vendo o malevolo, q ja se lhe atalhavao todos
¹⁵ os meios, sahindo fora hua escrava nova do dilatante jun=
¹⁶ to com outra já ladina chamada Romana, elle acometeo
¹⁷ a d^a e a força lhe fes engulir huns pós, e ameassou a Ladina [grifo original]
¹⁸ com o mesmo se disese a alguá couza; veio logo a preta gritan=
¹⁹ do com dores, e em tres dias faleceo, e da certidao do referido Re=
²⁰ ligiozo encluzo se ve: sendo primr^o batizada pelo P^e Mendonça
²¹ a toda

[fl. 8v]

¹ a toda apressa, pois nao se pode esperar pelo Religiozo Capuchinho
² que se tinha mandado chamar: e deste modo tem jurado matar lhe
³ todo os escravos, e arruinalo, como com effeito o vai conseguindo, po=
⁴ is tem feito de prejuizo ao dilatante em mais de des mil cru=



⁵ zados no seo negocio

⁶ E como esta materia he digna de atençaõ deste San=

⁷ to Tribunal, p^r q deixando-se livre hu monstro de iniquid^{es} co=

⁸ mo o d^o preto Gonsalo, e nao tendo castigo hu, e outro, cometerâ

⁹ o livre sem^{es}, e mais funetos crimes e os mais trataraõ de imita=

¹⁰ lo: esperao q este santo Tribunal fassa a este resp^{to} o q costu=

¹¹ ma a fazer em cazos sem^{es} conciderando os docum^{tos} juntos, e a no=

¹² toria verd^e, e cred^o do Dilatante, e mandando tirar neste Paíz

¹³ hua exactissa e fervorosa devassa destes feitiseiros, pois

¹⁴ sao infinitos

¹⁵ O indicado comissr^o Fran^{co} Frz de Souza se acha fora a vi=

¹⁶ zitar o Bispado, e buscando o dilatante aos comissr^{os} estes lhe con=

¹⁷ virao p^a o Dilatante fazer esta representaçaõ, e pedindo o Dilatan=

¹⁸ te q lha signasse e remetece p^a esse Santo Tribunal, elles o naõ

¹⁹ quizeraõ fazer, dizendo q tocava ao comissr^o q tinha dado a

²⁰ parte, e como este anda fora, e o acordaõ naõ dâ tempo aq

²¹ elle

[fl. 9]

¹ elle cheque, e os comissr^{os} q rezitem deprez^e nesta Prassa dizem q o

² Dilatante o podia fazer p^r isso o Dilatante o faz nos tr^{os} do §^o

³ penaultimo do seu regim^{to}, q neste cazo se verifica p^r q tanto faz

⁴ naõ haver comissr^{os} como havellos, e naõ querendo fazer as repre=

⁵ zentaçoos e espera q esse santo Tribunal

⁶ Por comprim^{to} do acordao remete o Dilatante o referd^o es=

⁷ cravo Dom^{os} p^a essa cid^e de Lx^a a entregar a seu pros^{or} Dom^{os}

⁸ Glz Seixas, auz^e a Dom^{os} Reiz Chaves, p^a estes o recolherem a

⁹ cadeya a ordem de seo s^r p^a nessa segurança estar, com asis=



¹⁰ tencia necessr^a athé o S^{to} Tribunal md^{ar} o q for servido, e sen=

¹¹ do tome conta delles o Dilatante nada quer delles, e se offe=

¹² rece a fazer a despeza a sua custa p^a mais purificação da S^{ta}

¹³ Fê Catholica Romana. R^e de Pernun^{co}. 26 de Julho de 1781

¹⁴ Der Rm^{es}

¹⁵ Reverente Subdito

¹⁶ *Manoel Roiz de Senna*

[fl. 9v, em branco]

[fl. 10]

¹ instrumento em publica for=

² ma com o theor de huma certidao

³ e huma carta de Padre Frey Fi=

⁴ delis de Partana Pregador e Mi=

⁵ sionario Apostolico Capuxi=

⁶ nho e de duas certidoens huma

⁷ passada pelo escrivão ajudan=

⁸ te de proprietário dos defun=

⁹ tos e ausentes Capelas e resi=

¹⁰ duos e outra pelo carcereiro

¹¹ actual da cadea desta vila

¹² pasado o requerimento de Ca

¹³ pitaõ Manuel Reis de Sena

¹⁴ Saibam quantos es=

¹⁵ te publico instrumento dado e passa=

¹⁶ do em publica forma exossuio de mim

¹⁷ tabaliaõ e a requerimento de parte vi=

¹⁸ rem que sendo no anno de Nacimen=



¹⁹ to de Nosso Senhor JESUS Christo de mil

²⁰ setecento e oitenta e hum annos aos

²¹ vinte e sete dias do mes de Julho do

²² dito anno nesta villa de Santo An=

²³ tonio de Reciffe capitania de Per=

²⁴ nambuco no meo escriptorio por

²⁵ parte do capitão Manuel Rodrigues

²⁶ de Sena me foram apresentadas hu=

²⁷ ma ceridaõ huma carta de Padre

²⁸ Frey fidelis de Partana Pregador e

[fl. 10v]

¹ e Missionario Apostolico Capuxinho

² e duas certidoens huma pasada pelo

³ escrivao ajudante de proprietário

⁴ dos bens e fazendas dos defuntos e ausen=

⁵ tes desta comarca e termo e outra pe=

⁶ lo carcereiro actual da cadea desta

⁷ vila de Reciffe requerendo me o seo the=

⁸ or em publica forma e que tudo por

⁹ veio nhuer verdadeiro e a [ilegível]

¹⁰ po sem vieio entre linha borradura

¹¹ nem couza que duvida faça repa=

¹² cey e he osco theor seguinte Frey

¹³ Fidelis de Partana Pregador e Miss=

¹⁴ ionario Apostolico Capuxinho // cer=

¹⁵ tefico que sendo chamado para

¹⁶ confesar ao capitão Manuel Ro=



¹⁷ drigues de Sena achando se em
¹⁸ proxima disposisco de morte co=
¹⁹ mo o achey muito atribulado de
²⁰ dores pos todo o corpo me servey lo=
²¹ go de saer o santo lenho da cruz
²² para implorar e [ilegível] os au=
²³ xilios da Divina Graça dando pre=
²⁴ ceitos a doensa natural se assim
²⁵ fosse / au ao demonio se por sua

[fl. 11]

¹ sua via atormentasse tal e se atu=
² ra e como ai hey que qualquer pre=
³ ceito que fiz naquellas partes que
⁴ me apontava ficar logo sem dores
⁵ em modo que em menos de meya ora
⁶ ficou em tal modo livre das dores
⁷ que de todo entolhido o fis levantar
⁸ da cama e andar com seus pes. E co=
⁹ mo muito duvidey de que poderia
¹⁰ ser arte diabolica lhe dey huma pope
¹¹ lenco de Nossa Senhora de conceiçãõ com
¹² estas palavras escriptas: Immacu=
¹³ lates Maries Virginis conceptioi et
¹⁴ mihi semper salve et protectio o
¹⁵ qual lhe o fis engulir e depois hum
¹⁶ copo d'agoa benta contra os malefi=
¹⁷ ciados e com essa parti para o meo



¹⁸ convento recomendando lhe de va=
¹⁹ ler-se da Divina Bondade e de am=
²⁰ paro de Maria Santissima e cuide
²¹ que assim o fes pois apenas sahy
²² da sua caza custou hum espinho
²³ grande de peixe que naturalmen=
²⁴ te nam o podia ter tragado e como
²⁵ continuey a benzelo botou por va

[fl. 11v]

¹ varias vezes carvaõ area grossa ba=
² ratas e outras imundices e com
³ taes purgacoens principiou outra
⁴ vez a tratar dessos negocios que por
⁵ espacio de dous annos foi obrigado
⁶ a estar de cama; todavia a cabo de se=
⁷ is meses foi outra ves atropelado das
⁸ mesmas dores e ccom as mesmas deli=
⁹ gencias livrado. Tanto posso deses
¹⁰ para asim ser lido como o afirmo
¹¹ verbo [ilegível] Penha hoje [ilegível]
¹² de setembro de mil sete centos e oi=
¹³ tenta eu Frey Fidelis de Partana
¹⁴ capuxinho conf^o o p^a // Muito
¹⁵ reverendo Padre Francisco Fer=
¹⁶ nandes de Souza // Certifico que no
¹⁷ fim de Agosto fui chamado para
¹⁸ deipor a Captivar-se huma negra



¹⁹ de gentio da Costa por achar-se
²⁰ muito mal e por a dita nam dar
²¹ sinal de morte taõ apresada co=
²² mo ja eram dadas as horas ficou
²³ para tarde e asim o fis mas
²⁴ ja antes duas oras deo alma
²⁵ a deos por tido a sorte de chamar

[fl. 12]

¹ de chamar-se o reverendo Padre Men=
² donsa o qual apenas a baptizou e espirou,
³ cheguei eu as trez e meya e ahy o
⁴ modisse morta e perguntando da
⁵ de ensa me responderam de nao saber
⁶ a cauza por ter saido de cara rija e
⁷ valente com outra ladina por nome
⁸ Romana [grifo original] e tornou a cara com gran
⁹ des dores de barriga e cabessa disen=
¹⁰ do da sua lingua que lhe tinham
¹¹ dado feitiços e se perguntou a Ro=
¹² mana e ella negou mos morta
¹³ que foi manifestou que o negro
¹⁴ Gonçalo da Praça grande [grifo original] como co=
¹⁵ nheceo a mim e que a negra era de
¹⁶ meo senhor a pegou por hum braço
¹⁷ e lhe pos hum pedaço como de bolo na
¹⁸ boca e que o comesse e ella oio meo [grifo original]
¹⁹ ameassando no mesmo tempo mim



²⁰ mesma que nao falace diversamen=
²¹ te e faria o mesmo e como me achey
²² presente nesta relação feita sem
²³ ponedas seu rigores e o dito senhor
²⁴ das negras me pede atestado porque
²⁵ der sacorres ao Santo Officio digo ao san

[fl. 12v]

¹ ao Santo Tribunal do Santo Officio
² eu assim o faço confessando a ver=
³ dade [ilegível] hoje dia sete de outu=
⁴ bro de mil setecentos e oitenta eu Frey
⁵ Fidelis de Partana Missionario e Apos=
⁶ tolico Capuxinho a pedido do Capitam
⁷ Manuel Rodrigues de Sena cons^o co=
⁸ mo [ilegível] o Capitão Manuel Rodri=
⁹ gues de Sena que elle lhe fara bem
¹⁰ que o escrivão Francisco Antonio
¹¹ de Almeyda lhe poce por certidão o
¹² theor de verbo adverbium da arema=
¹³ tação do escravo Gonçalo que foi do
¹⁴ suplicante declarando aos [ilegível]
¹⁵ que foi a arematado eo que reque
¹⁶ remento e por quanto e quem foi
¹⁷ o rematante e se [ilegível] não ain=
¹⁸ da o dinheiro em juizo e juntamen=
¹⁹ te os dias que andou em pregao
²⁰ pede a vossa merse senhor Doutor



²¹ juiz de fora lhe faça merse mandar

²² passar a dita certidão [ilegível]

²³ merce // [ilegível] Andrade // Manu=

²⁴ el Caetano de Almeyda Albuquerque=

²⁵ que escrivão ajudante de proprie

[fl. 13]

¹ de proprietario Francisco Antônio

² de Almeyda dos bens e fazendas dos defun=

³ tos e ausentes Capellas [ilegível] da ci=

⁴ dade de Olinda e villa de Recife de Per=

⁵ nambuco seos termos e comerca por fica

⁶ [ilegível] fidelissima que Deos gran=

⁷ de S^a certifico que no meo cartorio

⁸ se acha autuada a avaliação do pre=

⁹ to Gonçalo do gentio da Costa escravo

¹⁰ do suplicante Manuel Rodrigues de

¹¹ Sena que se rematou em praça o di=

¹² to escreveo e o termo da arematação

¹³ he do theor de seguinte// Anno de Naz

¹⁴ cimento de Nosso Senhor JESUS Cris=

¹⁵ to de mil setecentos e setenta e

¹⁶ nove aos vinte e oito dias do mes

¹⁷ de Agosto em praca publica sendo

¹⁸ por mandado do doutor Juiz de Fo=

¹⁹ ra Provisor dos residuos capelas

²⁰ e ausentes Jose Mutorino de Andra=

²¹ de apregoado pelo porteiro Elias



²² da Costa Gel apregoado o preto Gon=
²³ çalo da Costa de Mina escravo que
²⁴ era de Manuel Rodrigues de Sena pa=
²⁵ ra se rematar a quem mais desse e che
[fl. 13v]

¹ e chegou de Mesa Amaro Jose Viana
² e depois de outros lances lasou no=
³ venta e dous mil e quinhentos reis
⁴ no referido preto e digo preto com
⁵ cujo lance andou o dito porteiro
⁶ em pregaõ e depois de muito sendo
⁷ ja tarde e naõ havendo quem ma=
⁸ is lansace mandou o dito dou=
⁹ tor juiz de fora providesas Por=
¹⁰ teiro que a contesse e arematase
¹¹ o dito preto Gonçallo ao referido
¹² lançador pella quantia referida
¹³ o que asim fes o dito Porteiro ex=
¹⁴ critando as cerimonias do dito di=
¹⁵ go as cerimonias do costume e fi=
¹⁶ nalmente metendo hum ramores
¹⁷ de na mam do dito lançados este
¹⁸ o aceitou e contou logo o dinheiro
¹⁹ de que para constar por mandado
²⁰ do dito Rleneitro fis este termo
²¹ em que ficou o mesmo com o re=
²² matante Porteiro e as testemu=



²³ nhas que o precenciaram Joaõ Ne=
²⁴ pomuceno Paes e Reis e Antonio da
²⁵ Cruz e eu Manuel Caetano de Albu
[fl. 14]
¹ de Albuquerque escrivão escrevi //
² contrato José Amaro Jozê Viana, Joaõ Ne=
³ pomuceno Paes e Reis e Antonio da Cruz
⁴ E Luiz da Costa [*corroídas ± 2 linhas*]
⁵ [*corroídas ± 2 linhas*]
⁶ ção a quem reposta com o qual commi=
⁷ go proprio e com o official abaixo o asina=
⁸ do o presente traslado de pos certidaõ
⁹ conferi e conordey vais na verdade
¹⁰ sem couza que duvida faça. Certif=
¹¹ co mais que o referido preto Gonça=
¹² llo foi avaliado e rematado por ordem
¹³ do dito doutor Juiz de fora ennaõ cons=
¹⁴ ta que dias andara em praça mas
¹⁵ sim que fora avaliado em vinte e tres
¹⁶ de Agosto de presente a mim. Cer=
¹⁷ tifico mais que o importe e are=
¹⁸ matação foi posto em juizo e se acha
¹⁹ inda em deposito passao referido
²⁰ na verdade em fe de que paices apre=
²¹ zente certidaõ nesta villa de Santo
²² Antonio de Reciffe de Pernambuco
²³ aos oito dias do mes de Novembro



²⁴ de mil setecentos e setenta e nove an=

²⁵ nos escrevi e asiney em fe de verdade

[fl. 14v]

¹ de verdade com honestade por mim Ma=

² nuel Caetano de Almeida e Albuquerque

³ que he commigo escriptaõ Joaquim Jozé

⁴ da Silva Dias e Manuel Rodrigues de

⁵ Sena que fara bem de sua justiça que

⁶ o carceireiro da cadea desta vila adon=

⁷ de tem estado prezo o seu escravo Do=

⁸ mingos lhe pace por certidaõ seo supli=

⁹ cante e ho senhor lhe tem ae serte do com

¹⁰ todo o necessario ou naõ o seo mann=

¹¹ deu meter em ferro ou naõ e que

¹² se pase tudo na verdade em forma

¹³ que faça fá cede a vasa mercê sen=

¹⁴ hora destas ouvidor geral e seja ser=

¹⁵ vido asim o mandar e reubera

¹⁶ messe // De que constar // Barroso

¹⁷ Guilherme Ribeiro Guimaraens Pru=

¹⁸ dente Carceireiro atual da cadea

¹⁹ deste recife por portaria do Illus=

²⁰ trissimo senhor General Ioselerar e

²¹ Meneses Governador desta capita=

²² nia de Pernambuco e suas anexadas.

²³ Certifico e faço certo o mesmo

²⁴ escravo do suplicante Manuel



²⁵ Rodrigues de Sena foi e sempre adestido

[fl. 15]

¹ adestido com o sustento diario pe=

² lo mesmo suplicante todo o tem=

³ po que nesta mesma cadea este=

⁴ ve e sem que nunca estivesse emfer=

⁵ mo nem dosse mal tratado nesta

⁶ mesma cadea passao referido na

⁷ verdade em fe de que e pacy a pre=

⁸ zente em esta sobredita reillade

⁹ ante Antonio de Recife em os vin=

¹⁰ te e sete dias do mes de Julho de mil

¹¹ setecentos e oitenta e hum annoz

¹² eu Guilherme Ribeiro Guima=

¹³ raens Prudente que escrevy

¹⁴ e asiney // Guilherme Ribeiro Gui=

¹⁵ maraens Prudente // e senaõ con=

¹⁶ tenha mais nem menos couza

¹⁷ alguma em ditas certidoens coma=

¹⁸ is aquis conteudo que eu lhe en=

¹⁹ [ilegível] de Amaral Tabaliao publi=

²⁰ de se judicial e notas da cidade de

²¹ Olinda e secla de Santo Antonio

²² de Recife seos termos capitania

²³ de Pernambuco por sua Magestade

²⁴ Fidelissima que Deos guarde Mistras

²⁵ ladar bem e fielmente das proprias



[fl. 15v]

¹ dos pripios a quaes me reporto que
² as entregueis a pessoa abaixo asina=
³ da que deo seo recebimento apos a=
⁴ sinou e com ellos commigo proprio
⁵ com o official abaixo asinado este
⁶ traslado por instrumento confery e
⁷ conordey e vais na verdade sem cou=
⁸ ze que deve duvida faça em observacia
⁹ do despacho dado em petição do supli=
¹⁰ cante pello doutor ouvidor Geral e
¹¹ corregedor desta comarca Antonio Jo=
¹² ze Pereyra Bamoro de Miranda Lei=
¹³ te que fica em meo puder e cartorio
¹⁴ pacey o presente por mim subscrip=
¹⁵ to e asinado em publico e rorode
¹⁶ mey sinais e seguintes dia e era
¹⁷ ut retro [ilegível]
¹⁸ [margem: F^o desta \$860]
¹⁹ [margem: conta \$080]
²⁰ [margem: \$940]
²¹ Araujo em test^o de verd^e e cone^o p mim T^{am}
²² E comigo Hur^{am}
²³ Coag^m lerida S^a [ilegível]
²⁴ *Manoel Roiz^x de Senna*

[fl. 16]

¹ O D^{or} Anto J^e P^{ra} Barr^o de Mer^{da} profo



² na ordem de J. Do Des^o de S. M. F. Seo ouv^{or}

³ g^l no crime civil de Pern^{co} correg^{or} da Com^{ca}

⁴ e juiz indica e rlinha com a cada fa d^a m^a

⁵ q Mag V^a faço saber q me constou p^r se da

⁶ ejer^{am} q esta sobreveio ser a letra da subs=

⁷ cripção e sianes p^{seo} e raro de instrum^{to}

⁸ tro em fronte de T^{am} desta V^a veinte os

⁹ [ilegível] Am^a e ser o final do nurto delle

¹⁰ proprio Ejeram reg Hus [ilegível] [ilegível] de R^e 28

¹¹ de Julho de 1781. Joaq^m Jozé da S^a Ejer^{am}

¹² o subscrevi

¹³ [ilegível]

[fl. 16v, em branco]

[fl. 17]

¹ Aos M^{tos} Illt^{es} Sn^{res} Inquizidores Apostolicos

² Meus Sn^{res} aos Ill^{tes}

³ pes de V^{as} Senhorias venho omildem^{te} falando com o devido

⁴ respeito de q sou obrig^{do} a dizer a V^{as} S^{as} q nesta ocaziaõ vay

⁵ hu meu escravo p^r nome Dom^{os} do gentio de Angolla pa es=

⁶ se S^{to} Tribunal p^r mando do acordaõ do Regio Tribunal

⁷ da Junta das Justiças deste R^e, e entregue pelos familiares

⁸ a q^m tocou p^r portaria q despidio o M^{to} R^{do} Fran^{co} Friz Souza, co=

⁹ missr^o deste S^{to} Tribunal, e vizitador G^l do Bisp^{do} de Parnm^{co} p^{lo}

¹⁰ Ill^{mo} e R^{mo} S^r Bispo e deprez^{te} está a chegar a esta praça p^r ter

¹¹ acabado de vizitar o Rep^{am} do Sul; os referido familiares en=

¹² tregaraõ a José Franco Campos Cap^{am} do Nav^o Voador p^a en=

¹³ tregar nesse S^{to} Tribunal o Referido Escravo, e já vay pago o refe=



¹⁴ rido Cap^{am} da passage e os comissr^{os} q asistem de prez^{te} nesta pra=
¹⁵ ça não sequerem embarcar, diz^{do} q esta deligencia pertence
¹⁶ ao comissr^o q doe conta ao S^{to} Tribunal, e este se acha fora,
¹⁷ e o acordaõ do Regio Tribunal não dê tempo a q ele chegue
¹⁸ nestes termos mandey hu correyo a V^a do Porto Calvo, apre=
¹⁹ zentar lhe o refer^{do} acordaõ, ao refer^{do} comissr^o e pello refer^{do}
²⁰ correyo lhe isprecey tudo em q me determinou em hua carta
²¹ q me iscreveo q eu mesmo remetese a V^{as} S^{as} o referido acor=
²² daõ e mais me determinou remeterse a V^{as} S^{as} a representa=
²³ çãõ

[fl. 17v]

¹ çãõ e mais docum^{tos} incluzos e q não preceizava ele a signala a
² refer^{da} representação e q sô bastava ser p^r mim a signada, e mais
³ me determinou fizese eû esta carta dando p^{te} de tudo segui a
⁴ determinação q me ordenou o referido comissr^o e p^r ser^{co} de
⁵ deos espero seja vista e aseita nesse S^{to} Tribunal pois es=
⁶ taõ sertos os povos da recta justiça deste S^{to} tribunal, e
⁷ sertifico a V^{as} S^{as} q fiquei com vida p^r Altos Juizos de Deos
⁸ e pellos oscircismos q me conferio M^{to} R^{do} P^e Fr Fidelis Religi=
⁹ ozo e Missionario Apostolico Capuxinho do Ospicio de
¹⁰ N S^{ra} da Penha q ela conserve a V^{as} S^{as} sempre com fellis
¹¹ saude p^a com ella me emcomendarem ao mesmo S^{or} que
¹² os guarde p^r m^{tos} ann^s. R^e de Pernn^{co} 16 de Setr^o de 1781
¹³ Davas Sas
¹⁴ Reverente Subdito
¹⁵ *Manoel Roiz de Senna*

[fl. 18]



- ¹ Acordão em juntas q o [ilegível]
- ² o Supe o q opta mt ao [ilegível] theor
- ³ do Rei 11 de Agto de 1782
- ⁴ [ilegível]
- ⁵ Diz Manoel Reiz de Senna, que ele tem sitisfeito o
- ⁶ respeitavel acordão de 7do corr^e de modo possivel q hê despediro cor=
⁷ reyo como da certidaõ incluza se ve: e p^r q a distancia do caminho a=
⁸ inda não permite poder já chegar, p^a este em comprim^{to} do respeita=
⁹ vel acordão ser apresentado ao Pe Franco Friz Souza Comssr^o que
¹⁰ deo a conta q se acha fora da comarca vizitando o Bispado por
¹¹ ordem do Ex^{mo} e R^{mo} Bispo, e com a sua chegada a esta praça
¹² darâ comprim^{to} ao respeitavel acordão e por q o Sup^e dezeja
¹³ dar comprim^{to} com mais brevid^e ao respeitavel acordão se sirva
¹⁴ mandar q outro q^l q^r comissr^o a q^m esta for apresentada fassa
¹⁵ a remessa p^{lo} nav^o q de procimo estâ a partir p^r invocação SS^{ms}
¹⁶ sacram^{to} e N Sr^a do Socorro Cap^m Victorino Corr^a de Andr^e p^a
¹⁷ que este o receba da cadeya e passe recibo: e p^r off^o
- ¹⁸ Paz Mag^{de} seja ser=
¹⁹ vida de firir-lhe como melhor lhe apare=
²⁰ cer e for sua vontade
- ²¹ E. R, M^{ce}.

[fl. 18v, em branco]

[fl. 19]

- ¹ Diz Manoel Roiz de Senna q faz a bem de sua
- ² justiça lhe he necessr q o E ser^{am} Amaral lhe passe G. cer=
³ tidaõ seo sup^e em sua prezensa entregou ao correyo
- ⁴ Joze Ramos o requerimento em publica forma



⁵ e o tralhido dos proprios q^e fes o sup^e ao Regio Tribu=

⁶ nal da Junta sobre a remessa do preto Domin=

⁷ gos que entregou o sup^e ao S^{to} Tribunal do S^{to} Officio

⁸ p^a serem intimados ao R^{do} comisario do S^{to}

⁹ tribunal Fran^{co} Fern^{des} de Souza

¹⁰ Pase M S^{or} D^{er} [ilegível]

¹¹ gl ecluir relator da junta

¹² das elecrias seja servido m^{dar}

¹³ se lhe pase a da cer^{tam} com to=

¹⁴ da a clareza

¹⁵ E. R. M.

¹⁶ Vicente Elias de Amaral escrivam

¹⁷ de crime civil registo e [ilegível] da

¹⁸ auditoria Geral da Cidade de Olinda

¹⁹ e vila de Santo Antonio do Recife se

²⁰ os termos Capitania de Pernambuco

²¹ por sua Magestade Fidelissima que de

²² orgear de V^a certificado que em min=

²³ ha prezensa foi entregue pelo suplican=

²⁴ te as publicas formas de que fas men=

²⁵ ção a petisam supra ao correyo Joze Ra

[fl. 19v]

¹ Ramos para delas fazer entrega ao Re=

² verendo Padre Francisco Frenandez de

³ Souza p^r se axar de Vezitador dora desta

⁴ praça deceijo recebimento passara reci=

⁵ bo ao suplicante como presencicy. Pa=



⁶ sao referido na verdade como observan=

⁷ cia de despacho reto paeis a presente

⁸ por mim subscripta e asinada nesta di

⁹ ta villa de Recife aos neve do mes de A=

¹⁰ gosto de mil setecentos oitente e hum

¹¹ [ilegível] [ilegível]

¹² *Vicente Elias de Amaral*

[fl. 20]

¹ Acordão em Junta q lirogado o acordão

² Suy de junho, o supe requeria ao co=

³ missario q deo a conta ao Sto Tribunal

⁴ q remeta o preco aos por^t varios

⁵ [ilegível] puma de sus proprio, [ilegível] o dilatante tempo

⁶ a prizaõ. [ilegível] 7 de Ab d 1782

⁷ [ilegível]

⁸ Diz Manoel Roiz de Sena que

⁹ apromptando o docum^{to} junto p^a cumprir o acordão deste

¹⁰ Regio Tribunal em remetter seguro nos pr^{os} Navios ao seu

¹¹ escro Dom^{os} pa o Tribunal do S^{to} Officio e tendo ajustado a pas=

¹² sage p^a ir vel^o eser^o no Navio por invocação o S^{mo} Sacram^{to} e

¹³ Nossa Snr^a do Socorro q está proximo a partir repregnaõ

¹⁴ os commissarios do d^o S^{to} Tribunal fazer a entrega, embarque

¹⁵ a remessa q a elles compete, e não ao sup^{te} a q^m o Cap^{am} do Na

¹⁶ vio: e como na figura proposta se acha nos tr^{os} de se cumprir

¹⁷ a pena imposta no acordão deste Regio Tribunal, q hé de

¹⁸ ser p^{lo} m^{ms} remettido [ilegível] a custa do Sup^{te} como não duvi=

¹⁹ da pagar a passaje q já a tem ajudado p^a ir vel^o e ser^o no



²⁰ referido navio pt^o

²¹ Pas^e Mag^{te} se sirva m^{dar} fa=

²² zer a remessa a custa do sup^{te} em cumprim^{to} do

²³ accordaõ v^{to} q elle a naõ pode fazer plos motivos

²⁴ q allega

²⁵ E. R. M

[fl. 20v, em branco]

[fl. 21]

¹ Acordaõ em Junta q bem

² Reg^o por dis atribuiçaõ R^e

³ 23 de Junho de 1782

⁴ [ilegível]

⁵ Diz Manoel Roiz de Sena

⁶ q a resp^{to} do seu escr^o Dom^{os} prezo na cad^a desta V^a

⁷ sobre o regr^{to} q fizera o sup^{te} se proferio accordaõ por

⁸ este Regio Tribunal da Junta, q o^{to} constar da certidaõ

⁹ do commissario ter-se dado conta do d^o escr^o ao Sto Tribu=

¹⁰ nal, o sup^{te} remetta seguro nos pr^{os} navios a o elo escr^o p^a o

¹¹ m^{mo} S^{to} Tribunal sus pena de ser remettido a sua custa por

¹² esta Junta, e q lhe fosse emtimado o accordaõ p^{lo} meir^o

¹³ q^l q passaria certidaõ [grifo original]: e como já lhe foi intimado, e naõ

¹⁴ devida o sup^{te} cumprillo, e p^a o seu cumprim^{to} precisa q

¹⁵ se lhe entregue vindicado resp^{to} com os docum^{tos} q ao m^{mo} ajun=

¹⁶ tara, ficando o treslado de tudo q se acha em maõ do car=

¹⁷ sa^{ro} da cad^a nestes tr^{os}

¹⁸ Pas Mag^e se sirva m^{dar} q o

¹⁹ m^{mo} carsa^{ro} entregue os taes papeis ao Es=



²⁰ cr^{am} do audit^{ro} q V Mag^c for servida no=

²¹ mear, e q o d^o fazendo atestado p^a ficar no

²² seu cartr^{io} entregue o proprioz ao sup^{te} q os

²³ precisa p^a remerreloz com o d^o escro ao S^{to}

²⁴ Tribunal

²⁵ E. R. M.

[fl. 21v, em branco]

[fl. 22]

¹ Acordão em Junta q f^a obitido

² o comissario por q se ave ter se dado conta

³ o S^{to} Tribunal mamdao q o sup^e reme=

⁴ ta seg^o nos pr^{os} navios ao d^o e pra o p^o

⁵ m^{mo} S^{to} tribunal sob pena de ser

⁶ cometido o sua capta por esta junta;

⁷ [ilegível] lhe seja intimado pelo Mor gal

⁸ [ilegível] asina certidãõ. Rei 26 de Junho

⁹ 1781

¹⁰ [ilegível]

¹¹ Diz Manoel Roiz de Sena familiar do santo

¹² officio, morador nesta praça, que no dia 12 do corrente mez de

¹³ Junho fora elle supp^e notificado pelo Merprinho geral da ouvidoria

¹⁴ desta commarca, por ordem dezte Regio Tribunal da Junta das Jus=

¹⁵ tiças, p^a apresentar certidãõ do Tribal da Santa Inquizição

¹⁶ de Liso^a, por onde conste haver-se lhe dado conta de hú escravo do

¹⁷ supp^e q se chama Domingos, e se acha prezo na cadeya desta V^a

¹⁸ a requerim^{to} do mesmo supp^e e por ordem do Illm^o e Exm^o G^{of} desta

¹⁹ capitania, e com a assento aberto a prdem do D^{of} ouvidor geral des=



²⁰ ta comarca, pelo assim determinar o mesmo Illm^o e Exm^o G^{or} como
²¹ tudo consta dos documentos juntos: e por q he impossivel ao supp^e
²² apresentar a indicada certidão pelo motivo de q a santa inquisição
²³ a não costuma dar ainda q se lhe peça e devido segredo com se pro=
²⁴ cede naquelle Santo Tribunal, q pela sua inflexivel retidão não
²⁵ costuma dar satisfação a ninguém do seu reto procedim^{to}; e nesta cer=
²⁶ teza parece, falltando com o devido respeito, q pela ponderada impos=
²⁷ sibili^{de} se acha o sup^{pe} dezobrigado de apresentar a referida certi=
²⁸ daõ: e parece tambem q para lhe não ser culpavel a demora do esca=
²⁹ vo na prizaõ, tem satisfeito o sup^{pe} do modo possivel, q he aprezen=
³⁰ tar a certidão ao junta do R^{do} Commissario daquella santa Inquizi
³¹ ção, por onde consta achar-se affecta a culpa do escravo ao mesmo
³² Santo Tribunal p^a effeito de se dever esperar a decizaõ do dito: po=
³³ rem quando V Mag^e determine o contrario, requer o supp^e q não
³⁴ seja rematado o escravo, e vendido nesta terra, por he ser muito
³⁵ prejudicial e a sua familia, se ficar nella: mas sim q se premita
³⁶ ao supp^e o poder embarcallo da cadeya p^a a Bahia ou rio de Janr^o, ou
³⁷ Graõ Pará, na primr^a ocaziaõ q couber no possivel a fim ser vendi=

[fl. 22v]

¹ vendido em hum daquelles porto p^a onde for remettido pelo sup^e
² a seu procurador q ha de effectuar a venda, com a condição de não
³ tornar p^a esta: pelo q
⁴ Pal Mag^{de} se digne eximir ao ao supp^e
⁵ de apresentar a mencionada certidão e no ca=
⁶ zo de ordenar o contrario do q pondera o mesmo,
⁷ se sirva permittir he na forma q requer a=
⁸ sima, com a pena de não vir mais a ezta terra



⁹ forro, e nem pativo pa exemplo do mais

¹⁰ E.R.M.

¹¹ Nes [ilegível] V^a do R^e intimous acordo no do Reg Tribu=

¹² nal da Junta ao Sup^{pe} [ilegível] e de semo q

¹³ to do oleu e delle ficou entendido pelo referi=

¹⁴ do na verdade entre do q vem [ilegível] [ilegível] [ilegível] cer=

¹⁵ tidaõ aos dezocéis dias do mes de junho de 1781

¹⁶ [ilegível]

[fl. 23]

¹ [ilegível] 27 de Junho de 1780 Illm^o e Exm^o S^r

² Diz o Capam Manoel Roiz de Sena que sendo lhe

³ intimada hua petição de hum seu escravo que a mesmo sup^{te}

⁴ fez recolher na cadea deste Re por feiticeyro, por ter dado

⁵ parte ao Tribunal do Santo Officio, foi V E^{xa} servido decre=

⁶ tar q mesmo sup^e vendesse ao so seu escravo p^a fora da terra

⁷ p^a desempaxar a cadea, cujo preclarissimo despecho foi dado

⁸ em razão do mesmo supe não declarar na resposta que a V

⁹ Ex^a deo, o facto q agora expoem e faz certo pela atestação

¹⁰ nesta incluza avizta da qual recorre o sup^e a V Exa; para q

¹¹ o d^o escravo seja concervado na d^a prizaõ té o d^o Santo Tribu=

¹² nal determinar o q for servido, sem embargo de qualquer des=

¹³ pachar q haja ou possa haver de V E^{xa}, ou dos magistrados

¹⁴ Pav Ex^a se dignem mandar na forma

¹⁵ exposta, visto o q fica ponderado e docum^{to}

¹⁶ junto

¹⁷ E.R.M.

[fl. 23v, em branco]



[fl. 24]

¹ Francisco Fernandes Souza, presbytero secular,
² e commistr^o do S^{to} Off^o da Inquizição de Lz^a
³ Certifico, que o motivo, porque o Cap^{am} Manoel Roiz
⁴ de Sena tem preso na cadea deste Reciffe a hum seo escravo do
⁵ gentio de Angolla, chamado Domingos, he por conta de estar
⁶ affecto ao Tribunal do S^{to} Off^o o cazo porq o fes recolher a ca=
⁷ dea, onde por segurança expos a Mesa do S^{to} Tribunal o tinha
⁸ seguro, enq^{to} mandava tomar conhecim^{to} do delito recontado
⁹ Dte som^{te} o q posso ettestar, e por me ser pedida a prez^{te} apaneide
¹⁰ m Letra e Signal, e por verd^e o juro aos S^{tos} Evangelhos V^a
¹¹ lo Reciffe 16 de Junho de 1780

¹² O commissro *Francisco Fernandes Souza*

[fl. 24v, em branco]

[fl. 25]

¹ O D^{or} Antonio Jose Per^a Bam^o de Mer^{da} lute con=
² feço na ordem de J. Do Des^o de S. M. F. Seo ouv^{or} e etu^{or}
³ gl no crime civil de Pern^{do} correg^{or} da Com^{ca} e juis
⁴ de India e mina com a cada fad^a m^a q Mag^e V^a
⁵ faço saber q me constou p^r do [ilegível]^{am} q s faz sobre
⁶ seo ser as rubricas postas nos dous dest^{os} dados nas
⁷ dua petiçoens pr^{as} retro do Illustrissimo e Ex^{mo} Sor
⁸ Preid^{egos} e cap^m G^{al} destas cap^{nias} e o mais deputados
⁹ do Regio Tribunal da Junta das Just^a de tard^a cap^{nia}
¹⁰ ser outro ses a letra sinal da cart^{am} passada ao pe=
¹¹ dad^{te} e q^{da} pem de Rlier^o G^l Verginio Carv^o do Vale
¹² como taobem ser a rubrica posta do derp^o da=



¹³ do na 3^a p^{am} retro da m^{mo} Il^{mo} Ex^{mo} Sor Gor Cap^{am}

¹⁴ Gn^{al} destas cap^{nias} Joze Cerance Menera ser final me

¹⁵ a letra e sinal da cert^{am} ultima retro do commissario

¹⁶ do S^{to} Officio o Fr Fran^{co} Fern^{de} de Souza o q hey

¹⁷ junto f^{do} R^e. 27 de Julho de 1781. *Vicente* [ilegível]

¹⁸ [ilegível]

¹⁹ [ilegível]

[fl. 25v, em branco]

[fl. 26]

¹ M^{to} Ill^{es} Snr^{es}

² O Cap^{am} Manoel Roiz de Sena, casado, m^{or} nesta praça do

³ R^e de Pern^{co}, fes prender na cadea da mesma hum seo escravo

⁴ por nome Dom^{os}, pelo motivo de q lhe com outros o tinhaõ carrega=

⁵ do le feiticos e tinhaõ morto a alhuns escravos da casa e depois de o ter

⁶ seguro na cadea denunciou d lle e dos mais, cuja denuncia eu

⁷ remetti a esse S^{to} Tribunal. E como de prez^{te} fazendo-se junta

⁸ des criminozos, p^a se despejar a cadea mandou a q^{le} Regio Tri=

⁹ bunal, q o sobre d^{to} Manoel Roiz de Sena fissesse remetter o d^o

¹⁰ escravo p^a esse S^{to} Tribunal a sua custa, pena de ser prezo o d^o

¹¹ s^r nao o fazendo, e q a remessa fosse feita pelo commissr^o p

¹² q^m se tinha feito affecta esta materia ao d^o S^{to} Tribunal, e por

¹³ ser assim ordenado pelo Regio Tribunal da Junta e remir

¹⁴ o vexame da cadea ao S^r do mesmo escravo, faço remessado

¹⁵ mesmo, sem embargo de não ter ordem de V S^{as} pelas ra=

¹⁶ zoens ponderadas. D^s q^{de} a V S^{as} m a^s Villa

¹⁷ do Porto Calvo em Liz^{am} da mesma aos 30 de Ag^{to} de 1781

¹⁸ De V S^{as}



¹⁹ Reverente Subdito

²⁰ *Francisco Fernandes Sousa*

[fl. 26v, em branco]

[fl. 27]

¹ Resebi de Manoel Roiz de sena

² a paçage de hum escravo seu por no=

³ me domngos o qual vay prezo pello

⁴ tribunal do S^{to} officio e por estar [ilegível] ay=

⁵ da d^a paçage palei tres de hum tior

⁶ q hum comprido os mais não valhaõ

⁷ religi 17 de Setembro 1782

⁸ *Joze Fran^{co} Campos*

[fl. 27v, em branco]

[fl. 28]

¹ Pasei comm^{os} com carta de meza

² em 16 de Mayo de 1782 ao Com^o

³ de Pernambuco Fran^{co} Fernandes

⁴ de souza, auz^{te} a Joaq^m marques

⁵ de Ar^o tambem Com^o

[fl. 28v, em branco]

[fl. 29]

¹ M^{to} Ill^{es} Snr^{es}

² Para concluir- se o sumr^o junto a que se tem

³ predido de ordem de V S^{as} contra os pretos Domingos

⁴ e Gonçalo o pr^o recolhido aos carceres da cusptodia

⁵ desta Inquiçam; hé conven^e a juntaça sejaõ reper=

⁶ guntados Fr. Fidelis de Partana, e a preta Romana



⁷ a que lle para declarar a nuam porque sabe que o de=
⁸ nunciante lançara pela boca hua espinha de peixe
⁹ do tamanho de quatro polegadas, area carvam, e as
¹⁰ mais imundices a que se refere, e esta sobre o referi=
¹¹ mento que della fazem o d^o Fr Fidelis, e Antonio
¹² Lopes Chaves, individando-se o que pertencer a ca=
¹³ da hum dos delarr. Hé tambem necessario que
¹⁴ seja inquirida igualm^e D Thereza m^{er} do denuncian=
¹⁵ te Manoel Rodrigues Sena sobre o referim^{to} feito
¹⁶ por este, e q tambem o preto novo por quem
¹⁷ Ma mandore castigar a preta Maria cozinheira
¹⁸ vendo que nam o executava bem o delato Gonçalo

[fl. 29v]

¹ Requeiro a V S^{as} mandem passar as
² ordens necessarias para o d^{to} fim,
³ e do que resultar se me contune
⁴ vista para requerer e que foi a bem
⁵ da justiça
⁶ Eprezentados a meza os requerimen=
⁷ to supra do promotor para os senho=
⁸ res inquizidores lhe laverem de
⁹ deferir de seus mandado lhe fez
¹⁰ concluzo Gregorio Xavier Godi=
¹¹ nho o escrevi

¹² [ilegível]

[fl. 30]

¹ Remetemos a Comm^{am} incluza de jus=



² tissa para que evitem perda de

³ tempo faça logo a diligencia

⁴ que de mesma consta, e feita

⁵ que seja contraeida os sera logo

⁶ remetida com resposta sua na

⁷ margem desta. Deos nosso senhor

⁸ G^{de} a um [ilegível]

⁹ 16 de Mayo de 1782

¹⁰ *An^o Verissimo de Torres Alexandre Fonzem Miller An^o Homem Triga du Mag^{es}*

¹¹ [ilegível] Ill^{es} Sn^{rs} Inquidr^{es}

¹² [ilegível] remetto satisfeyta

¹³ [ilegível] comissão de justiça que vo=

¹⁴ [ilegível] foraõ dservidos esmme

¹⁵ [ilegível] N S g^e

¹⁶ [ilegível] ame Pernambuco

¹⁷ [ilegível] de 1783

¹⁸ De=

¹⁹ V Sas

²⁰ O mais humild^e subd^{to}

²¹ [ilegível] *Fr. José de Jesus M^a As*

[fl. 30v, em branco]

[fl. 31]

¹ Apresentação da comissaõ junta dos M^{to}

² Illustres Senhores Inquizidores Aposto=

³ licos da Inquizição de Lx^a e termo

⁴ de juramento

⁵ Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil sete



⁶ centos e oitenta e trez aos trinta dias do mez de Janeiro nesta Villa de Santo
⁷ Antonio do Recife Bispado de Pernambuco e no convento de Santo An^{to}
⁸ da mesma Villa o Reverendo Padre Fr. Josê de JESUS Maria Souza Pre=
⁹ gador e commissario do Santo Off^o ahi mandou vir perante si a mim o Pa=
¹⁰ dre Pregador Fr. Joaõ de Santa Roza Maria Presbitero regular e mora=
¹¹ dor nesse mesmo convento de Santo Antonio do R^e e disse me elegia
¹² para Escrivaõ dessa diligencia; e para fazer com verdade e ter segredo
¹³ me deo o juramento dos Santos Evangelhos, que eu recebi, sob cargo do qual pro=
¹⁴ metti escrever com verdade e ter segredo nesta diligencia e me mandou au=
¹⁵ toar a dita commisaõ, e hê a que diante se segue, de que fiz esse termo de man=
¹⁶ dado do dito Reverendo Commissario Fr. Jozê de JESUS Maria Souza
¹⁷ com quem a vinei e escrevi.

¹⁸ *Fr. Josê de Jezus Maria Souza*

Fr. Joaõ de S^{ta} Roza M^a

¹⁹ Commissr^o do S^{to} Off^o

Escrivaõ

[fl. 31v, em branco]

[fl. 32]

¹ Contra Domingos

² e Gonçalo pretos

³ escravos

⁴ Os Inquizidores Apostolicos contra a here=
⁵ tica probidade e apostazia nesta

⁶ cidade de Lisboa, e seu destrito G^a

⁷ fazemos saber a Francisco Fernandes

⁸ de Souza auzente a Joaquim Mar=
⁹ ques de Araujo ambos commissarios

¹⁰ do Santo officio no Recife de Pernam=
¹¹ buco; que esta meza consta, que



¹² Domingos e Gonçallo, pretos e esca=
¹³ vos, este natural de Angolla, e aque=
¹⁴ le da mina, asistentes no Recife de
¹⁵ de Pernambuco lançaram varias ve=
¹⁶ zes, no comer e agoa que se destinava
¹⁷ para o uzo de Manoel Rodrigues de
¹⁸ Senna seu senhor, com o fim de lhe
¹⁹ fazer mal, e enfeitiçar o mesmo e va=
²⁰ rios escravos do dito, e com especia=
²¹ lidade a huma preta nova, de que
²² se saltou adoecer gravemente o dito
²³ Manoel Rodrigues de Senna, e alguns
²⁴ dos ditos escravos morrerem . E
²⁵ por que convem o ter isso de de deos No=
²⁶ sso senhor, e sendo ja isso do Santo
²⁷ officio constar judicialmente de todo

[fl. 32v]

¹ de todo o referido. Autoridade Apostoli=
² ca commetemos a um es tos deligencia
³ para escrivam da qual allegara hum
⁴ sacerdote de sua vida e [ilegível]
⁵ quem dará o juramento dos Santos E=
⁶ vangelhos sob cargo do qual promte=
⁷ ra escrever com verdade, e ter segredo
⁸ de que se fará termo ao principio
⁹ por o ambos assignado e logo no dito re=
¹⁰ cife de Pernambuco a parte que o Vs



¹¹ perecer mais acomodada para esta de=

¹² ligencia se fazer como coube lhe , e se

¹³ gredo que convem, mandará vir pe=

¹⁴ rante o sobre dito Manoel Rodri=

¹⁵ gues de Senna = a preta Maria, e

¹⁶ Romana = Frey Fidelix de Partana

¹⁷ o Padre Joam de Araujo de Congregaçam

¹⁸ do oratorio = o capitam Joam Rodri=

¹⁹ gues Cardozo = o capitam Antonio

²⁰ Lopes Chaves = o Alferes Matheus Jozé

²¹ da silva requerente = o capitam Jo=

²² zé da Costta Gomes mercador = o capitam

²³ Joam de Albuquerque Mello Reque=

²⁴ rente = o capitam Joam Marques

²⁵ Dolras homem de negocio = o capitam

²⁶ Antonio Gomes de Moura homem par=

²⁷ do marceneiro = Antonio pereyra

²⁸ de Deos homem pardo, muzico, todos

[fl. 33]

¹ todos moradores no dito Recife nos

² rua da cadeya velha, e todos as mais

³ pessoas que referidos forem pe=

⁴ llos mesmo, que todos seram per=

⁵ guntados com individuaçam das

⁶ couzas que deitavam os ditos pre=

⁷ tos no comer e agoa e aççoens

⁸ que profeçacem para este



⁹ fim, sendo todos pessoas fidedig=
¹⁰ nas e legais, e dando lhes o juramen=
¹¹ to dos Santos Evangelhos sob cargo
¹² do qual prometara dizer verda=
¹³ de e guardar segredo no que foram per=
¹⁴ guntados e o serem judicialmente
¹⁵ pellos interregatorios legaes
¹⁶ Se sabe, ou suspeita o poroque
¹⁷ he chamado, e seo perdao deo al que
¹⁸ na pessoa o que sendo pergunta=
¹⁹ do por parte do Santo Officio dice
²⁰ cem mais ou menos do que sabece
²¹ e fora verdade
²² se conhece a domingo e gonçallo
²³ preto e escravos este natural
²⁴ de Angolla e aquelle da Mina a=
²⁵ sistentes no Recife de Pernambuco
²⁶ se sabe sejam naturais e moradores
²⁷ donde se sei, de quem son escravos
²⁸ e que razam tem de seus conhecimen

[fl. 33v]
¹ conhecimentos e de que tempo a esta
² parte
³ Se sabe que os ditos Domingos e Gon=
⁴ çallo lanssacem varias couzas no co=
⁵ mer e agoa que se destinava para
⁶ o uzo de Manoel Rodrigues de Senna seo



⁷ senhor, e de varios escravos do dito, e
⁸ com especialidade a huma preta nova
⁹ tudo com fim de lhe fazer mal , se sabe
¹⁰ seja verdade tento o referido, e outrosim
¹¹ se sabe com individaçam das couzas
¹² que deitavam os ditos pretos no comer
¹³ e agoa como se dei, ou que o acçoens
¹⁴ praticavam, diziam e faziam para
¹⁵ o dito fim, e que razam tem ella teste=
¹⁶ munha para saber
¹⁷ Se sabe que os ditos pretos asima
¹⁸ mencionados sam costunados a fa=
¹⁹ zaer semelhantes couzas, ou qual se=
²⁰ ja a couza porque fim o fizecem
²¹ a praticacem, sejam pessoas de boa ou
²² mã conducta, e se com effeito esta=
²³ riam perturbados de alguma bebida
²⁴ ou payxam perticular, nas occasioens
²⁵ em que executavam o sobretido fa=
²⁶ cto
²⁷ Se tudo a que tem deposto passa

[fl. 34]

¹ Passa na verdade e de tem que de=
² clarar ao costume e couzas delle
³ Estas perguntas fora uma cada huma
⁴ das testemunhas que so principio
⁵ de seus depohimentos deram seus



⁶ nomes, cognomes, patria, habita=
⁷ coens, officios, estados, e idades
⁸ e no fim assignarem com isso, e sen=
⁹ do mulher que nam saiba escrever
¹⁰ assignarem por ella de seu rogo, e con=
¹¹ sentimento o escrivam da deligen=
¹² cia, e seus ditos seram ratifica=
¹³ dos na forma de estillo do santo offi
¹⁴ cio que com esta vai, e volta na
¹⁵ [ilegível]; e ultimamente dona=
¹⁶ um a sua informaçam assim o res=
¹⁷ peito do que se pertende averigu=
¹⁸ ar com toda a clareza, e distiçam
¹⁹ como da fé el respeito as ditas
²⁰ testemunhas se teve dar e escreven=
²¹ do apella sua mam, sem o com=
²² municar ao escrivam pella qual
²³ mandará fazer declaraçam de tem=
²⁴ po que gastarem nesta deligen=
²⁵ cia asim dentro como fora de
²⁶ suas rezidencias, e deita que si=
²⁷ ga a sobredita diligencia na
²⁸ forma declarada, com brevida=
²⁹ de nos será logo remetida

[fl 34v]

¹ remetida a propria com estas posta com
² missam, sem que se fique copia, ou



³ treslado algum dado em lista do San=
⁴ to Officio sob nossos signaes e selho
⁵ do mesmo aos dezaseis dias do mes de
⁶ Mayo de mil sette centos e outenta e
⁷ douz annos Gregorio Xavier Goudi=
⁸ nho o fez

⁹ *An^o Verissimo* *Alexandre Sansen* *An^o Humum Figaro*
¹⁰ [ilegível] *Moller* *du Hages Bosa*

[fl. 35]

¹ Amentada

² Aos trinta dias do mesmo mez e anno ut supra no mesmo convento de Santo Antonio
³ da Villa do Recciffe o R. P. Fr. Jozê de JESUS Maria Souza Pregador e Commi=
⁴ ssario do Sto Offo com migo Escrivaõ perguntou as testemunhas seguintes, cujos
⁵ nomes, cognomes, patrias, habitações, officios, idades, qualidades, editos e tudo hê tudo
⁶ o que adiante se segue.

⁷ Joaõ Roiz Cardozo homem branco vendolhaõ de bebidas, e mantim^{tos} natural da

⁸ Freguezia da Moribeca Bispado de Pernambuco, e morador nesta Freguesia de

⁹ Sto Antonio do Reciffe a vinte annos a essa parte, testemunha a quem o R. P

¹⁰ Comissaro do S^{to} Offo deo juramento dos Santos Evangelhos, em que poz a

¹¹ maõ sob cargo do qual prometteo dizer verdade, e guardar segredo nesta dili=
¹² gencia, e disse ser cristaõ vello, e de idade de sincoente e seis annos

¹³ E perguntado pellos interrogatorios da commissaõ reta

¹⁴ Ao 1^o disse nada e al não disse

¹⁵ Ao 2^o disse, q conhece ao preto Gonçallo do gentio de Angolla escravo, q foy do Cap=
¹⁶ taõ Manoel Rodrigues de Senna e hoje existe em poder do amaro José Vian=
¹⁷ na assitentes tanto os ditos donos, como o dito escravo neste Recciffe de Pernambu=
¹⁸ co, e que elle testimonho não ter conhecimento algum do preto Domingos; e a razaõ



¹⁹ de seo conhecimento hê por ser muitas vezes a sua caza o preto Gonçallo demandando
²⁰ de sao senhor, e ainda de sua propria vontade a nove ou dez annos a essa parte pou=
²¹ co mais ou menos, e al não disse
²² Ao 3º disse disse q nunca vio, q os escravos Domingos e Gonçallo lançarem couzas no comer
²³ e agua e se destinava p^a o uzo de Manoel Rodrigues de Senna seo senhor porem que
²⁴ sempre ovio dizer do mesmo Manoel Rodrigues de Senna, que os ditos pretos lhe lançavaõ
²⁵ varias couzas no comer e agua com o fim de lhe fazer mal e que taobem ouvio dizer
²⁶ que os dittos escravos Gonçallo e Domingos lançavaõ as mesmas couzas no comer e agua
²⁷ que se destinavaõ para o uzo de outros escravos e com especialidade a huma preta [grifo
original], a
²⁸ qual dizem falecera dos taes feitiços; porem q não sabe, que couzas eraõ, que os ditos
²⁹ lançavaõ no comer e agua tanto do Senhor, como dos Escravos, e que nunca alcançou
³⁰ as acçõens q praticavaõ, diziaõ e faziaõ para o dito fim os dous pretos Gonçallo e Do=
³¹ mingos; porem que hê bem certo, que elle testemunha muitas vezes foy a caza de
[fl 35v]

¹ Manoel Rodrigues de Senna e o achava prostrado em huma cama queixando-se que
² que o matava eraõ os seos escravos Domingos e Gonçallo com feitiços, p ter recorri=
³ do aos Professores da Medicina e cada vez ficava peor, e so tinha alivios quando
⁴ procurava os remedios da Igreja, como elle testemunho affirma, q foi clamar ao Padre
⁵ Fr. Fidelis Religiozo Capuchinho para o benzer e confessar e que o dito Manoel Rodri=
⁶ guez de Senna despois que se começou a benzer se acha millor e passeia na rua
⁷ e isto he bem notorio e publico nessa praça do Recife, e al não disse
⁸ Ao 4º disse que elle testimunha nunca soube, que os ditos pretos asima mencionados
⁹ eraõ costumados a fazer semelhantes couzas, e que taõ bem não sabia a cauza porque assim
¹⁰ o fizessem e praticassem e que não tem conhecimento se a conduta dos ditos era boa ou mâ;
¹¹ e que taobem não sabe se os ditos pretos nas occasioens em que lançavao os taes feitiços
¹² estariaõ inbriados com alguma bebida ou paixão particular; porem bem certo, que p^a



¹³ lhes lançarem os ditos feitiços no comer do senhor, os escravos não haviaõ estar
¹⁴ preocupados de allgua bebida, porque me consta que os ditos dous escravos Gon=
¹⁵ çallo e Domingos aconselhavaõ a huma preta nova [grifo original] para lançar os ditos fei=
¹⁶ tiços no comer de seo senhor; por huma confissaõ publica, que fez a dita escrava
¹⁷ nova na minha prezença dizendo que seos parceiros lhe aconselhavaõ e lhe da=
¹⁸ vaõ os ditos feitiços p^a lançar no comer e agua do dito Manoel Roiz de Senna
¹⁹ seo senhor, e al não disse
²⁰ Ao 5º disse q tudo o que tem deposto passa na verdade, e que do costume e causas de=
²¹ lle não tem que declarar, e sendo-lhe lido esse seo testemunho, e por elle bem ouvido, e en=
²² tendido, disse estava escripto na verdade, e que nelle se affirma e ratifica e tona adi=
²³ ser de novo sendo necessario, e que nelle não tem que acrecentar, diminuir, mudar
²⁴ ou emendar, sôsim, que aquellas palavra, feitiços [grifo original] não declarou a preta por
²⁵ esse nome, sem q os ditos dous pretos lhe davaõ couzas para lançar no comer
²⁶ que se destinava para o dito Manoel Rodrigues de Sena seo senhor / e nem
²⁷ de novo que dizer ao costume sob cargo do juramento dos Santos Evangelhos que
²⁸ outra vez lhe foy dado a o que estiveraõ presentes por honestas e religiosas pessoas
²⁹ que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdae, e guardar segredo ao que forem
³⁰ perguntados os R. R. P. P^{es} Ex diffinidores Fr. Luiz do Sacramento e Fr. Rafael
³¹ da Conceiçaõ, que aqui assinaraõ com a testemunha e com o Reverendo commissar^o
³² Fr. José de JESUS Maria Souza, e eu Fr. Joaõ de Sta Roza Maria escrivaõ
³³ escrevi

³⁴ *Fr Jozê de Jesuz Maria Sousa*

³⁵ Commissr^o do S^{to} Off^o

[fl. 36]

¹ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

² Ratificante

Ratificante

³ E hõde a testemunha para fora foraõ perguntados os Padres ratificantes Fr. Luiz do Sacra=



⁴ mento e Fr. Rafael da conceição se lhe parecia fallava verdade e merecia credito e por
⁵ elles foy dito que sim lhe parecia q fallava verdade e merecia credito pelo depoimento
⁶ que elle testemunha tinha dado com juramento e tornaraõ assinar com o R. commissar^o
⁷ e eu escriptaõ escrevi

⁸ *Fr Jozê de Jesus Maria Sousa*

⁹ Commissr^o do S^{to} Off^o

¹⁰ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

¹¹ Ratificante

Ratificante

¹² Manoel Rodrigues de Senna homem branco familiar do Santo Off^o mercador na
¹³ tural do conselho de Maõ Forte do Rio livre, morador, digo, do Bispado de Bra=
¹⁴ gança, lugar de devoção, freguezia de S. Nicolao, morador nesta Freguezia de
¹⁵ S Fr. Pedro Glz dessa villa do Reciffe Bispado de Pernambuco a vinte annos
¹⁶ a esta parte pouco mais ou menos testemunha a quem o R. Commissar^o deo o ju=
¹⁷ ramento dos Santos Evangelhos, em que poz a maõ sob cargo do qual prometteo di=
¹⁸ zer verdade e guardar segredo nessa diligencia, e disse ser christaõ vello e de idade
¹⁹ de trinta e seis annos pouco mais ou menos
²⁰ E perguntado pelos interrogatorios da comissaõ reta

²¹ Ao 1^o disse nda e al não disse

²² Ao 2^o disse q conhece muito bem a Domingos e Gonçallo pretos e escravos q foraõ
²³ seos Domingos, natural de Angolla e Gonçallo da Mina, ausente o preto Gonçallo nes=
²⁴ te Reciffe de Pernambuco, o que por se auzentar da minha caza o D^{of} Juiz de Fora
²⁵ o fez rematar em praça publica e ficou o dinheiro em juizo, o qual eu não quiz levantar
²⁶ por ser arrematado contra a minha vontade, e existe hoje em poder de Amaro Joze Via=
[fl. 36v]

¹ Vianna e o outro escravo Domingos se da no Tribunal do Sto Offo na Corte de Lxa

² remettido por mim testemunha por assim o determinar a Junta da Justiça, e a ra=

³ zaõ de seo conhecimento hê pelos ter possuido, a dez para onze annos pouco mais ou



⁴ menos, e al não disse, digo, o preto Domingos hê natural de Angolla, e al não disse;

⁵ Ao 3º disse que sabe muito bem que os ditos pretos Domingos e Gonçallo lançavaõ varias

⁶ cousas de fesarias, digo, de feitiçarias no comer e agua, que se destinava para elle tes=

⁷ timunha, e taõ bem para varios escravos seos[grifo original], com especialidade a huma preta

nova do

⁸ gentio de Angolla, por nome Maria, a qual hera cozinheira delle testemunha tudo a=

⁹ fim de lhes fazer mal, e taõ bem sabe que as couzas que elles introduziaõ no comer e agua

¹⁰ eraõ huns feitiços moidos em pô e taõ bem diz elle testemunha que muitas vezes ouviu

¹¹ a rezoar o preto Domingos com o preto Gonçallo qual delles dous lhe havia de lançar os ditos

¹² feitiços, como fosse em hua occasiaõ em Santo Amarinho entregando lhes a mulher

¹³ do dito Manoel Roiz de Senna huma panella para os dittos pretos irem de ma=

¹⁴ nhaã buscar leite na mesma noite travaraõ huma briga forte, aonde dize

¹⁵ hum a outro estas palavras = tu para que queres botar esses poz na panella do

¹⁶ leite de meo senhor, p que sendo eu o que vou buscar o leite e fizer mal a meo

¹⁷ senhor não quero ser culpado = e pegando eu aos ditos escravos Gonçallo e

¹⁸ Domingos para examinar o cazo, nada disseraõ: taobem em outra occasiaõ des=

¹⁹ pois de eu saber e estar sciente que os dous pretos hê que me fariaõ mal, pro=

²⁰ hibi que me não sobissem as escadas para a cozinha, aqui sa valeraõ logo da

²¹ preta cozinheira chamada Maria/ a qual falleceo a quatro de Junho de mil setecen=

²² tos e oitenta e dous nos braços do Padre Fr. Fidelis de Partana/ e dando lhe sua sen=

²³ hora humas sipoadas pelo descuido nos serviços de casa, começou a dizer as seguintes

²⁴ palavras = Minha Senhora me não castigue; porque eu prometto não lançar

²⁵ mais nada no comer de meo Senhor = e perguntando lhe a mulher do dito Senna

²⁶ o que era, q lançava no comer de seo senhor, respondeo a dita preta cozinhei=

²⁷ ra = que erao feitiços moidos em pô, que lhe davaõ os pretos Gonçallo e Domin=

²⁸ gos, quando chegava aercada; e estando o preto Gonçallo não negou

²⁹ e assim mais disse a preta, que quando seo senhor se levantava da meza e



³⁰ hia para cama gritando com dores hê porque elles mesmo em outro tempo
³¹ hiaõ mesmo a cozinha[grifo original], e com suas mãos lançavaõ os ditos feitiços na panella
³² decretada para seo senhor, e logo juravaõ a preta q se ella descobrisse estas
³³ couzas elles a matariaõ com os mesmo feitiços; disse mais a dita preta, que
³⁴ ella mesma tinha lançado varias vezes por elles lhe darem na escada, como foi em
³⁵ huma garapa, que eu a fiz no fogaõ, na qual lancei os ditos feitiços, e bebendo-a [grifo original]
³⁶ meo senhor ficou emfermo de morrer e mais disse que naquelle mesmo dia
³⁷ o tinha já lançado na dita panella do comer de seo senhor e replicando-lhe
³⁸ a mulher do dito Senna senhora da mesma escrava, que sanaõ tinha visto fallar
³⁹ naquelle dia com os ditos pretos respondeo a escrava = quando minha senhora
[fl. 37]

¹ senhora me deo o dinheiro para dar a elles, para comprar o almoco delles ao mesmo
² tempo me deo o preto Gonçallo os taes feitiços em pô embrulhados em huma falla
³ dizendo me, que os laçasse na panella de meo senhor; aqui pergunta logo
⁴ a senhora a tal cozinheira e sũ que fizestes desses poz. Responde a preta cozi=
⁵ nheira, lancei-os na panella que estava no fogo para elle jantar, e vindo o comer
⁶ para a meza e sabendo de todo o referido elle testimunha respondeo a sua mulher[grifo original]
⁷ = senhora esse comer eu não quero ex vi do que tenho ouvido a preta cozinheira
⁸ dizer = e não acreditando a mulher do dº Senna em feitiços nem ao que a preta
⁹ dizia respondeo = eu o quero comer a dar aos nossos filhos para ver se faz mal
¹⁰ a mim e a elles = com effeito assim que principaraõ a comer, logo ella, e os fi=
¹¹ lhos comecaraõ com dores no ventre, outros com dores pellos peitos, outros como
¹² engasgados, de sorte que a consorte do dito Senna se dezenganou de todo e começou
¹³ a dizer = jã sei meo marido de que tem padecido tantos annos e logo chamou a es=
¹⁴ crava Romana e hum escravo novo para hir com ella a Porteira de Nossa Senhora
¹⁵ da Penha e clamar a toda pressa ao Padre Fr. Fidelis de Partana para lhe acodir
¹⁶ e aos seos filhos, e taobem exorcismar a seo marido: chegou o dito Padre com seo



¹⁷ companheiro, e exorcismando a todos, e dando-lhes agoa benta com varias reliqui=
¹⁸ as a beber logo melhoraraõ e ha mando o dito Padre a preta cozinheira [grifo original] para se
¹⁹ certificar do cazo tudo tornou a confessar como fica expedido sem constrangi=
²⁰ mento e violencia de pessoa alguma como tudo consta de hua certidaõ do mes=
²¹ mo Reverendo Padre Fr. Fidelis, que para esse Santo Tribunal enviei: nestes ter=
²² mos o mesmo Reverendo P. Fr. Fidelis tendo prezenciado a minha doença a mais
²³ de trez annos me aconselhou q prendesse aos ditos escravos, e que delles desse par=
²⁴ te asse Santo Tribunal; e a razãõ que elle testemunha tem para dizer o que tem dito
²⁵ hê que dezenganado dos professores da medicina que não tinhaõ mais remedeos para
²⁶ o curar, o deixaraõ em huma cama entrevado no discarto de trez annos pouco mais
²⁷ ou menos, e assim que procurou os remedios da Igreja, logo melhorou, e passa melhor
²⁸ com os exorcismos da Igreja vendo com os seos olhos as imundices que lançava
²⁹ quando o dito Padre Fr. Fidelis lhe dava alguma contra como consta de outra certi=
³⁰ dao do mesmo Padre que para esse Santo Tribunal enviei junto com o Acordaõ
³¹ e al não disse
³² Ao 4º disse que sabe muito bem que os ditos preto eraõ costumados a fazer semalhan=
³³ tes couzas de lançarem feitiços; porque a preta Maria cozinheira ajudaraõ pe
³⁴ los ter descubertos, e que ahaviaõ de matar e com effeito morreo a preta gritando con=
³⁵ tra Gonçallo que a matava com feitiços com seis dias expirou sem ter outra mo=
³⁶ lestia que os professores de medicina a podessem alcançar alem de sinco escre=
³⁷ vos mais, que me morreraõ do mesmo modo e corroboro esse meo dito se elles saõ
[fl. 37v]

¹ se elles saõ costumados a fazer esse dano com o que vou expondo= mandando eu
² huma escrava nova da Mina junto com outra ladina chamada Romana a rua che=
³ gando a praça grande as ditas pretas ao mesmo tempo se fez enconradiço com ellas
⁴ o preto Gonçallo, e dando a comer hum bollo de maça a preta nova e ameaçando a
⁵ ladina por nome Romana que se descobrisse esse fato certamente que lhe faria



⁶ o mesmo e recolhendo-se ambas para caza a preta nova começou a gritar com do=
⁷ res, e dizendo pella sua lingua que morria de feitiços, que lhe tinhaõ dado e dentro
⁸ de trez dia falleceo como consta da certidaõ que parou o R P^e Fr Fidelis, que
⁹ enviei para esse santo tribunal: enquanto a conducia dos ditos pretos se era boa
¹⁰ ou ma, algumas vezes os mandava a Igreja, ela não hiaõ e me não consta que lles
¹¹ fizerem essas couzas por inebriados; porque em meo poder nunca os vi fora
¹² de seo juizo; e menos nunca os castiguei rigorosamente que apaixonados fize=
¹³ ssem essas couzas, e tao bem para confirmação de que elles eraõ costumados afazer es=
¹⁴ te mal, nessa praça falleceo hum homem por nome andrê Roiz Craveiro
¹⁵ queixando se do preto Domingos, que o matava com feitiços por expertallo no
¹⁶ trabalho no aterro da Boa vista e al disse, digo, e para mais clarear a minha
¹⁷ verdade requeiro a confissação delles, e fundo me no dizer do R P^e Fr Fidelis e oq
¹⁸ em mim proprio experimentei, e al não disse.
¹⁹ Ao 5^o disse que tudo o que tem deposto passa na verdade, e mais não disse nem o
²⁰ costume ou cauza delle; e sendo-lhe lido este seo testimonho e por elle bem ouvido e
²¹ entendido disse estava escripto na verdade, e nelle se affirma e ratifica e torna
²² a dizer de novo sendo necessario e que nelle não tem o que acrescentar, diminuir
²³ mudar ou emendar, nem de novo que dizer ao costume sob cargo de juramento dos
²⁴ Santos Evangelhos, que outra vez lhe fou dado ao que estiveraõ presentes por honestas e
²⁵ religiosas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guardar
²⁶ segredo no que forem perguntados os Reverendos Padres Ex diffinidores Fr. Luiz
²⁷ do Sacramento, e Fr. Rafael da conceiçaõ, que aqui assinaõ como testemunha
²⁸ e com o R. Commissar^o Fr Jozê de JESUS Maria Souza, e eu Fr. Joaõ de San=
²⁹ ta Roza Maria Escravaõ escrevi
³⁰ *Fr Jozê de Jesus Maria Sousa*
³¹ Commissr^o do S^{to} Off^o
³² *Manoel Roiz de Senna*



³³ testemunha

³⁴ *Fr Luiz do Sacram^{to}*

Fr. Rafael da Conç^{am}

³⁵ Ratificante

Ratificante

[fl. 38]

¹ E hida a testemunha para fora foraõ perguntados ao Padres ratificantes se lhe parecia

² fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que assim lhes parecia que fallava

³ verdade e merecia credito e tornaraõ a assinar com o R Commissar^o e eu Fr. Joaõ de

⁴ Santa Roza Maria escrivaõ e screvi

⁵ *Fr Jozê de Jesuz Maria Sousa*

⁶ Commissr^o do S^{to} Off^o

⁷ *Fr Luiz do Sacram^{to}*

Fr. Rafael da Conç^{am}

⁸ Ratificante

Ratificante

⁹ Fr. Fidelis de Partana Religioso capuchinho natural de Partana Reino de Sicilia Pro=

¹⁰ vincia de Palermo e morador no convento de Nossa Senhora da Penha dessa Villa

¹¹ de Santo Antonio do Reciffe Bispado de Pernambuco a trinta annos e esta parte tes=

¹² timunha, a quem o R. Commissar^o Fr. Josê de JESUS Maria Souza deo o juramento

¹³ dos Santos Evangelhos, em que poz a maõ sob cargo do qual prometteo dizer verdade, e

¹⁴ guardar segredo nesta diligencia e disse ser christaõ vello e de idade de secenta e nove

¹⁵ annos

¹⁶ E perguntado pelos interrogatorios da comissaõ retro

¹⁷ Ao 1^o disse nada e al naõ disse

¹⁸ Ao 2^o disse, q conhece a Domingos, e Gonçallo pretos e escravos este natural de

¹⁹ Angolla e aquelle da Mina ausentes neste Reciffe de Pernambuco e escravos, que fo

²⁰ raõ de Manoel Roiz de Senna, e que sabe por ouvir dizer que hum dos ditos escravos

²¹ fora prezo pera o Santo Tribunal dessa corte de Lx^a e que o outro está em maõ de ou

²² tro possuidor e a razaõ de seo conhecimento hê pelos ter visto na caza de seo senhor, que foi

²³ Manoel Rodrigues de Sena a seis annos pouco mais ou menos a essa parte e al naõ disse.



²⁴ Ao 3º disse, que sabe por lhe dizer Manoel Roiz de Senna e sua mulher D. Thereza, que
²⁵ os pretos Domingos e Gonçallo lançavaõ varias couzas no comer e agoa que se destinava
²⁶ para o uzo de Manoel Rodrigues de Senna, e que taõ bem os mesmos escravos Domingos
²⁷ e Gonçallo obrigavaõ a outros escravos para lançarem as taes couzas na panella do Senhor
²⁸ como lhe disse hua escrava do mesmo Senna a elle testemunha, chamada Romana, que em
²⁹ huma occaziaõ o preto Gonçallo a ameaçou dizendo-lhe que se ella não botasse aquillo que
³⁰ elle lhe desse no comer de seo senhor lhe havia de fazer o mesmo, e que elle testemunha sa=
³¹ be por lhe dizer os senhores, e a preta Romana, que o que os dous pretos Gonçallo e
Domingos

³² lhe davaõ para lançar no comer eraõ uns poz, sebolinhas, alguas carcas, e outra immun-
[fl. 38v]

¹ e outras immundices; taõ bem elle testemunha diz que he bem verdade q sendo chama=
² do a caza de Manoel Rodrigues de Senna o achara entrevado em huma cama a mais de
³ trez annos tendo asgotado as boticas e nunca poude achar alivio na sua queixa, e a=
⁴ ssim que comecei a por preceitos em todas as partes do corpo de repente obedeceo e me
⁵ nos de sinco minutos se levantou da cama sem dor alguma, e continuando elle tes=
⁶ timunha com os exorcismos da Igreja começou a lançar o dito Senna varias cou=
⁷ zas que eraõ impossiveis de se engolir como fosse huma espinha de peixe do tama=
⁸ nho de quatro polegadas, alem de muito carvaõ, muita arca, e varias sevandijas, q
⁹ de si lançava e isto mesmo varias vezes lhe carrefavaõ a maõ; porem exorcis=
¹⁰ mando ao dito Senna se achava aliviado, e de tudo isto, digo, de todo o referido
¹¹ passou elle testemunha duas ou tres certidoens que o dito Senna enviou para
¹² esse Santo Tribunal, e al não disse

¹³ Ao 4º disse que os pretos asima mencionados eraõ costumados a fazer semelhan=
¹⁴ tes couzas; porque alem de lançarem no comer, e agua, que se destinava pa=
¹⁵ ra o dito Senna, taobem a fizeraõ a varios escravos do dito, e dos taes faitiços mo=
¹⁶ rraõ sinco ou seis escravos: emquanto a boa ou mâ conducta dos pretos na



¹⁷ verdade era mã; porque o dito Senna os tratava como filhos sustentando-os
¹⁸ e vestindo-os e elles rebentinhos e malevolos carregavaõ a mão contra seo
¹⁹ senhor e me não consta que os pretos Domingos e Gonçallo perdessem o juizo
²⁰ por cauza de alguma bebida ou paixão particular nas occazioens em que
²¹ executavaõ a sua maldade e al não disse
²² Ao 5º disse que o que tem deposto passa na verdade, e hê bem publico e notorio
²³ nesta praça, e mais nao disse nem ao costume e couzas delle, sendo-lhe lido es=
²⁴ te seo testemunho, e por elle bem ouvido, e entendido disse estava escripto na verda=
²⁵ de e que nelle se affirma e ratifica e torna dizer de novo sendo necessario e que
²⁶ nelle não tem que acrescentar, diminuir, mudar ou emendar, nem de novo, que
²⁷ dizer ao costume sob cargo do juramento dos Santos Evangelhos, que outra vez
²⁸ lhe foi dado ao que estiveraõ presentes por honestas e religiozas pessoas, que tudo
²⁹ viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guardar segredo no que forem
³⁰ perguntados os Padres Ex diffinidores Fr. Luiz do Sacramento e Fr. Rafael da
³¹ Conceição que aqui assignaraõ com a testemunha e como R Commissarº Fr.
³² Josê de JESUS Maria Souza, e eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria escri=
³³ vaõ escrevi

³⁴ *Fr. Jozê de Jesus Maria Sousa*

³⁵ Commissrº do S^{to} Offº

[fl. 39]

¹ *Fr. Fidelis da Partana*

² Testemunha

³ E hida a testemunha para fora foraõ perguntados os Padres retificantes se lhe parecia

⁴ fallava verdade e merecia credito e por elles foi dito que sim lhe parecia que fallava

⁵ verdade e merecia credito e tornarão assinar como Reverendo Commissarº e eu Fr.

⁶ Joaõ de Santa Roza Maria Escrivão escrevi

⁷ *Fr. Jozê de Jesus Maria Sousa*



⁸ Commissar^o do S^{to} Off^o

⁹ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

¹⁰ Ratificante

Ratificante

¹¹ O Padre João de Araujo da Congregação do Oratorio natural desta Villa de S^{to}

¹² Antonio do Reciffe e morador na mesma congregação a sincoenta e dous annos tes=

¹³ timunha a quem o R Commissar^o Fr. José de JESUS Maria Souza deo o ju=

¹⁴ ramento dos Santos Evangelhos em que poz a mão sob cargo do qual prometeo

¹⁵ dizer a verdade e guardar segredo nesta diligencia e disse ser christão vello e

¹⁶ de idade de secenta e oito annos

¹⁷ Ao 1^o disse nada e al não disse

¹⁸ Ao 2^o disse que conhece Domingos e Gonçallo pretos e escravos, este natural de

¹⁹ Angolla e aquelle da Mina assistentes nesse Reciffe de Pernambuco escravos que

²⁰ foraõ de Manoel Rodrigues de Senna e a razão de seo conhecimento he por se=

²¹ rem escravos do dito, e varias vezes seo senhor os mandar ao convento a oito an=

²² nos a esta parte pouco mais ou menos, e al não disse.

²³ Ao 3^o disse que sabe por lhe dizer o mesmo Manoel Rodrigues de Senna que Do=

²⁴ mingos e Gonçallo lançavaõ varias couzas no comer e agoa que se destinava

²⁵ para o uzo do dito Manoel Roiz de Senna, e taobem lhe dizia o mesmo Mano

²⁶ el Roiz de Senna que os ditos escravos davaõ a preta cozinheira varias couzas p^a

²⁷ lhe lançar no mesmo comer, e al não disse

²⁸ Ao 4^o disse que não sabe elle testimunha se os pretos assima mencionados saõ de

[fl. 39v]

¹ de boa ou mâ conducta e taobem lhe não consta a certeza de que os ditos pretos lança=

² vaõ ou não as taes couzas ou davaõ as escravas para lançar, sim o diz, e sabe

³ disso por lhe dizer muitas vezes o dito Manoel Rodrigues de Senna, e seos di=

⁴ tos pretos saõ costumados a bebidas, elle testimunha o não sabe e menos sabe se

⁵ os ditos pretos faziaõ essas couzas com paixão a seo senhor, e al não disse



⁶ Ao 5º disse que tudo o que tem deposto passa na verdade, e mais nao disse
⁷ nem ao costume e cauzas delle, sendo-lhe lido esse seo testemunho, e por elle bem ouvi=
⁸ do, e entendido disse estava escrito na verdade e que nelle se affirma e ratifica e tor=
⁹ na dizer de novo sendo necessario e que nelle não tem que acrecentar, diminuir,
¹⁰ mudar ou emendar, nem de novo, que dizer ao costume sob cargo do juramento dos
¹¹ Santos Evangelhos, que outra vez lhe foi dado ao que estiveraõ presentes por honestas
¹² e religiozas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guar=
¹³ dar segredo no que forem perguntados os Padres Ex diffinidores Fr. Luiz do
¹⁴ Sacramento e Fr. Rafael da Conceição que aqui assinaõ com a testemunha
¹⁵ e como R Commissarº Fr. José de JESUS Maria Souza, e eu Fr. Joaõ de
¹⁶ Santa Roza Maria escrivãõ escrevi
¹⁷ *Fr Jozê de Jesus Maria Sousa*
¹⁸ Commissrº do S^{to} Offº
¹⁹ *Joaõ de Arº*
²⁰ Testim^a
²¹ *Fr Luiz do Sacram^{to}* *Fr. Rafael da Conç^{am}*
²² Ratificante Ratificante
²³ E hida a testemunha para fora foraõ perguntados os Padres retificantes se lhe parecia
²⁴ fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhe parecia que falla=
²⁵ va verdade e merecia credito e tornarãõ assinar como Reverendo Commissarº e eu Fr. Jo=
²⁶ aõ de Santa Roza Maria Escrivão escrevi
²⁷ *Fr Jozê de Jesus Maria Sousa*
²⁸ Commissrº do S^{to} Offº
²⁹ *Fr Luiz do Sacram^{to}* *Fr. Rafael da Conç^{am}*
³⁰ Ratificante Ratificante

[fl. 40]

¹ Casimiro Antonio de Madeiro homem branco que vive de seo negocio natural da



² ilha de São Miguel, Freguezia dos Santos Reys Magos termo de Villa Franca do Campo
³ e morador na Freguezia de Sê de Olinda Bispado de Pernambuco a sete annos tes=
⁴ timunha, a quem o R. Commissar^o deo o juramento dos Santos Evangelhos em que poz
⁵ a mão sob cargo do quall prometteo dizer verdade e guardar segredo nessa diligencia
⁶ e dice ser christaõ velho e de idade de trinta e seis annos
⁷ E perguntado pelos Interrogatorios da Commissão Retro
⁸ Ao 1^o disse nada, e al não disse
⁹ Ao 2^o disse que conhece m^{to} bem a Domingos e Gonçallo pretos escravos esta na=
¹⁰ tural de Angolla e aquelle da Mina moradores a ssistente nesse Reciffe de Pernam=
¹¹ buco, escravos que foraõ de Manoel Roiz de Senna e hoje possuidor do preto Gonçallo
¹² Amaro José Vianna, e do preto chamado Domingos não sabe elle testimonho o exi=
¹³ to que teve e a razaõ que tem do seo conhecimento hê por ter lidado com os ditos esgra=
¹⁴ vos no aterro de Boa vista nas obras de seo senhor a trez para quatro annos pouco
¹⁵ mais ou menos e al não disse
¹⁶ Ao 3^o disse que sabe por lhe dizer Manoel Rodrigues de Senna que os ditos pretos Do=
¹⁷ mingos e Gonçallo o que queriaõ matar com varias couzas que elles lançavaõ no
¹⁸ comer e agua e que o dito Senna mais se queixava do preto Domingos, do que do pre=
¹⁹ to Gonçallo, e que elle testimunha não sabe as accoens que praticavaõ ou faziaõ pa=
²⁰ ra o dito fim e a razaõ que elle testimunha tem para assim o saber hê pela bocca
²¹ do mesmo Snr Manoel Rodrigues de Senna, e al não disse
²² Ao 4^o disse que não consta a elle testimunha que os ditos pretos assim menciona=
²³ dos fossem costumados a fazer semelhantes couzas e enquanto a conducta dos ditos
²⁴ pretos ser boa ou mâ elle testimunha nunca alcançou nos ditos maldade alguma
²⁵ e menos lhe não consta que os pretos fossem costumados a bebedice, e al não disse
²⁶ Ao 5^o disse que tudo o que tem deposto passa na verdade, e e mais nao disse nem ao cos=

[fl. 40v]

¹ nem ao costume e cauzas delle, E sendo-lhe lido esse seo testimonho, e por elle bem



² ouvido, e entendido disse estava escrito na verdade, e que nelle se affirma e ratifica
³ e torna dizer de novo sendo necessario e que nelle não tem que acrescentar, diminuir,
⁴ mudar ou emendar, nem de novo, que dizer ao costume sob cargo do juramento dos San=
⁵ tos Evangelhos, que outra vez lhe foi dado ao que estiveraõ presentes por honestas, e
⁶ religiosas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guar=
⁷ dar segredo no que forem perguntados os Padres Ex diffinidores Fr. Luiz do
⁸ do Sacramento e Fr. Rafael da Conceição que aqui assinaraõ com a testemun=
⁹ ha e como R Commissar^o, e eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria escrivaõ escrevi

¹⁰ *Fr Jozê de Jesus Maria Sousa*

¹¹ Commissr^o do S^{to} Off^o

¹² *Casimiro An^o de Madeiro*

¹³ testemunha

¹⁴ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

¹⁵ Ratificante

Ratificante

¹⁶ E hida a testemunha para fora foraõ perguntados os Reverendos Padres ratificantes
¹⁷ se lhe parecia fallava verdade, e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes pare=
¹⁸ cia que fallava verdade e merecia credito e tornarão assinar como Reverendo Commissar^o
¹⁹ e eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria Escrivão escrevi

²⁰ *Fr Jozê de Jesus Maria Sousa*

²¹ Commissr^o do S^{to} Off^o

²² *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

²³ Ratificante

Ratificante

²⁴ Antonio Lopes Chaves homem branco que vive de seo negocio natural da Freguezia
²⁵ de S Joaõ Baptista de de Ervoens Arcebisado de Braga e morador nesta Freguezia de S.
²⁶ Fr. Pedro Gonçalves do Reciffe Bispaço de Pernambuco e a sete annos pouco mais ou me=
²⁷ nos testemunha a quem o R Commissaro deo o juramento dos Santos Evangelhos, em que
²⁸ pos a maõ sob cargo do qual prometteo dizer verdade e guardar segredo nessa dili=



²⁹ gencia e disse ser christão velho e de idade de trinta e quatro annos mais ou me=

³⁰ nos

³¹ E perguntado pelos Interrogatorios da Commissão retro

[fl. 41]

¹ Ao 1º disse nada e al não disse

² Ao 2º disse que conheceo muito bem aos pretos Domingos e Gonçallo, Domingos natu=

³ ral do gentio de Angolla e Gonçallo da Costa da Mina moradores neste Bispado de Per=

⁴ nambuco Freguezia de Saõ Fr. Pedro Gonçalves do Reciffe, escravos que foraõ de Manoel

⁵ Roiz de Senna e hoje possuidor do preto Gonçallo Amaro Joze Vianna e Domingos

⁶ foi embarcado para Lxa por ordem da Junta e a razão de seo conhecimento hê por hir muitas

⁷ vezes a caza do dito Manoel Roiz de Senna e praticar com os mesmo escravos, e al não disse

⁸ Ao 3º disse que não sabe que os ditos pretos Domingos e Gonçallo lançassem essas ou

⁹ aquellas couzas no comer e agoa que se destinava para o uzo de Manoel Roiz de Senna p

¹⁰ que nunca o prezenciou; porem que indo elle testemunha a caza de Manoel Roiz de

¹¹ Senna a vizitallo em sua presença disse huma preta por nome Romana escrava do mes=

¹² mo Senna, que os pretos Domingos e Gonçallo lhe tinhaõ dado huns poz para a dita lançar

¹³ no comer e agoa que se destinava para o dito Senna, e mais, disse a mesma preta Roma=

¹⁴ na que os mesmos dous escravos Domingos e Gonçallo ajudaraõ dizendo = se tû não bota=

¹⁵ res estes poz no comer do senhor tû nos pagarâ = e que elle testemunha nunca soube

¹⁶ de que morreraõ varios escravos ao dito Senna se não por lhe dizer o mesmo Senna

¹⁷ que tinhaõ morrido de feitiços; e a razão do seo dizer hê por prezenciar o dito da es=

¹⁸ crava Romana e do mesmo Senna, e al não disse

¹⁹ Ao 4º disse que elle testemunha não sabe se os pretos asima mencionados saõ ou não

²⁰ costumados a fazerem semelhantes couzas; p que nunca o prezenciou nem a couza porque

²¹ o fizessem: em quanto a conduta dos escravos ser boa ou mâ, elle testemunha nunca

²² o alcançou e menos soube que perdessem o juizo os ditos escravos por cauza de alguma

²³ bebida antes sempre os conheceo em seo juizo perfeito taõ bem lhe não consta que os



²⁴ ditos pretos lançassem estas couzas no comer do dito Senna levados de alguma paizaõ,

²⁵ e al não disse

²⁶ Ao 5º disse que tudo o que tem testemunhado e deposto passa na verdade e mais não

[fl. 41v]

¹ não disse nem ao costume e cauzas delle, E sendo-lhe lido esse seo testemunho, e por elle bem

² ouvido, e entendido disse estava escrito na verdade, e que nelle se affirma e ratifica e torn=

³ na dizer de novo sendo necessario e que nelle não tem que acrescentar / Sô sim, que naque=

⁴ lha palavra de o ir vizitar, expendida no 3º interrogatorio, diz elle testemunha, que

⁵ fora a caza do dito Senna por seo chamado, e estando elle presente o dito Senna cha=

⁶ mou a preta Romana, e lhe disse, que disesse que os pretos lhe mandavaõ fazer/ dimi=

⁷ nuir, mudar ou emendar, nem de novo, que dizer ao costume sob cargo do juramento

⁸ dos Santos Evangelhos, que outra vez lhe foi dado ao que estiveraõ presentes por honestas

⁹ e religiozas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guardar

¹⁰ segredo no que forem perguntados os Padres Ex diffinidores Fr. Luiz do Sacramento

¹¹ e Fr. Rafael da Conceição que aqui assinaõ com a testemunha e como R Commissarº

¹² e eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria escriptaõ escrevi

¹³ *Fr Jozê de Jesus Maria Sousa*

¹⁴ Commissrº do S^{to} Offº

¹⁵ *Antonio Lopes Chaves*

¹⁶ tes^{ta}

¹⁷ *Fr Luiz do Sacramº*

Fr. Rafael da Conç^{am}

¹⁸ Ratificante

Ratificante

¹⁹ E hida a testemunha para fora foraõ perguntados os Reverendos Padres retificantes se lhes parecia

²⁰ fallava verdade, e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes parecia que fallava

²¹ verdade e merecia credito e tornarãõ assinar como Reverendo Commissarº e eu Fr. Joaõ

²² de Santa Roza Maria Escrivão escrevi



²³ *Fr Jozê de Jesus Maria Sousa*

²⁴ Commissar^o do S^{to} Off^o

²⁵ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

²⁶ Ratificante

Ratificante

²⁷ Amentada

²⁸ Aos trinta e hum do mez de Janeiro de mil sete centos e oitenta e trez na veneravel Ordem

²⁹ Terceira da Penitencia deste convento de Santo Antonio da Villa do Reciffe na Capella

³⁰ dos Irmaõs Noviços da mesma Ordem o Reverendo Padre Fr. Jozê de JESUS Maria Souza

³¹ Pregador e Commissar^o do Santo Off^o commigo Escrivaõ Fr. Joaõ de Santa Roza M^a

[fl. 42]

¹ Maria cujo nome, cognome, patria, habitação, officio, idade, qualidade

² e [ilegível] hê tudo o que adiante se segue

³ Romana preta da Costa da Mina escrava de Manoel Roiz de Senna moradora nes=

⁴ ta Freguezia de Santo Antonio, digo, de S. Fr. Pedro Gonçalves dessa Villa do Re=

⁵ ciffe Bispado de Pernambuco, a quem o R Commissar^o deo o juramento dos Santos Ev=

⁶ angelhos sob, digo, em que poz a maõ sob cargo do qual prometteo dizer verdade e

⁷ guardar segredo nesta diligencia, e disse ser christã vella, e de idade dezoito an=

⁸ nos pouco mais ou menos

⁹ E perguntados pelos Interrogatorios da Commissão retro

¹⁰ Ao 1^o disse nada e al não disse

¹¹ Ao 2^o disse que conheceo muito bem a Gonçallo e Domingos pretos escravos que foraõ

¹² de seo Senhor Manoel Roiz de Senna, Domingos natural de Angolla e Gonçallo da

¹³ Costa da Mina e que o dito preto Domingos fora para Lx^a por mando de seo senhor

¹⁴ e que o preto Gonçallo está empoder de Amaro Jozê Vianna, e que a razãõ de seo conhe=

¹⁵ cimento hê por ser ella parceira dos mesmos pretos a doze annos pouco mais ou menos e

¹⁶ al não disse

¹⁷ Ao 3^o disse que Domingos e Gonçallo muitas vezes dera a preta Maria cozinheira



¹⁸ que fora do dito Senna, e hoje fallecida, varias couzas para lançar no comer e agora que
¹⁹ se destinava para o uzo do dito Senna seo senhor, por assim lhe dizer a ella testemunha
²⁰ a mesma preta cozinheira chamada Maria, e quando o seo senhor prohibio aos dous
²¹ pretos Gonçallo e Domingos que lhe não sobisse a escada para sima, os mesmo pre=
²² tos começaraõ a dar por debaixo da porta varias couzas a preta Maria cozinheira
²³ para lançar no comer de seo senhor, ameaçando elles a dita cozinheira que se não
²⁴ recebesse e publicasse algum dia o que elles lhe davaõ, que taõ bem lhe haviaõ de fazer
²⁵ o mesmo, e com effeito diz ella testemunha, que assim que a cozinheira contou a seo
²⁶ senhor o que os ditos pretos lhe davaõ, logo começou a ficar com o pescoço inchado e di=
²⁷ sso veio a morrer; e assim diz mais ella testemunha, que mandando seo senhor a ella
²⁸ junto com outra parceira por nome Esperança a praça grande, o negro
²⁹ Gonçallo dera a parceira Esperança hum bollo, e comendo-o a dita preta, não
³⁰ durou mais que tres dias; e a razaõ della testemunha assim o dizer hê porque lhe con=
³¹ tou a mesma preta Maria que recebia as taes couzas dos ditos escravos, e que do cazo
³² do bollo ella testemunha o prezenciou, e al não disse
³³ Ao 2º disse que ella testemunha na sabe se os pretos Domingos e Gonçallo tinhaõ
[fl. 42v]

¹ tinhaõ por costume fazer essas couzas, e menos o motivo porque o faziaõ em d^{to}
² a condiçaõ dos dous que ella testemunha achava ruim a do Gonçallo e a do
³ Domingos não sabe, e que nunca os vira bebados e taobem não sabe se elles lan=
⁴ çavaõ essas couzas com paixaõ a seo senhor, e al não disse
⁵ Ao 5º disse que tudo o que disse e deposto hê a mesma verdade, e mais não disse nem
⁶ ao costume, ou cauzas delle, e sendo-lhe lido este seo testemunho e por ella bem ou =
⁷ vido e entendido disse estava escripto na verdade, e que nelle se affirma, e retifica, e
⁸ torna a dizer de novo sendo necessario, e que nelle não tem que acrescentar, diminuir
⁹ mudar ou emendar, nem de novo que dizer ao costume sob cargo de juramento dos San=
¹⁰ tos Evangelhos, que outra vez lhe foi dado, ao que estiverem presentes por honestas



¹¹ e religiosas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guar=

¹² dar segredo ao que forem perguntados os Padres Diffinsdores Fr. Luiz do Sa=

¹³ cramento e Fr Rafael da conceiçaõ que aqui assinaraõ com o R Commissar^o

¹⁴ e que por ella testemunha naõ saber escrever pedio e rogou a mim escrevaõ

¹⁵ assinasse

¹⁶ *Fr José de Jezus Maria Souza*

¹⁷ Commissar^o do S^{to} Off^o

¹⁸ *Fr Joaõ de Sta Roza Maria*

¹⁹ de rogo da testemunha

²⁰ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

²¹ Ratificante

Ratificante

²² E hida a testemunha para fora faraõ perguntados os Padres Ratificantes se lhes

²³ parecia fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes parecia

²⁴ que fallava verdade e merecia credito e tornaraõ assinar com o R. Commissaro e

²⁵ eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria Escrivaõ escrevi

²⁶ *Fr José de Jezus Maria Souza*

²⁷ Commissar^o do S^{to} Off^o

²⁸ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

²⁹ Ratificante

Ratificante

³⁰ Lazaro de Souza Fontes homem branco, q vive se seo negocio natural da ilha

[fl. 43]

¹ Ilha Ferceira, e morador nesta freguezia de S. Fr. Pedro Gonçalves do Reciffe Bis=

² pado de Pernambuco a onze annos pouco mais ou menos testemunha a quem

³ o R.Commissar^o deo o juramento dos Santos Evangelhos, em que poz a maõ sob car=

⁴ go do qual prometteo dizer verdade e guardar segredo nesta diligencia e disse

⁵ ser christaõ vello e de idade de quarente annos pouco mais ou menos

⁶ E perguntado pelos Interrogatorios da Commissão retro



⁷ Ao 1º disse nada, e al não disse

⁸ Ao 2º disse que conhece muito bem os pretos Gonçallo e que do preto Domingos

⁹ nunca teve conhecimento e que taõ bem elle testimunha não sabe e donde fossem

¹⁰ naturaes os ditos pretos sem sabe que o Gonçallo foy escravo do dito Manoel Ro=

¹¹ drigues de Senna, e hoje delle possuidor Amaro José Vianna por assim ouvir

¹² dizer, e que sabe o dito preto Gonçallo hê morador nesta Villa do Reciffe

¹³ e a razaõ de seo conhecimento hê pelo ter visto varias vezes na rua, e al não disse

¹⁴ Ao 3º disse que nunca soube que os pretos Domingos e Gonçallo lançavam varias

¹⁵ couzas no comer e agua que se destinava para o uzo de Manoel Roiz de Senna se

¹⁶ não pela bocca do mesmo Manoel Rodrigues de Senna e me disse mais o mesmo sen=

¹⁷ na que apanhando a preta cozinheira botando feitiços no comer e fazendo o dito con=

¹⁸ fessar a preta repondeo ella que hum dos pretos lhe tinha dado a ella para lan

¹⁹ çar no comer que se destinava para o dito Senna; e mais lhe disse o mesmo Sen

²⁰ na, que despois de o preto Gonçallo estar em maõ de outro senhor ainda o per=

²¹ seguia, como fosse em huma occaziaõ que o mesmo Gonçallo dera a hum pre=

²² to de caza os taes feitiços para continuar a lançarem, e o mesmo Senna disse a

²³ elle testimunha que varios escravos lhe tinhaõ morrido dos taes feitiços e

²⁴ he certo que o mesmo Senna esteve muito mal para morrer mito

²⁵ tempo e sô teve alivio despois que recorreo a Igreja por meio dos exor

²⁶ cismos e a razao de seo dizer he por saber tudo que tem deposto por ele mesmo

²⁷ Senna e al nao disse

²⁸ Ao 4º disse nada, e al não disse

²⁹ Ao 5º disse que tudo o que testemunhado e deposto passava na ver

[fl. 43v]

¹ na verdade e mais não disse nem ao Costume, ou couzas delle, e sendo lhe lido este

² seo testemunho e por elle bem ouvido e entendido, disse estava escripto na verdade e q

³ nelle se affirma, e ratifica, e torna dizer de novo sendo necessario e que nelle não



⁴ tem que acrecentar, diminuir, mudar ou emendar nem de novo que dizer ao cos=
⁵ tume, sob o cargo do juramento dos Santos Evangelhos que outra vez lhe fou da=
⁶ do ao que estiveram presentes por honestas e religiozas pessoas, que tudo viraõ
⁷ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guardar segredo no que forem pergun=
⁸ tados os Padres Exdiffinidores Fr Luiz do Sacramento e Fr. Rafale da Con=
⁹ seiçaõ que aqui assignaraõ com a testemunha e com o R. Commissar^o
¹⁰ Fr. Jozê de JESUS Maria Souza, e eu Fr. Joaõ de Santa Roza
¹¹ Maria Escrivãõ escrevi
¹² *Fr José de Jezus Maria Souza*
¹³ Commissar^o do S^{to} Off^o
¹⁴ *Lazaro de Souza Fontes*
¹⁵ testemunha
¹⁶ *Fr Luiz do Sacram^o* *Fr. Rafael da Conç^{am}*
¹⁷ Ratificante Ratificante
¹⁸ E hida a testemunha para fora faraõ perguntados os Padres Ratificantes se lhes
¹⁹ parecia fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes parecia
²⁰ que fallava verdade e merecia credito e tornaraõ assinar com o R. Commissaro e
²¹ eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria Escrivãõ escrevi
²² *Fr José de Jezus Maria Souza*
²³ Commissar^o do S^{to} Off^o
²⁴ *Fr Luiz do Sacram^o* *Fr. Rafael da Conç^{am}*
²⁵ Ratificante Ratificante
²⁶ Antonio Pr^a de Deos homem pardo que vive da sua muzica natural desta fregue=
²⁷ zia de S. Fr. Pedro Glz Bispado de Pernambuco e morador na Villa de R^e
²⁸ a quarenta e sinco anno testemunha a quem o R. Commissar^o deo o juram=
²⁹ ento dos Santos Evangelhos em que poz a maõ sob cargo do qual prometteo
³⁰ dizer a verdade e guardar segredo nesta diligencia e diz ser christaõ vello



³¹ e de idade de quarenta e sinco annos

³² E perguntado pellos Interrogatorios da Commissão retro

³³ Ao 1º disse nada, e al não disse

[fl. 44]

¹ Ao 2º disse que conhece muito bem Domingos e Gonçallo pretos escravos que

² foraõ de Manoel Roiz de Senna, Gonçallo da Costa da Mina e Domingos do gentio

³ de Angolla Domingos enviado para essa Corte de Lxa ao Santo Tribunal da Inqui=

⁴ zicaõ e Gonçallo existente hoje neste Reciffe de Pernambuco em poder de Amaro Jozê

⁵ Vianna; e a razaõ do seo conhecimento hê por morar elle testemunha ha mesma

⁶ rua e em cazas de Manoel Roiz de Senna, e al não disse

⁷ Ao 3º disse que elle testemunha soube da bocca do mesmo Manoel Roiz de Senna

⁸ que os pretos Gonçallo e Domingos lhe lançavaõ varias couzas no comer e agoa

⁹ que se destinava para o mesmo Senna e em quanto a preta nova e outros escura=

¹⁰ vos nunca ouvio dizer de outra pessoa mas sim do mesmo Manoel Roiz de

¹¹ Senna que eraõ mortos com couzas que lhe tinhaõ dado os dous pretos: outrosim

¹² ele testemunha diz que se era verdade ou não o que lançavaõ no comer od ditos pre=

¹³ tos nunca vio sô ouvio de bocca do mesmo Senna e enquanto as accoens que pra=

¹⁴ ticavaõ, dizaõ e faziaõ os ditos pretos para os dito fim elle testemunha nunca

¹⁵ o prezenciou, e al não disse

¹⁶ Ao 4º disse que elle testemunha nunca soube nem alcançou que os os ditos pretos assim

¹⁷ mencionados fossem costumados a fazer simillantes couzas e menos acuza porque

¹⁸ assim o fizessem e praticassem: e emquanto a conducta dos pretos asima mencio=

¹⁹ nados e invejados de muitos senhores pela sua boa educação que lhe dava o mesmo

²⁰ Senna e taobem lhe não consta que os ditos andassem inebriados ou preo=

²¹ cupados de alguma paixãõ particular para executarem simillantes fatos, e al

²² não disse

²³ Ao 5º disse que tudo o que tem deposto hê a mesma verdade, e mais não disse nem



²⁴ ao costume, e cauza delle, e sendo-lhe lido este seo testemunho e por ella bem ouvido e en=
²⁵ tendido disse estava escripto na verdade, e que nelle se affima, e retifica, e torna a dizer
²⁶ de novo sendo necessario, que nelle não tem que acrescentar, diminuir mudar ou e=
²⁷ mendar, nem de novo que dizer ao costume sob cargo de juramento dos Santos
²⁸ Evangelhos, que outra vez lhe foi dado, ao que estiverem presentes por honestas e re=
²⁹ ligiozas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guardar
³⁰ segredo no que forem perguntados os Padres Diffinsdores Fr. Luiz do Sacra=
³¹ mento e Fr Rafael da conceiçaõ que aqui assinaõ com a testemunha e com
³² o R Commissar^o e eu Fr. Joaõ de S^{ta} Roza Maria Escrivaõ escrevi
³³ *Fr José de Jezus Maria Souza*
³⁴ Commissar^o do S^{to} Off^o

[fl. 44v]

¹ *An^o Pr^o de D^s*

² testa

³ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

⁴ Ratificante

Ratificante

⁵ E hida a testemunha para fora faraõ perguntados os Padres Ratificantes se lhes parecia

⁶ fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes parecia que falla=
⁷ va verdade e merecia credito e tornaraõ assinar com o R. Commissaro e eu Fr. Joaõ

⁸ de Santa Roza Maria Escrivaõ escrevi

⁹ *Fr José de Jezus Maria Souza*

¹⁰ Commissar^o do S^{to} Off^o

¹¹ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

¹² Ratificante

Ratificante

¹³ Matheos Jozê da Sylva homem branco escrivaõ da Almitacaria dessa Villa do R^e

¹⁴ cidade de Olinda e seos termos, natural da Villa de Palmella Patriarcado da Cidade

¹⁵ de Lx^a e morador nesta Freguesia de S. Fr. Pedro Glz Bispaço de Pernambuco a de=



¹⁶ zoito annos testimunha a quem o R. Commissar^o deo o juramento dos Santos Evan=
¹⁷ gelhos, em que poz a mão sob cargo do qual prometteo dizer verdade e guardar se=
¹⁸ gredo nessa diligencia e diz ser christão vello e de idade de sincoenta e oito p^a
¹⁹ sincoenta e nove pouco mais ou menos
²⁰ E perguntado pelos Interrogatorios da Commissão retro
²¹ Ao 1^o disse nada, e al não disse
²² Ao 2^o disse que conheceo muito bem a Domingos e Gonçallo pretos e escravos de Mano=
²³ el Roiz de Senna morador na rua da cadeia velha. Gonçallo da Costa da Mina e
²⁴ Domingos do gentio de Angolla e moradores neste Reciffe de Pernambuco e a razaõ
²⁵ de seo conhecimento hê por ter communicacão com o dito Manoel Roiz de Senna
²⁶ algum onze annos a esta parte, e al não disse
²⁷ Ao 3^o diz que sabe por lhe dizer Manoel Roiz de Senna que os pretos Domingos
²⁸ e Gonçallo o estavaõ matando a elle e aos seos escravos com couzas que lhe botavaõ
²⁹ no comer e agoa destinada p^a o mesmo Senna, do que lhe vieraõ morrer varios
³⁰ escravos; e o mesmo Senna esteve em termos de fallecer pella mesma couza e depois

[fl. 45]

¹ E depois de esgotas as boticas medicos e cirurgioens se veio achar melhor com os reme=
² dios da Igreja, benzendo-se com os Religiosos da Penha; e ouvio elle testimunha
³ do mesmo Senna que era taõ violento o maleficio que davaõ os pretos mencionados a
⁴ seos perceiros que em poucos dias falleciaoã com todo sao corpo como elle testimunha
⁵ pronunciou de varios escravos que lhe morrerãõ, principalmente huma escrava
⁶ que elle testimunha quiz comprar ao d^o Senna; e a razaõ que tem de o assim dizer
⁷ he pelo que fica expedido asima, e al não disse
⁸ Ao 4^o disse que sabe pelo ver que os mencionados dous escravos nunca foraõ costuma=
⁹ dos a fazer semelhantes couzas e sô no poder do dito Senna se animaraõ a fazello pello dito
¹⁰ do mesmo senhor: taobem lhe não consta de boa ou mâ conducta dos escravos menciona=
¹¹ dos; porque nunca communicou com elles e menos lhe consta que os ditos escravos



¹² bebessem alguma bebida ou que tivessem alguma paixão particular que moti=
¹³ vados disse executasse os sobredittos fatos, e al não disse
¹⁴ Ao 5º disse que tudo o que tem deposto e testemunhado hê a mesma verdade
¹⁵ e mais não disse ao costume, ou causas delles, e sendo-lhe lido este seo testemunho e por
¹⁶ elle bem ouvido e entendido disse estava escripto na verdade, e que nelle se affirma, e rati=
¹⁷ fica, e torna a dizer de novo sendo necessario, e que nelle não tem que acrescentar, di=
¹⁸ minuir mudar ou emendar, nem de novo, que dizer ao costume sob cargo de jura=
¹⁹ mento dos Santos Evangelhos, que outra vez lhe foi dado, ao que estiverem presentes
²⁰ por honestas e religiozas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer ver=
²¹ dade e guardar segredo no que forem perguntados os Padres Exdiffinsdores Fr.
²² Luiz do Sacramento e Fr Rafael da conceição que assinaõ com a testi=
²³ munha e com o R Commissarº e eu Fr. Joaõ de S^{ta} Roza Maria Es=
²⁴ crivaõ escrevi
²⁵ *Fr José de Jezus Maria Souza*
²⁶ Commissarº do S^{to} Offº
²⁷ *Matheus Jozze Silva*
²⁸ testimuna
²⁹ *Fr Luiz do Sacram^{to}* *Fr. Rafael da Conç^{am}*
³⁰ Ratificante Ratificante
³¹ E hida a testemunha para fora faraõ perguntados os Padres Ratificantes se lhes pa=
³² recia fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes parecia
[fl. 45v]
¹ lhes parecia fallava verdade e merecia credito e tornaraõ assinar com o R. Com=
² missaro e eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria Escrivaõ escrevi
³ *Fr José de Jezus Maria Souza*
⁴ Commissarº do S^{to} Offº
⁵ *Fr Luiz do Sacram^{to}* *Fr. Rafael da Conç^{am}*



⁶ Ratificante

Ratificante

⁷ O Capitaõ Joaõ Marques da Cruz homem branco que vive de seo negocio natural da ci=

⁸ dade de Lxa Freguezia de S Juliaõ e morador nesta Freguezia de S. Fr. Pedro Glz

⁹ desta villa do Reciffe Bispado de Pernambuco a secenta e quatro annos testimunha

¹⁰ a quem o R commissar^o deo o juramento dos Santos Evangelhos, em que poz a maõ

¹¹ sob o cargo do qual prometteo gua, digo, prometteo dizer verdade e guardar segre=

¹² do nesta diligencia e disse ser christaõ vello e de idade de setenta e oito annos

¹³ E perguntado pelos Interrogatorios da Commissão retro

¹⁴ Ao 1^o disse nada, e al não disse

¹⁵ Ao 2^o disse que não conheceo a Domingos e Gonçallo pretos escravos e menos de suas

¹⁶ naturalidades, porem sabe que os ditos pretos eraõ captivos de Manoel Roiz de Sen=

¹⁷ na assistentes os ditos escravos e o senhor neste Reciffe de Pernambuco; e a razaõ que

¹⁸ tem de assim o dizem hê por ter conhecimento, amizade e contas com o dito Manoel

¹⁹ Roiz de Senna, e al não disse

²⁰ Ao 3^o disse que elle testimunhha sabe por lhe dizer o mesmo Manoel Roiz de

²¹ Senna, que os pretos Domingos e Gonçallo tinhaõ dado a preta cozinheira varios

²² feitiços para a mesma lhe lançar na panella de comer que se destinava para ao Snr

²³ cuja preta confessou ao Snr o mesmo fato; e assim que o dito comia lo tal comer

²⁴ logo se punha a morrer, e veio no conhecimento disto o mesmo Senna pela confissão

²⁵ que fez a mesma preta, de que procedeo a despois os mesmo escravos Domin=

²⁶ gos e Gonçallo, digo, Gonçallo, que se acha em poder de Amaro José Vi=

²⁷ anna, vingar-se da mesma cozinheira dando-lhe as mesmas cousas, de que

²⁸ a prostrou de cama; e he bem certo, diz elle testimunha, que o dito Senna a muitos

²⁹ tempos e annos anda morrendo empê e sô tem algum alivio quando procura

³⁰ os remedios da Igreja que o excisma o Padre Fr. Fidelis da Penha

³¹ taõ bem diz elle testimunha que não sabe que couzas eraõ que deitavaõ

[fl. 46]



¹ deitavaõ no comer e agoa e menos sabe das aççoens que praticavaõ, diziaõ e faziaõ p^a

² o dito dim, e a razaõ que tem elle testemunha para assim o dizer hê pelo que asima

³ fica expedido, e al naõ disse

⁴ Ao 4^o disse nada, e al naõ disse

⁵ Ao 5^o disse que tudo o que tem testemunhado e deposto hê a mesma verdade e mais naõ

⁶ disse nem ao costume, ou couzas delles, e sendo-lhe lido este seo testemunho e por elle bem ouvi=

⁷ do e entendido disse estava escripto na verdade, e que nelle se affima, e ratifica, e torna

⁸ a dizer de novo sendo necessario, e que nelle naõ tem que acrescentar, diminuir mu=

⁹ dar ou emendar, nem de novo, que dizer ao costume sob cargo de juramento dos Santos

¹⁰ Evangelhos, que outra vez lhe foi dado, ao que estiverem presentes por honestas e religiozas

¹¹ pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guardar segredo no que

¹² forem perguntados os Padres Ex diffinsdores Fr. Luiz do Sacramento e Fr Rafael da

¹³ Conceiçaõ que assinaõ com a testemunha e com o R Commissar^o e eu Fr. Joa=

¹⁴ õ de S^{ta} Roza Maria Escrivaõ escrevi

¹⁵ *Fr José de Jezus Maria Souza*

¹⁶ Commissar^o do S^{to} Off^o

¹⁷ *Joaõ Marques da Cruz*

¹⁸ testimuna

¹⁹ *Fr Luiz do Sacram^{to}*

Fr. Rafael da Conç^{am}

²⁰ Ratificante

Ratificante

²¹ E hida a testemunha para fora faraõ perguntados os Padres Ratificantes se lhes pa=

²² recia fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes parecia

²³ fallava verdade e merecia credito e tornaraõ assinar com o R. Commissar^o

²⁴ e eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria Escrivaõ escrevi

²⁵ *Fr José de Jezus Maria Souza*

²⁶ Commissar^o do S^{to} Off^o



²⁷ *Fr Luiz do Sacram^{to}*

Fr. Rafael da Conç^{am}

²⁸ Ratificante

Ratificante

²⁹ Francisco Lopes homem branco, que vive do seo negocio, natural do Reino de Geliza

[fl. 46v]

¹ Bispado de Tui e morador nesta Freguezia de S Fr. Pedro Glz da Villa do P^e Bis=

² pado de Pernambuco a nove annos a esta parte testemunha a que o R. Commostrar^o deo o ju=

³ ramento dos Santos Evangelhos em que poz a maõ sob cargo do qual prometteo fizer a verdade

⁴ e guardar segredo nesta diligencia e diz ser christaõ velho e de idade de quareta e dous an=

⁵ nos

⁶ E perguntado pelos Interrogatorios da Commissão retro

⁷ Ao 1^o disse nada, e al naõ disse

⁸ Ao 2^o disse, que conhece muito bem aos pretos Domingos e Gonçallo escravos q foraõ

⁹ de Manoel Roiz de Senna e hoje possuidor do preto Gonçallo Amaro Jozê Vianna

¹⁰ e ao preto Domingos entregue ao Santo Off^o segundo me dice o mesmo Snr Manoel Roiz

¹¹ de Senna. O preto Gonçallo natural da Costa da Mina e de Domingos ignora a sua na=

¹² turalidade e assistentes neste Bispado de Pernambuco e a razãõ que tem elle testemunha

¹³ de seos conhecimentos hê porque o preto Domingos lhe carregava a sua fazenda p^a

¹⁴ caza a sinco annos pouco mais ou menos a esta parte, e al naõ disse

¹⁵ Ao 3^o disse que nunca soube que os pretos Domingos e Gonçallo lançassem cou=

¹⁶ zas no comer e agua que se destinava para o uzo de Manoel Roiz de Senna se naõ

¹⁷ pela boca do mesmo Senna, que me dize que os ditos pretos Domingos e Gonçallo

¹⁸ tinhaõ lançado no comer veneno ou feitiços para o matar; e que elle testemunha

¹⁹ naõ está presente se o mesmo Senna dize que os mencionados pretos botavam

²⁰ as mesmas couzas no comer de varios escravos e que elle testemunha tao bem naõ

²¹ sabe, nem numca ouvio dizer que couzas eraõ, que destavaõ os ditos pretos no comer

²² que se destinava para o dito Senna, e menos das açoens que praticavaõ os ditos

²³ pretos, diziaõ e faziaõ para o dito fim; e a razãõ que elle testemunha tem



²⁴ para assim dizer he pella boca do mesmo Manoel Roiz de Senna, e al não

²⁵ disse

²⁶ Ao 4º disse nada, e al não disse

²⁷ Ao 5º disse, que tudo o que tem deposte passa na verdade e mais não disse

²⁸ nem ao costume, ou cauzas delles, e sendo-lhe lido este seo testemunho e por elle

[fl. 47]

¹ e por elle bem ouvido, e entendido disse estava escripto na verdade, e que nelle se affirma

² e ratifica, e torna a dizer de novo sendo necessario, e que nelle não tem que acrecen

³ tar, diminuir mudar ou emendar, nem de novo, que dizer ao costume sob cargo de juram^{to}

⁴ dos Santos Evangelhos, que outra vez lhe foi dado, ao que estiverem presentes por ho=

⁵ estas e religiosas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e

⁶ e guardar segredo no que forem perguntados os Padres Exdiffinsdores Fr. Luiz do Sa

⁷ cramento e Fr Rafael da conceiçaõ que assinaõ com a testemunha e com

⁸ o R Commissar^o e eu Fr. Joaõ de S^{ta} Roza Maria Escravaõ escrevi

⁹ *Fr José de Jezus Maria Souza*

¹⁰ Commissar^o do S^{to} Off^o

¹¹ *Fran^{co} Lo*

¹² testimuna

¹³ *Fr Luiz do Sacram^{to}*

Fr. Rafael da Conç^{am}

¹⁴ Ratificante

Ratificante

¹⁵ E hida a testemunha para fora faraõ perguntados os Padres Ratificantes se lhes parecia

¹⁶ fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes parecia fallava

¹⁷ verdade e merecia credito e tornaraõ assinar com o R. Commissar^o e eu Fr. Joaõ

¹⁸ de Santa Roza Maria Escravaõ escrevi

¹⁹ *Fr José de Jezus Maria Souza*

²⁰ Commissar^o do S^{to} Off^o

²¹ *Fr Luiz do Sacram^{to}*

Fr. Rafael da Conç^{am}



²² Ratificante

Ratificante

²³ O capitão Jose da Costa Torres mercador e homem branco natural da Freguezia
²⁴ de Santo andré de Parada Arcebispado de Braga e morador nessa Freguezia
²⁵ de S. Fr. Pedro. Glz desta villa do Reciffe Bispado de Pernambuco a dezoito annos
²⁶ a essa parte testemunha a quem o R. Commissaro deo o juramento dos Santos
²⁷ Evangelhos em que poz a mão sob cargo do qual prometteo dizer verdade e guar=
²⁸ dar segredo nesta diligencia e diz ser christão vello e de idade de trinta e dous
²⁹ annos

³⁰ E perguntado pelos Interrogatorios da Commissão retro

³¹ Ao 1º disse nada, e al não disse

[fl. 47v]

¹ Ao 2º disse que conhece muito bem a Domingos e Gonçallo pretos e escravos que
² foraõ de Manoel Roiz de Senna e hoje possuidor do preto Gonçallo Amaro Jozê Vian=
³ na, e do preto Domingos mão sabe elle testemunha se o mesmo Senna ainda o possui.
⁴ Domingos natural de Angolla e assistente neste Bispado de Pernambuco, digo
⁵ nesta Villa do Reciffe, e a razão que elle testemunha dos ditos escravos asima men=
⁶ cionados hê por elle ser vizinho do mesmo Manoel Roiz de Senna a dezoito an=
⁷ nos a esta parte, e al não disse

⁸ Ao 3º disse que por bocca do mesmo Manoel Roiz de Senna hê que soube
⁹ que os pretos Domingos e Gonçallo lançavaõ humas feitiçarias em pôs no comer
¹⁰ e agua que se destinava para o mesmo Senna, por cujo motivo diz elle tes=
¹¹ timunha, que o dito Manoel Roiz de Senna os prendeo na cadeia desta V^a
¹² do R^e, e que elle testemunha não sabe, que couzas eraõ as que lançavaõ os
¹³ ditos pretos no comer a agua, menos as acçoens que praticavaõ, diziaõ e fa=
¹⁴ ziaõ od ditos pretos para o dito fim; e a razão que elle testemunha tem
¹⁵ para assim o dizer hê porque praticando e conversando com o mesmo
¹⁶ Senna, elle tudo lhe contou, e al não disse



¹⁷ Ao 4º disse nada, e al não disse
¹⁸ Ao 5º disse, que tudo que elle testimuha tem deposto e testemunhado
¹⁹ passa na verdade e mais não disse nem ao costume, e cauzas delles,
²⁰ e sendo-lhe lido este seo testemunho e por elle e por elle bem ouvido, e entendido disse
²¹ estava escripto na verdade, e que nelle se affirma e ratifica, e torna a dizer de novo sendo
²² necessario, e que nelle não tem que acrescentar, diminuir mudar ou emendar,
²³ nem de novo, que dizer ao costume sob cargo de juramento dos Santos Evange=
²⁴ lhos que outra vez lhe foi dado, ao que estiverem presentes por hoestas e reli=
²⁵ giozas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ e prometteraõ dizer verdade e guardar
²⁶ segredo no que forem perguntados os Padres Exdiffinsdores Fr. Luiz do Sa
²⁷ cramento e Fr Rafael da conceiçaõ que assinaraõ com a testimu=
²⁸ nha e com o R Commissar^o e eu Fr. Joaõ de S^{ta} Roza Maria Escri=
²⁹ vaõ escrevi
³⁰ *Fr José de Jezus Maria Souza*
³¹ Commissar^o do S^{to} Off^o

[fl. 48]

¹ *Joze da Costa Torres*

² test^a

³ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}

⁴ Ratificante

Ratificante

⁵ E hida a testemunha para fora faraõ perguntados os Padres Ratificantes se lhes parecia

⁶ fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim lhes parecia falla=
⁷ va verdade e merecia credito e tornaraõ assinar com o R. Commissar^o e eu Fr.

⁸ Joaõ de Santa Roza Maria Escrivaõ escrevi

⁹ *Fr José de Jezus Maria Souza*

¹⁰ Commissar^o do S^{to} Off^o

¹¹ *Fr Luiz do Sacram^o*

Fr. Rafael da Conç^{am}



¹² Ratificante

Ratificante

¹³ Antonio Gomes homem pardo que vive do officio de marceneiro, natural e morador

¹⁴ nesta Freguezia de S. Fr. Pedro Glz Bispado de Pernambuco Villa do Reciffe a qua=

¹⁵ renta e hum anno a esta parte testimunha a que o R Commissar^o deo o juramento dos

¹⁶ Santos Evangelhos, em que poz a maõ sob cargo do que prometteo dizer verdade e

¹⁷ guardar segredo nesta diligencia, e disse ser christaõ velho, e de idade de sincoen=

¹⁸ ta e sinco annos

¹⁹ E perguntado pellos Interrogatorios da Commissão retro

²⁰ Ao 1^o disse nada, e al não disse

²¹ Ao 2^o disse que conhece muito bem ao preto Gonçallo natural da Costa da Mina esca=

²² vo que foi de Manoel Roiz de Senna, e hoje possuidor do dito escravo Amaro

²³ Jozê Vianna, e que do preto Domingos não tem conhecimento, e que o dito

²⁴ preto Gonçallo he assistente nesta villa de S^{to} Antonio do R^c, e a razão

²⁵ de seo conhecimento hê por ver ao dito Senna tratar ao dito preto Gonçallo

²⁶ por seo escravo a trez para quatro annos a esta parte, e al não disse

²⁷ Ao 3^o disse que por bocca de Manoel Roiz de Senna he que veio a ser sabe=

²⁸ dor, que os ditos pretos botavaõ e davaõ para botar a huma preta cozinheira

[fl. 48v]

¹ varias couzas para atormentarem e o matarem e na prezença delle testimun [grifo original]=

² ha chamou os mesmos Manoel Roiz de Senna a preta cozinheira para di=

³ zer se os ditos pretos mencionados davaõ ou não a ella cozinheira as ditas cou=

⁴ zas para lançar no comer, e com effeito confirmou na prezença delle tes[grifo original]=

⁵ timunha, que era certo, que os ditos pretos mencionados lhe davaõ as ditas

⁶ couzas para deitar no comer de seo senhor e que lle testimunha ignora

⁷ que couzas eraõ que deitavaõ ou lançavaõ no comer do d^o Senna e que

⁸ nunca soube das acçõens que praticavaõ os ditos pretos diziaõ ou faziaõ p^a

⁹ o mesmo fim; e a razão que elle tem para o saber hê como já disse, por lhe



¹⁰ contar o mesmo Senna, e al não disse

¹¹ Ao 4º disse nada, e al não disse

¹² Ao 5º disse, que tudo o que tem testemunhado, e deposto passa na verdade e

¹³ mais não disse nem ao costume, ou couzas delles, e sendo lhe lido este seo testi=

¹⁴ munho e por elle e por elle bem ouvido, e entendido disse estava escripto na verdade, e que nelle se

¹⁵ affirma e ratifica, e torna a dizer de novo sendo necessario, e que nelle não tem

¹⁶ que acrescentar, diminuir mudar ou emendar, nem de novo, que dizer ao cos=

¹⁷ tume sob cargo de juramento dos Santos Evangelhos que outra vez lhe foi dado, ao q

¹⁸ estiverem presentes por hoestas e religiozas pessoas, que tudo viraõ e ouviraõ

¹⁹ e prometteraõ dizer verdade e guardar segredo no que forem perguntados os

²⁰ Padres Exdiffinsdores Fr. Luiz do Sacramento e Fr Rafael da conceição que

²¹ assinaõ com a testemunha e com o R Commissarº e eu Fr. Joaõ de Santa

²² Roza Maria Escrivaõ escrevi

²³ *Fr José de Jezus Maria Souza*

²⁴ Commissarº do S^{to} Offº

²⁵ *Antonio Gomes de Sgr^a e Moira*

²⁶ testemunha

²⁷ *Fr Luiz do Sacram^{to}*

Fr. Rafael da Conç^{am}

²⁸ Ratificante

Ratificante

²⁹ E hida a testemunha para fora faraõ perguntados os Padres Ratificantes se lhes

³⁰ parecia fallava verdade e merecia credito, e por elles foi dito que sim

[fl. 49]

¹ que sim lhes parecia fallava verdade e merecia credito e tornaraõ assinar com

² o R. Commissarº e eu Fr. Joaõ de Santa Roza Maria Escrivaõ escrevi

³ *Fr José de Jezus Maria Souza*

⁴ Commissarº do S^{to} Offº



⁵ *Fr Luiz do Sacram^{to}*

Fr. Rafael da Conç^{am}

⁶ Ratificante

Ratificante

⁷ Termo de Encerramento

⁸ E sendo assim perguntadas as testemunhas houve o R Commissar^o esta diligencia

⁹ por finda, e que fosse remettida aos M^{to} Illustres Senhores Inquizidores

¹⁰ no qual se perguntaraõ quatorze testemunhas e vai escripta em dezaseis fo=

¹¹ lhas de papel e rubricadas com o signal do mesmo R Commissar^o sem couza

¹² que duvida faça, de que mandou fazer este termo de encerramento que

¹³ assignei e escrevi

¹⁴ *Fr. Joaõ de S^{ta} Roça Maria*

¹⁵ Escrivaõ

¹⁶ Certifico que nesta diligencia gastamos eu e o R. Commissar^o tres dias. Eu Es=

¹⁷ crivaõ dentro de minha residencia, e o R. Commissar^o fora de sua residen=

¹⁸ cia. Hoje o primr^o de Fevereiro de mil setecentos e oitenta e trez

¹⁹ *Fr. Joaõ de S^{ta} Roça Maria*

²⁰ Escrivaõ

²¹ M^{to} Ill^{es} Snr^{es}

²² Em observancia da Commissão que V S^{as} foraõ servi=

²³ dos commeterme foi a deligencia da Justiça dos pretos es=

²⁴ cravos que foraõ de Manoel Roiz de Senna, Domingos e

²⁵ Gonçallo este natural da Mina e assistente neste Reciffe

²⁶ de Pernambuco em poder de Amaro Jozê Vianna, e a=

²⁷ quele natural de Angola, e assistente nessa cidade

[fl. 49v]

¹ de Lxa o que tudo consta das testemunhas do presente

² Summario; e achey que as testemunhas são todas le=

³ gaes e fidedignas, e por taes foraõ ratificadas dando



⁴ a razão de seus ditos; e não tirey as duas testemunhas
⁵ João de Albuquerque e Mello requerente, e a preta
⁶ Maria por serem falidos, e dom^e tomas os ditos te=
⁷ duas as testemunhas que foraõ referidas por Manoel Roiz
⁸ de Senna, na forma da ordem de V S^{as} he o que posso in=
⁹ formar a V S^{as} e determinava o que forem servidos Per=
¹⁰ nambuco 2 de Fevr^o de 1783 [grifo original]

¹¹ De V S^{as}

¹² O mais humilde ao bed^e sub d^{to}

¹³ o Commissr^o Fr. Jozê de Jesus Maria Souza

[fl. 50]

¹ Pern^{co}

² Ao C. Fr. Jozê de Jezus M Souza – 28 o

³ Ao excr. Fr. Joam de sta Roza Ma – 43 o

⁴ Ao frs ——— // ——— // ——— 28 o

⁵ 99 o

⁶ ctdo 26

[fl. 50v]

¹ Conta final

² Aos escrito – // – // – // – 2242

³ Contos – // — // — // — 108

⁴ 2350

⁵ Pernambuco

⁶ Ao Fr. Je de Jezus Ma Souza ——— 280

⁷ Ao excr. Fr. Joam de Sta Roza Ma — 430

⁸ pretes ——— // ——— // ——— 280

⁹ 3340



¹⁰ E nabzença do Grom^{do}

¹¹ *Gregorio X^{er} Sortinbo^c*